

68

a geração que queria
mudar o mundo

RELATOS

68 a geração
que queria mudar
o mundo: relatos

[The rest of the page is blank or contains extremely faint, illegible text.]

68 a geração que queria mudar o mundo: relatos

REALIZAÇÃO

Projeto
Marcas da Memória

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COMISSÃO DE ANISTIA**

Presidenta da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro da Justiça
JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Presidente da Comissão de Anistia
PAULO ABRÃO

Vice-presidentes da Comissão de Anistia
**EGMAR JOSÉ DE OLIVEIRA
SUELI APARECIDA BELLATO**

Secretário-Executivo da Comissão de Anistia
MULLER LUIZ BORGES

Coordenação-Geral de Memória Histórica da Comissão de Anistia
MARCELO D. TORELLY

Realização
COMISSÃO DE ANISTIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Organização
ELIETE FERRER

Obra "68 A Geração que Queria Mudar o Mundo: relatos"

"As opiniões contidas nos textos desta edição são de responsabilidade de seus autores. O Ministério da Justiça publica a obra "68 A Geração que Queria Mudar o Mundo: relatos" como parte de sua política de divulgação da anistia política no Brasil e como forma de dar cumprimento ampla a sua obrigação constitucional de promover a reparação material e moral a todos os perseguidos políticos entre 1946 e 1988, sem que qualquer das opiniões expressas pelos autores traduza opiniões oficiais do Governo Federal."

Capa Inspirada no Original de **JAIR DE SOUZA**

Revisão e Edição
ELIETE FERRER

Projeto
LEONCIO DE QUEIROZ

Revisão Final
**KELEN MEREGALI MODEL FERREIRA
MARCELO D. TORELLY
RUANNA LARISSA NUNES LEMOS**

Projeto Gráfico
RIBAMAR FONSECA

Diagramação
ÊMERSON CÉSAR

**DISTRIBUIÇÃO
GRATUITA
Venda Proibida
1ª Edição
3.000 exemplares**

S493g

68 a geração que queria mudar o mundo: relatos / Organização: Eliete Ferrer. –
Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011.

690 p.

ISBN 978-85-85820-06-0

1. Movimento social, Brasil. 2. Ditadura, história, Brasil. 3. Golpe militar (1964),
Brasil. 4. Oposição política. 5. Direitos e garantias individuais. I. Ferrer, Eliete, org. II. Título.

CDD 321.9

the *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA) and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* (JEA). The *Journal of Applied Behavior Analysis* is a peer-reviewed journal that publishes research on the application of behavior analysis to various fields, including education, mental health, and social work. The *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* is a peer-reviewed journal that publishes research on the experimental and applied aspects of behavior analysis.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* is published by the Society for Applied Behavior Analysis (SABA), which is an international organization of behavior analysts. The *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* is published by the Society for Behavior Analysis (SBA), which is an international organization of behavior analysts.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* is a leading journal in the field of behavior analysis, and it is widely cited in the literature. The *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* is also a leading journal in the field, and it is widely cited in the literature.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* are both important journals in the field of behavior analysis, and they provide a platform for researchers to share their findings with the community.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* are both peer-reviewed journals, and they provide a high level of quality and rigor in the research they publish.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* are both important journals in the field of behavior analysis, and they provide a platform for researchers to share their findings with the community.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* are both peer-reviewed journals, and they provide a high level of quality and rigor in the research they publish.

The *Journal of Applied Behavior Analysis* and the *Journal of Experimental and Applied Behavior Analysis* are both important journals in the field of behavior analysis, and they provide a platform for researchers to share their findings with the community.

Projeto Marcas da Memória

Um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil

Criada há dez anos, em 2001, por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002, com a aprovação de Lei nº 10.559, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Com o objetivo de promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988, a Comissão configura-se como espaço de reencontro do Brasil com seu passado e subverte o senso comum da anistia enquanto esquecimento. A Anistia no Brasil significa, a contrário senso, memória. Em seus dez anos de atuação, o órgão reuniu milhares de páginas de documentação oficial sobre a repressão no Brasil e, ainda, centenas de depoimentos, escritos e orais, das vítimas de tal repressão. Desse grande reencontro com a História surgem não apenas os fundamentos para a reparação às violações como, também, a necessária reflexão sobre a importância da não repetição desses atos de arbítrio.

Se a reparação individual é meio de buscar reconciliar cidadãos violados que têm, então, a oportunidade de ver o Estado reconhecer que errou para com eles devolvendo-lhes a cidadania e o patrimônio roubados, por sua vez, as reparações coletivas, os projetos de memória e as ações para a não repetição têm a clara finalidade de permitir que toda a sociedade conheça, compreenda e, assim, repudie tais erros. A afronta aos direitos fundamentais de qualquer cidadão igualmente ofende a toda a humanidade que temos em comum e, por isso, tais violações jamais podem ser esquecidas. Esquecer a barbárie equivaleria a nos desumanizar.

Valendo-se desses pressupostos e, ainda, buscando valorizar a luta daqueles que resistiram – por todos os meios que entenderam cabíveis –, a Comissão de Anistia, a partir de 2008, realizou sessões públicas em territórios onde se concentram os pedidos de anistia, de modo a tornar o passado recente acessível a todos. São as chamadas “Caravanas da Anistia”. Ao fazê-lo, transferiu seu trabalho cotidiano das quatro paredes de mármore do Palácio da Justiça para a praça pública, para escolas e universidades, associações profissionais e sindicatos, bem como para todo e qualquer local onde perseguições ocorreram. Dessa forma, contribuiu ativamente para conscientizar as novas gerações, nascidas na democracia, da importância de hoje vivermos em um regime livre, que deve e precisa seguir sempre sendo aprimorado.

Com a ampliação do acesso público aos trabalhos da Comissão, cresceu exponencialmente o número de relatos de arbitrariedades, prisões, torturas... mas, também, pôde-se romper o silêncio para ouvir centenas de depoimentos sobre resistência, coragem, bravura e luta. Nesse contexto surge o projeto “Marcas da Memória”, que expande ainda mais a

reparação individual em um processo de reflexão e aprendizado coletivo, fomentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitam àqueles que viveram tal período sombrio, ou que a seu estudo se dedicaram, compartilhar leituras de mundo que permitam a reflexão crítica sobre um tempo que precisa ser lembrado e tratado sob auspícios democráticos.

Para atender a esses amplos e inovadores propósitos, as ações do Marcas da Memória estão divididas em quatro campos:

- a) *Audiências Públicas*: criação de eventos para promover processos de escuta pública dos perseguidos políticos sobre o passado e suas relações com o presente. São exemplos dessas audiências as sessões temáticas, ocorridas desde 2008, direcionadas às diferentes categorias profissionais de trabalhadores e sindicalistas demitidos arbitrariamente na ditadura, bem como as audiências públicas sobre os limites e possibilidades para a responsabilização dos torturadores, em Brasília (2008), e sobre o regime jurídico do anistiado político militar, mais recentemente, no Rio de Janeiro (2010);
- b) *História Oral*: realização de entrevistas com perseguidos políticos baseadas em critérios teórico-metodológicos próprios da História Oral. O primeiro projeto em andamento produziu 108 entrevistas gravadas, filmadas e transcritas de pessoas que vivenciaram episódios atrelados à resistência nos períodos de ditadura, que foram contempladas pela Lei nº 10.559/2002. Esse trabalho é efetivado em parceria com as Universidades Federais de Pernambuco (UFPE), Rio Grande do Sul (UFRGS), e Rio de Janeiro (UFRJ), com o financiamento do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos – CFDD (2009–2010). Todas as entrevistas ficarão disponíveis no Memorial da Anistia e poderão ser consultadas pela juventude, por pesquisadores e pela sociedade em geral nas bibliotecas e centros de pesquisa das universidades participantes;
- c) *Chamadas Públicas de fomento a iniciativas da Sociedade Civil*: convocação por meio da qual a Comissão avalia projetos de preservação, de memória, de divulgação e de difusão advindos de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos. No 1º Chamamento Público, em 2010, foram elaborados livros, documentários, materiais didáticos e informativos, exposições artísticas, peças teatrais, palestras e musicais. Entre os selecionados estão: "Caravanas da Democracia", documentário sobre a atuação da Comissão de Anistia; livro "Caravanas da Anistia - O Brasil pede perdão"; "Repare Bem", documentário sobre os filhos dos perseguidos políticos; documentário sobre 24 ex-presas políticas da Colônia Penal do Bom Pastor de Recife; "Para que não se

esqueça, para que nunca mais aconteça", exposição de painéis com fotos e textos sobre os 30 anos da Lei de Anistia; "Filha da Anistia", peça teatral com 27 apresentações gratuitas em seis estados da federação; "Resistir é Preciso", palestra musical sobre a luta pela anistia e democracia, oficinas de debates e criação de Centros Culturais de Direitos Humanos para a paz; "Tempo de Resistência", musical sobre marcos da ditadura; "Sala Escura da Tortura", exposição da obra de quatro artistas plásticos renomados internacionalmente, sobre protestos à violação de direitos humanos. Já foi lançada a 2ª Chamada Pública de 2011.

d) *Publicações*: ações com o intuito de lançar uma coleção de livros de memórias dos perseguidos políticos; publicar dissertações e teses de doutorado sobre o período da ditadura e a anistia no Brasil, além de reimprimir ou republicar outras obras e textos históricos e relevantes e registrar anais de diferentes eventos sobre anistia política e justiça de transição. Sem fins comerciais ou lucrativos, todas as publicações são distribuídas gratuitamente, especialmente para escolas e universidades. O primeiro desses livros foi publicado com os "Anais do Seminário Luso-Brasileiro sobre Repressão e Memória Histórica" (2009) e com os "Anais do Seminário Internacional sobre Anistias na Era da Responsabilização" em parceria com a Universidade de Oxford (2010). A Comissão mantém, ainda, a publicação periódica da Revista "Anistia Política e Justiça de Transição". E agora, esta obra originada nas atividades do grupo Os Amigos de 68, com escritos de 100 perseguidos políticos (2011).

O projeto "Marcas da Memória" reúne depoimentos, sistematiza informações e fomenta iniciativas culturais que ensejem a toda a sociedade conhecer o passado e dele extrair lições para o futuro. Reitera, portanto, a premissa de que apenas conhecendo o passado podemos evitar sua repetição no futuro, fazendo da Anistia um caminho para a reflexão crítica e o aprimoramento das instituições democráticas. Mais ainda: o projeto investe em olhares plurais, selecionando iniciativas por meio de edital público, garantindo igual possibilidade de acesso a todos e evitando que uma única visão de mundo imponha-se como hegemônica.

Este projeto permite que todos conheçam um passado que temos em comum e que os olhares históricos anteriormente reprimidos adquiram espaço junto ao público para que, assim, o respeito ao livre pensamento e o direito à verdade disseminem-se como valores imprescindíveis para um Estado plural e respeitador dos direitos humanos.

Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

Apresentação

PAULO ABRÃO

Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, desde o ano de 2007, por sua incumbência constitucional, passou a empreender diversas ações inovadoras com fundamento no conceito global de "reparação".

A reparação devida aos perseguidos políticos extrapola a dimensão eminentemente econômica, nos termos da Lei nº 10.559/2002 e compreende também fornecer um ressarcimento moral satisfatório aos atingidos por atos de exceção. A retratação não se esgota na dinâmica individual, sendo ampliada também socialmente, num processo de coletivização de medidas reparatórias. Tudo isso fez com que passássemos a empreender aquilo que diversas diretivas internacionais definem como um "programa de reparação", que se insere num marco mais amplo que a simples restituição de direitos ou compensação econômica às vítimas, contribuindo também para a revelação da verdade, a afirmação da memória social, a reabilitação moral dos prejudicados por atos de exceção e, especialmente, o fomento à não-repetição do autoritarismo.

É neste contexto que se edita a presente obra, publicada pela Comissão de Anistia.

O livro "68 – a geração que queria mudar o mundo" é composto por relatos de uma centena de ex-militantes políticos, organizados e sistematizados ao longo dos anos por Eliete Ferrer, do grupo "Os Amigos de 68". Trata-se de contribuição ímpar para a difusão da memória daqueles que combateram o regime militar por descrever, sob diversos matizes, as percepções e concepções de vida que eles sustentaram, o modo como lutaram contra a ditadura, bem como as interrupções que tiveram em suas vidas e os recomeços que puderam construir. Nesse sentido, a publicação da obra é ato de reparação moral, pois contribui para a conexão da geração de 1968 com a história do país, permitindo que suas lutas e memórias constituam efetivamente parte da identidade nacional brasileira.

O livro que agora editamos não tem o objetivo de constituir-se em "a verdade oficial" sobre qualquer fato mas quer apenas viabilizar às novas gerações e aos estudiosos do período a leitura de depoimentos pessoais sobre uma série de fatos por demais narrados tanto na história dos "arquivos oficiais", quanto em outros relatos indiretos, para que estes possam ser avaliados e compreendidos hoje, dentro de um novo contexto social e político.

Divulgando estes textos, que são escritos em primeira pessoa dos perseguidos, a Comissão de Anistia contribui para pluralizar as fontes de pesquisa sobre a ditadura no Brasil, num exercício que estimula a tolerância e o respeito às diversas formas de ver e viver o mundo.

Trata-se de dar repercussão às vozes caladas no passado. Fazendo-o, cumpre sua função legal de divulgar a memória política do período que se estende entre 1946 e 1988 e, ainda, fortalece valores necessários à democracia, como o fomento à pluralidade e à tolerância. A Comissão de Anistia reúne o arquivo dos que foram atingidos pela ditadura militar, pois nosso compromisso é com a verdade das vítimas. Significativa parte do conteúdo deste livro está presente nos processos administrativos de anistia, constituindo-se em fatos já reconhecidos pelo Estado brasileiro. Assim sendo, o objetivo de publicar a obra não é gerar consensos, justo o oposto! Pretende-se ampliar possibilidades de leitura e permitir a mais atores sociais que falem livremente sobre aquilo que viveram e sobre o que pensam dessas experiências.

Com o mais sincero respeito e admiração a todos os resistentes brasileiros que contribuíram para a escrita desta obra, tornamo-la pública, para que tantos outros a possam ler e seguir interpretando a história de nosso país, sob o manto de um regime plural, democrático e constituído no respeito aos direitos humanos e fundamentais.

Boa e proveitosa leitura a todos e todas.

Brasília, maio de 2011.

"Brava gente brasileira!

Longe vá... temor servil:

Ou ficar a pátria livre

Ou morrer pelo Brasil."

(Refrão do Hino da Independência do Brasil
escrito por Evaristo da Veiga.)

Reconhecimentos

ELIETE FERRER

Homenagens

68 A Geração que Queria Mudar o Mundo homenageia a todos os que tombaram na luta por um Brasil livre, com justiça social e com o povo mais feliz.

68 A Geração que Queria Mudar o Mundo homenageia, ao mesmo tempo, o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro - entidade ilibada, referência importante no cenário nacional, que continua denunciando antigos e novos casos de tortura e exigindo a responsabilização daqueles que violam os Direitos Humanos.

Dedicatória

68 A Geração que Queria Mudar o Mundo é dedicado a todos os participantes do Grupo Os Amigos de 68, inclusive e especialmente aos que já fizeram a grande viagem e já povoam os Verdes e Floridos Campos de Valhalla onde confraternizam com outros guerreiros, seus pares. São eles: Velso Ribas, João Batista de Andrade, Miguel Olímpio e Arnaldo Bertone, além de Elmar de Oliveira e Almir Dutton, que sempre se esforçaram pela nossa união.

Agradecimentos

Aos que acreditaram no projeto e o incentivaram de todas as formas. Agradecemos pela confiança depositada no projeto.

A todos os que colaboraram e enviaram seus relatos muitas vezes escritos com o sofrimento e a angústia da recordação.

Aos que batalharam para que esta publicação fosse concretizada. Agradeço, eu, Eli Eliete à imensa colaboração do Léu, meu companheiro, amante e segurança, sem a qual não sei se seria possível a conclusão deste trabalho.

Agradecemos ao Presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, e ao então Ministro da Justiça, Tarso Genro, que aceitaram o desafio de editar este livro que conta, com nossas próprias palavras, a nossa História.

Sumário

INTRODUÇÃO	
<i>Eliete Ferrer</i>	32
PANORAMA HISTÓRICO	
Gênero, militância, tortura <i>Cecília Coimbra</i>	39
O Golpe não começou em 1964 <i>Leoncio de Queiroz</i>	48
1968 a década do caos <i>Mario Japa, Chizuo Osava</i>	53
Brasil, 1968: o assalto ao céu, a descida ao inferno <i>Mário Maestri</i>	57
RELATOS	
1 - Ligas Camponesas / Marinheiros	
1.1 - O tribuno Francisco Julião <i>Marcelo Mário de Melo</i>	65
1.2 - Resistência ao golpe <i>Antonio Duarte</i>	68

2 - Geração Rebelde	
2.1 - Geração 1968 e avalanche cultural <i>Leoncio de Queiroz</i>	69
2.2 - Paissandu e Oklahoma <i>Eliete Ferrer</i>	73
2.3 - Meu amigo Elmar <i>Affonso Henriques; Lucio Sattamini; Fernando Silva; Jean Marc von der Weid; Lavinia Borges; Amaro Bittencourt; Eliete Ferrer</i>	79
3 - Cultura	
3.1 - O CPC da UNE <i>Leoncio de Queiroz</i>	86
3.2 - Paulo Freire <i>Airton Queiroz</i>	87
4 - O Golpe (1964)	
4.1 - Aquele primeiro de abril <i>Ivan Cavalcanti Proença</i>	90
4.2 - Sede da UNE <i>Luiz Alberto Sanz</i>	96
4.3 - Incêndio no prédio da UNE <i>Eduardo Benevides; Luiz Alberto Sanz; Ronald Lobato</i>	99
4.4 - Quem eram os verdadeiros... <i>José Flamarion Pelúcio Silva</i>	104
4.5 - Prova do crime <i>Milton Coelho da Graça</i>	106
4.6 - Perda de memória <i>José Flamarion Pelúcio Silva</i>	107
4.7 - Dois amigos <i>Mario Marcio Damasco</i>	108
4.8 - Primeiro de abril de 1964 <i>Urariano Mota</i>	110

4.9 - Éramos mais do que sabíamos...	115
<i>José Flamarion Pelúcio Silva</i>	
4.10 - Gregório Bezerra: armas e chocolates	117
<i>Marcelo Mário de Melo</i>	
4.11 - A luta continua	119
<i>Tânia Marins Roque</i>	
5 - Movimento Estudantil depois do Golpe	
5.1 - Primeiro D.A. livre da FNF	126
<i>Tânia Marins Roque</i>	
5.2 - UEG, hoje UERJ - Sonhos	128
<i>Susan Guggenheim</i>	
6 - A Opressão da Ditadura	
6.1 - O Tigre	131
<i>Leoncio de Queiroz</i>	
6.2 - As marquises de Niterói	133
<i>Aluizio Palmar</i>	
6.3 - O difícil café com pão	140
<i>Cládice N. Diniz</i>	
6.4 - 1964 - Motivo	147
<i>Francisco Manuel Leite Pinheiro</i>	
6.5 - Perseguição	148
<i>Paulo de Tarso Carvalho</i>	
6.6 - Febeapá da ditadura	150
<i>Emilio Mira y Lopez</i>	
6.7 - Otto Maria Carpeaux	153
<i>Emilio Mira y Lopez; Arthur Poerner</i>	
7 - Invasão da Medicina (1966)	
7.1 - Invasão da Medicina	154
<i>Leoncio de Queiroz</i>	

8 - Morte do Che (9/10/1967)

8.1 - Che - Um homem sem fronteiras

Marília Guimarães

156

8.2 - Che vive!

Marcos Arruda

158

9 - Morte do Edson Luís (28/3/1968)

9.1 - A morte de Edson Luís

Airton Queiroz

161

9.2 - Sardinha no Calabouço

Adair Gonçalves Reis

164

10 - Passeatas, Manifestações, Ações

10.1 - A culpa foi de Monteiro Lobato

Alfredo Lopes

165

10.2 - 1968 - Dia de manifestação

Francisco Manuel Leite Pinheiro

170

10.3 - 1968: Quarenta anos depois

Maria Clara Lucchetti Bingemer

170

10.4 - Quimbanda contra opressão

Arthur Poerner

172

10.5 - Brasília, quinta-feira, 29 de agosto de 1968

Memélia Moreira

177

10.6 - Cadê a massa

Renato Mayer

179

10.7 - Vemaguet revolucionária

Gil Vicente N. Simões

180

10.8 - Passeata dos cem mil

Dalva Bonet

181

11 - A Batalha da Maria Antônia (3/10/1968) e o Congresso de Ibiúna (12/10/1968)	
11.1 - Eu tinha 20 anos... <i>Mário Albuquerque</i>	184
11.2 - Torturadores também tinham medo <i>Cládice N. Diniz</i>	188
11.3 - Ácido <i>Mário Albuquerque</i>	190
11.4 - Maria Antônia, 68 <i>Risomar Fasanaro</i>	191
11.5 - Uma viagem atribulada <i>Roberto Menkes</i>	195
11.6 - Ibiúna <i>Jean Marc von der Weid</i>	199
12 - O AI-5 (13/12/1968)	
12.1 - Normal só a vitória da Mangueira <i>Arthur Poerner</i>	221
12.2 - Hino Nacional <i>Adair Gonçalves Reis</i>	223
12.3 - Na faculdade de Economia <i>Gil Vicente N. Simões</i>	225
12.4 - Origem de algumas distorções nas leituras de 1968 <i>Alípio Freire</i>	227
12.5 - Clandestinidade na Ilha de Santa Catarina <i>Derlei Catarina de Luca</i>	232
12.6 - Meu pai Benjamim <i>Velso Ribas</i>	237
13 - Opções de Luta e Militância	
13.1 - Jamais catuque a onça com vara curta <i>João Batista de Andrade</i>	240

13.2 - Tempos de opção <i>Gil Vicente N. Simões</i>	248
13.3 - O baile do esqueleto <i>Aluizio Palmar</i>	249
13.4 - Nossa política externa <i>Mario Japa, Chizuo Osava</i>	250
13.5 - Luta sindical <i>Delson Plácido</i>	256
13.6 - Hélio Pelegrino, um capítulo ímpar em 1968 <i>Emilio Mira y Lopez</i>	258
13.7 - Causos da resistência à ditadura <i>Ronald Lobato</i>	261
14 - Clandestinidade e Solidariedade	
14.1 - Nome falso: um adjetivo <i>Victória Grabois</i>	265
14.2 - Seu Andrade, o ibadiano <i>José Flamarion Pelúcio Silva</i>	268
14.3 - Raquel, a viúva <i>Urariano Mota</i>	269
14.4 - A primeira noite na clandestinidade <i>Julio César Senra Barros</i>	273
14.5 - Tudo começa onde termina <i>Arnaldo Agenor Bertone</i>	275
14.6 - Geração 68 <i>Maria Lucia Dahl</i>	279
14.7 - Exílio em São Paulo <i>Urariano Mota</i>	281
14.8 - Até sempre, Leda! <i>Pedro Viegas</i>	282

14.9 - 1971 <i>Marco Albertim</i>	283
14.10 - Casamento perigoso <i>Lao-Tsen de Araújo Dias</i>	289
14.11 - Macarrão de molho <i>Tânia Marins Roque</i>	291
14.12 - Encontro com Apolônio <i>Umberto Trigueiros</i>	292
14.13 - Trilhas <i>Pedro Albuquerque</i>	294
14.14 - Spaghettilândia <i>Juarez Ferraz de Maia</i>	306
14.15 - Operação salvamento <i>Pedro Viegas</i>	312
15 - Luta Armada	
15.1 - Resistência <i>Neguinho, Antonio Geraldo Costa</i>	314
15.2 - Primeira ação <i>Leoncio de Queiroz</i>	316
15.3 - Guerrilheiro assassinado <i>Colombo Vieira de Sousa Júnior</i>	321
15.4 - Inícios da ALN no Rio <i>José Pereira da Silva</i>	322
15.5 - O carro pagador do IPEG <i>Sergio Granja</i>	325
15.6 - Expropriações e dinheiro <i>Marcelo Mário de Melo; José Pereira da Silva; Zenaide M. de Oliveira</i>	329
15.7 - Finanças do M.A.R. <i>Júlio César Senra Barros</i>	330

15.8 - Um carro em Sampa <i>José Pereira da Silva</i>	331
15.9 - Ribeira <i>Roberto Menkes</i>	332
15.10 - Treinamento em Cuba <i>José Pereira da Silva</i>	337
15.11 - No dia em que o Marighella foi morto <i>Rose Nogueira</i>	339
15.12 - O coldre <i>Zé Gradel</i>	341
15.13 - Movimento estudantil e sequestro <i>Colombo Vieira de Sousa Júnior</i>	342
15.14 - Nossa luta <i>Pedro Viegas</i>	344
16 - Prisões / Violência Institucional / Terror de Estado	
16.1 - O terror de Estado <i>Cecília Coimbra</i>	347
16.2 - Saquinho de mel - Bacuri <i>Júlio César Senra Barros</i>	351
16.3 - O violão e o tapa <i>Marco Albertim</i>	352
16.4 - A mala <i>Ferrer da Cunha</i>	355
16.5 - Mãe coragem <i>Yara Falcon</i>	363
16.6 - Medo <i>Cládice N. Diniz</i>	365
16.7 - Doce pássaro da juventude <i>Lilian Newlands</i>	366

16.8 - Médicos e resistência <i>Miguel Olímpio Cavalcanti</i>	369
16.9 - Exílio dentro de seu próprio país <i>Tânia Marins Roque</i>	375
16.10 - Memória, esquecimento e verdade <i>Victória Grabois</i>	379
16.11 - 1969 <i>Dalva Bonet</i>	382
16.12 - O dia em que o Che foi encontrado em Osasco <i>Risomar Fasanaro</i>	384
16.13 - Tortura e eliminação física <i>Ana Muller</i>	391
16.14 - Operário, estudante, comunista <i>Roque Aparecido da Silva</i>	392
16.15 - Década de 70 - confiança <i>Francisco Manuel Leite Pinheiro</i>	398
16.16 - Queimaram o filme do João Cândido <i>Silvio Tandler</i>	401
16.17 - Demônios logrados <i>Inêz Oludé da Silva</i>	403
16.18 - 1970 - Abril entrincheirado <i>Marilia Guimarães</i>	406
16.19 - Final de Copa do Mundo <i>Urariano Mota</i>	409
16.20 - O pijama <i>Emilio Mira y Lopez</i>	415
16.21 - Médico na tortura <i>Marcos Arruda</i>	418
16.22 - Fragmentos <i>Norma Bengell</i>	419

16.23 - Natal 1971 <i>Memélia Moreira</i>	421
16.24 - Decisão que marcou minha vida <i>José Pereira da Silva</i>	422
16.25 - Desabafo <i>Marcelo Mário de Melo</i>	431
16.26 - Tinha uma pedra no meio da chuva <i>Risomar Fasanaro</i>	432
16.27 - Agitação no salão de tortura <i>Affonso Henriques Guimarães Correa</i>	438
16.28 - Barão de Mesquita <i>Colombo Vieira de Sousa Júnior</i>	440
16.29 - A morte de Odijas Carvalho <i>Claudio Gurgel</i>	441
16.30 - Prisão e tortura no ar <i>José Duarte dos Santos</i>	443
16.31 - Morte do Jango <i>João Otávio Goulart Brizola</i>	445
17 - Solidariedade e Camaradagem no Cárcere	
17.1 - O compartilhar do pão <i>Pedro Alves</i>	446
17.2 - Verso Et reverso <i>José Flamarion Pelúcio Silva</i>	455
17.3 - Memórias da Ilha das Flores <i>Francisco R. Mendes</i>	456
17.4 - Mário Alves presente <i>Affonso Henriques Guimarães Correa</i>	463
17.5 - As mães dos presos <i>Marcelo Mário de Melo</i>	465

17.6 - Resistir <i>Newton Leão Duarte</i>	466
18 - Sequestros	
18.1 - Onde foi que você escondeu o embaixador? <i>Gregório Banar</i>	468
18.2 - Os que não foram trocados por embaixador <i>Affonso Henriques Guimarães Correa</i>	471
18.3 - Nome na lista <i>Adair Gonçalves Reis</i>	472
19 - Retiradas	
19.1 - Junho de 1970, a retirada <i>Antonio Duarte</i>	474
19.2 - A saída <i>Roberto Menkes</i>	477
19.3 - Mendiga contando a outros onde encontrar o pão <i>Núria Mira Ruelis</i>	480
19.4 - Brasil 4 x 1 Tchecoslováquia <i>Sérgio Valença</i>	482
19.5 - Viagem ao exílio <i>Antonio Duarte</i>	494
20 - Exílio	
20.1 - Exílios <i>Jaime Wallwitz Cardoso</i>	501
20.2 - Passaporte para o mundo <i>Eliete Ferrer</i>	506
20.3 - Vida no exílio <i>Velso Ribas; Eliete Ferrer; Eduardo Benevides; Aurélio Ferreira</i>	518
20.4 - Fui para o exílio com sete filhos <i>Thereza Rabêlo</i>	521

20.5 - Claros sonâmbulos da noite <i>Guilem Rodrigues da Silva</i>	527
21 - Uruguai	
21.1 - Na cama do Chê <i>Leoncio de Queiroz</i>	528
21.2 - MR-8 no Chile ou Jango no Uruguai? <i>Ivan Pinheiro</i>	530
22 - Argélia	
22.1 - Argélia <i>Lia, Maria do Carmo Brito</i>	533
22.2 - Argélia e Cuba <i>Marco Antonio Meyer</i>	535
23 - Chile	
23.1 - Na sombra da cordilheira <i>Jean Marc von der Weid</i>	537
23.2 - Riñihue <i>Wilson Barbosa</i>	540
23.3 - 45 dias prisioneiro da Junta Militar no Chile <i>Luiz Carlos Guimarães</i>	565
23.4 - Eu estive presa no Estádio Nacional do Chile <i>Solange Bastos</i>	573
23.5 - Chile - Algumas lembranças <i>Ubiratan Kertzscher</i>	577
23.6 - Mãe durante exílio <i>Tereza Cristina de Siqueira Cavalcanti</i>	585
23.7 - Terremoto ou bombardeio <i>Eliete Ferrer</i>	590
23.8 - Embaixada do Panamá <i>Lia, Maria do Carmo Brito</i>	592

24 - Argentina	
24.1 - Ebó em Buenos Aires <i>Inêz Oludé da Silva</i>	598
24.2 - Salva pelo gongo <i>Inêz Oludé da Silva</i>	605
25 - Panamá	
25.1 - Salsa panamenha <i>Dalva Bonet</i>	609
26 - Inglaterra	
26.1 - Viva o Reino Unido <i>Dalva Bonet</i>	613
26.2 - Muammar Al-Qadhafi <i>Dalva Bonet</i>	617
27 - França	
27.1 - Lembranças de Nova Iorque <i>Sergio Granja</i>	621
27.2 - Revendo amigos na França <i>Pedro Alves</i>	625
28 - Suécia	
28.1 - Asilo político na Suécia <i>Guilem Rodrigues da Silva</i>	626
28.2 - A Suécia era sinônimo de fim do mundo <i>Guilem Rodrigues da Silva</i>	627
28.3 - Escolha - Acolhida na Suécia <i>Juca, José Alves Neto</i>	633
28.4 - A dor da perda <i>Francisco R. Mendes</i>	634

28.5 - Sobre o Brasil minha pequena <i>Guilem Rodrigues da Silva</i>	636
28.6 - Amo a Suécia <i>Eliete Ferrer</i>	637
28.7 - À guisa de crônica de Natal <i>Guilem Rodrigues da Silva</i>	639
28.8 - Saudades do Olof Palme <i>Eliete Ferrer</i>	639
28.9 - Boal em Estocolmo <i>Francisco Alencar</i>	641
28.10 - Volta e reviravolta <i>Eliete Ferrer</i>	643
29 - Suíça	
29.1 - Flores para Simonsen <i>Guido Rocha</i>	652
29.2 - Suíça sem açúcar <i>Nelson Serathiuk</i>	653
30 - Angola	
30.1 - Meus golpes <i>Mario Japa, Chizuo Osava</i>	656
EPÍLOGO	
Sem saudades <i>Wilson Barbosa</i>	663
SUPLEMENTOS	
Siglas	673
Colaboradores	675

Introdução

ELIETE FERRER

68 A Geração que Queria Mudar o Mundo compõe-se de histórias reais ocorridas desde 1964 até a abertura política - nas reuniões, na militância, nas manifestações, nas discussões, na prisão, nas ações armadas ou não, nos treinamentos, na clandestinidade, no Brasil ou no exterior, no exílio.

Aqui, são descritos acontecimentos interessantes de que o colaborador tenha participado ou que tenha presenciado. Episódios, momentos íntimos; aquilo que se conta quando se está em uma roda de amigos; aquilo que ainda não foi narrado; aquela circunstância singular que o autor vivenciou ou a que tenha assistido; recortes de memória; reminiscências, fatos apresentados sob uma ótica peculiar; partículas da realidade vivida por cada um; fragmentos relevantes da nossa vivência na luta por um Brasil melhor.

Há todo tipo de relatos: sérios, engraçados, trágicos, pitorescos, dramáticos, emocionantes ou não, simples. Com esse livro pretendemos preservar a memória de uma época e transmitir seu clima, assim como as emoções e esperanças que eram então compartilhadas, às novas gerações, aos nossos filhos e netos.

O diferencial de *68 A Geração que Queria Mudar o Mundo* caracteriza-se pela revelação do lado humano e afetivo daqueles que não aceitaram a prepotência do Golpe de 64, concebido e engendrado nos Estados Unidos. Os golpistas rasgaram a Constituição e depuseram o presidente legalmente eleito. O Terror de Estado implantado pela ditadura perseguiu, sequestrou, torturou, assassinou e ainda criou a figura do desaparecido político.

Considerando que nossa ideia criou raízes no âmbito do Grupo Os Amigos de 68, esclarecemos que alguns textos aqui publicados nasceram no calor da discussão, foram extraídos da troca de mensagens entre seus integrantes e refletem nossa preocupação com a Memória Nacional.

68 A Geração que Queria Mudar o Mundo mostra a voz daqueles que, militantes ou não, reagiram e se rebelaram contra os usurpadores do poder, já que este trabalho é constituído de "flagrantes de lembranças", de "cenas vistas por um olhar individual". Seu foco são as experiências pessoais entremeadas de breves contextualizações históricas. De fato, a luta contra a ditadura foi o primeiro movimento social rebelde de abrangência nacional.

Somos 100 colaboradores. 100 personagens. Cada página é um testemunho vivo de eventos autênticos, pequenos detalhes, retratos instantâneos de um período que marcou nossa geração, indignada com as arbitrariedades estabelecidas pelos golpistas. Aqui, focalizam-se e revelam-se ângulos da nossa disposição, da nossa esperança no futuro. Cada pessoa é um exemplo real da história de todos. Cada vivência é um retrato da humanidade.

68 A Geração que Queria Mudar o Mundo destina-se a todos os que querem saber mais um pouco a respeito das nossas lutas por um mundo melhor, aos que querem conhecer mais aqueles que se revoltaram contra a ordem imposta pela tirania dos que se apropriaram da máquina estatal. Destina-se a leitores de todas as gerações, especialmente, aos mais jovens que somente ouviram falar que, certa vez, recentemente, muitos brasileiros estiveram unidos contra o autoritarismo e o terrorismo de Estado.

Esperamos que o conhecimento proporcionado pela publicação desta obra, junto com a abertura dos arquivos secretos da ditadura, contribua para que esses fatos nunca possam ocorrer novamente.

GRUPO OS AMIGOS DE 68

O Grupo Os Amigos de 68 é um grupo virtual, criado em junho de 2006 que, sempre com bom humor, congrega, pela Internet e por meio de encontros políticos, amistosos, calorosos e recreativos, amigos ex-militantes que participaram da luta por uma sociedade mais justa e do enfrentamento e resistência à opressão dos que subverteram a ordem constitucional.

O Grupo Os Amigos de 68 promove a união de antigos combatentes de todas as frentes de luta contra a ditadura, em todas as suas fases, correntes e modalidades. Perseguidos pela repressão, muitos de nós fomos presos e exilados, temos amigos ou familiares mortos e desaparecidos.

O Grupo Os Amigos de 68 reúne brasileiros que ousaram resistir à ditadura e exerceram o legítimo direito universal, humano, de reagir contra a tirania instaurada no Brasil a partir de 1º de abril de 1964. O direito de rebeldia faz parte da história da humanidade.

Nosso objetivo principal é criar um processo permanente de encontros reais e virtuais, visando cultivar e desenvolver as raízes comuns e os laços de amizade e solidariedade que nos unem, respeitando e admirando a diversidade e as diferenças que o tempo e a vida cultivaram em cada um de nós.

Somos cerca de 300 integrantes oriundos de muitas partes do Brasil, residentes aqui e no mundo. Temos associados que moram na Suécia, na França, no Canadá, nos Estados Unidos, na Bélgica, em Portugal, na Suíça, na Dinamarca e na Itália.

De dentro do Brasil temos companheiros nas seguintes cidades:

Rio de Janeiro, Recife, Niterói, São Paulo, Goiânia, Fortaleza, Vitória, Brasília, Belo Horizonte, Salvador, João Pessoa, Olinda, Porto Alegre, Aracaju, Maceió, Osasco, Araçatuba, Campinas, Uberlândia, Ribeirão das Neves, Foz do Iguaçu, Curitiba, Criciúma, Ribeirão Preto, Itapuá, Armação de Búzios, Macaé, Guarapari, Juiz de Fora, Valença, Maricá, Sorocaba, São Bernardo do Campo, etc.

Costumamos dizer que somos um Grupo descontraído, alegre, afetivo e cheio de informação.

É realmente emocionante usufruir de um espaço como o do Grupo Os Amigos de 68 e poder "rever" velhos companheiros e apóia-los, trocar carinhos, notícias, planejar outros encontros, discutir assuntos atuais, promover eventos e sonhar com o futuro, pois ainda queremos mudar o mundo.

HISTÓRICO

A ideia deste livro nasceu em fins de 2006, quando integrantes do Grupo Os Amigos de 68 homenagearam nosso companheiro Elmar de Oliveira na Taberninha da Glória. Era novembro e o Elmar tinha feito a grande viagem.

O encontro foi muito afetivo, alguns discursaram e muito se falou do Elmar, da Cinemateca do MAM, das lutas contra a ditadura, do companheirismo, das reuniões, da militância, dos exílios, do "exílio" do Elmar em Mar de Espanha. Todos não se cansaram de afirmar

que o Elmar era grande amigo e agregador – um exemplo de solidariedade. Ele sempre procurou aquilo que unia, sempre buscou a congregação de todos.

Concluimos, naquele dia, mais uma vez, que tínhamos que dar início a um Livro de Memórias, que deveria estar pronto até meados do ano seguinte para ser editado e lançado no início de 2008, quando o ápice do nosso movimento completasse 40 anos.

A maneira como devemos passar nossas vivências para os nossos filhos e netos sempre foi motivo de preocupação para nós, atentos ao que é ensinado nas escolas, inquietos com a desinformação geral dos jovens. Pensamos em registrar, nós mesmos, nossas experiências em uma coletânea que contivesse parte da História do Brasil contada pelos próprios participantes, onde nosso lado humano e afetivo fosse sua característica essencial e se mostrasse presente em cada vírgula, em cada palavra ou parágrafo.

Formou-se um grupo interessado nos cuidados com a publicação, que participaria da seleção dos trabalhos que, depois de revisados, entrariam na composição do nosso livro: Beth Müller, Chiquinho Roberval Mendes, Colombo Vieira, Eliete Ferrer, Jaime Wallwitz Cardoso (Jaimão), Leoncio de Queiroz (Léo), Newton Leão Duarte e Zé Gradel. O Léo elaborou o projeto. Eu, Eli, fiquei responsável pelo recebimento, revisão e edição dos textos, além de coordenar e organizar o livro. Meu grande desafio consistiu em convencer as pessoas a que escrevessem e enviassem seus relatos em tempo.

Pela alta qualidade dos relatos recebidos por mim, todos foram aproveitados.

Ressalto a inestimável atuação de Julio César Senra Barros no intuito de publicar nosso livro, o esforço incansável de Emilio Mira y Lopez e Marília Guimarães com esse mesmo objetivo, assim como a tentativa de Roberto Menkes e a atenção de Robson Achiamé. Destaco o carinho do meu amigo Arthur Bosisio por seus preciosos conselhos.

Nosso livro passou a chamar-se *68 A Geração que Queria Mudar o Mundo*.

Panorama Histórico

CECÍLIA COIMBRA
LEONCIO DE QUEIROZ
MARIO JAPA, CHIZUO OSAVA
MARIO MAESTRI

GÊNERO, MILITÂNCIA, TORTURA

Cecília Coimbra

"Lembra daquele tempo
Que sentir era
A forma mais sábia de saber
E a gente nem sabia?"
(Alice Ruiz)

Trazer um tempo vivido intensa e ativamente, de forma um tanto frenética, pois tudo nos parecia urgente de ser realizado, sem cair em uma espécie de saudosismo conservador, é um desafio. Desafio que aceitamos ao tentar trazer alguns fragmentos de uma história que será não somente minha, mas de uma geração que generosamente sonhou, ousou, correu riscos e, como a peste, foi marcada, massacrada e exterminada: uma geração que, apaixonadamente, nos anos 60 e 70, caracterizou-se não pela "mesmice", pelo instituído, pelo conformismo, mas, ao contrário, pela denúncia, pela desmitificação, pela criação de novos espaços.

Este livro compõe-se, portanto, de muitas outras seqüências de ações: dos que sobreviveram, dos que sucumbiram e – por que não? – dos que, muitas vezes, aterrorizados, assistiam e/ou passavam ao largo desses mesmos acontecimentos.

Trazer esses tempos de militância – descritos aqui, inicialmente, como um tanto eufóricos e mesmo despreocupados, pois, sem dúvida, acreditávamos e pensávamos poder mudar o mundo e, posteriormente, como tempos sofridos e dolorosos, quando recrudesciu o

massacre, o extermínio – é caminhar num fio de navalha, numa “corda bamba”. Esse “equilibrismo” é auxiliado pelas palavras do poeta Paulinho da Viola – quando do lançamento de um filme documentário sobre sua obra.

- É uma coisa muito minha ter essa sensação de que todas as coisas que eu vivi, experimentei, senti ou vi estão agora aqui comigo.

Contar essas memórias significa, sem dúvida, tentar navegar por outras histórias, diferentes da oficial que nos tem sido apresentada e afirmada como única e verdadeira. Há relatos que atravessam e constituem todos nós, mesmo os que não tiveram com aqueles tempos implicações tão intensas ou que neles não viveram.

O conhecimento do passado que nos tem sido imposto seleciona e ordena os fatos segundo alguns critérios e interesses e, com isso, constrói zonas de sombras, silêncios, esquecimentos, repressões e negações. A memória “oficial” tem evidenciado, portanto, seu lado perverso, pelas práticas dos “vencedores” com o intuito de apagar os vestígios que os tornados subalternos e os opositores, em geral, têm deixado ao longo de suas experiências de resistência e luta. A versão “oficial” tem engendrado distorções, estimulando a ignorância a respeito dos embates ocorridos em nosso país, como se os “vencidos” não estivessem presentes no cenário político e, ainda, apaga, até mesmo, seus projetos e utopias.

Entretanto, apesar desse poderio, não tem sido possível ocultar ou eliminar a exposição cotidiana de outras realidades. Não obstante essas estratégias de silenciamento e acobertamento, outros fatos vazam, escapam e, de vez em quando, reaparecem, invadindo muitos de nós. Por isso, falar deles é afirmar/fortalecer experiências ignoradas, desqualificadas, negadas.

Toda uma geração de jovens estudantes, intelectuais e artistas – e ali estava eu – vivemos intensamente o alegre e descontraído início da década de 60, continuação do que ficou conhecido como os famosos “anos dourados” – os anos 50 da Bossa Nova, do bem-humorado e sorridente presidente JK, Juscelino Kubistcheck que governou o país de 1956 a 1961. Aqueles tempos destacaram-se pela implementação de projetos das chamadas reformas de base e de desenvolvimento nacional, frente ao reordenamento monopolista do capitalismo internacional, o que gerou uma política populista dos governos de Jânio Quadros até 1961 e João Goulart de 1961 a 1964.

Nesse quadro, fortaleceram-se diferentes movimentos sociais direcionados para a chamada "conscientização popular". Sem dúvida, foram anos marcados pelos debates em torno do "engajamento" e da "eficácia revolucionária", onde a tônica era a formação de uma "vanguarda" e seu trabalho de "conscientizar as massas" para que pudessem participar do "processo revolucionário". A efervescência política, o intenso clima de mobilização e os avanços na modernização, industrialização e urbanização que configuravam o período traziam, necessariamente, as preocupações com a participação popular.

Ressoavam muito próximos de nós os ecos da vitoriosa Revolução Cubana, que passou a embalar toda uma juventude e grande parte da intelectualidade latino-americana, como o sonho que poderia tornar-se realidade.

Aqui no Brasil, a despeito de toda uma política populista, os grupos dominantes, muitos aliados aos capitais estrangeiros, mostraram-se incapazes de formular uma política autônoma. Assim, surgiram pressões em diferentes áreas, apesar de muitos desses movimentos serem alimentados pelo próprio governo populista/desenvolvimentista de João Goulart.

Foi a época do Centro Popular de Cultura da UNE, dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, de filmes como *Cinco Vezes Favela* e do, então, inacabado *Cabra Marcado para Morrer*. A finalidade era "educar o povão" por meio da arte. No nordeste, Francisco Julião e as Ligas Camponesas incendiavam com sonhos de liberdade e de reforma agrária os pequenos camponeses da Zona da Mata. Diferentes experiências com alfabetização de adultos eram realizadas, desde Com Pés Descalços Também se Aprende a Ler, no Rio Grande do Norte, passando pelo Movimento de Cultura Popular, em Pernambuco, até o Programa Nacional de Alfabetização de Paulo Freire, em Pernambuco e Rio de Janeiro.

Tratava-se, sem dúvida, da produção de territórios singulares, ainda marcados, muitos deles, pela sisudez, rigidez e stalinismo vigentes no período e que foram radicalizados pela geração de 68. Provavam-se e aprovavam-se novos valores e padrões de comportamento, especialmente entre a juventude e a intelectualidade militante. A participação das mulheres passava a ser, gradativamente, valorizada, não somente em sua profissionalização, mas, principalmente, no seu engajamento político, a despeito de todos os limites que ainda eram impostos pelos companheiros de militância. Por exemplo, as tarefas reservadas às mulheres na militância, com raríssimas exceções, eram as que sempre foram desempenhadas secularmente por elas. Em uma reunião política clandestina

de que participei, minha função era – para disfarçar – cozinhar para os companheiros. Contudo, o casamento deixava, aos poucos, de ser para nós a única perspectiva honrada de independência familiar. Explorávamos novos caminhos onde se tornava fundamental a satisfação pessoal nos mais diferentes relacionamentos, desde a sexualidade até o trabalho, que deixava de ser mera ocupação, por vezes provisória, para tornar-se via legítima de realização pessoal e afirmação da própria independência. A reprodução tornava-se uma opção nos debates travados em torno do direito ao aborto e ao uso da pílula anticoncepcional. A sexualidade expandia-se para além dos limites do casamento e a monogamia teve sua discussão iniciada. O tabu da virgindade caía por terra. As relações entre homens e mulheres eram pensadas de forma um pouco mais igualitária. Luiz Carlos Maciel, no livro *Anos 60*, afirmou:

- Queríamos mudar o mundo, era a nossa questão básica; mais: tínhamos a certeza de que isso ia acontecer (...) Não nos passava pela cabeça que o ser humano pudesse passar seu tempo de vida sobre a terra, alheio aos problemas sociais e políticos; esta era para nós a pior das alienações. Foi assim que, nos anos 60, produziu-se uma arte política, uma cultura voltada para a questão social. Muitos da geração comprometeram suas vidas com a política e seu modo específico de encarar a realidade.

O pacto populista entre o governo de João Goulart e os setores populares começou a se tornar perigoso para a expansão monopolista do capital estrangeiro. Foi engendrado o golpe militar de 64, quando as forças armadas ocuparam o Estado para servir a tais interesses. Para isso, como preparação de terreno, uma intensa campanha se desenvolveu desde os anos 50, por meio da qual se construía a figura do comunista como o traidor da pátria. O fantasma do comunismo ameaçava e rondava as famílias brasileiras; era necessário esconjurá-lo, estar sempre alerta para que a pátria, a família e a propriedade continuassem territórios sagrados e intocáveis por tal peste. Não foi por acaso que o golpe de 1º de abril de 1964 teve o apoio de significativas parcelas das classes médias que denunciavam o avanço do comunismo na sociedade brasileira e exigiam um governo forte.

E, a despeito do golpe e da intensa propaganda anticomunista, das prisões, das cassações, dos primeiros desaparecimentos – em especial, entre operários, marinheiros e camponeses – havia, ainda, grande difusão de toda aquela “postura participante e conscientizadora”, no período entre o golpe e o Ato Institucional nº 5, de 1968.

Ocorriam espetáculos – tudo em circuito fechado – peças de teatro, filmes, até que, em início de 68, as passeatas estudantis tomaram conta das ruas nas principais capitais do país, culminando com a famosa Passeata dos Cem Mil, realizada no Rio de Janeiro, em junho do mesmo ano.

Em outubro, aconteceu o célebre congresso clandestino da UNE, em Ibiúna, São Paulo, “estourado” pela polícia, quando cerca de 700 estudantes foram presos. As greves operárias em Contagem e Osasco, com a ocupação de algumas empresas pelos trabalhadores, apontavam – segundo algumas leituras da época – para o enfrentamento com o regime. A repressão agia de forma cada vez mais violenta e mostrou um de seus aspectos mais agressivos: os grupos paramilitares. Bombas foram colocadas em teatros do Rio e São Paulo, em editoras, jornais, espaços culturais e faculdades. Sucederam-se seqüestros, espancamentos de artistas e estudantes. A peça Roda Viva foi proibida em todo o território nacional. Houve denúncia do envolvimento e utilização de uma tropa de elite da Aeronáutica (o PARASAR) na prática de ações criminosas e atos terroristas contra alguns dos opositores do regime.

Estava sendo armada a cena para o grande amordaçamento: o golpe dentro do golpe, o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que encerrou a década de 60 e inaugurou os terríveis e dolorosos anos 70.

A partir daí, o regime militar consolidou a sua forma mais brutal de atuação por intermédio de uma série de medidas como o fortalecimento do aparato repressivo, com base na Doutrina de Segurança Nacional. Dessa forma, estava garantido o desenvolvimento econômico com a crescente internacionalização da economia brasileira e a devida eliminação das “oposições internas”. Silenciava-se e massacrava-se toda e qualquer pessoa e/ou movimento que ousasse levantar a voz: era o terrorismo de Estado que se instalava; a ditadura sem disfarces.

A censura tornava-se, a cada dia, mais feroz e violenta, pois dificultava e impedia qualquer circulação e manifestação de caráter um pouco mais crítico. A televisão passou a ter um grau de eficiência e eficácia internacionais, fabricava e sedimentava valores e padrões para um país que “vai pra frente”.

Muitos passaram a acreditar no “Brasil Grande”, no “progresso”, no “crescimento”, na “modernização”, na “grande potência” em que iria se transformar nosso país. Havia, simultaneamente, um profundo conformismo político, em que a defesa da ordem, da

hierarquia, da disciplina, da submissão eram enfatizados, e onde o medo às autoridades dominava a todos, medo que abrangia desde o tratamento de questões mais amplas até problemas triviais do cotidiano.

Duas categorias passaram a ser construídas e muito disseminadas naqueles anos 70, no Brasil: a do subversivo ou terrorista e a do drogado, ligadas à juventude da época. A primeira era apresentada com conotações de grande periculosidade e violência, porque se revelava como uma ameaça política à ordem vigente; deveria ser identificada, denunciada, controlada e, se necessário, exterminada. Tal categoria vinha acompanhada de outros adjetivos como: criminoso, ateu, traidor e prostituta para as mulheres, pois carregava fortes implicações morais. O subversivo ou terrorista não atuava somente contra o regime político, mas contra a religião, a família, a pátria, a moral, a civilização, tornando-se, assim, um anti-social. Estava contaminado por "ideologias exóticas", por mandatários de fora. No drogado, o aspecto de doença já estava dado, pois era um ser moralmente nocivo, com hábitos e costumes desviantes. Na época, as drogas foram associadas a um plano externo para minar a juventude, tornando-a presa fácil das "ideologias subversivas". Então, juntavam-se drogado e subversivo, o que se tornava perigosíssimo.

Essa juventude que ia para "o caminho da subversão e do terrorismo", onde alguns pegaram em armas para lutar contra o regime, advinha, em sua grande maioria, das camadas médias urbanas, da pequena burguesia, da intelectualidade. Por que se tornavam "terroristas", negando suas origens de classe? Esta era uma questão que alguns militares colocavam, em especial, após o Congresso de Ibiúna, onde quase 90% dos jovens presos advinham daqueles segmentos. As causas não poderiam estar vinculadas à "crise da família moderna"? Não seriam esses "terroristas" jovens desajustados emocionalmente, originários de famílias desestruturadas?

Para provar essas hipóteses – há muito anunciadas pela mídia acerca dos jovens "inocentes úteis" –, em 1970, foi realizada uma pesquisa entre presos políticos, no Rio de Janeiro, com o apoio de psicólogos contratados para tal fim e que ficou conhecida como "perfil psicológico do terrorista brasileiro". Por meio de anamneses, testes objetivos de nível mental e de interesses e testes projetivos de personalidade como o Rorschach e o Rosenzweig, levantou-se a situação familiar e psicológica desses presos, suas militâncias, o que pensavam fazer ao sair da prisão e várias outras questões.

As "brilhantes" conclusões dessa pesquisa apresentavam 73% de indivíduos com dificuldades de relacionamento, escasso interesse humano e social e difícil comunicação; em suma, pessoas difíceis. Além disso, outras características lhes foram atribuídas: imaturos, desajustados, inseguros, instáveis. Portanto, aqueles que se lançavam na resistência contra a ditadura militar apareciam desacreditados com a pecha de doentes, como casos patológicos que deveriam ser submetidos a tratamento.

Essa pesquisa mostrou não apenas uma necessidade por parte da repressão de conhecer melhor os militantes políticos e traçar um perfil psicológico daqueles que estavam sendo combatidos, mas, fundamentalmente, difundir na sociedade, nas famílias de classe média e nas mães desses jovens, em especial, a crença de que seus filhos encontravam-se doentes. Elas, em suma, eram as principais responsáveis pelos transtornos que esses jovens traziam para a nação.

Ao lado dessas táticas repressivas mais sutis e tão perversas quanto as utilizadas usualmente, os órgãos diretamente vinculados à repressão sofisticavam-se dia a dia. Em 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informação, que cresceu a ponto de se transformar na quarta força armada não uniformizada. De 1967 a 1970, foram estruturados os Centros de Informações do Exército (CIE), da Aeronáutica (CISA) e da Marinha (CENIMAR), assim como "forças unificadas antiguerrilhas" que receberam financiamentos públicos e privados: os DOI-CODIs (Destacamento de Operações e Informações/Centro de Operações e Defesa Interna) que, em cada região militar do país, permaneciam sob a jurisdição do Comando Regional do Exército. Tais eram seus poderes que certa análise política falava da existência de um verdadeiro Estado dentro do Estado.

A tortura foi institucionalizada. Os centros de tortura consolidaram-se como um fato real e horripilante.

A tortura não quer "fazer" falar, ela pretende calar e é justamente esta a terrível situação: por meio da dor, da humilhação e da degradação tentam transformar-nos em coisa, em objeto. Resistir a tal violência revela-se como enorme e gigantesco esforço para não perder a lucidez, para não permitir que o torturador penetre em nossa alma, em nosso espírito, em nosso pensamento.

Em especial, a tortura perpetrada à mulher mostra-se brutalmente machista. Inicialmente, os xingamentos, as palavras ofensivas e de baixo calão ditas agressiva e ferozmente

caracterizam-se como forma de anular a pessoa, o ser humano, a mulher, a companheira e a mãe.

É difícil calcular o número daqueles que se opuseram à ditadura após o golpe de 1964, em nosso país. Mais difícil ainda apontar quantas mulheres participaram desse processo. No Projeto Brasil Nunca Mais, consta que 884 mulheres foram presas e denunciadas à Justiça Militar à época. Entretanto, acredito que esse número seja bem maior, tendo em vista que muitas presas – como foi o meu caso – não foram levadas à Justiça Militar e muitas que militaram no período não chegaram a ser presas.

Além disso, pelo levantamento feito por entidades de direitos humanos publicado no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964 (1995) há 24 mulheres mortas e 20 desaparecidas, números que consideramos bastante incompletos ainda. Podemos constatar, porém, que não foi pequeno o número de mulheres participantes da luta contra o regime militar. Contudo, trabalhos sobre tais experiências são muito escassos. Há, sim, livros de terceiros sobre algumas dessas mulheres vivas ou mortas como Lara Lavelberg, Sônia Maria de Moraes Angel Jones, Zuzu Angel, Carmela Pezzuti, algumas guerrilheiras do Araguaia, reportagens e trabalhos acadêmicos sobre algumas delas. Relatos pessoais das experiências não há nenhum. Ao escrever este artigo, constatei que não existem livros feitos pelas próprias mulheres. Fica a certeza de que essas histórias precisam ser contadas.

Entendo que, por mais perigoso, delicado e doloroso que seja o ato de denunciar, de falar sobre as violações que sofremos, ele é o início de uma caminhada fundamental para que histórica e socialmente possamos conviver com os terríveis efeitos produzidos em nós por semelhantes práticas. A fala, a denúncia, o tornar público, tiram-nos do território do segredo, do silêncio, da clandestinidade. Com isso, podemos sair do lugar de vítima fragilizada, impotente e ocupar o da resistência, da luta, daquele que passa a perceber que seu caso não é um acontecimento isolado; ele toma forma, passa a ser parte de outros e sua denúncia, esclarecimento, "publicização" e responsabilização abrem espaços e fortalecem novas denúncias, novas investigações. A dimensão coletiva desse caminho se afirma e, com isso, temos a possibilidade de começar a tocar na não responsabilização, de mostrar que tal quadro pode ser mudado, pode ser revertido.

Segundo a interpretação dominante da Lei da Anistia, sancionada em 1979, no governo Figueiredo, em função dos chamados "crimes conexos", todos aqueles que cometeram, em nome da segurança nacional, crimes de lesa humanidade estariam anistiados. Ou seja,

em cima dessa interpretação, até hoje, nenhum torturador do período da ditadura militar foi responsabilizado. Ao contrário, continuam sendo premiados e, em muitas ocasiões, têm ocupado cargos de confiança em governos municipais, estaduais e no federal.

Histórica e socialmente, a não "publicização" e a não responsabilização produzem uma dupla violação: além da que foi sofrida – se nenhuma atitude for tomada por parte do afetado e/ou autoridades – a pessoa continua no dia a dia sendo violentada. O desrespeito pela falta de investigação e esclarecimento dos fatos e a falta de "publicização" e responsabilização significam uma nova brutalidade. Não é por acaso que alguns atendimentos clínicos a pessoas afetadas pela violência institucionalizada articulam-se com a luta contra a impunidade e têm um caráter pedagógico-social.

A própria concepção de "superação" dos efeitos produzidos por essas práticas de violação vinculam-se, portanto, às lutas político-sociais, como o combate contra a impunidade e por uma sociedade sem torturas.

Trecho extraído de depoimento de um ex-presos político:

- "Infelizmente, setores importantes da sociedade não têm a menor ideia de que significa tortura (...) Tortura é uma das práticas mais perversas: é a submissão do sujeito ao lhe ser imposta a certeza da morte. Não uma morte qualquer: é a morte com sofrimento, a morte com muita agonia, é a morte que ocorre bem devagar, porque o desespero deve ser potencializado. O choque elétrico rasga, como golpes, as entranhas do indivíduo e o coração parece que vai explodir. O afogamento, mescla de água e ar, é a consciência da parada cardíaca, a dor dos pulmões que vão encharcando. O pau de arara, o cigarro aceso queimando a pele e a carne. Várias horas seguidas e em várias horas do dia, da noite, da madrugada".

Desde 1992, funciona no Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, seu projeto Clínico-Grupal: uma equipe de psicólogos, psicanalistas, psiquiatras e fisioterapeutas que atende a pessoas atingidas direta e/ou indiretamente pela violência institucionalizada ontem e hoje. Este projeto, além do atendimento, hoje no Rio de Janeiro a 95 pessoas, preocupa-se também com a questão da formação, e organiza cursos, oficinas, seminários para se pensar a questão da violência, da clínica e dos direitos humanos hoje em uma sociedade globalizada de controle neoliberal.

Infelizmente a prática hedionda da tortura continua, ainda hoje, ocorrendo em nosso país de forma sistemática e generalizada, principalmente para as camadas empobrecidas da população.

O GOLPE NÃO COMEÇOU EM 1964

Leoncio de Queiroz

Na República Velha, o voto não era universal nem secreto. Analfabetos e mulheres não votavam. Não havia urnas onde o voto fosse depositado em um envelope fechado. O eleitor registrava seu voto em um livro, geralmente sob a supervisão do cacique local. Além disso, depois de eleitos, os candidatos tinham de passar por um crivo denominado, então, de "reconhecimento dos poderes", isto é, podiam ser aceitos ou "degolados" conforme a conveniência da maioria da Assembleia Legislativa ou do Congresso eleito. O resultado era uma imbatível oligarquia de latifundiários – os "coronéis" –, dominada por Minas Gerais e São Paulo, que se revezavam no poder. Não havia limite à jornada de trabalho, nem proibição de trabalho infantil, nem estabilidade no trabalho, nem férias, nem 13º salário, nem indenização trabalhista, nem aposentadoria.

A revolução de 30 foi o principal marco na História do Brasil depois do descobrimento. Representou uma transformação sem precedentes, muito mais significativa do que a Independência ou a Proclamação da República. Com ela, o coronelismo rural perdeu sua hegemonia e pôde esboçar-se um início de industrialização. Foi Getúlio Vargas quem criou o Estado brasileiro como ele existe hoje e lançou as bases ainda vigentes da democracia burguesa. Embora o voto universal – que inclui os analfabetos – só tenha sido incorporado na Constituição de 1988, a eleição para a Assembleia Constituinte, em 1933, foi a primeira realizada com os votos femininos e por meio de voto secreto, assim como a primeira em que as mulheres puderam candidatar-se. O Governo do Getúlio criou a Legislação Trabalhista e a Justiça do Trabalho para garanti-la. Instituiu as férias, a estabilidade, a jornada de trabalho de oito horas, criou os institutos de previdência e proibiu o trabalho infantil. Getúlio nacionalizou o subsolo brasileiro (os recursos minerais) e fundou a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Fábrica Nacional de Motores (FNM). A construção da CSN e da FNM foi negociada com o governo de Franklin Roosevelt, que se comprometeu a fornecer a tecnologia e os financiamentos necessários em troca da adesão brasileira aos países aliados na Segunda

Guerra Mundial e a permissão para instalar uma base aérea dos Estados Unidos no Rio Grande do Norte.

Nem tudo foram rosas, porém. À esquerda dos revolucionários de 30, organizados na Aliança Liberal, formou-se uma frente, em torno de um programa de conteúdo antifascista e antiimperialista, liderada pelos comunistas e pelos tenentes revoltosos da década de 20, chamada de Aliança Nacional Libertadora (ANL). Luís Carlos Prestes havia liderado a coluna de tenentes rebelados, que ficou conhecida como a Coluna Prestes e que, de 1925 a 1927, percorreu grande extensão do país, pregando reformas políticas e sociais e dando combate a tropas dos governos de Artur Bernardes e de Washington Luís, para finalmente retirar-se, invicta, para o território boliviano. Prestes, que passou a ser chamado de Cavaleiro da Esperança, teve, no exílio, contato com comunistas brasileiros e argentinos e passou a estudar o Marxismo. Quando retornou ao Brasil, já membro do então denominado Partido Comunista do Brasil (PCB), foi escolhido para a presidência da ANL. O crescimento vertiginoso deste movimento assustou Getúlio, que o colocou na ilegalidade. O PCB e parte do movimento tenentista passaram a planejar uma insurreição popular contra o Governo. Em 1935, ocorreu, prematuramente, em Natal, um levante de tropas do Exército que contou com o apoio do PCB local e teve grande adesão da população. Os comunistas e os tenentes sediciosos, apanhados de surpresa, tentaram eclodir a insurreição. Houve levantes em guarnições do Recife e do Rio de Janeiro, mas todas essas revoltas foram rapidamente sufocadas. Desencadeou-se, a seguir, uma grande caça aos comunistas, socialistas e membros da ANL. Os dirigentes do PCB foram todos presos. Prestes e sua mulher, a alemã Olga Benário, caíram em março de 1936.

A nódoa que denigre o Governo de Vargas consiste na perseguição à ANL e nos maus-tratos e nas torturas infligidas aos comunistas e tenentes aprisionados. Terríveis os relatos da tortura sofrida pelo alemão Harry Berger e sua mulher, Elisa, enviados pela Internacional Comunista para assessorar a direção do PCB. Preso embaixo de um vão de escada, Berger ficava dias sem poder dormir, sendo torturado por meio de um arame enfiado na uretra cuja outra ponta era aquecida até ficar em brasa. Era tratado como um bicho, o que levou o famoso advogado Sobral Pinto a requerer, em sua defesa, a aplicação da Lei de Proteção aos Animais. Harry Berger enlouqueceu na prisão. Prestes passou nove anos em prisão solitária. O mais hediondo crime do Governo, entretanto, foi deportar a esposa grávida de Prestes, judia e comunista, entregando-a aos nazistas. Olga foi executada em um campo de concentração. Leocádia, a mãe de Prestes conseguiu resgatar e criar a neta – Anita Leocádia. O principal responsável por todas essas atrocidades foi o chefe de

policia Filinto Müller, egresso do movimento tenentista. Getúlio, contudo, poderia ter-se empenhado em poupar a companheira e a filha do adversário vencido, mas não o fez.

Getúlio, portanto, foi um protagonista controverso. Se por um lado perseguiu cruelmente os que estavam à sua esquerda, por outro introduziu reformas profundas, iniciou a industrialização e criou instituições que se consolidaram na vida nacional. Tudo sem abalar a hegemonia do capital e do latifúndio.

Os Estados Unidos nunca lhe perdoariam a nacionalização do subsolo, que antes era concessão da empresa estadunidense Farquhar, nem a criação da Cia. Siderúrgica Nacional, que conferia relativa auto-suficiência industrial ao Brasil. Com o fim da Segunda Guerra, surgiram duas campanhas antagônicas, ambas pela convocação de uma Constituinte: uma por eleições sem Getúlio e outra, fortíssima, o Queremismo, por eleições com Getúlio. Apesar de já haver convocado as eleições, Getúlio foi deposto, em outubro de 1945, no auge de sua popularidade, pelos mesmos chefes militares que sempre lhe deram apoio e participaram de seu Governo: Góes Monteiro e Eurico Dutra. É pura falácia a versão de que a ditadura de Vargas foi derrubada por um amplo movimento de retorno à democracia. Getúlio foi removido por seus ministros, que sempre participaram de suas decisões e que continuaram dando as cartas.

As eleições que se seguiram foram vencidas por Eurico Dutra, unicamente devido ao apoio que este recebeu de Vargas. São paradoxos da política brasileira: Getúlio apoiou o general que o depôs e, anos mais tarde, recebeu o apoio de Prestes, a quem havia perseguido tão implacavelmente.

Dutra teve um mandato marcado pelo entreguismo, pela subserviência aos interesses dos Estados Unidos, pelo desperdício das divisas acumuladas durante a guerra com importação de Pirex e Cadilacs, pelo arrocho salarial, pela repressão aos sindicatos e por uma feroz perseguição aos comunistas. Estes, que haviam sido anistiados no fim do Governo do Getúlio e que puderam participar das eleições, conquistando uma representação significativa na Assembleia Constituinte e, inclusive, a maior bancada na Câmara Municipal do Distrito Federal, foram novamente postos na ilegalidade e tiveram seus mandatos cassados.

Em 1950, Getúlio candidatou-se à reeleição. Carlos Lacerda, um ex-comunista recrutado pela direita, lançava-se como líder do mais histórico golpismo, ao escrever: "O Sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito.

Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”.

Getúlio elegeu-se e pôde, mais uma vez, governar a favor do progresso. Criou a Petrobrás, instituiu a SUMOC (precursora do Banco Central), debelou o desequilíbrio cambial através da Instrução 70, limitou a 10% as remessas de lucros das empresas estrangeiras, e aumentou em 100% o salário mínimo. Tudo isso exaspera a direita, desatina as classes patronais, enfurece o imperialismo e enlouquece os militares golpistas. Estes soltam o hidrofóbico Carlos Lacerda, que dá continuidade a uma campanha difamatória contra o governo de Getúlio. Ocorre, naquele torvelinho, o atentado contra Carlos Lacerda em que morre o major da aeronáutica Rubens Vaz. Embora Getúlio nada tenha tido a ver com esse fato e a polícia tenha rapidamente elucidado o crime e prendido os culpados, os ataque a ele e o clima golpista se acirram cada vez mais. Pressionado a renunciar, Getúlio prefere o suicídio, em 24 de agosto de 1954, causando, assim, grande comoção nacional e profunda consternação no seio do povo. O movimento que articulava a deposição do presidente foi, de um dia para o outro, abafado por um sentimento geral antigolpista e getulista. O suicídio de Vargas atrasou em dez anos a tomada do poder tramada pela direita.

Novo golpe de Estado foi tentado contra a posse dos novos presidente e vice-presidente eleitos: Juscelino Kubitschek e João Goulart. O êxito dessa conspiração foi evitado pela decisiva intervenção do Ministro da Guerra, o general legalista Henrique Lott. Juscelino fez um governo de conciliação nacional e grande prosperidade. Estimulou o investimento estrangeiro, que resultou no desabrochar da indústria automobilística brasileira, construiu Brasília e obteve um elevado ritmo de crescimento econômico. Realizou ou iniciou grandes obras, como as barragens e usinas hidrelétricas de Furnas e de Três Marias e a estrada Belém-Brasília. No entanto, foi também odiado pela direita furibunda que sentia falta da repressão às lutas populares e sentia-se sufocada no clima de liberdade existente.

Duas revoltas ocorreram durante esse período – a de Jacareacanga, em 1956, e a de Aragarças, em 1959. Na primeira, dias depois da posse de Juscelino, dois majores da Aeronáutica desertaram, roubaram um avião e tomaram a localidade de Jacareacanga, no sul do Pará. A rebelião foi debelada em alguns dias, seu principal chefe foi preso e os demais fugiram para a Bolívia. Pouco depois, foram todos anistiados por Juscelino e reintegrados ao serviço ativo, sem sofrerem nenhuma execração raivosa por parte de seus colegas direitistas, bem ao contrário do que ocorreu anos mais tarde com o capitão Lamarca. Na segunda, Haroldo Veloso, o líder da primeira, já tenente-coronel, desertou juntamente com o tenente-coronel João Paulo Burnier e outros oficiais. Eles furtaram

três aviões da aeronáutica e tomaram à força um avião da Panair, que se constituiu no primeiro sequestro de avião ocorrido no Brasil. Depois ocuparam a localidade de Aragarças, em Goiás. A revolta durou 36 horas. Seus líderes fugiram nos aviões para o Paraguai, Bolívia e Argentina. Posteriormente, foram todos anistiados e reintegrados a suas carreiras.

Findo o Governo de Juscelino, as forças populares e nacionalistas, juntamente com socialistas e comunistas, apresentaram as candidaturas de Lott, para presidência, e de João Goulart – o Jango –, para a vice-presidência. Lott, general legalista, cumpridor dos regulamentos, introdutor no Exército da promoção exclusivamente por mérito segundo a folha de serviço, católico praticante e nacionalista, era um homem honrado. Era incapaz de perseguir qualquer de seus inimigos, de direita ou de esquerda. Durante todo o tempo em que foi Ministro da Guerra, nunca promoveu nenhum de seus filhos ou genros que seguissem a carreira militar, mesmo que estes estivessem na vez. Como não fazia promessas, nem se comprometia a distribuir nem cargos nem verbas em troca de apoio, foi aos poucos sendo abandonado por aqueles políticos clientelistas que povoam os partidos brasileiros e controlam os currais eleitorais. Adstrito apenas ao eleitorado consciente, Lott foi derrotado pelo candidato da UDN, Jânio Quadros. Este era um político demagogo e histriônico que ganhou fama de varredor do serviço público. Pode-se traçar um paralelo entre ele e o Collor, muitos anos mais tarde – o Caçador de Marajás. É incrível como a História se repete. A direita, na impossibilidade de usar a submissão aos interesses do capitalismo e do imperialismo como argumento, levanta sempre o fantasma da corrupção, que tenta imputar aos governos que lhe caem em desgraça.

Já que, naquele tempo, as eleições para presidente e para vice-presidente eram desvinculadas, Jango, que tinha sido Ministro do Trabalho de Getúlio e possuía forte apoio no movimento sindical, foi eleito para vice.

Da mesma forma que Collor, Jânio não conseguiu terminar o mandato. Logo no primeiro ano, tentou dar um golpe que lhe saiu pela culatra. Renunciou para tentar voltar mais forte, mas seu ato foi aceito sem maiores problemas. Ou com apenas um problema. O vice era o Jango, inaceitável para a direita reacionária. Tentaram impedir a sua posse, aproveitaram-se de que ele estava em viagem pelo mundo e se encontrava na China quando se deu a renúncia. Nesse momento, entrou em ação Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul. Brizola era o homem que havia tido a coragem de encampar a empresa de força e luz de Porto Alegre, subsidiária da Bond & Share, dos Estados Unidos, pagando segundo seu valor histórico, como mais tarde fez com subsidiária da ITT que

detinha o controle da telefonia. Depois do golpe militar de 1964, ambas as empresas foram milionariamente indenizadas pelo governo de Castelo Branco. Na crise da posse de Jango, Brizola, orientado por Lott, entrou em contato com o General Machado Lopes e ambos resolveram resistir e garantir o cumprimento da Constituição. Criou-se, no rádio, a Cadeia da Legalidade. Jango desembarcou em Porto Alegre. Constituído o impasse e iminente a guerra civil, fez-se um acordo: Jango tomaria posse, mas o regime mudaria do presidencialismo para o parlamentarismo. O Brasil teve três primeiros ministros, enquanto Jango foi presidente parlamentarista. Depois, realizou-se um plebiscito que decidiu o retorno ao presidencialismo.

Jango caracterizou-se por preconizar as Reformas de Base: agrária, educacional, fiscal, administrativa, bancária e urbana. Instituiu o 13º salário, nacionalizou as telecomunicações e criou a Embratel e fundou a Eletrobrás. Autorizou a Petrobrás a entrar no mercado nacional de distribuição de derivados do petróleo, antes restrito às empresas estrangeiras. Lançou uma Campanha Nacional de Alfabetização, baseada no método criado por Paulo Freire, com o objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil. Esse Governo progressista, nacionalista e de elevada preocupação social, despertou a ira da direita raivosa e do capitalismo internacional. Essas forças retrógradas aproveitaram o clima de rebeldia existente no meio dos sargentos e marinheiros para acirrar a reação da oficialidade ao "clima de indisciplina" e conseguir a adesão de setores vacilantes das forças armadas. Com o apoio decisivo dos serviços de inteligência dos Estados Unidos, levaram a cabo o golpe de Estado que foi, ironicamente, apelidado, pelo inesquecível humorista Sérgio Porto, de "Revolução Redentora".

Iniciou-se um trágico período da História do Brasil.

1968, A DÉCADA DO CAOS

Mário Japa, Chizuo Osava

1968 é um ano símbolo, mas não necessariamente um ano síntese. Acontecimentos espetaculares, violentos e envolvendo multidões lhe deram a marca de revolucionário, mas definir a natureza dessa revolução é que são elas. Enigma e polêmicas o tornaram "interminável".

Ampliar o foco para a década ajuda a entender o contexto em que 1968 entra para a História com a insurreição estudantil de maio na França, a invasão da Checoslováquia por tropas soviéticas e a ofensiva do Tet que decretou a derrota da intervenção estadunidense no Vietnã. Alguns autores franceses se referem a "anos 1968".

Na década de 1960, anos mais, anos menos, surgia na Itália o movimento antimanicomial, havia o auge da luta dos negros por direitos civis nos Estados Unidos, nascia o movimento dos homossexuais e o feminismo se sofisticava, ampliando a luta pela simples igualdade rumo à equidade de gênero e aos direitos reprodutivos. O ambientalismo dava seus primeiros passos, despertando para a importância vital da biodiversidade.

O reconhecimento da diversidade como valor e princípio vital, em contraposição a séculos de valorização da homogeneidade - massificação era o termo da época -, foi uma reviravolta que o mundo sofreu naquela década. Entrou na ordem do dia o respeito à diversidade étnica, sexual, humana, biológica, de pensamentos, religiosa, cultural. Nesse sentido, o tropicalismo estava mais de acordo com os novos tempos que outras "escolas" artísticas e os militantes revolucionários.

A industrialização das sociedades exacerbou a padronização de quase tudo, em nome da produtividade. A família devia ter pai, mãe e dois filhos, a escola é uma fábrica de profissionais qualificados. Casas, roupas, comidas, carreiras, tudo o mais idêntico possível, feito numa cadeia de produção. O ideal da uniformização não tinha ideologia, ainda que o comunismo o levasse mais a fundo, com o partido único tentando extirpar ideias dissidentes.

Essa tendência fica mais evidente na alimentação, por exemplo. A humanidade, em sua história, consumiu umas dez mil espécies vegetais, hoje reduzidas a cerca de 150, com arroz, batata, milho e trigo representando mais da metade do volume consumido. É um dos fatores da atual crise alimentar.

Ainda restam umas sete mil línguas no mundo e hoje há preocupação em conservá-las. Antes o ideal era, no máximo, uma língua por país, suprimindo todo o resto. Reconhecer que o Brasil tem 180 línguas é coisa recente.

As novas perspectivas de sobrevivência de indígenas, com sua língua e cultura, como povos de identidade própria, é também produto da "revolução da diversidade" que se localiza nos anos 1960. Assim como as da livre opção sexual, a cidadania das pessoas com

deficiência, a ideia de inclusão em geral. Indígena não é mais um estágio pré-histórico que se supera por extinção ou assimilação, como se pensava antes.

Não se trata só de valores ou direitos reconhecidos, mas também de enriquecimento da humanidade, de mais criatividade e muitas vezes da nossa sobrevivência. Mas são ideias que demoram a vingar. Só agora Bolívia e Equador se definem como estados plurinacionais e no Brasil ainda temos gerais que vêem reservas indígenas na fronteira como ameaça à soberania e segurança nacional.

Naquela década, também chegou ao mercado a pílula anticoncepcional, nasceu a contracultura que teve seu momento de glória no festival de Woodstock, em 1969. A América Latina ganhou um potencializador da agitação política, com a revolução cubana e Che Guevara assumindo a missão de disseminar guerrilhas até ser morto em 1967, na Bolívia. Grupos guerrilheiros se tornaram comuns, até mesmo na próspera Europa.

A rebelião de 1968 se tornou pandêmica principalmente pelo movimento estudantil. No Brasil, desafiou a ditadura com a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, e outros embates de rua com a polícia, até a prisão de toda a sua liderança em outubro. No México, os estudantes tiveram como resposta o massacre de Tlatelolco, com dezenas ou centenas de mortes, nunca se soube ao certo. Alemanha, Estados Unidos, Itália, Japão e outros países ricos e democráticos também reprimiram violentamente estudantes.

O maio francês foi emblemático pela amplitude da sublevação e dos questionamentos. As barricadas de Paris contagiaram milhões de trabalhadores que paralisaram o país, ocupando umas 300 fábricas. "Proibido proibir", "abaixo o Estado", "a imaginação ao poder", "seja realista, peça o impossível" e "não confie em ninguém de mais de 30 anos" foram pichações e palavras de ordem dos manifestantes.

A fúria da rejeição a tudo foi o grito de liberdade de uma juventude emergente que já não podia suportar as camisas-de-força herdadas. A pílula já existia desde 1960, mas a moral vigente ainda reprimia o sexo. Nada de sexo antes do casamento. As religiões eram onipresentes, castradoras, por quase toda parte. Ser ateu era praticamente um crime. Cabelos compridos um sinal de delinquência. A hierarquia era absoluta, militar, nas relações familiares, laborais, escolares, entre Estado e sociedade. A Europa prosperava com um sistema de proteção social sem precedentes. Mas era uma euforia de reprimidos, pelo menos para estudantes.

É difícil imaginar hoje que a segregação racial era lei em muitos estados norte-americanos até 1964, quando a Lei dos Direitos Civis foi aprovada, reivindicação do movimento negro cujos protestos se tornaram de massa e abertos a partir de 1955. Naquele ano, Rosa Parks se recusou a ceder o assento no ônibus a um branco, insurgindo-se contra a lei do Alabama. Em 1968, foi assassinado Martin Luther King, principal líder do movimento.

A intolerância reinante era agravada pela Guerra Fria, que aterrorizava o mundo com a iminência da guerra nuclear e cerceava atividades políticas e ideias com as "fronteiras ideológicas". No Brasil ou se era pela "civilização ocidental, cristã e democrática" ou comunista, sujeito à prisão e tortura a partir de 1964. Não era diferente do outro lado do muro. A invasão da Checoslováquia em agosto de 1968 sufocou uma tentativa de flexibilizar o regime para um "socialismo de rosto humano". Muitas guerrilhas de então foram tentativas de criar um socialismo diferente do soviético e nisso a revolução cubana foi uma esperança.

Mas foi também uma época extremamente criativa. Não só deu origem aos movimentos mais diversos, como a uma grande variedade de novas ideias e criações artísticas. Nossos grandes compositores populares surgiram naqueles anos, assim como Paulo Freire, a igreja progressista, a Teologia da Libertação.

Era um período de muitas utopias, esperanças e entregas generosas. Na África nasciam novos países independentes, alguns após guerras anticoloniais sangrentas, como a da Argélia (um milhão de mortos estimados), e com promessas revolucionárias. Também se tentavam "revoluções pacíficas", como a eleição de Salvador Allende no Chile, em 1970.

Eram ilusões, na maioria dos casos. Allende morreu sob o golpe de Pinochet em 1973, os governos auto-proclamados marxistas na África eram uma impossibilidade que terminou em guerras internas e corrupção. Muitos manifestantes do maio francês saudaram a Revolução Cultural, ignorando que se tratava da negação do espírito libertário dos estudantes.

Não por casualidade se desenvolveu também nos anos 1960 a teoria do caos ou dos sistemas dinâmicos não-lineares. Seus estudos constataram que pequenas alterações num sistema, antes consideradas desprezíveis, podem alterar totalmente o resultado. É o chamado "efeito borboleta", cujo vôo poderia provocar tempestades do outro lado do planeta, um grau de incerteza incorporado às ciências.

"Somos todos sujeitos" é um dos gritos de 1968. Estudante não é um pré-cidadão, pendente de formação. As minorias, as mulheres, todos são atores relevantes e com causa própria. Romperam-se também amarras à esquerda. A revolução e a luta por conquistas sociais deixaram de ser privativas dos operários e sindicatos, como supunham os marxistas. Os movimentos sociais se multiplicaram e ganharam as ruas, desembocando na fragmentação atual. O mundo sempre foi um mosaico não-linear, mas não era até então reconhecido como tal.

BRASIL, 1968: O ASSALTO AO CÉU, A DESCIDA AO INFERNO

Mário Maestri, 4 e 6 de março de 2008

Os inícios dos anos 1960 haviam sido contraditórios para as lutas sociais no mundo. Em 1964, sob a orientação colaboracionista do Partido Comunista, o movimento popular brasileiro fora derrotado sem lutar. Em 1965-66, a mesma política facilitara o massacre de um milhão e meio de comunistas e a consolidação da ditadura na Indonésia. O assassinato do líder marroquino socialista Ben Barka, na França, em outubro de 1965, e a deposição de Ben Bella, por Boumedienne, na Argélia, em junho do mesmo ano, registravam também os limites da luta pela emancipação social, sob a direção de classes burguesas "nacionais" tidas como progressistas.

A década iniciara-se também sob signos auspiciosos. Nas barbas do gigante imperialista, em 1959, a partir da *Sierra Maestra*, um grupo de jovens revolucionários galvanizara a população da pequena ilha e vergara a ditadura odiada. Dois anos mais tarde, a revolução cubana assumia caráter claramente socialista. Em abril de 1961, o fiasco da invasão imperialista da baía dos Porcos aumentara a humilhação estadunidense. Sobretudo na Indochina, avançava incessantemente a luta armada das forças populares vietnamitas, apesar dos ingentes recursos militares empregados pelos EUA.

A DERROTA BRASILEIRA

A derrota no Brasil pesara fortemente sobre a conjuntura mundial. No início da década de 1960, amplos setores populares e médios haviam aderido às propostas de difusas "reformas de base" que, prometia-se, resgatariam os marginais das cidades e dos campos e relançariam o industrialismo, que modernizara relativamente nas três décadas

anteriores a anacrônica estrutura rural da nação. Em 1964, o projeto nacional-reformista fora abortado violentamente. Em nome das classes proprietárias do país, os militares impuseram a ditadura, reprimindo duramente o movimento popular. A derrota fora ainda mais frustrante porque ocorrera sem qualquer resistência, precisamente quando muitos se julgavam a um passo da vitória.

Os grandes líderes populistas — Jango, Brizola e Arraes — abandonaram o país sem resistirem. Brizola propusera, inutilmente, oposição de última hora, rejeitada terminantemente pelo presidente João Goulart, seu cunhado. O Partido Comunista Brasileiro, a grande organização da esquerda, de orientação pró-soviética, mantivera até o triste fim do governo constitucional seu atrelamento ao populismo nacionalista, emperrando a organização autônoma dos trabalhadores. Após o golpe de 1964, o *Partidão* reafirmou sem qualquer autocritica sua política colaboracionista.

Porém, no Brasil, a euforia dos vencedores seria curta. Através do mundo, a crise capitalista mundial, que se insinuaria nas principais economias mundiais em 1967, pela primeira vez após longos anos de crescimento ininterrupto, exigia que trabalhadores e assalariados apertassem os cintos, para que o grande capital "tirasse suas castanhas do fogo". Desde abril de 1964, os militares brasileiros intervieram nos sindicatos; parlamentares populares tiveram os direitos políticos cassados; militares democratas foram reformados; conquistas sociais foram confiscadas; a renda da classe média e dos trabalhadores despencou devido à violenta política recessiva ditada pelo grande capital ao governo subserviente do ditador Castelo Branco (1964-67).

O desemprego aumentava. A inflação crescia. As classes médias passavam desiludidas para a oposição, após haverem marchado em março de 1964 com "Deus, pela pátria e pela família", convocadas pelo imperialismo, pela Igreja e pelos partidos de direita, preparando a intervenção militar que "salvaria" o país da "ditadura sindicalista". Políticos anti-populares, ou que haviam apoiado o golpe, como Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, marginalizados do poder, uniram-se a João Goulart em uma efêmera "Frente Ampla", em fins de 1966, ao compreender que os militares pretendiam eternizar-se no poder.

PODER NEGRO

A situação internacional era tensa e dinâmica. Após o fiasco dos regimes árabes conservadores, com destaque para o Egito, a Síria e a Jordânia, na Guerra dos Seis Dias

contra Israel, de inícios de junho 1967, a guerrilha palestina assumia a luta antissionista em lugar das direções conservadoras desmoralizadas. Com a crise econômica chegando aos EUA, em boa parte devido aos gastos de guerra, que antes haviam apenas garantido lucros ao grande capital, o movimento pacifista estadunidense questionava duramente a intervenção no Vietnã e os valores do *american way of life*. O imperialismo *yankee* era golpeado no próprio ventre. Malcolm X fora assassinado em fevereiro de 1965, em Nova York, mas o *black power* fortalecia-se e os bairros negros ardiavam sob o fogo do ódio da população humilhada. Os hispano-estadunidenses e as próprias populações ameríndias levantavam também a cabeça. No Vietnã, em 30 de janeiro 1968, morriam os sonhos de vitória militar, com a ofensiva do Anô Ted, durante a qual os *vietcongs* atacaram mais de trinta cidades sul-vietnamitas e a própria embaixada norte-americana, em Saigon. Entretanto, a classe operária estadunidense mantinha-se imóvel sob a hegemonia do grande capital.

De 31 de julho a 10 de agosto de 1967, produzia-se em Havana, Cuba, o primeiro encontro internacional da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Após teorizar sumária e superficialmente a experiência vivida na ilha, a direção cubana propunha claramente a generalização incondicional da luta guerrilheira rural. "Criar um, dois, mil Vietnãs". Ainda que de forma confusa e voluntarista, a OLAS rompia o monopólio político soviético, que defendia, na América Latina e através do mundo, a colaboração e subordinação do movimento popular às burguesias nacionais, apresentadas como "progressistas". A presença de Carlos Marighella no encontro da OLAS, noticiada amplamente, ao ser conhecida no Brasil levou à expulsão do conhecido militante comunista do PCB. A captura e morte de Guevara, em 8 de outubro de 1967, na selva boliviana, foi vista com um duro percalço no longo caminho a ser trilhado, e não como resultado das inconseqüências da proposta de início da luta armada por pequenos grupos à margem das lutas e da consciência reais dos trabalhadores.

No Brasil, como na França, na Itália, na Alemanha Federal, no Japão, no México e em tantas outras regiões do mundo, 1968 abrir-se-ia sob o signo da resistência já explícita. A crise econômica de 1967 levava a que o movimento operário brasileiro, lutando contra o "arrocho salarial", se recuperasse, minimamente, dos golpes sofridos. Em 16 de abril, mil e duzentos operários da siderúrgica Belgo-Mineira cruzavam os braços em Contagem, Minas Gerais. Logo, dezesseis mil trabalhadores encontravam-se em greve. O movimento encerrou-se no início do mês seguinte, com um abono salarial de 10%. No 1º de maio de 1968, outra importante vitória. O governador Abreu Sodré e sua comitiva, convidados por sindicalistas pelegos e do PCB para subir ao palanque da Praça da Sé, foram vaiados,

escorraçados e obrigados a refugiar-se na catedral paulistana. Os participantes do comício queimaram o palanque e partiram em passeata. No mês seguinte, eclodiram breves paralisações nas montadoras de São Bernardo.

PARIS BRÛLE-T-IL?

Em maio, fortíssimos ventos europeus avivavam o braseiro nacional. A cidade de Paris, e a seguir a França, foi convulsionada pelo estudantado universitário *enragé*. Muito logo, o movimento operário iniciou dura e longa greve geral. O governo De Gaulle recuou, a ordem burguesa tremeu, falou-se em governo popular, antes que o Partido Comunista Francês canalizasse a mobilização da rua e as ocupações de fábrica para a luta institucional, enterrando-as sob um estrondoso fracasso eleitoral. O maio francês galvanizou o mundo, colocando quase nas sombras as lutas estudantis e operárias igualmente muito duras na Itália e na própria Alemanha Federal, avivada neste último país pelo atentado ao líder estudantil Rudi Dutschke, em 11 de abril de 1968. No mesmo mês era assassinado Martin Luther King, em Memphis, Tennessee.

Na França, lutara-se contra o autoritarismo, contra a discriminação, contra os privilégios, pelo socialismo operário e democrático. Uma geração de líderes de vinte anos conquistava a juventude do mundo com seu radicalismo, inconformismo, desprendimento, coerência. Daniel Cohn-Bendit, Alain Krivine, Jacques Sauvageot, etc.

A vitória cubana impusera o princípio de que a revolução se iniciaria pela ação exemplar de alguns guerrilheiros. Em 1967, o "foquismo" seria teorizado em "Revolução na revolução?", pelo jovem francês Régis Debrey, intelectual de rápida vocação guerrilheira de pouco sucesso. Se o foco não pudesse ser lançado no campo, seria iniciado na cidade. Desde janeiro de 1967, o ativismo dos Guardas Vermelhas contra a restauração capitalista, hoje plenamente vitoriosa, prestigiava o maoísmo, sobretudo entre os jovens católicos radicalizados. A ação das organizações trotskistas na França propagandeou o marxismo-revolucionário, o anti-stalinismo, o anti-burocrático, tornando a seguir Ernest Mandel figura pública mundial.

Fragilizado pela derrota de 1964, o PCB explodia em uma constelação de grupos radicalizados. Jovens chegados em boa parte da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Operária Católica (JOC) aderiam à luta anti-imperialista e anticapitalista. Então, o Brasil conhece uma multiplicidade de pequenas organizações revolucionárias (ALN, PCB, AP, POLOP, VAR-Palmares, POC, Fração Bolchevique-Trotskyista, MRT etc.)

com algumas centenas de militantes, mais comumente de 17 a 25 anos, e abrangência em geral regional. A juventude universitária e secundarista abraçava a luta política, cultural e ideológica, com destemor, magnanimidade e impaciência. Saía às ruas pichando – literalmente, pois, na época, não havia o *spray* – “Mais verbas e menos canhões”; “Um, dois, mil Vietnãs”, “O povo unido derruba a ditadura”; “Viva a aliança operário-estudantil”. Conscientes que não há prática sem teoria, os jovens militantes liam sem cessar, sobretudo história, economia, sociologia – *A revolução russa*, de Trotsky; *O diário na Bolívia*, de Guevara; *Os três Profetas*, de Isaac Deutscher; *A revolução brasileira*, de Caio Prado Júnior; *O livro vermelho*, de Mao; os *Poemas do Cárcere*, de Ho Chi Minh.

Em 1968, por primeira vez no Brasil, a Civilização Brasileira publicava *O capital*, de Karl Marx. Militantes imberbes devoravam os grossos volumes, de fio a pavio, página por página, sem compreenderem muito. Estudavam-se e debatiam-se os mínimos detalhes da revolução russa, chinesa e cubana, ainda que fosse bem menor o interesse sobre a história do Brasil, sobretudo do período anterior a 1930, durante o qual as categorias da sociologia do capitalismo não eram plenamente funcionais. Pelo país afora, discutia-se e polemizava-se duramente. O futuro estava ao alcance da mão. Abraçavam-se as nuvens, em um assalto aos céus.

A CULTURA É DO POVO

A explosão de criatividade invadiu as artes, sobretudo a música, o teatro, o cinema, a produção editorial nacionais. Uma estética radical de raízes tupiniquins garantia momentos de glória ao cinema nacional. Néelson Pereira dos Santos filmara o clássico *Vidas Secas*, em 1963, e Anselmo Duarte conquistara Cannes com o *Pagador de Promessas*, de 1962. O quase menino Glauber Rocha dirigira *Terra em Transe*, em 1967, e concluiria, em 1969, *O dragão da maldade contra o santo guerreiro*. Filmaria a grande mobilização carioca de 1968 para projeto cinematográfico jamais concretizado. Bertolt Brecht era uma constante nos teatros nacionais com *Os fuzis da senhora Carrar*, Galileu Galilei, *A ópera dos três vinténs*, *Mãe coragem e seus filhos*. A dramaturgia nacional plantava raízes próprias com *Liberdade, liberdade e Arena conta Zumbi*, de 1965; *Arena conta Tiradentes*, de 1967; e com encenações explosivas como *Roda-viva*, de 1968, objeto de ataques de grupos paramilitares direitistas.

Em um país de poucos leitores, com a televisão ainda engatinhando, o combate cultural enfuriava quando se tratava da música popular. Apenas parcialmente inconscientes do papel que cumpriam, Roberto Carlos, Erasmo Carlos, Vanderleia e a turma da *Jovem*

Guarda pregavam a despolitização e só pediam "que você me aqueça nesse inverno e que tudo mais vá para o inferno". A esquerda dominava totalmente o campo, com uma seleção que só aceitava craques: Caetano, Chico, Elis Regina, Jair Rodrigues, Gilberto Gil, Geraldo Vandré, Vinícius de Moraes etc. Quando dos festivais da canção, a disputa politizada transformava-se em uma quase batalha campal.

Através da música, debatiam-se os projetos para o futuro do país. Em uma época sem cerimônias, iconoclasta, o público levantava-se contra os monstros sagrados que construía caso ousassem sair da linha, ou do que se pensava que fosse a linha. Em 28 de março de 1968, três dias antes do quarto aniversário do golpe, as polícias militares do Exército e da Aeronáutica invadem o restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro, e disparam à queima-roupa contra os estudantes, matando Édison Luís de Lima Souto, de 18 anos. No dia seguinte, sexta-feira, a antiga capital da República parou para que sessenta mil populares acompanhassem a despedida ao secundarista. A resposta foi violenta. Por diversos dias, a cidade tornou-se campo de acirrada batalha. De um lado, estudantes e populares. Do outro, polícia e exército. Universitários, secundaristas e populares são mortos. Ao deslocarem-se pelas ruas do Centro, os soldados protegem-se debaixo das marquises dos objetos atirados desde os edifícios. Um policial militar, a cavalo, morre ao receber na cabeça um pesado balde, ainda carregando cimento fresco, lançado desde um edifício em construção.

CEM MIL CONTRA A DITADURA

A agitação estudantil alastra-se pelo Brasil, com manifestações nas principais capitais. Na quarta-feira, 26 de junho, o movimento alcança seu ápice. No Rio de Janeiro, cem mil manifestantes concentram-se na Cinelândia e desfilam pelo Centro, em uma demonstração permitida pelo governo. Cinquenta mil pessoas protestam nas ruas de Recife. As grandes manifestações alcançam efeito inesperado. Dias mais tarde, uma comissão da "Passeata dos Cem Mil", do Rio de Janeiro, é recebida em Brasília pelo ditador Costa e Silva. Entre os membros da delegação, encontra-se um representante da UNE, entidade colocada na ilegalidade imediatamente após o golpe. Entretanto, o encontro não tem consequências.

A mobilização operária levava a oposição sindical a planejar um amplo movimento grevista para o fim do ano, quando da data-base de importantes categorias. A explosão das manifestações de junho aceleraria a greve. Em 16 de julho, José Ibrahim, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Osasco, de vinte anos, ligado à organização militarista VPR, põe-se à frente de uma paralisação da COBRASMA, com ocupação da empresa e aprisionamento dos funcionários graduados, à qual aderem dez mil trabalhadores de

outras indústrias. O movimento exige reajuste de 35%, reposição salarial cada três meses e outras reivindicações. A ditadura militar responde violentamente. Centenas de trabalhadores são presos e despedidos. A COBRASMA é invadida. José Ibrahim mergulhou na clandestinidade. Zequinha, dirigente operário da COBRASMA, é preso e torturado. Após cinco dias, a greve quebrava-se. Uma segunda paralisação, em Contagem (MG), em outubro, é reprimida com facilidade. A greve geral do fim do ano jamais seria tentada.

No país, decresce a mobilização. Em 12 de outubro, o movimento estudantil, espinha dorsal da oposição, recebe forte golpe. Subestimando a repressão, a direção da UNE reúne, para seu 30º Congresso em um sítio em Ibiúna, cidadezinha do interior de São Paulo, milhares de delegados de todo o país. A prisão dos participantes permite a detenção das direções e o mapeamento das lideranças estudantis do norte ao sul da nação. No mesmo dia em que caía o Congresso de Ibiúna, era varado pelas balas de um comando militar da ALN/VRP, diante de sua residência em São Paulo, o capitão estadunidense Charles Chandler, funcionário da CIA, "estudando" Sociologia no Brasil.

Os dois acontecimentos ilustravam a orientação que viveria a resistência nos anos seguintes. Ações armadas de grupos de corajosos jovens militantes, isolados socialmente, pretendendo substituir o movimento de massas em refluxo. Em 2 de outubro, na capital mexicana, na Praça das Três Culturas, de duzentos a trezentos estudantes e populares foram massacrados pelo exército e policiais durante concentração, dez dias antes do início dos Jogos Olímpicos, que se realizaram sem quaisquer pruridos morais.

Sobretudo de 1969 a 1973, organizações de esquerda militaristas, inspiradas no foquismo guevarista, lançariam ações espetaculares - assaltos a bancos, sequestros de embaixadores e de aviões, execuções de torturadores, guerrilhas rurais etc. - sem que os trabalhadores urbanos e rurais aderissem à proposta de luta armada imediata, milhões de anos-luz longe de suas consciências, necessidades e capacidade de organização na época. Isoladas, as organizações seriam dizimadas, uma após a outra, pela repressão, que se estenderia igualmente aos militantes voltados para a organização dos trabalhadores e classes populares. Por esses anos, automóveis da nova classe média ascendente invadiam as ruas, portando o autocolante "Brasil: ame-o ou deixe-o", distribuído pela repressão, simples tradução da consigna direitista estadunidense *America love it or leave it*.

Relatos

1 - Ligas Camponesas / Marinheiros

1.1 | O TRIBUNO FRANCISCO JULIÃO

Marcelo Mário de Melo

"Metida tenho a mão na consciência e não falo senão verdades puras que me ditou a viva experiência."

(Camões)

Vi muitos oradores discursando em comícios no Recife, dando bem o seu recado e arrancando aplausos. Mas o único que vi levar a multidão às ovações foi Francisco Julião. Sem citar estatísticas, contornando os chavões do economês e as referências a documentos políticos e autores. Advogado de júri ele dominava a técnica oratória. Tinha uma boa voz, com a pronúncia marcada por toques de português castiço – a elegância antiga de acentuar o *l* no final das palavras e o uso do apóstrofo. Num comício no dia do seu aniversário, disse que estava completando cinquent'anos. Quando se referia a João Goulart, pronunciava nitidamente o *t* final.

Menino de engenho, Julião conhecia profundamente os ciclos de vida do camponês sob o jugo do latifúndio – da infância à velhice, do nascimento à morte. Sobre isto falava com familiaridade, colocando os dedos nas feridas, expressando-se com a radicalidade de quem planta uma semente ou arranca uma erva daninha. Suas falas tinham o efeito de janelas se abrindo e mostrando pedaços de uma paisagem doída. Os seus textos de agitação também apresentavam essa marca. Como exemplos, o *Guia do Camponês*, a *Cartilha do Camponês*, o *Bença Mãe* e os artigos que escrevia para o jornal *A Liga*.

Julião era autor de textos literários. Em 1951, com prefácio de Gilberto Freyre, publicou *Cachaça*, histórias em torno da presença da aguardente no cotidiano rural. Em 1958, também com prefácio de Freyre, publicou *Irmão Juazeiro*, uma sequência encadeada de histórias camponesas. Além disso, escrevia versos em estilo de cordel. A influência e o

domínio das formas literárias se faziam sentir fortemente na retórica de Julião, transmitindo à sua agitação oral e escrita um tocante e vigoroso encantamento poético.

Em 1960, na campanha presidencial, a esquerda, já rompida com o governador Cid Sampaio, que apoiara nas eleições de 1958, defendia as candidaturas do Marechal Teixeira Lott, tendo como vice João Goulart. A direita alinhava-se com Jânio Quadros e Miltom Campos. Em comício na Av. Dantas Barreto, Julião começou a desancar os latifundiários e usineiros, tomando Cid Sampaio como exemplo. Disse que, quando jovem, o governador remava num clube de regatas e, sendo de pequena estatura e com braços curtos, constantemente era solicitado pelos companheiros de barco a alongar a remada, a fim de não retardar o grupo. A sua resposta era que os remadores se subordinassem ao seu ritmo. A partir daí, Julião começou a fazer considerações sobre a mentalidade individualista dos usineiros e do governador, e terminou neste rasgo oratório: "Pernambuco não pode ser dirigido politicamente por um governador de remada curta!"

Em 1962, na campanha para governador e deputados, Julião fala num comício na Pracinha do Diário. Diz que, desde menino, o camponês começa a trabalhar como cambiteiro na palha da cana, acumulando calos amarelos nas mãos e contribuindo para multiplicar moedas amarelas nas mãos do latifundiário. O menino vai crescendo, torna-se rapaz, tem filhos que vê seguirem o mesmo destino que o seu, e filhas que, muitas vezes, caídas na prostituição, vendem o corpo por moedas amarelas. Julião ressaltava, de um lado, os calos amarelos que se cristalizavam nas mãos, e do outro, a montanha de moedas amarelas que cada vez mais se agigantavam. O adulto envelhece precocemente ou adocece, tornando-se incapaz para o trabalho – continua ele – e, no final, o seu destino é acabar os dias num pé de ponte ou numa feira, estendendo a mão cheia de calos amarelos para receber nela uma moeda amarelinha.

No ano de 1962, barcos franceses começam a pescar lagosta, invadindo as águas territoriais brasileiras na costa de Pernambuco, num ensaio de contenda que foi denominado de A Guerra da Lagosta. A marinha de prontidão, fazendo patrulhamento. Julião, que andava se articulando entre os pescadores, promove um comício na Av. Guararapes, na Esquina da Sertã, em frente ao antigo Cinema Trianon, onde denuncia que, depois de dominarem a indústria, o comércio, as finanças e a terra, os imperialistas, agora, querem também dominar as riquezas que temos nas águas. Diz que um dos seus filhos, estudante em Cuba (abre um parêntese e fala das reformas sociais empreendidas pela revolução cubana), depois de fazer uma prova de geografia, lhe escreveu uma carta

falando das riquezas do mar. E começa a falar delas. A areia monazítica, o petróleo, os peixes, a lagosta que os barcos franceses estão roubando. Arremete contra a exploração que os pescadores sofrem por parte dos donos de barco, dos frigoríficos e, fazendo uma aproximação entre a agricultura e a pesca, declama emocionando a multidão: "o pescador é o camponês que tira do mar o peixe".

Nesse mesmo comício, protestando contra a campanha sistemática que a revista *O Cruzeiro* mantinha contra ele e as Ligas Camponesas, Julião qualifica-a como um "órgão" vendido ao imperialismo norte-americano e diz que, por essa razão, deveria ser chamada de *O Dólar*. Passa a denunciar o tratamento semelhante que lhe dispensa o *Diário de Pernambuco*, a quem acusa de ser um jornal tradicionalmente vinculado ao poder econômico, que na campanha da abolição, ao lado dos escravocratas, chamava Joaquim Nabuco de carbonário e anarquista. Vai acirrando os ânimos contra o jornal e, num determinado momento, convoca: "Nós precisamos dar uma resposta enérgica a esse jornal". Faz uma pausa. "Vamos agora tocar fogo no *Diário de Pernambuco*" - conclui. Nova pausa. Parcelas da multidão começam a se deslocar para atender ao apelo. Mas do alto do palanque Julião sentencia: "Não, companheiros. Não vamos sujar nossas mãos. Vamos tocar fogo simbolicamente no *Diário de Pernambuco*". Em seguida acende um isqueiro, ergue um exemplar do jornal e nele toca fogo, sob os aplausos e o delírio da multidão.

Tachado de agitador, Julião incorporou o qualificativo, dizendo-se um agitador social e fazendo a defesa poética. "Agitador social, sim! Como é possível conceber a vida sem agitação? Porque o vento agita a planta, o pólen se une ao pólen de onde nasce o fruto e se abotoa a espiga que amadurece nas serras. O gameto masculino busca o óvulo porque há uma cauda que o agita. Se o coração não se agita, o sangue não circula e a vida se apaga. Que dizer da bandeira que se hasteia ao mastro e não se agita? É uma bandeira morta. (...) É agitando que se transforma a vida, o homem, a sociedade, o mundo. Quem nega a agitação nega as leis da natureza, a dialética, a ciência, a justiça, a verdade, a si próprio".

Assim falava o tribuno Francisco Julião.

O Nazismo foi derrotado na Europa, mas, no Brasil, ele sobreviveu entre oficiais que participaram do Golpe Integralista, fracassado em 1938. Como camaleões, alguns deles trocaram a camisa pela casca da legalidade democrática e pelo ódio ao povo, que identificavam com interesses do populismo. Alguns, como o Capitão-de-Mar-e-Guerra José Uzeda, comandante do cruzador Tamandaré, no qual servi sob o seu comando, estavam ligados ao pensamento religioso reacionário, semelhante à Opus Dei, da organização Tradição, Família e Propriedade, de Plínio Correia de Oliveira. Seus porta-vozes civis eram políticos da UDN.

À semelhança de Carlos Lacerda e outros arrivistas, esses políticos tinham muita influência nos meios militares, entre os oficiais, que se diferenciavam dos chamados legalistas, por sua inclinação à conspiração, à crença de que só um golpe derrotaria o populismo e seu ódio singular às Centrais Sindicais, a quem dedicavam uma verdadeira ojeriza. Esses oficiais também foram contra as associações de soldados. Na Marinha, o serviço secreto caluniou a Associação desde o início.

Em Ladário, base naval em Mato-Grosso, oficiais invadiram a sede da Associação dos Marinheiros, rasgaram cartazes da Petrobrás e cartazes de apelo à encampação das refinarias particulares, e ameaçaram os diretores locais, da AMFNB.

No cruzador Tamandaré, o Comandante José Uzeda tentou intimidar o marinheiro Paulo Coserva, delegado da Associação a bordo do navio. Eis, aqui, partes do "diálogo" entre o Comandante Uzeda e o marinheiro Paulo Conserva:

- Você acaba de afirmar que não sabe que essa pocilga, da qual participa é ilegal e subversiva. Você desconhece o fato ou está mentindo? - neste momento, irado, o comandante, tinha o indicador da mão direita nas narinas do marinheiro. - Mentira, Senhor Conserva. Tenho suficientes informações sobre suas atividades.

Paulo Conserva, ao se defender, tentou explicar que a função da Associação era recreativa, comparando-a aos Clubes de Sargentos e Clubes de Oficiais. Esta afirmação ofendeu o Comandante José Uzeda. Comparar aquele antro de cachaceiros, semi-analfabetos,

irresponsáveis, proxenetas, ambiente típico do baixo meretrício com a elite do Clube Naval?

Era dentro deste clima, social, político e, poder-se-ia dizer, disciplinar, que a organização dos marinheiros atuava. Alguma reação se faria presente. Tudo culminou com o protesto a que os dirigentes da Associação dos Marinheiros foram empurrados, pela ação truculenta da burocracia militar da Marinha, que julgava nossa organização muito sindicalista. Oficiais chegaram, mesmo, a propor a modificação dos Estatutos, retirando conceitos que consideravam "errados".

A ditadura militar no Brasil teve, também, fora sua falsidade ideológica e o fato de chamar-se a si própria de "Revolução", a função de defender os interesses da oligarquia exportadora brasileira e de vencer a "crise" do populismo. Ou seja, refiro-me àqueles políticos que sabiam manipular os trabalhadores com promessas e algumas "reformas" que os beneficiavam, mas não conseguiam frear suas reivindicações. A alternativa que os militares criaram não passou de um imenso retrocesso social e político.

2 - Geração Rebelde

2.1 | GERAÇÃO 1968 E AVALANCHE CULTURAL

Leoncio de Queiroz

A cultura que floresceu nos primeiros anos da ditadura, antes de ser sufocada na década de 70, somente foi possível como produto da liberdade existente durante os governos anteriores. Nós, que queríamos reinventar o Brasil e, depois, nos rebelamos contra a tirania entreguista, fomos a geração que leu Monteiro Lobato.

Os anos que pegaram os governos do Juscelino e do Jango, com o curto entreato do Jânio Quadros, foram, seguramente, os de mais fecunda criação artística e cultural no Brasil – uma avalanche de talentos que se estendeu e repercutiu até os primeiros tempos da ditadura. O clima de liberdade de criação e edição, a ausência de censura e o elevado crescimento econômico durante o mandato do Juscelino, favoreceram um desenvolvimento sem precedentes das artes, em todas as suas manifestações, e do estudo social, histórico e econômico do Brasil. Nessa época surgiu a Bossa Nova e o Cinema Novo. A música popular constituiu um terreno particularmente fértil, com o surgimento de um grande número de compositores extremamente talentosos, para não dizer geniais, como Chico Buarque, Tom Jobim, João Gilberto, Carlos Lira, Geraldo Vandré, Sérgio Ricardo, Edu Lobo, Gilberto Gil e Caetano Veloso. Na pintura, sobressaíram Portinari e Di Cavalcanti. Na arquitetura e no urbanismo, fomentados com a construção de Brasília, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Na literatura, Jorge Amado, Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto, Érico Veríssimo, Vinícius de Moraes e Clarice Lispector. Na dramaturgia, além da genialidade de um Nelson Rodrigues, o teatro engajado de Oduvaldo Viana Filho, no Rio, e de Gianfrancesco Guarnieri, em São Paulo. No cinema destacaram-se Nelson Pereira dos Santos, Glauber Rocha, Cacá Diegues, Rui Guerra e outros – havia muitos diretores no Cinema Novo.

A Geografia Humana teve seu expoente em Josué de Castro (*A Geografia da Fome*), a História, em Nelson Werneck Sodré e a antropologia, em Darcy Ribeiro. Resta mencionar os grandes educadores Paulo Freire e Anísio Teixeira e o economista que equacionou o problema do subdesenvolvimento brasileiro e criou a SUDENE – Celso Furtado. Esses homens eram pensadores brasileiros originais e não meros papagaios do que se propalava na matriz norte-americana, como a maioria dos economistas e sociólogos que fizeram carreira sob o tacão da ditadura militar.

Os nomes mencionados acima não pretendem esgotar o rol dos grandes intelectuais brasileiros, mas apenas relacionar os que foram mais representativos para aqueles tempos.

Esses artistas e estudiosos eram, em sua grande maioria, comunistas, socialistas ou homens de esquerda. Ser de esquerda, aqui, significa preocupar-se com as condições de vida do povão e com a subordinação econômica do país. Toda essa efervescência cultural foi, burramente, censurada, combatida, perseguida, dispersada e aniquilada pela ditadura instaurada em 1964.

A geração cuja adolescência e juventude coincidiram com esse período, vivenciou um estímulo intelectual, uma colocação de novas ideias e uma sociedade em transformação rápida e positiva como nenhuma outra. Coube a ela questionar tabus arraigados, preconceitos cristalizados e realizar uma revolução nos costumes e na mentalidade então predominantes. Esta foi a geração do feminismo, do amor livre e do antirracismo. Nos Estados Unidos, foi a geração da contestação pacifista à guerra do Vietnã, do movimento hippie e do poder negro. Foram os moços e moças dos anos 60 que lutaram pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, conquistaram a liberdade sexual e começaram a deitar por terra os preconceitos raciais.

Pode parecer estranho aos jovens de hoje, mas, em passado recente, as moças eram uma espécie de propriedade de seus pais, que tudo faziam para preservar-lhes a virgindade, como se nela se consubstanciasse toda a honra da família. Uma vez perdida essa condição e sendo impossível solucionar tudo com um casamento, a perda era amiúde incorporada à pessoa, que tornava-se uma "perdida" e era, com frequência expulsa de casa pelo pai, precisando muitas vezes recorrer à prostituição para sobreviver. É bem ilustrativo o título do filme de Roberto Farias: *Toda Donzela Tem um Pai que é uma Fera*. Na verdade, eram covardes, pois temiam a maledicência mais do que amavam a filha. As que conseguiam resistir e preservar o hímen tornavam-se, depois de casadas, dependentes dos maridos, que, não raramente, as proibiam de trabalhar. As mulheres não podiam viajar, nem ter conta bancária sem o consentimento daqueles. Se abandonassem o lar, perdiam o direito à guarda dos filhos. O adultério feminino era punido, não com o apedrejamento, mas quase: com a execração pública, o desquite e a perda da convivência com os filhos, quando não com a morte, pois o assassinio da mulher adúltera era aceito como "legítima defesa da honra".

Havia, nesse tempo, os que tentavam puxar para trás. Rapazes de terno, portando o estandarte do leão rompante, colhiam nas ruas assinaturas "contra o comunismo e o amor livre". Embora em pequeno número, dispunham de consideráveis recursos. Esse grupo anacrônico autodenominava-se TFP – Tradição, Família e Propriedade – e ainda existe.

Certa vez, topei com alguns desses mancebos, de terninho e cabelo repartido fixado com *Gumex*, na Av. Rio Branco, perto do Castelo. Eles tinham, sobre uma bancada, um livro grande no qual tentavam colher assinaturas contra o amor livre. Por coincidência, encontrei-me ali, também, com o Antônio Carlos Poerner, irmão mais novo do Arthur, que, como eu, estudava na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, só que ele fazia

Contabilidade, à noite. O Antônio Carlos era um moço magro e alto, ruivo, muito branco e de ar angelical. Era o estereótipo do estudante de violino, porém, possuía voz forte e presença marcante. Ele chegou-se aos coletores de assinaturas e perguntou de que se tratava. Estes iniciaram uma peroração contra o amor livre, até serem interrompidos pela voz possante do mais jovem dos Poerner:

- Vocês não têm, por acaso, um abaixo-assinado a favor do incesto? Eu sou a favor do incesto e quero assinar uma lista!

Ri muito do espanto e horror dos castos defensores da família e da virgindade.

A revolução cubana e o bravo exemplo de resistência do povo vietnamita contra as potências invasoras serviram de fonte inesgotável de inspiração à juventude daquela época e mesmo aos mais velhos. Aquele grupo corajoso de guerrilheiros sobreviveu ao desembarque do barco *Granma*, subiu a *Sierra Maestra* e resistiu aos ataques e ao cerco do exército regular da ditadura do Batista. Ganhou força, com o apoio popular, conquistou a vitória, expulsou os imperialistas e construiu o primeiro país verdadeiramente independente da América Latina. Cuba apresentou-se como um norte a ser seguido por todos os idealistas do continente. Igualmente, a luta indômita daquele povo baixinho do Vietnã contra os gigantes supernutridos da América do Norte, com seu sistema de túneis e de armadilhas na floresta, mostrava que o ser humano, o patriotismo, a unidade e a firmeza ideológica podem mais do que uma sofisticada máquina de guerra.

Essa geração 68, urdida no clima de liberdade intelectual do pós-guerra, submetida a uma criativa renovação cultural e com expectativas de progresso social inspiradas nas realidades cubana e vietnamita sofreu todo o tipo de perseguição, sequestro, prisão, tortura, morte e desaparecimento. Contra ela, a direita militar, liderada por oficiais que tiveram seus neurônios lavados, escovados e engraxados em bases militares dos Estados Unidos, naquele país e no Panamá, deu dois golpes de Estado: um em 1964 e outro com o A15. Pertenceram a ela os jovens que, em 1968, se insurgiram na França e na Alemanha e os que, após manifestações, foram massacrados no México, assim como os que protestaram nos Estados Unidos contra a guerra do Vietnã.

A abertura política somente foi possível com a nossa luta e com o martírio de muitos. Embora tenhamos sido derrotados nas armas – nem poderia ter sido outro o desfecho, com todo o aparato internacional armado contra nós –, conquistamos uma vitória moral, que submetemos ao veredicto da História. Outras gerações levantarão nossas bandeiras.

Em nome de minha geração, agradeço penhoradamente:

Ao Marechal Henrique Teixeira Lott, por ter sido um homem honrado, justo e respeitador da legalidade e por, junto com outros militares legalistas, haver impedido o golpe que os militares de direita pretendiam levar a efeito de modo a impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek.

A Leonel Brizola e ao General Machado Lopes, por terem frustrado o golpe militar de direita que pretendia impedir a posse do João Goulart.

A Ivan Proença, o capitão que, no golpe de 64, por iniciativa própria, garantiu a retirada dos estudantes que estavam concentrados na Faculdade Nacional de Direito, na Praça da República, e impediu um massacre que estava sendo preparado por grupos paramilitares de organizações anticomunistas. Eu estava entre esses estudantes.

Ao capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, conhecido como Sérgio Macaco, comandante do PARA-SAR, que se recusou a cumprir ordem superior para explodir o gasômetro do Rio de Janeiro. Ele evitou assim que se produzisse uma grande catástrofe que seria imputada aos militantes da luta contra a ditadura.

A Salvador Allende, Olof Palme, Boumedienne, Fidel Castro e aos povos do Chile, da Suécia, da Argélia e de Cuba por terem recebido tão bem, em seus países, os refugiados brasileiros.

2.2 | PAISSANDU E OKLAHOMA

Eliete Ferrer

“Mamãe, mamãe não chore A vida é assim mesmo eu fui embora
Mamãe, mamãe não chore Eu nunca mais vou voltar por aí
Mamãe, mamãe não chore A vida é assim mesmo eu quero mesmo é isto aqui
Mamãe, mamãe não chore Eu quero, eu posso, eu quis, eu fiz, Mamãe, seja feliz (...)
(Torquato Neto em Mamãe, Coragem)

Com a decretação do fatídico Ato Institucional nº 5, assinado na sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, o golpe dentro do golpe, foi oficializada a repressão política a ativistas, intelectuais e artistas. Muitos estudantes foram expulsos das faculdades.

Proibições. Intimidações. Muita gente perseguida e presa. Silêncio obrigatório. Chico, Caetano e Gil seguem para o exílio. Toda a efervescência daquela geração fora abafada. Asfixia.

O restaurante Oklahoma era nosso ponto de encontro e não o Lamas como querem alguns. Em 68, íamos menos ao Lamas, que ficava no Largo do Machado, ao lado do Pontes, outro restaurante. Na frente do Lamas, havia aquela belíssima bancada de frutas. Sempre que passava na porta, parava para apreciar. Muitas frutas. Coloridas. Todas as frutas. Lindas de ver e de comer. Nos fundos, a sinuca, ambiente masculino e, portanto, atraente.

O cinema Paissandu, localizado na Rua Senador Vergueiro, no Flamengo, era ponto de encontro obrigatório. Lá, encontravam-se estudantes de todas as Faculdades do Rio. É bom que se registre que, naquela época, praticamente todas as faculdades eram públicas, exceto a PUC, na Gávea, e a Gama Filho, que ficava em Pilares, e mais sei lá... Ainda não havia esta incontinência de faculdades e universidades particulares que há hoje. Ah! Eu estudava História na UEG – Universidade do Estado da Guanabara, hoje UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que ficava na Rua Haddock Lobo, na Tijuca. Fiz UEG porque o curso era meio noturno. Começava às 16h e acabava quando terminava. Como precisava ganhar meu pão sem manteiga, eu era professora primária de manhã. Trabalhava em uma escola situada nos “Cafundós do Judas”, expressão que, na época, indicava local longínquo e inóspito.

Lecionava também no ensino particular, em uma escola que fundei em 1966 com algumas professoras quando cursava o primeiro ano da faculdade. Tinha feito Curso Normal, com aquele concurso difícil para o Instituto de Educação, como centenas de outras moças. Saíamos formadas, já trabalhando como professoras do Estado da Guanabara, cheias de gás. Muita atividade. Geração que queria mudar o mundo. Prerrogativa de jovens daquela época: eu estudava, trabalhava muito, militava e ainda me divertia para caralho! Que fôlego!

Quase ninguém tinha carro. Não me lembro de ninguém que tivesse carro próprio nessa época. Alguns poucos andavam no carro dos pais. Todo mundo andava de ônibus que, aliás, rodavam a noite toda. Sair à noite, não era problema para ninguém.

Agora que estou escrevendo, lembrei! Eu e mais duas amigas, em 1966 ou 67, tivemos um carro comum. Compramos, juntas, uma Rural Willys, ano 58, se não me engano. Cada

uma entrou com um terço do preço e dividiríamos, semanalmente, o uso do veículo. As três amigas começamos a aprender a dirigir. Na semana que me correspondia, quem guiava era um namorado que eu tinha na ocasião. Mas não deu certo nem um nem outro. Em pouco tempo, eu saí da sociedade do carro e, por coincidência, terminei o namoro. O cara era um "galinha". A Rural enguiçava a todo instante - dava "chime", uma espécie de doença de São Guido, chamada, hoje em dia, de Mal de Parkinson. O veículo começava a tremer e não parava mais. Um horror! Além do mais, eu, canhota, tinha dificuldade em frear e acelerar com o pé direito. As meninas riam muito de mim. Solidariedade zero. Quando eu pegava o carro para dirigir, todos me sacaneavam. Aparentemente, eu não ligava para a caçoada, mas somente tomei coragem para aprender a dirigir, de fato, e tirar carteira de motorista, depois de completar quarenta anos!

Em 68, eu namorava o Rô, da Filosofia da UEG, que eu conhecera em abril de 1966, no cerco da Medicina. Nesse dia, eu saí antes de a polícia invadir a Faculdade Nacional de Medicina. Ele ficou até o final e, depois do corredor polonês feito pelos policiais, apanhou muito e saiu com o braço quebrado. Nós somente começamos a namorar um ou dois anos mais tarde, quando eu estava no terceiro ano do curso de História.

Aos sábados, no cine Paissandu, no ano de 1968, havia a famosa e concorrida sessão da meia-noite. A Rua Senador Vergueiro fervilhava. Cinema grande e confortável. Era uma glória! Jovens universitários oriundos de todas as faculdades encontravam-se ali para ver Jean-Luc Godard, Agnès Varda, Roman Polanski, Hitchcock, Fellini, Alain Resnais, Rossellini, Visconti, Bertolucci, Bergman, Antonioni, entre outros.

Todos de calça Lee (hoje chamada calça Jeans), rapazes e moças. Os garotos, barbas e cabelos meio longos, de camisa de marinheiro, azul e, como calçado, o Topa-tudo, uma espécie de tênis verde-oliva, de cano meio longo. Eu usava, como muitas outras, um embornal, como bolsa. Se fizesse frio, usávamos uma "japona", tipo de casaco pesadão. Meu cabelo era muito ondulado e a moda determinava que todas tivéssemos cabelos lisos. Eu passava meu cabelo com ferro de engomar roupas, como outras amigas. Fugíamos da chuva... Se molhasse, o cabelo encolhia.

O Oklahoma, restaurante ao lado do cinema, com algumas mesas na calçada, funcionava, na realidade, como extensão do Paissandu. Críticos, inconformados com a situação do país e do mundo, ali, antes e depois da sessão, discutíamos tudo: desde o filme que estava passando, até política, teatro, literatura, amores, sexo, sociologia, artes, psicologia,

escolas de samba... Conversávamos sobre os Festivais das Canções que, a partir de 1965, tinham revelado ao grande público artistas como: Milton Nascimento, Chico Buarque, Sérgio Ricardo, Nara Leão, Paulinho da Viola, Edu Lobo, Gil, Caetano, Elis Regina, Geraldo Vandré.

Nesse ínterim, por volta de 1967, florescera o Tropicalismo, movimento cultural que, com bom humor, criticava quaisquer tipos de conservadorismo, especialmente, os comportamentais. Os tropicalistas atuaram nas artes plásticas, no teatro, na literatura, no cinema e, principalmente, na música. Destacaram-se intelectuais e artistas como, por exemplo, Hélio Oiticica, Torquato Neto, Rogério Duarte, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Rogério Duprat, Glauber Rocha, Rogério Sganzerla, José Celso Martinez Correa.

Comentávamos, no Oklahoma, a guerra do Vietnam, os escritos de Marcuse, McLuhan, Lévi-Strauss, Sartre... Éramos otimistas inveterados! Tínhamos completa e indiscutível certeza de que mudaríamos os rumos da política mundial, que construiríamos uma sociedade mais justa, sem desigualdades. Todo mundo falando alto ou aos sussurros, conforme o assunto. Muito barulho vozes humanas jovens. Vida. Tomávamos chope. Eu sempre pedia um sanduíche americano sem ovo. Acho que também comíamos batatas fritas.

Nessa época, eu tinha recém saído da casa dos meus pais para morar na casa da Creusinha, amiga da faculdade, cujos pais estavam, há meses, viajando. Eu dormia no sofá-cama da sala. Aquele apartamento cheio de jovens, no Grajaú, era um verdadeiro "aparelho". Parece que o pai da Creusinha achava que a casa dele tinha virado um antro de comunistas e de depravação. Na verdade, para nós, era tudo muito natural. O rompimento daqueles valores impostos pelas famílias, pela igreja, pela ditadura, pela moral pequeno-burguesa fluía.

Ficávamos acordados até as altas madrugadas em reuniões políticas, literárias, musicais com muita alegria e desprendimento. Era muito divertido e enriquecedor. Inicialmente, moravam a Creusinha, o irmão mais novo, Fausto, e um primo sergipano de cujo nome não me lembro. Depois, cheguei eu. Entretanto, o pessoal da faculdade ia, praticamente, todo dia para lá, depois das aulas. Íamos eu, o Rô, o Castor, o Sidney, o Ricardo, a Miriam, um monte de gente.

A gente queria dormir (eu e o Rô), mas aquele povo era mais que cruel. O Castor, secundarista e segurança do movimento estudantil, ficava treinando capoeira, dando saltos e rabos-de-arraia, no meio da sala. O Fausto, irmão caçula, revelava as últimas fotos que fizera e aparecia na sala para mostrá-las, olhinho brilhando, todo feliz. Éramos pacientes, pois julgávamos que o Fausto era muito jovem, precisava de incentivo e não podia ser traumatizado. "Que lindo! Que genial!" Dizíamos quando ele nos apresentava as fotos de todas as moitinhas de capim que encontrava na rua. Ele adorava fotografar plantinhas. Deitava no chão, na calçada, muitas vezes, para conseguir certas tomadas com ângulos mais difíceis. O Sidney, romântico, vivia sonhando, enquanto alisava a peruca da Creusinha com as mãos trêmulas e sorriso de menino.

Como dormíamos no sofá da sala, somente conseguíamos pegar no sono lá pelas tantas, quase ao amanhecer. O pior de tudo era que o primo-cujo-nome-não-me-lembro acordava às cinco da manhã porque trabalhava longe. Ele ligava o rádio na famigerada Rádio Relógio. Volume alto. Aquela voz impostada tomava conta da casa. "São cinco horas e três minutos. Plim! Rádio Relógio do Distrito Federal. Você conhece o ornitorrinco? O ornitorrinco, animal que vive na Austrália e na Tasmânia, é o único mamífero que põe ovos. As fêmeas põem até três ovos. Você ... sabia? Plim!" O locutor continuava. "Você sabia que a língua é um órgão muscular que pode movimentar mais de setenta músculos? São cinco horas e quatro minutos. Plim!"

Não faltávamos às sessões da meia-noite, aos sábados, no Paissandu. Íamos em grupo ou nos encontrávamos na porta do cinema, ou no Oklahoma. Fila enorme para comprar entrada. Era uma grande festa! Dentro do cinema, gostávamos de sentar na frente, entre a quinta e a oitava fileira. Primeiro, aquele falatório. Quando apagavam as luzes e começava a sessão, silêncio total. Quase sempre, fumávamos, escondido, não sei como. Tempos depois, abriram um espaço, super confortável, com poltronas, lá atrás, para fumantes. Acabado o filme, muitas vezes aplaudíamos, gritávamos ... Comentários mil. Saíamos direto para o Oklahoma.

Pegávamos o ônibus Grajaú-Leblon para almoçar no Pentágono, restaurante de bandejão estudantil, que ficava em Botafogo, por ali, entre o Hospital Pinel e a Faculdade Nacional de Economia. Muita paquera no Pentágono. Depois íamos para a Tijuca, para a UEG. Nesses tempos, eu frequentava muitas reuniões políticas, participava de todas as assembleias, passeatas e outras manifestações, mas não era organizada, isto é, não pertencia a nenhum partido político. Aproximei-me do Partidão, o PCB. Tomei parte de alguns grupos de estudo, mas aquele pessoal era muito moralista, não gostava do meu

vocabulário sem censura nem da minha maneira brincalhona de ser, quase anarquista. Eu também não tinha afinidade com a seriedade e sisudez excessiva deles. Para mim, faltava-lhes humor e descontração.

Mais tarde, com a volta dos pais da Creusinha, fomos morar em um coletivo de seis pessoas na Rua Marquesa de Santos. Casa de vila, perto do Largo do Machado, onde, antes, funcionava o ateliê de pintura do Urian Agria, artista plástico paraense, nosso amigo. Duas salas, dois quartos, cozinha, banheiro e quintal. Eu, o Rô, meu companheiro na época, a Creusinha, o Fausto, irmão dela, o AS, a Ná, namorada dele, que tinha engravidado, embora continuasse virgem. Resquícios de moralismo na época. Sentados no Oklahoma, rimos muito quando soubemos do "estado interessante" da Ná. O uso da pílula anticoncepcional, para alguns, ainda era novidade. Ela não tomava, tinha medo. Como era virgem, acreditava que não poderia engravidar.

Enquanto isso, a mulher Leila Diniz esbanjava ousadia, quebrava tabus e chocava a mentalidade conservadora da pequena burguesia pelos quatro cantos da vida. Chorei quando ela morreu naquele acidente de avião em 72...

Todo mundo era duro. A casa vazia, sem mobiliário, só paredes. Sei-lá-quem iria levar uma mesa. Sentávamos no chão. Dormíamos no chão. Calor estúpido e, ainda, faltava água. Tomávamos banho na casa da Margot. Comíamos ou no Pentágono ou na casa da Margot, sogra amiga querida que me adotou. Não tínhamos nada, a não ser um velho saco de dormir de um amigo do Rô. Esse amigo, dono do saco de dormir, era o Luiz Carlos, com quem, mais tarde, vivi muitos anos, com quem fui para a Argentina, Chile e, posteriormente, para a Suécia.

Nosso grupo ia quase todos os dias ao Oklahoma. O Pinto, garçom querido, relatava-nos quem já tinha passado por lá, quem iria voltar, etc. Quando passávamos na porta, sempre perguntávamos: "Fulano ainda está aí? Sicrano já foi? Deixou algum recado?" Hoje, o Pinto é gerente do Degrau, restaurante no Leblon.

Certa vez, se não me engano, após a sessão da meia-noite, em algum sábado, depois de passar pelo Oklahoma, como não tínhamos móveis em casa, eu e o meu companheiro resolvemos "pegar emprestado" uma escada de um prédio que estava sendo construído do outro lado da Rua Senador Vergueiro. A escada nos serviria de "armário" para pendurar nossas roupas. Era uma pequena e velha escada de obra, com no máximo seis

degraus, toda suja de tinta, que tínhamos visto durante o dia, quando passamos na porta da obra.

Era muito tarde. Nós nos despedimos do pessoal no Oklahoma e fingimos que íamos embora para casa. Deixamos o local e fomos discretamente ao tal prédio em construção. Penetramos, sorrateiramente, na obra e escapamos com a escada nas mãos, cada um segurando uma ponta da dita cuja. Saímos andando pela calçada, olhando para a frente, disfarçando... Para o nosso azar, o pessoal, que ainda não tinha ido embora, nos viu e fez o maior escarcéu. "Ei, vocês! Que escada é essa? Vão trepar, hem?" Sei que começamos a correr pela calçada estreita, um horror! Eles, do Oklahoma, aos berros e às gargalhadas, e nós, arfantes, quase perdendo o fôlego sem largar a escada... Que sufoco!

Dois ou três meses mais tarde, por causa da falta d'água, rescindimos o contrato de aluguel e entregamos a casa. Fomos o Ro e eu para outro coletivo em Santa Teresa, onde eu comecei a dieta número sete da macrobiótica – dez dias de arroz integral – somente arroz, pelo menos com cinquenta mastigadas para cada colherada ou garfada. No final do sétimo dia, não aguentei e desbundeí. Enchi o saco e comi uma fruta...

Tempos ingênuos e muito férteis. O futuro era nosso.

Eu por aqui vou indo muito bem, de vez em quando brinco carnaval
E vou vivendo assim: felicidade na cidade que eu plantei pra mim
E que não tem mais fim, não tem mais fim, não tem mais fim"
(Torquato Neto em Mamãe, Coragem)

2.3 | MEU AMIGO ELMAR

Affonso Henriques

Conheço Elmar desde 1967, quando nos reuníamos no Jardim Botânico para ativar um movimento cultural. Reencontrei-o somente em 1999, quando eu vivia isolado de todos aqueles que tiveram passado idêntico ao meu.

Daquele dia em diante, quando ele vinha ao Rio duas a três vezes por ano, eu encontrava pessoas deste passado do qual me orgulho. Geralmente, a cada visita, os contatos eram diferentes. Porém, o mais importante: nunca mais fiquei isolado daqueles que, na

juventude, tiveram os mesmos ideais que eu. Devo a Elmar o fim de anos e anos de solitária!

Perdendo-o agora e para sempre, me sinto muito triste e solitário!

Vejo no Grupo Os Amigos de 68 a sua vontade de sempre unir os antigos companheiros. Ele sempre trazia jornais de Cuba e outros panfletos para reflorescer em cada um a chama da revolução.

Lucio Sattamini

Foi com muita tristeza que recebi a notícia, hoje de manhã (17 de novembro de 2006, quinta-feira).

Elmar foi um dos meus melhores amigos nos anos de 63 a 67. Conheci o Elmar porque eu e o Dudu fomos deslocados para atuar politicamente no Cine Clube do qual o Elmar era o dínamo. Acontece que fiquei gostando muito mais do trabalho com cinema do que, propriamente, da militância, (permitam-me dizer depois de tantos anos). Elmar fazia Odontologia e eu, Engenharia Química. Vez por outra, nos encontrávamos na Praia Vermelha.

Com o passar do tempo, esqueci-me quase totalmente da atividade política, se imaginada de curto prazo. Devotei-me totalmente ao cinema e as minhas relações com o Elmar se estreitaram. Nunca discutimos, nunca nos estranhamos. Íamos muito ao Paissandu, assistir a tudo que era filme possível e imaginário.

Um dia Elmar estava com o pé engessado e decidimos ir ao Paissandu ver um filme polonês, com legendas em francês. Entretanto, ele não podia dirigir seu fusca vermelho e eu fui agraciado com a direção. Só que nesse dia caiu aquela chuva famosa que inundou o Rio de Janeiro inteiro.

Saímos de Copacabana lá pelas oito horas da noite, já com muita chuva e algumas vias intransitáveis. Escolhi o Túnel Velho. A Rua General Polidoro estava alagada, mas passamos pela calçada da Mesbla e fomos chegando ao destino. (*No pasarán*, mas passamos). No Flamengo, a água começou a entrar no carro e a dissolver o gesso do Elmar, que estava apavorado.

- Calma, Elmar! - dizia eu.

- Lucio, você é louco vamos voltar!

- E perder o filme? Nem pensar!

Estacionamos o carro numa calçada alta, carregamos (havia mais dois, não lembro quem) o Elmar no colo e finalmente chegamos ao Paissandu. Não entendemos nada do filme, mas gostamos. Na saída, a situação era trágica. A água tinha subido muito, já estava quase no motor do carro. E o Elmar, com o gesso do pé cada vez mais mole e desconjuntado. Não me lembro de como acabou esta história, mas acho que foi com muito chope em algum lugar.

1969. Eu já tinha me formado, trabalhava na Refinaria da Petrobrás, em Porto Alegre. Todo dia eu comprava o jornal do Rio, que era sempre do dia anterior. Dobrava para ler no trabalho. Ao abrir a primeira página, deparo-me com a manchete: Identificados os sequestradores do Caravelle da Cruzeiro do Sul. Lá no meio deles: Elmar Soares de Oliveira! Quando cheguei em casa, varejei fora tudo que era agenda, nota, recordação, o escambau.

Anos depois, reencontrei o Elmar e fiquei feliz em revê-lo.

Não pude falar com ele dias antes de sua morte. Talvez tenha sido melhor assim, ficou na lembrança a imagem do Elmar combativo, cordial, amigo, engraçado, com certo espírito de humor muito peculiar e cativante.

- Karlovivari, Lucio!! Temos que ir a Karlovivari, para o festival de curta metragem!!

É isso aí, Elmar, um dia iremos a Karlovivari...

Fernando Silva

Conheci o Elmar há 38 anos no Grupo Fotograma que projetava na tela do MAM filmes de animação europeus e até um desenho produzido na China de Mao Tse Tung.

Muitas crianças, com seus pais, e eu, com os meus três filhos, experimentamos radiantes uma nova proposta cultural de técnica e humanismo. Estávamos ali fugindo da televisão, das imagens Disneyanas perniciosas do bem e do mal importadas pelos 'states' e dos "ingredientes" dos programas ao vivo de um tal Capitão Aza.

Durante meses, lá estavam Elmar e seus companheiros, verdadeiros artífices de uma nova proposta cineclubista, mudando mentes e corações pelas imagens do que existia de mais avançado na tecnologia do cinema de animação de países como Bulgária, França, Tchecoslováquia. As películas eram emprestadas pelas embaixadas estrangeiras, ainda sediadas aqui no Rio.

Elmar de Oliveira foi presidente do CESAC – Centro de Estudos e Solidariedade Amílcar Cabral – RJ e Brasília. Juntos, lá por volta de 1997, batalhamos pela manutenção do Centro em contato permanente com entidades nacionais e internacionais. Editamos um Boletim Mensal Informativo, voltado para as causas populares e para os Direitos Humanos.

Destaco sua coragem, suas andanças em voos fora dos "controladores", em países tropicais e gélidos, curtindo um exílio forçado por quase dez anos. Demonstrou sua força, convicção e vontade de transformar o regime ditatorial em governo democrático.

Foi-se o companheiro generoso que, estivesse onde estivesse, falando sua língua ou não, transmitia a HONRIDADE DE UM GUERRILHEIRO, COSTURANDO AMIZADES DURADOURAS.

Jean Marc von der Weid

Foi-se o Elmar. Seu coração não deve ter aguentado todo o amor que ele tinha pela humanidade e por cada um em particular. Levou a sua generosidade, desprendimento e dedicação por todas as causas que abraçou.

Deixou um singelo exemplo para todos nós – exemplo de tolerância com as divergências que nunca deixou sombrearem as amizades; exemplo de simplicidade e de desambição. Era despojado de qualquer pretensão pessoal que não fosse, em todos os momentos, dar tudo de si por aquilo em que acreditava.

Até sempre, companheiro das muitas discussões nas turmas de Odontologia, para as quais você me rebocava quando eu presidia o DA da Química. Companheiro das discussões intermináveis, quando você vinha a Paris e ficava lá em casa.

Lavinia Borges

Eli, logo cedo tomei conhecimento da triste notícia que me mandaste. Escrevi lautamente, mas a tecnologia me traiu... Sumiu o texto, apareceu um quadrinho esquisito, dancei.

Rapidamente vou contar que conhecemos Elmar daqueles "entonces". Ele foi colega e amigo de meu irmão com quem tinha um grupo de cinema de animação chamado FOTOGAMA. Dele participaram Chico, meu irmão, Silvio hoje Tandler, Sidney (nunca mais soube dele, mas que dava aula de comunicação na USU) e uma moça de cujo nome não me lembro.

Eis que um belo dia de outubro acontece o sequestro de um avião da Cruzeiro do Sul e depois fomos ligando tudo. Chico teve que ir depor na Aeronáutica, pois Elmar, bem a seu estilo *naif*, deixou um bilhete para os pais onde se despedia e distribuía suas roupas e objetos. Orientava que doassem aos mais necessitados e que entregassem o projetor ao Chico... E por aí ia...

Pegou uma quarentena de anos na Ilha (Cuba). Estive com ele tempos mais tarde na casa de Chico na Barra. O Elmar vivia como se ainda estivéssemos no fim da década de sessenta, passados já vinte e muitos anos. Estivemos mais recentemente juntos quando ele estava, já, agregando Os Amigos de 68, é isso mesmo?

Enfim mais um dos nossos que se vai. Lembrei-me, também, de que ele promoveu essa ação, muito preocupado em não deixar passar em branco o dia 8 de outubro, data do assassinato do Chê. Mais histórias e histórias vão aflorando na memória.

Recebi de um companheiro dos idos de 68, a notícia de que o Elmar Soares de Oliveira, nosso colega de turma nos dois primeiros anos de faculdade, faleceu esta madrugada vitimado por um infarto fulminante. Há um mês vinha se recuperando, e bem, de um derrame, estava completamente lúcido e com alguma sequela no lado direito, que a fisioterapia, se tivesse tido tempo, liquidaria. Não teve.

Elmar nos era muito caro, pois foi aquele cabra macho que assumiu até as últimas consequências suas convicções e dúvidas, que também eram nossas. Elmar era meio que a síntese deste povo brasileiro, caboclo alagoano, filho de Waldemar, amazonense moreno que nem índio, e de mãe das Alagoas.

Passou 12 anos no exílio, entre Cuba e Portugal e era, por alguns de nós, chamado de Nosso Homem em Cuba. Sua entrada em Cuba foi monumental, recebido pelo ministro do exterior e uma multidão de cubanos. Já a estada, não, pois foi, à época, muito dificultada pelo caráter do sequestro, ação isolada e desprendida das organizações ligadas a Cuba. Além do quê, um dos sequestradores tinha inclinações trotskistas, o que lá era quase sinônimo de traição.

Depois de seis anos em que estudou, cortou cana e se divertiu por lá, sempre sob a observação desconfiada dos cubanos, conseguiu ir para Portugal, recuperando, assim, as atividades políticas junto ao Grupo de Lisboa de Leonel Brizola.

Reencontramos-nos em 81, quando de sua volta e nos perdemos novamente agora; e desta vez não haverá anistia.

25 de novembro de 2006.

Oi, amigos! Acabamos de chegar da Taberninha, da Homenagem ao Elmar.

Foi muito bonito, alguns discursaram: Amaro, Fayal, Almir Miranda e Fernando Silva. O Almir e o Fernando são outros amigos do Elmar. Foi uma reunião, como todas, muito afetiva. Muito se falou do Elmar, da Cinemateca do MAM, das lutas contra a ditadura,

dos exílios, do exílio do Elmar em Mar de Espanha, de como devemos passar nossa história para os nossos filhos e netos...

Concluimos, mais uma vez, que temos de dar início ao nosso Livro de Memórias, que deverá estar pronto até meados do ano que vem para ser editado e lançado no início de 2008, quando nosso movimento completa 40 anos. Temos que contar nossa própria história. O Elmar sempre defendeu a comemoração, em 2008, dos 40 anos de luta e sempre pregou nossa união.

Março de 2010

Elmar Soares de Oliveira nasceu em Maceió, em 25 de março de 1944. Participava, em 1968, ativamente do Movimento Estudantil e era um dos líderes da Faculdade Nacional de Odontologia, onde estudava. Criou o Fotograma, grupo de cinema de animação que atuava no MAM – Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Realizou o primeiro sequestro de avião feito pela esquerda no Brasil em 8 de outubro de 1969. Ele e mais três levaram para Cuba um Caravelle, da Cruzeiro do Sul, que saía de Belém para Manaus. Oriundo de família rica, depois do seqüestro, quando os policiais chegaram na casa do pai dele, na Avenida Atlântica, em Copacabana, ficaram perplexos. Como uma pessoa que morava tão bem, com aquela vista para o mar, podia ser de esquerda e defender os ideais comunistas?

Passou alguns anos em Cuba e depois morou em Portugal.

O companheiro Elmar militou a vida inteira por seus ideais. Sempre solidário, era uma pessoa altamente agregadora e, até o fim de seus dias, defendia a união das esquerdas.

Elmar fez a grande viagem para os Verdes Campos de Valhalla no dia 15 de novembro de 2006. Deixou saudades aqui, mas foi ao encontro de outros guerreiros, seus pares.

3 - Cultura

3.1 | CPC DA UNE

Leoncio de Queiroz

A União Nacional dos Estudantes era bem representativa da juventude inquieta dos anos 60, sempre em busca de novos rumos. A luta política era uma constante. Sua direção era disputada, em assembleias e congressos, pela Juventude Universitária Católica (JUC), o Partido Comunista Brasileiro e uma minoria de direita. Havia, também, a esquerda independente, que, em um curto período, se organizou como Movimento Tiradentes. A grande disputa dava-se, na verdade, entre a JUC e o PCB, que, embora organizações rivais no prélio estudantil, eram aliadas no plano nacional da luta pelas Reformas de Base. A JUC era constituída pela esquerda católica e depois transformou-se na Ação Popular (AP) e evoluiu para uma posição maoísta.

O mais importante braço da UNE foi o Centro Popular de Cultura – o CPC da UNE. O CPC foi um grande produtor cultural alternativo, engajado na politização do povo e na pesquisa das raízes culturais brasileiras. Foi fundado em 1961, no prédio da UNE na Praia do Flamengo, por Oduvaldo Vianna Filho (o Vianinha), Carlos Estevam Martins e Leon Hirszman, sob inspiração do Movimento de Cultura Popular de Miguel Arraes, em Pernambuco.

O CPC reunia a fina flor da intelectualidade de esquerda emergente naquele período tão fecundo. Ele produziu muitas peças de conteúdo político como *A Mais Valia Vai Acabar, Seu Edgar*, do Vianinha, *Eles Não Usam Black-Tie*, de Gianfrancesco Guarnieri e a inesquecível *Canção do Subdesenvolvido*, de Carlos Lyra e Francisco de Assis, entre outras. Nesta última, tive a oportunidade de participar, no Congresso da UNE, realizado no Hotel Quitandinha, em Petrópolis. Paguei um tremendo mico com minha péssima atuação, pois não houve tempo suficiente para ensaios e eu não sabia o texto de cor – entrava sempre na sequência dos outros e sempre gesticulava com atraso. Felizmente não havia solos. Essas peças eram apresentadas em portas de fábricas, sindicatos, escolas

e favelas. Foi criada a UNE volante, que levou a todo o Brasil textos de Vianinha, Augusto Boal, Chico de Assis, Carlos Lyra e Bertolt Brecht.

O filme *Cinco Vezes Favela*, produzido pelo CPC, representou um marco no Cinema Novo. Eduardo Coutinho foi convidado realizar a segunda produção do CPC e começou a rodar um filme de ficção, *Cabra Marcado para Morrer*, baseado na história real do assassinio de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas em Pernambuco. A viúva de Pedro Teixeira faria seu próprio papel no filme. O golpe militar veio interromper as filmagens e prender parte da equipe. Só vinte anos depois o filme viria a ser concluído. Após encontrar os originais da primeira filmagem e localizar Elizabeth, a viúva de Pedro Teixeira, cuja família se havia dispersado, Coutinho pôde concluir sua obra, agora como documentário, alternando depoimentos com trechos da primeira filmagem.

O CPC também editava livros – *Os Cadernos do Povo* – em cuja venda e distribuição tive a honra de trabalhar.

O golpe, financiado por interesses econômicos externos ávidos de pôr as mãos nas riquezas brasileiras, foi levado a cabo pelas forças mais retrógradas e reacionárias do país, que detestavam a atividade política dos estudantes e sindicatos e a produção cultural de uma nova e brilhante geração.

3.2 PAULO FREIRE

Airton Queiroz

A notícia da anistia póstuma a Paulo Freire, mesmo com pedido de perdão pelo Estado Brasileiro, claro que dignifica a Comissão de Anistia que tomou essa decisão, contudo, me traz, igualmente, alguma tristeza. Sinto-me envergonhado como habitante de um país, onde se perseguiu um ser luminoso como meu amigo e companheiro Paulo Freire que, com seu trabalho, ajudou milhões de pessoas, em vários países do mundo, a sair das trevas da ignorância.

Em mim, essa notícia bate muito forte, pois tive a honra de ser, por dois anos, educador pelo Método Paulo Freire (MPF). Fui treinado, junto com outros, pelo próprio Paulo, em seu método, o qual ele nunca chamou de seu, dizia que era a maneira natural como todos aprendemos e apreendemos o mundo.

Atuei como supervisor e multiplicador de monitores, não só nos bairros pobres do Recife, durante o governo de Arraes. Fui o único que aceitou o desafio lançado por Paulo Freire e Paulo Rosas sobre quem aceitaria aplicar seu método numa zona estritamente rural, o mais distante de qualquer núcleo urbano e, se possível, num lugar sem luz elétrica.

Aceitei e fui viver por quase dois meses numa casa rústica do Engenho Batinga, nas brenhas do município de Barreiros, Zona da Mata Sul de Pernambuco, que se localizava a mais de hora e meia, de carro, por estrada de terra batida do centro da cidade de Barreiros. Lá, eu fui monitor (não se chama professor) de duas turmas de cortadores de cana desse Engenho Batinga e de um outro engenho próximo, chamado Engenho Duas Bocas, num total de noventa e poucos alunos, de ambos os sexos e diferentes idades. Movimentava-me naquelas estradas escuras num burrinho que me cederam.

Em menos de dois meses, essas pessoas humildes e esquecidas do mundo, estavam lendo jornais e revistas velhos e escrevendo, em caderninhos e nos bancos, embora com dificuldades, com as letras saindo-lhes "em garranchos", porém, todos com um orgulho que dava gosto de ver.

O MPF é feito com o universo vocabular do local dos aprendizados, que o monitor pesquisa silenciosamente em longas conversas com eles. É preciso lhes ganhar a confiança e, sobremaneira, ter-lhes o máximo respeito. O Método só tem sucesso se envolver os agentes do aprendizado a discutir as suas vidas e os seus relacionamentos com o mundo da cultura, principalmente da cultura dos seus trabalhos.

Saber que a foice é um bem de cultura é uma alegria. A foice passa a ser olhada com admiração e não apenas como um simples e descartável instrumento de trabalho. Logo entendem que é o trabalho deles e de todo o mundo que produz o mundo da cultura. São, portanto, todos artistas no sentido amplo. A autoestima aparece e cresce seu sentimento de dignidade. Em alguns, eram perceptíveis as mudanças na maneira de andar, de sentar, de falar, de tratar os outros.

Eles se entusiasmavam quando descobriam o seu poder de se autoalfabetizar. De fato, o monitor, propriamente, caracterizava-se como um estimulador inicial, que devia fazer com que seu papel fosse, pouco a pouco, "desaparecendo" de cena. O monitor devia provocar o "incêndio" da discussão sobre o tema da aula e ir sumindo, aos poucos, da frente da turma.

O bom monitor do MPF é aquele bem preparado que, com muito engenho e arte, vai-se tornando invisível à medida que o curso avança, e conduz, à certa distância, a que a turma tome as rédeas do seu aprender, como que, descubram que já sabiam aquela lição e se encantem com isso. É um êxtase.

As últimas aulas daquele curso, naqueles dois engenhos, já não eram mais conduzidas por mim. Eu, naquele terreirão escuro, sob a luz da lua, ou não, só acendia o lampião a querosene, por trás da telinha de plástico com belíssimos desenhos de Francisco Brennand, que ilustravam cada trecho do curso.

Um ou outro trabalhador ou trabalhadora, espontaneamente, punha-se à frente do grupo para imitar-me. Todos sentavam em toscos bancos de madeira e, como já haviam aprendido a técnica, punham-se a ensinar a si e aos demais. Era uma discurseira louca, com palavras que só eles conheciam de suas vidas e labutas ou de palavras que suas imaginações criavam na hora, enquanto eu me recolhia e ia lá para o fundo do terreiro a observar aquele indescritível espetáculo da educação, da auto-educação.

Numa noite de final de março de 1964, quase próximo ao dia do golpe dos gorilas, recebemos a inesperada visita, numa VW Rural, da Secretária de Educação do Estado de Pernambuco, Dra. Anita de Paes Barreto, acompanhada pelo jornalista do jornal *Última Hora*, do Recife, Aloysio Falcão, que foram conhecer os resultados daquela experiência única. E o que viram os levou a lágrimas, a todos eles. Nunca vi tanta gente chorando de alegria ao mesmo tempo.

Essa experiência é o maior galardão de minha vida, a coisa de que mais me orgulho no mundo, muitíssimo mais do que todas as láureas acadêmicas que conquisei, incluindo as dezenas de vezes que fui e continuo sendo, repetidamente, escolhido para paraninfo e/ou patrono em vários estabelecimentos superiores por onde ensinei, aqui ou alhures.

O Movimento de Cultura Popular (MCP) criado à época em que Miguel Arraes fora Prefeito de Recife (1958), tornou-se uma instituição de todo o Estado de Pernambuco com a eleição de Arraes para o governo estadual em 1962. O MCP não era apenas um movimento de alfabetização conscientizadora de adultos, seguindo o Método Paulo Freire. Aquele Movimento compreendia também várias praças de cultura instaladas nos bairros proletários da capital pernambucana.

Essas praças, construídas em morros e córregos, contavam com escolas, bibliotecas, salas de arte, teatro, cinema, música popular e erudita, danças folclóricas etc.

Tudo isso foi fechado e violentamente destruído pelo ódio à cultura, uma das características do golpe militar de 1º de abril de 1964, com a depredação de instalações do MCP, além de prisão e perseguição do pessoal envolvido naquele movimento.

4 - O Golpe

4.1 | AQUELE PRIMEIRO DE ABRIL

Ivan Cavalcanti Proença

Naquele 1º de abril de 64, no cassino dos oficiais do tradicional Regimento "Dragões da Independência", antes do almoço, recebo, de meu ordenança, o recado. O subcomandante, coronel Carnaúba, queria falar-me, urgente, no saguão do Corpo-da-guarda. Estávamos de prontidão, armados e eu, com o uniforme usual de um capitão de Cavalaria, botas e esporas, pronto para uma ação qualquer sem saber o que viria, ou se nada aconteceria como em tantos outros alertas. O sub-comandante confessou não saber quais oficiais seriam confiáveis na defesa da legalidade, pois foram ostensivas as visitas de oficiais do Estado Maior para aliciar os do Regimento. Cabe reiterar: não lhes era permitido entrar no quartel, mas alguns de nossos oficiais iam à calçada externa dialogar com os conspiradores.

Disse-me o coronel:

- Os golpistas estão muito ativos, vá ao Palácio Laranjeiras, veja o que ocorre e volte ao Ministério do Exército e, se necessário, assumo o comando das nossas Guardas e me comunique o que está acontecendo.

Mandei vir o jipe e – o óbvio – metralhadoras, capacete de aço, etc. Acompanhado de dois sargentos (por nós escolhidos), nos dirigimos ao Palácio. Tivemos a informação (verdadeira ou não) de que ali já não se encontravam o Gal. Assis Brasil ou o Cap. Eduardo Chuahy, e que o Presidente, de fato, deixara o local e viajara para Brasília. As versões eram confusas: o Presidente está em local seguro para resistir ao golpe, ou (o oposto) resolveu deixar o Governo. Cabe lembrar que o armamento pesado da tropa nas redondezas do Palácio era suficiente para inibir as manifestações que, àquela altura, ocorriam ali perto no Palácio Guanabara, onde Carlos Lacerda, acompanhado de golpistas civis e militares à paisana, armados todos, já alardeavam e brindavam vitória – foi o que soubemos, contado por um também perplexo tenente, que de lá chegara há pouco.

Voltei, urgente, ao Ministério do Exército, onde encontrei um clima no mínimo estranho; nenhum oficial superior (esclarecendo: de major para cima) – vários deles estavam reunidos no 2º andar – sabia informar (ou ainda não desejava fazê-lo) o destino do Presidente e ou o rumo dos acontecimentos. Olhavam-me (e bem me conheciam): eu, um capitão dos "Dragões", tropa lá embaixo, em contacto com o Quartel. Não sabiam os conspiradores o que dizer-me, não se atreviam a dar ordens. Talvez nem soubessem, ainda, se estava ou não consumado o golpe. Sussurravam, usavam o telefone. Mas ali, entre generais e coronéis, não se encontravam o Ministro da Guerra (general Jair Dantas Ribeiro, meu ex-comandante no Colégio Militar), os comandantes de Região Militar ou de Exército.

Nenhuma grande autoridade à vista. Muito menos os generais fiéis ao governo. Entro, então, em contacto com meu Regimento, e relato ao coronel Carnaúba o que ocorria, inclusive a sensação, "no ar", de que aqueles oficiais superiores no Ministério estavam ali para tentar bloquear resistências, inclusive do nosso Regimento, para consolidar o golpe e dar as novas diretrizes. Mas eu, no local, de certa forma perturbava, embora naquele momento me sentisse rigorosamente só. Onde todos, afinal? Até aí, apenas uma sensação. Os fatores constrangimento e a conveniente posição "em cima do muro" – além das dissimulações – hoje bem o sei, influíam também nas indefinições dos oficiais naquele momento ainda de expectativas.

DESTINO E LIVRE ARBÍTRIO

Foi quando, bastante preocupados, dois sargentos também de meu Regimento, que foram verificar a nossa guarnição da Casa da Moeda, ali na lateral do Campo de Santana (ao lado do Largo do CACO, mas tudo é Praça da República), pedem-me para ouvi-los.

Tinham um comunicado urgente e reservado. Fomos para um corredor, onde, muito tensos, me relatam que, no Largo do CACO (portanto, entre a Casa da Moeda e o Pronto-Socorro Sousa Aguiar), milícias, grupamentos, o que fossem, armados, e com várias viaturas, tinham cercado estudantes, centenas de pessoas (do povo, alguns a caminho da Central do Brasil), que assistiam a espécie de comício dos estudantes do CACO (da Faculdade Nacional de Direito) e da UNE, que, da sacada do prédio da instituição, conclamavam o povo a reagir ao golpe, inclusive com palavras de ordem como "Exército é povo", "queremos armas", etc. Os grupos repressores teriam atirado no povo para dispersá-los (o que foi confirmado, a seguir). O povo fugia para o Campo de Santana. Os estudantes se refugiavam na Faculdade. Os repressores apontavam-lhes as armas e ameaçavam jogar granadas de gás lacrimogêneo através das vidraças e janelas do prédio (e o fizeram mesmo) para obrigar os jovens a sair. Segundo o informe, tais grupamentos passaram a apontar suas armas (revólveres e metralhadoras) para a porta da Faculdade, à espera da saída dos estudantes. Enquanto isso, a guarnição do Exército, à frente da Casa da Moeda, baionetas caladas, se limitava a não permitir que o povo se aproximasse dali. Uma confusão geral. Ninguém sabia quem era o quê, nem o que fazer. Enfim e resumindo: quando surgiram os tais Grupamentos de repressão violenta, aos estudantes restou tentar abrigar-se na sede, e ao povo proteger-se atrás das árvores do Campo. Um parêntese: anos mais tarde, ao encontrar (eu aluno, ela professora na UERJ) Lília Lobo – membro hoje do "Grupo Tortura Nunca Mais" – esta me expõe: estava ali no largo e, com o tiroteio, ao invés de correr para o interior da Faculdade, conseguiu escapar para o Campo de Santana. E viu quando cheguei para intervir, antes de escapar do conflito.

Retomando: um graduado nos garantiu que os repressores atiraram para o alto, a seguir na direção do povo, havendo feridos, levados ao Pronto-Socorro. Admito que aquilo ali acontecendo, ao lado do "meu" Ministério, de nossas guardas, foi uma enorme surpresa, antes do mais. Afinal, essa gente do golpe já estava tranquilamente na ofensiva. E nossa intervenção ou, pelo menos, resistência? Onde? Testemunhei, a seguir, boa parte daquele quadro de quase-massacre: correrias, estampidos, gritos. Soube que se tratava de grupos paramilitares (em suas viaturas), órgãos de repressão, inclusive do DOPS (cuja participação, no caso, nunca foi possível confirmar), grupos de ação anticomunistas, etc, cuja audácia chegara ao ponto de encurralar e tentar exterminar centenas de jovens universitários (cerca de 400) que se opunham, apenas em discursos e manifestações, ao golpe.

Imaginem o que se passou na cabeça de um também jovem capitão de Regimento de Guarda, legalista, tropa de elite – em constante contacto com a Presidência da República – diante daquelas cenas tão próximas do "seu" Ministério do Exército. Que certamente

deveria manter a tal Ordem constituída, a legalidade. Manteria? Ali, ampliavam-se as dúvidas.

De qualquer modo, resolvi intervir mesmo, desse no que desse. Eram jovens indefesos, alguns nem tão mais moços que eu, inconformados com o rumo de tudo. Foi assim que – acompanhado de uns poucos subordinados, com metralhadoras, mas sabendo ainda que ali, na área do conflito, junto à Casa da Moeda, dispúnhamos de CAC (canhões anti-carro) e Carros de Combate (o popular tanque) – cheguei de jipe ao local, com a máxima presteza.

Só não sabia que, naquele instante, com aquela atitude, começava a mudar radicalmente minha vida, em todos os sentidos. Das 13 horas daquele dia 1º até as 18 horas, tudo aconteceu com uma rapidez incrível e surpreendente. Destino? Fatalismo? Meu livre arbítrio, de qualquer modo, entraria em ação. Até porque, mesmo se não houvesse tal episódio, certamente continuaria a manifestar-me contra o golpe – como já demonstrara em algumas ocasiões – e sofreria alguma forma de punição: transferência, repreensão ou detenção. Mas cassação, cabe revelar, não entrara nunca em cogitações, nas minhas, nem de companheiros legalistas. Mais tarde, soube que, se não aderisse após o golpe, seria cassado. Claro que não aderi.

Ao tomar conhecimento de minha história, amigos militares ou civis logo associam àquela coisa de “hora e lugar certos ou errados”, meio que se rendendo a certas leituras de destinação. Bobagem. As coisas são assim mesmo e, em não poucas ocasiões, caberá sempre livre arbítrio: tem que prevalecer sim. Por outro lado, isso de alguns civis e militares, médicos-legistas, torturadores, jornalistas etc, alegarem que cumpriam ordens (da ditadura) ou exerciam sua profissão, é um álibi-balela. Cumprir ordem, ou limitar-se ao exercício da profissão, é espécie de destinação, fatalismo, que a vida impõe? Não é não. Livre-arbítrio, sempre uma boa companhia. Isto sim.

O CONFLITO. MASSACRE FRUSTRADO

Àquela altura, a tarde já nublava, chove-não-chove. A seguir, chuva fina.

Chegando urgente ao local do conflito (aquele Largo do CACO), ainda vi algumas pessoas feridas sendo retiradas dali com a ajuda de outros populares. No prédio da Faculdade, vidros e ou janelas quebradas e portão aberto (quem iria fechá-lo sob pontaria?) – por essas aberturas haviam jogado as bombas de gás lacrimogêneo. O saguão de entrada

estava todo enfumaçado. Vez por outra, um estudante colocava a cabeça na janela e pedia socorro. Avaliei o poder de fogo das ditas paramilitares, forças repressoras, com viaturas frágeis, kombis, apenas revólveres e velhas metralhadoras.

Mandei um dos subordinados (fardado, claro) advertir que se retirassem da área que estava sob nosso comando militar. De início, não recuaram nem se retiraram. A seguir, alguns deles foram deixando o local, outros permaneceram. Nós, em frente, à distância de uns 50 metros, tínhamos – como lembrei antes – razoável poder de fogo. Só após rigorosa ação, mais de advertência, é que, rápido, se retiraram e, segundo informaram-me, se refugiaram no pátio do Pronto-Socorro ali perto. Não é fato, como se afirma, que chegamos já atirando naquele inimigo. E contam – o que é a versão dos fatos... – façanhas que jamais pratiquei no episódio. O fato é que, isto sim, apontamos na direção deles, as variadas armas de que dispúnhamos no local.

Entrei no prédio, mandando que abrissem todas as janelas e portas, inclusive nos fundos – fumaceira insuportável do gás. Tínhamos as máscaras, mas não foi necessário colocá-las. Havia estudantes já sufocando, na escadaria e no chão. Dr. Walter Oaquim, hoje bastante conhecido, ex-Secretário de Estado, Advogado, Diretor do Flamengo, contou-me que já se preparava para pular do 2º andar dos fundos para o pátio da Rádio MEC, quando cheguei. No banheiro encontravam-se, acuadas, as hoje professoras Maria Helena e Cecília Coimbra. Muitos desses então jovens – hoje encontrando-se comigo – confessam que, quando me viram chegar e postar-me à frente da tropa, logo imaginaram: agora mesmo é que vamos ser executados. E se surpreenderam com o enfrentamento, a fuga dos grupos inimigos (!) e nossa ocupação do prédio.

Aplaudiram-me no salão do 2º andar, menos pelo que fiz e mais por alívio, mas cortei logo as euforias, comunicando que achava estar consumado o golpe, e que iria garantir-lhes a retirada tranquila, de dez em dez, ora pela Rua Moncorvo Filho, ora pelo Campo de Santana, evitando provável nova investida contra eles, preservando-lhes a retirada. Assim fiz por quase uma hora. Meus subordinados os acompanhavam por uns vinte, trinta metros. E, aos poucos, de dez em dez, os estudantes, pelas duas saídas, foram deslocando-se para suas casas, ilesos.

Hoje aí estão emprestando rumo digno às suas vidas. Este, o melhor aspecto de tudo. A seguir, os leitores conhecerão os nomes (não todos, é claro) de alguns daqueles jovens, estudantes da Faculdade de Direito (CACO) e da UNE. Hoje, reitero, são figuras notáveis no cenário brasileiro. Nas homenagens que os estudantes do CACO me vêm prestando

todo ano – inclusive nomearam-me generosamente Presidente Perpétuo do CACO, sala e placa alusivas –, sempre lembro que não houve gesto heróico algum. O que deve ser registrado, por importante, é o fato de o Brasil contar com eles hoje, ainda nas lutas por uma sociedade melhor e mais justa. Provou-se que aquilo não era coisa de juventude rebelde (?), de jovens imaturos. Bendita juventude, aliás, aquela.

Eis os nomes de alguns desses jovens – hoje cinquentões ou sessentões – que ali estavam no CACO e com os quais (a maioria) sempre mantemos contacto, principalmente os do Grupo Tortura Nunca Mais: Professora e Psicóloga Cecília Coimbra, Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais.

Professora Flora Abreu, diretora do Grupo Tortura Nunca Mais. Professora Victória Grabois, diretora do Grupo Tortura Nunca Mais. Professora Maria Helena, diretora do Grupo Tortura Nunca Mais. Dr. Walter Oaquim, Secretário do Governo Estadual e vice-presidente do Flamengo F.C. Dr. Brandão Monteiro, Secretário do Governo Estadual. Dr. Celso Soares, advogado. Dr. Oscar Araújo, escritor. Professores César Guilmar, Victor Giudice e Rodolfo Motta Lima. Sr. José Rocha, produtor teatral. Sr. Acir H. da Costa, Funarte. Dr. Moisés Azhenblat, diretor do Teatro Casa Grande. Professor Luís Fernando de Carvalho, assessor do Governo Estadual. Dr. Alexandre Addor, Diplomata. Sr. Francisco das Chagas Monteiro, o Frank, ator e produtor de teatro, o Chiquinho do CPC.

A sucinta listagem acima foi feita por ocasião da pesquisa/entrevista de alunos de Comunicação da FACHA. Já se passaram muitos anos. Alguns dos citados já morreram, a maioria ocupa outros cargos ou segue outros projetos e ou se aposentou. Permanece o espírito de todos, sem esmorecimento, na certeza de que, jovens, já vislumbraram que era preciso desempenhar um papel digno, espécie de missão, profissão-de-fé, ao longo de sua existência. Muito distante, assim, daquela pregação reacionária, conveniente e preconceituosa, em torno de que “os jovens são assim mesmo”, “isso passa, vão se aburguesar logo”. “Coisa de juventude rebelde”. Esse rebelde é muito injusto, intuindo um inconformismo da idade, “fogo de palha”. Não foi não. O único mérito de minha ação reside no fato de poder constatar: aquela era, e é, uma brava gente brasileira.

Encerrado o episódio e tendo eu garantido a retirada dos estudantes do local, ao regressar ao Ministério do Exército naquela tarde do dia 1º de abril, imediatamente fui preso e enviado, por lancha, para a primeira prisão (Fortaleza de Santa Cruz) e, a seguir, para a prisão do Forte Imbuí, onde fiquei isolado. E a cassação não tardou. Ali iniciavam os 20 anos de repressões e perseguições.

Militei ali, triplamente:

1º - como membro da equipe do jornal *O Movimento* (para quem não sabe, era o órgão oficial da UNE) – do qual fui editor sindical e, depois, superintendente – e assessor do Primeiro Vice-Presidente (Assuntos Universitários), o bravo cearense Paulo Hernani Farias, que se tornou Presidente na clandestinidade depois que José Serra fugiu para a Bolívia. Fiquei nesta última função até Farias voltar para o Ceará. Mas esta é outra história;

2º - Já afastado da equipe do Jornal por razões profissionais (fui dedicar-me ao cinema), voltei ao prédio e à fração comunista da UNE no dia 1º de abril de 1964 para resistir ao golpe. Permaneci até a evacuação total, o prédio já em chamas;

3º - Ali estudei, como aluno do libertário Conservatório Nacional de Teatro, dirigido por Edwaldo Cafezeiro, que ainda tinha como professora uma de suas fundadoras, Luiza Barreto Leite, minha mãe.

Sendo melodramático, digo que aquelas paredes continham pedaços da minha vida. Ali me apaixonei por algumas mulheres maravilhosas e outras não tanto, quase todas só me quiseram como amigo. Ali me apaixonei pela política e nunca mais nos separamos; apenas mudamos as formas de nos amarmos. Ali fiz grandes amigos, dos quais a morte (Cesarion Praxedes) e a vida me separaram, mas que me visitam constantemente a memória. Outros ficaram, para sempre, mesmo que quase não nos vejamos. Escolho dois, talvez os mais próximos: Edwaldo Cafezeiro (a quem conheci ainda no tempo da UNE, quando ele coordenava, com Aron Abend, o Movimento de Alfabetização) e o ator e cineasta Cláudio McDowell (a quem já conhecia das noites e do movimento jovem de teatro, mas cuja amizade ganhei ali, no CNT, "estudando e lutando e ouvindo a canção").

Alguns afirmam que o prédio foi queimado pelo novo regime. A formulação me parece mais uma tentativa de eludir a realidade, de fugir da dialética pela visão autoritária do "pão-pão, queijo-queijo". Por esta linha de pensamento, tudo é sistemático, portanto, basta atingir a superestrutura para que a infraestrutura seja facilmente transformada.

Não foi a ditadura nem o novo regime quem queimou o prédio da UNE com o propósito de acabar com a entidade. A ditadura ainda não fora instaurada, o novo regime ainda não chegara ao poder. Havia, em tese, uma situação de Guerra Civil "relâmpago", com resistência constitucionalista em vários pontos da cidade e do País. Jango ainda estava em território nacional.

Foram setores identificados com o golpe que o fizeram, estudantes lacerdistas e subproletários, provavelmente remunerados, entre eles. Muitos de nós tínhamos a convicção de que era gente do CCC (recordo-me vagamente de uma companheira ter identificado um colega seu da Faculdade Nacional de Direito). Certamente havia policiais estaduais no grupo. Então, golpistas queimaram o prédio da UNE e nós não pudemos impedi-lo.

Os soldados da Aeronáutica que lá estavam para nos dar proteção, enviados pelo Brigadeiro Teixeira (pai do atual reitor da UFRJ), receberam ordens de retirar-se. Minutos antes do incêndio, o ator Carlos Vereza e um outro companheiro desarmaram um dos provocadores (possivelmente um dos policiais estaduais), de quem tiraram um 38. Quer dizer, como Gregório Bezerra frisa em meu filme *76 anos, Gregório Bezerra, Comunista*: "Infelizmente, não tínhamos armas". Se tivéssemos, talvez o prédio não queimasse, pois os soldados da ditadura chegariam para ocupá-lo, como fizeram com tantos outros centros de resistência.

A ditadura não acabou, de fato, com o funcionamento público da entidade até, creio, 1966, quando realizamos seu primeiro congresso clandestino, no convento franciscano de Petrópolis e José Luiz Guedes foi eleito. Em 64, por razões óbvias, não houve congresso. A Diretoria clandestina (já resumida a Farias e seus assessores) publicou uma nota oficial no *Correio da Manhã*, assinada por Paulo Hernani Farias, que foi paga por Ênio da Silveira, já que não tínhamos um tostão e vivíamos em uma comunidade, Farias, Cesarion, José Wilker e eu, na qual só eu e Cesarion tínhamos trabalho. Outro membro essencial da fração, o ex-Vice-Presidente da UNE Carlos Alberto de Oliveira, hoje conhecido como Caó, também buscava emprego, recém-chegado da Bahia. A matéria paga não foi censurada, o Correio não recebeu represálias por isso.

Então, um grupo de presidentes de Uniões Estaduais de Estudantes, UEEs, que permaneciam abertas (o Marco Maciel ainda presidia a de Pernambuco e o Alberto Abissâmara era vice no Rio, se não me engano) fez uma reunião extraordinária do conselho de entidades, considerou vacantes os cargos da diretoria (quem não estava na

clandestinidade estava preso ou no exílio) e elegeu o Abissâmara presidente. Depois de uma dura discussão internamente na fração comunista da UNE e desta com a Seção Juvenil, decidimos aceitar tal intervenção, com o compromisso de realizar pública e democraticamente o Congresso, em 1965, em São Paulo.

Dos antigos membros da Diretoria e participantes iniciais da fração, Farias voltou para o Ceará, Firmo Justino já tinha retornado à Paraíba e Jurandir Bóia fora preso na casa de Pedro Porfirio e no lugar dele.

Realizamos o Congresso na Politécnica. Venceu a Ação Popular. O PCB se recusou a entrar na diretoria (eu seria o vice de assuntos nacionais e fui o responsável e defensor, em plenário da proposta de não participar) uma vez que a AP decidira formar a chapa antes de ser aprovado o programa de gestão. Foi eleita a chapa presidida por um apagado estudante paulista de nome Xavier, que "desbundou" logo e a entidade passou a ser dirigida pelo "independente" (da AP) Altino Dantas, que, mais tarde, iria criar o PRT (é isso mesmo) com o ex-presidente (fantástico!) da UNE Vinicius Caldeira Brant.

O Congresso foi público e ninguém foi preso. Os jornais noticiaram. Eu acabei perdendo o emprego no *Jornal do Commercio* porque estava "doente" em casa e apareci discursando na primeira página do *Diário de São Paulo* ("co-irmão" do JC nos associados). Demissão justa, sem dúvida. Nunca reclamei.

Para preparar o Congresso Nacional, foram realizados os Congressos da UEE. O daqui aconteceu no Calabouço, aberta e democraticamente. Tão democraticamente, que a Dissidência (já em gestação) ganhou e para a fração comunista da bancada estadual quase todos eram definidamente Dissidentes. O mais fiel à linha nacional do Partido era eu, que fui apontado, por todos, para ser o porta-voz (coordenador) da fração e da bancada carioca. Não aceitei porque só chegaria no terceiro dia. Então, indicamos o Técio Lins e Silva. Outros da fração eram o nosso querido Lincoln Bicalho Roque e o André da Arquitetura (não recordo o sobrenome, perdoem-me).

Se não dermos nomes aos bois e encararmos o mais aberta e precisamente os fatos, penso, continuaremos a acreditar que basta pôr um operário e alguns sindicalistas e intelectuais no Governo para que as coisas mudem essencialmente.

Já desabafei demais.

Eu me lembro de você, Ronald. Não só como o namorado da Lucia, ex-namorada do Beбето e irmã do Maurício. No dia do Golpe de 64, eu devia ter 17 anos. Fomos, no fusca do Ronaldo Rondelli, eu, Beбето e o Ciro Flávio (que morreu posteriormente no Araguaia) até a sede da UNE, na Praia do Flamengo. A intenção era participar da resistência. Chegamos ao mesmo tempo em que um grupo do MAC – Movimento Anticomunista.

Não tenho certeza, mas parece que foi você que apareceu e disse para sairmos dali, porque, provavelmente, ia pintar um tiroteio. O pessoal dentro do prédio da UNE estava armado e iria responder a um eventual ataque do MAC. Segundo você, deveríamos ir para a Cinelândia, para onde estavam se dirigindo forças legalistas do Exército. Além disto, o Almirante Aragão, acantonado perto da Praça Mauá, iria distribuir armas à população.

A canalha do MAC, que realmente estava armada, começou então a atacar o prédio da UNE.

Fomos, então, de fusca para a Cinelândia. Lá, presenciamos trocas de tiros entre oficiais golpistas do Clube Militar e a multidão, além das tropas "legalistas" do exército reprimindo o pessoal que protestava contra o golpe. Não soubemos das armas do Aragão. Voltamos decepcionados para a Rua República do Peru, onde muitos comemoravam o golpe.

Nesta época, começou a minha politização. Um pequeno núcleo de pessoas da República do Peru era de esquerda. Organizamo-nos para participar da campanha do Lott e depois do Aurélio Viana. Acabou saindo uma base do PCB. Com você, tive pouquíssimos contatos. Nenhum, caso não tenha sido você no episódio da UNE. Mas conhecia você de vista. O Beбето, que tinha entrado para Economia naquele ano, foi militar no meio estudantil. Eu fiquei no Partido (PCB) fazendo trabalho de bairro, depois cineclubes, grupos de estudos e outras coisas assim. Mas tarde, fui estudar no exterior, na DDR, onde fiquei até 1974.

Fim das reminiscências... Um grande abraço para todos.

Dentro do prédio da UNE só tínhamos um 38, que o companheiro Carlos Vereza tomou de um sujeito, não sei se do MAC ou do CCC, na frente do prédio, com a ajuda, creio, do Paulo Amparo.

Lá dentro, já estávamos entregues a nós mesmos, mas optamos por seguir a orientação do Vianinha e do João das Neves, da direção do Centro Popular de Cultura (CPC), porque não sentíamos segurança no cara que se dizia o responsável pelo Partido ali (não havia praticamente ninguém que não fosse do PCB na resistência final, a Maria do Nazareth – AP do Maranhão – e outros membros da diretoria tinham saído, por questão de segurança) e já não havia dirigentes das entidades que funcionavam ali (UNE, UBES, UNETI – União Nacional dos Estudantes Técnico-Industriais, o braço proletário da estudantada, então, presidida pelo José Montenegro, assassinado no começo dos 70 e CBDU – Confederação Brasileira dos Desportos Universitários).

Foi ali que eu voltei para o Movimento Universitário, do qual me desligara para ingressar na “base” de Cinema e ficar na frente profissional, como jornalista e técnico cinematográfico. O golpe me trouxe de volta (até às vésperas do Natal, eu militava na fração da UNE).

Aconteceram muitas coisas ali. Salvamo-nos do massacre que o MAC e o CCC queriam fazer, graças à solidariedade do pessoal dos cortiços que havia atrás e do lado. Algumas pessoas, em geral “coroas” (talvez até mais moças do que somos hoje) gritavam: “Eles estão fugindo por trás!” e coisas semelhantes. Meu irmão estava do lado de fora, junto com alguns amigos e queria bater no crítico cinematográfico Ely Azeredo, que manifestava seu prazer com o espetáculo fascista. Os amigos não deixaram. Mas é uma história comprida. O objetivo era esclarecer esse ponto do nosso virtual armamento.

Completando a informação que coloquei antes, eu e um companheiro cujo nome não lembro corremos até a esquina atrás do provocador, tiramos o revólver dele e o entregamos, por entre as grades, ao pessoal que estava lá dentro. Os que estávamos fora

só entramos quando as toras começaram a pegar fogo e, lá dentro, pelo que pude perceber, ninguém esperou o fogo tomar conta de tudo para sair por onde fosse possível.

Impressionante como estivemos juntos/próximos em tantos momentos.

Luiz Alberto Sanz

É verdade. Eu não me lembrava de você, Ronald. Você participava normalmente das atividades do prédio (CPC, UNE, UBES, CBDU). Havia muita gente lá, permanentemente.

Naquele dia, eu estava chegando de São Paulo, onde o golpe me pegou. Na noite do dia 31, eu assistia a *Os Pequenos Burgueses*, no Oficina, quando o elenco interrompeu o espetáculo e comunicou que o golpe tinha sido desfechado e que o General Kruel (comandante do II Exército) havia aderido. Na véspera, dia 30, participáramos de uma reunião ampliada da base de Teatro, presidida por Cesare Giorgi (irmão do escultor Bruno), representando o Comitê Estadual. De fora do Partido, que me lembre, estavam o Boal, sua mulher Albertina (membro do Oficina e da AP), minha mãe, Luiza Barreto Leite e o poeta "maldito" Reynaldo Castro. Reynaldo era tão maldito que alguns companheiros nem queriam deixá-lo assistir à reunião, apesar de ser reconhecidamente de esquerda. Lá, fora decidido que, confirmado o golpe, eu e Luiza deveríamos voltar imediatamente para o Rio.

Saimos do Oficina, passamos na casa da minha prima, pegamos as bagagens e rumamos para a rodoviária. Ainda era ali ao lado do DOPS. Demos a sorte de pegar o último ônibus.

Logo depois, as viagens para o Rio foram suspensas.

Pela estrada, nosso ônibus passava e iam sendo fechadas barreiras. Coisa de filme da Guerra Fria. No Rio, pegamos um táxi, deixei mamãe em casa e fui para o prédio da UNE, onde fiquei de mais ou menos nove da manhã até a hora da fuga, pelos fundos. Deram-me a tarefa de controlar o sistema de som do último andar, que tinha alto-falantes voltados para a rua. De lá, fazíamos conclamações à resistência e à concentração na Cinelândia. Em outros momentos, fiquei ajudando a identificar pessoas na porta. Foi assim que recebi Mário Pedrosa e Aloísio Carvão que foram prestar solidariedade.

Lá, encontrei Denise (não me lembro o sobrenome, mas você a conhece, casou-se com Rodrigo Faria Lima e esteve exilada no Chile) que era minha amiga desde o tempo em que fora noiva do Ruy Polanah.

Pelo seu relato, tínhamos, ao final, dois 38. Pois eu vi o Vereza tomar a arma de um cara bem em frente ao bar Cabana's, mas na "ilha" em frente, junto de uma palmeira. Quando saímos, um grupo tinha checado o prédio e informado que estava vazio. Só que, mais tarde, soube que, pelo menos, dois companheiros tinham ficado: o "Filósofo" e o Ricardo Brandão (estudava direito, tinha acabado de dar baixa do Exército e participado da equipe de *O Metropolitano*, jornal da UME – hoje é advogado em MS e continua poeta). Ricardo, ao pular para a casa de cômodos vizinha, quebrou os dois tornozelos. Os moradores o esconderam. Ele mesmo me contou.

Acho que dessas trocas de correspondência vamos acabar reconstituindo uma boa parte do que aconteceu ali.

Um outro episódio, mas que não vou tratar agora, foi o da revolta dos sargentos, que a Memélia lembrou. Eu estava no prédio quando os sargentos, encabeçados por Sá Roriz, foram pedir apoio, antes do acontecimento, sem contar detalhes mas querendo saber se nós apoiaríamos.

Fez-se uma reunião com eles na sala da Presidência, o pessoal do Partido me chamou para participar. Tinha gente que nem dá para imaginar, por exemplo, o Oakim que depois foi "cartola" do Flamengo e era da CBDU.

É isso aí. Lembranças.

Ronald Lobato

Eu frequentava a UNE esporadicamente. No dia do golpe, os componentes que apareceram do CU, Comitê Universitário do PCB, tentaram diversas articulações.

Estive no CACO, Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade de Direito da atual UFRJ onde foi orientada a saída do prédio pelo perigo de "queda" iminente. Estive na Filosofia - episódio que já relatei - o único lugar onde houve mobilização mais consistente de companheiros e, também, no prédio da UNE, no Flamengo. Também não me lembro

de você por lá. Mas, além de desmemoriado, eu entrei para ver como estava a situação. Não havia orientação estratégica nenhuma e, como todos, tratamos de fazer algo na direção da resistência possível.

Eu saí e fiquei articulando lá fora porque já não parecia conveniente entrar em massa no prédio. Daí termos fechado a porta (que tinha aquelas grades com portinholas) e dado acesso a quem pedisse, depois de entrar no corredor formado pelas toras que foram postas antes que eu chegasse. Depois de entrar e sair do prédio, circulei pela cidade acompanhando fatos acabrunhantes e foi só.

O Comitê Universitário - CU se desarticulou e só voltou a se entrosar em dezembro de 64 e janeiro de 65. Lembro-me de Vitor, que era da Filô, todo orgulhoso porque estávamos nos reorganizando. A articulação era difícil porque ninguém tinha noção exata dos passos que a repressão estaria dando em relação a cada um, tendo quase todos saído de suas casas. Ele também estava feliz da vida porque a oposição de esquerda, nucleada principalmente na Filô e no CACO (ele tinha sido deste grupo e era da Filô, mas constava que tinha mudado de posição depois de um curso de formação que fez na União Soviética) não estava ainda aparecendo. O primeiro ato público organizado pelo CU do Rio de Janeiro foi a vaia ao Castelo Branco na aula inaugural da UFRJ - que ele proferiu - no início de 1965.

Estava programada distribuição de panfletos que foram jogados, além da fixação de faixas que não foram postas. Combinamos largar um macaco vestido de milico - conseguimos o macaco, ele foi devidamente uniformizado mas fugiu numa das baldeações do caminho, segundo foi informado. Enfim, do ato programado ficou apenas a vaia que foi muito forte e boa. Pude vaiá-lo a um metro de distância quando ele saía apressado. O prazer de ver seu rosto crispado e constrangido foi insuperável. O fato de sermos quase todos meninos em torno dos 20 anos deve ter contribuído para o desconforto ideológico dele.

Cerca de três de nós fomos presos, mas não houve consequências graves. As normas de segurança de agora teriam impedido a vaia que houve em 1965 em pleno início e vigor do regime ditatorial. Ao longo de 65, continuou a articulação de todos e cada vez ficava mais clara a posição de crítica ao CCC. No Rio, se considerada a Dissidência junto à Corrente e outros, a grande maioria tinha essas posições críticas. Além dos muitos que se afastaram. Era impressionante o número dos que se aproximaram em 63, nos tempos em que Prestes achava que estávamos (quase?) no poder.

Na conferência universitária daquele ano na qual participei e onde fui escolhido para fazer parte do CU ele esteve no encerramento. Meu pai me havia educado para ver criticamente as manifestações de poder, puxa-saquismo, etc. A impressão que tive foi a pior possível. Chegou aquele dirigente, aparentemente arrogante, cercado de auxiliares que não precisavam estar ali. E ouvi de viva voz como estavam bem as relações do partido com o governo João Goulart e como a reação seria esmagada quando pusesse a cabeça para fora. Mas isso todo o mundo sabe e o que conto é apenas um testemunho de como estes fatos foram vistos por um garoto militante daquela época.

PS: Apolônio, na época, era Secretário Nacional de Educação e também estive na Conferência. Foi quando o conheci pela primeira vez e a impressão foi ótima. Os únicos senões foram a presença do Prestes e o comportamento da maioria que não queria os mais à esquerda na direção do Comitê. Como não fui muito subserviente neste aspecto, pois queria escutar e entender as posições dos que criticavam a linha do partido, acabei sendo eleito suplente. Entretanto, logo depois, fui efetivado.

Em 1964, na Economia da Federal, atual UFRJ, conquistamos, num trabalho de frente, o Diretório Acadêmico, depois de dezoito anos de domínio da direita que, lá, era raivosa e incluía militantes do CCC (Comando de Caça aos Comunistas). Começou aí meu aprendizado de que não basta ser, ou alegar ser de esquerda para se ter um comportamento humano adequado e capaz de construir uma sociedade melhor. E de que poder, em qualquer campo de ação, afeta o comportamento das pessoas envolvidas.

4.4 | QUEM ERAM OS VERDADEIROS...

José Flamarion Pelúcio Silva

Aprende-se muito com um golpe. O de 1964 deixou-me várias lições. Menino ainda, ou quase, aprendi que é preciso esperar pela agitação da tempestade para saber onde estão os verdadeiros abrigos e onde se esconde o perigo.

Estourado o golpe, o Zé Augusto, José Augusto Rocha, que trabalhava na mesma seção que eu no Banco do Nordeste, passou na minha casa. Éramos quase vizinhos. Ele perguntou se eu precisava de ajuda, a saber, ir ao Banco antes do expediente, que só começava ao meio-dia, para "limpar" a minha mesa. De fato, minha mesa de trabalho era um verdadeiro "aparelho" subversivo. Além dos boletins do Sindicato, cuja confecção

cabia a mim, ao Luciano Vasconcelos, ao "Fidel", o Ildefonso Rodrigues, e ao Luciano Montezuma, entre outros com menor participação, eu tinha lá diversos números do jornal do Partido, o *Novos Rumos*. Só os comissionados, como o Zé Augusto, podiam entrar pela manhã. Fomos, então. O Zé entrou e fez o serviço...

Esta foi apenas a primeira expressão do verdadeiro caráter do Zé, um cara que, aparentemente, só se interessava por duas coisas: mulheres e futebol! Meses depois, quando nossa Cooperativa de Consumo suspendeu o fornecimento às nossas famílias, por temer quanto ao nosso futuro no Banco que suspendera nosso pagamento, o Zé Augusto levantou dinheiro junto aos colegas para atender aos presos políticos do BNB. Nasceu, daí, uma grande amizade entre nós, mas perdemos o contato desde que ele se aposentou e foi para o Rio de Janeiro. Ficou-me a lembrança de um homem de muito bom humor, poucas palavras e muito caráter. "Meu querido Zé Augusto, onde você andará?"

Outro caso interessante foi o do Marcondes, da 2ª ou 3ª Turma do CAB, o Curso de Aprendizagem Bancária, que o BNB criara. Ele filiou-se ao Partidão após o golpe, no exato momento em que certos colegas, aparentemente companheiros da Luta, ainda que não filiados ao Partido, deixavam de falar conosco. Pelo menos um ou dois deles chegaram a nos dedo-durar, conforme circulou depois no Banco.

No âmbito institucional, alguns indivíduos, prefiro não chamá-los nem mesmo de colegas, vestiram a roupa do rei e exerceram as novas funções como verdadeiras cassandras. O pessoal da Auditoria onde eu havia trabalhado prestou-se muito a isso e só vou citá-los, assim, genericamente. Fique claro que houve os que simplesmente baixaram a cabeça para mantê-las inteiras. Devo mencionar o modo paternal como me tratou o doutor David Benevides, chefe da Auditoria. Ele forneceu-me uma cópia do inquérito administrativo que lá respondi, um dos mais complicados, por sinal, entre os vários a que atendi. Ele me disse: "Leve para casa, leia e responda com todo o cuidado".

Outro fato: a Comissão de Equiparação Salarial BNB-BB, era presidida por um colega do Recife, chamado Olímpio Jurubeba de Sá, cujo vice era o Arimateia Ribeiro, de Fortaleza. Pois bem: uma reunião dessa comissão fora convocada para o Recife nos dias 28 e 29 de março de 1964. Compareci representando os colegas de Fortaleza. O Jurubeba não compareceu. Após o golpe, ele foi nomeado interventor no Sindicato do Recife pelo comando do IV Exército! O Roberto Souto-Maior, de Salvador, que presidiu a reunião, foi preso, em seguida, e amargou maus momentos, pelo que fiquei sabendo depois.

Abril, o mês da mentira, mostrou-nos que era preciso não prejudicar, nem os ditos companheiros e amigos, nem aqueles a quem tínhamos como "alienados", ou mesmo inimigos.

4.5 | PROVA DO CRIME

Milton Coelho da Graça

Uns dois meses antes do golpe de 64, governo Arraes em Pernambuco, um grupo de trotskistas fazia umas manifestações pró-reforma agrária. Eles acabaram tendo um "chega pra lá" com um delegado e afirmaram terem sido agredidos. O delegado disse que só havia dado uns empurrões.

Publiquei uma nota no *Jornal do Commercio* em defesa deles, dizendo que a polícia de Arraes tinha obrigação de ser mais tolerante, etc.

Maior de 64. Eu estava preso no xadrez (lotado, mais de vinte) do Parque de Mecanização de Casa Forte, comandado pelo coronel Darci Villocq (aquele que arrastou Gregório Bezerra pelas ruas, com uma corda amarrada ao pescoço).

A porta do xadrez tinha apenas uma janelinha e um companheiro veio me dizer que um soldado queria falar comigo. Fui à janelinha e era um garoto de dezoito ou dezenove anos. Ele me perguntou:

- Você é o Milton jornalista? - Confirmei, ele olhou para um lado e outro, desabotoou alguns botões do casaco e puxou, rápido, um papel dobrado e sussurrou:

- Amigos mandaram para você. - virou as costas ainda mais rápido e se mandou.

Fui direto para a privada, abri o papel. Era um jornal mimeografado, de uma página só, mas um título desafiador: *O Inconfidente*. Era um jornalzinho clandestino trotskista. Nem li nada, só pensei em me livrar daquilo imediatamente, porque havia uns sargentos na cela e eu desconfiava que algum deles pudesse estar ali "plantado". Só pensei em me livrar daquele papel e fiquei até com medo de jogá-lo direto na privada. Achei melhor baixar as calças, fingir que estava defecando e fui rasgando a folha em mil pedacinhos.

Mas quando me livrei da "prova do crime", mesmo sem ser trotskista, me deu um enorme orgulho daquele garoto soldado que nunca mais encontrei e tinha tido a coragem de cumprir uma tarefa maluca como aquela.

4.6 PERDA DA MEMÓRIA

José Flamarion Pelúcio Silva

Fui preso no dia 15 de abril de 1964. Estava trabalhando na Agência de Fortaleza, do Banco do Nordeste do Brasil. Eram 14h15min, quando vi uma patrulha do Exército entrar pelo lado da Rua Major Facundo. Eu trabalhava no outro extremo, que dava frente para a Rua Barão do Rio Branco. Quando vi aquela movimentação, tinha certeza de que tinham vindo buscar-me. Um capitão entrou pela na sala do gerente, contígua àquela em que funcionava a seção de cadastro, onde eu trabalhava. O gerente indicou ao capitão o meu chefe, mais conhecido entre os colegas por "Babaloo", por causa do modo engraçado como falava. Minha mesa ficava de costas para a da chefia, mas ouvi quando o capitão perguntou-lhe quem era José Flamarion Pelúcio Silva. Nesse instante, virei-me e vi o "Babaloo" ficar de pé e apontar-me: "É aquele ali". Quer dizer, eu fui literalmente "dedo-durado"! Recebi ordem de prisão em nome do comando da 10ª Região Militar e fui "convidado" a acompanhá-lo. Fiz um movimento para abrir a gaveta da minha mesa e o capitão me mandou parar. Disse-lhe que ia retirar minha merenda, o que fiz em seguida, entregando-a ao Madeira, colega que sentava ao meu lado que, de louro que era, ficou branco como a folha de papel que acabara de pôr na máquina de datilografia.

Desfilei por toda a extensão do longo corredor que ligava uma extremidade à outra da Agência, sob o olhar curioso dos colegas e clientes. Quando entrei na C-14, cabine dupla, que me conduziria não sei para onde, já encontrei alguns outros "perigosos subversivos". Entre eles, o meu companheiro de célula do Partidão, e meu futuro advogado no processo de anistia que acabei por conquistar, o Elísio Arimateia Ribeiro.

No futuro, constatei, tive muito mais bem-aventurança que o Arimateia. Sofreu ele muitas torturas ao longo dos anos que se seguiram. Eu não. Nunca me encostaram um dedo. O coronel Hortêncio Aguiar, que me inquiriu na prisão, afirmou que eu era "Elemento revoltado. Declara-se muito emotivo: os dramas da pobreza o compungem; elemento bastante citado no presente IPM; depreende-se que seja um elemento agitador, talvez com ligações de certa profundidade ... um indivíduo caviloso", li anos depois no

meu processo. Talvez fosse, mas o fato é que eu devia ser mesmo um tanto experto e soube me sair bem das perguntas, até certo ponto, ingênuas, do coronel.

Ao entrar naquela C-14, sentado ao lado do Ari, sem saber o que nos aconteceria dali por diante, fixei meu olhar para fora da janela e fui repetindo mentalmente "não sei de nada, não conheço ninguém". A certa altura, bateram no meu ombro e disseram que havíamos chegado. Absorto na minha autoprogramação para esquecer tudo, não reparara onde estávamos. Era o quartel do 23º BC, na Avenida 13 de Maio. Fomos levados para uma cela de uns 25m², onde já encontrei de trinta a quarenta outros companheiros presos. Havia um com mais de 80 anos, o Papão, português anarquista que veio para o Brasil antes de 1935. Esteve preso na Ilha Grande juntamente com o Graciliano Ramos, após o movimento fracassado de 1935, a chamada "intentona". Gente boa, o Papão, só que peidava a noite toda.

Quinze dias depois que lá estava, meu Pai, ibadiano (membro do IBAD-Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que atuava junto ao Congresso Nacional cooptando parlamentares para a defesa da "democracia"), conseguiu que o oficial do dia, filho do futuro prefeito de Fortaleza, coronel Murilo Borges, levasse até a minha cela a Larissa, minha filhinha de onze meses, então. Quando o oficial a pôs no chão da cela e ela ficou olhando sem saber do que se tratava, eu também para ela olhei sem saber do que se tratava. Foi preciso que o oficial dissesse, "olha aí, rapaz, é a tua filha!" Eu havia perdido a memória.

Em dezembro daquele 1964 inesquecível, fui para Manaus. Fortaleza e o BNB se tornaram hostis para mim. As pessoas tinham medo de falar comigo, não sei exatamente por quê. Lá em Manaus, quando eu queria lembrar da minha mãe, tinha que olhar para uma pequena foto 3x4 que levava comigo. Não conseguia recompor-lhe a imagem sem a ajuda daquele pedacinho de papel.

4.7 | DOIS AMIGOS

Mario Marcio Damasco

31 de março de 1964: através da vidraça da janela da sala onde assistia a uma aula, no colégio em Friburgo, vi minha irmã indicando que precisava falar comigo com urgência. No pátio, lívida, fez a comunicação:

- João Goulart deu o golpe. Vai correr sangue. Vamos embora!

A informação contradizia o ar que se respirava. As observações de que a noite estava muito mais negra e as ruas excessivamente solitárias fizeram com que a minha "ficha caísse".

- Jango não deu, sofreu o golpe. - Em casa, confirmei a suspeita.

Eu era participante de uma turma de amigos das redondezas, formada desde a época da infância e o único intensamente ligado em política. Lia e ouvia tudo sobre o assunto, aí incluídas as conversas do meu pai com os seus amigos, ocasião em que o assunto só começava por futebol. Logo depois, varavam a noite em política.

Além de mim, apenas dois outros colegas se interessavam, de longe, pelo assunto. Lá uma vez ou outra, conversávamos a esse respeito. Influenciados pelos pais, eles acreditavam, sem embasamento ou convicção, nas boas intenções da recém-instalada "revolução".

Desde o início e com maior intensidade em 1965, tentei alertar-lhes para a truculência de um movimento que "regulamentava", por meia da força, a violência das suas atitudes. Contudo, eles se recusavam a acreditar.

Nesse ano, três acontecimentos foram sintomáticos.

Em uma noite, esses dois amigos me acompanharam até colégio. Fazíamos "hora" na entrada, quando vimos chegar, de braços dados, o diretor e a sua esposa. "Cantando pneus", surgiu, no início da rua, um jipe recheado de policiais. Separaram, com brutalidade, o casal. Algemaram o homem e jogaram-no dentro do jipe. Meus dois amigos não me encararam, apenas se entreolharam em silêncio. O diretor, homem estimado e reconhecido na cidade e que pertencia a um partido de esquerda, foi preso e destituído do cargo, sob a alegação de ser um perigoso "comunista comedor de criancinha".

Sob nossas vistas, a caminhonete do DOPS, parou em frente ao sindicato dos metalúrgicos. Os policiais invadiram o prédio e quebraram tudo à procura do presidente, que lá não se encontrava. Após alguns minutos, calmamente, surgiu o presidente do sindicato. Foi preso e algemado como um perigoso "agente vermelho". Ele não fazia parte do nosso convívio, mas, sabíamos que era um correto e pacato cidadão. Quem sabe, apolítico? Novamente, os dois não tiveram condições de me encarar.

Salão de sinuca no centro de Friburgo. Um desses meus amigos ganhou uma disputa a dinheiro com um policial do DOPS de revólver à mostra. O sujeito não se conformou. A confusão se estabeleceu. O policial empunhando a arma, acintosamente, ameaçou a todos. Perdedores e sem outro jeito, fomos embora. O meu amigo desabafou:

- Depois dessa maldita revolução, qualquer policial de merda virou autoridade!

Aprovados no vestibular no início de 1966, os dois amigos mudaram-se para Niterói.

No primeiro final de semana de abril de 1968 estavam em Friburgo. Na noite de sábado, a turma estava reunida. Percebendo que eles apresentavam escoriações pelo corpo, não resisti e perguntei o que aconteceu.

- Esses são os "prêmios" oferecidos pelos militares pela nossa participação nos protesto pela invasão do restaurante do "calabouço" e pela morte do Edson Luis, aquele estudante de 17 anos, - responderam.

E depois, olhando-me no fundo dos olhos, completaram:

- Tomamos muita porrada, mas enfrentamos aqueles brucutus. Estamos de alma lavada! Faltou você! Mesmo apanhando, você ia se realizar! Igual a gente!

Nota do autor: Em 1964, era apenas um pacato e alheio estudante do antigo curso ginasial, quando vi uma foto no jornal – jamais esquecida – que significou a antevisão do que representaria o golpe militar: o banqueiro Magalhães Pinto marchava à frente de um pelotão do Exército pela Av. Rio Branco. Depois disso, após assistir a atos violentos patrocinados pela chamada revolução, passei a exercer uma comedida influência política de resistência entre os mais próximos.

4.8 | PRIMEIRO DE ABRIL DE 1964

Urariano Mota

Para ser exato, Ivan, Ivanovitch Correia da Silva, não morreu em 31 de março de 64. Foi no dia seguinte, foi no 1º de abril de 64 que ele abandonou o seu espírito. Para ser mais exato, ele não o abandonou. Ele foi abandonado, porque já antes Ivan perdera a vontade

e perder a vontade, parece, é o anúncio primeiro da morte. Digo, corrigindo: já antes de deixar de existir, Ivan já não mais existia.

Quero ser exato, preciso, claro, mas o reino de que me acerco repele tais exatidões. O que vi naquela tarde não se pega como um cão se agarra e se pega, como uma ave que seguramos entre os dedos, como uma pedra de gelo que sentimos e pegamos. Melhor, então, organizar Ivan à maneira do que organiza a memória, o sentimento, enfim, o espírito.

Ivan era grande, largo, testa ampla – estranho, agora eu sei, só agora compreendo, ao escrever estas linhas agora compreendo: Ivan era largo e grande como a minha mãe. Ele foi ou ele era o melhor amigo que pode ter um adolescente de treze anos. Escrevo essa generalização e estaco. Estaco porque essa tentativa de ser objetivo e imparcial só me faz escrever burras generalidades. Quero dizer, portanto, e não serei mais falso: Ivan foi o melhor amigo que tive na altura dos meus treze anos. Quero dizer e não me interrompam a censura, o pudor e a covardia.

Eu era um menino sem mãe, com um pai que seria melhor eu houvesse mandado antes para o inferno e dentro de mim uma carência imensa de compreender o mundo, com uma vaidade louca que não tinha substância nem razões para se sustentar. Se me comparo mal, eu era um menininho sem pernas, que está sempre a sonhar com extraordinários saltos olímpicos. Com quê? Com os sonhos dos saltos que poderiam vir na modalidade de meninos-tronco que de repente ganhassem pernas. Ivan, que só agora compreendo guardava semelhanças com a minha mãe, não era um daqueles “meu tipo inesquecível” da tóxica revista Seleções. Ele era o amigo mais velho e isto quer dizer: ele está sobre a cama, no 1º de abril de 64, agitado, movendo-se de um lado para outro de seu leito de capim seco. E me diz, e geme:

- Tem umas cobrinhas subindo pelas minhas costas. - E bate com as mãos, para retirá-las. E mais se agita: - Eles vêm me pegar. Eles vão me levar.

- Eles quem, Ivan?

- Eles, eles. - e eles se confundem às cobrinhas, que lhe sobem pelas costas.

Este Ivan não é Ivanovitch Correia da Silva. O Ivan de antes era um jovem de dezenove anos, estudante de Química. Passava o dia todo a estudar, todos os dias. Com um método

sui generis, como gostava de dizer. Entre uma fórmula e outra, me recebia na única mesa da sua casa. E se punha a contar anedotas, a contar casos de meninos suburbanos, espertos, anárquicos, galhofeiros. E sorria e ria, e gargalhava, porque, ao contar, ele era público e personagem e, de tanto narrar histórias de meninos moleques, deixava na gente a impressão de ser um deles. Como um Chaplin que fosse Carlitos. Se na vida da gente houver algo que nos perca, que mergulhe no abismo a natureza que já se acha perdida, ele contava, e contava a rir, a soltar altíssimas gargalhadas o caso que foi a sua perdição:

- Na greve dos estudantes de Direito, eu fui lá para prestar solidariedade aos colegas. Eu estava só no meio da massa, assistindo à manifestação. Aí chegou o fotógrafo da revista *O Cruzeiro*. Quando ele apontou o flash, eu me joguei na frente dos estudantes. Olha aqui a foto.

E mostrava uma página em que ele aparecia de braços abertos, destacado, em queda, como um jogador de futebol em um brilhante jogada, em voo sobre as palavras de ordem, viva Cuba, *yankees go home*, reforma agrária na lei ou na marra. Sorrindo em queda livre o meu amigo, na página da revista *O Cruzeiro*.

Por isso ele gargalha, por sair em edição nacional, por força do seu espírito moleque. Por isso ele se diz, esta é a lógica, dias depois:

- Tem umas cobrinhas... Eles vêm me pegar!

O meu amigo da foto é quem me resolve problemas de matemática que não consigo resolver. Num deles, de fração, ele, esperto, me esclarece o que a ambiguidade do problema não deixava ver: existe uma fração da vara enterrada no leito do rio, o corpo dela não vai só até a parte submersa, o todo vai até abaixo da areia depositada sob a água. "Bandidos não deixaram claro, assim, é fácil", eu lhe digo. E a minha revolta para ele é um justo motivo de gargalhada. Mas me consola:

- Na sua idade, eu também não resolvi esse problema.

Não sei se sou idealista naquele mau sentido dos manuais simplificadores do marxismo mas, agora, à distância, eu percebo a dignificação que o espírito dá. O respeito que relações assim construídas funda. De passagem, lembro que fui amigo de indivíduos valentões, rápidos nos socos e de força, com quem jamais briguei. Ainda bem, claro. Mas

o que eu destaco aqui é que não havia espaço entre nós para a troca de insultos. Havia um respeito fundado nos objetivos a alcançar, ou melhor, a natureza das nossas relações não comportava um enfrentamento físico. Assim também com Ivan. Agora compreendo que em nossas relações ideais, ou idealizadas, ele me via como um menino precoce, como um menino de futuro.

Aqui, cabe dizer o que era o futuro em nossa condição. Ele era um dos seis filhos de seu Joaquim-da-carne-de-porco. Seu Joaquim, para se dignificar, dizia-se marchante, mas apenas vendia carne de porco no mercado público de Água Fria. Simpatizante do velho Partidão, pusera nos quatro primeiros filhos nomes russos, porque, à época, a Rússia era a pátria da revolução. Eles se chamavam Pedro, Ivanovitch, Serguei, Andrei, Abraão e Isaac. Os dois últimos coincidiam com o declínio das convicções do velho comunista – ele passara da revolução na terra para a salvação da alma, embora continuasse a sobreviver da venda da carne de porco. Lembro que da sua casa, feia, sem janelas, com fachada de pobre ponto comercial, vinha um permanente cheiro de torresmo. Lembro do cheiro abusivo, enjoado, repugnante que dava aquela coisa gordurosa, fartura de uma coisa só. Entre as fumaças da casa e o box no mercado, seu Joaquim conservava do antigo ardor a fé, a paixão da crença no livro, a crença na educação. O estudo que levantaria as massas passou a civilizar pessoas. Daí que seus filhos teriam que ser gente, não simplesmente carne.

Naqueles anos de 63, 64, um menino de futuro, naquele cheiro ativo de toucinho torrado, era um menino que gostava de ler, de perguntar, de argumentar, apesar de a sua imagem física não se assemelhar a qualquer futuro. Assim ele era porque o futuro eram os livros, e nos livros, era inquestionável, estava a força que erguera um povo das trevas, do feudalismo. Havia, então, um respeito mítico, místico, pelos livros. De futuro, até antes do golpe do 1º de abril, era também Ivanovitch. Dos seis filhos de seu Joaquim, ele era o mais brilhante, porque, enquanto os demais eram "especialistas", Ivanovitch era um universalista – gostava de matemática, de química, de física, de política, de filosofia, de romance, lia como um animal que tem fome de letras e possuía um bom humor que era uma crítica ao mundo.

Por que as pessoas não são lineares? Por que os indivíduos que levam a vida a gargalhar tendem a terminá-la com amargura ou violência? Por que os indivíduos soturnos, sombrios, não são os que enfiam o cano na boca e estouram os próprios miolos? Não, o trágico quer os pletóricos, os plenos de verve e coração. Pois assim como o câncer, que

dizem se alimentar da saúde vigorosa, o golpe de 1º de abril comeu o cérebro do meu amigo. E ele que era diurno, solar, tornou-se febril e noturno, naquele fim de tarde.

- Cadê Ivan? - perguntei, na volta da padaria. - Cadê Ivan? - perguntei, porque eu queria com ele conversar os últimos acontecimentos, queria que ele me explicasse os tanques na rua, se Arraes ainda era governo, se os comunistas haviam perdido a batalha. - Cadê Ivan?

- Vem ver o teu amigo. Veja como ele está - e sua mãe me conduziu até o quarto, que era uma divisória de tabique sem porta, como um quarto de estúdio de cinema. E ela se pôs a chamá-lo, a dizer-lhe que eu estava ali, como se eu tivesse o dom de fazê-lo voltar à realidade, realidade que ela não sabia ser o pesadelo a se inaugurar. Chamava-o, "Ivan", para torná-lo ao Ivan de 31 de março, ao rapaz que era a esperança daquela família de seu Joaquim-da-carne-de-porco.

Ele ouviu, hoje sei, ele ouviu porque respondeu, para explicar o seu tormento:

- As cobrinhas estão subindo em mim. Mãe, me tira essas cobrinhas.

Sei, agora, que naquele delírio Ivan não perdeu de todo a lógica, a razão. Será que enlouquecemos assim, num diálogo entre a desrazão e a razão? Vejam, e nesta manhã em que escrevo me chega a voz de Nat King Cole cantando como naqueles anos, na tela do Cine Olímpia, do Cinema Império, ouço Nat arremedando o espanhol "*adios, mariquita linda*", vejam, agora percebo: ele diminuía o tamanho das serpentes, para ter miríades delas a subir-lhe pelas costas. Vejam, havia uma incompatibilidade de áreas físicas de suas costas para as serpentes normais, em grande número. E por isso ele as diminuía ao tamanho de se verem de microscópio, que lógica infernal, como eram micros só ele as via! Meu amigo delirava e, para ele, para mim, último consolo, perdia a razão, mas não perdia a inteligência.

Muitos anos depois eu o revi. Estava mais largo, obeso, imenso, com os gestos lentos de um drogado. A face, sem acusar reação, só olhos mortiços, distantes, que não me reconheceram. Ele passou ao largo de mim como um hipopótamo sem sombra, como um elefante sem orelhas, sem tromba, sem dentes passaria, só a grande massa de carne. Então, eu soube que mais uma vez a barbárie vencera.

Parabéns, gorilas, parabéns, golpistas. A família de Ivan, até hoje, conta que ele enlouqueceu em 31 de março. Esquecem que foi em um 1º de abril. Não sei se isso faria o meu amigo dar uma gargalhada, ampla, grande, *sui generis*.

4.9 ÉRAMOS MAIS DO QUE SABÍAMOS... E MENOS DO QUE PODÍAMOS TER SIDO

José Flamarion Pelúcio Silva

No dia 31 de março de 1964, eu retornava do Recife, via Natal. Tinha ido representar os colegas do BNB (Banco do Nordeste do Brasil) de Fortaleza em mais uma Reunião da Comissão de Equiparação BNB-BB. Passei por Natal, por decisão da mencionada Reunião, visto que os colegas do Rio Grande do Norte não haviam enviado representação.

Quando desci, em Fortaleza, no Aeroporto Pinto Martins dei uma olhadinha e tudo me pareceu normal. Como não tinha mala, saí direto pelo saguão e tomei o primeiro ônibus que ia passando. Desci na Praça da Gentilândia e fui para casa. Conte para minha mulher o que estava acontecendo, até onde era possível saber. Ainda no Recife, meu irmão que era jornalista da *Última Hora* e fazia a cobertura do gabinete do governador Miguel Arrais, me dissera que, lá, soubera estarem os dois maiores cruzadores norte-americanos estacionados, um no Rio de Janeiro e outro no Recife, à deriva, é claro.

Meti na cintura um "poderoso" Rossi 22, cromado, uma caixa de balas no bolso e fui para o Sindicato dos Bancários. Encontrei o salão cheio. Não haveria expediente e a maioria dos colegas presentes parecia não saber nem se importar muito com o que poderia estar acontecendo. Jogavam sinuca, totó, jogavam também conversa fora. O pessoal do Partidão (PCB), ao qual me filiara, estava por lá, meio sem saber o que fazer. Esperávamos que o José de Moura Beza, nosso presidente, aparecesse para abrimos uma Assembleia Geral Extraordinária. Do Beza, dizia-se ter-se metido dentro de um carro tipo blindado, do antigo IAPB (Instituto de Aposentadoria dos Bancários), para se proteger. De fato, o Beza estava reunido com toda a Diretoria do Sindicato dos Bancários, na cobertura do edifício do IAPB. Analisavam os acontecimentos ainda pouco definidos e preparavam uma nota oficial do Sindicato para ser divulgada nas rádios e nos jornais. Nessa nota, que foi redigida pelo Luciano Vasconcelos e que não chegou a ser divulgada por motivos óbvios, o Sindicato reafirmava apoio ao Presidente da República e à legalidade

institucional, bem como elogiava os governadores do Ceará, Virgílio Távora, e do Piauí, Teotônio Portela, os únicos que, até aquele momento, não haviam aderido ao golpe e estavam reticentes.

O Beleza, só posteriormente e diante da informação de que seria preso e que já estava sendo procurado pelo militares, é que tratou de se esconder. Primeiramente, no Hospital para tuberculosos de Messejana, que era dirigido pelo pranteado médico Dr. Carlos Alberto Studart, um simpatizante e amigo das esquerdas, que deu abrigo a ele. Tornando-se vulnerável esse primeiro esconderijo, o companheiro Beleza, então, vagou durante uns três ou quatro dias por vários lugares da periferia de Fortaleza, até entregar-se no quartel da 10ª Região Militar. Esses detalhes todos me foram passados, recentemente, pelo próprio Luciano, meu querido amigo e ex-companheiro de luta. Vários sindicatos ligados à CGT (Central Geral dos Trabalhadores), sob a liderança do companheiro José Jataí e outros líderes sindicais cearenses, estavam em assembleia e caminhavam, disseram-nos, para tirar uma greve por tempo indeterminado.

O vice-presidente do Sindicato, também do Banco do Brasil, o José Carmênio Quinderé, por não ser comunista, era objeto das nossas desconfianças, mas foi de uma dignidade a toda prova. A direção do Sindicato não lhe foi entregue em nenhum momento pelos militares. Os militares deixaram-no como responsável por alguns dias, somente, enquanto não colocavam lá o interventor. O Quinderé, hoje sabemos, não abriu a boca para denunciar ninguém. Terminou também sendo punido pelo Banco do Brasil com transferência para o Rio Grande do Norte.

Ainda naquele 31 de março, lá pelas tantas da manhã, recebemos um telefonema do Beleza. Ele alertava para que não recebêssemos qualquer pacote, porque temia que se repetisse o que ocorrera, em 1935, quando a polícia de Getúlio entregou armas em sindicatos para depois armar o flagrante. Ele avisava que devíamos fechar a sede. Cumprimos a determinação do presidente e eu guardei as chaves.

Dias depois, recebi a tarefa de retirar o mimeógrafo e levá-lo para a casa do companheiro Cristiano Câmara, funcionário do Banco do Brasil. O cara tremeu da cabeça aos pés, mas no Partidão tarefas não eram para ser discutidas, mas cumpridas. Mais tarde, soubemos que precisávamos devolver o mimeógrafo com urgência, pois o equipamento estava sendo cobrado pelo comando da 10ª RM. Para nos dar tempo, falaram a ele que o mimeógrafo estava na revisão.

Outra vez coube-me a tarefa de levar aquele perigoso instrumento subversivo de volta. Nosso boletim, nele rodado diariamente, foi considerado pela milicada como um dos principais instrumentos da subversão em Fortaleza. Fui à Praça da Sé, escolhi, sei lá sob quais critérios, um jipe que “fazia a praça” e fui buscar o mimeógrafo na casa do companheiro. Deixei-o aliviadíssimo.

A operação consistiu em levar o mimeógrafo para uma oficina onde, posteriormente, o próprio interventor do Sindicato, em acerto feito com os companheiros Luciano Vasconcelos e o Aquino, mandaria apanhá-lo. O motorista do jipe ajudou-me em todo o trabalho braçal de colocação da peça em seu jipe e, depois, na subida pelas escadas da oficina. Quando lhe paguei a conta e agradei, ele me disse: “Tudo bem, companheiro, quando tiver outro servicinho desse, pode me procurar”. Era um dos nossos.

4.10 | GREGÓRIO BEZERRA: ARMAS E CHOCOLATES

Marcelo Mário de Melo

Entrei na base secundarista do PCB, no Colégio Pernambucano, no início de 1961. Em 1962 tive um contato mais próximo com Gregório Bezerra, que coordenava a campanha de Miguel Arraes a governador de Pernambuco, enfrentando o candidato das oligarquias, o usineiro João Cleófas de Oliveira. Durante a campanha eu saía de tarde nos carros altofalantes. E à noite, de segunda a sábado, era anunciador dos comícios suburbanos. Ia no jipe dirigido por Gregório, que falava em três comícios por noite e, no final da jornada, vinha com o carro lotado, deixando companheiros em casa - eu, entre eles. Nos plantões no comitê, ouvi de Gregório muita história antiga, de resistência, protesto e prisão.

Foi nessa época que eu e a minha namorada judia escolhemos Gregório como nosso futuro padrinho de casamento. Mas ela foi levada para Israel pela família e Gregório levado para a cadeia pela ditadura. E o casamento e as “reformas de base” na sociedade brasileira entraram por uma perna de pinto e saíram por uma perna de pato. Fiz visitas a Gregório na Casa de Detenção do Recife e uma vez levei dentro do sapato um exemplar do jornal *Combater*, editado pelos comunistas pernambucanos. De 64 pra 65, rompi o ano com os presos políticos da Casa de Detenção, sem imaginar que ali também passaria uma temporada. Depois da sua volta do exílio, vi Gregório poucas vezes.

Dentro do espírito de que o homem é um animal político e o político é um animal humano, vou recortar aqui três momentos de Gregório Bezerra que considero de importância para desenhar o seu perfil de revolucionário e de pessoa.

Primeiro Momento - Gregório me disse que fumava, mas um dia, vendo um preso político, durante a ditadura Vargas, se agachar e se esgueirar, tentando apanhar pela grade da cela uma ponta de cigarro largada no chão por um policial, sentiu uma repugnância tão grande que jurou nunca mais fumar na sua vida. E cumpriu.

Segundo Momento - Quando visitei Gregório pela primeira vez, na Casa de Detenção do Recife, ouvi dele a lamentação: "Em 35, tínhamos armas e não tínhamos massa; em 64, tínhamos massa e não tínhamos armas". Era o lamento de um guerreiro impossibilitado de lutar, e não a racionalização filisteia dos que interpretaram o golpe de 64, não como uma resposta inevitável das classes dominantes ante o crescimento do movimento de massas, para a qual era preciso que se estivesse preparado, mas como um efeito da radicalização de alguns setores (minoritários) do movimento popular. Essa leitura guerreira da derrota sofrida com o golpe de 64 é ratificada por Gregório no segundo volume das suas memórias.

Terceiro Momento - Gregório estava na cidade de Palmares, na Zona da Mata canavieira de Pernambuco, quando eclodiu o golpe. Alguns dirigentes camponeses o procuraram e sugeriram que ficassem em assembleia permanente na sede do sindicato rural. Gregório lhes disse que o tempo não era mais para aquilo. Saissem de casa, avisassem às famílias e fossem pra dentro do mato, que ele iria no Recife trazer armas para a resistência. Foi e voltou de mãos abanando, porque armas não existiam. Segundo afirmação de David Capistrano na minha primeira reunião clandestina no Recife, para a rearticulação do PCB, o revólver do próprio Gregório só tinha quatro balas. Quando partiu para o Recife atrás de armas, Gregório Bezerra cumpriu antes uma tarefa que também considerava importante: foi entregar uns chocolates que havia prometido a uma das filhas do companheiro Severino Aguiar, pai de Ivan Aguiar, estudante de engenharia metralhado em praça pública no Recife, no dia do golpe, juntamente com o estudante do Colégio Pernambucano, Jonas Barros.

Entre as outras, esta é a imagem de Gregório Bezerra que eu desejo enaltecer agora, e que gostaria que se reproduzisse nas gerações do presente e do futuro: a de um revolucionário que se preocupava em levar armas para os combatentes e chocolates para as crianças.

O que temos visto na mídia, e mesmo em certos seminários de Universidades, é um tratamento distorcido e/ou acadêmico em relação a 1968, no Brasil. O ano de 68, em nosso país, foi diferente dos movimentos que aconteceram no resto do mundo. No nosso caso, vivíamos sob as botas de uma ditadura militar sanguinária.

Até o momento, não vi serem colocados, na mídia, fatos importantíssimos ocorridos naquela época como, por exemplo, a existência de um aparelho de repressão e as atrocidades perpetradas em nome do Estado. O aparelho de repressão era formado por uma parte das Forças Armadas, com o conhecimento e aquiescência das altas patentes militares, pelas Polícias Civil e Militar e por mais uma série de órgãos, que tinham como financiadores grandes corporações, como a General Electric, e era orquestrado pela Escola das Américas.

A Escola das Américas orientou, desde o golpe militar de 1964, a organização e o treinamento desse aparelho de repressão. Treinou carrascos que foram responsáveis por torturas, mortes e desaparecimentos de milhares de militantes de esquerda em toda a América Latina. Da mesma forma, a chamada Operação Condor, que funcionou desde o início dos anos de 1970, teve também a contribuição da Escola das Américas e de todos os serviços de informação de países, à época, assolados por ditadura, como Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil.

Nada disso é mostrado pela grande mídia. Pelo menos não temos visto nada, até o momento.

Há bons filmes, há alguns bons livros como o de Alcyr Henrique da Costa (*Barão de Mesquita, 425 - A fábrica do medo*) e o de Álvaro Caldas (*Tirando o capuz*). Enfim, existem registros importantes deste período, mas a história nua e crua não tem lugar na mídia.

Ademais, muitos daqueles que viveram e participaram intensamente daquela época estão vivos e podem contar a história.

Na verdade, este tão falado ano de 68 representou o ápice de um processo político que começou no início dos anos 60, antes do golpe.

Com a renúncia do Jânio Quadros, em 1961, os militares se opuseram à posse de João Goulart, prevista pela constituição. Criada por Leonel Brizola para dar apoio ao presidente Goulart, formou-se, em Porto Alegre, a Cadeia da Legalidade. Dessa forma, eram transmitidos para todo o país, via rádio, pronunciamentos, discursos e notícias com objetivo de garantir a posse de Jango.

Durante o governo Goulart, havia um clima político que antecedeu o golpe militar. Estávamos na iminência da instauração de muitas medidas que levariam a profundas mudanças na distribuição de riquezas do Brasil e na modificação das relações de poder: as chamadas reformas de base. Tais reformas incluíam, não só a reforma agrária, mas também a lei que limitava a remessa de lucros para o exterior, a nacionalização de setores vitais da economia do país e um programa de erradicação do analfabetismo, dentre outros.

Tive a honra de participar do Plano Nacional de Alfabetização, PNA, comandado pelo grande educador Paulo Freire. O objetivo do PNA ia muito além do domínio dos mecanismos da leitura e da escrita, pura e simplesmente. O aluno seria conscientizado, como se dizia na época, dos problemas da sociedade, para que tivesse, diante dela, uma postura crítica e, então, pudesse agir para modificá-la.

A mobilização popular em torno das reformas de base era grande e empolgante,, principalmente para uma menina de 16 anos como eu, que cresceu em família de comunistas. Muitas e muitas manifestações aconteciam e isso, naturalmente, atemorizava a direita ou, como se falava na época, a reação. A mídia, para variar, dava força ao conservadorismo e incentivava o golpe.

Entretanto, a resistência continuava. Surgiram as Ligas Camponesas, de Francisco Julião, no Nordeste, e muitos outros movimentos pipocavam pelo país. Enquanto isso, outros setores já organizados, como o dos estudantes (UNE), promoviam ou engrossavam manifestações.

A FNF, Faculdade Nacional de Filosofia e o CACO, Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade Nacional de Direito, comandavam, no Rio, o movimento estudantil.

Naquela época, o *modus vivendi* vigente era super formal e rigoroso. Só para citar alguns exemplos de comportamentos da época, sexo só era admitido, para as mulheres, após o casamento. A jovem que tivesse vida sexual antes do casamento era mal falada. Dizia-se: "a moça se perdeu". O mais comum era a existência de uma forte autoridade familiar, daí dizer-se que as moças "certinhas" eram "de família". Era de bom tom que as jovens "de família" escolhessem o magistério como profissão. Havia rigor nas regras até do vestuário: bolsa tinha que combinar com sapato, brilhos eram, exclusivamente, indicados para a noite, etc.

Voltemos aos acontecimentos políticos imediatamente anteriores ao golpe.

A cena política fervilhava, e culminou com o Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, poucos dias antes do golpe militar. Naquele momento, já havia fortes prenúncios de que o governo Jango não se sustentaria.

E aconteceu o Golpe de Estado.

Estávamos em Nilópolis, à noite, em uma sala de aula, no trabalho de supervisão do PNA. Chegou a notícia de que os tanques já estavam na Avenida Brasil. Deveríamos recolher todo o material para que a repressão não tivesse o seu trabalho facilitado na identificação das pessoas que participavam daquele programa. O transporte já estava deficiente e tivemos que pegar o primeiro ônibus para abandonar aquele local. Não pudemos voltar para a casa, pois começou uma verdadeira caça aos comunistas. Casas e locais de trabalho vigiados, invadidos e depredados, como nossa casa e o consultório dentário do meu pai.

Houve tentativas de resistência, fomos para a rua tentar fazer alguma coisa, mas não havia organização alguma para resistir. Fomos vencidos.

As prisões ficaram cheias e um clima de abatimento se instalou na esquerda.

Era a ditadura.

Daí em diante, nossas cabeças e nossas forças voltaram-se totalmente para a derrubada da ditadura e para a retomada daquele processo anterior ao golpe, em direção ao socialismo. Para nós, não existia projeto pessoal de se integrar à sociedade. Fora da política, nada tinha sentido. Essa era a atitude de uma parte da militância. Para outra parte, o golpe representou o final de sua atuação política.

A Universidade estava muda em 1965. Muita repressão. Dava para sentir o medo em meio aquelas colunas de concreto da FNFi, prédio onde, hoje, se instala o Consulado da Itália. As entidades estudantis, naturalmente, foram declaradas ilegais, assim como outros setores organizados da sociedade. Os seus militantes foram obrigados a se refugiar ou foram presos.

A ditadura achou que podia abortar, por decreto, todo aquele processo político, mas as condições para sua retomada estavam latentes.

Para os mais jovens, como eu, era o momento de mergulhar mais fundo na atuação política. Resolvemos "nos organizar", isto é, entrar para o Partido Comunista Brasileiro que era, ainda, o maior da época. Nos documentos de avaliação e autocrítica de todo o processo que culminou no golpe militar, pudemos tomar conhecimento do que se pensava antes, como por exemplo, da posição de que uma parte das Forças Armadas iria rachar e se colocar a favor das forças populares. O PCB, como a esmagadora maioria dos partidos comunistas do mundo, era totalmente atrelado à linha política traçada por Moscou.

Em relação ao movimento estudantil, era hora de tentar reorganizá-lo, pois diante daquela repressão era o único agrupamento que, por suas características, tinha, ainda, potencial para, naquele momento, tentar a reestruturação. Foram eleitos os primeiros Diretórios Acadêmicos Livres e participei do primeiro DA Livre da FNFi .

Apesar da repressão, dos agentes infiltrados nos bancos escolares, da ocupação das faculdades pela Polícia Militar (era muito comum a FNFi estar ocupada pela PM, do térreo ao 8º andar), das prisões e das suspensões, pudemos mobilizar o movimento estudantil em torno de questões estudantis e em torno dos grandes problemas mundiais, como a Guerra do Vietnã e a luta contra o imperialismo em seus diversos matizes.

As organizações comunistas dividiam-se e se multiplicavam. O grupo de que eu participava na FNFi pertenceu, sucessivamente, a quatro organizações. Originários do PCB, rachamos e fomos juntamente com muitos outros companheiros, de diferentes origens constituir a Dissidência do PC na Guanabara¹. Em seguida, aconteceu outra divisão e fomos participar da Corrente, que daria origem ao PCBR (Partido Comunista

1 Na época, o Estado da Guanabara correspondia ao que é, hoje, o Município do Rio de Janeiro.

Brasileiro Revolucionário) mais adiante. Finalmente, houve um outro racha e terminamos no PC do B. As discussões sobre como deveria se dar o processo em direção ao socialismo eram intermináveis e determinavam os rachas.

Cabia às organizações de esquerda tomar a iniciativa em relação às manifestações e a todos os eventos que, segundo pensavam, assegurariam o avanço da luta. Julgava-se, na época, que estas organizações abrigavam os quadros mais bem preparados, constituindo-se em uma vanguarda, mais preparada ideológica e politicamente e, portanto, encarregada de pensar em como conduzir as massas. As entidades de massa eram compostas, em parte, por quadros destas organizações. Os diretórios acadêmicos (DAs), os diretórios centrais de estudantes (DCEs) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), no entanto, apareciam oficialmente conduzindo as manifestações.

E foram muitas as manifestações de estudantes, na rua, que gritavam "ABAIXO A DITADURA", "FORA O IMPERIALISMO" e "O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO", entre outras palavras de ordem. E, evidentemente, muita "porrada comeu", muito cavalaria em cima da gente e houve muitas prisões.

Lembro de algumas dessas manifestações, que não estão em ordem cronológica:

- A ocupação da Faculdade Nacional de Medicina, em 1966 - Chegamos lá pela hora do almoço e estava acontecendo uma das muitas assembleias que se sucederiam até às 3h da manhã do dia seguinte. A faculdade foi invadida pela Polícia Militar, que ocupava a Avenida Pasteur desde cedo. Chovia, os militares tinham bebido e estavam alterados. Passamos por um corredor polonês desde o 3º andar até lá embaixo, sentindo o peso dos cassetetes.

- Em outra manifestação ocorrida na Reitoria, na Praia Vermelha, manifestantes correram para o Campo do Botafogo e, encurralados pela polícia, apanharam e houve muitas prisões.

- Houve uma outra na Candelária onde, em função da repressão policial a cavalo, muitos se refugiaram em edifícios próximos, para não serem presos.

- Em outra passeata, alguns fugiram para o Museu de Arte Moderna, um descampado onde os manifestantes foram facilmente localizados, espancados e presos.

Foram inúmeras as assembleias, passeatas e comícios relâmpagos entre 65 e 68. A capacidade de mobilização do movimento estudantil (ME) foi aumentando paulatinamente.

Desde o ano de 1960, havia movimentos em muitos outros países da Europa e nos EUA, em torno de questões como a Guerra do Vietnã e contra o autoritarismo de uma maneira geral. Este fato tinha grande repercussão aqui entre nós. Esse sinergismo nos encorajava.

Tudo isso foi acompanhado de uma reviravolta nos costumes e nos comportamentos. “É proibido proibir” foi a pichação feita nos muros de Paris em maio de 68, durante a rebelião estudantil. Houve questionamento dos dogmas nos mais diferentes setores: nas artes, na família, na política e na sociedade. E veio o Cinema Novo, a MPB, novos paradigmas nas artes plásticas, na literatura, a libertação da mulher em relação ao estudo e ao trabalho, a pílula anticoncepcional e a liberdade sexual.

Acontece a passeata dos 100 mil em 26 de junho de 68. A reação enlouquece. Quando abrirem os arquivos da ditadura, a gente vai poder saber direitinho tudo o que a “milicada” arquitetou e fez.

Enquanto isso, o aparelho de repressão organizou-se e fortaleceu-se. É assinado o AI-5, em 13 de dezembro de 68. Uma parcela significativa da intelectualidade que enfrentava a ditadura foi posta para fora dos seus empregos. Nos anos seguintes, a repressão começa a bater mais forte.

Em 1969, o número de prisões ilegais e arbitrárias aumenta, incluindo a minha, feita pelo CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) e, daí em diante, acontecem em uma escala cada vez mais intensa. As organizações foram radicalizando suas formas de luta, na medida em que a repressão aumentava. A Operação Bandeirantes² já era uma realidade.

O PC do B vinha organizando a guerrilha do Araguaia. Acreditava-se, inspirados na teoria do foco de Régis Debrét, que, com um foco guerrilheiro no centro do país, as massas nas cidades se sublevariam e o apoiariam.

2 A Operação Bandeirantes (OBAN) foi uma experiência ocorrida em São Paulo que reuniu, em um mesmo local, todos os serviços de informação e repressão então existentes. Deu tão “bons resultados” que, em 1970, organizaram-se, nos mesmos moldes, outros DOI-CODIs em cada região militar do país.

Foram mobilizados milhares de militares para dizimar a guerrilha do Araguaia. Conseguiram. A maioria esmagadora dos combatentes foi morta. Todos desaparecidos. Muitos dos camponeses que apoiavam a guerrilha foram mortos ou sofreram torturas bárbaras para que falassem e denunciassem os companheiros.

O clima, nesta altura, era de total impossibilidade de organização de qualquer movimento de massa. As liberdades foram totalmente suprimidas. O clima de terror, as denúncias, as desconfianças, os estouros de aparelhos, as prisões constituíam o cotidiano. Era o terrorismo de Estado, o fascismo vigorando. Não havia mais o Estado de direito: não adiantava advogado, não adiantava *habeas corpus*, não adiantava Justiça. Nada disso funcionava. O Estado estava entregue a ditadores, apoiado por um serviço de inteligência eficiente, internacional e muito bem armado.

As organizações de esquerda realizaram muitas e muitas ações contra o sistema. Era a guerrilha urbana. Essas organizações foram igualmente desmanteladas; muitos militantes foram mortos ou desapareceram. Outros foram presos e barbaramente torturados. Uns foram para o exílio. Outros ficaram em exílio interno, isto é, o exílio aqui no Brasil: anos convivendo com a possibilidade de ser preso a qualquer momento; não poder trabalhar ou trabalhar precariamente; ter que contar com a solidariedade das pessoas, obrigatoriamente. Não se podia ir para um hotel, por exemplo, pois as fichas eram imediatamente mandadas ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Ter que apresentar atestado de ideologia³, ter que fugir de um aparelho (local de esconderijo que pouquíssimas pessoas conheciam ou tinham acesso) para outro. Havia que se esconder, cuidando, obsessivamente, para não ser seguido; abandonar as casas, às vezes, só com a roupa do corpo. Alguns tiveram filhos nesta situação, como eu, por exemplo. As crianças foram submetidas a níveis insuportáveis de estresse, de desassossego e de pavor. Alguns (DOPS) - de nós enlouqueceram com esta situação. Em 1970, pouco depois de a minha filha nascer, eu estava emocionalmente desestruturada mas, felizmente, pude tratar-me naquela época .

Cada um de nós tem histórias terríveis para narrar. E contamos não como vítimas, nem muito menos como mártires, mas como tarefa: estas histórias precisam ser relatadas.

3 Atestado de ideologia era um dos documentos exigidos para quem prestasse qualquer concurso público: federal, estadual e municipal. Se houvesse alguma anotação sobre possível atitude contra o governo ditatorial, não se assumia o cargo, mesmo tendo sido aprovado.

Assombroso o saldo de todo este período: cerca de 400 mortos e desaparecidos (inclusive meu marido, Lincoln Bicalho Roque, torturado até a morte nas dependências do DOI-CODI, no Rio de Janeiro) e muitos militantes e seus filhos com sequelas físicas e psicológicas gravíssimas.

Veio a Anistia em agosto de 1979, graças à luta de muita gente daqui do Brasil e do exterior. Aqui tínhamos o Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) e, no exterior, o trabalho de muitos e muitos companheiros exilados e de entidades que denunciavam, de forma incansável, as arbitrariedades cometidas pela ditadura.

5 - Movimento Estudantil depois do Golpe

5.1 | PRIMEIRO D.A. LIVRE DA FNFI

Tânia Marins Roque

1965 - FNFI (Faculdade Nacional de Filosofia) - Avenida. Antonio Carlos

A repressão do pós-golpe no ar. Todos os diretórios e demais instâncias do movimento estudantil estavam fechados e impedidos de funcionar. Imperava o medo e a desconfiança, pois sabíamos que havia infiltrados. Uma enorme sensação de impotência por não termos resistido ao golpe da maneira como gostaríamos.

Era preciso, no entanto, recomeçar a luta.

As organizações decidiram que era necessário iniciar o processo de reorganização do movimento estudantil. Elegeríamos Diretórios Acadêmicos Livres (em relação ao enquadramento da lei Suplicy) que funcionariam onde fosse possível, mesmo sem espaço físico fixo. No caso da Filô, o D.A. Livre funcionou nos pilotis da faculdade.

Na FNFi funcionavam uns 19 cursos diferentes. Aquele espaço de pilotis, entre a Maison de France e a atual Embaixada da Itália, onde funcionava a FNFi, era uma festa: o bandejão de dia, além do pessoal da Filô, recebia gente da Belas Artes, da Estatística, do Calabouço e, à noite, então, fervilhava.

Aqueles pilotis são testemunhas de muitas decisões, de muitos conchavos, da aquisição de muitos quadros importantes, da produção de muita arte e de muitos amores também. O D.A. Livre tinha vários escritórios: o Bar Filosofia, situado nos pilotis, e o bar Bang Bang (nós colocamos este apelido) que ficava em frente. Algumas reuniões eram realizadas na Maison de France, ao lado. Havia também postos avançados, que eram as casas de alguns de nós.

Foram realizadas eleições para que cada curso tirasse seus representantes.

A eleição final foi realizada à noite, no Calabouço. Quanta tensão! O Calabouço ficava em um local meio isolado e havia o perigo iminente de a repressão chegar.

Foi eleito, finalmente, o 1º D.A. Livre da Filô.

Havia, na FNFi, o pessoal da luta, mas também o da música: Orlando Guerra, Zé Moraes, Agildo dos Santos e Abel Silva, entre outros. Tudo era motivo para uma nova composição. Nessa onda, eles aproveitaram a música do *Hino do América*, aquela que todo mundo conhece: *Hei de torcer até morrer...* E colocaram a seguinte letra:

Já terminou a apuração
O D.A. LIVRE derrotou a reação
E a Faculdade diz que a lei do Suplicy
Não tem lugar aqui
Unidos somos nós
Vamos cantar a uma só voz
Maria Olívia a liderar
Marcílio, Tânia, Aluísio
A assessorar
Mario e Nelson também
Vão lutar pelo bem
Da FNFi!!!!!!!...

Desse pessoal citado acima, eu lembro que Maria Olívia era do Curso de Jornalismo, Marcílio Morais, do curso de Letras, eu, Tânia Roque, de História Natural e Nelson Levy de História.

5.2 | UEG, HOJE UERJ - SONHOS

Susan Guggenheim

O reitor João Lira Filho, naquele dia, recebe os estudantes em seu gabinete. É um homem velho e bastante obeso tentando ser simpático.

- Meus filhos não façam isto. O que é que é isto? Vocês têm que ter paciência. Vamos atender vocês.

Enquanto isso, estávamos, na "patilogia", pintando cartazes, discutindo e marcando a próxima assembleia. Questão de ordem: estávamos antes do AI-5, com o diretório aberto. Manuel Duarte, oriundo da Faculdade de Direito e engajado no Movimento Estudantil depois da morte de Edson Luís, era o presidente do Diretório Acadêmico. O DCE (Diretório Central de Estudantes) era com Franklin Martins e a UME (União Metropolitana dos Estudantes) com Wladimir Palmeira.

Todos aguardam ansiosos os informes sobre a reunião com o reitor. O pátio está lotado de estudantes reunidos em pequenos grupos, que se juntavam conforme as diferentes linhas ideológicas: maoístas, marxistas, anarquistas, curiosos. Mas, todos contra a ditadura, contra o acordo MEC/USAID, a favor do Vietnã e de Cuba. Muitas minissaias e calças jeans para enfrentar as contradições de uma universidade pública em plena Haddock Lobo, rua tijuicana, quase no coração de uma zona norte classe média, conservadora e cristã. Entretanto, na UEG (Universidade do Estado da Guanabara) pouco combativa se comparada ao Caco (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade Nacional de Direito) e ao IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia), as coisas começavam a acontecer.

Muitos líderes como Bia Boiateux, Antonio Serra e Marco Aurélio, entre outros, prestaram vestibular para UEG com o objetivo de tentar engajá-la, "desaliená-la" e, quem sabe, derrubar a ditadura. Complicado. Para nós, não, tudo caminhava para este fim.

Em breve teríamos o Congresso de Ibiúna e lá as coisas seriam ainda mais definidas e organizadas. Estávamos certos de que seria difícil, mas venceríamos a reação e os militares. Além de mimeógrafos, possuíamos alguns "aparelhos" para esconder as lideranças e um lugar sigiloso repleto de coquetéis Molotov que só seriam utilizados, caso a repressão invadisse a Universidade.

Quantos espões havia? Até hoje não sabemos. Mas, eles estavam lá para dedurar e para aumentar a nossa paranóia.

O Reitor é um reacionário paternalista: chamou-nos de "meus filhos". Mal sabe ele que queremos uma Universidade Crítica, sem reitores e professores de direita. Queríamos fazer o nosso próprio currículo: desejávamos estudar Marcuse, Althusser e Reich que já eram lidos pelos "revolucionários" da psicologia. Desejávamos lutar atrás de barricadas para conquistar uma Universidade Livre!

Parecia que daria certo. As assembleias cada vez mais cheias e exaltadas. Panfletos e faixas diziam o que queríamos. O Congresso de Ibiúna se aproximando, os militares, segundo nossas análises, divididos e sem apoio da população. Até na Tijuca, percebíamos certo descontentamento do povo às saídas das missas. Tudo vai acontecer no seu tempo dialético. As contradições serão resolvidas na Revolução que acabaria com a miséria, com as injustiças e a Universidade Livre e Gratuita seria Crítica e Marxista. Cuba é o exemplo.

Assim como no Chile, chegaríamos lá, onde, breve, uma junta militar assinaria as nossas frustrações, tristezas, prisões, torturas e exílios. Tudo parecia correr tão rápido: da morte do Edson Luís à passeata dos Cem Mil, de Ibiúna ao fechamento de todos os Diretórios Acadêmicos no Brasil.

As prisões em Ibiúna foram a primeira grande perda do movimento estudantil. Alguns, ao serem soltos, contavam os episódios mais pungentes: os interrogatórios, a brutalidade dos policiais. Uma história ficou na minha memória. Narrada pela amiga Comba, na época mulher do Raulino, era a expressão da nossa presença de espírito, sarcasmo e coragem. Num determinado momento, o militar lhe perguntou.

- Você que se diz não saber de nada, não ter ligação nenhuma com nenhum grupo subversivo, afinal, o que você faz na UEG?

E Comba com seu ar angelical lhe respondeu:

- Eu faço Letras.

Como que de repente, fomos acordados de um sonho e caíamos na mais dura realidade.

Para onde foram os companheiros? E os panfletos? E os coquetéis Molotov que nunca usamos? Sei lá. Tudo foi reprimido, pulverizado, amordaçado e preso. E o que fazer aos vinte e poucos anos? Assim, de asas cortadas sem termos podido voar. Ficamos pelo chão.

Uns foram para a clandestinidade, outros para o exílio, os que não estavam presos ficaram por aí indo à praia, fazendo análise, estudando, trabalhando, torcendo contra o Brasil na Copa do Mundo e por um cidadão russo no Campeonato de Xadrez.

Os namoros e casamentos também aconteciam. Éramos jovens e libertos dos padrões convencionais. Alguns usavam drogas, um pouco de maconha como os índios ou os outros latinos.

Não demarcaram as terras dos índios e Darcy Ribeiro estava no exílio. Junto aos outros como Jango, Arraes, Brizola, foram a reforma agrária, o método Paulo Freire. A igreja mais progressista não desistiu. Será que D. Helder Câmara imaginaria ver o conjunto habitacional do Leblon, a Pequena Cruzada São Sebastião, idealizado por ele, hoje vizinho de um Shopping de alto consumo, ser alvo de desconfiança e ter um aparato de seguranças em seu entorno, para evitar os assaltos aos "burgueses consumistas"? A maioria desses líderes já morreu.

Os jovens de 68 somos nós pais e avós desta nova geração de brasileiros que, até hoje, nos acha idealistas, sonhadores e meio fora desta dura realidade pós-moderna. Acho que eles têm certa razão. Por isto, precisamos narrar as nossas historinhas para mostrar o quanto acreditamos no Brasil do Futuro e que este futuro já chegou, APESAR DE TUDO QUE FIZEMOS, PARA QUE ELE FOSSE DIFERENTE DO QUE É HOJE...

6 - A Opressão da Ditadura

6.1 O TIGRE

Leoncio de Queiroz

Sobre o Tigre, um dos principais líderes do Movimento dos Marinheiros e meu companheiro de pejejas na luta armada, há várias histórias que poderiam compor a saga de incríveis aventuras de um brasileiro comum, desse povo cuja vida não desfruta de nenhuma monotonia.

De pele escura, traços finos e olhar sagaz, atento, decidido e impaciente, ele é um amálgama de todas as raças que formam esta nação. Tem o tipo de um sertanejo e poderia tê-lo sido, não tivesse sua família sido escorraçada a tiros – ele ainda criança –, por grileiros, das terras que cultivava no interior das Alagoas. Adulto, ele preferiu o mar.

Não vou narrar sua vida de marinheiro, nem sua luta política dentro da Marinha, nem sua participação na luta armada contra a ditadura. Quero contar apenas três episódios que trazem algo em comum.

Por ocasião do desastre nacional que foi o golpe militar de 1964, o Tigre servia no cruzador Barroso, que se achava ancorado no porto de Recife. Como fora vice-presidente da célebre Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e era um de seus líderes mais ativos, foi preso e mantido sob custódia naquele navio. Então, aconteceu sua primeira fuga.

Estava sendo conduzido para interrogatório, quando, ao cruzar o convés do vaso de guerra, teve início o hasteamento da bandeira brasileira. Todos, oficiais e marinheiros, perfilaram-se, bateram continência e permaneceram imóveis, da forma como, nos círculos marciais, costuma-se reagir a certos estímulos. O Tigre mediu a distância que o separava do portaló, sinalizou caluda ao marinheiro que o conduzia, este, também, de sentido, e seguiu seu rumo, descendo a rampa, ganhando o cais, embrenhando-se no porto e sumindo pelas ruas de Recife.

Mais tarde, o Tigre logrou reencontrar outros marinheiros que haviam escapado à prisão, pôde voltar para o Rio de Janeiro – cenário principal da luta política – e rearticular sua atividade como militante revolucionário. Na clandestinidade, empenhou-se em atividade febril de contatos e reuniões políticas para preparação da resistência.

Em uma dessas ocasiões, caiu novamente prisioneiro das forças da repressão, junto com outros companheiros denunciados por traidor infiltrado pelo CENIMAR (Central de Informações da Marinha). Novos interrogatórios e, dessa vez, acompanhados de espancamentos e tortura. Os algozes queriam que o Tigre delatasse quem havia fabricado um silencioso de fabricação caseira que tinha sido apreendido em um dos "aparelhos" (no jargão da esquerda revolucionária, imóvel usado para abrigar clandestinos, efetuar reuniões ou guardar material bélico ou de propaganda) invadidos. O Tigre resistiu bravamente a todos os tormentos infligidos sem entregar o nome do companheiro.

Um dia, entraram dois "negões" em sua cela, um dos quais portava uma navalha que afiava constantemente em uma tira de couro. O outro olhou para ele e disse:

- Você não quer falar, então nós vamos te capar.

Diante do imprevisto agravamento da situação, o Tigre, sem perda de tempo, mudou de tática e prontificou-se a contar tudinho. Foi, imediatamente, levado à sala de depoimentos, onde um escrivão pilotava uma velha máquina de datilografia.

- Agora, então, fala. Quem fabricou o silencioso?

- Fui eu.

O escrivão batucou na máquina: "Perguntado sobre quem havia fabricado o silencioso apreendido, o depoente declarou haver sido ele próprio..."

Resolvida aquela questão.

Tempos depois, o Tigre foi levado, com outros companheiros, a julgamento na Auditoria da Marinha. As sessões ocorriam no prédio do antigo Ministério da Marinha, próximo ao Arsenal de Marinha. Os presos notaram que, durante essas audiências, havia um grande relaxamento na vigilância. Os guardas permaneciam conversando, distraídos, no corredor. Assim sendo, combinaram a fuga com os companheiros que estavam em liberdade. No

transcurso de uma dessas reuniões para instrução e julgamento, o magistrado bateu com o martelo na mesa e bradou:

- Está interrompida a sessão. Vocês podem ir.

Os marinheiros não esperaram uma segunda ordem. Disseram:

- Sim, senhor.

Levantaram-se, atravessaram os corredores sem que fossem percebidos, desceram as escadas, saíram pela porta da frente e adentraram o veículo que já os aguardava do lado de fora, desaparecendo na cidade.

Vim a conhecer o valoroso Tigre em outra oportunidade, quando preparávamos a fuga dos marinheiros – presos políticos – da Penitenciária Lemos de Brito. Depois, convivemos muitos anos no exílio.

6.2 AS MARQUISES DE NITERÓI

Aluizio Palmar

Naquele início da década de 60, a capital fluminense era um grande laboratório onde fluíam intensamente ideias e práticas sociais das mais variadas vertentes. Trabalhistas, nacionalistas, comunistas e trotskistas conviviam e disputavam espaços nos colégios, na universidade, nos estaleiros, nas metalúrgicas, no comércio, nas repartições públicas, bancos e sindicatos.

Eu fazia o clássico no Colégio Plínio Leite. Havia saído do tradicional Liceu Nilo Peçanha ainda no primeiro ano e fui estudar numa escola particular, realidade de quem trabalha durante o dia e estuda à noite. Nessa altura do campeonato eu já estava inserido nas lutas sociais e dando os primeiros passos para organizar um núcleo de estudos e de luta no colégio. Não era membro de nenhuma organização de esquerda, mas, digamos, um livre atirador, estava em contato com todas as facções e transitava a vontade entre seus militantes.

Meu primeiro contato com o marxismo aconteceu em 1958. Foi por intermédio de um grupo de operários calceteiros que pavimentavam com paralelepípedos as ruas de São Fidélis, minha cidade natal, situada no Norte Fluminense. Eles pertenciam a uma base do PCB da vizinha cidade de Campos.

Em 1959, mudamo-nos para São Gonçalo, cidade localizada no Grande Rio. São Fidélis não oferecia condições para que eu e meus irmãos continuássemos com nossos estudos. Papai era comerciante de secos e molhados e queria que seus filhos tivessem o estudo que ele não teve.

Naquele quarto ano do governo de Juscelino Kubitschek, o país se debatia em uma tremenda inflação, havia escassez de alguns produtos alimentícios e muita tensão social, principalmente na área da Estação das Barcas, onde constantemente era grande o número de pessoas que atravessavam a Baía de Guanabara para trabalhar na cidade do Rio de Janeiro. Todos os dias, uma extensa fila tomava conta da praça e, depois de dar várias voltas, seguia em direção ao Mercado São Pedro, na Rua Visconde do Rio Branco. Desde as primeiras horas da manhã, operários, executivos, escriturários e empregadas domésticas se amontoavam esperando a condução.

Esse péssimo serviço prestado pela empresa concessionária do transporte marítimo entre Niterói e o Rio de Janeiro deu origem, em maio de 1959, a uma revolta popular de grande envergadura. O que havia começado como um protesto localizado acabou propagando-se por toda a cidade, assumindo um ar de insurreição. A manifestação começou pela manhã, atravessou a noite e o saldo foi a depredação da estação das barcas, intervenção militar, seis mortos e uma centena de feridos.

Depois dessa experiência, minha aproximação com os grupos de esquerda aumentou e comecei a fazer política estudantil de forma intensa, fundando grêmios e editando um jornalzinho.

Naquela época, a gente passava horas nas esquinas de Niterói falando de revolução e marxismo. Nossos pontos de encontro eram debaixo das marquises dos cinemas da Rua Visconde do Rio Branco e dos edifícios da Avenida Amaral Peixoto. Nós não tínhamos dinheiro para sentar à mesa de bares como fazia a turma da classe média. Éramos estudantes e trabalhadores assalariados, cheios de contas e vivendo em um país sacudido pela agitação social e pelos debates ideológicos.

Nesse ponto Niterói fez história. No ano que antecedeu o golpe militar, tudo o que Carlos Lacerda proibia e perseguia do outro lado da Baía de Guanabara era permitido em Niterói. De um lado, era o Estado da Guanabara comandado por um governador de direita e, do outro, o Estado do Rio, governado por Badger Silveira, eleito em uma coligação de centro-esquerda. Badger era irmão do Roberto, seu antecessor e que havia morrido em 1961 num acidente de helicóptero.

Foi naquele clima de liberdade que José Pureza, dirigente da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro e líder dos sem-terra na Baixada, montou um grande acampamento na Praça São João Batista, centro de Niterói, onde se sucediam manifestações a favor da reforma agrária. Na Guanabara, Lacerda proibiu a realização do Congresso Latino-Americano de Solidariedade a Cuba; no Estado do Rio, o congresso foi realizado no Sindicato dos Operários Navais e, em seu encerramento, Luis Carlos Prestes disse em seu discurso que o Brasil caminhava a passos largos em direção ao socialismo e que os comunistas tinham participação importante no governo. Enquanto Prestes exalava otimismo, Brizola alertava para a conspiração da direita e conclamava para a resistência aos golpistas.

E o pior acabou acontecendo. Na madrugada de 31 de março de 1964, as forças do general Mourão Filho se deslocaram de Juiz de fora em direção ao Rio. Naquele mesmo dia, à tarde, organizamos uma passeata e saímos em marcha pela Avenida Almirante Amaral Peixoto gritando palavras de ordem em defesa da democracia e das Reformas de Base. Chegamos até o prédio da então Assembleia Legislativa e, nas escadarias, o deputado Affonso Celso Nogueira Monteiro fez um vibrante discurso que alertava a população para a ameaça de um golpe de estado de caráter fascista e convocava todos à resistência.

Por volta das sete horas da noite, chegou um contingente da polícia e um agente ordenou que o deputado parasse de falar. Afonsinho disse que ninguém ia impedir que ele defendesse a constituição, a legalidade. Aí, o policial puxou o revólver e o deputado também sacou o seu. Mas nada de grave aconteceu. Entre mortos e feridos, todos se salvaram ilesos. A polícia somente atirou para o alto, com o objetivo de dispersar a multidão. A seguir, após esse entrevero inicial, Afonso Celso entrou na Assembleia e, junto com outros colegas deputados, fechou as pesadas portas de ferro do legislativo e foi pra uma reunião de emergência da Comissão Executiva do PCB fluminense, usando uma saída subterrânea existente na época e que ia dar atrás do Liceu Nilo Peçanha.

Meu bairro amanheceu diferente naquele 1º de abril de 1964. As pessoas passavam encolhidas, cabisbaixas, em direção ao trabalho. Depois de uma noite mal dormida, mexendo no botão de um velho rádio Telefunken para lá e para cá, quando tentava ouvir as rádios do Rio Grande do Sul, a Rádio Havana e a BBC de Londres, eu fiz o meu roteiro de todos os dias. Saí de casa às sete horas da manhã e apanhei o trem no Ponto de Cem Réis. Apesar de haver linhas de ônibus e bonde ligando o bairro de Alcântara a Niterói, o trem era a condução mais em conta para os estudantes pobres e operários que iam trabalhar nos estaleiros e metalúrgicas.

Aquela foi minha última viagem no trem suburbano. Naquele mesmo dia, eu caí na clandestinidade. Fui ouvir os proclamas dos atos institucionais e as primeiras cassações desde o alto da Serra da Bela Joana, no município de São Fidélis. Era tempo de recuo, de esperar a poeira baixar.

NATAL NA FAVELA DO CONTORNO

Para o Sítio da Bela Joana, eu levei apenas um radinho de pilha, que só era possível sintonizar quando ia para o pico da serra; um livro – *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e um revólver Smith & Wesson que papai havia me dado “para em caso de emergência”. Para completar meu “arsenal”, tio Antônio me deu um facão Corneta, três listras e comentou estalando o fio do aço com a unha: “Este não falha, ainda mais com a benção de Deus Pai”. Em seguida meus tios mandaram eu me acomodar no galinheiro que ficava afastado da casa.

- Até a situação esfriar. Lá você vai estar mais seguro e vai ter tempo de fugir caso os milicos aparecerem. Qualquer novidade a gente já vai ficar sabendo. - disse tia Rosária, mulher de fé, evangélica e pentecostal.

O “a gente vai ficar sabendo”, era por conta das percorridas que ela e o tio Antônio faziam por toda aquela região pregando o Evangelho.

Passei uma semana no sítio. Não aguentei mais ficar afastado de Niterói, da realidade de suas ruas; curioso pra saber o que estaria acontecendo após o golpe. Lá na Serra da Bela Joana toda informação que eu recebia provinha da Rádio Globo, a única que eu conseguia sintonizar e mesmo assim a duras penas.

Voltei, assim como se estivesse tateando no escuro. Fiquei uns dois dias sem contato com o pessoal. Parecia que todo mundo havia dado no pé até que encontrei o Nilson Marques e, aos poucos, fui reatando alguns dos meus contatos. Aquiles Reis, Zelinha Trindade, Ana Campos, Rodolfo, Jonas, Kadu, Mércia... Eram os secundaristas do Partidão. Com eles eu havia feito em 1961 o meu primeiro discurso a favor do socialismo. Foi na extinta Favela do Contorno, que ficava situada no início da atual estrada Niterói - Manilha. Foi no Natal e eu tinha 18 anos. A gente havia arrecadado alguns brinquedos em nome da União Fluminense de Estudantes Secundaristas e no final da tarde da véspera de Natal fomos lá distribuir os presentes. Eu e Nilson Marques fomos escalados para falar. Nilson era o mais preparado do grupo, pois havia chegado naqueles dias da União Soviética. Falei da sociedade sem classes, de um mundo de igualdades, do ideal socialista. Eu falava olhando para aquela comunidade miserável, que tinha os estaleiros ao lado e a Baía de Guanabara ao fundo.

A GREVE SECUNDARISTA DE MARÇO DE 64

Assim que eu cheguei à Niterói vindo do sítio do tio Antônio, a primeira tarefa que recebi foi tirar a biblioteca de Lindolfo Silva do apartamento que ele ocupava e levá-la para outro local. Lindolfo Silva era o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e seu apartamento ficava no primeiro andar de um prediozinho situado no Campo de São Bento. Eu e Rodolfo acondicionamos os livros em caixas de papelão e os levamos para baixo. Levei os livros e a estante para a casa de meus pais.

Mais tarde, a repressão "baixou" lá e carregou quase tudo.

Naqueles primeiros meses após o golpe, a gente queria entender que merda era aquilo, que de repente havia acabado com nosso passeio gostoso em direção ao socialismo. A primeira reação que tivemos foi pôr a culpa no Comitê Central e na linha conciliadora adotada no Quinto Congresso.

Com todo aquele furacão acontecendo, ainda por cima, eu não tinha onde estudar. Havia sido expulso sem maiores delongas do Colégio Plínio Leite. Os diretores, tanto o velho como seu filho me odiavam. No início de março, eu, Aquiles, Iná e Zélinha lideramos uma greve que paralisou todas as escolas particulares de Niterói. E olha que havia dezenas. A greve era em protesto pelo aumento das mensalidades. O mais difícil foi exatamente onde eu estudava, o poderoso Plínio Leite, da "Rua da Praia". Osso duro de roer. Difícil, mas não impossível. Montamos um piquete e com o apoio de Ozéas, um taxista que fazia

ponto nas Barcas, fizemos um baita furdunço em frente àquele gigante do ensino privado. Durante todo o dia, o táxi de Ozéas, com duas cornetas instaladas no capô, ficou estacionado na entrada do colégio e a gente gritava: "ensino não é banana, escola não é quitanda". Aquilo aconteceu no dia 13 de março.

Enquanto a gente fechava os colégios particulares de Niterói e fazia piquete na porta do Plínio Leite, clamando pela socialização do ensino, do outro lado da Baía de Guanabara, era realizado o famoso comício da Central do Brasil e os discursos inflamados de Arraes, Prestes, Brizola e Jango eram transmitidos pela aparelhagem de som instalada em cima do táxi. A gente puxava o som desde o rádio do Simca Chambord.

Foi pelo rádio do Simca que eu soube da morte de Che Guevara.

Naquele mesmo ano de 1967, saí definitivamente de Niterói. Só vim saber do Ozéas dois anos depois, quando ele respondeu ao inquérito do "8 antigo" (MR-8 de Niterói).

MINHA DOCE TROTSKISTA

Já no pós-golpe, fora do Plínio Leite por determinação da diretoria, fui terminar o clássico no Colégio Batista. Nesta ocasião, eu trabalhava meio "clandeca" em uma transportadora em Santo Cristo e morava em uma pensão no Ingá. Todos os dias, eram duas viagens de ônibus e mais a travessia de barca. Não sei onde arrumava tempo para as tarefas do Partido. Eu era Secretário de Agitação e Propaganda do Comitê Secundarista de Niterói. Então, era um tal de organizar pichações contra a ditadura, articular os jornais murais e mais aqueles mimeografados nas escolas e sei lá quantas outras tarefas. Mesmo assim, sobrava tempo para as discussões internas, da busca de um caminho para a revolução. A gente andava descontente com a análise que o Comitê Central fazia sobre o golpe militar e de sua proposta de uma ampla frente política para derrotar a ditadura. Nós, do Comitê Secundarista, cobrávamos uma autocrítica daqueles que se iludiram e ludibriaram todos nós ao dizer que não havia possibilidade de um golpe e se ele viesse seria desbaratado pelo dispositivo militar do general Assis Brasil, chefe do gabinete militar do presidente João Goulart.

As bases e direções intermediárias do Partidão no Estado do Rio cobravam uma preparação para ações armadas, que seriam conjugadas com ações de massa. As discussões eram acirradas e o descontentamento não se circunscrevia aos estudantes. Com o intuito de

amainar as bases fluminenses, o Comitê Central enviou Apolônio de Carvalho para Niterói. Com a fama de ex-combatente da guerra civil espanhola e da resistência francesa, o mitológico dirigente do Partido chegou para implantar o que ele chamava de "trabalho especial". Boa praça, acessível e culto, o Lima (esse era o nome de guerra do Apolônio) começou a nos ensinar táticas e estratégias militares. Num quadro-negro, ele desenhava os soldados em suas posições no campo de batalha e falava de trincheiras, infantaria, cavalaria e outras teorias ensinadas na Academia Militar das Agulhas Negras. Caramba! A gente não queria aprender aquilo. Nós queríamos partir logo para a fabricação de bombas molotov e de minas. Queríamos lidar com dinamite e aprender a atirar. Apolônio, porém, continuava com suas teorias militares naquilo que o Comitê Central chamava de "trabalho especial" ou "Tereza", segundo o vocabulário de Apolônio. O tarimbado Lima costumava dar nome de mulher para cada trabalho que ele desenvolvia.

Naquele primeiro semestre de 64, eu estreitei meus contatos com os trotskistas do PORT - Partido Operário Revolucionário dos Trabalhadores. Eles seguiam as teorias de J. Posadas, codinome do argentino Homero Cristalli Frasnelli. Em Niterói, resumiam-se a um grupo pequeno. A gente se encontrava sob a marquise do edifício do antigo Banco Predial. Meu contato mais frequente era com Helena, uma loira de cabelos encaracolados e olhos claros. Parecia Mae West, aquela atriz dos velhos filmes em preto e branco que mexeu com o imaginário e a libido de muita gente. Pois bem, esta beleza de trotskista mexeu fundo com meus sentimentos e quase me recrutou para o PORT. E olha que ali mesmo, em 1962, debaixo daquela mesma marquise eu havia rejeitado um convite de Pedro Pomar e Henrique Oest para entrar no recém fundado PC do B.

Helena morava nas proximidades da estação rodoviária de Niterói e seu pai era oficial do Exército.

- Um profissional com ideias nacionalistas - dizia ela, que já percebia minha atração por sua beleza e capacidade intelectual. Naquela altura do campeonato, eu já conhecia as teses e comentários de J. Posadas de cor e salteado. Era, por assim dizer, um experto em jotaposadismo.

Num de nossos encontros, avancei o sinal e dei uma rasteira no temor reverencial que eu tinha daquele monumento que defendia com ardor a classe operária e pregava a revolução mundial. Tentei um contato físico junto a uma das imensas colunas que sustentam a marquise do Banco Predial em toda sua largura e comprimento. "Não", disse minha doce trotskista enquanto encostava o indicador no meu peito.

- Nesta etapa da luta, todas nossas energias devem estar voltadas para o combate à burguesia. Não devemos desperdiçá-las com este negócio de sexo. Assim ensina o companheiro Posadas.

Esta foi a última vez em que me encontrei com Helena. Naquele ano de 1966 e no seguinte, andei como um caixeiro viajante, organizando e participando de ene reuniões. Eram reuniões intermináveis, marcadas por duros enfrentamentos. A gente precisava tomar um caminho, a ditadura estava-se consolidando.

6.3 | O DIFÍCIL CAFÉ COM PÃO

Cládice N. Diniz

Nos gelados dias paulistanos dos meados dos sessenta, cedinho, cedinho, com a neblina ainda a dispersar-se, para não se atrasar para as aulas da escola, saía de casa a menina para recolher uma sacola de capim nas campinas da várzea do rio próximo à casa, o que era muito dolorido para os pés, que se arroxavam, afundados na fria argila vermelha das terras alagadas da olaria local. Buscava pelas largas e tenras folhas da forrageira língua de vaca e pelo aveludado capim doce para alimentar as lebres negras de estimação da família.

Nem estranhos traiçoeiros, nem cobra brava assustavam. O medo maior era afundar nos charcos ou roçar em alguma taturana. Tinha lido sobre areia movediça e, certa vez, foi queimada por uma asquerosa peluda, amarela como fogo, que lhe fez arder a carne como se esta fosse despregar-se dos ossos.

Na volta, entrava pelos fundos do quintal, onde colhia o caruru, uma verdurinha selvagem que teima em crescer nas terras férteis, concorrendo com as hortaliças nobres, onde colhia inhame e banana verde. Era um tempo de agruras para ela, de cultura italiana onde a oferta do alimento se mistura com o afeto.

O caruru só era tragável quando a fome era pior que o seu gosto. O sabor e o cheiro lembram o espinafre, mas, mais forte, até o insuportável. Era preparado refogado pela avó materna, para acompanhar a polenta ou a sopa de fubá.

- O que tem hoje para comer, vó?

- Sopa.

Assim foram, por um período, todos os dias.

Um dia, uma irmã mais nova, mirradinha, irritou-se com a pobreza inexplicável:

- Nesta casa, agora tudo vira caldinho!

E desandou a chorar, para a aflição da mãe que nada mais tinha para oferecer-lhe.

De sobremesa, quando havia, servia-se banana verde e inhame cozidos na água e polvilhados com pouco açúcar, um mantimento racionado, tanto quanto o eram o café, o leite e o pão! Contra o frio, mate quente.

Naquela família, o fubá, o sal, o mate e o açúcar eram os poucos alimentos que se compravam nesse período, por serem os mais baratos. Ou melhor, eram adquiridos em caderneta, fiado, na "venda" de alto teto, a mais bem sortida do bairro.

Com fama de cara, a compra naquele empório de secos e molhados era uma novidade na família, pois, até então, o abastecimento da despensa era mensalmente garantido pelos mantimentos da cooperativa da Força Pública – a, então, corporação policial militar paulista – e entregues a domicílio pelos seus caminhões.

Quando o caminhão chegava, as crianças da casa, muitas, faziam festa. Em uma dessas entregas, "calhou" que o pai estivesse presente e se dando conta de que o motivo de tanto alarido era a visão de uma lata de goiabada, perguntou à menina que ria:

- O que é uma ilha, filha?

No que a criança foi buscar na memória a definição escolar decorada, o próprio pai respondeu rindo, com um abridor de latas, que surgiu mágico em suas mãos:

- Uma ilha é uma lata de goiabada cercada por crianças por todos os lados!

E todos riam, até os soldados entregadores. Estes tratavam bem as crianças, apesar de elas ficarem "atazanando" a entrega, correndo entre as caixas. Via-se que o pai era estimado por eles.

As idas das crianças às associações de classe da Força Pública com o pai eram muito queridas. Lembravam-lhes lanches sendo distribuídos no ônibus cheio de famílias, todos alegres. Melhor ainda era no Natal, quando se distribuía bolas para os meninos e bonecas "bruxinhas" de cabeças de louça para as meninas. No máximo, de contratempo, havia, quando chegavam, uns discursos em que tinham que fazer silêncio e parar de correr. Logo depois, voltavam à correria e à gritaria alegre, chamando pelos nomes os coleguinhos recém-conhecidos.

Em um dia de 1964, o caminhão não veio. E o pai não voltou da "prontidão" no quartel. Para aquela família paulistana, o inverno gelado, chuvoso e insuportável, chegou mais cedo, em abril.

Alguns vizinhos militares se afastaram e, também, aos filhos. As crianças passaram a brincar só entre irmãos. As ruas ficaram desertas de crianças às tardinhas, após as aulas.

Sem caminhão, sem ração para os coelhos, o jeito foi as crianças irem catar capim para mantê-los como bichos de estimação e não os ter como animais de abate. Nos arredores de São Paulo, ainda havia muito verde nas redondezas onde a casa estava situada.

- O pai fica no quartel e não traz o dinheiro para a mãe comprar comida. Mas e o salário da mãe? - As crianças não entendiam por que os salários dos pais não estavam sendo pagos pelo governo.

Sustentar as crianças, conseguir os alimentos passou a ser obrigação só da mãe. Já na época não era fácil conseguir o pão de cada dia. O jeito foi comprar fiado. A filha do meio nunca mais se esqueceu do dia que acompanhou a mãe para abrir a "caderneta do fiado", ajudando-a a cuidar da caçulinha de colo.

Conseguiu fiado sem constrangimentos, com imediata empatia das partes. Mas, a menina não conseguia deixar de questionar-se em silêncio por qual razão a mãe escolhera logo esse empório para ir comprar, esse que lhe parecia tão caro, que nem um docinho, até então, lá comprara! Ela notou, sempre em silêncio, que a conversa entre a "dona" do empório e a mãe transcorria em baixa voz e com contínuos olhares desconfiados e aflitos de ambas para as portas do estabelecimento.

Hoje, com essas senhoras já falecidas, não dá mais para perguntar se o rápido fiado foi motivado pelo tino comercial da proprietária portuguesa, pela compaixão dela como

Filha de Maria pela outra em repentina dificuldade, ou por simpatia política. Ou por todas essas motivações. A situação perdurou por algum tempo, sentia-se a ausência do pai, de infundável "prontidão" no quartel.

Foi vê-lo lá certa vez, para levar uma carta da mãe, que ficara muito doente. Nem sequer chegou a vê-lo, recebeu um dinheiro que lhe disseram ter sido ele quem lhe mandou entregar. Foi entregue com a recomendação de que voltasse de imediato para levar a mãe ao hospital.

Um dia, seu pai voltou.

Não se viu mais o caminhão da cooperativa.

Algum tempo depois, anunciou-lhes:

- Vamos mudar para a casa da mamãe, sua avó. É mais perto para vocês irem para a faculdade.

Mudaram-se do bairro de tantas famílias amigas. Ficou na memória a iluminada família negra do capitão-bombeiro, desligado por ser do partido comunista. Todos tinham-lhe grande estima, testemunhas que eram de muito heroísmo nas enchentes intermitentes que faziam as ruas desaparecerem sob as águas lamacentas. Na casa dele, ia-se para rezar o terço nas novenas a Nossa Senhora.

Um bom tempo esse, para a criançada. Enquanto mães e avós rezavam, certas de que os adultos não percebiam, as crianças beliscavam os docinhos e biscoitos antes que fossem servidos, bem como beliscavam os coleguinhas mais próximos para convidá-los, silenciosamente, por meio de mímicas, a intercalar jogos às rezas.

Até os vizinhos baianos de outra religião, ele instrutor da tropa, tão simpáticos quanto eram queridos da criançada, apareciam para cumprimentar e para uma prosinha.

Hoje, não há mais Força Pública, substituída que foi, na ditadura, pela atual PMESP. As famílias dos que lá trabalham são outras e não devem estar recebendo de caminhão, em casa, os mantimentos que compraram para o mês, pois não se vêem mais, em São Paulo, caminhões da cooperativa trafegando.

Quiçá recebam os soldados alguma envergonhada cesta básica no quartel!

No antigo bairro, a especulação imobiliária acabou com as várzeas, campinas e quintais. O mate virou moda em todo o país, vem pronto de longe, é bebido gelado e ficou caríssimo. E o café com pão, continua um luxo.

A mudança de bairro veio com a reforma militar do pai, que passou a trabalhar de vendedor. As crianças cresciam estudando muito, buscando saída das dificuldades pela instrução. Afinal, perderam o paraíso para poderem ir para a faculdade!

De uma feita, trouxe-lhes feliz a notícia esclarecedora: tinha sido absolvido no inquérito militar instaurado pelo governo golpista.

- Que aconteceu, pai?

A mocinha descobriu, naquele momento, o que intuiu de menina, quando percebia estar ocorrendo alguma coisa com seu pai, que criança não entendia. Só sentiam que ele não tinha culpa, com certeza, ao ponto de a avó, severa sogra do pai, defendê-lo quando os filhos queixavam-se da penúria. Ouviu do pai a explicação:

- Cercamos o Cumbica para que o Jango governasse o Brasil de São Paulo. Mas, ele seguiu direto para o Uruguai.

A tropa paulista esperava que Jango Goulart pousasse o avião no Aeroporto de Cumbica, na época uma base militar da Aeronáutica, ao sair de Brasília fugindo do golpe praticado pelo oficialato das forças armadas brasileiras. Esse era o entendimento deles, segundo o que foi relatado.

Contavam em proteger o Presidente do Brasil, democraticamente eleito, da sanha dos revoltosos de direita. Chegaram rápidos ao local, antes do Exército. Conheciam melhor o caminho por serem da terrinha?

A Força Pública paulista era independente do Exército e comandada por seus próprios oficiais; protegia o Estado de São Paulo, o governo paulista e as autoridades da União, quando essas estavam em sua jurisdição. A instituição militar estadual tinha a missão de proteger o Jango se ele pisasse lá.

Porém, o avião foi direto para o Uruguai e tirou a razão de os soldados paulistas estarem cercado o aeroporto militar de costas para a pista e com os fuzis apontados para as linhas do Exército que para lá se dirigiram a fim de sitiar o presidente...

Os do cerco acabaram sitiados. Intimados à deposição das armas, foi-lhes proposta uma carta de adesão ao golpe militar.

- Assinaram?

- Não, filha, a PM não aderiu ao golpe. Ela se rendeu.

- Como?

- Recusamos, assinamos rendição, mas não adesão! Por isso, fomos presos e levados à corte marcial. É assim, quando se perde e se rende.

- Mas, por que se renderam?

- Para não massacrar os soldados. Minha filha, eram dez deles para cada um dos nossos. Eles tinham acesso à munição. E todo o povo não estava conosco. Seria um massacre. É errado massacrar a tropa, se não há como vencer e o povo não aderir à causa. Nesse caso, é se render e enfrentar a corte marcial.

A defesa pleiteou o reconhecimento do caráter de lealdade e respeito dos rendidos às constituições estadual e federal, o que foi reconhecido pelo júri, composto por oficiais da própria instituição. Se eles estavam com a legalidade, então, tinham que ser absolvidos e condecorados com a medalha da lealdade militar, prêmio maior a que se poderia aspirar na corporação. Se não for esse o nome da honraria, é algo parecido, pois tem no nome esse espírito de lealdade ao Estado paulista.

Há alguns poucos anos, o cerco do Cumbica foi referenciado por uma autoridade federal, em uma solenidade a respeito de ações de segurança pública, como o primeiro ato de autonomia do funcionalismo público brasileiro em relação aos governos, o momento de auto-reconhecimento do funcionário como sendo servidor do Estado e não empregado dos poderosos.

A medalha que comprovaria os fatos narrados, marco daqueles tempos de fúria golpista e do Estado, era de ouro. Infelizmente, nestes tempos de violência urbana, foi roubada da residência de uma das filhas do homenageado, por assaltantes.

Aquele IPM e outros implicaram na subordinação da tropa estadual ao Exército, pondo lúgubre ponto final aos movimentos policiais militares politizados, de um tempo em que eles se organizavam em cooperativas e associações autônomas e solidárias.

Atualmente, se há associações de classe de pê-emes, com certeza elas não têm o clima de confraternização que ia além das suas sedes, com as famílias se encontrando para as novenas e cultos, com docinhos feitos pelas avós para pouparem o orçamento doméstico.

ARROCHO GERAL

As preocupações de se gerenciar bem o orçamento doméstico acabaram também. Tornou-se impraticável fazer qualquer economia, pois todas as margens possíveis foram esmagadas pelo Arrocho, nome dado à violenta compressão nos salários imposta pela ditadura. No final dos anos sessenta, a penúria agravou-se, a situação ficou insuportável para a maioria do povo. Começaram, então, a emergir dos muros para o público, em pichações, os brados da resistência de grupos de pessoas insatisfeitas, uma vez que a imprensa estava censurada.

As corajosas pichações nos muros paulistas, num expressivo e silencioso coro coletivo, realizado às escondidas, passaram a denunciar a opressão e surgiam nos muros, na época, sem *outdoors*: ABAIXO O ARROCHO.

O grafite não explicava muito do que se tratava o tal arrocho. Uma passante guardou na memória as imagens das pichações para sempre, até muito depois, quando passou a entender, até na pele, do que se tratava. Era o arrocho econômico, que tirou o café com pão de tanta gente.

A mesma memória a alertou de que o mundo em que viveu a infância havia desaparecido. As ruas estavam agora asfaltadas, os automóveis lhes ocupam o espaço, as crianças brincando de correr sumiram. Os vizinhos não conversam mais e levantam muros altíssimos para nem se verem. O Chacrinha, na televisão, ocupa o tempo antes dedicado às conversas e tarefas em família. As árvores foram derrubadas nos quintais agora cimentados e o seu frescor passou a ser oferecido pelos aparelhos de ar-condicionado. A

tecnologia invade o artesanal, o pão vira torradas empacotadas e o café se torna instantâneo. E ambos são "evaporados" do desjejum do povo.

6.4 | 1964 - MOTIVO

Francisco Manuel Leite Pinheiro

Mais um caso para mostrar como as ações contra os cidadãos eram indiscriminadas. Aconteceu pouco tempo depois do golpe de 64. Um rapaz, Roberto, digamos, namorava uma vizinha minha da Urca, que chamarei de Vera.

Roberto estudava agronomia e adorava pássaros, especialmente canários, que criava com muito zelo. Era um romântico. Certo dia, indo à casa de Vera, foi apanhado por forte chuva e lá chegou encharcado. Para que não pegasse um resfriado, Vera emprestou-lhe uma camiseta sua.

Dias depois, voltava à Urca, quando o ônibus em que estava foi parado em frente ao late Clube do Rio de Janeiro. Soldados armados com metralhadoras INA entraram no ônibus e um deles mandou que Roberto descesse. Ele, é claro, obedeceu e foi levado para o late Clube.

Como o pai de Vera era conhecido ali, Roberto pedia a todo mundo que o chamasse. Alguém chamou. O pai de Vera encontrou-o, junto com várias outras pessoas, deitado no chão, com as mãos na cabeça. Soube que, dali, seriam levados para Santa Cruz ou para o Forte da Lage e procurou o oficial que estava comandando a operação. Disse que Roberto era seu conhecido, namorado de sua filha e queria saber por que estava preso. O oficial mandou chamar o soldado que fizera a prisão e perguntou-lhe o motivo.

- Olha a camisa vermelha na mão dele, - respondeu o soldado.

Era a camiseta da namorada, que ele estava levando para devolver. E, se não fosse o pai da Vera, ele teria sido levado para algum lugar de onde dificilmente sairia em condições de tratar de seus canários ou de continuar seu namoro.

Essa era a lei, na época da caça às bruxas.

Quando crianças, julgamos os grandes eventos da História, especialmente os ligados às ideias democráticas ou socialistas, como acontecimentos de toda pompa e circunstância. Imaginamos Sócrates quando se matou com a imposta cicuta ou Napoleão em Waterloo, como se eles estivessem num cenário épico de filme da Metro ou na representação de ato de tragédia shakespeariana.

Só tempos depois, cada um de nós passa a ter uma visão mais real daqueles episódios. E quanto de covardia, medos e ridículo percebemos nos relatos dos livros e dentro de nós mesmos. Corrigimos então as nossas errôneas percepções.

Dou um exemplo pessoal dessas distorções causadas pelos filtros de nossa psicologia. Estávamos na década de 60, perto dos anos de chumbo, sabedores de tanta maldade desenvolvida a partir de certa necessidade, inventada pelos dominantes nacionais e internacionais, de que socialista merece tortura, os hereges devem seguir para a fogueira, os subversivos devem ser subvertidos.

E assim, como na Idade da Inquisição, que se cuidassem os que tinham algum motivo para ter medo da fogueira com que se queimavam livros e pessoas. Todos teríamos que esconder nossa aparência de livres pensadores ou de feiticeiros. Ou iríamos para o Inferno, nas chamas de Torquemada.

Eu tinha dado provas de atividade que me levariam ao Santo Ofício: livros, manuscritos, fotos, escudinhos, cartas. Como me livrar de tudo aquilo? Não gostaria de excluir todos os que entenderiam muito melhor o mundo se lessem os meus guardados. Optei, então, por não queimar, como amigos fizeram, os livros que me transformaram e que poderiam, ainda, transformar muita gente. Resolvi deixar num ônibus ou num bonde, todo dia, muito discretamente, um ou dois de meus condenados livros.

Alguns desses livros quase me faziam chorar ao me livrar deles. Mas era o medo que vencia. Colegas da faculdade haviam sido torturados por manterem em casa livros do Curso de Ciências Sociais (alguns tão água-com-açúcar...).

Em março de 1966, chegou o dia em que resolvi sumir com um dos meus livros mais preciosos segundo meu critério – o *Curso de Filosofia* do Roger Garaudy (nunca mais encontrei nas livrarias do meu mundo aquele livro tão importante para mim). Saí do Banco do Brasil às 18h, onde trabalhava há mais de 10 anos, com o livro debaixo do braço. Dobrei à esquerda, o ponto do meu ônibus era na Praça Quinze. A ideia de perseguição me perseguia, e senti alguém me seguir de perto.

Entreí na fila, entreí no ônibus e fiquei quieto lá atrás. O suposto policial do DOPS que estaria no meu encaixe entrou no ônibus e sentou-se três bancos à minha frente, do lado direito. Quatro ou cinco vezes virou-se e me encarou. Numa delas, observei que ele olhou para o livro que eu carregava e deixou perceber um leve sorriso, um ameaçador esgar.

Minha conclusão foi imediata, aquele senhor seria da Polícia Política e Social. Até o meu destino, ainda faltavam 15 minutos, em que nossos olhares se cruzaram duas vezes ou mais, porque ele se virava para trás repetidamente.

Logo a moça ao meu lado, estudante do Pedro II, puxou a campainha para saltar. Levantou-se e caminhou para a porta. O policial também se levantou, mas andou para trás, me pediu licença e sentou-se junto de mim, no lugar em que a garota estivera. Pensei: "estou frito, vou preso, que ideia andar com este livro!" O policial me pegou o braço e senti seus dedos me apertarem os músculos. Seriam as garras da ditadura. As unhas do torturador. O DOPS.

Ele me perguntou, com a mão presa em meu braço:

- Qual o seu nome?

Sua voz, macia, doce, me aliviou, não podia ser da Polícia!

Fiquei indignado, sem saber se era pelo assédio sexual ou pelo medinho que o pobre coitado me despertava. Levantei-me indignado, com a intenção de sumir dali. Senti o infeliz atrás de mim. Já estávamos na Praça Saens Peña, o ponto final era ali, em frente ao cine Metro.

Quando saltei, ele estava pertinho e ouvi perfeitamente o que ele disse:

-Vocês são assim mesmo. Dão bola, dão bola e depois fogem com medo da gente...

O que mais me agoniou neste episódio foi o despecho, na calçada, quase junto à bilheteria do grande cinema. Ele, tremendo, disse muito perto do meu ouvido:

- Vamos ao cinema, vamos ao cinema.

O meu desequilíbrio foi tão grande que respondi:

- Ora, o senhor não vê que eu não vou ao cinema com quem não conheço?

Pior, só se Garaudy presenciasse a cena. Que vergonha!

6.6 | FEBEAPÁ DA DITADURA

Emilio Mira y Lopez

Lembro-me muito bem de sua face bem rubra. Falante, ágil, inquieto, alegre e muito comunicativo, meu advogado de defesa, Lino Ventura, atuava no processo que corria na segunda Auditoria de Marinha, por minha participação no MURD, Movimento Universitário de Resistência à Ditadura, vinculado à Dissidência Comunista da Guanabara, depois MR-8, Movimento Revolucionário 8 de Outubro, em homenagem a Ernesto Che Guevara.

No pós-prisão, nas idas ao seu escritório no Centro, Rio de Janeiro, ele nos orientava sobre como proceder nas diferentes fases do processo. Sempre tinha histórias para contar e uma delas ensinou estas linhas. Sua alegria contagiante no convívio do bom senso era um bálsamo para as recentes dores da prisão e tortura pelo Terror do Estado.

Um colega seu de ofício defendia uma mulher e durante seu processo ocorre o fato, verídico e registrado em seus autos. O advogado de sua defesa inquiriu o sargento, sua testemunha de acusação.

- Senhor sargento, por que o senhor acusa a minha cliente de ser subversiva?

- Pelo material apreendido em sua casa - responde.

- Mas, especificamente, que material?

- Umas cartas...

O advogado prossegue.

- Sargento, seriam estas cartas as quais se refere?

- Sim senhor, são estas cartas.

- Mas sargento, estas cartas estão escritas em idioma francês, o senhor tem conhecimento do idioma francês?

- Não senhor - responde o sargento para espanto e risos no plenário.

Insiste o advogado.

- Senhor sargento, se o senhor não conhece o idioma francês, como pode, por estas cartas, acusar minha depoente de ser subversiva?

- Mas é claro - prossegue convicto o sargento - eu li nas entrelinhas.

Lino, que fizera carreira na Aeronáutica e havia sido, inclusive, aviador, conhecia bem o meio militar e sabia impor-se de forma muito oportuna. Quando ia a um presídio visitar algum detento, explicava à equipe carcerária:

- Vocês devem tratá-lo muito bem, a preço de libra esterlina, pois graças a eles vocês têm emprego.

Outro colega de Lino havia defendido, na Bahia, o Teodomiro, um ativista que, ao ser detido, baleou um policial e, na época, queriam impor-lhe pena de morte. Ele narrou de um cliente seu que ao ser preso na Bahia levava um bilhete de zoação, no bolso traseiro, que dizia apenas: "Vá à Porra".

Tal bilhete foi motivo de exaustivo interrogatório sob tortura, ao que seu cliente dizia sempre: "é gozação, não quer dizer nada..." Como a tortura prosseguisse interminável, vendo que não se convenciam, muda de tática e diz:

- Para! Para a tortura que vou falar.

Atendido seu pedido, fala.

- PORRA é o Partido Operário Revolucionário Armado.

Incontinenti reiniciam os choques elétricos, e um torturador berra.

- Tá faltando um R seu filho da puta!

- Pera lá que eu falo. PORRA, Partido Operário Revolucionário Retado Armado.

No seu processo, nos autos, consta... "Indagado de um bilhete encontrado em suas calças, 'Vá à porra', o depoente declarou tratar-se do Partido Operário Revolucionário Armado".

No período 66/68, o campeão de prisões era um estudante apelidado por "Filósofo". Vamos escrever em maiúsculo "Filósofo", pois virou nome de gente, de um rapaz de estatura mediana para baixa, que usava óculos, muito inteligente e arguto. Encontrei-o em algumas reuniões de estudos sobre o acordo MEC-USAID, quando era secundarista e presidente do Grêmio Odylo Costa Neto do Colégio de Aplicação da UFRJ. Dizia-se que nosso herói fora preso umas vinte e poucas vezes.

Anos antes, no governo Vargas, quando Luis Carlos Prestes, prestava à Esperança, toda vez que se aproximava do primeiro de maio, a polícia tentava prendê-lo, preventivamente, para evitar grandes atos de protesto. Numa destas investidas da repressão, prendem um militante, macaco velho de cadeia, para arrancar-lhe, na tortura, a localização do comandante Prestes. Este militante era páreo duro com nosso "Filósofo" em matéria de prisões. Pois bem. Numa de suas detenções, está a polícia mandando-lhe porrada e choques:

- Fala filho disso e daquilo, cadê o Prestes?

Depois de notar que suas negativas – "eu não sei onde o Prestes está" – não convencia seus algozes, resolve dar a volta por cima, já que a porrada não parava. Decide, então, curtir a situação de outra forma.

- Querem saber que mais? O negócio é o seguinte. Sei, sim, mas não digo.

Encheram-no de porrada, mas não detiveram Luis Carlos Prestes.

Peço perdão ao já ido Stanislaw Ponte Preta, por ter usado seu livro de humor, para fazer feitiço contra o feiticeiro, isto é, humor contra o terror. Para quem não é conhecedor do termo Febeapá, uma explicação: é o título de um livro dele, Sergio Porto, intitulado - Festival de Besteira que Assola o País, pelas letras iniciais de cada termo, Fe-Be-A-Pá.

6.7 OTTO MARIA CARPEAUX

Emilio Myra e Lopez

Comentei que homenagens ainda que breves deveriam ser feitas pelo Grupo Os Amigos de 68, aqui neste livro. O lendário Carpeaux, cujos artigos no *Correio da Manhã* eram lidos e acompanhados com mais emoção que decisão de final dos jogos olímpicos.

Mais que Marcuse, o intelectual importado, Carpeaux era local e diário. Nunca o conheci pessoalmente, mas jamais me esquecerei a pichação na parede próxima à antiga FNFi da UB, isto é, a Faculdade de Filosofia, atual UFRJ. Lia-se: FMI: Fundo e Miséria Internacional!

Diferente de hoje quando a leitura do jornal é fria, seus artigos eram buscados como um drible de Mané Garrincha nos jogos da seleção. Arthur Poerner, de imediato, enviou-me o texto a seguir, em sua referência.

Arthur Poerner

Otto Maria Carpeaux já era famoso, como jornalista e escritor, quando o conheci, na redação do *Correio da Manhã*, em outubro de 1963.

Carpeaux era editorialista e, como tal, considerado um dos melhores na história da imprensa brasileira. Seus editoriais mais importantes foram os que defenderam a posse do vice João Goulart na Presidência da República, em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, e o famoso "Basta, fora a ditadura!", com que o jornal rompeu com o regime militar, poucos dias depois de haver apoiado, com três editoriais na primeira página: "Basta!", "Fora!" e "Basta e Fora!", o golpe de 1964.

Intelectual austríaco antinazista e de origem judaica, escapara da invasão hitlerista do seu país, refugiando-se na Bélgica e, a seguir, no Brasil, onde adotou a cidadania brasileira e logo se destacou como crítico literário.

Autêntico erudito, Carpeaux era, na redação, uma espécie de enciclopédia ambulante, a que muitos colegas recorriam. Minha empatia com ele foi imediata, para o que contribuiu um pouco a circunstância de eu ter tido um avô paterno austríaco, que nem conheci. Muito mais importante, no entanto, como fator de identificação, era a nossa determinação de resistir à ditadura, flagelo político de que fugira na Europa e que sentia reencontrar aqui.

Quando me tornei diretor da *Folha da Semana*, convidei-o para ser um dos articulistas permanentes do semanário e ele aceitou, sem que deixássemos o *Correio da Manhã*; meses depois, em 1966, Carpeaux prefaciou o meu segundo livro - *Argélia: o caminho da independência*, e, em 1968, escreveu a orelha do terceiro - *O Poder Jovem*. Nesses textos, refere-se a mim, carinhosamente, como "amigo e companheiro".

7 - Invasão da Medicina (1966)

7.1 | INVASÃO DA MEDICINA

Leoncio de Queiroz

Em 1966, o Movimento Estudantil começou a se reorganizar em torno da luta contra a intervenção da ditadura e influência dos Estados Unidos no ensino universitário brasileiro. A UNE e as entidades estaduais haviam sido postas na ilegalidade pela lei Suplicy de Lacerda, nome do ministro da educação. O acordo MEC-USAID [reforma educacional no Brasil firmada entre o Ministério da Educação e o governo dos Estados Unidos que visava transferir recursos para escolas privadas em detrimento do ensino público], pretendia americanizar as universidades e cobrar mensalidades dos alunos. Tudo era feito

autoritariamente, sem debate nem discussão. O governo usurpador criou o MUDES (Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social) com o fito de esvaziar o movimento estudantil e canalizar a juventude para trabalhos apolíticos.

Esses fatos geraram uma onda de protestos estudantis que ficou conhecida como Setembro. Foram suspensas as aulas na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, 178 estudantes foram presos no Congresso da UNE, em São Bernardo do Campo, houve manifestações em Minas e Brasília, a Universidade de Brasília foi invadida diversas vezes pelas forças da repressão.

A UNE decretou que o dia 22 de setembro de 1966 seria o Dia Nacional da Luta contra a Ditadura. Depois de manifestações, a massa de estudantes – cerca de 600, segundo alguns testemunhos – reuniu-se na Faculdade Nacional de Medicina, na Praia Vermelha, entre eles eu e minha namorada. O prédio foi cercado pela Polícia Militar. Até tarde da noite, houve muitos discursos e negociações com membros do corpo docente, inclusive com o reitor Pedro Calmon, e com deputados que lá compareceram, para a retirada da polícia e a evacuação do edifício.

Enquanto isso, lá fora, chovia copiosamente e o comandante da PM deixou a tropa perfilada na chuva, como vim a entender mais tarde, para atizar o ânimo dos soldados contra os estudantes. Quando tudo parecia que ia se resolver, por volta das três horas da madrugada do dia 23, ouviu-se um estouro. Era a PM arrombando uma porta e invadindo a Faculdade. Espalhou-se o pânico. A polícia agiu com grande violência e descarregou aquele ódio acumulado nas muitas horas em posição de sentinela sob a chuva. Formaram um corredor polonês nas escadas que conduziam ao quarto andar, de onde os estudantes foram forçados a descer embaixo de porrada.

Minha namorada foi separada de mim e, quando a reencontrei mais tarde, narrou que os policiais, durante o trajeto, a apalparam em todo o corpo. Isso aconteceu a todas as moças que, além de apanharem, ainda sofreram abuso sexual. Ouvi depois relatos de que uma menina havia sido atirada do quarto andar, no pátio. Não cheguei a saber quem era nem o que teria acontecido com ela. Eu levei uma cacetada que me abriu a cabeça. Tive que andar toda a Av. Pasteur e pegar um ônibus com o sangue escorrendo da cabeça. Fomos para a casa de minha namorada. O pai dela era médico (pesquisador) e chamou um colega para costurar o meu couro cabeludo.

Essa agressão desmotivada e totalmente desproporcional mostrou bem a dimensão do rancor nutrido pela besta-fera da repressão contra a juventude intelectual e libertária e deu uma indicação do futuro que nos aguardava.

O prédio histórico da Faculdade Nacional de Medicina foi demolido, na década de 70. O poder público, que o destruiu, não construiu nada em seu lugar. Até hoje, é um terreno baldio. É possível que o tenham salgado para que nunca mais germinasse ali a disposição de luta e a consciência da liberdade, num esforço para apagar a História da resistência contra a ditadura.

8 - Morte do Che (9/10/1967)

8.1 | CHE - UM HOMEM SEM FRONTEIRAS

Marilia Guimarães

Ita não veio trabalhar, impossível sair e deixar Marcello. A noite mal dormida, o dia chuvoso, aquela angústia queimando o peito. Que fazer? Passaria o dia entre avaliações da escola, brincaria com Marcello, leria alguns poemas que podiam diminuir aquele mal-estar sem sentido aparente.

Após o almoço, liguei a televisão. Quem sabe um filme. Edu, inquieto, mexendo e remexendo na barriga, já em um adiantado sete meses quase prontinho para chegar. Marcello insistia em revolver os livros da estante, sua diversão predileta sempre que a porta da biblioteca se encontrava aberta.

De repente, um furacão invadiu a sala: Ernesto Guevara - Che, o guerrilheiro argentino foi capturado cerca de Higuera, na Bolívia. "Outra notícia sobre a prisão do rebelde em poucos minutos", informou o repórter.

Inverossímil. Puras especulações. Nada disso poderia ser verdade. Nada. Absolutamente. Era mentira. Comecei a chorar.

Estampada na tela da TV, cabeça tombada para trás, olhos entreabertos como olhando a vida, *El Che*. "Assassinaram o Che, Marcello. Assassinaram nosso guerrilheiro heróico". Abraçada a meu filho, chorava desesperadamente. Che representava a esperança viva de liberdade do mundo. Che representava a ternura, a força, o ideal revolucionário. O nosso Comandante Guevara.

Nem Fausto. Nem Moacir. Nem Juarez. Somente Marcello com seus sete meses e Edu revolvendo no meu ventre. Caminhava de lá para cá, alucinada. Desesperadamente perdida. O sofrimento era maior do que razão de não traumatizar duas crianças. Poucas vezes, conheci tamanha tristeza, revolta e impotência, somente comparadas às que sofri na época do atentado ao avião da Cubana de Aviação, em Barbados.

Hoje, 40 anos depois. Chove. Comento com Marcello, a caminho de casa, a dor daquele dia aparentemente tão longínquo. Choro. A chuva nos traz a sensação de solidão.

Entretanto, logo concluo que a chuva traz vida, floresce os campos, germina. Chove. São as lágrimas da natureza reafirmando a saudade e emudecendo a terra, alimentando-a para novas colheitas. Ernesto Che Guevara não morreu. Floresceu nos campos da América Latina, cruzou fronteiras, ganhou espaço no coração de gerações que seguem seu exemplo e ostentam, orgulhosas, sua imagem de ternura intensa.

O mundo, querido comandante, ainda sofre de fome! Milhares de crianças vagam pelas ruas das cidades sem rumo, o imperialismo nestes últimos quarenta anos matou, inoculou doenças, fortaleceu ditaduras, invadiu países, destruiu patrimônios da história da humanidade. Cuba, amado guerrilheiro, ainda resiste ao bloqueio. Sua imagem brilha na *Plaza de la Revolución* como símbolo de luta coerente. Santa Clara, terra de uma de suas maiores batalhas, "lhe" guarda. Historiadores inescrupulosos denigrem seu nome, comprometidos com o poder central. Chamam-lhe aventureiro. Historiadores conscientes entenderam sua opção de vida, deram seu merecido lugar na história.

Muitos lhe cantaram em versos e prosa e ainda cantam. Seu nome é ostentado em praças, em ruas e avenidas. Uma quantidade inumerável de Ernestos surgiu mundo afora em sua homenagem. Seus filhos seguem seu exemplo. Hildita se foi talvez para fazer-lhe companhia. Fidel, seu exemplo e amigo maior continua firme combatendo o bloqueio,

superando todas as vicissitudes que lhe reservou a vida. Os Comandantes Raul Castro, Ramiro Valdez, Juan Almeida e Guillermo Garcia contam histórias de sua coragem e bravura cheios de saudade.

Hoje, neste 8 de outubro de 2007, iniciando o século XXI, a sua presença jovem e forte não está somente na Bolívia. Seu rosto, impresso em todas as cores, figura em bandeiras hasteadas inspirando nobres sentimentos comuns a toda a humanidade, para seguirmos lutando por um mundo melhor.

8.2

CHE VIVE!

O momento fugaz e infinito em que Che renasceu para a história

Marcos Arruda

Queridas Diana, Dianinha, Ângela, Cesar,
A vocês, a crônica que escrevi para comemorar o dia 8 de outubro,
dia dos 40 anos da Grande Passagem de Che Guevara

Era 1967. 8 de outubro. Eu estava em casa, em São Paulo, na Rua Franco da Rocha, Perdizes, forjando meu espírito na luta para superar a dor da separação do primeiro casamento. Eu fazia parte dos que, na Ação Popular, buscavam novos caminhos de luta contra a ditadura e pela democratização do Brasil.

Forçado pelas dificuldades de encontrar um trabalho como geólogo, eu estava dando aulas de geociências no Colégio Santa Cruz e fazendo traduções para a Editora Vozes. Um ano mais tarde, eu entrava na Sofunge, fundição de capital alemão em Vila Anastácio. Iria como operário desqualificado, peão. Entrar sem qualificação foi um equívoco do qual não me dei conta na época. Entretanto, ir para a fábrica foi um grande acerto, uma vivência transformadora, que exigiu um confronto cultural difícil e doloroso, algo que abriu em mim a via sem porto da educação libertadora. Aquela que se funda na pesquisa, no saber ouvir e aprender, no respeito à diversidade e no diálogo entre o saber do educando e o saber do educador.

Esta motivação de dar a vida pela libertação dos oprimidos não era bem entendida nem mesmo na minha família. Mas isso me importava pouco, então. Cedo ou tarde, eu

acreditava, ela veria os frutos desse sacrifício no fim da ditadura e na ressurreição do nosso Brasil.

Pedrinho - Pedro Alexandrino de Oliveira -, o amigo-irmão com quem eu dividia o apartamento, também ficara contaminado pelos mesmos ideais e convicções. Ele, bancário, em alguns meses mais estaria trabalhando em uma metalúrgica em Osasco, acompanhado de outros bravos companheiros. Apesar da apreensão de Diana, Auxiliadora e Antonio, eu sentia nelas e nele a confiança e a admiração pela escolha do filho e sobrinho. E eu agradecia à vida por ter-me ofertado a amizade de pessoa tão apaixonada, tão entusiasta e tão preciosa amiga.

Nossa casa era simples. Dois quartos com nossas camas, a cozinha com o mínimo indispensável, a sala completamente nua de mobílias, apenas algumas imagens de Beleza nas paredes (Van Gogh e Picaso, fase azul).

De repente, Pedrinho entrou em casa chorando. Abracei-o apreensivo.

- Que foi que aconteceu, Pedrinho?

Ele estava inconsolável.

- Marcos, mataram o Che! O homem mais puro, mais corajoso e dedicado à luta pela libertação da nossa América Latina. Os monstros... - e continuava soluçando.

Naquele tempo, a figura do Che era um exemplo vivo e presente. Nós nos preparávamos para, no ano seguinte, deixar nossos empregos e ir para a fábrica, ajudar a organizar a resistência operária à ditadura e preparar os caminhos de um socialismo enraizado nas classes trabalhadoras.

As estações de rádio e TV do Brasil alardearam, naquele dia, que o Che estava morto. Não, a expressão correta era: "o Che fora assassinado, já preso, fora de combate". Simplesmente os *rangers* bolivianos, peças inconscientes do sistema da exploração e da morte, treinados pelo Exército imperial dos EUA, covardemente lhe tiraram a vida. Sumiram da história os *rangers* assassinos, sumiu o ditador René Barrientos assassino, e quem permanece VIVO é o CHE!!!

E permanecem vivos os ideais pelos quais ele viveu, lutou e morreu. Notem bem: o combate maior do Che foi para transformar o seu próprio Eu! Sem isso ele sabia que não poderia ajudar a transformar o mundo.

Pedrinho também virou guerrilheiro no Araguaia e é um dos desaparecidos da ditadura.

Este foi o Pedrinho que conheci. Sensível, consciente, comprometido com os mais sublimes ideais! Mais tarde, tendo saído da fábrica e da Ação Popular, ele seguiu o exemplo do Che e foi para o Araguaia. Acompanhado pela Tuta, sua companheira inseparável. Dela sabemos que foi assassinada pelos militares, que não toleravam que jovens idealistas convivessem com camponeses, aprendendo com eles a dura vida de trabalhadores rurais e ajudando-os a amadurecer sua consciência para lutarem por um Brasil que se liberta e se humaniza. (Um belíssimo livro, *Sem Registro*, sobre Tuta - também conhecida por Tuca -, escrito por sua antiga companheira de lutas, Elizabeth Xavier Ferreira, será em breve publicado em sua luminosa memória.)

Até hoje estamos buscando o paradeiro de Pedrinho. Nenhum governo pós-ditadura teve até hoje a CORAGEM de obrigar os que sabem a revelar seu paradeiro. Perguntem ao Curió. Levem o Curió à região. Obriguem o Curió a abrir seus arquivos - que pertencem ao povo oprimido do Brasil, mas continuam ingloriamente secretos por covardia e lassidão dos poderosos. A presença dele está marcada em fogo nas dimensões mais profundas da minha memória e do meu coração. Restituir à família o conhecimento do destino de Pedrinho, assim como, ao Brasil e ao gênero humano, a presença altruísta e luminosa de Pedrinho e Tuta, entre tantas e tantos outros, passou a fazer parte das prioridades da minha vida.

Naquele momento fugaz de intensa dor, abraçados, choramos juntos. E reforçamos um no outro a esperança de que uma humanidade nova só poderia nascer às custas de muito sofrimento, muito desapego e muita fé.

9 - Morte do Edson Luís (28/3/1968)

9.1 | A MORTE DE EDSON LUÍS

Airton Queiroz

O tiro que atingiu o estudante paraense de 18 anos, Edson Luís, não veio do alto.

Eu era comensal do Calabouço, pois, na época, já me tinha tornado um transposto político forçado, sem dinheiro, recém fugido do Nordeste, de onde passara meses na clandestinidade, por causa da perseguição da ditadura e motivado pela "queda" de membros dos Comitês Estadual e Universitário do Partidão (PCB) em Pernambuco, no segundo semestre de 1967. Eu era o Secretário Agitprop (Agitação e Propaganda) do Comitê Universitário.

O Calabouço era um complexo estadual de assistência estudantil, localizado em um velho prédio, alongado por um grande galpão ao lado da Avenida Marechal Câmara, no centro do Rio de Janeiro. Compreendia um verdadeiro universo de estudantes carentes de todas as partes do país e reduto de todas as esquerdas universitárias e secundaristas.

Havia, no seu interior, oficinas de diferentes tipos de artesanato, de produção rústica de livros de poesia, "salas" de aula de tudo quanto era matéria comum e esotérica, cursinhos pré-vestibular, projeção rudimentar de filmes, grupos de teatro popular, de dança, muito namoro e amor livre e, claro, comida barata, que era o principal. No Calabouço, também existia o Instituto Cooperativo de Ensino, no qual, Edson Luis continuava seu curso secundário começado em sua Belém do Pará.

Comícios eram feitos quase todos os dias e noites, dentro e fora, num descampado situado à frente do galpão do Calabouço e delimitado pelo Edifício da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e por muros de prédios que voltavam suas frentes para a Avenida General Justo.

Naquela fatídica quinta feira, durante o jantar, no dia 28 de março de 1968, quando já passava das 18 horas, os estudantes havíamos marcado uma ato de protesto e estávamos concentrados no descampado, no que seria seguido de uma passeata, contra o preço das refeições, além das péssimas condições de higiene e a lentidão das obras do Calabouço. Foi, então, que choques da Polícia Militar, de início com cassetetes, cercaram o descampado, vindos pela galeria do Edifício da LBA e pela Avenida Marechal Câmara e atacaram-nos em uma atitude bestial de espancamentos com ordens de dispersão e abandono do local.

Como não queríamos abandonar a área, corremos para o interior do galpão do Calabouço e, daquele lugar, revidávamos com o varejamento de pedras da obra. A polícia reagiu com rajadas de fuzis e metralhadoras para o alto, como forma de intimidação. Em seguida, baixou a linha de disparos, que eram respondidos com mais pedradas nossas, no que resultou em vários estudantes feridos e na tragédia da morte do estudante Edson Luís Lima Souto, assassinado com um tiro no peito, de pistola calibre 45, identificada depois, como do tenente Alcindo Costa, que comandava o Batalhão Motorizado da PM no local.

Após os tiros que atingiram o Edson, nós entramos em clamor, gritando que mataram um jovem, chamando os policiais de assassinos. Perdermos o medo da morte e avançamos contra eles, carregando o corpo do Edson Luís, quando, finalmente, a polícia, receosa, retirou-se, depois de ter feito outras vítimas, dentre elas o comerciante Telmo Henriques, com um tiro na boca, e um porteiro do INPS que passava pelas imediações e que também tombou morto.

Com o Edson ainda com vida e sangrando muito, eu tentei influenciar a turba, na confusão do empurra-empurra, para que ele fosse levado, rapidamente, para ser atendido no Hospital da Santa Casa, que fica próximo ao local. Todavia, só consegui meu intento depois de passados alguns minutos preciosos. Ao lá adentrar, o médico, Dr. Luis Fortes, declarou que o Edson já estava morto.

Seu corpo, então, foi retirado da Santa Casa, sob protestos dos funcionários do hospital, e carregado aos brados de: "Abaixo a Ditadura Militar" e "Mataram um estudante e se fosse filho seu?" No trajeto até a Cinelândia, o corpo do Edson, ainda sangrava. Foi conduzido, deitado, no alto, sustentado por vários braços que se revezavam, por uma multidão enfurecida de estudantes e populares que se incorporaram, pela Rua Santa Luzia.

Quando, por volta das 21 horas, seu corpo chegou, foi depositado no saguão da Assembleia Legislativa da Guanabara (hoje Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro), onde foi velado, até o dia seguinte. Seu enterro, no dia 29 de março de 1968, foi acompanhado por um cortejo gigantesco, até o Cemitério São João Batista. Deputados estaduais encheram-se de coragem e, em sessão noturna da Assembleia, extraordinariamente convocada, conclamavam o governador Negrão de Lima a tomar medidas contra o ato infame e covarde. Vários de nós ficamos com nossas roupas tintas do sangue daquele jovem em plena flor da idade. Durante todo o resto de noite do dia 28, na madrugada e em toda a manhã e tarde do dia 29 de março, uma grande e crescente multidão se comprimia na Cinelândia. Ouviram-se muitos oradores, com os mais candentes discursos a vituperar a ditadura, exigir sua derrubada, reivindicar a volta das liberdades democráticas e denunciar vários outros crimes cometidos pelos golpistas de abril de 64.

Notem que estávamos a três dias do quarto aniversário da "gorilada" de 1º de abril, ou a dois dias como entendiam eles, que se fixavam no dia 31 de março, a fugir do dia da mentira de que o golpe fora desfechado para restabelecer a democracia no Brasil.

DURANTE TODO ESSE TEMPO, NEM UM SINAL DE POLÍCIA EM TODO O CENTRO DA CIDADE. Tínhamos a impressão de que a ditadura começava a cair. Isso era afirmado em muitos discursos. Que grande ilusão a nossa!

Irônica foi a resposta do covarde general Oswaldo Niemeyer, Superintendente da Polícia Executiva (depois demitido pelo Secretário de Segurança, general Dario Coelho, a mando do governador Negrão de Lima), ao declarar ao *Jornal do Brasil* que a polícia estava inferiorizada em potência de fogo, comparada à dos estudantes (pedras).

Aquele foi um crime-símbolo que fez tremer todo o país e abalou a política nacional. Ofereceu-nos a liberdade, por um dia, de protestar sem a presença dos meganhas. Entretanto, constituiu-se, também, em marco da escalada de uma ditadura que marchava pela rota do endurecimento e da repressão crescentes. Dali a nove meses se gestava mais um golpe profundo, o nefando Ato nº 5, parido em 13 de dezembro.

Em plena ditadura militar, estudantes realizam uma passeata contra o preço e a comida do restaurante estudantil Calabouço. Era o dia 28 de março de 1968. Um tiro cala o estudante Edson Luís Lima Souto. A morte do secundarista de dezoito anos consagrou-se como grande ponto de referência das mobilizações estudantis daquele ano. O Rio de Janeiro parou no dia seguinte, na passeata cortejo do enterro do Edson.

A ação de um companheiro foi determinante na construção desse marco histórico. Sardinha, seu sobrenome. Não me recordo de seu primeiro nome. Era da nossa base do PCBR, no Calabouço, da qual eu era o secretário de organização, na época.

Ele me ouvia muito e eu tinha muita preocupação com ele, pois era muito voluntarista, mas um excelente e solidário companheiro. Foi ele que, presente na resistência, durante a programada invasão do restaurante, no entardecer daquele trágico dia, comandou um pequeno grupo de estudantes e em seus braços conduziu o corpo do Edson Luís até a Assembleia Legislativa.

No momento em que eu cheguei no restaurante, a polícia já estava distanciando-se do local. Quando eu soube do ocorrido e que o Sardinha estava à frente daquele feito heróico, parti em disparada para a Assembleia onde começavam a chegar mais estudantes.

Ouvi o relato do companheiro. Começamos a mobilizar mais estudantes do Calabouço e, em paralelo, companheiros da UME, UNE e UBES também passaram a mobilizar os estudantes de escolas e universidades.

Mais um ato de grandeza do Sardinha aconteceu, na Assembleia, perante um famoso advogado que havia nos defendido e nos libertado de uma prisão ocorrida após uma manifestação. Tenho muito respeito por sua memória, pois sempre defendeu presos políticos e foi muito solidário com o grupo de estudantes da FUEC (Frente Unida dos Estudantes do Calabouço) junto com os quais, no dia 19 de janeiro de 1968, fui preso em frente o Edifício Avenida Central, na Av. Rio Branco, no momento em que, com faixas, arrecadávamos doações junto aos transeuntes para conclusão e manutenção do novo galpão construído pelo Estado para o funcionamento do restaurante, uma vez que o histórico Restaurante do Calabouço havia sido demolido. Seu nome: Jurista Sobral Pinto.

O Sobral Pinto chegou ao local, com uma proposta de entrega do corpo do Edson à ditadura. Tinha como argumento evitar prisões e invasão da Assembleia. A reação do Sardinha foi imediata: o corpo só sairia dali por cima do seu próprio cadáver.

A invasão da repressão somente não ocorreu porque a mobilização foi muito rápida e, imediatamente, havia uma multidão na Assembleia. O ditador de plantão, general Costa e Silva, ainda vacilava sobre os rumos da ditadura e resistia às pressões dos grupos militares mais radicais. Prevaleceu a posição do Sardinha. Uma possível negociação das lideranças estudantis que poderia resultar na entrega do corpo à polícia da ditadura foi interrompida.

O resto da noite e da madrugada, passei no ambiente externo, do lado de fora da Assembleia, na maior parte do tempo, na mobilização de companheiros. Tínhamos que manter o maior número possível de pessoas no local.

O corpo ficou ali.

10 - Passeatas, Manifestações, Ações

10.1 | A CULPA FOI DE MONTEIRO LOBATO

Alfredo Lopes

Embora já com 54 anos de vida em 2007, tenho apenas dois filhos muito jovens e indefesos ainda: Diogo com 17 anos e Fabio com 16. Lembrando meus tempos de adolescente, fico a refletir como era possível conceber que tal juventude pudesse representar, naqueles anos do final da década de 60, há 40 anos, tanta ameaça para os donos do poder, a ponto de serem reprimidos e perseguidos como nos casos que passo a relatar.

E que não se diga que aquilo foi obra apenas da cabeça de militares. Não, a repressão que se abateu, especialmente voltada contra a juventude, foi obra também de civis, no caso até de juristas e educadores. São casos verdadeiramente inacreditáveis, se vistos sob a ótica desses novos tempos de *Estatuto da Criança e do Adolescente*, mas que servem para descrever o ambiente carregado que se vivia já desde antes do ano de 1968. Uma situação insólita que fatalmente não poderia deixar de levar a uma radicalização das lideranças estudantis com a adesão, nos anos seguintes, à tese de que só mesmo a luta armada derrubaria a ditadura.

Vamos aos fatos. No final do ano de 1967, próximo a completar meus 15 anos, talvez por conta de já haver trocado a coleção infantil de Monteiro Lobato pela leitura de sua obra para adultos intitulada *O Escândalo do Petróleo e do Ferro*, eu deixei meus pais de cabelo em pé quando meu nome apareceu em uma relação nominal de 47 "alunos prejudiciais" ao Colégio Estadual de Pernambuco, o antigo Ginásio Pernambucano da Rua da Aurora.

Lá, olhando para o Capibaribe, estudavam-se os cursos ginásial (1º grau maior), clássico e científico (2º grau). Quem quisesse aprender as lições alegres do gramático ranzinza Adauto Pontes, fosse para o CEP, o colégio de ensino público mais tradicional da capital pernambucana. Aprendia-se português sorvendo a brisa do rio que inspirara João Cabral. Os rapazes, ali, – não havia moças – viveram o maior foco do movimento estudantil de secundaristas. Secundaristas... Ofendiam-se quando eram chamados de secundários. Da agitação promovida pelas lideranças das correntes Opinião (dos rapazes do PCBR) e Vanguarda (apoiada pela AP) eu tomava parte apenas como massa, conforme o jargão de então.

Gritávamos contra o menor arranhão sofrido pelos estudantes. Manifestação de rua já resultara, no início do ano, nas primeiras prisões dos estudantes secundaristas Fernando Santa Cruz e Ramirez Maranhão do Vale, ambos, mais tarde, assassinados pela ditadura no Rio de Janeiro. Um dos líderes do colégio, José Eudes de Freitas, tornou-se tão conhecido da polícia que teve que fugir para o Rio de Janeiro. Na década de 80, virou deputado federal, um dos três expulsos do PT por ter votado em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral de 1985.

Após juntar declarações de alguns professores catedráticos atestando minha boa conduta e bom desempenho escolar, inclusive do vice-diretor, o conceituado professor Manoel

Helena, meu pai protocolou carta ao Secretário de Educação questionando os motivos da recusa à renovação da minha matrícula. Mas tive, mesmo, que estudar em outro colégio.

Em 1969, quando cursava o 2º ano científico no Colégio Estadual Historiador Pereira da Costa, colégio fundado por pressão do movimento estudantil devido à falta de vagas no Colégio Oliveira Lima, a história se repetiu de forma ainda mais grave. Logo no primeiro semestre, em 26 de maio, ocorrera o assassinato, pelos órgãos de repressão, do Padre Antônio Henrique Pereira Neto, responsável pelo trabalho pastoral da Igreja com estudantes e diretamente ligado ao arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara. Grupos de estudantes secundaristas, organizados na ARES (Associação Recifense dos Estudantes Secundaristas) e na UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) participavam ativamente da denúncia do assassinato e da mobilização para a passeata de protesto, a ocorrer no funeral.

Íamos de sala em sala, com licença dos professores, fazer a denúncia e chamar os estudantes para o cortejo fúnebre que acabou se tornando um grande ato de protesto contra a ditadura militar. Diante da fúria da repressão, a solução era a organização de comícios-relâmpagos, como o realizado no centro da cidade por ocasião da visita ao Recife da diretora da UNE, Doralina Rodrigues. Lembro da minha participação naquele dia. Curiosamente, me puseram de segurança, com a missão de, apenas com os atributos de um magricela de poucos quilos, acompanhá-la e evitar a qualquer custo sua prisão. Boa tática essa, vejo agora. Repressão nenhuma acreditaria que uma pessoa importante se acompanhasse de um segurança como eu.

O fato é que certo senhor Gentil Tiago de Moura, diretor do colégio onde eu estudava, explicou a meus pais, perplexos, que em razão do meu subversivo voluntarismo, agravado pela agitação que eu e companheiros fizéramos em sala de aula também ao denunciar o atentado em 28 de abril contra o então presidente da UEP (União dos Estudantes de Pernambuco), estudante de engenharia Cândido Pinto de Melo, que o deixara paraplégico aos 21 anos, que eu, em razão desses gravíssimos atos, estava sendo expulso do colégio, com apenas 16 anos, juntamente com outros sete colegas, na metade do ano letivo.

O ódio a tais jovens era tamanho que, para impedir nossa transferência para outro estabelecimento de ensino, o então Diretor de Ensino Médio, Edson Rodrigues de Lima, sigilosamente, enviou a toda a rede estadual de ensino médio, textualmente, a mando do então secretário de Educação, Roberto Magalhães (posteriormente governador de Pernambuco), o ofício-circular 20/69, de 22 de julho. Esse ofício proibia nova matrícula

dos oito alunos: Ramires Maranhão do Valle, Alfredo Lopes Ferreira Filho, Genezil Aguiar Coelho Moura, Geraldo Sobreira Liberalquino, José Sebastião Lins, Judas Tadeu de Lira Gabriel, Lília Maria Pinto Gondim e Paulo Fernando Magalhães Santos. Este último, ainda mais jovem que eu, com apenas 14 anos. Até hoje, Paulo Fernando não conseguiu concluir o ensino médio. Uma matéria de memória política do *Jornal do Commercio* ilustra os fatos com este título - 477: *É proibido estudar* – JC 13/05/01 - http://www2.uol.com.br/JC/_2001/1305/po1305_6.htm

Estávamos, sem direito a defesa, até por desconhecermos o secreto ato oficial, a mando de um jurista, cassados por um expediente ilegal, mesmo sob a ótica das leis de exceção vigentes. O decreto 477, que cassava com rito sumário estudantes, professores e funcionários, era geralmente aplicado apenas aos universitários. Fora criado em fevereiro de 1969. Quase o inauguramos...

Não foi à toa que a escolha de Roberto Magalhães (que apoiara tão ativamente a repressão do regime de 64) como vice na chapa de Mario Covas para a Presidência da República, em 1989, não foi bem recebida pelos correligionários do próprio PSDB pernambucano. Na ocasião, a deputada Cristina Tavares (PSDB-PE) chegou a renunciar à vice-liderança na Câmara Federal e manifestou apoio ao candidato Leonel Brizola, junto com outros peessedebistas dissidentes. Magalhães acabou tendo que renunciar à sua candidatura.

Aquele decreto 477 que inspirou a punição aos oito jovens secundaristas, nesse ponto, era maquiavélico. Ao proibir as lideranças estudantis de continuar os estudos, os militares, ao tempo em que diminuían a mobilização contra a ditadura nas escolas, propositalmente empurravam os líderes para a radicalização da luta armada, para depois caçá-los e assassiná-los nos porões do regime ou nas florestas do Araguaia. A título de exercício de combate ao comunismo, era preciso fabricar inimigos com o intuito de pôr em prática o que eles haviam aprendido nas escolas militares americanas.

Para Ramires Maranhão do Valle, o afastamento da escola levou à radicalização de sua participação na luta contra a ditadura. Considerado um dos líderes da agitação que havia tomado conta do colégio e orador de um comício-relâmpago que a UBES organizou na ocasião, Ramirez foi também denunciado à polícia. Caçado, passou aos 18 anos para a clandestinidade. Mais tarde, em 1973, recebemos a notícia chocante do seu "desaparecimento".

Além de Fernando e Ramirez, outros líderes secundaristas pernambucanos também tombaram na luta contra a ditadura, como Almir Custódio de Lima (da Escola Técnica Federal de Pernambuco) e Lourdes Maria Wanderley Pontes, esposa do líder estudantil no Pernambucano, Paulo Pontes. A vida na clandestinidade, quase sempre fora de seu estado natal, elevava muito o risco de esses estudantes serem mortos de forma cruel pela repressão, uma vez que se encontravam longe da presença da família e dos colegas de escola. Roberto Franca Filho, secundarista preso em 69 aos 18 anos, posteriormente Secretário de Justiça durante o governo Arraes, avaliando um período quando a tortura nas prisões ainda não havia se disseminado totalmente, chegou a afirmar em depoimento:

- Minha prisão em 69 me salvou da clandestinidade. Porque muitos assumiram essa condição, por imposição do sistema. O sistema não dava mais retorno, como nos caso de Ramirez, Paulo Pontes e outros. Pessoas que não podiam mais ter uma vida normal, porque a ditadura não permitia isso. A alternativa era a clandestinidade e a luta armada. O sistema impôs essa ida sem retorno e precisava dos "subversivos" para se justificar.

Ele, Eridan Moreira Guimarães e minha colega expulsa do Pereira da Costa, Lília Maria Pinto Gondim, haviam sido presos em julho de 69 com outras duas secundaristas, as menores Inês e Carol, em uma ação de pichamento de ônibus nas ruas do Recife contra a vinda de Rockefeller ao Brasil. Todos eram tão jovens que quando apareceu um policial, na fuga, as garotas não desgrudaram do rapaz. Correram e entraram em um ônibus. O policial entrou e gritou para o motorista não abrir a porta. O motorista desobedeceu. Os cinco desceram correndo, seguidos pelo policial. Entraram em uma casa, saíram, entraram em outra, depois, sempre juntos, apanharam um táxi, o policial tomou outro táxi e continuou a perseguição. Quando, obedecendo a um sinal de trânsito, o táxi parou, o único policial prendeu os cinco. Os maiores foram julgados e condenados a um ano sob a ridícula acusação de "agressão a uma nação amiga". Depois de 10 meses de prisão, foram absolvidos como resultado da apelação ao Supremo. Hoje essa história é motivo de riso. Seus filhos e sobrinhos não imaginam como alguém podia ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional simplesmente por pichar.

Como disse no começo, olho hoje para meus dois filhos e não consigo imaginá-los tão perigosos, tão terroristas, como disseram de mim quando eu tinha a idade deles. Uma possível explicação é que era muito perigoso, em 1967, ler Monteiro Lobato. Hoje, assistindo ao emocionante filme *Zuzu Angel*, fico lembrando o esforço que a minha mãe também teve que fazer, até me escoltando na fuga, para tentar evitar que eu, seu filho, caísse na arapuca e tivesse o mesmo triste fim do filho da Zuzu, Stuart.

Por ocasião do golpe militar, eu estava no 3º ano da Faculdade de Administração – EBAP, da Fundação Getúlio Vargas e, embora participasse de uma ou outra passeata e já tivesse respirado muito gás lacrimogêneo, não era militante de esquerda. Em 1968, casado, pai de um garoto que nasceu no início de julho, eu trabalhava num prédio da Av. Rio Branco, perto da Ouvidor. Era comum, quando havia um comício relâmpago ou qualquer outra manifestação contra o governo, irromperem na avenida carros-choque da polícia do exército, ou a cavalaria, ou as famigeradas Veraneios, usadas pelos órgãos de repressão.

Das janelas dos edifícios, o que estivesse à mão era jogado sobre os soldados ou agentes. Confesso que esse ataque não me deixava muito confortável e, por isso, nunca havia jogado nada contra os repressores.

Até que, um dia, na hora do almoço, uma Veraneio estava parada sobre a calçada, na esquina da Presidente Vargas com a Rio Branco. Com a porta traseira do camburão aberta, alguns trogloditas tentavam colocar um senhor de terno e gravata, à força, lá dentro. Pela hora e pelo local, logo se formou uma roda de pessoas, olhando para ver se era algum conhecido. Dentre elas, muitos, como eu, protestavam contra aquele emprego de força contra um frágil senhor.

Foi quando um dos trogloditas pegou uma granada, não sei se de gás ou explosiva, arrancou o pino e gritou: "Todo mundo correndo, senão eu jogo!". É claro que todos correram, senhoras, homens e crianças.

A partir de então, sempre que as forças da repressão entravam na avenida, eu logo procurava algo para jogar nelas.

Eu tinha dezoito anos quando passei no vestibular de Jornalismo para a PUC-RJ. Era o ano de 1968. Eu vinha de um colégio de freiras, que me deu excelente formação, mas abria para nós, meninas "de família", poucas janelas ao mundo. A entrada na universidade me deslumbrava. Era um novo mundo, múltiplo e plural.

Logo nas primeiras semanas de aula um colega propôs formarmos um grupo de teatro. Aderi imediatamente. Apaixonada pelo teatro, aluna do Tablado nos tempos da saudosa Maria Clara Machado, fascinava-me a ideia. A proposta de peça a ensaiar foi *Os Pequenos Burgueses*, de Gorki. Começaram as leituras de texto, a escolha dos papéis. Orgulhosa, fui escolhida para um dos principais: a sombria e frustrada Tatiana.

Dedicava todas as horas livres de estudo a meu personagem. Lia e relia os textos, pesquisava Gorki em outros livros e textos. Depois vieram os ensaios. Conseguimos o Teatro Ginástico, no Centro da cidade, para ensaiar e exibir a peça. Nos bastidores, apoiava-nos o Padre Raul Laranjeira Mendonça SJ, vice-reitor comunitário da Universidade, homem sincero e bom, com um coração do tamanho da cara séria e circunspeta.

Foi então que aos meus verdes e despreocupados dezoito anos começou a chegar o conhecimento duro e real de que a situação que o Brasil vivia naquele momento era séria. Fazíamos teatro – pelo menos alguns de nós – penetrando no texto de Gorki, mas ao mesmo tempo não compreendíamos que sua leitura da realidade estava muito mais próxima do que pensávamos.

Desde 1967, o movimento estudantil se tornara a principal forma de oposição ao regime militar instaurado com o golpe de 1964. Nos primeiros meses de 1968, várias manifestações haviam sido reprimidas com violência. Prisões e arbitrariedade marcavam a ação do governo em relação aos protestos dos estudantes. Essa repressão atingiu seu apogeu no final de março de 1968 com a invasão do restaurante universitário Calabouço, onde foi morto Edson Luís, de dezessete anos.

O cadáver do jovem Edson exacerbou os enfrentamentos entre polícia e estudantes. E foi assim que chegou até nosso ensaio geral. Lembro-me do dia anterior à estreia. Minha mãe nos havia acompanhado sob pretexto de preparar-nos um lanche para os intervalos. A ideia era ensaiar o dia inteiro, para estar muito afinados no dia seguinte. De repente, ouvimos o barulho nas ruas. Agachados, atrás das coxias, vimos a polícia montada em cavalos arremetendo contra os estudantes que gritavam palavras de ordem. Alguns se aproximavam e eram golpeados, agarrados, presos, violentamente imobilizados. Bombas de gás lacrimogêneo eram lançadas e embaçavam o ar e os olhos.

Lembro-me do medo, das lágrimas que desciam pelo rosto, sem que eu quisesse chorar. Da mão de minha mãe segurando a minha e de seu abraço querendo proteger-me. Ao

lado, meus colegas mostravam seu apoio aos estudantes. E comentavam que a despesa com a alimentação dos cavalos da polícia era muito maior do que o dinheiro que aqueles jovens dispunham para estudar. Olhei-os e pela primeira vez vi nossa diferença: minha vida de menina de classe média protegida e a luta de muitos deles e delas para chegarem à universidade e batalharem um cotidiano que não se deixava viver facilmente.

Algo partiu-se dentro de meu ingênuo coração de dezoito anos naquele dia de 1968. Algo que depois conheceu dolorosa encarnação nos colegas presos, torturados, exilados e mortos. Ao voltar para casa, tarde da noite, pelas ruas finalmente tranquilas, sentia que já nada mais poderia ser como antes. O texto de Gorki não era produto da imaginação, mas pura, dolorosa e palpável realidade.

10.4 | QUIMBANDA CONTRA OPRESSÃO

Arthur Poerner

"A ciência reconhece e se impõe limites, ao contrário da magia, que é onipotente." A frase, do professor Francisco Antônio Dória, me fez rebuscar na memória experiências pessoais da segunda metade dos anos 60 com a quimbanda, ritual de magia negra praticado no Rio de Janeiro. Popular e influente nas camadas mais pobres e marginalizadas da população, as legiões de favelados e excluídos, ela é pouco conhecida nas classes média e alta, que tendem, por ignorância e desinteresse pelo próprio povo, a rotular os cultos afro-brasileiros, de maneira genérica e pejorativa, como macumba.

Com suas origens na cultura banta, trazida ao Brasil, a partir do século XVI, pelos cabindas, benguelas, congos, angolas e moçambiques, a quimbanda é chamada de magia negra ou linha negra pelos umbandistas da linha branca, que engloba o conjunto de rituais que somente podem ser utilizados para a prática do bem. A quimbanda, ao contrário, é empregada não só para desfazer o mal, como para infligi-lo, mediante feitiçaria.

A quimbanda é parte, enfim, do vasto conjunto de cultos e ritos afro-brasileiros que recorrem à magia – erroneamente qualificados, em estudos de pesquisadores, de fetichistas. Pois em que diferem, afinal, as funções ritualísticas dos fetiches africanos das atribuídas às imagens dos santos católicos? Em ambos os casos, trata-se de suportes físicos dos seres espirituais que representam.

NO TERREIRO DO VOVÔ CATARINO

Os terreiros de quimbanda ficam, quase sempre, nas partes mais ermas e inacessíveis dos morros e favelas cariocas e da Baixada Fluminense. A preocupação dos quimbandeiros em mantê-los, assim, afastados e recônditos remonta aos tempos em que sofriam severa repressão policial. O terreiro de Vovô Catarino estava na parte mais elevada do Morro do Sossego, favela – como indica o nome – das mais tranquilas, no bairro carioca do Jardim Botânico. O acesso se dava por uma escada, no final da Rua Eurico Cruz.

Chamava-se Tenda Espírita Nossa Senhora da Conceição, porque a quimbanda, ao contrário do mina-jeje – ritual de origem daomeana da Casa Grande das Minas, no Maranhão –, não ficou imune ao fenômeno do sincretismo que impregna os cultos afro-brasileiros. Nossa Senhora da Conceição é sincretizada – no Rio, Recife, Porto Alegre e na Bahia – com Oxum, orixá das águas doces, da beleza e da riqueza. Os quimbandeiros, por sua vez, se dizem, ao mesmo tempo, católicos, espíritas ou, mais amiúde, umbandistas.

A quimbanda rende culto aos “mesmos orixás e entidades que a umbanda ‘branca’, mas trabalha principalmente com exus [...], havendo entre eles os exus em evolução e os quiumbas”⁴, espíritos atrasados e obsessores, também chamados de encostos. Como na umbanda, há sete “linhas” (faixas vibratórias ou energéticas), subdivididas em falanges, na quimbanda, abrangendo entidades como os caboclos e os pretos velhos. Um destes, Vovô Catarino, incorporado em um mecânico de avião, o “Paulista”, era quem imperava no terreiro e foi o nosso anfitrião naquela Sexta-Feira da Paixão. As giras (rituais ou sessões) de Exu – o mensageiro responsável pela comunicação entre os homens e as entidades, também considerado o princípio vital de tudo, embora sua condição de orixá seja questionada – eram realizadas às segundas ou sextas-feiras, sempre a partir da meia-noite.

Éramos os únicos não-quimbandeiros no terreiro, ali introduzidos por uma jovem que trabalhava lá em casa como doméstica. Comigo estavam o já falecido psiquiatra reflexologista Maurício Schueller Reis; o jornalista alemão Karl Widmann, correspondente da *Süddeutsche Zeitung*, de Munique, para a América Latina; e o jornalista e escritor uruguaio Eduardo Galeano, que colhia informações no Brasil para escrever *As Veias Abertas da América Latina*. Na tenda, encontramos a antropóloga norte-americana

4 CACCIATORE, Olga Gudolle. Dicionário de cultos afro-brasileiros. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977, p. 230.

Diana Brown, que, inteiramente familiarizada com os ritos e seus praticantes, preparava um trabalho de pós-graduação sobre quimbanda.

"Seu Catarino é preto veio,
preto que nunca faltou.
Seu Catarino é preto veio,
preto que nunca faltou.
Galo cantou,
Jesus nasceu.
Seu gongá estremeceu,
seu gongá estremeceu..."

Não só o gongá – a mesa improvisada em altar em que se alinhavam imagens de santos católicos sincretizados com orixás, assim como de caboclos e pretos velhos, em meio a flores, velas, copos com água e fetiches diversos –, mas todo o barraco estremeceu ao ritmo das palmas e batidas de pés que marcavam os pontos (cânticos) de chamada de Vovô. "Paulista", que lhe serviria de burro (designação dada ao médium ou suporte na quimbanda; cavalo e aparelho são os termos mais usados nos outros cultos afro-brasileiros), vestia-se nas cores de Exu: calças, camisa, guia (colar de miçangas) e gorro rubro-negros, sendo que deste pendiam dois cornos recheados de escopa; numa das mãos, outro indício do sincretismo com o diabo cristão: um tridente de ferro com que, vez por outra, simularia ameaçar os fiéis. "Deus é bom, mas o Diabo é melhor!" era o refrão de um dos pontos entoados com mais entusiasmo.

"Paulista" começou a se contorcer e debater como se percorrido por descargas elétricas, em ondas sucessivas de repelões e sacolejos que o atravessavam dos pés à cabeça, erguendo-o, às vezes, para largá-lo, a seguir, com toda a força, sobre os cacos – o tapete de Exu, necessariamente de vidro escuro –, que não feriam os seus pés descalços.

Os demais, arrebatados pelo impacto da chegada do preto velho, rodavam em torno de "Paulista", trombando, por vezes, entre si, e até se projetando no chão de barro do barraco, os esgares do transe estampados nos rostos negros e luzidios. Grunhiam palavras desconexas em meio a silvos e apitos de naus desgovernadas.

Quando tudo se acalmou, não era mais "Paulista" quem estava ali, mas Vovô Catarino, que, do alto dos seus quinhentos e tantos anos, saudou a plateia, falando como um velho escravo africano, em tom bondoso e compreensivo, mas perpassado de sarcasmo. Depois

de longa talagada de marafo, recebeu de uma filha-de-santo um charuto aceso e uma caneca de vinho *Telephone*, o mais barato que havia no mercado, para, já assediado pelos consulentes, dar início aos trabalhos.

O EBÓ DA LIBERTAÇÃO

As consultas envolviam questões triviais, embora bastante incômodas para quem as enfrenta: casamentos pretendidos ou fracassados, gravidez indesejada, falta de dinheiro, doença, desemprego, impotência, carências as mais diversas – as mesmas, por sinal, para as quais as seitas evangélicas eletrônicas apregoam soluções imediatas. Vovô atribuiu a origem de muitos desses males a despachos, que precisavam ser desfeitos ou neutralizados por contrafeitiços. Esses implicavam a aquisição de oferendas, cujos preços provocavam reclamações dos fiéis, mas Vovô não aceitava esse tipo de reclamação: as entidades, segundo ele, não gostavam de miséria ou avareza.

Os pedidos e casos mais complicados exigiam encaminhamento até certo ponto burocrático: tinham que ser formulados por escrito, o que ocasionava aflições adicionais aos necessitados, pois raros eram os que sabiam escrever. Recorriam, então, a mim ou a alguém do meu grupo, para que anotássemos as reivindicações ou os nomes dos responsáveis pelas suas desditas. Os bilhetes seriam rasgados e colocados, em pedacinhos, nas bocas dos animais sacrificados.

Candidatos ao sacrifício só havia ali dois bodes negros, que, precariamente amarrados, procuravam se esquivar dos rodopios das entidades baixadas no rastro de Vovô, exus como Pingafogo ou Maria Padilha. Um dos animais, que já conhecíamos de visitas anteriores, fora conseguido com grande antecedência e tivera tempo para se tornar íntimo do pessoal, que o tratava, carinhosamente, por Tomé. Quem teria coragem de matá-lo? Daí a compra, à última hora, mediante subscrição, de um bode igualzinho a Tomé, com a única e capital diferença de que era anônimo. Tomé parecia cômico da situação, tanto que se manteve impassível durante o afiamento da faca pelo axogum, enquanto seu sócia, apavorado, se debatia e berrava.

Morto o caprino, Vovô solicitou os pedidos dos crentes e os nomes das pessoas que lhes atravancavam os caminhos. Foi quando, para minha surpresa, o jornalista alemão, que, já há algum tempo, escrevia freneticamente, passou-me uma lista. O preto velho, sentado no chão e ocupado em retalhar os papéis, perguntou-me o que queria que acontecesse com os indigitados. Consultei o alemão, que não titubeou: "todos deveriam morrer!"

Como Vovô gostava de mim, decidi que aqueles meus "inimigos" mereciam tratamento mais severo, morte mais segura do que a prometida pela boca do bode.

Concluído o ritual com o anônimo, saímos para uma clareira na mata circundante, onde um auxiliar do culto nos aguardava com sapos enfileirados. Após uma série de curimbas, os papeluchos do rol do jornalista foram colocados, como hóstias, nas bocas dos animais, que passaram, incontinenti, a ser costuradas, com diligência profissional, pela antropóloga.

Ainda tive o cuidado de me informar com Vovô quanto ao tempo que a mandinga levaria para fazer efeito: um mês, o tempo que um sapo de boca costurada leva para morrer e secar. Conforme acrescentou, não se podia contar, no entanto, com precisão absoluta, pois havia sapos que conseguiam livrar-se, parcial ou totalmente, daquelas mordanças, e voltar a respirar e comer, o que poderia retardar ou até impedir a concretização do pedido. Era a força da vida, da natureza. O que faz lembrar uma frase do etnólogo e sociólogo francês Marcel Mauss: "Se a ideia do efeito a ser produzido [pela magia] é sempre muito precisa, a ideia das qualidades especiais e de sua ação imediata é sempre muito obscura"⁵.

Quando descíamos o Morro do Sossego, já amanhecendo, o correspondente alemão me contou que arrolara, em seu bilhete, os piores ditadores latino-americanos. E que, ainda abalado pela cobertura que fizera, pouco antes, do assassinato de Che Guevara na Bolívia, abrisse a lista com o general-presidente René Barrientos.

Não me lembro se exatamente um mês, mas foi mais ou menos essa a sobrevida do ditador, que se finou entre os destroços do seu helicóptero, nos arredores de Cochabamba. Costa e Silva e François Duvalier, o Papa Doc, duraram um pouco mais. Em compensação, Anastácio *Tachito* Somoza somente foi assassinado mais de dez anos depois. E o paraguaio Alfredo Stroessner, com mais de quatro mil mortes nas costas, embora apeado do poder em 1989, ainda vegetou até 2006, exilado no país da quimbanda.

Como advertira Vovo, alguns sapos conseguem romper as costuras e reabrir as bocas... Deve ter sido por isso que malogrou aquela investida, com a ajuda da quimbanda, contra a tirania no continente.

5 MAUSS, Marcel. Esboço de uma teoria geral da magia, p. 133.

Brasiliense que se preza passa o mês de agosto olhando para o céu à espera da "chuva do caju", que tem encontro marcado com a terra seca no dia dez de setembro. É um mês de intenso calor e o ponto alto da estiagem que começa em junho. A grama fica cinzenta, as pessoas ficam cinzentas, os corações desidratados. Até as almas secam. Aquele agosto não parecia diferente dos demais.

Era pouco depois das nove da manhã. Eu estava no carro do meu namorado, Victor Knapp, a primeira paixão (e proibida). Ouvíamos Bethoween, quando, pelo espelho do carro, vi passar um camburão que ia para a FEUB (Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília). Depois um outro camburão parou em frente à FE-1 (Faculdade de Educação, onde funcionava também a Faculdade de Jornalismo). Os camburões da polícia jamais ousaram chegar tão perto. Eu mesma, em dias de assembleia, ficava no alto das unidades ainda em construção, armada de um binóculo e um *walkie-talkie* para avisar onde estavam os nossos inimigos, que não ultrapassavam a L-2 Norte, principal pista de acesso à Universidade de Brasília.

Dos camburões desceram muitos homens, todos armados com metralhadoras, cassetetes em punho. Meu primeiro pensamento era "Onde está meu irmão?" Ai, lembrei que, às quintas-feiras, ele não tinha aula. Que alívio! Embora eu não soubesse de todas as atividades de meu querido irmão Sonsonho, ou Neiva, como alguns o chamam, tinha certeza de que ele já estava envolvido em alguma coisa além da política estudantil. E era verdade. Meu irmão estava a caminho da guerrilha.

Fomos tirados do carro e mandados para uma fila de triagem. Eu usava uma minissaia e não queria ficar com os braços atrás da nuca porque ficaria com as pernas totalmente de fora. E não tinha a menor intenção de ser alvo dos olhares daqueles brutos.

Mas eles não se contentavam apenas em olhar. Os policiais passaram a cutucar minhas pernas com baioneta. Resisti para não chorar. Até que não aguentei a pressão e dei um berro:

- Para, seu merda!

O comandante da operação veio saber do que se tratava e eu expliquei. Ele me tirou da fila e me mandou direto para a quadra de basquete onde ficamos presos. A essa altura, a UnB mais parecia a sucursal do inferno.

"Onde estaria Mamãe?" me perguntava. O lugar certo era o Departamento de Letras (ela estudava Literatura). Naquele dia ela sentiu o sabor de um pedaço de papel. Engoliu a folha de caderno onde estavam anotados todos os nomes do seu departamento que iam concorrer para a eleição do FEUB. Mas a essa altura, eu não tinha a menor ideia de onde estavam mamãe e os amigos. Só via homens correndo, estudantes ensanguentados. Apenas torcia para que os policiais não olhassem para a cobertura da Faculdade de Educação, onde Victor, que sempre andava com uma câmera na mão e centenas de ideias na cabeça, filmava as truculências.

A maior de todas foi a prisão de Honestino, que era nosso líder maior e presidente da Federação dos Estudantes. Os soldados o arrancaram de dentro da FEUB e vi quando um deles prendeu os dois braços de Honestino nas costas. Pela violência do ato, acreditamos que seu braço fora quebrado.

Fico engasgada quando me lembro de todos aqueles momentos. Havia ódio no ar. Os policiais quebraram laboratórios, inclusive o de Linguística, que era o meu preferido e, até hoje, tenho guardada na retina a imagem daqueles brutamontes correndo pelo campus, se agachando para atirar, jogando bomba de gás lacrimogêneo e nos chamando de "putas comunistas".

A chuva do caju se atrasou naquele ano. Chegou só dia 18 de setembro, quando a seca já ultrapassara o insuportável e os ipês estavam todos floridos nos anunciando a primavera. Mas, para nós que estávamos numa Universidade que fora dilacerada, começava uma longa noite de inverno sem luz e, para mim, foi naquele 29 de agosto que incorporei a palavra "medo" na minha vida.

E hoje sei que aquele agosto foi sim, diferente dos demais.

Idos de 68, tempos de passeatas.

Por conta da aliança artistas-estudantes, havia uma ação programada para uma noite de sábado. Junto com o ator Cláudio Marzo, invadiríamos a sessão do Teatro Copacabana Palace. Pretendíamos interromper o espetáculo e fazer uma convocação à plateia, penso que para levantar apoios e fundos.

Encontramos o Cláudio na porta do teatro: estavam lá o Marcão e também o Karam, me parece. Havia mais um outro e eu. Eles hesitavam, faziam ponderações.

E eu dizia, cheio de disposição:

- Não, nada disso! Temos que ir. Vamos lá, sim, vamos fazer!

E insistia:

- Temos que ir!

O prestígio do Cláudio facilitou-nos a entrada e, impressionados por aquele entusiasmo, eles deixaram-se levar até o saguão do teatro.

Foi aí que me virei para trás e perguntei:

- Cadê a massa?

- Como é que é?

- Cadê a massa, pô? A massa que a gente vai comandar na invasão?

- Rapaz, a massa são vocês - respondeu o Cláudio, meio paternal.

Em segundos, esvaneceu o desprendimento, desapareceu o ardor revolucionário, sumiu a coragem.

- O quê? Só a gente? No c. . , pardal! De jeito nenhum que eu vou lá! Mas de jeito nenhum!

E me apressei na retirada. Os outros me acompanharam, muchos com sentimento generalizado de impotência. Saímos de lá, cabisbaixos, farejando a força dos inimigos internos e externos.

O medo nos protegeu, porém. Aquela sessão de teatro era especial, reservada para militares e suas famílias. Não tínhamos qualquer chance.

Mas a pergunta nunca mais deixou de ecoar pelos corredores da história: CADÊ A MASSA?

10.7 VEMAGUET REVOLUCIONÁRIA

Gil Vicente N. Simões

Na época, poucos estudantes possuíam automóvel. Apesar de o documento do veículo estar em nome de meu pai, de segunda a sexta-feira, a Vemaguet DKW ficava comigo e isto foi muito importante para várias ações do Partido, como transporte de militantes e dirigentes partidários, carregar material para comícios, deslocamentos para pichações em fábricas, em conjuntos habitacionais e em muradas com grande circulação popular.

O espaço entre o assento do banco traseiro e o piso do carro era muito amplo e, desta forma, cabia uma boa quantidade de panfletos e ainda *sprays* necessários para as pichações. Adicionalmente, fazia-me valer de um guia da cidade (*Guia Rex*), no qual estudava como chegar ao local, como circular e/ou estacionar e como preparar a fuga após o término da ação, sem que a repressão pudesse sequer anotar a placa do carro.

Bom exemplo da importância da Vemaguet foi num comício na Central do Brasil, contra a guerra do Vietnã e o imperialismo. A memória muitas vezes me trai. Entretanto, lembro-me bem de que vários comícios relâmpagos foram realizados, simultaneamente à queima da bandeira dos EUA. Por fim, juntamente com palavras de ordem de "Abaixo o Imperialismo" e sob aplausos gerais desfraldou-se a bandeira do Vietnã (creio que em um poste ou em uma árvore).

No dia seguinte, saiu reportagem em um jornal diário (*Correio da Manhã? Jornal do Brasil?*), com fotos e uma frase ao final afirmando mais ou menos o seguinte: "da mesma forma que os militantes chegaram despercebidos, se dispersaram rapidamente, sem que se observasse seu rumo".

Outro fato envolvendo a nossa heroína ocorreu no percurso da faculdade para determinado local onde haveria uma ação. Abaixo do assento do banco traseiro carregávamos uma grande quantidade de *sprays*. Estavam no carro, além de mim, o Sandália e mais três companheiros, os quais prefiro não identificar. Desnecessário frisar que todos nós nos trajávamos e tínhamos a própria cara de estudante. Mal saíamos do Túnel Santa Bárbara fomos parados por um policial. Todos os companheiros que se encontravam no carro, na mesma hora, ficaram "congelados", absolutamente imóveis. O policial inclinou um pouco seu corpo e pediu-me os documentos do carro, a carteira de motorista e a carteira de identidade. Examinou várias vezes a documentação e nada encontrou, pois tudo estava em ordem.

Começávamos a relaxar quando, o policial notando que o carro estava em nome do meu pai, exigiu a procuração em que deveria estar escrito que papai me liberava o uso do veículo. Evidentemente, na mesma hora, os companheiros tiveram o mesmo pensamento: AGORA FUDEU. Só que não tinha fodido coisa nenhuma: peguei a procuração que estava no porta-luvas e, avisando que esta exigência havia caído em desuso, apresentei-a. Fomos liberados e, finalmente, pudemos partir. Bem mais adiante, com o veículo em movimento, os sorrisos foram gerais e os companheiros ressaltaram a frieza com que consegui tratar o policial.

10.8 PASSEATA DOS CEM MIL

Dalva Bonet

Se o comício da campanha das diretas na Candelária não tivesse acontecido, eu diria que a passeata dos cem mil havia sido o maior evento popular que conhecera no Rio de Janeiro. Mas guardadas as respectivas diferenças conjunturais, com um expulsando uma ditadura militar apodrecida e com a outra resistindo a essa mesma ditadura em seu ápice, ambos foram símbolos de resistência e luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas no Brasil.

Não me lembro como estava o dia, se fazia sol ou chovia, se fazia frio ou calor, só sei que era inverno no Rio de Janeiro. E aqui peço licença a todos para louvar esta Cidade Maravilhosa, berço do samba e bastião das lutas democráticas que até hoje travamos. Evoé Brizola, seu esforço não foi em vão. Apesar do cerco a que foi submetido, o Rio ainda não perdeu sua vocação. Como cantaria a Beth Carvalho, sua grande amiga: "... agoniza, mas não morre".

Mas naquele dia estávamos todos felizes: a ditadura recuara e permitira a passeata. Achávamos que era o começo do fim. Para eles, é claro. Nem imaginávamos o que estava por vir.

26 de junho de 1968... A França recém-acabara de conhecer o "maio" que derrubou De Gaulle, a Itália passara por seu "outono quente", a Tchecoslováquia por sua primavera irreverente, a China mergulhava na sua "revolução cultural", os pequeninos *vietcongs* derrotavam o maior exército do mundo, os *hippies* e os panteras negras arripiavam na matriz, sem falar nas mulheres e no Movimento pela Paz. "1-2-3-4, não dou a mínima, 5-6-7-8, sabem por quê? 9-10, a próxima parada é o Vietnam", já cantava Joe Cocker em Woodstock, junto com Bob Dylan, Peter Seeger, Simon & Garfunkel e tantos outros que se posicionaram contra a guerra. A América Latina se levantava e José Martí, na festejada Guantanamera, dizia: *el arroyo de la sierra me complace más que el mar*.

Aqui, nosso Carlinhos Lyra nos brindava com a *Marcha da Quarta-feira de Cinzas*: "...E no entanto é preciso cantar, mais que nunca é preciso cantar, é preciso cantar e alegrar a cidade..."

Não sei por que cargas d'água o PCBR, partido em que militava, além das minhas tarefas habituais de participação no comando geral da passeata, destacou-me para estabelecer, junto com meu amigo Marco Aurélio Borba, ligação com os artistas e intelectuais. E essa sim, foi a experiência da vez.

Já me haviam dito que os artistas faziam o culto ao ego, mas eu nunca imaginara quanto... Leitor amigo, vi e ouvi de tudo: a *prima donna* que se dizia consternada com a morte de estudantes, mas que não poderia fechar seu teatro para fazer protestos, pois isto lhe acarretaria prejuízos financeiros, o ator que se dizia anarquista-stalinista e em uma assembleia saiu nas vias de fato com um colega de palco porque este, em função do seu vínculo conhecido com o PC (Partido Comunista), propunha ações bem mais moderadas. Enfim, o Teatro Jovem assistiu ao voo de cadeiras e todos os outros objetos

móveis presentes no local. Mas havia um que exercia sua liderança e colocava ordem na casa: Oduvaldo Vianna Filho. Aparava as arestas e empurrava sua gente para frente.

Estavam lá Ferreira Gullar, Tônia Carrero, Norma Blum (onde está ela agora?), Carlos Vereza, Hugo Carvana e muitos outros artistas e intelectuais que se juntaram na constelação do protesto e foram para a passeata.

Eu estava muito feliz. Achava que o governo popular democrático viria logo e acreditava ser precipitação da Dissidência Comunista da Guanabara definir aquela etapa revolucionária como socialista. Mas isto dava muita briga, sabiam? O PCBR e a Dissidência se engalfinhavam na disputa pela linha política mais correta ... (ixe, que pobreza!).

Foi neste clima que a passeata aconteceu. E aconteceu mesmo, marcando a História do país. Vieram todos: estudantes, artistas, intelectuais como Otto Maria Carpeaux, a professora Maria Yeda Linhares, o advogado Ciro Kurtz, Marcelo Alencar, que à época defendia presos políticos, sindicalistas de inúmeras categorias profissionais, professores, OAB, ABI. E tudo foi muito alegre, formando cordões. Nosso sonho utópico ao som da música de Vandrê. A Cinelândia, ponto de concentração final, ficou superlotada.

Embora permitida, a passeata não deixou de ser vigiada. E também não faltaram os paranóicos, que viam uma bomba em cada esquina. Mas a manifestação foi tão impecável quanto o Festival de Woodstock. Reuniu a todos em um belíssimo protesto pacífico, mostrando ao Brasil e ao mundo que não éramos nós os que buscavam a guerra. Só queríamos de volta nossa legalidade, nossas liberdades democráticas, usurpadas pelos governos militares após o golpe de 1964.

Naquela noite, sim, porque ela durou o dia inteiro, voltamos para casa com a sensação do dever cumprido. Havíamos sido vitoriosos. O povo estava nas ruas. Ledo engano... A ditadura militar apertou ainda mais o cerco e, depois de tentar editar outras passeatas do mesmo tamanho e com a mesma repercussão (50 mil, 20 mil, etc.) caímos no vazio do refluxo e fomos enfrentar, em 1969, o chumbo de um Estado terrorista dedicado a quebrar nossa espinha dorsal e a apagar qualquer vestígio de aliança popular.

Sem dúvida que perdemos a guerra militar que se seguiu depois. Mas não sem luta. No entanto, a marca indelével da Passeata dos Cem Mil permaneceu, porque povo não se apaga. O resgate histórico ocorreu quando, maltrapilho e maltratado pelos militares, o Estado repressor brasileiro começou a dar sinais de cansaço e um milhão de pessoas se

reuniu na Candelária para exigir as mesmas liberdades democráticas sempre perseguidas, desta feita com sucesso, no Comício das Diretas.

11 - A Batalha da Maria Antônia (3/10/1968) e o Congresso de Ibiúna (12/10/1968)

11.1 | EU TINHA 20 ANOS...

Mário Albuquerque

...incompletos quando estourou o conflito da Maria Antônia, outubro de 1968. Já estivera lá antes, no início do mesmo ano, ocasião em que, surpreso e sem que ele me visse, deparei-me com o David (Rômulo Augusto Romero Fontes) em confabulações com um grupo e repassei à minha turma, o POR(T), posadista (Sim, senhor!. Quem atira a primeira pedra?). Depois soube tratar-se da VPR, que pagaria caro por acreditar que era pura ciúmeira o aviso de alerta. Pouco depois, David estava no grupo dos cinco arrependidos exibidos na televisão.

Conheci-o em Fortaleza, para onde fora após o golpe de 64, num grupo fugido de Recife. Com a dissolução da FPL (Frente Popular de Libertação/Pacto de Montevideu: *A palha está secando, basta uma fagulha*, título do manifesto de lançamento), o grupo que a organizou em Fortaleza abriu suas credenciais trotskistas, seção brasileira da IV Internacional. Estamos falando de 1966/67. Para variar, logo adveio um racha, num episódio em que a tesoura substituiu a machadinha, sem o resultado trágico desta. Criou o MPS (Movimento Proletário Socialista) e danou-se a pichar a cidade.

A manchete em letras garrafais foi demais para a província: "preso agente do comunismo internacional", com fac-símile de jornais de movimentos guerrilheiros de vários países da América Latina, notadamente do Movimento Revolucionário 15 de Novembro, da Guatemala. Em boca miúda rolou que abriu o bocão. Não demorou muito a notícia correu solta: deixara Fortaleza. Como se viu, estava latindo-mordendo em São Paulo. Reapareceu em reportagem da *Veja*, depois da anistia, dizendo-se não arrependido do arrependimento (o único) e que gostaria de estar em Angola matando comunistas (*hoje é skinhead*). Baixa o pano.

Retorno a São Paulo entre fim de setembro e início de outubro do mesmo ano, 1968. Como, à época, eu militava no POR(T), de saudosa memória, havia sido enviado para lá com o objetivo de frequentar uma Escola de Formação de Quadros, com orientação expressa de não me envolver em "movimentos de massa" (era líder estudantil secundarista no Ceará), pois seria preparado como quadro dirigente internacionalista (revolucionário "no Brasil", não "do Brasil"). Duração: no mínimo seis meses. O POR(T) não pretendia ser um partido de massas, pois "não há tempo histórico diante da iminência e inevitabilidade da guerra atômica". O POR(T) pretendia ser um partido de direção, pois era disso que a realidade carecia. Seu instrumento para reunir e massa seria o POBS - Partido Operário Baseado nos Sindicatos (PT ?).

Entretanto, os companheiros cometeram um erro: hospedaram-me no CRUSP (Conjunto Residencial da USP), isto é, no olho do furacão. Foi como botar gasolina perto do fogo. Hospedaram-me não! Me catapultaram do movimento secundarista de uma Fortaleza provinciana, diretamente para a oficina do demônio, de assembleias permanentes, auto-administrada, abolida a ocupação dos blocos por gênero, um arsenal crescente de coquetéis molotov e gente de todo canto do Brasil e da América Latina.

Então, adeus movimento estudantil onde, por indisciplina (pequena burguesa, naturalmente) permaneci por mais um ano por conta de um conflito com a Polícia Estudantil (é, no Ceará tinha disso sim). Porém, meus camaradas do BP - Birô Político (ave Souza, Mauro, Roberto, Eduardo...), repito, cometeram um fatídico erro: hospedaram-me no CRUSP.

Estourado o conflito Filosofia X Mackenzie, na Maria Antonia, ao ouvir a narração dos fatos por uma rádio paulistana, não contei pipoca: peguei um ônibus da linha Pinheiros e me mandei para o local. Devia ser umas cinco horas da tarde. A rua já estava bloqueada para o lado da Consolação, onde eu estava. Quem estava dentro não saía, quem estava

fora não entrava. Uma pequena multidão ficou contida e, por um tempo, ficamos a assistir ao vaivém de tiros do telhado da Mackenzie e de molotovs lançados da Filosofia.

Passaram-se uns dez, quinze minutos, veio o assassinato do estudante José Guimarães. A lembrança que resta: fui levado pela turba ensandecida que saiu pelo centro da cidade a virar carro oficial e quebrar e incendiar tudo que fosse símbolo da ditadura e dos EEUU, sob o comando do Zé Dirceu que, qual um toureiro, seduzia e atraía a manada enlouquecida brandindo a camisa ensanguentada do estudante.

Resultado: adeus Escola de Quadros. Fui mandado de volta ao Ceará. Mas aí já era tarde, voltei contaminado pelo vírus da luta armada já rejeitada pelos trotskistas (a historiografia deve esse reparo: não era só o PCB que a rejeitava). A dúvida que eu tinha, o AI-5 resolveu dois meses depois.

Demorei, porém, a explicitar meu rompimento com o POR(T), temeroso de que, entre mim e o partido, a mulher amada optasse por esse. Salvou-me o casamento imposto pela família dela depois do escândalo de dormirmos num mesmo quarto na casa onde nos escondemos após o AI-5 (revolucionários, mas *non troppo*).

Alguns diriam que foi hegemonia "pical", mas foi amor mesmo. Afastada a pedra do caminho, saímos em busca de uma organização pró-luta armada que nos aceitasse. A primeira porta batida foi o PC do B. Ouvíamos falar que esse partido preparava uma guerrilha no sul do Pará. Stalinistas, nos rechaçaram por puro preconceito anti-trotskista. Ingressamos no PCBR, que tentava se instalar no Ceará por causa dos militantes fugidos de Pernambuco (caso idêntico ao dos trotskistas), onde compusemos sua direção estadual provisória, cujo quarto membro foi colocado para evitar a hegemonia trotskista (como diz Einstein, "é mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito").

Em abril/maio de 70 fomos enviados para Pernambuco, depois de um aborto provocado (sacrificar tudo por algo maior e próximo), para recompor a direção local após uma série de prisões. Fantasiei, a partir dos *Subterrâneos da Liberdade*: "finalmente serei apenas uma peça numa engrenagem madura, composta de velhos militantes oriundos do PCB, de cabelinhos brancos".

O choque de realidade não tardou. A organização vivia uma sangria desatada de militantes e aliados, resultado de ondas de prisões em série e dos assassinatos de Marighella e Mário Alves. Em termos locais, o brutal assassinato do Padre Henrique,

auxiliar de Dom Helder. O pavor grassava. Para meu espanto e desespero, éramos os mais maduros. No entanto, os informes eram magnificantes, inflacionados, num processo esquizofrênico ainda a merecer estudo.

Em junho, ousou propor recuo, parada nas ações armadas, retorno à vida legal de quem não fosse "queimado", retirada para o exterior dos "queimados". A reação em vez de ser política, foi moral. Vacilação, desbunde, etc. Julho inicia com nova onda de prisões em todo o Brasil, dentre as quais a mulher amada. Escapei por um triz: ainda deu tempo pra ver os "homes" chegando, ao dobrar a esquina da Rua Barão de Lucena, no bairro de Caxangá, onde ficava o "aparelho".

O que era ruim ficou péssimo. Com a mulher presa e sem ninguém para me expulsar da organização, fui ficando, unicamente por ela. O círculo fechando sobre o gueto social e político a que nos reduzimos. A debandada de militantes e aliados esgotava seus últimos estoques e atingia em cheio a própria direção. Se em Recife a coisa estava preta, em outros estados era breu puro, pois não parava de chegar gente fugida. Sem aliado para avalizar aluguel de casa, o jeito foi recorrer a aluguel de temporada.

O desespero era tão grande que alugamos uma casinha na praia de Maria Farinha/Paulista numa rua sem saída e o que deveria durar dois meses já ia pra mais de seis. "Era uma casa muito engraçada, não tinha móveis, não tinha nada". Sala, quarto e cozinha para dois casais e depois mais um. Para piorar, descobrimos que a VAR estava com aparelho na mesma área.

Em janeiro, chega ao fim o longo sequestro do embaixador suíço e, finalmente, minha mulher sai na lista dos setenta. Antes tentara, em desespero, tirá-la sozinho do Bom Pastor, influenciado pela ação dos Tupamaros que libertou todas as presas políticas de um presídio uruguaio ("não podemos viver sem elas", picharam). Com seu banimento, preparei-me para deixar o país e encontrá-la no Chile, mas caí no aparelho da Maria Farinha, em cuja sequência morreu sob tortura Odijas Carvalho.

Depois de nove anos de "catatumba" e de um silêncio só quebrado uma única vez no início da prisão, eis que nos reencontramos depois da anistia, mas aí já éramos outros e todas as tentativas foram vãs. Queimados os navios e reunidos "os cacos de vidro onde até hoje a gente se corta" (ave Alex Polari), desde 99 estou na trincheira da luta pelas reparações econômicas, pela reconstrução da memória e pela punição aos torturadores.

É jargão, quase um mantra, mas tão verdadeiro e atual como era em 1968: a luta continua!

11.2 | TORTURADORES TAMBÉM TINHAM MEDO

Cládice N. Diniz

Acordava-se cedo na grande família italiana. Sempre havia alguém levantando bem antes do que se gostaria, abriam-se gavetas e portas de armários. Acidental som de sapato, caderno ou lápis caindo no chão anunciava a saída ativa da pioneira para o dia, encerrada com o abrir e fechar da porta. Permanecia no escuro do ar o coro de resmungos das sonolentas remanescentes no grande quarto repleto de camas e irmãs.

Em uma dessas madrugadas paulistanas bem aquecidas por cobertores, abruptamente, acordaram muito mais cedo do que no dia-a-dia, porque a irmã mais velha adentrou-se velozmente e jogou-se ruidosamente no colchão.

De pronto, acordou a filha do meio, que se revirou na cama, aturdida pelo sono e com os olhos ainda colados, com uma pontada de apreensão apertando-lhe o estomago, dirigiu-se sobressaltada ao vulto paterno que a luz do corredor delineava no portal:

- O que foi?

- Está tudo bem, volte a dormir.

À fala protetora do pai, encostando a porta, veio, de outro canto, a explicação na voz cansada e tímida:

- Prenderam a mim e os meus colegas da Maria Antônia, na passeata. Fomos levados para o DOPS.

Os olhos da outra irmã, tentando furar a escuridão, se abriram tão rápido quanto a sua boca, na velocidade do seu saltar da cama:

- E...?

- Estávamos todos em uma cela, aguardando. Ai, de repente, sem mais, mandaram a gente ir embora. Encontrei o pai na porta da delegacia esperando. O pai me tirou de lá.

De manhã, antes que a irmã mais velha levantasse, cedinho, a do meio foi esclarecer com o pai a história. Ele pertencera à Força Pública do Estado de São Paulo e era conhecido por sua energia e hombridade. Ela o encontrou, como sempre, na poltrona em frente à cozinha, lendo o jornal.

- Como foi que soltaram eles?

A voz da resposta tinha um notório timbre de orgulho e alegria de quem havia feito algo arriscado, mas certo:

- Fui lá e avisei ao delegado que se algo acontecesse a ela e a seus colegas, a "coisa" ia acabar mal para ele também. Não vou aceitar que aqueles canalhas encostem a mão em vocês.

E, seguro de si e pelas forças que emergem das desavenças entre as diferentes corporações do aparato policial brasileiro, voltou às suas intermináveis leituras de jornais – que, aliás, não noticiaram as prisões e a soltura. Assim, evitava comentar a nítida tomada de partido que se anunciava na resposta da jovem filha:

- Legal, pai!

Sabia que o gesto paterno de defesa dos filhos vinha alicerçado por acontecimentos precipitados por outras decisões, antigas, de anos antes, de tristes memórias para o seu estômago e nervos.

Não tinha sido apenas um enfrentamento entre truculentos, sem projéteis. O recuo marcava a segunda vitória do ex-campeão de pentatlo militar contra aquela corja covarde de torturadores, de que a filha tinha notícia.

E lá se foi ela para a cozinha atrás de seu café, de mate quente e pão seco, hábito bom adquirido em velhos tempos ruins.

Fortuita soltura forçada pois, com a criação da Operação Bandeirantes e sua posterior transformação em DOI-CODI, o Terror de Estado imperou sem limites, como regra.

Não estive presente, em outubro de 2008, ao evento referente à Maria Antônia. Gostaria muitíssimo de ter podido ir, mas não deu por causa de compromissos locais como presidente da Comissão de Anistia do Ceará.

Entretanto, vou lembrar de um incidente que antecedeu à "batalha da Maria Antônia" e que envolveu uma militante secundarista cearense da AP, a Mirtes. O Alfredo Lopes sabe de quem se trata. Dias antes de o conflito estourar, ela e outros militantes realizavam uma panfletagem (parece que também um pedágio de arrecadação de fundos, talvez para o Congresso de Ibiúna, para o pagamento de passagens de retorno a seus estados), quando foram atacados por um grupo do CCC - Comando de Caça aos Comunistas.

Jogaram ácido nas belas pernas da Mirtes, seriamente atingidas. Certamente a curiosidade se impõe: onde anda Mirtes? Ela reside em Fortaleza, mas não aceita nem de longe falar desse período. Trauma? Não sei, não conheço muito sua trajetória de vida depois desse atentado em que lhe danificaram as pernas. Era uma grande liderança, "incendiadora" de paixões, não só políticas. Talvez os companheiros que foram da AP possam dar maiores detalhes. Só sei que Mirtes hoje prefere dialogar com as estrelas.

Eu também, por acaso, estive presente ao conflito da Maria Antônia. À época militava no POR(T), de saudosa memória. Havia sido enviado para São Paulo para frequentar uma Escola de Formação de Quadros, com orientação expressa de não me envolver em "movimentos de massa" (era líder estudantil secundarista no Ceará), pois seria preparado como quadro dirigente internacionalista. Como me hospedaram no CRUSP, fiquei logo contaminado. Foi como botar lenha na fogueira.

O episódio da Maria Antônia foi um divisor de águas na minha militância. Imediatamente mandado de volta ao Ceará, por indisciplina, deixei o POR(T) e ingressei no primeiro agrupamento de luta armada que me aceitou, o PCBR. Mas poderia ter ido para o Araguaia, caso o PC do B não tivesse fechado suas portas a mim, por puro preconceito antitrotskista. Ou para a ALN, VPR, etc, pois estava a fim era de luta armada.

Maria Antônia, 68. Sim, este número está próximo, hoje, da idade de algumas das guerreiras da época a que me refiro. Mas nem o nome se refere a uma mulher nem o número à idade de alguém com este nome. Aqui, falo de uma rua e de um ano: Rua Maria Antônia; ano 1968.

Aliás, nenhuma de nós, com esta idade, teria o pique necessário para viver tudo que aquela Maria Antônia viveu. Mas, naquele tempo, tinha todo o encanto, toda a sedução, todo o feitiço de uma mulher. E é impossível lembrar aquela rua sem falar do Bar do Zé, onde era religioso passar antes, às vezes durante, ou após as aulas.

Ali, naquela rua, o mistério e os segredos guardados a sete chaves, entre os poucos e raros, circulavam em um único quarteirão. Passavam cochichados entre bocas e ouvidos privilegiados. Sim, aquela rua não poderia ter um nome qualquer, não poderia se chamar Dr. Fulano de tal, ou Brigadeiro Sicrano de tal. Ao batizá-la com aquele nome, o destino talvez já lhe tivesse reservado momentos difíceis, em que ela assumiria o papel de acolhedora.

A fêmea que seduzia uma multidão de jovens que por ela circulava e que, no momento certo, deixou a vaidade de lado, assumiu seu lado guerreiro, encheu-se de barricadas e se tornou proibida. Mas antes das barricadas, principalmente à noite, era uma festa, com aquela multidão de estudantes circulando de um lado para o outro, entrando nos bares, passando panfletos, jornais clandestinos e textos mimeografados. Sim, porque, naquela época, quase não havia xerox no país.

E bem no centro do quarteirão, a sede principal de todo aquele movimento, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Era ali que pulsava o coração dos estudantes paulistas daquela geração.

Mas nem só de política se falava dentro daquele prédio. A admiração por aqueles líderes muitas vezes se transformou em outros sentimentos. Eram muitas as apaixonadas e, para quem não sabe, mulheres intelectuais também pichavam não apenas os muros da cidade, mas também os banheiros daquela faculdade. Era ali que muitas militantes declaravam sua paixão por Zé Dirceu, que com seus longos cabelos de poeta, foi o mais belo rapaz

que circulou por aquela rua, que subiu e desceu aquelas escadas, discursou e inflamou nossa revolta contra a ditadura. Declarações como "Zé Dirceu, eu te amo", "Zé Dirceu, paixão de minha vida" conviviam pacificamente naquela época com "Abaixo a Ditadura", "Fora milicos" e "Viva Che". Ainda hoje, quando nos reunimos, comentamos essa paixão coletiva pelo Zé. E tem mais: sim, confesso, fomos, no Brasil, os precursores das pichações que hoje tantos condenam. A diferença é que nossas pichações traduziam nossa preocupação com o momento difícil que o país vivia e, nisso, difere muito das atuais.

Foi também naquele prédio que um português bonito instalou uma banca de livros. Seu Jaime, além de ter os livros de que os alunos precisavam para os cursos, era capaz de atender a todos nossos pedidos de obras, muitas vezes raras. Sempre solícito, sempre elegante, era capaz de ficar horas conversando sobre literatura. Tornou-se uma pessoa inesquecível para mim.

Outra pessoa que para sempre estará gravada tanto na memória quanto em minha saudade é Helenira Resende. Alta, magra, muito alegre, muito doce, foi ela a primeira pessoa a me falar de Maria Bethânia. Ela foi ver o *show* "Opinião" em que a cantora baiana substituiu Nara Leão, e voltou encantada:

- Riso, você não acredita no que aquela mulher é! É uma deusa! Ela não é alta, mas quando sobe ao palco torna-se enorme. Linda! Você tem de ir vê-la!

Não lembro exatamente o ano, talvez tenha sido em 68 que ela desapareceu da faculdade. Deixei um bilhete no grêmio, mas não recebi retorno. Só em 76, fiquei sabendo o que lhe acontecera.

Fui ao lançamento de um livro na sede da Revista *Escrita* e comprei uma publicação sobre a guerrilha do Araguaia. Cheguei em casa tarde da noite e, antes de dormir, comecei a ler a revista. De repente, levei um susto: entre as fotos dos guerrilheiros desaparecidos, estava a foto de minha amiga. Não consegui dormir naquela noite. Reconstitui como em um filme, várias imagens: ela discutindo com um professor, defendendo Castro Alves. Eu sentada, comendo bolo Pullmann com Nescafé na pequena mesinha do seu apartamento, na Rua Jaguaribe. Ela me mostrando algum texto que escrevera, falando nas assembleias... Uma dor, uma saudade muito grande invadiu meu peito.

Agora, sabia o verdadeiro motivo do seu afastamento. Onde estaria ela? Teria fugido para algum lugar de onde não pudesse se comunicar com os familiares e com os amigos ou a

repressão já a teria assassinado? Estas foram algumas das perguntas que ficaram sem respostas naquela longa noite.

A rivalidade entre uspianos e mackenzistas era constante. Lembro-me de uma noite em que as aulas foram interrompidas porque faltou luz. Muitos foram embora e outros ficaram na frente do prédio, sentados, conversando. Entre eles, eu. Em um determinado momento, os alunos do Mackenzie começaram a jogar coisas em nossa direção. A situação deles era privilegiada porque o prédio do Mackenzie fica bem mais alto que o prédio da USP. Eu percebi que algo havia me atingido, mas não me preocupei. Quando passei a mão no vestido branco, enfeitado com bordado inglês, que eu vestia, senti algo gosmento. Quando cheirei, constatei que era ovo. Contei ao pessoal e os rapazes gritaram:

- Juguem! Juguem os ovos das galinhas do Mackenzie!

E os atiradores respondiam:

- Isso é pras peruas da USP...

Naquela década, oitenta por cento dos alunos estavam envolvidos com o movimento político-estudantil e, por isso, o subsolo era o local mais importante da faculdade. Era ali que durante os intervalos das aulas íamos nos informar, saber quais as últimas notícias, quais os nossos próximos passos. Ali, se realizavam as assembleias onde se tomavam as decisões sobre os rumos do movimento.

Lembro com muita clareza do dia em que o Wladimir Palmeira veio do Rio contar como os estudantes cariocas tinham impedido a polícia de reprimir as passeatas. Eu fiquei encantada com o sotaque dele e com a solução tão fácil e que passamos a adotar também: ao invés de os participantes caminharem no mesmo sentido do trânsito, caminhavam na contramão.

Em uma ocasião, nosso ponto de encontro para sair em passeata foi ao lado da Biblioteca Mário de Andrade. Os estudantes foram chegando, chegando e, logo, havia um mar de pessoas. Depois, pouco a pouco todos pararam de falar, até que se fez um silêncio total. Se passasse uma mosca se ouviria.

De repente, não lembro se o Zé Dirceu ou o Travassos puxou de dentro da camisa uma faixa com dizeres contra a ditadura, deu um grito e todos saímos, gritando palavras de ordem.

Eu estava no final da passeata quando chegou o aviso: a polícia estava batendo em todo mundo, era preciso fugir. Havia um ônibus parado em um ponto e pedimos ao motorista que nos deixasse entrar. Ele se recusou, disse que iria levar o veículo para a garagem. Explicamos a ele por que estávamos pedindo ajuda e ele, depois de relutar, cedeu aos nossos apelos. Lotamos o coletivo e ele partiu dali.

Quando chegamos um pouco à frente, a polícia parou o ônibus e mandou descer todos os passageiros. Por quê? Porque eles queriam o veículo vazio, para levar uns estudantes presos. Descemos e nossos colegas subiram...

Antes dos atos e das passeatas éramos orientados pelas lideranças a ir munidos de um lenço molhado, amoníaco e bolinhas de gude. O lenço e o amoníaco para nos defender do gás lacrimogêneo e de efeito moral e as bolinhas para impedir que os cavalos nos perseguissem. Além desses apetrechos, eu levava em minha "severina", a bolsa que eu mesma tinha confeccionado, um par de meias e um livro.

Meu pai, que sempre me levava até o portão, um dia me perguntou por que eu levava aquelas meias e eu respondi: "é que se eu for presa, papai, as meias são para aquecer meus pés e o livro para aquecer a alma". Ele riu e disse: "você não tem jeito..."

Em uma outra passeata, pouco antes do dia 7 de setembro, eu caminhava em uma das primeiras fileiras quando a repressão chegou. Os policiais batiam com cassetetes e todos corremos procurando um refúgio. Na frente de um restaurante, um senhor nos mandou entrar e imediatamente fechou a porta.

Não sei por que razão, todos que entraram pegaram uma bandeirinha do Brasil no caixa e segurando-a, ocuparam as mesas como se fossem fazer alguma refeição. Nisso, batem à porta e anunciam:

- Abram que é a polícia!

O homem abriu e o policial gritou:

- Aí tem algum estudante?

O homem virou-se para nós e com o ar mais inocente do mundo e um carregado sotaque português perguntou:

- Alguém aí é estudante?

Todos nós suados e com um ar assustado e com aquela bandeirinha na mão, respondemos em coro:

- NÃO.

O policial agradeceu e foi embora. Mais uma vez, eu tinha sido salva pelo meu anjo guerrilheiro.

Mas, depois daquelas barricadas, a rua, agora viúva triste, tinha-se calado. A faculdade foi fechada e o ano não terminou, como disse Zuenir Ventura. Eu vivia um casamento difícil que não resistiu à falta de toda e qualquer afinidade e, quando voltei ao curso, no ano seguinte, a USP tinha sido transferida para a Cidade Universitária e toda aquela magia de cursar Letras na Maria Antônia tinha-se perdido.

Hoje, quarenta anos se passaram e aquele que foi um ano tão difícil quanto glorioso, ainda nos provoca na lembrança um sabor amargo. 1968 era apenas a metade do caminho que minha geração trilharia: a perda da palavra, dos familiares, dos amigos, da liberdade enfim. Tornamo-nos, a partir de 13 de dezembro daquele ano, a geração da metáfora.

11.5 | UMA VIAGEM ATRIBULADA

Roberto Menkes

Foi um pouco por acaso que eu fui parar no meio da guerra da Maria Antônia. Tinha ido para São Paulo na vaga função de segurança estudantil. Havia naturalmente muito segredo em tudo e eu, como segurança, compartilhava do conceito de que quanto menos se sabe melhor. O resultado é que eu, além do fato de que ia haver um congresso estudantil, não sabia nada a respeito de datas ou lugares.

Tenho a impressão que alguém me disse: "vamos lá para a USP, estão precisando da gente". Quando chegamos já estava quebrando o pau. Para entrar no prédio da Maria Antônia, foi só me identificar "sou segurança do Rio", isso abria todas as portas. Dentro do edifício, um caos. A guerra era entre os dois prédios, um em frente ao outro, o de lá era o da Mackenzie, dos estudantes de direita, o de cá era o prédio da USP, de esquerda. O armamento disponível do nosso lado era peculiar: alguém tinha conseguido uma quantidade enorme de rojões e a nossa estratégia consistia em tentar acertar e derrubar o pessoal do outro lado com aqueles rojões. Não havia nada organizado, assim que, depois de arrombar uma porta para conseguir uma janela melhor posicionada, me juntei à festa dos fogos de artifício.

Agora, o pessoal do outro lado tinha, além de algumas armas de fogo, uma espécie de coquetéis molotov que, de vez em quando, entravam por alguma janela e davam início a um pequeno incêndio. Eu, que nunca havia chegado perto de um extintor, fui um dos bombeiros improvisados. Pelo nervosismo ou pela falta de prática, os bombeiros "de araque" como eu, se melavam todos de espuma de extintor. Mal que bem, íamos debelando o fogo e voltando para as janelas. Numa dessas, senti um ardor na mão, levei algum tempo para entender, tinha levado um tiro.

Com um torniquete improvisado, tentando estancar o sangue que esguichava de uma artéria cortada, me levaram para o hospital. Dirigindo ia um amigo, também segurança do Rio; eu ia sentado do lado de uma estudante que se prontificou a ficar apertando o torniquete, que não funcionava muito bem, lembro que tinha a mão ferida no colo dela e, ao chegar ao hospital, deixei a menina com uma poça de sangue na saia.

Me puseram numa cama, um dos internos me examinou e interrompeu a hemorragia. Disse que não era grave e que um médico viria me costurar. Antes disso, entraram dois caras do DOPS. Começaram perguntando sobre o que eu estava fazendo na Maria Antônia. Neguei tudo: "não, eu estava no centro da cidade e tropecei e caí num vidro que furou minha mão".

Nenhum policial, por mais ingênuo que fosse, iria acreditar numa lorota dessas. Eu estava todo sujo, coberto de sangue dos pés à cabeça, e com espuma de extintor para completar a decoração. Estava usando também uma botinha, que se chamava "topa-tudo", de cor verde-militar, e que, na época, fazia furor entre o pessoal da militância estudantil.

Continuei me esquivando de algumas perguntas, até que um dos policiais usou o argumento derradeiro.

- E então, que que você está fazendo com essa botinha de estudante?

Vendo que era impossível encontrar uma resposta satisfatória para essa pergunta, fingi desmaiar. Deu certo, saíram da sala; logo em seguida chegaram o médico, enfermeira, dois internos, foram logo perguntando "você conhece o Vladimir Palmeira?" Eram todos de esquerda.

Me costuraram, me injetaram antibiótico, me vestiram com um avental de médico e saí no meio deles pela porta traseira do hospital, onde, já avisado por eles, me esperava o meu amigo.

Alguns dias depois, o Congresso de Ibiúna. As funções dos seguranças eram, principalmente, vigiar as entradas do lugar, um sítio cercado de mato, e receber o pessoal que chegava da cidade. De onde saiu tanto estudante, ninguém sabia, foram chegando, chegando e de repente já havia o dobro do número esperado. O resultado era bem visível na hora de dormir: era difícil conseguir lugar. Foi preciso revezamento. Deitar com centenas de pessoas no chão parece uma experiência interessante, vista de fora; mas cada vez que um se virava, o outro corria o risco de receber, pelo menos, uma cotovelada.

No último dia, conheci uma menina e, quando chegou a noite, estávamos muito a fim de ir para a cama, que pretensão! Terminamos em pé, encostados numa parede, enrolados num cobertor, orgasmo improvisado. De madrugada, fui dormir na barraca do pessoal da segurança. Bem cedinho, acordo com a tenda sacudindo e alguém gritando. Eu estava tão cansado que, meio dormido, achei que gritavam que eu tinha que sair senão a barraca ia cair sobre mim. Saí e não entendi nada, tinha PM por tudo quanto é lado.

Assim, com a roupa do corpo, já me puseram numa fila indiana em direção aos ônibus que nos levariam ao presídio Tiradentes.

No presídio, correu logo a voz de que havia um menor preso. Naquela fase da ditadura, ainda tinham um certo respeito por determinadas regras e, claro, logo tem gente que aproveita e começa a protestar. Eu, com meus dezessete anos, era o único menor entre os mais de setecentos estudantes presos. Em poucas horas veio um carcereiro me buscar

e me passou às mãos dos policiais do DOPS, que me interrogaram, ficharam e depois me levaram e me entregaram ao Juizado de Menores.

Eu era uma atração turística no Juizado: nunca tinham tido um "preso político". Fiquei na ala dos bem-comportados, sem cela, em dormitório. Todos vinham falar comigo, do pessoal burocrático aos guardas, faziam perguntas sobre o movimento estudantil. O problema era que não sabiam o que fazer comigo, eu não estava acusado de nenhum crime, me diziam que tivesse um pouco de paciência. Já os presos era outro papo. Eu achava que, por ser maiorzinho, iria infundir um certo respeito. Necas. No primeiro dia, se juntou uma patota de pirralhos que me encurralou no banheiro. Vieram me dando socos, dizendo que não gostavam de estudante, mandaram eu tirar a roupa – minha camisa em bom estado e minha calça Lee de veludo – e me deram uma calça e uma camisa velhas de uniforme de preso, fornecido aos que ingressavam sem roupa. E um aviso:

- Se contar pros guardas quem foi que pegou a roupa, você morre.

Mas daí em diante, a barra começou a aliviar. Os garotos eram, na maioria, indiferentes comigo e algum até vinha conversar. Eu não participava de nenhuma das atividades em conjunto, ainda tinha a desculpa dos pontos na mão.

- O médico disse para tomar cuidado, pode arrebentar.

Os dias eram longos, pedi algo para ler e, entre tantos livros existentes no mundo, um funcionário me emprestou *A Psicologia à Luz da Reflexologia*.

Havia aulas de alfabetização, vinha uma estudante, normalista, fazia prática. Ficou muito intrigada ao ver um preso lendo, se aproximou e, conversando, descobri que ela militava com os secundaristas de São Paulo. Essa nova aliada ficou de conseguir um advogado para me tirar de lá.

Um dia antes da vinda do advogado, cedinho, veio um dos funcionários.

- Fizemos uma vaquinha, vamos te pôr num ônibus para o Rio, toma um dinheiro para a estrada.

No mesmo dia, de noite, entrei na casa dos meus pais, sem nada, só com o uniforme gastado de preso. Meu pai me mostrou no jornal *O Globo*, que ele tinha guardado, a reportagem que dizia que eu era um dos dois feridos graves da Maria Antônia.

- E você leu e não fez nada? - perguntei.

E ele, se desculpando - Não queria que tua mãe ficasse nervosa...

11.6

IBIÚNA

Jean Marc von der Weid

- Pode sentar e aguarde um momento que já vou atendê-lo.

O doutor saiu da sala sem me dar chance de falar. Obedeci, ainda embasbacado com a coincidência. Meu ponto de contato com a Ação Popular em São Paulo era um dentista e eu viajara toda a noite desde o Rio de Janeiro gemendo de dor de dentes, tomando aspirinas e bochechando com Malvatricim. Só vim a saber a quem eu deveria apresentar-me, ao desembarcar em frente do consultório. Luiz Cláudio, membro do Comando Regional da AP na Guanabara, era o meu transportador, o que mostra a minha importância para o partido ou, mais provavelmente, a falta de estrutura do partido. Luiz Cláudio deixou-me um papel com uma frase código que eu devia dizer ao dentista para identificar-me como militante.

- Vim colocar uma prótese. - disparei assim que o doutor aproximou-se de mim com seus ferrinhos infernais. Ficou com cara de espanto.

- Prótese? Abra a boca. Hum, hum, hum. Nada disso! Você tem o siso com uma cárie de colo e está bem inflamado, sua face direita está enorme, não reparou? Que história é essa de prótese?

- Vim colocar uma prótese. - insisti como um débil mental e mostrei o papel com a mensagem para enfatizar. Uma luz brilhou de repente nos olhos do doutor, que parecia recém formado de tão jovem.

- Você é da AP? Com essa cara toda inchada de cliente não me lembrei do código. Aliás, você é o primeiro a usar este ponto; a direção me avisou que seriam casos raros e de maior risco. Vou levá-lo para um aparelho e avisar os companheiros.

- Não dá para me tirar este dente? Não posso deixar de aproveitar esta coincidência. Mal posso falar e em dez dias vou estar no congresso da UNE e, como candidato, tenho que poder discursar.

- Não tenho Raio X e, com a inflamação, a anestesia não vai pegar. Se as raízes forem tortas e quebrarem vai levar muito tempo e doer muito.

- Tire assim mesmo. Temos que estar preparados para aguentar a dor, não é mesmo? - Na verdade, eu estava em pânico. Sempre tive medo de dentista e, como com os meus outros medos, fazia um baita esforço para dominá-lo. Respirei fundo e abri a boca.

Nos quinze minutos seguintes, o doutor aplicou-me várias injeções de anestesia sem muito efeito e, finalmente, meteu um boticão sinistro na minha boca e forcejou como um condenado até arrancar o dentão.

- Você tem muita sorte, saiu de prima e sem quebrar. Ficou uma cratera e vai doer um bocado, mas ainda foi uma boa solução.

Eu estava de todas as cores de tanto que doía mas aguentei impassível. Só o suadouro denunciava tanto o medo como a dor que sentia. Como dizia a velha expressão comum na família da minha mãe, "vi o china seco". Nunca soube o que isto quer dizer, a origem perdeu-se no tempo e na história familiar.

Fiquei bochechando um anestésico pouco eficiente enquanto o doutor da AP saía para telefonar para os contatos do partido, fechando o consultório. Eram dez da manhã e ninguém tinha aparecido. O doutor não tinha ainda uma clientela numerosa. A sala tinha um pé direito altíssimo já que a casa era um sobradão antigo, para não dizer velho e caindo aos pedaços. Ficava em um subúrbio de São Paulo que eu não consigo recordar onde era, acho que fiz questão de não saber. A dor não parava e comecei a me sentir febril. O doutor voltou e levou-me para um outro contato em um bairro também de subúrbio e não muito longe. Circulamos de ônibus e eu me sentia altamente vulnerável embora soubesse que não havia chance de ser reconhecido naquele lugar.

Fui entregue a outro militante, esse médico generalista. Somente quando cheguei ao Chile, banido, mais de dois anos depois, soube seu nome verdadeiro. Celerino Carricone estava exilado em Santiago e foi visitar-me. Hoje, ambos atuamos em ONGs com agricultura (eu) e medicina (ele) alternativas. Celerino levou-me para sua casa e disse que o partido viria buscar-me antes do fim do dia. Por razões de segurança eu devia ficar trancado na casa até a sua volta, sem dar na pinta aos vizinhos que havia alguém lá.

A febre subiu e as dores não aliviavam. Mas eu quase esquecia estas mazelas na ânsia de ligar para o Rio de Janeiro e saber como tinha sido o meu julgamento na 1ª Auditoria de Guerra. Na verdade, eu "sabia" que não tinha chance de sair inocentado. "Logicamente", não poderia haver outro desfecho. Tinha sido preso ao final de uma manifestação em junho, no Rio, e acusado de queimar uma caminhonete do Exército. Nem eu nem nenhum dos três co-réus no processo participamos da queima, mas isso não importava. O Exército tinha achado seus bodes expiatórios. No entanto, teve que nos soltar quando o Brasil estudantil explodiu em protestos e, por isso, pudemos responder ao processo em liberdade.

A minha prisão e o processo pelo Exército projetaram-me nacionalmente. Até então, eu era uma liderança que crescia na Guanabara (cidade do Rio de Janeiro, para os mais novos) por ter iniciado uma greve na Escola de Química da então Universidade do Brasil (hoje UFRJ) que durou quarenta dias com mobilização permanente dos alunos. A greve da Química foi o estopim da greve geral e da sequência de manifestações que culminaram naquela em que fui preso, a primeira em que enfrentamos a polícia em vez de correr dela. Após a minha prisão, os eventos se precipitaram, com o Massacre do Campo do Botafogo no dia seguinte, a Sexta-Feira Sangrenta no dia posterior e a passeata dos Cem Mil na quarta-feira seguinte. Tanto nas manifestações da Guanabara como nas centenas que se sucederam em todo o país, o meu nome e a minha libertação estavam no centro das palavras de ordem quando a AP dominava a mobilização e, pelo menos, em bom destaque quando eram outras as correntes mais importantes. Por causa do peso da AP no movimento estudantil nacional, eu acabei super-conhecido, ao menos no nome, aliás, difícil de pronunciar mas também difícil de esquecer, dada a sua estranheza.

Por eu ter sido o centro de tantas manifestações, ficou ainda mais difícil, para o Exército, fazer um julgamento isento, se é que jamais fizeram algum dessa forma. Na escalada do enfrentamento dos milicos da linha dura com o movimento estudantil, eu não podia ser inocentado nem que o arcanjo Gabriel viesse em pessoa testemunhar por mim. Pior, a AP lançou-me candidato para a diretoria da UNE a ser eleita no Congresso que estava abertamente anunciado para poucos dias depois do julgamento.

Tudo isto eu disse na reunião do dia anterior à minha fuga para a clandestinidade em São Paulo, na casa de um Coronel cassado, pai do Carlinhos, um dos quatro acusados a serem julgados no dia seguinte. Os três acusados lá estavam com suas famílias. O quarto, o Baianinho do Calabouço, não tinha família no Rio e não foi à reunião. O terceiro era o Pedro Lins, filho do Embaixador Álvaro Lins e meu contemporâneo de Colégio São Fernando. Evaristo de Moraes, Paulo Goldracht, Osvaldo Mendonça e Heleno Fragoso, todos advogados de renome, defenderam o nosso comparecimento à seção final do julgamento, confiando em que seríamos todos absolvidos. Formávamos uma curiosa frente única de esquerda em julgamento porque representávamos várias tendências do Movimento Estudantil, embora nossos pais não soubessem disso. Carlinhos e eu éramos da AP, Pedro era próximo da Dissidência Universitária do Partidão (PCB), vulgarmente conhecida como DI-Gb e o Baianinho era do PCBR. O Coronel era do Partidão e meus pais eram o que se poderia chamar de democratas e liberais, contrários à ditadura, mas não eram militantes. Minha mãe veio a sê-lo e das mais combativas e corajosas mas nunca ligada a partidos. A pressão para assistirmos ao julgamento era enorme e todos diziam que, se não comparecêssemos, aí sim, seríamos condenados.

Eu já tinha tomado outras providências, por cautela. Luiz Cláudio já estava me esperando embaixo do prédio do Coronel para levar-me para São Paulo e eu tinha conseguido tirar um passaporte suíço em tempo recorde com a cooperação do meu pai e do embaixador Enrico Bucher, futuro sequestrado por quem eu e outros 69 presos seríamos trocados em Janeiro de 1971. Por que tirei o passaporte? Por sugestão do meu pai, suíço, a qual eu acedi embora não pensasse em sair do país. Achei que era um bom salvo conduto em caso de *blitz* pois passaria por estrangeiro para um guarda menos atento. Já tinha usado minha carteira de reservista do Corpo de Fuzileiros Navais para sair livre de uma fria em que um carro do DOPS do Rio me parou, junto com outros dois, quando pichávamos muros no Méier. Após verificar a minha carteira, o cana falou:

- Os garotos estão com o senhor? - Assenti e ele nos liberou, talvez, por acreditar que tinha prendido agentes do CENIMAR disfarçados.

Desisti de argumentar com o grupo dos aflitos parentes e advogados e chamei papai de lado. Informei-o da decisão final de não comparecer ao julgamento, de "cair na clandestinidade" e de me dedicar à revolução até a derrubada da ditadura. Acho que fui meio grandiloquente e meu velho me olhou sem discutir, sem dúvida, perplexo com as revelações. Pedi que acalmasse a mamãe e me despedi dos dois, já meio envergonhado do tom melodramático. Não tentaram me convencer, talvez porque acreditassem que eu

seria inocentado no dia seguinte e que tudo voltaria a ser como antes. No fundo eu também queria acreditar nisso.

Assim que Celerino voltou para casa, saímos para ir a outro aparelho e eu agarrei o primeiro telefone que encontrei na rua. Evitei chamar para o telefone de minha casa, notoriamente grampeado, disquei para a casa de meu amigo Luiz Carlos e falei com sua mãe, dona Laila.

- Como foi a festa, dona Laila? - falei em um código meio óbvio.

- Não foi bem - disse ela, ignorando os códigos - Todos foram condenados a dois anos de prisão.

- Já imaginava - disse eu, embora a garganta me secasse imediatamente - Abrace todos lá em casa. - Desliguei.

- Como foi?- perguntou-me Celerino.

Tentei parecer indiferente.

- Peguei dois anos. Agora estou na clandestinidade. Vamos?

Minha aparente indiferença a uma radical mudança de vida impressionou o Celerino, mas ele não disse nada. Na verdade, eu estava em estado de choque, a ficha caindo devagar e o sentimento de ter entrado num caminho sem volta foi-se formando na minha cabeça. Fora tudo muito rápido. Em janeiro, eu era um presidente de Diretório Acadêmico, caso raro de militante independente de partidos, estudante quase formado em Engenharia Química. Oito meses depois, eu era candidato à diretoria da UNE, condenado e procurado pelo Exército e quadro em ascensão em um dos partidos mais radicais na luta contra a ditadura. Não foram opções fúteis, mas me preocupava o quanto eu tinha de dúvidas sobre as políticas da AP, para não falar dos outros partidos. Não fosse a repressão ter precipitado as minhas opções, eu, certamente, teria seguido na militância, mas os caminhos poderiam ter sido outros. Teria sido melhor ou pior? Quem sabe?

Dormi em na casa de um militante da AP da engenharia da Universidade Mackenzie, perto do Pacaembu. Fui apresentado como João Carlos, estudante de passagem por São Paulo, mas não enganamos ninguém. Os pais dele fingiram não me reconhecer, mas

minha fotografia logo apareceu nos jornais do dia seguinte anunciando minha condenação. Foram de uma solidariedade sem falhas e de um carinho sem limites. A inflamação no siso piorou, a febre me queimou por uns dias e o buraco na gengiva não fechava, doendo muito.

Luis Travassos, presidente da UNE e meu amigão, veio ver-me na manhã seguinte. Pediu-me que ficasse quieto até me recuperar e que escrevesse uma proposta de tese da chapa que a AP ia apresentar no Congresso. As teses teriam que ser aprovadas pela direção nacional estudantil da AP que ainda tinha que compor a chapa de forma definitiva. Até então circulavam os nomes do Netovich Maia, de Pernambuco; do Valdo Silva, ex-presidente da UEE de Minas Gerais e favorito da direção da AP para o cargo de presidente; Honestino Guimarães, ex-presidente da FEUB, de Brasília e um quinto que não me recordo, além do meu.

- Luis, meu velho, não vai dar certo. Não sei o que a AP pensa sobre as polêmicas do ME. Nunca li nada do partido sobre tática e estratégia, conjuntura, papel do ME na revolução, etc. - Eu era um militante atípico, pois tinha sido recrutado havia pouco tempo, pelo próprio Luis e com base em um argumento interessante. Eu já era uma liderança forte na Química e me mantinha solidamente independente das várias correntes do ME, pois os discursos teóricos que aquelas diversas linhas me apresentavam pareciam-me abstrações muito distantes da realidade.

A AP era fraca na Guanabara depois de três grandes "rachas" que levaram militantes para a DI (e depois para a VAR Palmares), para o PCBR (depois para o PC do B) e, diretamente, para o PC do B. A AP tinha apenas dois Diretórios Acadêmicos no Rio, além da Química; o da minúscula Escola de Desenho Industrial e o da supermilitante Ciências Sociais (em aliança com o PC do B) além de alguns militantes esparsos na Arquitetura, Engenharia, Direito da federal e de alguns militantes da PUC. A política que tracei na Química não foi por orientação da AP, mas saiu da minha cabeça. Luis atraiu-me para a AP com uma frase tentadora:

- Não temos ainda uma linha política amarrada, estamos em processo de construí-la. Por que você não vem ajudar neste processo?

Luis afastou minhas objeções.

- Escreva as teses a partir da sua experiência na Química. Ela é das mais ricas que eu conheço e acho que dará uma boa base para a nossa plataforma.

Meio febril e com dores que se acalmaram pouco a pouco eu escrevi as teses da AP para a nossa chapa, que eu batizei de Unidade e Luta. Para minha surpresa, elas foram aprovadas na reunião que fizemos na casa em que estava abrigado, com a participação da Comissão Nacional Estudantil (CNE) da AP, cujos integrantes eram: José Luís Guedes, ex-presidente da UNE em 1966/67, Luis Raul Machado, vice-presidente (da gestão do Luís) e meu colega de infância no colégio S. Fernando e João Bigode, ex-aluno da sociologia da PUC do Rio e ideólogo da Comissão. Participaram também José Jarbas Saraiva Cerqueira, mineiro e representante da UNE na Organização Continental Latino Americana de Estudantes (OCLAE), recém chegado de Cuba onde ficava a sede dessa entidade e o próprio Luís Travassos que não fazia parte da CNE, embora eu nunca tenha entendido por quê. Luís dizia que era porque ele não era suficientemente "ortodoxo", seja lá o que isto significava.

A CNE não discutiu as teses, o tempo era curtíssimo e ninguém tinha tempo para propor outras. Discutiram-se muito mais a composição da chapa, a presidência e a tática para ganhar o Congresso. Luís tinha dado um golpe na CNE e lançado o meu nome para a presidência em uma entrevista coletiva à imprensa dois dias depois da minha condenação, sem submeter a decisão à CNE (ou a mim). Fiquei grilado com a responsabilidade. Protestei que não tinha experiência em direção de entidades para além do diretório da Química. Na verdade a proposta era inusitada. Até então, todos os presidentes da UNE tinham feito um *cursus honorum* (carreira política nos tempos do Império Romano) começando como presidentes de diretórios acadêmicos de uma faculdade, passando para presidentes de Diretórios Centrais de uma universidade até chegar a presidentes de alguma União Estadual de Estudantes, trampolim para a presidência da UNE. Minhas objeções foram consideradas irrelevantes e, além disso, Luís tinha criado o fato consumado pois os jornais de todo o país divulgaram a minha candidatura e as bases da AP em todo o país tomaram isto como decisão partidária.

Bigode e Zé Luís defenderam uma aliança com o PC do B.

- São companheiros maoístas, do único partido reconhecido como revolucionário no Brasil pelos camaradas chineses.

A AP estava em franco processo de conversão ao maoísmo embora eu mesmo tivesse muitas dúvidas sobre esta opção.

- Vamos propor uma chapa de partidos irmãos, sem "hegemonismos". Os melhores quadros dos dois partidos comporão a chapa, independentemente de sermos muito mais fortes do que eles no ME. Não importa se ficarmos em minoria.

Finquei o pé contra a proposta.

- Vocês enlouqueceram. O PC do B pode ser o partido do proletariado, mas no ME temos tido muitas contradições. Não aceito participar da chapa sem maioria da AP e acho que devíamos atrair o PCBR para nossa frente. Podemos ficar com seis vagas, inclusive a presidência, dando duas para cada um dos outros partidos.

Luis Travassos, Luis Raul e Jarbas me apoiaram e acabamos convencendo os mais velhos. A tarefa de negociar com o PCBR ficou comigo, já que tinha excelentes relações com este partido na Guanabara. Era uma baita concessão aos outros partidos, pois a AP era muito mais forte que eles no ME, mas precisávamos de alianças se quiséssemos ganhar o congresso.

O segundo problema era garantir que os nossos delegados chegassem ao congresso. Isto não ia ser fácil.

- O Dirceu tem o controle da infra-estrutura do congresso e dependemos do pessoal dele para chegar no aparelho. Eles vão boicotar os nossos delegados - disse o Zé Luís.

Infelizmente, isto era prática corrente no ME. Eu mesmo tinha tido a minha participação boicotada no congresso do ano anterior porque a DI-Gb suspeitava de que eu fosse da AP, o que não era ainda verdade.

- Precisamos entregar pontos alternativos para os nossos delegados caso os que eles receberem da turma do Dirceu não forem cobertos - disse Bigode.

- Isto já foi providenciado - disse Zé Luis. - Todo o nosso pessoal tem instruções de rumar para o conjunto residencial da USP, caso fiquem abandonados pela infra do congresso, e procurar o quarto do Adura e da Lia (dirigentes do setor estudantil da AP de S.Paulo). Lá, pelejaremos com os organizadores para que sejam incluídos.

Havia muita ansiedade entre os "capos" da AP. O partido tinha perdido algumas eleições importantes para os DCEs das federais de Minas e Pernambuco, além do bastião do Honestino em Brasília. A UEE de S. Paulo estava rachada desde o ano anterior entre a diretoria da Catarina Meloni da AP e a do Dirceu, da DI de S. Paulo (não era a mesma organização da DI da Guanabara já que os rachas universitários do Partidão não se unificaram embora tivessem políticas bastante próximas). A própria UNE esteve perto de rachar, meses antes, ameaçando gerar duas diretorias, uma da AP com 3 diretores e o presidente e outra das DIs e do POC (Partido Operário Comunista) com 6 diretores. A AP chegou a realizar uma reunião do conselho da UNE sem a participação das outras correntes, mas recuou de um racha. O sectarismo grassava entre a AP e os outros partidos e frações e as chances de ocorrer um racha no próprio congresso eram grandes.

- Temos que impedir um racha, mesmo a custa de perdermos a eleição, disse eu para revolta de todos os outros menos o Travassos. Precisamos traçar uma tática de conciliação para desarmar a agressividade que vem crescendo contra nós e que nós mesmos temos alimentado. Nosso discurso tem que ser firme na defesa das nossas posições, mas sem provocar nem aceitar provocações.

Após muita discussão, esta proposta foi aceita até porque o desgaste dessa direção estudantil da AP era enorme. Eu estava em boa posição para fazer este tipo de política pois tinha bom diálogo com todos os partidos no Rio de Janeiro e ninguém podia me acusar nem de sectário nem de "porralouca". O desprezo de muitas das nossas lideranças em relação às lutas reivindicativas tampouco podia ser-me atribuído, pois a greve da Química tinha sido um espetacular sucesso de combinação de temas reivindicativos e políticos.

Dessa reunião, saí com o Luis para fazer campanha nas faculdades em que os delegados ainda não tinham sido escolhidos. Passei a dormir nos aparelhos que o Luis usava, entre eles, o dos Abramo. Cláudio Abramo, jornalista famoso da *Folha de S. Paulo* e Radha, sua companheira, não só me receberam em seu apartamento, em Pinheiros, como se tornaram grandes amigos meus.

Já no segundo dia de campanha, Luis levou-me até a Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia. Ao entrarmos no hall, ouvi alguém gritando de longe:

- Travassos, quem é este apedeuta que você trouxe? - O *hall* estava cheio de gente e aquilo me pareceu um escândalo. No Rio, ninguém jamais mencionava, em público, o

partido do outro e o epíteto, para mim novo e certamente depreciativo, era uma clara alusão à minha militância.

- Quem é este cana? - Rosnei enfurecido.

- Venha conhecer o teu adversário - disse o Luis rindo. Era o Dirceu.

As apresentações foram mais do que frias. Não gostei do jeito arrogante e pretensioso do Dirceu e ele, claramente, também não foi com a minha cara. Luis era colega dele na Faculdade de Direito da PUC e eram amigos apesar das contradições políticas. Dirceu tinha fama de garanhão e tivera um caso, até, com uma policial infiltrada pelo DOPS no ME paulista e que usava o nome código de "maçã dourada". Isso não chegava a ser problema para mim, a não ser pela falta de critério na escolha das parceiras. Mais inaceitável do que isso foi a disputa das eleições para a UEE de São Paulo quando usaram de métodos agressivos, inclusive, com o sequestro da Drosila, coordenadora da campanha da Catarina Meloni, da AP, que ficou em cárcere privado por quatro dias. No Rio de Janeiro, eu tinha ouvido esta história pelo Daniel, liderança da DI-Gb, insuspeito por ser aliado do Dirceu, mas escandalizado com os procedimentos que grassavam no ME de São Paulo. Catarina ganhou as eleições diretas para a UEE, mas Dirceu não aceitou os votos da Faculdade de Engenharia Industrial, conhecido reduto da AP e os declarou fraudados por terem dado maioria esmagadora para a nossa chapa. Como ele teve a maioria dos votos na capital, acabou ganhando maior reconhecimento em 1968, quando as grandes manifestações ocorreram.

Pouco antes do início do deslocamento dos participantes do congresso para Ibiúna (não sabíamos onde seria realizado o congresso, este nome só ficou conhecido mais tarde), mudei-me para o CRUSP - Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, juntando-me aos, cada vez mais numerosos, militantes e simpatizantes da AP que tiveram seus pontos furados pela organização controlada pelo Dirceu. Passava os dias discutindo as teses com os companheiros de partido e ganhando-os para a tática da "não agressão". Não foi fácil. O sectarismo de parte a parte era enorme. Para a AP de Pernambuco, era inaceitável ter o PCBR, seus inimigos mais importantes naquele estado, participando da nossa chapa.

Em uma das muitas reuniões da direção estudantil da AP no quarto do Adura, levantei um problema que me perturbava.

- Por que não está havendo repressão a este congresso? Ano passado a rodoviária estava sob controle do DOPS e qualquer um com pinta de estudante ia em cana preventivamente. As faculdades eram vigiadas 24 horas por dia. Agora, estamos elegendo delegados, abertamente, nas faculdades e circula-se por S. Paulo sem qualquer restrição. Todo mundo sabe que o quartel general da organização do congresso está aqui no CRUSP, no quarto do Lauri, da DI-SP, mas estamos como se fosse em território libertado.

- Das duas uma - disse o Adura - Ou a repressão está cedendo à nossa militância muito superior este ano, ou estão esperando para nos prender todos quando estivermos no congresso.

- Aonde a DI vai-nos levar? Ano passado éramos meros 300 congressistas e agora calculamos mais de 700. Já não foi fácil fazer um congresso clandestino ano passado (naquele a AP tinha o controle da montagem), mas onde vão conseguir esconder tanta gente? - disse Zé Luiz.

- Os riscos são enormes, disse eu. E maiores ainda para mim.

- Como assim?

- Se o congresso cair, todos acabarão soltos com um *habeas corpus*, mas eu já estou condenado e vou ficar dois anos na cadeia, disse eu. Acho que deveríamos propor à DI a realização do congresso aqui no CRUSP onde já estão alojados mais de 300 congressistas esperando o transporte para o local do congresso. Mobilizaremos as massas estudantis para ocupar o CRUSP durante o congresso e isto obrigaria a repressão a prender milhares de estudantes caso opte por impedir o congresso.

O debate esquentou com várias intervenções que se opunham a esta linha de argumentação que colocava muita confiança em um comportamento tímido da repressão. Acabamos por decidir apresentar um manifesto assinado por mim e pelo Luiz por meio do qual afirmariamos que não tínhamos compromisso com a montagem do congresso e jogando a culpa de um eventual desastre na UEE-SP. Entretanto, também decidimos que eu teria que ir ao congresso mesmo ao risco de ficar preso por dois anos.

Depois da queda do congresso de Ibiúna circulou o boato segundo o qual Dirceu fizera um acordo com o governador de S.Paulo, Abreu Sodré, de sobrenome igual ao da família da minha mãe, mas que não era parente nosso. O acordo consistiria em trazer o ME para

uma atitude menos belicosa, sem manifestações de rua, em troca de um “fechar de olhos” à realização do congresso. Isto explicaria a falta de ação da polícia paulista e do DOPS na fase preparatória. Não sei quem lançou o boato, mas o Dirceu, justiça seja feita, não se comportou de acordo. No dia seguinte à nossa reunião, estourou o conflito na Rua Maria Antônia entre estudantes da Filosofia da USP e um grupelho de provocadores de extrema direita da Universidade Mackenzie (que ficava em frente à Filô-USP), auxiliados por oficiais da aeronáutica à paisana. Secundaristas de várias partes do Brasil que estavam em S.Paulo para o congresso da UBES (realizado às claras!) e que se encontravam na Filô também participaram e um deles foi morto no confronto que provocou também um incêndio nesta faculdade. Dirceu e Travassos participaram do confronto e da manifestação que se seguiu. Eu fui impedido de participar pelo Adura, que era responsável pela minha segurança frente à AP. Discursi no restaurante do CRUSP para mobilizar os estudantes para a passeata mas tive que ficar de fora.

Fui dos primeiros congressistas a seguir para Ibiúna. Compareci ao QG do congresso e apresentei-me ao Lauri, que mais tarde seria morto pela ditadura, militando em um racha da ALN. No começo, ele exigiu provas de que eu era delegado mas, depois, mandou que me levassem de carro e não no caminhão que era o transporte de quase todos. Meu número de entrada no congresso foi o 99 e cheguei ao local na tarde da segunda-feira daquela semana fatídica.

Caía uma garoa fina, bem paulista, na hora em que desembarquei do carro. Estava em uma fazenda com uma casa pequena, que tinha uma sala não maior de 100 metros quadrados e dois quartos bem menores. Tomei um susto. Como abrigar mais de 700 estudantes naquele lugar? Havia apenas um banheiro e, ao ar livre, uma cozinha improvisada. Na encosta de uma colina próxima da casa, construíram umas arquibancadas cavadas no solo e cobertas com lona no chão e no teto. Era ali a plenária do congresso. Fazia um frio do cão e eu agradeci a lembrança do Adura que tinha me dado um cobertor do CRUSP para eu me abrigar. A área já estava toda enlameada com o pisoteio de menos de 1/7 dos congressistas. Ia ser um período duro.

O jantar foi um horror, com um macarrão grudento e um arroz ainda mais compacto, misturado com pedaços de charque. Os cozinheiros não estavam preparados para lidar com a escala destas refeições. A comida saiu com horas de atraso, já fria quando chegou a minha vez. O congresso estava previsto para começar na sexta-feira e durar três dias, ou seja, eu tinha pela frente sete dias de inferno.

A segurança do congresso estava composta de estudantes, vários deles secundaristas, armados de pistolas e espingardas de caça. Fiquei preocupado. Garotada de armas na mão seria um desastre se a repressão chegasse e eles reagissem a tiro. Discuti com um deles qual a orientação se a polícia irrompesse, mas eles disseram que havia postos de guarda no caminho, que avisariam com boa antecedência qualquer invasão e que a missão deles era conter a repressão enquanto os congressistas fugissem pelo mato. "Para onde?" perguntei, pois estávamos cercados de matas e eu não saberia como sair dali. "Teremos guias para levar todos até a rodagem" foi a resposta e eu olhei cético para o garoto que parecia brincar de guerrilheiro.

Na primeira noite, consegui dormir no salão da casa. Tiramos os sapatos para deitar em um tatame que servia de cama comum e foi um inferno para achá-los no dia seguinte, em uma pilha que, aos poucos, se formou ao longo da noite, à proporção que novos congressistas, esgotados, iam chegando. Na manhã gelada do dia seguinte, achei um laguinho afastado da casa e tomei um banho tiritante. Tinha apenas três mudas de roupa e passei a lavar as que tirava, mas era difícil secá-las. Comecei meu trabalho de candidato procurando reunir as bancadas dos vários estados na medida em que iam chegando. Como ninguém tinha nada para fazer enquanto esperávamos que todos chegassem e o congresso pudesse começar, estas discussões tiveram boa acolhida.

Distribuí o texto das teses e passei três dias defendendo aqueles pontos. Armei-me de paciência para engolir não poucas provocações, mas tinha muito boa base para me defender, pois a luta da Escola de Química era uma referência no ME. Busquei, em particular, discutir com o pessoal do PCBR do nordeste, pois sabia que seria deles a maior reação à minha proposta de aliança. Acho que fui bastante bem sucedido. Em um dos grupos de debate que se formavam à minha volta, ocorreu uma reação que me encheu de esperanças. Estava escuro porque, fora de casa, tínhamos apenas uns lampiões de querosene que iluminavam o canto da plenária onde nos encontrávamos. Um estudante com forte sotaque nordestino, membro de um grupo de recém chegados que se juntou a nós, sem saber quem éramos, acabou por me dizer, após muita argumentação. "Se esse tal de Jean Marc tivesse as suas posições, teríamos menos conflitos com vocês". "Jean Marc sou eu mesmo", disse eu. "E você, quem é?". "Sou Cândido Pinto, presidente da UEE de Pernambuco". Esse era o homem que eu precisava ganhar e, logo notei, precisava, ainda, ganhar a dirigente do PCBR no estado, conhecida por Maria, uma bela mulher e grande quadro político (não necessariamente nesta ordem). Foi o início de um longo diálogo abortado pela queda do congresso dias depois.

A tática de chegar cedo no congresso foi um sucesso, pois os “capos” dos outros partidos deixaram para chegar na última hora e fiquei com espaço livre para discutir, sem descanso, com centenas de estudantes, sempre em pequenos (e, às vezes, nem tão pequenos) grupos. Por outro lado, o fato de eu estar lá, padecendo das precariíssimas condições do aparelho, sem qualquer privilégio, também somou a meu favor. No entanto, o que mais me ajudou foi a revolta geral com as condições do congresso e a soberba da garotada da segurança que queria impor uma disciplina militar aos congressistas. Os conflitos se sucediam e a irritação crescia a cada hora, gerando uma forte reação contra o Dirceu, visto como responsável por aquela situação.

Dormir passou a ser uma necessidade quase desesperada. A casa, após a primeira noite, ficou inacessível, tal a montoeira de gente que a ocupava desde cedo, para guardar o lugar. Dormíamos sentados, já que não havia espaço para se esticar. No escuro total, qualquer um que se mexesse naquele bolo provocava ondas de movimento que sacudiam a todos. As pessoas dormiam ali por pura exaustão e o sono não descansava. Mas nem esse privilégio de dormir sob um teto eu tive na terça e quarta-feira. Uma noite, eu simplesmente não dormi, pois passei-a em reuniões com o pessoal da AP que vinha chegando ou discutindo com o pessoal do PCBR e do PCB, em separado, é claro. Com o partidão, o que queríamos era garantir que não apoiassem o Dirceu porque não queríamos e não teríamos o apoio deles. Conversei muito com o Davi Capistrano, da Medicina da UFRJ e com o Miltão, da Matemática e fiquei certo de que só apoiariam uma chapa encabeçada pelo Wladimir. Desconfiavam das ligações da DI-SP com a ALN e não queriam ver a UNE metida em estratégias guerrilheiras. As condições do congresso e os seguranças armados puseram o partidão de orelha em pé e, por isso, vetaram o apoio ao Dirceu. Isto não quer dizer que o PCB fosse uma força significativa no ME, mas esperava-se uma decisão no *fotochart* entre mim e o Dirceu e mesmo os 40 votos do partidão podiam ser decisivos.

Em outra noite, acendemos uma fogueira e passamos um bom tempo em um concurso de piadas e nos esquentamos com umas cachaças que, não sei como, foram obtidas, já que a segurança repelia qualquer demanda não ortodoxa (pedir bebida alcoólica era considerado manifestação de baixo nível ideológico, mesmo para ajudar a aguentar o frio e a umidade). Divertimo-nos à grande, sem qualquer distinção de tendência e, se me lembro bem, o Ronald Rocha (PC do B e Presidente do DA da Filô UFRJ, um dos que veio a ser vice-presidente na minha chapa) foi dos mais aclamados. Isto me surpreendeu, pois sempre vira o Ronald como um quadro ultra-sério, quase um monge, um templário marxista, sem se dar e dar aos outros um momento de *relax* e brincadeira. Dormimos sob

a lona da plenária, com a umidade da lama da colina em que ela foi armada passando através do piso também de lona. Chovia fino todo o tempo e amanhecia com forte nevoeiro. Era um ambiente de filme de terror, mas a gente se habitua a muita coisa e não lembro que estes desconfortos tenham me afetado muito. A adrenalina corria aos jorros nas minhas veias e não havia tempo para queixas. Com outros a coisa não era igual. Eu era candidato e a perspectiva de vencer mobilizava-me todos os sentidos durante todo o tempo.

Era longa a espera para comer a inacreditável gororoba produzida pela "organização" do congresso (adotamos a tática de chamar seguranças e pessoal da infra-estrutura, inclusive da cozinha, de "pessoal do Dirceu" e isto ajudou muito a queimá-lo entre os congressistas). Em uma dessas esperas, eu ia conversando com o Davizinho do partidão quando chegou um jipe descoberto e dele desceu um homem de meia idade, amulatado, careca e com uma cara forte que impunha uma autoridade natural. Os seguranças correram para recebê-lo com certa reverência e ele foi rapidamente até a casa, conferenciou com os "capos" da infra do congresso e partiu. Davi quase teve uma apoplexia e chamou o Miltão para perto.

- É o Marighella. Que quer dizer isso? Isto é um congresso da UNE ou um foco guerrilheiro? Miltão ficou quase sem fala. Bem que eu desconfiei deste local no meio do mato, desta garotada armada, este ar de acampamento guerrilheiro. Isto deve ser uma tática para lançar o primeiro foco da luta armada.

Os dois estavam mesmo bem preocupados, mas eu achei as conclusões demasiado apressadas. Não podia imaginar que qualquer grupo de resistência armada fosse lançar um foco de guerrilhas em pleno congresso da UNE. Seria provocar um massacre inútil.

Travassos chegou na manhã de quinta-feira assim como uma boa parte dos "capos". Dirceu ainda se fazia esperar e isto era bom para nós. A bronca contra ele crescia a olhos vistos, até entre seus partidários menos fanáticos. Reunimos imediatamente um grupo da AP que assumiu o comando da militância durante o congresso. Dele faziam parte o Travassos, o Zé Luiz Guedes, o João Bigode, o Luiz Raul e eu. De cara, eu propus que o Zé Luiz e o Bigode deixassem o congresso.

- Isto aqui tem tudo para cair. É muita gente passando em condições estranhas nestes fundões perdidos. Já deve ter chamado a atenção da polícia. É uma questão de tempo até ela chegar até aqui. Também não é difícil alguma infiltração entre os delegados ter

localizado esta fazenda e se mandado pois não há como controlar entradas e saídas apesar da garotada armada fazendo segurança. Vocês dois são dirigentes nacionais do partido e não podem cair aqui. Eu, Luiz Raul e Travassos temos que ficar e estou certo de que acabaremos presos.

Zé Luiz não arredou pé de ficar, mesmo depois de votarmos pela sua saída de modo que o Bigode foi o único que partiu. A ideia da aliança com o PCBR e o PC do B estava consolidada e ambos, em princípio, aceitavam dois cargos na diretoria. O PCBR estava ainda por finalizar um acordo interno para contornar as últimas resistências da região nordeste, de modo que eu fiquei de colar neles durante o congresso. Muito ia depender de como os debates iam rolar e como o desgaste provocado pelas condições do local ia afetar a candidatura do Dirceu. Para nossa sorte, o Wladimir não seria candidato por decisão da DI-Gb, que tinha outras prioridades para ele. Wladimir era uma liderança carismática mas, também, um grande quadro político que não tinha as arestas do Dirceu, além de garantir o voto do partidão a favor de uma chapa com ele na cabeça. Como se constatou muito depois, eu teria muito mais dificuldades de vencê-lo no lugar do Dirceu. Mesmo se garantíssemos o voto do PCBR, o resultado seria pau a pau.

As primeiras provas de fogo aconteceriam naquela tarde com as discussões sobre credenciamento, sempre desgastantes. Frequentemente, nos congressos, os votos não apenas decidiam sobre a representatividade de um ou outro congressista contestado, mas mostravam qual a força da corrente que o apoiava. Em Ibiúna, no entanto, este partidarismo exacerbado acabou enfraquecido pelo mero fato de que se tratava de um congresso quase que de massa. A maior parte dos congressistas não era de militantes submetidos à disciplina partidária mas, sim, de simpatizantes de uma ou outra corrente do ME, além de um número expressivo de militantes independentes. Estes vínculos mais frouxos com os partidos tornaram os debates sobre credenciamento menos um teste de força e mais uma decisão sobre a justiça de uma representação. Foi bom para nós da AP, que ganhamos quase todos os casos de credenciamento em disputa mas, por outro lado, isto não queria dizer que estes votos eram "nossos". Apenas significava que a maioria achou nossos companheiros mais representativos e decidiram credenciá-los.

A plenária começou às três da tarde e foi até onze da noite, somente debatendo credenciamentos. Foi um desgaste e tanto e os delegados do congresso estavam impacientes para questionar as condições de "infra" e de segurança, mas o regimento do encontro impunha resolver as questões de credenciais em primeiro lugar. Contudo, acabamos conseguindo o teste de forças que queríamos.

Não me lembro quem teve a ideia, penso que foi o próprio Travassos. Foi genial. Recebemos uma mensagem do Adura, que organizava a nossa retaguarda fora de Ibiúna e que só veio na "ultimíssima" hora. Ele informava que não só os nossos delegados, frequentemente, estavam tendo seus pontos abortados e ficando para traz no CRUSP, como também os delegados que nos eram contrários estavam sendo buscados em casa quando porventura faltavam aos pontos. Como nós não tínhamos força para impor a entrada dos nossos boicotados, decidimos propor que ninguém mais entrasse no congresso.

Foi uma pauleira. A segurança e a infraestrutura vieram explicar-se. Queriam justificar a manutenção da abertura das portas do congresso mas foram vaiados estrepitosamente e corridos da plenária. Travassos presidia a mesa, mas havia dois co-presidentes sentados atrás dele vigiando-o: o Arantes da DI-SP e o Soares do POC de Minas Gerais. Colocou-se em votação a proposta um, de "fechar" o congresso e a dois, de mantê-lo "aberto". Claramente era um enfrentamento entre "eles" e "nós".

- Levantem as mãos os que apóiam a proposta um - disse Travassos.

Eu, que estava no fundo mais alto da plenária, pude constatar que ganhamos por boa margem apesar da dificuldade de se checar os votos na obscuridade dos lampiões pendurados. As mãos levantadas na proposta dois confirmaram a minha impressão de vitória, mas vi que a mesa do congresso gastava tempo discutindo em vez de proclamar o resultado. Travassos voltou-se para a plenária e disse em tom bem forte:

- A mesa avaliou os votos das duas propostas mas não chegou a um acordo sobre o resultado. O Arantes e o Soares acham que foi a proposta dois e eu acho que foi a proposta um.

Foi um tumulto infernal. Esquecemos as regras de segurança que proibiam vaias ou aplausos e a plenária explodiu em protestos contra a mesa. Era evidente que a avaliação geral era que tínhamos ganho e que estávamos sendo lesados no tapetão.

Travassos esperou o tumulto serenar e levantou a mão pedindo silêncio. Era impressionante a força moral do Luiz naquele congresso. Era o único que a plenária respeitava e exigiu que ele retomasse a presidência da mesa a cada vez que o Arantes ou o Soares tentaram assumi-la em rodízio.

- Vamos votar por estado. O coordenador de cada bancada chamará a votação e contará os votos. Para não haver confusão, os estados vão votar em sucessão e não simultaneamente. Começaremos pelo Rio Grande do Sul.

Foi interminável, mas, de cara, o coordenador da bancada gaúcha, José Loguércio, da AP, cantou o resultado para a mesa anotar: "27 a 13, Arantes". Era o recado dirigido à tentativa de reverter o voto da plenária. Daí para frente, vários coordenadores fizeram o mesmo. Se bem me lembro nós só perdemos em S.Paulo e por pouco. Quando a bancada do Rio votou, coordenada pelo Carlos Wainer, o resultado arrepiou o congresso. "45 a 45", disse o Carlitos meio desapontado pois eles e nós acreditávamos que tinham ampla maioria no estado. Ocorreu que só os militantes mais duros votaram com a orientação da DI-Gb. Chegou-se a pensar que era uma cutucada na candidatura do Dirceu, mas o fato é que o Wladimir encarou o desgaste de defender de público a proposta dois e o resultado foi empate. No cômputo final, ficamos com mais de 2/3 dos votos e houve quem comemorasse como se eu já estivesse eleito.

Arantes pediu a palavra quando Travassos proclamou o resultado e, após vários minutos de apupos, ele conseguiu falar:

- Na votação eu notei que alguns observadores estavam votando e dei um desconto o que me levou a achar que a proposta dois tinha ganho e ... - Não conseguiu terminar com o coro de vaias.

A desculpa era pífia e a emenda pior do que o soneto, mas ele insistiu elevando a voz:

- Um desses observadores que votou irregularmente foi o Guedes - Zé Luiz quase teve uma apoplexia:

- Eu votei? Seu filho da puta, vou te partir a cara - Zé Luiz ficou inteiramente descontrolado e tentou descer para atracar-se com o Arantes que ria descontraído do efeito da sua provocação.

Corri para segurar o Guedes, pois a sua reação estava fazendo o que o Arantes queria, distrair todos da tentativa de golpe na votação da plenária. Não foi fácil agarrar o possesso, mas Luiz deu a reunião por encerrada e todos se dispersaram.

Começamos o congresso com boa situação muito embora isto não garantisse que nos debates sobre temas substantivos do ME teríamos a mesma votação. Mas havíamos quebrado o clima de sectarismo contra nós e revertido contra eles a má vontade dos congressistas. Não era pouco.

Eu não tinha falado na plenária por achar desgastante o debate sobre credenciamento, mas me inscrevi para a primeira fala da manhã seguinte e pretendia abrir com a discussão sobre as concepções militaristas que levaram a montar um congresso que parecia um acampamento guerrilheiro de mentirinha. Ia contrapor com a nossa proposta de um congresso aberto no CRUSP e alertar a todos sobre o imenso risco de sermos todos presos e até pior, mortos no mato sem qualquer defesa.

Fui tentar achar algo para comer na escuridão da noite chuvosa e fui abordado por um cara que eu não conhecia e que tinha uma voz rouquíssima inesquecível. Era um jornalista (o único a entrar no congresso) do *JB* do Rio de Janeiro, Eduardo Pinto, o Dudu, de quem fiquei muito amigo ao voltar do exílio onze anos depois.

- Jean Marc? Preciso falar com você, urgente! - Saímos para um lado menos movimentado e ele me mostrou um recorte de jornal. Era do *Estado de São Paulo* ou da *Folha da Tarde* e dizia apenas em uma micro nota: "O Exército iniciará, nos próximos dias, exercícios de contraguerrilha na região de Ibiúna". A data era do próprio dia.

Olhei para ele perplexo:

- Passou isto para a segurança?

- Eles estão muito seguros de que não haverá repressão - disse ele - Não levaram a sério.

Agradei a informação e procurei o Travassos. Ele conseguira um sanduíche de mortadela, não sei como, e dividiu comigo. Comi quase em êxtase embora detestasse mortadela, cardápio obrigatório de reuniões clandestinas junto com ovo cozido. Em aparelhos fechados, o efeito dos gases decorrentes era mais catastrófico que o estufa.

- Há algo de estranho nesta confiança deles nas condições de segurança, mas não há nada que possamos fazer. É melhor tentar dormir, pois amanhã será um dia decisivo - Ele não podia imaginar quão decisivo seria para ele.

Entramos no salão que fervilhava de gente e ouvi uma voz que me chamava no lusco fusco. "Jean, vem para cá que abrimos um espaço para você". Em um canto do tatame, perto da janela, estavam sentadas de costas contra a parede (uma ótima situação nas circunstâncias) a Guta, a Soninha de Direito da UFRJ e a Suzana da Psicologia, todas três militantes da DI-Gb. A solidariedade carioca foi mais forte que as divergências partidárias e, justiça seja feita, no Rio o clima sempre foi mais companheiro que em São Paulo ou Pernambuco. Eu e Travassos deitamos, esticados, algo impensável nos últimos dias e as três puseram as pernas sobre nós, protegendo-nos da pressão dos vizinhos. Não deu para ficar excitado com aquelas três companheiras quase deitadas sobre mim, o esgotamento falou mais alto e eu dormi como uma pedra.

Acordei com alguém gritando no escuro. "Travassos, Travassos, onde está você?"

Luiz tinha um sono ainda mais pesado que o meu e nem se mexeu. Sacudi-o com força e ele acordou saindo, em seguida, acompanhando um dos garotos da segurança. Voltei a dormir até que ele voltou e deu-me o troco arrancando-me dos braços (ou pernas) das meninas da DI.

Eram quase seis horas da manhã e o comando da AP já esperava completo sob a chuva miúda e interminável. Fomos conversar em um canto da plenária.

- A segurança avisou que o congresso vai cair, - disse Luiz, - mas calculam que só chegarão aqui ao meio dia.

- Como podem saber a hora? - disse Zé Luiz, intrigado. - Parece que tem alguém dando informações de dentro da polícia. A questão não é esta, mas o que devemos fazer. Eles estão propondo abrir a plenária às oito horas, avisar que há problemas de segurança mas não dizer que o congresso vai cair para não criar pânico. Para acelerar os procedimentos darão a palavra aos candidatos à presidência para exporem seus programas e passaremos logo à eleição da nova diretoria. Depois disso, a segurança retiraria os quadros mais queimados e importantes de cada corrente, num máximo de cem pessoas. Os outros ficariam e seriam presos. A nova diretoria começaria sua gestão com a luta pela libertação dos presos de Ibiúna.

- É um golpe para ganharem o congresso, - disse Zé Luiz. - Eles sentiram que perderam o controle depois da plenária de ontem e agora querem precipitar a eleição antes de o desgaste aumentar.

- A única coisa em que acredito é que este congresso vai cair, aliás, eu venho dizendo isto há muito tempo. Mas a proposta é inaceitável. Teríamos que enganar os companheiros e fugir deixando-os para serem presos. A desmoralização seria completa. Não podemos aceitar. Proponho que abramos a plenária anunciando a verdade, que o congresso vai cair e que só temos tempo de tirar uns cem. Se a plenária concordar em eleger a nova diretoria e ficar em massa para ser presa passaremos ao debate e à eleição, disse eu. Temos que discutir isto com nossos aliados, o PC do B e o PCBR.

Ficamos de acordo com esta proposta e Luiz foi encaminhá-la para a direção do congresso.

Encontrei a turma do PCBR inteira fazendo uma reunião perto do lago onde eu me banhei todos os gelados dias do congresso. Eram uns cinquenta e eu chamei o Cândido de lado e informei-o da situação, da proposta deles e da nossa alternativa.

- Isso parece um golpe do Dirceu - disse o Cândido.

- Pode ser, mas as condições de segurança são mesmo precárias e a queda do congresso é uma forte probabilidade - disse eu.

Neste momento ecoou um tiro, repercutindo nas colinas ainda envolvidas em névoa.

- E isto, Cândido, é o quê?

- Pode ser um caçador - disse ele, empalidecendo.

Seguiu-se uma rajada de metralhadora e vimos um bando de soldados fardados com capacetes azuis correndo na direção da cancela da fazenda.

- Vão matar passarinhos assim na puta que os pariu - disse eu.

Estávamos razoavelmente longe da plenária e da casa, ambas próximas da cancela. Os soldados chegaram atirando por cima das duas, mas as balas passavam perto de nós, fazendo barulho nas pedras e no mato.

- Vamos fugir - gritou Cândido, mas o grupo estava paralisado, abaixando-se para escapar dos tiros. Calculei as minhas chances. Com a notícia trazida pelo Dudu das operações anti-guerrilha do II Exército eu imaginei que estes soldados eram pára-

quedistas (não sei por que esta hipótese, acho que os capacetes azuis a inspiraram). Pensei que uma operação militar não deixaria de cercar a área e que se entrássemos na mata nos arriscávamos de sermos presos isoladamente e eu temia ser morto se fosse reconhecido. Preferi ser preso junto com os outros e me dirigi devagar para a casa, que ficava no alto de uma colina. O pessoal do PCBR me acompanhou. Encontramos no caminho um dos garotos da segurança com uma pistola na mão perguntando em desespero:

- Que é que eu faço com isso?

- Não atire de jeito nenhum. Esconda a arma para vir buscá-la mais tarde - disse eu. Ele lançou-a no lago e seguiu para a casa da fazenda.

Quando chegamos no sopé da colina, um agente a paisana surgiu no alto e ordenou: "levantem as mãos" e escorregou no lameiro deslizando até quase os nossos pés. Deu vontade de rir, mas a cara de ódio do homenzinho não dava margem para gracinhas. Ficou coberto de lama e, ainda mais bravo, distribuiu coronhadas a torto e a direito.

Na porta da casa, os que lá dormiam vinham saindo em pânico, espancados pelos soldados. Foi nesta hora que vi o meu erro. Eram soldados da Força Pública de S.Paulo, não do exército. Havia perdido a chance de correr para o mato, pois era claro que não havia cerco ao local. Fomos tangidos para a plenária onde ficamos todos sob a mira das metralhadoras dos guardinhas e proibidos de falar ou levantar. Travassos e Wladimir chegaram escoltados por outros guardas e ele sentou-se a meu lado dizendo que foram presos tentando correr para o mato. Pouco depois o Dirceu apareceu escoltado por agentes do DOPS que o reconheceram imediatamente. Travassos colocou um cobertor sobre a cabeça como se fosse para se proteger do frio e com isto escapou de ser identificado logo.

Não ouviríamos o Travassos dizer as palavras rituais que iniciavam todos os congressos do ME. "Declaro aberto o Trigésimo Congresso da União Nacional dos Estudantes". Dirceu e a DI-SP tinham-nos levado ao maior desastre da história da UNE e a vanguarda do ME sairia daí fichada pela polícia, o que facilitou muito a repressão nos anos que se seguiram. O fichário de Ibiúna foi sempre usado para reconhecimento de ativistas e muita gente teve que olhar as fotos sob porrada para reconhecer algum companheiro que seguiu em outras militâncias.

Nunca se soube o que ocorreu nos bastidores da repressão, o porquê da inércia da polícia paulista até o ataque à Ibiúna, o significado da nota do exército anunciando manobras antiguerrilha exatamente naquele local. O mistério ainda não foi desvendado.

Travassos, Dirceu e Wladimir só seriam soltos quase um ano depois, com o sequestro do embaixador americano. Eu consegui uma fuga quase miraculosa disfarçando-me e misturando-me com os estudantes do Paraná que foram mandados para Curitiba escoltados pelo DOPS de lá. As circunstâncias rocambolescas desta fuga dariam outro longo artigo e não cabem aqui. Zé Luis conseguiu fugir do ônibus que o levava junto com os estudantes de Minas Gerais. Quase todos foram libertados por força dos *habeas corpus* e pela imensa mobilização do ME em todo o país, provando que, mesmo sem as principais lideranças, aquilo era um movimento de massas e capaz de reagir aos golpes recebidos. A consigna inventada naquelas manifestações por um militante anônimo é, até hoje, uma marca da história do ME: **A UNE somos nós, nossa força e nossa voz.**

Jean Marc von der Weid, mais tarde foi eleito o trigésimo presidente da UNE.

12 - O AI-5 (13/12/1968)

12.1 | NORMAL SÓ A VITÓRIA DA MANGUEIRA

Arthur Poerner

Nas circunstâncias de um país submetido a um regime que hesitava em assumir a sua identidade ditatorial, o início de 1968 até que podia ser considerado normal. No Rio, como ocorre independentemente da conjuntura política, o ano só começaria depois do carnaval, em que a Mangueira saiu vencedora do desfile das escolas de samba do Grupo 1 - com Braguinha, o João de Barro, na comissão julgadora.

As passarelas dos desfiles mais importantes da época já emitiam, contudo, cada vez mais frequentes e assustadoras, as ameaças da chamada linha dura, mas eram ainda rosnadelas, não rugidos, mesmo porque o que restava de oposição mais combativa, o movimento estudantil, se ressentia, desde setembro de 1966, do desgaste do prolongamento da greve de um terço e da prisão de centenas de estudantes encurralados na Faculdade Nacional de Medicina, no Rio.

Um mês depois daquele carnaval em que o amigo portelense Zé Kety, além de eleito Cidadão Samba, ganhou o concurso de músicas criado pelo Museu da Imagem e do Som, foi justamente aqui no Rio que o samba nacional começou a atravessar. Em 28 de março, a PM, então sob comando do Exército, invadiu, disparando, o restaurante do Calabouço, onde estudantes, sobretudo os mais pobres, viviam em assembleia permanente pela melhoria das condições de higiene e da qualidade da comida, vendida a 50 centavos o prato (para informar sobre os estudantes, qualquer agente do SNI em início de carreira recebia 400 cruzeiros novos por mês). Um dos jovens comensais, o paraense Edson Luís, de 18 anos, órfão de pai, baixinho, dentes estragados, que viera há três meses de Belém para cursar Madureza e passava o dia no Calabouço em serviços de secretaria e limpeza, foi atingido no coração.

A indignação se generalizou no país quando o general Osvaldo Niemeyer Lisboa, superintendente da Polícia Executiva, tentou explicar os tiros: "A polícia estava inferiorizada em potência de fogo", diante dos garfos e facas da garotada faminta. O movimento estudantil, revigorado, reassumiu a liderança da resistência à ditadura, à época ainda preocupada com firulas democráticas, com a Passeata dos 100 Mil. E nos inundou de esperanças libertárias. Não só a mim, quintanista da Faculdade Nacional de Direito e redator/articulista do oposicionista *Correio da Manhã*, pois até o cético Millôr Fernandes chegou a prever que, se continuássemos naquele ritmo, acabaríamos "caindo numa democracia".

Aquele ano, inaugurado, no plano internacional, com a grande ofensiva do Tet da Frente de Libertação Nacional e do Vietnã do Norte na guerra de que participavam 545 mil soldados americanos, não estava sendo especial e diferente só no Brasil. Na França, não por comida, como no Calabouço, mas por necessidades básicas não menos ponderáveis, os universitários de Nanterre se insurgiram, em março, contra as barreiras que separavam os dormitórios masculino e feminino no campus, originando o Maio de 68. Uma revolta política, social e cultural que se estendeu aos operários e a outros países, obrigando o presidente de Gaulle a dissolver a Assembleia.

Como se vê, a rebelião da juventude em 1968, que afetou países tão pouco semelhantes como o México e a Tchecoslováquia socialista, não era só política e ideológica, contra estruturas arcaicas de governo e administração ou pela concretização de direitos humanos àquelas alturas já consagrados em tantos documentos universais. Era, também, contra o reacionarismo e a caretice que, mesmo em países do chamado primeiro mundo, como a França, ainda pretendiam ditar as normas de relacionamento entre os sexos.

No Brasil, esse movimento democrático e progressista que arejava o mundo foi brutalmente interrompido pelo Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro. Enquanto Alberto Cury lia os drásticos dispositivos em cadeia nacional, forças policial-militares invadiam o *Correio da Manhã*. Na redação, no 3º andar, fomos avisados, eu e os editoriais Franklin de Oliveira e Edmundo Moniz, de que deveríamos tentar sair pela janela, do velho prédio da Gomes Freire para um edifício vizinho da Lavradio. Quando entrei, graças a uma prancha improvisada, pela janela do apartamento de um casal desconhecido, não poderia imaginar que aquela noite de derrota ante a força das armas poderia ser vista, 40 anos depois, como prenúncio da vitória de uma boa parte das nossas ideias.

12.2 | HINO NACIONAL

Adair Reis

Naquela noite, por volta das vinte horas, estávamos no pátio da Faculdade de História e Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói. Eu, o Mário Augusto Jakobskind, o Astrogildo e sua esposa, na época a Dalvanira, e mais alguns colegas. Eu era o primeiro presidente do Diretório Acadêmico de História e Ciências Sociais.

Hávamos derrotado um grupo de esquerda tradicional da Faculdade nas eleições para a fundação do Diretório Acadêmico. Vencemos, também, na escolha do nome do DA em uma eleição direta, na qual indicamos o nome do Sargento Manoel Raimundo Soares e fizemos campanha para que fosse aceito o nome daquele Sargento morto sob tortura em agosto de 1966, que teve o seu corpo atirado no rio Jacuí, na grande Porto Alegre.

Então, chegou correndo o André, um companheiro descendente de poloneses, muito combativo e que estudava na Faculdade de Engenharia. Fazia parte do DA de sua

Faculdade e militava na AP. Apavorado, deu a notícia da prisão do presidente do DA da Engenharia, seu companheiro de organização.

Era uma noite de dezembro de 1968 e alguém do grupo sugeriu que fossemos denunciar tal detenção, em uma festa de formatura que estava ocorrendo, naquele momento, no teatro da reitoria. Partimos para lá. O pequeno grupo penetrou no auditório, ocupou o palco e passou a disputar a atenção dos convidados com a mesa ali formada para a colação de grau.

O Astrogildo logo se apossou do microfone e começou a denunciar a prisão, quando uma banda ali instalada para a festividade, coisa de milico, por ordem de não sei quem da mesa, passou a tocar o Hino Nacional. Em seguida, um grupo de quatro ou cinco senhores vestidos de ternos escuros subiram as escadas do auditório e passaram a agarrar o André forçando-o a descer a escada. Ele resistiu, agarrado ao corrimão e pés na parede. A outra parte do grupo passou a empurrar o Mário em direção à escada.

Foi quando me dei conta de que se tratava de uma formatura da Faculdade de Veterinária, curso muito usado na época por militares da Cavalaria para o uso dos diplomas em carreira militar. Ali na frente, havia uma plateia cheia de militares fardados com seus convidados também militares e seus familiares, os quais já tinham ensaiado uma vaia a nosso ato, isto antes de tocarem o Hino Nacional.

Passei a mostrar aos companheiros qual era a nossa situação. Estava na mesa junto ao reitor um militar cheio de medalhas que, mais tarde, ficamos sabendo tratar-se do general Juarez Távora, que era o paraninfo da turma de formandos. Com a plateia toda de pé em respeito ao Hino Nacional, dirigi-me aos brutamontes que agarravam o André e empurravam o Mário. Com a voz firme e alta, falei algo assim: "Respeitem o Hino Nacional".

Foi como se eu tivesse dito um código mágico, uma vez que aqueles seguranças do general colocaram-se, imediatamente, em posição de sentido e ficaram completamente imóveis. O que pensaram? Será que este cara também é militar? Tinham chegado às pressas, sem se dar conta do que estava, realmente, acontecendo. Soltos, o André e o Mário voltaram em direção ao microfone que estava nas mãos do Astrogildo que dizia que após o Hino Nacional faria o seu discurso denuncia. Neste ínterim, o reitor chamou-o até a mesa e solicitou a nossa saída do auditório. O Astrogildo respondeu que só sairia depois de completar as denúncias.

Um Hino Nacional interminável, uma espécie de trégua, um momento muito sensível. Comecei a demover os meus companheiros de diretoria do Diretório Acadêmico da intenção de continuar com o ato. De forma fria e calculada, mostrei a eles de que tipo de gente a plateia era constituída e que já haviam ensaiado uma vaia contra nós. Expliquei a eles quem eram os senhores brutamontes que eu havia imobilizado com a “força” do Hino Nacional. Tentava convencê-los de que, provavelmente, seríamos linchados após o termino do hino e que, ali, as nossas denúncias não teriam repercussão, pois era uma plateia da ditadura. Por fim, concordaram e batemos em retirada, sem esperar o fim do toque do hino.

Foi uma batalha perdida, pois mais tarde foram chegando informações de outras inúmeras prisões de lideranças em Niterói e no Rio de Janeiro. E um companheiro, o Ernani, informou-nos de mais prisões que soube por meio do noticiário de rádio. Avisou-nos que fora baixado, pela ditadura, um novo ato institucional.

Já do outro lado da baía de Guanabara, na Praça XV, eu e o Mário, levados por ele, fomos à sucursal da *Folha de São Paulo* que, na época, ficava nas proximidades. O redator e responsável mostrou-nos vários telex, oriundos de diversos estados do país, que comunicavam milhares de prisões. Falou-nos de um golpe dentro do golpe. Recomendou-nos, ainda, que não dormíssemos em nossas casas. Fui dormir em um aparelho do Francisco, o Chico, nosso colega de faculdade e filho do coronel Dagoberto, que se encontrava exilado no Uruguai.

Se não me engano, esse redator era o Dines. Anos mais tarde, após a anistia, já na década de oitenta, fui reencontrar o Mário na redação da *Folha*, trabalhando com o Dines, como jornalista.

Aquela noite fora a noite escura do AI-5.

12.3 NA FACULDADE DE ECONOMIA

Gil Vicente N. Simões

Entre 1965 e 1968, cursei Economia na UFRJ. A ditadura havia feito uma política de “arrasa quartirão” na faculdade (o que não foi privilégio da Economia). Cassaram os professores mais progressistas, exatamente aqueles melhor preparados. Adicionalmente,

a grade curricular estava muito defasada e, desta forma, existiam cadeiras, no primeiro ano, de Introdução de tudo que é matéria possível e imaginável, sem falar que em Matemática chegava-se ao limite do surrealismo, estudando-se Filosofia da Matemática. Nos anos seguintes, infelizmente, matérias (e professores) pouco melhoraram.

Se por um lado este quadro era traumatizante para quem acabara de entrar na faculdade, por outro, abria espaço para as lutas (difíceis) pela melhoria da qualidade do ensino e tornava claro, junto a chamada "massa", a responsabilidade da ditadura pelo caos reinante. Ainda, a irreverência e o espírito de auto-gozação muito nos ajudou, também, a levar o curso até o final. Neste sentido, cabe citar pelo menos dois fatos divertidos ocorridos em minha turma.

1) Quem lecionava Introdução à Economia era um péssimo professor, velho e ultra-reacionário. Suas aulas, o tempo todo, ressaltavam a importância da "revolução" ou então dissecavam sobre as forças de oferta e demanda, sempre lembrando, porém, que haveria uma força superior à oferta e demanda e a todas as outras e que seria "PAPAI DO CÉU". Não deu outra, e a figura passou a ser apelidada de "PAPAI DO CÉU".

2) A cadeira de Geografia Econômica (que nada tinha de econômica) era uma "decoreba" interminável sobre números da produção brasileira e mundial de variados produtos, ministrada por um cidadão grotesco, apelidado de "Sargentão". Um belo dia, já chegando o final do ano, com todo mundo saturado, "Sargentão" resolve lembrar que as informações passadas em classe tinham um caráter apenas introdutório. Um colega de sala, não se contentando, levanta o braço e pede a palavra. Ocorre, então, o seguinte diálogo:

Professor - Fulano, qual a sua dúvida ?

Aluno - Não professor, eu só queria saber quando vamos PARAR DE INTRODUIR E PASSAR A METER !!!

Pano rápido, risos gerais e "Sargentão" prosseguiu sua aula fingindo não haver escutado a pergunta.

Por causa do pantanoso clima reinante na Faculdade, mais do que nunca, para quem quisesse se tornar concretamente um profissional de Economia, evidentemente, não bastava assistir apenas às aulas do Curso de Graduação. Caminhos paralelos teriam que ser buscados. Desta forma, e aí me incluo, muitos de nós procurávamos consultar,

pesquisar e estudar em textos e livros fora do currículo corrente, assistir a cursos alternativos e, principalmente, debater e tirar conclusões em grupos de estudo.

Finalmente, conforme afirmei anteriormente, a crise do ensino na Faculdade abriu espaço para muitas lutas específicas, visando a mudanças. Nossa luta, entretanto, não foi em vão: no quarto ano, conseguimos, finalmente, que fosse incluída na grade curricular Economia Brasileira e que fossem chamados os professores Barros de Castro e Carlos Lessa. Estes dois professores mais a Conceição Tavares (cuja cabeça não foi cortada na caça às bruxas) conseguiram - mesmo em plena ditadura - gradualmente, elevar o nível do Curso e transformar a Faculdade de Economia da UFRJ em uma das melhores do país.

12.4 ORIGEM DE ALGUMAS DISTORÇÕES NAS LEITURAS DE 1968

Alípio Freire

Pouco depois da decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, forças da repressão invadiram o Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo - Crusp.

Nem todos os que ali moravam eram militantes e, menos ainda, engajados em organizações políticas clandestinas. Sem dúvida, porém, sua maioria esmagadora se colocava numa atitude crítica com relação ao regime, ao qual se opunham por diversos e nuançados vieses que implicavam diferentes temas e motivações e, até mesmo, "graus": para muitos (talvez a maioria), não estava em xeque apenas o regime, mas o próprio sistema.

Era também num salão do Crusp que aconteciam as grandes assembleias do movimento estudantil de São Paulo. Ou seja, o Crusp era um importante centro de efervescência, discussão e ação política. Por isto, no dia 19 de dezembro, foi invadido e saqueado por tropas formadas por efetivos tão jovens, quanto os estudantes que ali residiam. A presença massiva de jovens em ambos os lados dessa trincheira, por si só, já desqualifica uma leitura recorrente, mais ou menos explícita (dependendo do autor), dos eventos de 1968 enquanto resultado de um "choque de gerações".

Do butim recolhido, parte tinha destino certo: a exposição do "material subversivo apreendido" que o regime organizou, dias depois, no saguão dos Diários Associados, no centro de São Paulo. O material capturado foi classificado em três grandes blocos e

expostos na seguinte sequência: armas, literatura e subversão da moral e dos bons costumes.

No setor das armas, facas domésticas, canivetes e estiletes, além de meia dúzia de garruchas de bucaneiros, peças geralmente do século XIX, muito usadas, então, para a decoração de ambientes, uma vez que sua serventia para qualquer combate era nula e munição já não mais se fabricava.

No segundo setor, "farta literatura" subversiva. Na ausência de documentos clandestinos ou de obras de Marx, Engels, Lênin, Guevara, Mao, etc., tomavam seus lugares pilhas de livros, coroadas por títulos como O Vermelho e o Negro, de Sthendal, Manual de Bombas Hidráulicas, etc.

No terceiro setor, a investida dos "subversivos/as", contra "as mais sagradas tradições cristãs do nosso povo", e pela "destruição da família". Ou seja, amontoados de caixas de pílulas anticoncepcionais e preservativos.

A exposição sintetizava bem o que pensavam os senhores do regime, sua visão de mundo, e qual a ordem – para além do político *stricto sensu* – pretendiam para o país. Cada um daqueles setores representava claramente uma esfera onde pretendiam intervir prioritariamente e com maior dureza depois do AI-5.

No primeiro setor e antes de tudo, estavam representadas as organizações da chamada luta armada, que já haviam começado suas ações naquele ano, além da tentativa da guerrilha nacionalista de Caparaó (1966-1967). No segundo, o saber, o estudo, o pensamento, a crítica, a inteligência. Por fim, o terceiro dizia da conservação dos costumes, da condição da mulher na sociedade, "da tradição democrática, ocidental e cristã", etc. Não podia ser diferente: o golpe foi dado com a mobilização da Liga das Senhoras Católicas; o apoio da TFP – Tradição Família e Propriedade; da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Além dos alvos a serem destruídos, pelo material exposto e a forma como estava exposto, ficava transparente o grau de elaboração e o patamar de sofisticação de onde partiam os senhores do poder para definir e combater seus inimigos. Assim, criavam temas sem rebuços, como atribuição sua, a disputa política das armas, do pensamento e dos costumes, que passarão a tentar normatizar, transformando todos esses assuntos em temas de disputa de poder e, portanto, em questões políticas.

Ora, se é verdade que, naqueles tempos de Guerra Fria, todas as matérias tendiam rapidamente a se politizar e a assumir extremados contornos ideológicos, no Brasil, a ditadura acentuou ainda mais essa tendência, levando-a ao paroxismo e, portanto, ao estágio da morbidez: era igualmente suspeito e acusado de subversivo o/a militante político/a clandestino/a; o/a jovem de roupas "estranhas" e/ou cabeludo; ou a jovem que pregasse e/ou exercesse livremente sua sexualidade antes do casamento, etc., ainda que as consequências pudessem ser diferentes.

Por isto, não podemos falar de qualquer aspecto da vida daqueles anos no Brasil, sem tratarmos diretamente da questão da ditadura, da política, da disputa de poder. Se, numa democracia (por mais limitada que seja), costumam ser muitas as mediações e variáveis entre o comportamento cotidiano dos cidadãos e o poder de Estado, naquele contexto tais mediações e variáveis tendiam a zero. Ou seja, em nosso país, discutir qualquer dos assuntos postos em pauta por 1968, é discutir também o regime e, muitas vezes, o próprio sistema.

Um problema grave corta transversalmente as diversas representações daqueles anos, especialmente 1968. Isto está disseminado, seja em trabalhos ficcionais, acadêmicos, ou textos políticos de esquerda que acabam coincidindo com leituras e versões oficiais da direita.

Essas leituras e versões oficiais da direita têm a intenção e objetivo muito claro de desqualificar a história daquele tempo, fazendo com que aquelas manifestações/erupções não sejam apropriadas enquanto parte da saga do povo brasileiro. O problema maior é que muitos estudiosos e artistas (das várias áreas), sem perceber, acabam fazendo eco e legitimando esse tipo de construção.

O primeiro equívoco reside na questão de classe, onde se misturam diversas questões. O discurso comum nos afirma que aqueles protagonistas eram, em sua maioria esmagadora – se não na sua totalidade – jovens estudantes da classe média.

Classe média é uma expressão impressionista que, na melhor das hipóteses, pode nos falar de determinadas faixas de renda, estabelecidas arbitrariamente a partir dos objetivos (geralmente mercadológicos) e intenções do autor que dela se utilize. Afirmar que aqueles sujeitos históricos pertenciam à "classe média" nada nos diz. Exceto se tal expressão vier carregada de um juízo de valor pejorativo (estigmatizante) e/ou se for tratado como sinônimo de "pequena burguesia". Neste caso, trata-se de um equívoco

imperdoável, uma vez que esse último conceito, que tem outra matriz de pensamento, é bem preciso e nos diz de relação de propriedade, nos diz do pequeno proprietário de algum negócio que explora a mão de obra de um pequeno contingente de trabalhadores (assalariados), apropriando-se, portanto, de parte da mais valia por estes produzida. Esta não era a condição de classe da maioria esmagadora daqueles protagonistas que não, apenas, eram filhos de assalariados dos mais diversos setores e de chamados profissionais liberais.

Mais que isto, a maioria esmagadora desses protagonistas (e nos referimos aqui também, aos estudantes) trabalhavam, eram assalariados. Não perceber isto significa não conseguir perceber quem eram os protagonistas daqueles acontecimentos, suas condições de classe, suas necessidades objetivas (incluídas aqui suas subjetividades), seus anseios e propostas de mudanças.

Agora, vejamos a questão de os estudantes constituírem a maioria esmagadora dos protagonistas daquele período histórico. Dizer que alguém é estudante, não significa nada além dizer que a pessoa está matriculada em algum estabelecimento de ensino. Ou seja, por si só, não nos diz de uma condição de classe e, como já vimos, a maioria desses estudantes que se engajaram (nos mais diversos níveis) nas lutas de 1968 e anos imediatamente anteriores e seguintes vinha de famílias de assalariados, sendo que muitos deles eram igualmente assalariados.

Também é importante entendermos que, graças à política populista em curso até 1964 (seguida de lamentável capitulação no dia 31 de março), liderada pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, e coadjuvada pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB, o golpe conseguiu rapidamente destruir todas as organizações de trabalhadores – especialmente de operários e camponeses. É isto o que cria o isolamento político dos partidos e organizações de esquerda das chamadas massas e não o inverso, como costuma nos ser apresentado. Ainda que as políticas dessas organizações pudessem pecar – e efetivamente pecassem – em muitos pontos (e às vezes gravemente), não se deveu a tais organizações o “isolamento das massas”, nem elas o pretenderam, embora, enquanto conjunto, até meados dos anos 1970, não tenham conseguido elaborar estratégias e táticas capazes superar essa situação (a maioria foi destruída antes de lograr esse sucesso).

Nesse quadro pós 1964, serão o movimento estudantil e os de outros setores urbanos os primeiros a reorganizar e constituir alguma força capaz de manifestar seu repúdio ao novo regime. Esses outros âmbitos a que nos referimos, inserem-se, sobretudo, no

universo mais geral dos chamados "trabalhadores intelectuais", como jornalistas, escritores, diretores, atores e outros profissionais de teatro e cinema, escritores, músicos e compositores, alguns setores do professorado universitário, etc. Como consequência disto, as organizações políticas de cunho partidário e de ação clandestina surgidas depois do golpe crescerão, nesse momento, fundamentalmente nesses grupos, uma vez que o recrutamento de quadros e militantes se dá no interior dos movimentos e não fora deles.

Portanto, do nosso ponto de vista, o mais correto seria entendermos que esses sujeitos (que não foram os únicos, ainda que possam ter sido a maioria que ganhou visibilidade naquele momento) não eram "jovens-estudantes-da-classe-média", como pretende o cacete, mas jovens trabalhadores, cuja grande maioria ainda estudava, somados a profissionais do setor do trabalho intelectual.

Outro engano, que subjaz a muitas das representações daqueles anos, é entender o golpe de 64, enquanto um "golpe militar", e o regime que implantou, como uma "ditadura militar". Esse equívoco oblitera o conteúdo de classe de ambos, ao mesmo tempo em que se lhe confere um caráter estamental e/ou corporativo, conduz a um raciocínio binário e maniqueísta e, ainda, estabelece enquanto centro da contradição, os pólos militares X civis. Na verdade, tratou-se de um golpe da grande burguesia brasileira subsidiária do grande capital internacional (daí a importância e articulação com o governo e empresas de Washington), do latifúndio, da "direita ideológica", da grande maioria da então mais alta hierarquia da Igreja Católica (Estado do Vaticano), que tiveram como braço armado as forças armadas, cuja cúpula participou de toda a conspiração e garantiu, em seguida, o novo regime. O golpe foi dado por essas classes, contra um programa de reformas de interesse popular, das quais se beneficiariam os setores do capital nacional e a classe trabalhadora e o povo.

Com o golpe civil-militar de 1964, milhares de militares foram expulsos, cassados e/ou submetidos a Inquéritos Policiais Militares (os famigerados IPMs). Sobretudo na Marinha e no Exército. Muitos se organizaram e prosseguiram em sua militância. Eram geralmente nacionalistas, engajados nas reformas do Governo João Goulart, e outro tanto, socialistas de diferentes matizes.

A primeira manifestação de enfrentamento armado do regime foi o episódio conhecido como a Guerrilha de Caparaó (1966-1967), protagonizada fundamentalmente por nacionalistas oriundos do Exército e da Marinha.

Por outro lado, durante os anos pós-golpe e 1968, diversas organizações operárias prosseguem seus trabalhos, enquanto outras são criadas. No primeiro caso, temos, apenas, como um exemplo, a Frente Nacional do Trabalho – organizada pelos cristãos de esquerda. No segundo, temos as oposições sindicais, que se articulam por todo o Brasil, sendo mais conhecida a oposição sindical metalúrgica de São Paulo. Ou seja, a classe operária (e outros trabalhadores assalariados), depois das intervenções dos governos pós-golpe, também se reorganizava.

E é nesse movimento que eclodem, em 1968, ocupando brevemente a cena, mas marcando uma virada na concepção de sindicalismo, as greves de Osasco e Contagem, imediatamente sufocadas pelo regime. Essas greves também produzirão importantes quadros para as organizações políticas clandestinas.

12.5 CLANDESTINIDADE NA ILHA DE SANTA CATARINA

Derlei Catarina de Luca

13 de dezembro de 1968 foi minha primeira noite na clandestinidade. Estávamos no DCE – Diretório Central de Estudantes, na Rua Álvaro de Carvalho. No rádio ligado, começa a leitura do Ato Institucional nº 5. A voz grave do locutor lê, na íntegra, cada item. Começamos a recolher algumas coisas, queimamos material, panfletos, jornais, estênceis picados e rodados.

- É golpe...

- É...

Ninguém comenta muito e passa a trabalhar mais rápido, catando febrilmente material que pudesse comprometer. O Ato era esperado. Só não sabíamos o dia nem a hora. Esperávamos para depois do Natal, que a tradição cristã imperasse e a ditadura permitisse um Natal sem repressão nem golpe. Mera ilusão. A direita não respeitava mais as datas cristãs.

Saimos em direção à Rua Conselheiro Mafra. Efetivos do Exército, vindos do Estreito, já tinham atravessado a ponte Hercílio Luz e desceram dos jipes. Demos meia-volta, rápido, para avisar que ninguém ficasse no DCE. Alcançamos a Rua Tenente Silveira.

Éramos um pequeno grupo. Os dirigentes do Movimento Estudantil dos anos 67 e 68 na UFSC. Valmir Martins, estudante de odontologia; Etny Amaro Lorenzi Filho, Economia; Paulo Joaquim Alves, Medicina; Roberto Maciel Cascaes, secundarista; Rosemeire Cardoso, Serviço Social; Heitor Bitencourt Filho, Medicina; Wladimir Salomão Amarante, Direito. Vários outros: Luis Alves a quem chamávamos de Lula, Caveira, Rômulo Coutinho, Sérgio Bonzon e Jane, considerados "área próxima". Roberto Motta começara a liderar um grupo separado do nosso e, por casualidade, não estava no DCE.

Havíamos planejado deslocar-nos a diferentes áreas, em caso de golpe, mas não havia nenhum lugar "amarrado" exatamente para aquela noite. Valmir, Heitorzinho e eu passamos, rapidamente, em casa, em uma esquina da Rua Hercílio Luz, onde morávamos - quatro universitárias. Começamos a destruir papel. Peguei meus diários: - cadernos e cadernos. Começo a queimá-los. Valmir Martins se impacientou:

- Mas, essa criatura ainda escreve diário?

Limitei-me a rir. Parece mentira, naquela agitação toda de 68, ainda tinha tempo para escrever diário e poesia. Não perdi a mania até hoje, apesar dos desencontros da vida. Queimei tudo e, decididamente, queimei, naquele momento, parte de mim mesma. Ato que se tornaria uma prática habitual com o decorrer dos anos. Mas eu ainda não sabia disso.

A casa somente tinha uma entrada. Célia Boaventura, minha amiga do peito, estudante de Pedagogia da UFSC, estava na janela, vigiando a rua. Se não viesse a repressão, poderiam vir os bombeiros, por causa da fumaça. O nervosismo aumentava.

Apesar das prisões anteriores não terem tido maiores consequências, adivinhamos que, desta vez, seria pra valer. Não haveria *habeas corpus*. Não sabíamos exatamente como seria. Éramos idealistas como todos os jovens de 20 anos. Acreditávamos na bondade humana. As torturas pareciam longínquas. Só possíveis no Vietnã e Nicarágua.

Em 1967, fizéramos a Campanha de Solidariedade com o Povo Vietnamita. Distribuímos centenas de jornais, cadernos, panfletos sobre a luta heróica daquele povo. Havia poucos dias, quando do início das conversações de Paz em Paris, nossa capital amanhecera pichada com a palavra de ordem: VIETNÃ VENCERÁ NA LUTA. Fora uma pichação formidável, com 52 participantes sem nenhuma prisão. Para o número de habitantes da nossa ilha, foi uma participação consideravelmente alta, pois não se tratava de nenhuma

luta específica em favor de causas locais ou que envolvesse problemas daqui. Francisco Mastella, advogado, militante da Ação Popular, havia providenciado *habeas corpus* para vários militantes. Mas o AI-5 acabava com esse instituto.

Nem poderíamos, depois do AI-5, portanto, impetrar ação na Justiça com esse objetivo.

Artigo nº 10 - Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional e a economia popular.

O exército vem vindo e as meninas enfrentarão a barra, pensei. Célia mobilizou o vizinho do lado, seu amigo e ficou queimando o resto dos documentos, enquanto saltamos, Valmir e eu, pela janela do meu quarto que dava para outra rua, onde Heitorzinho nos esperava com um carro. Dei um último adeus a Célia. Enquanto saltava, escutei Vito, o amigo de Célia, conversando e, lentamente, abrindo o portão do corredor para os soldados.

Como não tínhamos, naquela hora, uma chave disponível, fomos, Valmir, Heitorzinho e eu, para a praia de Canasvieiras. Heitor nos deixou lá e voltou ao centro para acertar detalhes sobre a segurança e esperar alguns contatos que deveriam chegar de São Paulo ou Paraná. Valmir, com pena de me deixar sozinha, ficou em Canasvieiras. Teve dificuldade depois para explicar a Ely, sua esposa, onde passara a noite. Ely era uma pessoa muito boa, mas ciumenta. Irritava-se porque Valmir não lhe explicava quem éramos e o que fazíamos. Andávamos sempre juntos, fazíamos reunião, usávamos sua casa, desaparecíamos para reuniões e seminários. E ninguém lhe esclarecia nada. Era para a segurança dela, mas ela acreditava?

Passamos a noite na praia, deitados na areia. Era de madrugada e fazia frio. Sentimos falta do café. Aquela não era uma noite como as outras, quando vínhamos com o grupo do Paraíso da Estudante Universitária para pescar e fazer caldo de camarão. Os rapazes traziam arpão, as meninas preparavam os temperos. Salette dirigia a comida. Loli namorava Tavo, fazendo redinha de cordão com as mãos. Alguns tocavam violão, outros cantavam. Getúlio, namorado da Salette, cuidava de tudo. Era o único não estudante do grupo.

Olhei para o céu... o silêncio. Fui aprendendo a ouvir o silêncio e ficar calada. Fui adquirindo autocontrole. No fundo, tudo parecia um filme.

Tínhamos orientações, mais ou menos precisas, da direção regional de Ação Popular desde o dia 7 de dezembro. Eu deveria passar, imediatamente, à clandestinidade se ocorresse o esperado endurecimento da ditadura. Caso contrário, frequentaria a Universidade até março de 69, quando seria, então, substituída por outros companheiros no Movimento Estudantil. Começava a política dos deslocamentos. Para mim, tinham outros planos e, por isso, a prisão do dia 5 de dezembro preocupava a todos.

Naquele dia o General Presidente da República, Artur da Costa e Silva visitara Florianópolis e dirigiu-se ao Teatro Álvaro de Carvalho, na praça Pereira Oliveira. Uma manifestação de repúdio à sua presença se realizaria ali.

Na noite anterior à visita, foram presos, além de mim; Heitor Bitencourt Filho, Mario Guedes Júnior, Paulo Joaquim Alves e três secundaristas do Instituto Estadual de Educação: Roberto Maciel Cascaes, Rômulo Coutinho de Azevedo e Sérgio Bonzon. Os presos foram conduzidos à Delegacia de Polícia de Biguaçu e interrogados pelo Diretor de Furtos e Roubos da SSI. As famílias e os advogados procuraram os estudantes no DOPS e não encontraram. Nem o DOPS, nem a SSI assumiram aquela prisão. A Polícia Federal estava estruturada em Santa Catarina, mas sua atuação era aceita de má vontade pela polícia estadual. O SNI limitava-se a fazer relatórios sobre nossas atividades.

Logo depois, na casa de minha mãe, comentei a possibilidade de deixar a Universidade. Não sabia bem quando. Por esses dias ou semanas. Ia para outros lados. Ela olhava meio arrevesado e não dera muita bola. Estávamos na cozinha e só seu olhar me intimidava.

Eu enfrentava o governo militar e não tinha coragem de desafiar minha mãe. Era o caos.

Com o Ato nº 5, ficamos na praia alguns dias, até a realização do Congressinho da UNE e assim cumprir o acordo feito no Presídio Tiradentes, dia 12 de outubro de 1968, em São Paulo, após a queda do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna. Cada estado realizaria o seu. Era preciso eleger a diretoria da UNE, gestão 69, e definir as teses a serem defendidas no Movimento Estudantil. Dia 18 de dezembro, realizamos o nosso em Canasvieiras, na mesma casa onde eu estava dormindo, cuja chave fora obtida por Heitorzinho.

Rafael di Falco veio de São Paulo para levar os resultados. Quase todos os delegados estaduais estavam presentes: Heitor Bitencourt, Paulo Alves, Valmir Martins, Rosemere Cardoso, Etny, Munir, Roberto Mota, Wladimir Amarante e outros.

Em Ibiúna, naquele 12 de outubro, todos os detidos foram levados ao Presídio Tiradentes. Dos quinze delegados eleitos para o XXX Congresso da UNE, quatorze eram estudantes da UFSC:

Celso Pereira dos Santos, Derlei Catarina de Luca, Edson Adrião Andrino de Oliveira, Etny Amaro Lorenzi Filho, Francisco Canola Teixeira, Gerônimo Wanderley Machado, Gilda Laus, Markian Getúlio Kalinoski, Munir Chamone, Paulo Joaquim Alves, Roberto João Motta, Rosemaire Cardoso, Sebastião Hulse, Valmir Martins e Wladimir Salomão Amarante

Foi a maior prisão coletiva de que se teve notícia no Brasil. Mais de 700 jovens universitários detidos. A região de Ibiúna foi cercada durante três dias e, cedinho, soldados armados invadiram o local onde nos encontrávamos. Implantaram um clima de terror com tiros, rajadas de metralhadoras, empurrões, ameaças e gritos. Caminhamos quilômetros, na lama, com as bagagens molhadas e cobertores arrastando no chão. Parecia cenário de guerra, na chuva.

Todas as organizações de esquerda participaram e ajudaram na realização daqueles "congressinhos" nos estados, apesar da decretação do Ato 5. Em Canasvieiras as teses do Partidão tiveram maioria, contra os votos de Valmir, Paulo, Etny e meus. Os militantes da AP eram mais ativos e fomos, inquestionavelmente, os dirigentes do movimento estudantil em Florianópolis no ano de 68, mas os militantes do Partidão eram mais treinados em articulação dos bastidores.

Estava definitivamente acabado para mim o período de estudante. Partia para outra vida. No dia seguinte, fui para o interior da Ilha, na casa de um agricultor, cujo filho era da Polícia Militar de Santa Catarina e simpatizante da AP. O pai não entendia muito dessa moça chamada Maria, trazida para casa pelo filho. Também não fazia perguntas. À noite, ele chegava fardado. Dava notícias da cidade. Certa vez, contou da invasão feita na casa de Hercílio Luz e da prisão de "Bode" no DCE.

"Bode" era o apelido do secundarista Sérgio Grando, que participava de todas as atividades estudantis. Apesar das recomendações, ficara dormindo no DCE.

O pessoal passou a andar meio recolhido, aguardando. Muita gente viajou aproveitando as férias. A direção avisou para esperar.

24 de dezembro, véspera de Natal. Edésio Passos, advogado de Curitiba, veio buscar-me. Atrás, no Volkswagen que se afasta, vou olhando minha ilha, despedindo-me de cada pessoa, cada rua, cada casa, cada amigo.

Não sabia quanto tempo levaria para voltar.

12.6 | MEU PAI BENJAMIN

Velso Ribas

Sei que muitos de nós enfrentaram, além da repressão, seus próprios pais. Tais relatos, sempre me deixaram acabrunhado, ao mesmo tempo em que faziam brotar em minha memória sentimentos de gratidão por minha família que sempre esteve ao meu lado com amor e coragem.

Meu pai nasceu na Galícia, Espanha, em 1910 e chegou ao Brasil com 5 anos. Meu avô Daniel, emigrou trazendo toda sua jovem família. Ele era escultor e estucador. Passou a vida deslocando-se, indo para onde havia trabalho; da Bahia para Minas e depois para o Rio. Era um anarcocomunista e anticlerical, embora ganhasse a vida construindo igrejas e mantendo encrencas doutrinárias com os padres.

Meu avô exultou com o triunfo da revolução russa e pôs o nome de Lenine em seu filho mais novo. Esse, por sua vez, deu-lhe o primeiro neto e o velho patriarca sapecou-lhe o nome de Wladimir Lenine. Meu pobre primo penou por causa desse nome.

Chegando ao Rio, meu avô foi morar no bairro da Saúde e foi ali que meu pai cresceu. Tornou-se um exímio serralheiro e desde jovem trabalhava assim: na mão esquerda, uma tenaz com a qual agarrava a barra incandescente na forja e, na mão direita, um martelo que, depois de muitos golpes, curvava o ferro em ornatos espiralados perfeitos. Isso lhe deu destreza, força e uma musculatura atarracada.

O bairro da Saúde era um caldeirão de cultura. Ali, viviam, lado a lado, negros das docas, artesãos espanhóis, portugueses e italianos. Ali se formaram grupamentos comunistas, anarquistas, times de futebol, de remo, de boxe e de capoeira. Blocos de carnaval. Meu pai frequentou tudo isso e, aos domingos, punha seu terno de linho branco e ia para as gafieiras sambar. Adorava dançar e me passou esse gosto.

Conheceu minha mãe vestido assim, todo de branco. Ela, por sua vez, nesse dia, trajava seu melhor vestido preto. Encontraram-se num bonde quando ele pagou-lhe a passagem, pretexto que meses depois, resultou em casório. Meu pai foi da base do Partido Comunista e, com sua turma de boxeadores e capoeiristas, tornou-se uma espécie de guarda-costas de Prestes em seus comícios. Do jeito que contava essas histórias, ficou-me a certeza de que ele tinha muito orgulho em exercitar seus punhos, socando os azarados camisas-verdes que ousaram perturbar tais reuniões.

Conheceu Olga Benário. Levava comida para ela na prisão e saiu do partido por sua causa, quando Prestes apoiou Getúlio, o homem que, através da polícia especial, torturou tantos de seus camaradas e, ainda, enviou a brava mulher para os campos de extermínio nazistas. Nenhum argumento do partido mudou a opinião de meu pai que admirava Olga a ponto de considerá-la superior ao próprio "Cavalheiro da Esperança".

Em 1968, eu fui preso em uma manifestação e levado ao DOPS. O AI-5 já estava em vigor e o que me esperava era a Lei de Segurança Nacional. Por precaução, não carregava nenhum documento, apenas uma carteira de uma desconhecida sociedade de meditação transcendental, na qual não constava minha data de nascimento. Assim, antes de ser trancafiado, jurei que era menor de idade, chorei, esperneeiei, disse mil vezes que era inocente, que meu negócio era meditar e que simplesmente estava no lugar errado na hora errada. Nada disso convenceu os agentes.

Minha casa em Jacarepaguá, na época, não tinha telefone e, então, o Delegado mandou, por rádio, uma mensagem para que uma rádio patrulha fosse até minha casa intimar meus pais a virem imediatamente ter com ele, prestar depoimento.

A joaninha da polícia acordou meus pais com o recado e eles chegaram ao DOPS por volta de uma hora da manhã. Fui levado, então, da cela para a sala do delegado onde todos me esperavam. Minha mãe, em lágrimas, abriu sua bolsa e pegou um maço de documentos, com minha carteira de trabalho, identidade e tudo mais, no intuito de provar que eu era um estudante-trabalhador, direito e inocente. Consegui milagrosamente, com gestos, evitar que minha mãe mostrasse tais documentos. Eles estragariam meu álibi simplório: o de ser menor de idade. Minha pobre mãe ficou mais nervosa ainda, mas meu pai compreendeu, imediatamente, a situação.

O Delegado, ladeado pelos dois esbirros que me prenderam, começou uma raivosa falação dirigida principalmente ao meu pai. Dizia:

- Seu filho é um subversivo! Está metido com esses comunistas filhos da puta, fazendo agitação contra o governo. Vai passar muitos anos na cadeia por isso. Foi pego em flagrante e reagiu à prisão.

- Que pai é o senhor que não sabe o que seu filho anda fazendo por aí? O senhor não tem vergonha? Esses comunistas querem derrubar o governo. Aproveitam-se desses jovens para promover agitação e transformar o Brasil numa Rússia. Querem fazer revolução. O senhor não sabe disso? Está pensando que eu acredito nessa historinha de que seu filho é menor? Pois saiba que eu sei que isso é mentira. Vou indiciá-lo. Ele vai ser fichado e vai ficar na cadeia...

Meu receio nessa hora era o de que meu pai explodisse com seus diretos demolidores para cima do delegado ao estilo Joe Louis, seu grande ídolo do boxe. Esse era seu modo de responder a coisas assim. Entretanto, ele tudo ouviu em silêncio, com insuspeitado ar de respeito e concordância. Logo que o delegado fez uma pausa em seu discurso enfurecido, meu pai se aproximou de mim e, repentinamente, deu-me um tapa de mão aberta que me lançou a uns três metros dali, por sobre mesas e cadeiras. Minha mãe soltou um grito de pavor e correu para socorrer-me. Eu, caído no chão, somente sentia o calor da pancada no rosto.

O delegado passou do espanto a uma satisfação jubilosa. Afastou-se da mesa, relaxou sua espinha no encosto da cadeira, enfiou os dedos polegares entre a barriga e o cinto e balançou a cabeça para cima e para baixo, aprovando. Depois, conferiu na cara dos dois esbirros, o efeito causado. Eles estavam boquiabertos. Houve um silêncio apenas perturbado pelas falas amorosas de minha mãe que me aflagava no chão:

- Meu filhinho, meu amor, tadinho...

Aí, então, o delegado levantou-se da cadeira e foi até meu pai. Entregou-lhe a carteirinha de meditador transcendental. Deu-lhe um aperto de mão e disse:

- Sim senhor! Gostei de ver! Leve seu filho para casa! Tenho certeza de que o senhor vai dar um jeito no garoto e que ele nunca mais vai se meter com esses comunistas.

Acho que meu pai não disse nada. Só me lembro que logo depois estávamos descendo até o térreo naquele elevador gradeado, com porta pantográfica que lá está até hoje. Tomamos a Rua Gomes Freire em direção à Central do Brasil. Os três - minha mãe, eu e

meu pai. Caminhamos um bom tempo enquanto meu pai verificava se não estávamos sendo seguidos e se aquilo era realmente verdade. Era. Meu pai, então, me perguntou, num tom de voz arrependido:

– Está doendo muito?

Paramos, ficamos abraçados, choramos e enfim, rimos.

A única vez que meu pai Benjamin me bateu foi para me salvar.

Nota da Organizadora: Nosso querido companheiro Velso Ribas fez a grande viagem no dia 24 de setembro de 2008.

13 - Opções de Luta e Militância

13.1 | JAMAIS CATUQUE A ONÇA COM VARA CURTA

João Batista de Andrade

No finalzinho da década de 60, as organizações revolucionárias tinham decidido partir para a luta armada. Duas grandes correntes de opinião se formaram: Luta Armada e Luta de Massas, LA e LM. A rigor, ambas as correntes eram a favor da luta armada, inclusive o grupo da LM. Mas, o outro conjunto de posições, LA, previa a deflagração imediata da luta armada.

Essa posição, da LA, tinha forte influência do francês Régis Debray, o intelectual que viera para a América do Sul, a fim de estudar *in loco* as iniciativas armadas dos guerrilheiros, especialmente de *El Che*. O tempo foi-lhe curto. *El Che* logo foi assassinado. No ano de 1968, Debray tinha lançado *A Revolução Dentro da Revolução*. Nesta obra, teorizou sobre a experiência cubana, onde ocorrera uma revolução fora das previsões dos grandes teóricos socialistas. Então, surgiu a teoria do foco guerrilheiro.

Um grupo reduzido se instala no campo. Ataca os destacamentos oficiais. Evolui para uma formação militar maior, até se tornar um exército, com força para enfrentar o exército oficial, não só pela emboscada, a surpresa, mas também em batalhas tradicionais, como exército regular.

Brotar vários Vietnãs, como apregoava *El Che* e a OLAS, Organização Latino Americana de Solidariedade, incentivada por Fidel Castro... essa era a estratégia.

O pessoal da luta de massas defendia a necessidade de fazer com que as massas se erguessem e partissem para o confronto, inclusive armado. As greves insurrecionais de Osasco, São Paulo, com José Ibrahim e de Contagem, Minas Gerais, com João Paulo, estavam a indicar o caminho. Os operários de uma fábrica ou duas sublevavam os companheiros da empresa, saíam às ruas, rebelavam os operários de outras fábricas. Antes que a repressão pudesse sufocar totalmente o movimento, já teriam sacudido a cidade, o estado, o país. Osasco e Contagem eram dois ensaios bem sucedidos para mostrar que a estratégia poderia dar certo.

Mas, os afobados - a favor da imediata deflagração da luta armada, não pela classe trabalhadora e sim por pequenos grupos - partiram para o confronto. Deu no que deu. Isto é, no fracasso, na prisão, na tortura, na eliminação de muitos companheiros de escol... e no recrudescimento da ditadura.

Como escapei dessa?

Bem, eu era a favor da luta de massas, radical ou moderada, pacífica ou armada. Tinha lido a severa crítica que Lênin fizera ao seu irmão, que tentara matar o czar. Para ele, era preciso observar as condições subjetivas, isto é, a opinião da classe operária, por exemplo. Já era uma classe para si, ou continuava uma classe em si? O sindicalismo já propunha o ataque ao sistema feudal-capitalista russo ou se mantinha no limite das reivindicações trabalhistas?

E como estavam as condições objetivas? Isto é, as condições de trabalho continuam muito adversas? A carestia cresceu demais? Por aí... Mais: o revolucionário não deveria tomar o lugar do povo, como faziam os rebeldes da Vontade Popular... vontade ... eles eram puro voluntarismo...

Esse voluntarismo deitou raízes também no Brasil. Basta lembrar a canção do Vandré: "quem sabe faz a hora, não espera acontecer". *Carajos!* Até a onça espera a hora de o veado beber água para lhe pular nas costas. Aliás, passada a ditadura, o Gabeira, candidato a governador do Rio de Janeiro veio com a fatídica frase: "é só querer". Que é isso companheiro? Conselho de livrinho de auto-ajuda?

Nossos "narodiniques" (aportuguesei mesmo) ignoravam o que fosse a realidade material e política da classe operária. Classe operária? Ela é importante, sim, mas a guerrilha seria rural, como na China. E onde está o campesinato? Na Serra do Caparaó, segundo os brizolistas, onde passam os vaqueiros da transumância, se me permitem a comparação com a Serra da Canastra. Lá não deu certo.

Vamos para a Amazônia, com o PC do B, atrás dos conflitos de terra que proliferam por lá. A campanha de cerco e aniquilamento destruiu a experiência. Afora o Osvaldão, atleta do Flamengo, que foi para o sul do Pará e virou padrinho de uma porção de crianças (onde ficou o materialismo, o ateísmo?... comunista brasileiro mistura tudo!) ninguém estava inserido no contexto – criamos uma bela expressão! – caiu todo mundo, antes de ser deflagrada a luta armada.

E nós, da DI, Dissidência do Partido Comunista? Eu nunca fui stalinista, já entrei pela dissidência, antes era mero simpatizante. Eu era, e ainda sou morador de Niterói. Aliás, Wladimir chegou no aeroporto, na volta do exílio, e gritou: "Niterói!" Os jornalistas pensaram que ele queria ir para Niterói e eu era o taxista. Expliquei que apenas, gritou por mim... Viu-me por trás da multidãozinha que se formou para recebê-lo no saguão do aeroporto. Só o Pipico me chamava assim. Os demais companheiros já me tinham batizado de JB. JB do CACO, apelido que eu gosto de lembrar até hoje.

Glória Márcia, uma moça fina, estudiosa, a quem pedimos para redigir um esboço de reforma do currículo de Direito, só por isso, foi presa e torturada na Aeronáutica ou Marinha, CISA ou CENIMAR. Quando saiu do inferno, voltou à Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, atual UFRJ. Contou-me que insistiram muito com ela para dizer qual era o meu nome. E ela disse que não sabia. Só me conhecia por JB.

Milicada incompetente, sô! Tinha-me filmado no restaurante, nas esquinas do centro da cidade, fazendo comícios relâmpagos... e não foram capazes de pegar o meu nome com o Hélio Charuto, diretor, ou com o Hélio Pançudo, zelador. Faça-me o favor! Incomodar aquela memória prodigiosa da Glória só por isso...

Depois que a capital foi para Brasília, o Rio de Janeiro tinha virado Estado da Guanabara, uma cidade-estado, ou uma capital, sem estado. Isto foi uma jogada do PSD, convencido de que o antigo Distrito Federal seria ganho nas urnas pela UDN do Carlos Lacerda, ou pelo PTB do Leonel Brizola... que ficassem ambos limitados, então, à antiga capital. Afinal, Juscelino não iria abandonar Amaral Peixoto à sanha do inimigo, ou à radicalização dos aliados. E o Estado do Rio de Janeiro, continuou como a Velha Província.

A dissidência do partido Comunista do Estado do Rio de Janeiro, a DI-RJ, a primeira a romper com o partidão, mandou gente para o Estado do Paraná. Acho que foi a primeira organização a tentar instalar o tal foco guerrilheiro. Tinha bastante camponês por lá! E sabiam ler aqueles gringos. Um dos companheiros, originário de São Gonçalo, terra de líderes sindicais e comunistas, foi para lá e se misturou logo com o povão. Branquelo, conquistou muita moça trigueira. Já o Trigueiro, nada trigueiro, não fez o mesmo sucesso. Era muito moreno.

O mais velho era técnico naval, o Fiat, nome de guerra do Milton Gaia Leite, filho de lusitanos da Ponta d'Areia, do Portugal Pequeno, assíduo nos bailezinhos da Banda Portuguesa, tanto como nas assembleias do poderoso Sindicato dos Operários Navais, onde havia um fabuloso auditório, recém-construído, do tamanho dos seus quadros, grandioso. O Fiat era muito dedicado e corajoso, mas um pouco desligado. Numa dessas bobeadas o flagraram passando armas do Paraguai para o Brasil. Tomou muita porrada. Caiu quase todo mundo. Os jornais davam em manchete que os rebeldes de um tal de MR-8 estavam sendo caçados pela polícia e pelas forças armadas. Papéis davam conta de que um tal de MR-8 intentava criar um foco guerrilheiro no sul do Brasil. MR-8, a organização revolucionária mais nova e radical, mal começou a existir e já era famosa. MR-8: Movimento Revolucionário 8 de Outubro de 1968, data do assassinato do Che. O preço da fama foi caro: a sua demolição, a eliminação e a prisão dos seus componentes.

E como se formaria a consciência revolucionária no meio das massas? Ah... por osmose! O foco guerrilheiro iria acender a chama da revolução nos corações e nas mentes do povo. Assim mesmo – do nada, como diz a garotada hoje (será que acreditam em geração espontânea?... ora, vão estudar!).

Mas, assim é a História. Ela engana os mais afoitos. Quando Danton proclamou "Audácia, audácia, audácia!" não conhecia a teoria marxista, óbvio, pois ela só iria surgir mais de meio século depois. Mas, tinha o dom de perceber o momento certo para fazer as coisas... tinha *feeling*, como dizem os ianques hoje. Contra o terror branco só o terror vermelho. Contra o exército branco, só o exército vermelho.

O problema da intelectualidade brasileira é este: é colonizada. Também usa calçado para a neve, em pleno clima tropical. Primeiro a esquerda tentou copiar a Revolução Russa. Em 1917/1918, greves insurrecionais abalaram o Brasil, por toda a parte onde houvesse indústria, portanto, classe operária. Depois, tentou copiar a Revolução Chinesa e também não deu certo. Estava na vez de copiar a Revolução Cubana. Assim foi feito... contrariando Marx, opondo-se a Lênin. Até Fidel Castro e Che Guevara, que fizeram uma revolução originalíssima, entraram nessa, mais como forma de dar apoio ao Vietnã heroico do que como qualquer outra coisa.

O que fazer? Fizeram. De qualquer jeito. No voluntarismo. Sem ler *O Que Fazer*, do Lênin; ou simplesmente ignorando o que tinham lido. Aliás, como veremos, *El Che* também caiu nessa esparrela. Quis fazer na Bolívia, como Fidel fez em Cuba. Esqueceu-se de que Fidel já era famoso em Cuba. Elegeu-se deputado, defendendo os habitantes da Havana Velha, contra a decisão de derrubar o casario antigo da capital. Escrevia nos jornais, falava no rádio, promovia atos. Ele já era o cara, como diz o Romário, quando liderou o Assalto ao Quartel Moncada. Ficou famoso internacionalmente. Já tinha ganho o coração e a mente do povo cubano, quando desembarcou do *El Gramma*, e atravessou aquele manguezal, debaixo de bombardeio aéreo.

Domitila Chungara, em *Se Me Dejan Hablar*, conta que os mineiros bolivianos pensaram que o grupo do Che era da CIA, porque depois que começaram a circular pela Bolívia, a repressão se abateu pesadamente na área de mineração. Até a tradicional rádio da COB, Confederação Operária Boliviana, foi fechada.

Praticaram os nossos revolucionários atos de extremado voluntarismo. Começaram por assaltar bancos, a fim de comprar armas. Tudo bem, os fins justificavam os meios. Depois, assaltaram a casa da amante do Ademar de Barros, de onde, aliás, retiraram um cofre que era um tesouro. A repressão se abateu de imediato. Começou a prender, a torturar, a matar. A resposta dos revolucionários foi sequestrar diplomatas para trocar pelos presos políticos.

Silvio Da-Rin fez um belo e conciso filme, *Hércules 56*, que era o tipo de avião que transportou os rebeldes trocados pelo embaixador americano. No filme, um dos depoentes declara em alto e bom som: "Foi um equívoco triunfal!" As tevês foram obrigadas a ler um manifesto que proclamava o início de uma revolução e convocava o povo a apoiá-la. Ora, o povo é oportunista, no sentido de que tem a percepção para distinguir o que é uma fanfarronada e o que é um movimento com alguma probabilidade de dar certo. No segundo caso, o povo pode vir a participar. Mas, se perceber que não há consistência, o povo não adere à causa.

Já são muitos os heróis mortos, no cotidiano da luta pela vida, da violência dos capitalistas, da brutalidade da polícia. O povo não quer heróis. Quer líderes que saibam definir a tática e a estratégia da libertação revolucionária. Se aparecer gente assim, é capaz de o povo seguir. Caso contrário, o povo vai ignorar os apelos dos revolucionários.

Quero dizer que o povo não está disposto a morrer à toa. Nosso teórico e prático maior escreveu que os trabalhadores, expropriados até das ferramentas, não tinham mais nada a perder. Mas, a realidade é outra. É como a história exemplar daquela senhora que dizia não ter nada. Quando o temporal levou a sua modestíssima casa, ela chorou: "perdi tudo que tinha". Tudo é muito pouco, para alguns. Mas o pouco é tudo, para quase todos. Basta lembrar que a vida é o bem mais precioso. Não pode ser posta em risco, sem a perspectiva de um resultado positivo na luta política. Nós atropelamos também essa realidade, o estado da opinião do povo, dos subempregados, dos biscateiros, do lumpemproletariado. E da opinião do proletariado, já tão reduzido pela automação das fábricas.

Lembro-me de que fui destacado para atuar nas portas das fábricas. Para achar uma fábrica era uma dificuldade. E para convencer um operário a passar da simpatia para a ação política era mais difícil ainda. Ninguém queria arriscar o emprego com garantias trabalhistas e cair na incerteza ainda maior de viver da mão para a boca, como vivem os que não têm emprego certo, de carteira assinada.

O povo ignorou o apelo do MR-8 pela tevê. E olha que foi no horário nobre. E quem era o MR-8 àquela altura do campeonato? Meia dúzia de minúsculos grupos rebeldes que usaram o nome assumido pela DI-RJ, no Paraná. O nome ficou famoso porque a organização caiu.

Desde que, na DI-GB (Dissidência do Partido Comunista da Guanabara), a posição da luta de massas foi superada pela posição da luta armada, isto é, desde que o foquismo venceu

o marxismo-leninismo, eu me retirei da organização. Não adiantou muito porque foi um tal de perseguido me procurar para se abrigar, para arrumar trabalho... Abri um cursinho preparatório para as provas do Artigo 91 e Artigo 99, da Lei de Diretrizes e Bases, do Darci Ribeiro (a primeira; a atual também é dele, quer dizer, preponderantemente dele)... por sinal, muito boa.

Levei para o Curso Sig alguns dos nossos melhores combatentes, inclusive o Lulu Capote, o Luiz Sergio Ventura, companheiro da Graça Lago. O cara se revelou o melhor professor de análise sintática da cidade. O cara era um encanto. Depois que fechei o cursinho, foi trabalhar com o Antonio Houaiss. A repressão não o pegou, mas a cirrose hepática o tirou do nosso convívio muito cedo. Não é sem motivo que, para mim, o álcool é um inimigo social pior do que o cigarro. Sem a cachaça, os africanos não suportariam os grilhões, desde a travessia do oceano. Lênin dizia que era preciso salvar os operários das batinas dos padres ortodoxos e das garrafas de vodka...

Bem, no convívio com o Mario Lago, me convenci de que a nossa estratégia estava errada. Aquele símbolo da intelectualidade comunista estava traduzindo do francês um opúsculo sobre a revolução no Vietnã. E nos dizia sempre: o Brasil não é o Vietnã! Aquele país já enfrentou várias invasões, de japoneses, de chineses, de franceses... e as venceu todas. Cuba também enfrentou vários exércitos estrangeiros, espanhóis, norte-americanos. Nesses países, a revolução não nasceu do nada. Não há geração espontânea na natureza, nem na sociedade. O foco é criação de um intelectual francês sem nenhuma correspondência na realidade, pois, não se pode reduzir o motor da revolução cubana àquela turma de rebeldes nas montanhas; não se pode deixar de lado a História de Cuba, a trajetória do próprio Fidel Castro.

Não ignorei as suas ponderações. Comecei a confidenciar com alguns companheiros que não estava convencido da justeza do foquismo. Tomei coragem e disse em uma reunião que, como ensinava a minha avó, uma sábia baiana, da terra do cacau.

- Não se catuca a onça com vara curta. Você seguiu as pegadas da bichana, aperreou-a (vem de perro, cachorro, em castelhano) numa gruta. Precisa que saia para alvejá-la. Só com uma vara comprida, senão ela vai dar o bote para fora e pegar você. Use uma vara bem comprida ou morrerá.

Nós não tínhamos nem mobilizado o povo para acuar o governo e já queríamos derrubá-lo. Com uma vara curta! Resultado: acharam ótima a fábula, mas... quem era a minha avó, para se contrapor ao sociólogo francês Regis Debray? Cabeça de colono é foda!

De repente, não tinha quem guardasse cem exemplares do livro do Che, *A Guerra de Guerrilhas*. O tarefeiro logo se apresentou para a missão. Entretanto, o meu tio italiano foi ver o que estava embaixo da cama da minha prima. Retirou do pacote um exemplar. Mostrou-me e disse para eu levar imediatamente aquele material que poderia comprometê-lo, ele, um italiano, que sequer era naturalizado, e não podia nem votar, quanto mais se meter em rebeliões.

Providenciei a remoção dos livros. O que foi retirado comecei a ler na viagem. Estava lá, logo no início. "O povo está para o guerrilheiro como o mar está para o peixe". Levei o livrinho para a reunião da DI-RJ e mostrei a frase de Mao Tse Tung. E falei: "bem, agora não é mais a minha avó contra Debray. É o líder da maior revolução de todos os tempos contra um sociólogo francês que nunca fez nem um atozinho de protesto na faculdade".

Pedi um novo debate sobre a estratégia da organização. Disseram que era questão superada e não podiam voltar, retroceder. Saí da reunião decidido a me desligar em definitivo. Contei o que aconteceu ao pai da minha namorada, um melancia – verde por fora e vermelho por dentro –, médico queridíssimo, cujo nome é hoje o nome de um dos maiores centros de saúde de Niterói, ex-secretário de saúde do governo Badger Silveira, cassado, por quem eu tinha o maior apreço.

O Dr. Carlos Antonio da Silva, grande orador, apesar de meio gago, foi peremptório: ou você larga o foquismo ou larga a minha filha. Foi fatal. Larguei o foquismo. Mas continuei vivo e na luta. Abri nova trincheira nas salas de aula, lançando sementes de rebelião com muito tato. Quando veio a redemocratização, lá fui eu para o sindicato dos professores. Os cursinhos de pré-vestibular me deram um pé na bunda. E a minha mulher também. O pai tinha morrido e não houve quem a convencesse do contrário.

Tinha lido a Kolontai e tinha ouvido o Vinicius de Moraes: "que seja eterno enquanto dure posto que é chama". Precisamos manter sempre acesa a chama do amor, nem que seja com uma nova companheira. E a chama da revolução... esta só com a práxis é possível manter acesa.

Aliás, há uma comunidade interessante no Orkut (Karl Marx: teoria e práxis). Trás uma foto de Marx quando era jovem. Com aquele cérebro, não precisava ser tão bonito.

Jesus Cristo dissera que todos são iguais perante todos. Foi o primeiro e o maior revolucionário. Marx disse que todos são iguais perante todos. Está certo... no sentido de que devem ter iguais oportunidades.

Vou parar por aqui. E não se esqueçam da Dona Santinha Andrade, a minha avó paterna.

Fui!

Nota da organizadora: O companheiro João Batista de Andrade, JB do CACO ou JB Nit, fez a grande viagem no dia 10 de dezembro de 2008.

13.2 | TEMPOS DE OPÇÃO

Gil Vicente N. Simões

Como participei do movimento estudantil entre 1965 e 1968 – militei na maior parte deste período no PCBR – pude vivenciar situações históricas como a invasão da Faculdade de Medicina, a morte de Edson Luís e as Passeatas dos Cem Mil e dos Cinquenta Mil, entre outros momentos históricos do Movimento Estudantil. Proponho, entretanto, que outros companheiros apresentem suas experiências nestes fatos.

Terminei a graduação em 68 e, infelizmente, não houve qualquer tipo de solenidade tradicional. A turma havia tirado como homenageados especiais Che Guevara e Dom Hélder Câmara e a repressão certamente ficou furiosa.

Mais importante, porém, é que eu me situava em um impasse. Aos poucos, o PCBR passava da "semilegalidade" para a "ilegalidade". Em futuro muito próximo, a organização deveria partir para a ação armada e isto me apavorava. Ainda pensava no Vietnã, como exemplo de revolução popular, em sua geografia e na mobilização da população vietnamita contra o invasor imperialista. No Brasil, via um quadro totalmente diferente,

sem opção de uma empreitada revolucionária vitoriosa. Minha cabeça estava totalmente confusa, pois apesar de todos os temores, críticas e dúvidas, havia em mim o desejo de uma mudança radical no país.

Estávamos em 1969. Cada vez eu vacilava mais e o partido, naturalmente, me pressionava para continuar minha militância e intensificar minha participação. Fiquei alguns meses neste impasse até que, finalmente, consegui me desligar de forma definitiva. O desligamento foi extremamente sofrido porque existe verdadeira simbiose entre ação político-partidária e a convivência com os companheiros de militância com os quais se está junto quase o tempo todo.

Enfim, o desligamento representou também, o afastamento de meus melhores amigos e um período de solidão que, com o tempo, tive que superar.

13.3 | O BAILE DO ESQUELETO

Aluizio Palmar

1967. O pessoal do MNR cai na serra de Caparaó. Em Cuba, acontece a Conferência da OLAS, que pregava a revolução continental, da qual Marighela participa à revelia do Comitê Central do PCB. Os Estados Unidos bombardeiam sem dó nem piedade o Vietnã enquanto em seu território surgia o Partido Panteras Negras, no bojo da luta pelos direitos civis.

Em Niterói, nós já éramos "dissidência". Havíamos rompido com o Partidão. A etapa da revolução era socialista e o método de luta uma combinação entre ações armadas e luta de massas.

Decidimos, então, montar uma gráfica clandestina para rodar nossos panfletos e um jornal. Entretanto, faltava a grana para comprar a impressora, guilhotina e demais itens. Com a cobertura da União Fluminense de Estudantes, resolvemos fazer um baile pré-carnavalesco para levantar os recursos necessários. O local já estava definido seria no velho e bom Sindicato dos Operários Navais, no Barreto. Milton Gaia Leite, o Fiat e o

Nielse Fernandes garantiram o salão. Eles eram operários navais e faziam parte do comando da DI/RJ.

O baile transcorria normal até que, de repente, soldados da PM e agentes do DOPS baixaram na área. Um pouco antes da invasão, o pessoal da UFF havia panfletado o local com uma paródia da marchinha *Máscara Negra*, de Zé Kéti. A banda tocou e a estudantada a plenos pulmões cantou:

- Quantos tiras! Oh! Quantos gorilas! Mais de mil milicos em ação. Estudantes desfilando pelas ruas da cidade, gritando por liberdade.

No meio de toda a confusão de camburões e estudantes presos, o Nielse que estava na portaria passou a arrecadação para que o Fiat me entregasse. Eu o esperava de terno e gravata debaixo da marquise do Cine Central. Naquele tempo, só se entrava no Central de terno e gravata. Peguei a sacola com a grana e dei no pé. Fui parar no dia seguinte na cidade de Campos, onde a base local do Partidão já tinha uma impressora para vender à vista.

Desmontamos aquela coisa imensa e levamos para Niterói. Mas nosso plano acabou não dando certo. Aquele monte de partes da impressora esparramadas parecia um depósito de ferro velho. A gente não conseguiu montar a baita e o sonho da imprensa revolucionária foi abandonado.

Era hora de partir para o foco guerrilheiro.

13.4 | NOSSA POLÍTICA EXTERNA

Chizuo Osava, vulgo Mario Japa

Aquela praça me atraía, numa Argel que me parecia sombria, com seus edifícios pesados, becos, ladeiras íngremes e transeuntes mal humorados pela fome do Ramadã, o mês sagrado do islamismo em que se jejua até o pôr-do-sol. Solitário, falando um francês precário, apenas o aprendido no ginásio e científico (últimos quatro anos do fundamental e ensino médio de antigamente), repentinamente improvisado como uma espécie de

embaixador da VPR, sentia certa hostilidade naquele clima, naquela cultura totalmente distinta, carrancuda. Não me lembro de ter ouvido nenhuma risada nos três meses que passei ali, em fins de 1969, a não ser dos brasileiros que passei a encontrar semanas depois da chegada.

Naquela praça eu respirava e tive a melhor aula sobre a Argélia, cuja luta pela independência, conseguida só em 1962, alguns de nós considerávamos uma referência de revolução, por meio dos escritos de Franz Fanon e outros textos sobre as guerras de libertação africana e as teorias guerrilheiras.

O senhor que cuidava da praça, misto de guarda e jardineiro, mancava de uma perna e mal movimentava um dos braços. Contou-me ter sobrevivido a mais de trinta tiros em diversas batalhas. Os ferimentos se espalhavam pelo corpo. Era um *ancien moudjahidin*, um combatente da guerra de independência (1954-1962) em que morreram entre 250.000 e 1,5 milhão de argelinos, segundo os variados chutes estatísticos. Uma carnificina em qualquer dos casos.

Soube, então, que havia lá um ministério dedicado a prestar assistência aos ex-combatentes, boa parte "recompensada" com subempregos como o do meu interlocutor. Foi minha segunda decepção com a tal "revolução" argelina. Sobreviventes daquela luta tão sangrenta eram apenas um problema social, ou previdenciário, excluídos da militância que decidia os destinos da nação. Tão diferente, achava eu, de Cuba onde todos os guerrilheiros, mesmo camponeses analfabetos, viraram dirigentes importantes da revolução, estudando e militando ativamente. Isso resolvia, na minha cabeça, o dilema sobre o caráter da revolução que faríamos no Brasil, se socialista ou de libertação nacional.

A primeira decepção ocorreu logo ao pisar solo argelino e ser retido por cerca de uma hora no aeroporto, enquanto autoridades decidiam se eu podia entrar no país com um livro sobre o começo da guerrilha contra a colonização francesa em 1954. Era pura ignorância minha: nem me passou pela cabeça que a versão de um jornalista francês, Yves Courrière, irritaria os anfitriões. As feridas eram recentes, a guerra tinha terminado havia sete anos. Deixaram-me passar com o livro, mas ficou o cheiro de opressão, horrível para quem vinha da clandestinidade e da tensão brasileira.

A terceira desilusão foi conhecer, bem mais tarde, as mortais divisões da Frente de Libertação Nacional, que levaram heróis da independência, inclusive fundadores do

movimento, como Ben Bella, a serem presos, assassinados ou desterrados, numa briga pelo poder, sem que estivessem em jogo, na minha percepção, ideais, que nos moviam naquela época, de um socialismo etéreo. Depois havia o problema das mulheres e das etnias marginalizadas, mas ainda era incipiente minha preocupação com a igualdade de gênero e quase nulo meu conhecimento sobre os grupos étnicos da Argélia. O reconhecimento da diversidade como valor e princípio vital só viria muito mais tarde, no meu caso, fruto do trabalho jornalístico, não da militância revolucionária que operava no sentido contrário, o da visão homogeneizante.

NOVOS AMIGOS

Mas a Argélia foi também de aprendizado, de abertura de horizontes, de amizades com revolucionários de varias nacionalidades. Lá conheci alguns militantes do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), da resistência portuguesa à ditadura salazarista. A amizade com os angolanos, especialmente o bem humorado Juquinha, é que nos levou a Angola em 1976, eu, Lia (Maria do Carmo), sua mãe Angelina e o Juarez com três anos e meio.

Juquinha é como chamávamos o Julio de Almeida, que se tornou famoso como o Comandante Juju, porta-voz das forças armadas do MPLA que tomaram Luanda pouco antes da independência em 11 de novembro de 1975 e passaram os anos seguintes tentando assumir o controle do território nacional. Miúdo, branco, barbudo, sempre com uma piada ou comentário jocoso, angustiava-se em Argel à espera de condições para juntar-se à guerrilha no Leste de Angola. Depois que deixei a Argélia, no início de 1970, só vim a ter notícias dele em 1975, já como Comandante em Luanda, mas procedente do Leste Europeu. Após a independência voltou à vida civil de engenheiro mecânico, foi vice-ministro dos transportes e diretor das estatais de aviação e de petróleo, além de deputado, até que se desiludiu dos rumos políticos do país. O seu desencanto foi exorcizado no seu romance *Vaicomdeus S.A.R.L.*, não por acaso o nome de uma funerária.

Em Argel convivi mais ainda com os exilados brasileiros que se agrupavam em torno de Miguel Arraes, derrubado e preso pelos militares em 1964, quando governava Pernambuco, e exilado na Argélia de 1965 a 1979. As longas conversas com Arraes foram um diálogo de surdos como ele próprio definia. Na nossa petulância de jovens revolucionários, rejeitávamos os "velhos" políticos, mesmo os de esquerda, que desqualificávamos como

reformistas, incapazes de resistir ao golpe, de armar o povo. Mas aprendi muito com Arraes. Pela primeira vez conversava com alguém que, sem os nossos chavões marxistas, conhecia as forças sociais, como elas se movem, os efeitos políticos de cada gesto, as conexões entre política e economia, entre política e cultura. Ele me contou muito de quando foi prefeito de Recife, nos três anos anteriores à sua eleição para governador de Pernambuco em fins de 1962. Foi o período mais criativo, em que a mobilização social e a valorização da cultura popular fez de Pernambuco, de Recife em particular, o berço de movimentos que sacudiram o Brasil na época. Ali, nasceram o método de alfabetização Paulo Freire, os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE) que revolucionaram o teatro brasileiro e, um pouco antes, a luta pela reforma agrária, das Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião.

Arraes, que voltei a encontrar já novamente eleito governador de Pernambuco nos anos 80, sempre recordava a reação do seu caçula Pedro, ainda criança em Argel, quando lhe fui apresentado como "um brasileiro". "Estão querendo me enganar", protestou, recordando que poucos dias atrás haviam tentado convencê-lo de que um negro era "brasileiro" e que "agora me dizem que o brasileiro é um japonês".

O grupo do Arraes compreendia o ex-padre Almeri Bezerra de Mello que, seis anos mais tarde, fui reencontrar também em Angola, como representante do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o Manuel Grota que me hospedou algumas semanas e os mineiros irmãos Mourthé. Almeri, que visitei em Olinda há alguns anos, estava escrevendo suas memórias do exílio, principalmente em Argel.

Havia também muitos exilados portugueses na Argélia. Mantinham uma emissora de rádio, *A Voz da Liberdade*, dirigida a Portugal. Até hoje a portuguesa Ana Filgueiras me cobra, de brincadeira, uma mala de pele de carneiro do seu tio, com livros do seu avô. Eu teria saído de Argel, no início de 1970, com essa mala a ser entregue na Alemanha. É o que recorda a Ana, porque tudo isso sumiu da minha memória. A hipótese mais benigna é que o esquecimento seja fruto da clandestinidade que nos estimulava a ser seletivos na memorização e esquecer fatos que não tivessem utilidade posterior. Outra é que a tortura tenha apagado certos neurônios, porque tenho muitas lacunas como essa na memória.

Ali pude ver pela primeira vez o filme *A batalha de Argel*, realizado pelo italiano Gillo Pontecorvo em 1965, sobre a guerrilha urbana contra os franceses. Poucos meses depois, sofri na pele boa parte das brutalidades mostradas no filme. Soube assim que a ditadura

no Brasil usou os mesmos métodos de repressão e tortura, desenvolvidos pelos franceses na Argélia e abertamente justificados por um general que comandou as tropas coloniais.

VÍNCULOS EXTERNOS

Afinal, o que fui fazer na Argélia em 1969? Digamos que minha tarefa era estabelecer relações com a Frente de Libertação Nacional, em busca de apoios. Ficou logo evidente que não havia como a FLN, no poder desde a independência até hoje, apoiar formal e concretamente grupos insurgentes no Brasil. Havia relações diplomáticas normais entre os dois países. Mas a Argélia, um país progressista, solidário com as lutas anticoloniais e populares, poderia acolher e ajudar militantes, numa espécie de apoio passivo. Daí a presença, no país, dos movimentos de libertação das colônias africanas, da resistência portuguesa e dos exilados brasileiros.

Por isso, também, a VPR escolheu a Argélia para enviar os 40 presos políticos libertados em troca do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, sequestrado no Rio de Janeiro em junho de 1970. A maioria ficou ali dois ou três meses e se mandou para Cuba, onde se podia contar com um apoio mais ativo, como treinamento, formação profissional e condições para seguir como revolucionários profissionais.

As organizações armadas que agitaram o Brasil durante uns cinco anos a partir de 1968 não estavam internacionalmente tão isoladas como dentro do próprio país. Nossa "política externa" era mais ampla, menos dogmática, atuava num vasto campo anti-imperialista e em alguns casos antiditatorial. Alguns grupos tinham representantes permanentes em alguns países.

Estávamos inseridos num vasto movimento que tinha o Vietnã como símbolo e exemplo de resistência ao império que invadia países, fomentava ditaduras e sugava riquezas. Ao Vietnã foram enviados uns 2,3 milhões de soldados americanos entre 1961 e 1974. No auge da guerra, estavam lá mais de meio milhão, mas não evitaram a derrota política. Naquela guerra morreram mais de três milhões de vietnamitas e uns cinquenta mil americanos.

Além de Cuba, nós contávamos com redes internacionais de apoio, de indivíduos ou grupos organizados, das mais diversas nacionalidades. Brasileiros exilados de 1964, dispersos por muitos países, representavam uma referência, informações e contatos. Sua presença significava solidariedade inclusive de governos que não considerávamos de

esquerda. O México, por exemplo, acolheu muitos exilados brasileiros, entre eles, Francisco Julião. Mesmo muito dependentes dos Estados Unidos, os mexicanos tinham uma retórica radicalmente antiimperialista e recordavam suas rebeliões camponesas. Para lá foram os quinze libertados pelo sequestro do embaixador americano, Charles Elbrick, e os cinco do cônsul japonês em São Paulo, Nobuo Okuchi, respectivamente, em setembro de 1969 e março de 1970. Na segunda leva estava eu.

O quarto sequestro, em janeiro de 1971, levou setenta companheiros ao Chile que, desde 1964, havia sido um refúgio para muitos brasileiros perseguidos pela ditadura. Com o governo de Salvador Allende (1970-73), milhares de cidadãos brasileiros e outros tantos de países vizinhos ali se juntaram na esperança de um socialismo por via eleitoral, ainda que, escaldados, a maioria dos revolucionários exilados previsse o golpe militar.

Uma bem sucedida ação "diplomática", que reuniu gente de diferentes tendências, não só dos grupos armados, nem só de brasileiros, foi a Frente Brasileira de Informação, que difundiu pela Europa boletins com denúncias de torturas, de arbitrariedades e outros fatos da ditadura. Arraes foi uma espécie de orientador da iniciativa que mobilizou muitos jovens brasileiros que estudavam no exterior. Informações sobre o Brasil entraram nas mais diferentes redes de ativistas europeus, desde partidários da guerrilha até defensores de direitos humanos, universidades, partidos e organizações sociais. "Campeão de torturas" tornou-se outro epíteto do Brasil, tricampeão de futebol na Copa de 1970.

Essas andanças pelo mundo, que envolviam cada vez mais exilados e mais continentes, à medida que se sucediam os golpes na América do Sul, estabeleceram uma teia de relações e aprendizados que ajudaram a formar uma geração de brasileiros menos provincianos, com uma visão mais complexa da política e do desenvolvimento. Alguns perseguiram a revolução em processos populares como os do Chile, Portugal e África. Realidades cruas puseram em cheque o voluntarismo revolucionário, as crenças simplificadoras. Muitos conheceram na prática o Estado do bem-estar social europeu e moderaram suas convicções, aderiram à social democracia ou renderam-se à qualidade de vida dos países nórdicos, ali permanecendo mesmo após a anistia de 1979, que foi restrita mas permitiu o regresso dos exilados ao Brasil.

Foi um ano rico em experiências para mim na luta contra a ditadura militar que cada vez mais adotava medidas repressivas contra todos que eram contrários ao regime de terror, principalmente no então Estado da Guanabara, o estado mais politizado da Federação. 1968.

Em 1968, fui admitido na UNSP (União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil). Dificilmente conseguia emprego por causa da interferência do DOPS (Departamento de Ordem Pública e Social). Até quando trabalhava como vendedor da Bemoreira (empresa de eletrodomésticos em Niterói), fui demitido depois de algumas semanas em consequência de um telefonema do DOPS.

Graças à minha admissão na UNSP, em 1968, tive a oportunidade de, ao mesmo tempo em que garantia a sobrevivência, participar ativamente na luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas, uma vez que a entidade passara a ocupar a vanguarda do Movimento Sindical, depois de sofrer um grande revés por causa do golpe militar de 1964.

Após ganhar a confiança do Presidente da UNSP, Edmilson Jorge de Oliveira, passei de correspondente a assessor da diretoria, tornando-me, inclusive, responsável pelo jornal da entidade.

A primeira manifestação de Primeiro de Maio (Dia do Trabalhador), em 1968, quatro anos depois do golpe militar, foi organizada pela UNSP, juntamente com a UNE, UME e outros diretórios acadêmicos das faculdades e universidades da cidade do Rio de Janeiro. O Vladimir Palmeira foi um dos oradores no comício realizado no Campo de São Cristóvão. Houve repressão, mas a resistência dos estudantes e trabalhadores era forte.

Participaram do comício cerca de cinco mil pessoas. Naturalmente, muito mais gente queria participar das comemorações do Dia do Trabalhador, mas logo após o início do Ato Público, as forças policiais do governo cercaram o Campo de São Cristóvão impedindo que muitos estudantes e trabalhadores se aproximassem do palanque. Além disso, a

ditadura militar promoveu uma partida de futebol, no estádio do Maracanã, entre Vasco e Flamengo e passou a distribuir ingressos gratuitos em São Cristóvão e em vários bairros da cidade do Rio de Janeiro.

Por ocasião do assassinato do estudante Edson Luiz, a UNSP chegou a lançar um manifesto, também publicado como matéria paga na chamada "grande imprensa", cujo texto foi escrito por mim, mas, é claro, com a aprovação da Diretoria, que era muito boa, onde se destacavam figuras como Maria Conceição Perrele e Evaristo do Nascimento, além do Edmilson e outros. Maria Conceição e Edmilson eram membros do Partido Comunista Brasileiro.

A UNSP sempre atuou, naquela época, junto com o Sindicato dos Professores, liderado pelos professores José Cândido e Afonso Saldanha e, ainda, com o Sindicato de Entidades Culturais, que era presidido por Heloneida Studart. Tínhamos bons contatos com jornalistas sérios e de confiança, especialmente, o Félix Ataíde, que, naquele período conturbado da realidade brasileira, trabalhava no jornal *O País*.

Outro fato marcante na história recente de nosso país, durante a luta pela derrubada do regime militar, foi a Passeata dos Cem Mil, da qual participei como representante da UNSP, como assessor do Presidente. Nessa passeata, que sacudiu a cidade do Rio de Janeiro, participaram milhares de ferroviários, marítimos e portuários, categorias profissionais, que tiveram suas respectivas entidades severamente reprimidas e mantidas sob intervenção pelo governo militar fascista. Esses trabalhadores, que integraram o PUA (Pacto de Unidade e Ação), foram levados para se associarem à UNSP pelo ex-deputado federal e líder ferroviário Demisthóclides Baptista, o Batistinha.

Na UNSP, em 1968, foi elaborado o primeiro número do Jornal do PCBR, liderado por Apolônio de Carvalho e Mário Alves, onde, na primeira página, apareciam as figuras de Fidel Castro, Mao Tsé-Tung e Ho Chi Min.

Quando cursava minha Residência Médica em Clínica Médica no Serviço do Professor Lopes Pontes, no Hospital São Francisco de Assis, participava quase sempre dos encontros semanais de Psicossomática com os mestres Julio Mello Filho e Amaury Queiroz de Carvalho. Ali, a pessoa do doente era compreendida pela equipe multiprofissional: médico, assistente, residente, acadêmico, enfermeira, assistente social e nutricionista, à época. Julio, ao estudar a vida de um paciente, no que chamamos de história da pessoa, proferiu uma frase mui interessante: "Assim como as patologias se atraem, o amor atrai o amor".

Digo isto, pois falar de 1968 sem falar de Hélio é como querer resolver um quebra-cabeças escondendo uma peça chave. Hélio conseguia equilibrar duas matérias aparentemente opostas, a Política e a Psicanálise. Poder-se-ia dizer que a Psicanálise é a arte do impossível e a política é a arte do possível. Assim, como os amores que se atraem, 1968 é um momento sol, Hélio, de fervilhar e transbordar em direção ao novo, rompendo amarras de *status quo*.

Eu o conheci falando na Passeata dos Cem Mil, após o assassinato do estudante Edson Luís. Não tinha grande estatura, mas sua voz era vibrante, sua fala a todos alcançava, hiperbólica, exagerada. Falava, muita vez, como se estivesse a falar em comícios. Ele integrou a comissão que viajou a Brasília para negociar algumas liberdades com o então presidente do AI-5, o general Costa e Silva. Hélio representava os intelectuais, Franklin Martins, os estudantes (era presidente do DCE-UFRJ) e o, então padre, João Batista Ferreira, a Igreja.

Anos depois, em 1976, quando organizamos o Movimento da Renovação Médica, transcendendo a ideia de que depois de inserido no mercado o cidadão não mais lutaria, levamos o Professor Rodolpho Rocco ao Sindicato dos Médicos. Fato importantíssimo, pois foi o primeiro Sindicato reconquistado no país, antes das greves do ABC em São Paulo. Hélio nos apoiou, patrocinou reunião com mais de vinte psicanalistas em sua casa e promoveu nosso movimento, que culminou com a eleição de Rocco. Derrotou Damian,

que perdurara, após intervenção no período ditatorial, mantendo o Sindicato aberto, despolitizado, com se clube fora, sorteando carros da marca Volkswagen.

Em 1980 quando retornei de uma experiência em Medicina Comunitária no Vale do Jequitinhonha, por dois longos anos, morei na Rua Faro, próximo ao Hospital da Lagoa, onde atuava. Formavam-se as primeiras associações de moradores de bairro, e a AMA-Jardim Botânico teve em Pelegrino, senão seu presidente, seu presidente de honra, lutando contra o corte de uma bela figueira, pretendido por construtora que se expandia no bairro.

Ainda em 1980, ele volta a participar do movimento de oposição sindical, o REME-MAIS, onde ativistas do primeiro movimento pugnavam contra o controle partidário que o PCB impunha na direção do sindicato, por meio da prática do chamado centralismo democrático. Exemplifico para ser didático. Numa diretoria de quinze membros, nove são do Partido e seis, não. Há uma discussão e nove diretores votam na proposta A. Seis, na proposta B. Ganharia, portanto, a proposta A. Como os seis que votaram B eram do Partido, dentro do conjunto deles, seis a favor de B é maior que três a favor de A. Assim, na próxima reunião era solicitada outra votação e, seguindo-se o centralismo democrático, o resultado final passa a ser nove votos para B e seis para A. Assim, a minoria domina a maioria. No REME-MAIS, MAIS significava Movimento Autônomo, Independente Sindical e, claro, pretendia avançar mais nas lutas, organizar, de fato, os médicos para isso, além de criar e transferir o poder não para meia dúzia de diretores, mas, sim, para um grande conselho de representantes e delegados sindicais com, pelo menos, 300 ou 500 membros eleitos em seus locais de trabalho. Quem duvida de que trezentos sejam mais representativos que trinta diretores, metade dos quais apenas suplentes? Seu sucesso não foi eleitoral, mas, três anos depois, assembleias com cinco mil médicos, no Clube Municipal, decidiram pela prorrogação de greve até a vitória salarial, que tardou, mas veio, destacando-se aqui a incansável luta de um ateu apóstolo, o psiquiatra Eros Martins.

Em 1982, inspirados na Clínica Social de Psicanálise, criada por Kemper e onde Hélio exercitou a generosidade pessoal e ensinou outros psicanalistas a fazê-lo, doando algumas horas semanais para atendimento gratuito ou a preço muito reduzido, reunimos dezessete instituições de Psicoterapia e Psicanálise no Primeiro Fórum Social, no Centro de Estudos do Hospital da Lagoa, cedido pelo seu presidente, Luis Carlos Teixeira. O objetivo era criar uma proposta comum de conveniar o INAMPS, a maior instituição de saúde do país, com essas instituições e seus departamentos clínicos, democratizar o acesso à Psicanálise e tira-la da condição de ser apenas privilégio dos ricos. Nessa ocasião,

eu fazia oposição ao Hélió, que retratando a doença da Psicanálise, dizia que pobre ou operário só entrava no seu consultório como pedreiro, electricista ou pintor. Jocken Kemper, discípulo de Hélió na Clínica Social, localizou um discurso maravilhoso de Freud no congresso mundial de Psicanálise em Budapeste, em 1918. Freud sonhava alto, para o amanhã. "Haverá o dia em que milhares de pessoas que sofrem da miséria emocional terão o mesmo direito de acesso à psicoterapia que já têm hoje à cirurgia e ao tratamento para tuberculose". Apesar de estar apenas a um ano da revolução de 1917, Freud não mencionou as condições para tal.

Eu estava ainda no Jequitinhonha vivenciando Medicina Comunitária, quando li notícias do empenho de Hélió em reunir-se com o General Euler Bentes e outros artistas e intelectuais, na tentativa de articular uma candidatura desse militar, quase como um contra-general, no período de transição entre a anistia de 79 e as grandes manifestações pela direita já. Sempre articulando e tentando abrir caminhos e horizontes, como luz que corre para a luz

Fato ilustrativo na vida de Hélió foi-me relatado por Vera Cordeiro, fundadora do Setor de Psicossomática do Hospital da Lagoa e depois da ONG Renascer, que muitíssimo auxiliou mães carentes durante a assistência a seus filhos naquele Hospital, projeto bem sucedido que cresceu e se multiplicou. Vera fazia análise de grupo com o filho de Hélió, Pedro Pelegrino. Ela contou que na noite do assassinato de Allende, no Chile, tão logo soube da notícia, Hélió saiu às ruas, de madrugada, com seu filho Pedro. Picharam muros qual em 1968: "Fora ditadura assassina! Viva Allende!" Nessa linha, lutou muito na Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro, em oposição a Leon Cabernite, pela expulsão de Amílcar Lobo, que foi depois cassado pelo CREMERJ, por ter participado de torturas no DOI-CODI, no Rio de Janeiro. Hélió deu também muito apoio à psicanalista Helena Viana que fez a primeira denúncia e foi, por isso, intensamente perseguida.

Durante a crise na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), o chamado Fórum, que integrava seus membros em ambiente libertário, reuniu-se no Sindicato dos Médicos. Lá, presente em uma de suas reuniões, assisti à polêmica criada pelo fato de Wilson Chebabi ter aceitado o pedido para participar como analista didata da instituição a convite daqueles que haviam expulsado Hélió e Mascarenhas, na melhor versão do "Ame-o ou Deixe-o". Nem em teatro vi algo tão trágico, passional. Pelegrino agigantava-se na sua eloquência maldita, bem dita.

Helio, falecido em 23 de março de 1988, foi gentilmente agraciado com uma poesia de Beth Müller, em 28 de agosto de 2008, vinte anos depois, revivido.

"Hélio subiu aos Céus e foi sentar-se à mão esquerda do Deus Filho. De lá, entre o Pai e o Filho, à espreita, como espírito não santo, ele zela pelos vivos e recebe os mortos com seu sorriso maroto de criança feliz. Bendito ele sempre o foi."

13.7 CAUSOS DA RESISTÊNCIA À DITADURA

Ronald Lobato

Fui convidado com frequência a colaborar para esta iniciativa. Estava resistindo porque sou péssimo memorialista. Esqueço datas, nomes, lugares e assim por diante. Sempre foi desse jeito e isso, pelo menos, permite que eu afirme que não é a idade que me faz ser assim. Por isso, perdoem as falhas mas saibam que não me engano quanto a circunstâncias, contextos e sentido das coisas. Para selecionar um caso, pensei em muitas circunstâncias e fatos.

Poderia falar sobre a realização da Conferência Universitária do PCB no Rio de Janeiro, que escolheu a direção do partido nas Universidades, no ano de 1963. Eu era aluno de primeiro ano da Faculdade de Economia da, então, Universidade do Brasil, atual UFRJ. Nela compareceu parte da direção nacional como Apolônio de Carvalho e Mário Alves, que deixaram ótima impressão, e também o dirigente máximo Luiz Carlos Prestes, que chegou acompanhado de uma *entourage* de papagaios de pirata que me deixou mal impressionado. Além disso, nunca esquecerei o discurso do Prestes em que afirmava que, se a reação ousasse tentar derrubar o governo Goulart, claro, "controlaríamos a insurreição". Declarou que o dispositivo militar liderado pelo General Assis Brasil esmagaria a reação. Se houvesse a investida, na tentativa de golpe, os que expusessem a cabeça seriam esmagados.

Ou de congressos da AMES, antes disso, quando a reação era a JEC, Juventude Estudantil Católica, que mais tarde redundaria na Ação Popular e contra a qual cantávamos *jingles* que não ousou reproduzir por conta de sua absoluta inconveniência.

Ou de ação armada nos idos de 69. Ou da revista *Pueblo y Poder* que editamos, eu e Thiago de Melo, no Chile entre 1970 e 1972. Creio que foram quatro números que muito me orgulham, mas dos quais não guardo cópia. Ou do Curso de Inteligência que o Thiago nos ministrou, a mim e a uma companheira que até hoje guarda a característica de ser muito reservada e discreta o que me impede citar seu nome. O Thiago tinha feito essa formação em Cuba.

Ou mencionar as tomadas de restaurantes universitários entre os anos de 65 e 68, quando assumíamos o controle de alguns bandejões. Ou a descoberta da tática de caminhar contra a direção dos carros quando a repressão chegava nos movimentos de massa em quantidade que obrigava o recuo. Ou a viaja ao general Castelo Branco na aula inaugural da UFRJ no início de 1965, que o Comitê Universitário do PCB organizou e que funcionou parcialmente. O macaco vestido de militar infelizmente não chegou a tempo.

Ou a primeira vitória de um dirigente estudantil progressista na Faculdade de Economia e a primeira depois da ditadura ainda no ano de 1964, em agosto, aproveitando, inclusive, a decisão dos militares de tornar o voto obrigatório, pois supunham que era uma minoria que controlava o movimento estudantil.

Ou o documento de oito páginas que eu e o Jacó da Medicina fizemos em cerca de três horas sobre a conjuntura estudantil na época. A relevância disso está no fato de que a "clareza do nosso papel naquelas circunstâncias" nos permitia escrever com densidade muito rapidamente.

Ou o deplorável episódio da dissidência em que alguns companheiros, liderados pelo Jover Telles, organizaram para sair do PCBR, sem que soubéssemos, para fortalecer outra organização, o PC do B. Este fato permitiu ao Mário Alves escrever o antológico artigo *Reencontro Histórico ou Simples Mistificação*. Entretanto, como todos estávamos um pouco equivocados, conforme a história houve por bem demonstrar, é melhor não recordar este episódio.

Ou o manifesto que redigi, e na época eu era dirigente do PCBR, para o Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia, em 1968, que foi aceito e publicado, protestando contra a invasão da Tchecoslováquia pelas forças da União Soviética e recomendando a resistência armada ao povo daquele país. Mas, como tudo o que é sólido se desmancha no ar, hoje, não só acabou a União Soviética, como os tchecos e os eslovacos separaram-se e formaram países diferentes: a República Tcheca e a Eslováquia.

Muitas outras histórias eu poderia contar, mas a que me parece mais interessante foi a manifestação de massa clandestina que organizamos no Rio, creio que nos fins de 1967 (por favor pessoal de boa memória me ajude).

Explico. O clima era de avanço da repressão. Estava muito difícil organizar passeatas, fazer panfletagens e ou pichações, etc. Mas tínhamos plena convicção de que a luta contra a ditadura passava pela mobilização e conscientização das massas. Decidimos organizar o batizado da Praça Che Guevara. Escolhemos uma praça em Cascadura, onde havia acesso por trem, por ônibus e todos os meios de transporte. Organizamos, apesar do refluxo, cerca de 300 pessoas para fazerem parte da manifestação. Quase todos do movimento estudantil, mas outros setores organizados também foram mobilizados. A ciência estava em fazer chegar ao mesmo tempo todas estas pessoas sem chamar a atenção da repressão, executar um ato muito rápido e afastar-se antes da chegada da polícia.

A "massa" foi dividida em grupos em torno de oito pessoas, para os quais foram definidos caminhos e meios de deslocamento diferentes. A cada grupo foi atribuída uma missão. Os que pichariam, os da panfletagem, os dos discursos, os da segurança, os da logística e assim por diante.

Ou seja, a clandestinidade do movimento de massa estava na sua organização e mobilização. Mas como não poderia deixar de ser, é claro, a manifestação foi pública e teve alguma repercussão. Proferi o discurso de inauguração. O evento, principalmente, tentava apontar a possibilidade de mantermos vivo o movimento de resistência à ditadura. Depois do ato, dispersamos. Tudo que planejamos aconteceu.

Infelizmente, o AI5 em dezembro de 68 fortaleceu todos os que entendiam que a única resistência possível era a armada e assim o tipo de preocupação com a ação política ficou um pouco fora de órbita. Foi um momento de desmobilização da militância e do sucesso de frases do tipo: "o partido se fortalece se depurando". Em julho de 69 me afastei da direção do partido.

No entanto, é importante registrar, inclusive porque este debate está vivo, que o movimento de resistência enquanto teve força era democrático, interessado na criação de alternativas republicanas e na construção de um processo de desenvolvimento. A repressão conseguiu nos levar ao isolamento e nosso posicionamento contribuiu para

isso. Mas como jovens, em sua maioria, poderiam ensarilhar armas em circunstâncias tão violentas, injustas e desqualificadas como era típico do regime militar?

Afinal, até na independência norte-americana foi registrado o direito de os povos resistirem pelas armas aos regimes impostos pela força. Esta é a questão da anistia que a direita insiste em ignorar. Os cidadãos brasileiros tinham todo o direito de resistir ao regime anticonstitucional de 1964 e nenhum funcionário público tinha o direito de cometer crimes na defesa das instituições impostas ao arrepio da lei.

Cometeram-se crimes de guerra? Eles existem e a bomba no aeroporto de Guararapes certamente foi um deles, mas foram muito poucos e localizados. A história de violências é quase que exclusividade da repressão do governo, por mais que se saiba que a indisciplina no exército sempre foi uma constante.

Jacareacanga, Aragarças, a resistência à posse do João Goulart, o Golpe de 64, a derrubada do Costa e Silva e tantos outros, como a bomba no Pavilhão do Riocentro, no dia 1º de maio de 1981. Algum dia, os republicanos e democratas deverão fazer um esforço em favor do enquadramento das forças armadas nos princípios democráticos e republicanos.

No mais é ter consciência de que quase sempre a radicalização do movimento social favorece mais a repressão do que o próprio movimento, sem prejuízo da percepção de que as circunstâncias muitas vezes obrigam à radicalização do movimento social. Nestes casos é importantíssimo pensar que o isolamento político é a condenação à morte da justiça e da luta pela equidade.

Sem ser necessariamente pacifista é preciso reconhecer que Gandhi e Mandela deixaram exemplos importantes nesta direção.

14 - Clandestinidade e Solidariedade

14.1 | NOME FALSO: UM ADJETIVO

Victória Grabois

Primeiro de abril de 1964, a ordem da célula do Partido Comunista Brasileiro (PCB) da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) era que todos os militantes fossem para a faculdade. Eu não era membro do PCB, mas como estava suspensa da universidade por tempo indeterminado passei a trabalhar no diretório acadêmico e fiquei amiga da diretoria. Às oito horas da manhã, fui a pé de Botafogo até a Rua Presidente Antônio Carlos, não havia transportes na cidade, os trabalhadores decretaram greve geral. Chegando lá, nova ordem: todos deveriam encaminhar-se para a Faculdade Nacional de Direito, onde se concentrariam todos os estudantes da Universidade do Brasil. Segui as instruções e, junto com Rachel Teixeira, fomos a pé até a Praça da República. Mais de trezentos estudantes lá se encontravam e acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos pela Rede da Legalidade comandada por Leonel Brizola na Rádio Mayrink Veiga. Por volta das quinze horas, a rádio saiu do ar e, minutos depois, a polícia lançou bombas de gás lacrimogêneo dentro do prédio.

O pânico era geral. Em seguida chegou uma unidade militar, comandada pelo capitão Ivan Proença, que tinha ordem do I Exército de dinamitar o recinto. O oficial desacatou a ordem dos seus superiores e evacuou o local. Saímos em grupos de cinco alunos e nos dispersamos na rua. Eu fiquei com René Carvalho, atravessamos a Av. Presidente Vargas e, na esquina da Rio Branco, encontramos um cidadão que nos deu carona até a praia de Botafogo. Ao passar pela Praia do Flamengo vimos o prédio da UNE em chamas. A partir daquele momento a "ficha caiu", tive a consciência que os militares haviam tomado o poder.

Na manhã de 2 de abril, fui para a casa de uma tia na Tijuca e Victória não mais poderia existir. Em julho de 1964, a família Grabois entra, definitivamente, na clandestinidade e muda-se para São Paulo. Na nova casa tínhamos que ter outros nomes, meu pai estabeleceu que os nossos novos nomes teriam que ser parecidos com os verdadeiros. Meu irmão André passou a ser chamado de Adilson e eu, de Virgínia.

Em novembro, fui a Porto Alegre em missão partidária e, lá, os dirigentes do Partido me entregaram uma certidão de nascimento da sobrinha de um companheiro operário. A direção local do PC do B achou que eu deveria tirar a carteira de identidade em Porto Alegre. E lá fui eu ao cabeleireiro fazer um penteado "à moda gaúcha" para me tornar mais velha, pois a dona da certidão tinha mais sete anos, nascida em Uruguaiana fronteira com a província de Corrientes – Argentina. Ao meio dia fui procurar um despachante no departamento de polícia que emitia os documentos de identidade. O sujeito aparentando cerca de vinte e cinco anos, não criou nenhum obstáculo e cobrou a quantia de Cr\$10,00 (dez cruzeiros), uma pechincha para a época. Meu retorno seria às dezesseis horas. Portanto, eu teria que ficar perambulando pelas ruas até a tarde, já que não seria prudente voltar para casa, pois eu poderia comprometer os companheiros que me hospedavam. Ao sair da repartição policial, senti muito medo: eu, carioca, com um sotaque chiado da Zona Sul do Rio de Janeiro e com um documento que me deixava mais velha – algum policial poderia desconfiar e me prender.

Fui à Loja Americana e pedi um sanduíche e um suco. Pela primeira vez em minha vida, recusei comida. Sou muito gulosa e as outras duas vezes em que não consegui comer foi quando entrei em trabalho de parto.

Andei por toda a Rua da Praia, subi e desci inúmeras ladeiras, visitei a Feira do Livro e, finalmente, retornei à Delegacia e recebi o documento. Ufa! O despachante não desconfiou naquele momento em que me transformei em Teresa, nome que carreguei oficialmente por dezesseis anos.

De retorno a São Paulo tirei título de eleitor, carteira de trabalho e passaporte. Como morávamos em um aparelho do Partido, era necessário um respaldo legal para que os vizinhos não desconfiassem da situação. Eu teria que arranjar um emprego, mas como a Teresa não tinha nem curso primário, tornava-se impossível qualquer colocação no mercado de trabalho. A solução encontrada foi a de me matricular no antigo Curso de Madureza (supletivo). O nível dos alunos era muito baixo e todos se espantavam como eu sabia que $-5 + 3 = -2$. O discurso inventado por mim foi que havia cursado até o

segundo ano científico, mas parei para casar. Ao término de seis meses, fiz as provas da Secretaria de Educação / SP para concluir o curso e para espanto geral passei em todas as matérias. Em seguida, prestei vestibular para o curso de Letras da USP, da PUC-SP e da Faculdade de Ciências e Filosofia de Moema, essa última dirigida por professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Como tenho a política no sangue e sou muito agitada, a direção do PC do B achou melhor que eu me matriculasse na Faculdade de Moema, e assim foi. No primeiro semestre, fui indicada por minhas colegas de turma para trabalhar como professora substituta em escolas estaduais. Fui funcionária dos governadores Laudo Natel, Paulo Egydio Martins e Paulo Maluf. Participei das greves dos professores de 1978 e 1979 fazendo piquete na porta das escolas onde lecionava.

Viajei algumas vezes para Europa como Teresa. Passei por diversas situações de risco em aeroportos internacionais e na fronteira Brasil-Argentina. Ao atravessar a cidade de Uruguiana para a Argentina, os soldados do Exército entravam no ônibus recolhendo os passaportes e, com cartazes de "procura-se", examinavam todos os passageiros. Foram momentos de tensão, sentia-me como uma espã de filmes americanos que fugia dos inimigos.

Durante os anos de vida clandestina, fiz inúmeras amizades, sendo Liana a mais importante. Conheci-a na porta do Colégio onde estudava meu filho Igor, em 1972. Com o início da Guerrilha do Araguaia, tivemos que nos afastar da família Grabois e da Costa Reis (família de minha mãe) e, por esse motivo, ficamos muito isoladas, minha mãe e eu. Criamos laços fraternais com essa mulher solidária e amiga. Passávamos o Natal e o Ano Novo na casa da família Casarolli. Liana e eu ficamos tão amigas que seus três filhos me consideravam como se fosse uma verdadeira tia. O grande amigo de meu filho Igor era o filho mais velho dessa pessoa tão especial para mim. Com a Anistia e meu retorno à legalidade todos foram informados da minha identidade e da minha história de vida. Se há uma pessoa a quem eu devo agradecer, esta foi Liana, que sempre me ajudou sem saber os riscos por que passava. Em janeiro último, essa grande amiga faleceu e senti sua perda como se fosse uma irmã.

A vida na clandestinidade talvez seja mais difícil do que anos de prisão. Apesar do medo e do sofrimento, os dezesseis anos da "vida" de Teresa criaram uma nova identidade: uma mulher forte e guerreira que contribuiu para continuar a árdua luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Dizem que mãe é mãe e que todas são iguais. Pode ser. Mas pai, não sei se são todos iguais. O meu, o senhor Raimundo Andrade Silva, era... não sei bem como defini-lo, mas sei que era um homem de uma integridade total.

Estou dizendo isso porque, em outra página, referi-me a ele como membro do IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, uma das mais odiosas entidades daquele momento que antecedeu ao golpe de 1964. O IBAD atuava dentro do Congresso Nacional cooptando, leia-se, comprando, parlamentares para formar uma frente de oposição ao governo democrático e reformista de João Goulart.

Pois bem, o Seu Andrade era membro do IBAD, sim, mas era também um fervoroso diácono da 1ª Igreja Batista de Fortaleza e maçom. Afora isso, era cidadão cumpridor dos seus deveres e excelente pai e chefe de família. Aquariano, era um visionário. Criou, nos anos 1960, um cartão de crédito pessoal e uma agência de consultoria empresarial, ideias que, evidentemente, não prosperaram face à extemporaneidade com que eram oferecidas a uma Fortaleza ainda provinciana.

Idealizou e buscou apoio para uma escola infantil a que denominava Milícia dos Acasianos, que teria sede em Maranguape. Chegou a escrever seus estatutos, onde falava da responsabilidade para com as crianças desassistidas e comprou um terreno para a sua construção. Por razões várias, não pôde levar a termo esse seu sonho.

Mas, a 15 de abril de 1964, fui preso. Tinha eu somente vinte e um anos, estava casado, tinha uma filha de onze meses de idade e, apesar das nossas diferenças ideológicas, mantínhamos um relação absolutamente normal entre pai e filho. Diria mesmo, que eu era o filho mais querido do Seu Andrade. Tive muitas provas disso. As maiores delas me vieram após a minha prisão. É verdade que ele andou expressando certa satisfação pelo fato. Acreditava que eu precisava ter aquela "lição". Pensava que tudo se resolveria com uma prisão, um inquérito e uma soltura, até porque não conhecia meu nível de envolvimento com a luta libertária do povo brasileiro.

Quando, no entanto, viu passarem-se sessenta dias e eu ainda preso, meu pai começou a preocupar-se. Tinha, então, posição de prestígio na maçonaria cearense e não tardou em usá-lo. Não mais que de repente, vi meu nome ser enunciado na chamada matinal, feita todos os dias e ouvi do oficial do dia: "Pode ir embora!"

Na sequência, devo dizer que recebi um forte abraço da minha mãe, muito beijos carinhosos da minha mulher e da minha filhinha, mas foi o Seu Andrade quem me abraçou e, em prantos, dizia, "Graças a Deus, meu filho, graças a Deus!"

Depois, foi ao meu pai ibadiano a quem recorri para me ajudar a cumprir mais uma tarefa que o Partido, o PCB me deu: acolher uma companheira vinda não sei de onde. Muito loura e bonita, a companheira entrou na minha casa muda e saiu calada. Nunca soube quem era. Era perigoso tê-la comigo posto que acabara de sair da prisão. Mas só podia entregá-la quando ela tivesse uma carteira de identidade falsa, para viajar.

Eu não sabia o que fazer! Abri o jogo para o meu pai. Conte-i-lhe a situação e disse: "o senhor precisa me ajudar". Ele nada questionou. Pegamos então o seu jipe candango e fomos a Maranguape para cumprir nossa tarefa, agora minha e dele. Lá, o "lambe-lambe" que fez a foto da companheira, ao saber que se tratava de uma pessoa "doente mental", exclamou: "Que pena, uma moça tão bonita!" Era mesmo. Mas, bonita de fato, foi a atitude do meu pai. Ah! Isso foi!

14.3 RAQUEL, A VIÚVA

Urariano Mota

Em homenagem àqueles que, mesmo sem envolvimento direto na militância, foram pessoas solidárias que, em muitas circunstâncias, poderiam perder a vida quando salvaram vidas, quando nos ajudavam.

Tudo começou com uma troca de mensagens. Na primeira, eu me referia a um projeto de *site*, a um sítio que pudesse abrigar as manifestações de literatura e arte de um coletivo chamado "Os Amigos de 68". Dizia eu, na primeira mensagem:

- Os Amigos de 68 deveriam ter um sítio. É claro, não mais para encontros clandestinos, como antes em Igarassu, por exemplo, de uma louca e extraordinária viúva.

Ao que me responderam:

- Mas que história é essa de "como antes em Igarassu" (terra natal de minha falecida mãe), "encontros clandestinos de uma louca e extraordinária viúva"?

Então, eu voltei:

- A viúva, mulher extraordinária, não me recordo do nome dela agora. Mas o fato é que na granja de Sara (?) fizemos reuniões clandestinas de AP. Ou, mais precisamente, onde estive presente, da UBES, com Mirtes – liderança valorosa (que despertou muitas paixões, nem todas revolucionárias) no comando.

E recebi de volta:

- Qualquer paixão é revolucionária, ao menos para quem está apaixonado. A viúva tem alguma coisa a ver com o Eremias?

O meu correspondente se referia a Eremias Delizoicov, um bravo, assassinado aos dezoito anos em 1969. E por isso respondi:

- Na mosca, no que se refere à paixão amorosa, que é subversiva e desestabiliza. Mas a viúva nada tinha a ver com Eremias.

A reunião da UBES aconteceu em 1970 ou 1971. Ela era amiga de um amigo meu, Tonhão, grande violonista, magro, altíssimo e anarquista, que nos apresentou a ela, e daí... Tonhão possuía uma paixão nada platônica por ela, que disso sabia e dava-se ares de rogada. (Parece que esse ar de rogada foi tudo o que nosso Tonhão conseguiu). Tonhão hoje, infelizmente, é falecido. Eu lhe fiz uma homenagem como um dos personagens do meu romance *Os Corações Futuristas*. A gente faz o que pode... Vida que segue.

E aqui ficamos Ou ficaríamos. Mas a pessoa a quem eu chamava de Sara e que, na verdade, se chama Raquel não merece a injustiça de ser mencionada de passagem, de não receber sequer um registro. Primeiro do que tudo, de Raquel deve ser dito que, se não fosse ela a pessoa que respeitávamos, todos que fomos à sua casa poderíamos, hoje,

estar mortos. Ela, viúva, louca e desfrutável para os nossos corações, somente para os nossos corações de esperança e mais nada e, se Tonhão não nos enganou, para ninguém e mais nada, cedeu, doou a sua granja para encontros clandestinos da organização (que chamávamos de partido) Ação Popular, em uma parte rural de Igarassu. (Que a norma burra manda que se escreva Igaracu, porque etc. etc. e etc.)

Pero não só. Essa mulher (e como eram solitários, desertos e secos de tudo aqueles anos de nossas vidas), essa mulher que, em mais de uma oportunidade, foi combustível de nossa imaginação, também cozinhava como uma feiticeira, e produzia umas galinhas da sua criação, e temperava um arroz natural, que parecia ser cultivado nas margens do rio que cortava sua propriedade e, achando isso pouco, gargalhava e sorria conosco, não sei, não sei, agora, se por um instinto de perversão, de serena crueldade, porque, mais velha que nós, e sendo, por natureza formação e vontade, fêmea, devia adivinhar o efeito sobre nós do seu riso aberto. Nós então sorriamos também, sorriamos muito, sorriamos até de nervoso, mas sorriamos, gargalhávamos, como quem diz, vamos rir, vamos sorrir, porque talvez amanhã os nossos risos sejam apenas os dentes.

Lembro que a "conheci" duas vezes. Na primeira delas, como me referi na mensagem acima, ela me foi apresentada por Tonhão, o negro mais alto e irresponsável e gentil que os nossos olhos já viram. Tonhão, de batismo Antonio Agostinho, era um homem bom, sei agora. Sei, porque nos apresentar a Raquel foi uma divisão conosco de uma pessoa amável, o que só é possível em quem é generoso. Claro, nisso havia também uma exibição dos seus dotes para nos mostrar a mulher que ele poderia ter (e o futuro do pretérito, então, era um futuro do presente, quando não um presente a seguir), claro, nisso havia certo exibicionismo, porque não existem indivíduos puros, santos de madeira inteira e homogênea, ainda que se chamem Tonhão, um negro como nós e falecido.

Dessa primeira vez, em um dia de domingo, levamos para a granja, em Igarassu, algumas cervejas e fome, fome de tudo, que nada tínhamos de mais natural naqueles tempos. Os selvagens chegaram, Raquel poderia nos ter dito. Mas não. Recebeu-nos como se recebem as pessoas mais ricas e importantes em um dia de domingo. Arroz da terra, feijão que parecia pular do solo a nossos pés, galinha ao molho de um modo que não é cristão e misericordioso lembrar. E redes. E conversas. E música de Baden Powell, que Fernandão pôs no que ele considerava o seu carro e casa da época, pelo sacrifício com que o conseguira: um toca-discos Philips, portátil, que transformava qualquer merda de vida em paraíso. Lembro que Tonhão bebia, piscava um olho para Raquel, que, maliciosa, não o desesperançava, nem tampouco o incentivava para um passo adiante, e sorria. Nós

todos acompanhávamos essa corte como se fôssemos marinheiros de reserva, prontos a substituir o nosso almirante negro.

- Senhora, aqui nos tem. Ele é nosso grande amigo, *pero, pero*, enfim...

É interessante notar, percebo agora, que Raquel nos acordava a esperança de possuí-la sem qualquer recurso vulgar, vale dizer, decotes (talvez, murmura-me um diabo contraditório, talvez porque os seios já não fossem assim tão plenos de formas), não nos insinuava uma saia mais curta, porque ela, percebo bem, batia-se por uma moral que era libertária, mas não exatamente Mary Quant. Ela nos acendia pela pessoa que era, pelo que adivinhávamos das reticências da sua fala e da sua vigorosa liberdade. Mas isso, essa percepção, somente ganhamos à distância, no instante em que somos menos burros e, valha-nos Deus, quando temos infinita melhor paciência, um bom nome para o decréscimo do vigor que fodia até borboletas.

Na segunda vez, foi a "trabalho". Estávamos em um encontro (Congresso? Não sei, gostávamos dos nomes mais pomposos) da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, nome que repete a observação anterior entre parênteses. E, para isso, Raquel nos cedeu a sua granja, uma vez mais. Pois bem, não pensem, por favor, que sou humorista. Pois bem, eu era o segurança. Eu estava ali para cuidar da segurança de todo o grupo, onde sobressaía a pessoa ruiva, de coxas laceradas por ácido, cujo nome era Mirtes. Melhor, éramos dois seguranças e não pensem de novo que sou humorista, os seguranças éramos eu e Spinelli. Amigo de infância, alto, magro e com habilidade para uma corrida de tartarugas, Spinelli era o parceiro ideal para sondar e perscrutar o horizonte, se policiais, facinoras e exércitos com metralhadoras nos assaltassem. Que armas tínhamos? – Os olhos. Que instrumentos de prospecção possuíamos? – Eu, um livro de Hemingway, *Paris é uma festa* ("Esse cara é revolucionário, lutou na Guerra Civil da Espanha", eu dizia); Spinelli, um volume de Lukács, cuja luz deveria iluminar a nossa vigilância. Posto de observação? – Duas redes, que balançavam e eram boas, na fresca das matas da tarde.

Súbito, um movimento ao longe. Um ser magro e pequeno como uma ave avança por entre as árvores. Eu sei quem é, na época eu enxergava bem, eu sei que se trata de Geraldo Sobreira, mais conhecido pelo honroso nome de Galo Cego. Ele assim se chamava porque era míope profundo e descarnado como os galos magros e sem pelo. Por isso, de broma, anuncio a meu companheiro de segurança:

- Atenção. Um cego sobe o caminho.

Ao que ele corre, à sua maneira, corre, para anunciar ao grupo que discutia a luta contra a ditadura:

- Cuidado! Um cego vem aí!

Essas coisas vêm quando lembro a pessoa de Raquel, a quem todos amávamos, de uma forma carnal ou de uma forma idealizada. Raquel, a viúva, a quem tanto devemos, até mesmo a vida. É triste, esta é minha nota final, que pessoas tão indispensáveis quanto ela jamais recebam um agradecimento, um busto, uma página, quando falamos dos grandes vultos que amargaram e sonharam a revolução.

14.4	A PRIMEIRA NOITE NA CLANDESTINIDADE (a gente também não esquece)
------	--

Júlio César Barros

Lembro que era na segunda semana de agosto de 69 por causa do dia dos pais. Não estive presente junto de meus seis irmãos para abraçar e comemorar com o meu pai, fato inédito em nossa festiva família.

Alegando necessidade de silêncio e sossego para estudar, eu mudara-me, no início de 69, para o apartamento da Freguesia, Ilha do Governador. Na verdade, a organização – MAR – precisava de infra-estrutura para operar e abrigar os militantes que preparavam a fuga dos presos da Lemos de Brito. Como o apartamento era de veraneio e ficava vazio a maior parte do ano, o Vitor – Zé Duarte – que havia saído da prisão e comandava as operações, foi morar lá.

Após a fuga dos presos, continuamos usando o "aparelho" como base de operações na cidade e por lá passaram o Roberto Cieto – morto pela PE no DOI-CODI – e o André José Borges – que havia se perdido na mata e não conseguia chegar à cidade. Minha função era recolher o produto das expropriações e depositá-lo em minha conta no Banco Predial. Aos poucos, esses recursos eram utilizados para despesas da organização. Para isso, marcávamos um ponto e eu pegava a bolsa com dinheiro, sem despertar suspeitas e aliviava a "prova do crime" dos que participavam da ação.

Na ação daquele dia, 4ª ou 5ª-feira, o meu ponto seria em Ramos. Conhecia muito bem o bairro em que fui criado. Saíram do apartamento o Zé Duarte com o André Borges e eu me desloquei para o ponto. Enquanto aguardava o carro, ouvi o rádio da loja anunciar que ladrões de banco haviam sido cercados e presos em Brás de Pina. Liguei os fatos com o banco que eu tinha levantado: o Banco Nacional da Avenida Brás de Pina, em Vista Alegre, onde eu era bem conhecido. Como eu morava lá perto e frequentava o bairro, não deveria aparecer.

Imediatamente, peguei o ônibus de volta à Ilha e limpei o aparelho. Enfiei a metralhadora, os revólveres, a pistola e munição, além dos documentos, numa base que tínhamos justamente para uma fuga e, acreditem, entrei no ônibus e voltei para Ramos, onde meu pai possuía uma farmácia. Chamei meu irmão Paulo, avisei-o do perigo e pedi-lhe que segurasse a barra, que ia ficar pesada. Sem que ele percebesse, combinei com o amigo José Roberto o transporte da bolsa para sua casa. Lá, as armas ficaram escondidas e bem cuidadas até serem passadas para o Aton Fon, da ALN, com segurança e sem comprometer meu amigo e meus familiares.

O nosso grupo legal era composto de estudantes de Direito que fizeram parte da Aurex, instituição que prestava assistência na penitenciária. Por meio dessa associação, estabelecemos contato com os marinheiros presos políticos que ajudamos na fuga. Nesse grupo, havia rapazes e moças, jovens, como eu, que nos acompanhavam desde o pré-vestibular. Entre eles, destaco o meu amigo de jardim de infância, Antônio Sérgio de Mattos – morto heroicamente em São Paulo em 1971 – com o qual eu tinha intensa ligação. Nesse dia, tínhamos um ponto na cidade, pois iríamos alugar um apartamento. Tínhamos decidido que deveríamos limpar o "aparelho" familiar, já bastante desgastado com o entra e sai de homens, fato que acabaria despertando a atenção dos vizinhos.

Encontrei-me com o Antônio Sérgio, fomos à imobiliária e assinamos o contrato. Já sabendo que houvera queda, mas sem saber quem havia "caído", fomos para a casa dele, pois eu já tinha apanhado umas roupas e ele estava somente com a do corpo. Chegamos na hora do *Jornal Nacional*, com o Cid Moreira narrando a prisão dos primeiros assaltantes do banco, no Rio, e mostrando o Zé Duarte e o André. Ficamos mudos, sem mostrar reação, para não assustar os pais dele. Entretanto, já saímos dali com a certeza de que a noite seria longa e difícil e ainda faltava avisar a outro companheiro. O Vitor Sepúlveda morava no apartamento conosco e tinha sido avisado por mim para não voltar ao apê. Marcamos um "ponto" para decidir o rumo que tomaríamos, sabedores de que os companheiros não teriam condições de resistir por muito tempo às torturas a que

estariam sendo submetidos. Encontrávamo-nos perdidos. Resolvemos, temporariamente, o problema graças a um companheiro que não militava na nossa Organização, mas nos apoiava, o Ivano Campos. Ele, mais lúcido e frio, ligou a um amigo para pedir pousada para aquela noite, pois não poderíamos correr o risco de sermos apanhados em locais conhecidos.

O amigo que nos recebeu de pronto e entendeu a nossa situação, em nome de sua grande solidariedade socialista e humana que sempre norteou e ainda hoje marca a sua atuação no cenário político do Rio de Janeiro, foi o Ivan Pinheiro, hoje dirigente do PCB. Recém casado, morava na Rua Mariz e Barros, na Tijuca, e era também estudante de Direito na UEG, mas aluno da 5ª série e participava da luta estudantil.

Agora imaginem o quadro. Às onze e pouco da noite, com sua esposa grávida nos primeiros meses, recebe, no apartamento, quatro homens com a cara tensa do dia mal resolvido, com um jornal que, comprado na Leopoldina, relatava a notícia do dia, em destaque. Na primeira página, com letras garrafais: "Presos Ladrões de Banco, três conseguem escapar após tiroteio na Penha".

Segundo o Ivan comentou anos mais tarde, a sua primeira filha, Tatiana, quase nasceu antes da hora naquela madrugada. O banheiro foi pequeno para a quantidade de vezes que o casal despejou a sua tensão e nervosismo. Grande e solidário Ivan! Que coragem em nos acolher naquelas circunstâncias e risco. Dormimos no chão da cozinha salvos do relento ou da iminente prisão e acordamos com café da manhã e pão quentinho trazido pelo Ivan que não dormiu a noite inteira, mas velou para que chegássemos à manhã mais longa de nossas vidas e ao começo da clandestinidade, da fuga, da minha prisão e da morte do nosso grande irmão Tônico.

14.5**TUDO COMEÇA ONDE TERMINA****Um depoimento sincero e apaixonado pela vida e pelo futuro***Arnaldo Agenor Bertone*

Depois de pontos cobertos em São Paulo e no Rio de Janeiro, sendo que, o de São Paulo teve início pela manhã com a leitura na *Folha de São Paulo*, sobre a "fuga" do Bacuri,

plantada pelos órgãos da repressão e sua "delação" que ele teria feito, dentre outros, do Toledo – Joaquim Câmara Ferreira. Isso após ter ficado escondido por duas semanas em Aquidauana, com o Maurício, na casa de um primo dele. De lá, sozinho, parti para São Paulo, na tentativa de contatar a nossa organização, a ALN. Tentativa bem sucedida, porém frustrada para algo mais positivo, pois a organização estava muito debilitada pelas quedas ocorridas.

Viajei para o Rio de Janeiro a fim encontrar o Maurício, o Beluce (os dois de Londrina) e a Lúcia, namorada do Maurício que era do Rio mesmo. No Rio, uns vinte dias – com a história mais imbecil que já vi – em Muriqui, Estado do Rio de Janeiro, praia, com o "casal em lua de mel". O Beluce e a Lúcia tinham alugado uma casa na praia, deserta naquele outubro, novembro de 1970. Entretanto, como ela continuava trabalhando no Rio durante a semana, ficávamos Maurício, Beluce e eu na casa. No final de semana, chegava a "noiva" e ficava namorando pela cidade, com o Maurício.

Do Rio, estivemos em contato com a ALN e, por duas vezes, sugeriram que fôssemos para o Chile. Naquele momento, com a Organização minada pelas várias quedas que ocorreram, era a melhor decisão.

Voltamos para o Mato Grosso, Campo Grande, daí para a cidade de Corumbá, terra do Maurício, onde fomos até noticiados na coluna social de um jornal local como "visitantes ilustres" em passagem pela cidade.

Na tentativa de sair pela Bolívia, aconteceu, já de cara, a 1ª confusão com o espanhol. Lemos na estação ferroviária de Corumbá: *Santa Cruz Martes*, *Santa Cruz Miércoles*, *Santa Cruz Jueves*. Nós, porém, só queríamos seguir para Santa Cruz de la Sierra. No nosso quase nenhum conhecimento do castelhano, pensamos que eram várias diferentes cidades.

Não deu certo, mas não foi por este fato. Segundo um antigo tratado entre Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e o Brasil, os habitantes desses países tinham direito de transitar, entre eles, sem passaporte, somente com a identidade. Carteira de identidade nós tínhamos. Passaporte, não. A Bolívia não fazia parte deste tratado. Até hoje, não sei que acordo era esse nem, muito menos, por que a Bolívia não o tinha assinado.

Mudança de rota. Fomos de trem, novamente, para Campo Grande e, de lá, para Ponta Porá. Atravessamos uma rua dividida no meio pela fronteira e pisamos em Pedro Juan Caballero, já no Paraguai.

Na euforia de chegar até Assunção e empreender a fuga, tomamos um litro de uísque "importado", comemos arroz, feijão e muito bife acebolado. Eta viagem desgraçada! Ônibus toco duro e terra bruta, onde era necessário descer para que o veículo pudesse subir as encostas. Ah! E a sede! Inesquecível sede! Na primeira e única parada, consumimos cinco coca-colas per capita, portanto, quinze para os três sedentos.

Assunção pela manhã. Com o coração pulsando e a cabeça ereta. Estávamos indo para o "Eldorado". Compras de bonés guerrilheiros, óculos escuros e muitos, muitos maços de cigarros. Tudo importado e acessível nas bancas de camelôs.

Embaixada Brasileira. Com um misto de inocência e destemor, fizemos um pedido para irmos até a Argentina continuar o nosso "passeio". Pedido atendido, sem problemas, desde que – devidamente registrado na autorização – por somente dez dias e apenas para a Argentina. Isso não podia ser obstáculo, pois outro passo já tinha sido realizado. Da Argentina para o Chile, só faltaria mais um. Sabe daquela: "Não sabendo que era impossível, foi lá e fez". Se fosse hoje não daria certo. Com documentos próprios, com bonés "guerrilheiros", três jovens barbudos, com jeito de "revolucionários". Era tanta tontice junta que só poderia dar... certo.

Cruzamos a Argentina, passamos pela gloriosa Córdoba e seu *cordobazo* e, ali, ainda tomando cerveja de litro, chegamos até Mendoza. O orgulho explodia, a terra prometida estava muito próxima. Nessa noite, em uma pensão "meia boca" ou "boca e meia", trocamos o resto dos pesos argentinos por bons vinhos. Hoje, não sei se, realmente, eram tão bons assim. Terminamos os pesos, substituídos por cigarros "americanos". A cada dois maços uma *botella* do bom vinho.

A travessia dos Andes, um misto de alegria, tristeza, coragem, orgulho, medo, fê, saudades, amizade. Temperança dos sentimentos.

Em plena divisa da Argentina com o Chile, a alfândega estava cheia de cartazes de "terroristas procurados", dos Montoneros, do ERP. Igual ao Brasil. Eu me encontrava ali, de frente para o policial argentino, com aquela autorização concedida pela embaixada brasileira no Paraguai de, lembrando, somente dez dias e, apenas, para a Argentina. . Ele balançou a cabeça, olhou-me, olhou de novo e nos autorizou a ir para o Chile.

Estávamos chegando à liberdade, ao progresso, à luta por justiça social. Em plena luta de classes e com a classe operária vencendo e o imperialismo, enfim, perdendo. Igual ao Vietnã. A consigna de Che Guevara da criação de um, dois, três, mil Vietnãs era uma realidade. Essa era a bandeira. Esta era a nossa luta. E ela estava ao nosso alcance.

A chegada ao Chile se deu por obra do destino em 4 de dezembro. Somente um mês após a posse do Governo Socialista, Popular e Democrático de Salvador Allende - presidente e revolucionário íntegro, honesto e corajoso. Um comunista da velha "cepa" revolucionária dos anos 10, 30 e 60/70 que o mundo produziu.

Em março de 1973, depois de conhecer o Chile, retomar os contatos, viver intensamente aquele momento naquele país maravilhoso que é o Chile e de me apaixonar... Lá deixei uma parte da minha juventude e uma parte da minha ingenuidade. Lá acrescentei fé revolucionária e a visão e crença em um mundo melhor. Lá vibrei muito, chorei um pouco e treinei menos ainda a arte da luta armada.

Deixei Santiago em certa manhã/madrugada de final de verão. No mesmo ponto de ônibus que havia chegado há dois anos e três meses.

Voltei, pelo mesmo caminho, ao Brasil. Pela Argentina – por Mendoza e Córdoba –, pelo Paraguai – por Assunção e Pedro Juan –, pelo Brasil – por Ponta Porã e por Campo Grande. Ali soube da morte do meu xará Arnaldo (o Jibóia) que havia conhecido no Chile. Este fato que poderia ser um presságio, para mim era mais um motivo de retornar à luta. Tanto na saída como na chegada, os prenúncios não foram otimistas. Mas isso não tinha a menor importância. A luta era para ser feita.

De Campo Grande para o Rio de Janeiro. O contato cheio de códigos e pontos, revistas e senhas, horários e trajetos, acabou sendo com um velho conhecido do Chile. O amigo e companheiro Moacir. Em plena Barata Ribeiro, em Copacabana. Ai já estava eu de novo na luta. E conheci muitas companheiras e companheiros valorosos, corajosos e de bem. Entre elas a revolucionária, amiga, íntegra, honesta e corajosa Tatiana. Pena que não virou presidente.

Nota da Organizadora: O companheiro Arnaldo Bertone fez a grande viagem no dia 3 de novembro de 2008.

Eu já era atriz, em 68, quando comecei a frequentar as primeiras passeatas. Ia com o pessoal do Cinema Novo ou com o do Grupo Opinião, mas o Vianinha, que era do Opinião e do Partidão, ou seja, do Partido Comunista, não concordava com a maneira de agir dos estudantes de diversas organizações e acabei ficando, mesmo, entre o Cinema Novo e o Movimento Estudantil.

Nessa época, eu ensaiava *O Avarento*, de Molière, com Procópio Ferreira, que voltava aos palcos, 20 anos depois, com grande elenco.

Os estudantes estavam no auge quando encontrei um deles num "ponto", lugar onde um militante esperava por outro para dar alguma ordem, e ambos fingiam que estavam passando e se falavam rapidamente sem se olhar. Com o Marcos foi assim: encontrei-o quando eu passava de carro com alguns amigos pelo Leblon e o reconhecemos das passeatas, em que ele era líder estudantil. Quando paramos o carro para falar com ele, contou-nos que esperava por alguém que não apareceu deixando-o sem saber para onde ir, perseguido pela polícia e dando sopa na rua a uma hora daquelas. Acabou indo parar lá em casa, já que eu estava morando sozinha, recém-separada do meu marido.

Thais Portinho e Isolda Cresta, que faziam *O Avarento* comigo, também eram militantes, e ambas escondiam pessoas ou coisas em suas casas. Thais concordou em dar guarida a um contato político de Isolda, que apelidamos de "contatinho", passando rapidamente a "Tatinho", apelido que virou seu codinome desse dia em diante. Isolda escondia armas no seu sótão, morrendo de medo de que o pai ou a mãe percebesse. Como éramos atrizes e não militantes radicais, não fazíamos ideia do perigo que estávamos correndo, divertindo-nos com aqueles atos, como se fossem "artes" feitas por crianças.

Marcos usava o meu automóvel, segundo ele, para levar companheiros a reuniões, tais como a Nancy Mangabeira e vários outros estudantes que eu conhecia de vista, das passeatas ou das reuniões lá em casa, até que um dia Isolda chegou lívida no teatro, contando que sua mãe tinha descoberto as armas escondidas no sótão.

- E o que ela disse? - perguntaram os atores de esquerda que frequentavam o camarim das moças.

- Ela passou o dedo indicador numa poeira ao lado da metralhadora e perguntou com seu sotaque italiano: "Isolda, o que é isso?"

- Não sei, mamãe, - contou Isolda, se fazendo, para a mãe, de desentendida.

- Isolda, isso é pólvora! Você sabe que seu pai fuma na cama! Essa casa vai explodir, seu pai vai acordar com o barulho e ficar furioso com você!

Diante disso, Isolda pediu ao vigia noturno que guardasse a mala com as armas, o que foi feito, felizmente, antes de um policial passar pela Lagoa e revistar sua casa, de onde só retirou, como prova contra ela, os livros de Trotsky e Marx e fotos do Che e do Fidel.

Até que a barra pesou de verdade e a polícia cercou o teatro no dia em que Marcos iria me buscar com o meu fusca no fim da peça. Orlando Miranda, dono do Teatro Princesa Izabel, me chamou ao seu escritório para me avisar que eles queriam falar comigo para saber do Marcos.

Menti que não sabia dele e, apavorada, voltei para o camarim "de esquerda" para saber o que fazer. Foi quando Isolda teve a ideia de aumentar a peça, falando o antigo texto do *Avarento*, que estava na gaveta, já que o que falávamos era um outro muito menor, depois de cortado pelo diretor. Nós, os atores de esquerda, aumentamos o texto, enquanto os de direita, sem entender o que se passava, chegaram a ficar tão furiosos a ponto de um deles dar na cara de Isolda, em cena. Tive que entrar antes da minha hora para contar-lhe, "entredentes", o que estava acontecendo. O público ria de Procópio, que, enquanto isso, fazia graça, sem dar a menor bola para a gente, transformando a peça de Molière numa comédia, literalmente dos Irmãos Marx.

E enquanto víamos, do palco, a polícia na plateia cercando o fundo do teatro, Procópio, em plena cena, sem suspeitar do que se passava, perguntava a um grupo de atores durante uma pausa:

- E então? Vamos jantar onde? Na Fiorentina ou no Varanda?

Comer arroz com ovo era um sonho de consumo em 1978, quando me abriguei no apartamento de Rosi Campo e Calixto de Inhamuns. Lá na Barra Funda, em São Paulo. Almoçávamos e jantávamos salada de beterraba. Inclusive aos domingos. Terrível.

Quando comecei a mijar roxo, fui pedir solidariedade ao dono da casa. Mas o safado do Calixto me disse:

- Tá vendo? Já tá fazendo efeito! Saúde...

São Paulo, naquele tempo, em minhas muitas caminhadas sem recomendação médica, tinha a cara de churrasco grego. Às duas da tarde, na Avenida São João, havia um carrasco que passava afiadíssimas facas sobre a carne assada em luz de boite, estroboscópica, como raios de luz de radiola Wurlitzer. Só me lembrava das pensões de putas do Recife antigo.

É natural, nesse contexto, que eu acordasse de manhã frustrado com a perspectiva de mais beterraba ao meio-dia. Então eu olhava a paisagem da Barra Funda e saudava:

- Isso é uma cidade de merda.

Ao que Calixto completava:

- E do mijo roxo.

Calixto hoje dirige um núcleo de dramaturgia no SBT. Rosi que, na época trabalhava na Som Livre, depois virou a bruxa Morgana e hoje é atriz da Globo. E eu voltei a São Paulo no ano passado, onde os reencontrei, antes de jantares em restaurantes italianos. Que bela cidade a cor roxa escondera em 78...

Faleceu no dia 4 último (outubro de 2007), no Rio, Leda Sheffer Viegas, com quem havia me casado no início da década de 60. Mulher de personalidade forte e dotada de elevado espírito solidário, entregou-se por inteira à ajuda a perseguidos políticos do regime instalado em 64 no país. Enquanto foi possível manter minha legalidade, nossa casa era ponto de passagem quase obrigatória para aqueles que, na clandestinidade, se esquivavam dos órgãos repressivos. Inicialmente, a maioria era de ex-marinheiros; mais adiante, essa acolhida se estendeu a militantes de diversas organizações armadas e não armadas. Era ela, quase sempre e sem questionamentos prévios, a abrir as portas.

Leda não se intimidava facilmente. Lembro bem, certa vez nossa casa foi invadida por um bando fardado. Quebraram o que puderam e roubaram o que quiseram, seguindo a praxe, incluindo uma máquina de escrever portátil que me acompanhava em viagens de trabalho. Ela não descansou enquanto não foi ouvida na unidade do Exército responsável pela agressão. Até que um oficial, para livrar-se dela, ordenou que o acompanhasse a uma sala. Lá, apontou para uma mesa e, tão irônico quanto autoritário, berrou:

- A máquina que a senhora está procurando é mesmo aquela ali. Mas daqui ela não vai sair. E dê-se por satisfeita por ter ficado com as mãos para poder trabalhar e comprar outra, se quiser. Agora, retire-se de minha frente!

Ela se retirou em silêncio e sem levar, claro, a máquina de volta. Mas não se sentiu derrotada. Antes, sentiu-se vitoriosa com a confissão do roubo com um dos membros da gangue exibindo a prova do crime como troféu ao "heroico" ato. Contou-me isso rindo, parecendo feliz. Assim era.

Enfrentou dois momentos particularmente duros no plano individual diante da repressão. Um, quando foi realizada a operação de libertação de companheiros presos na Penitenciária Lemos de Brito. Antes desse episódio, eu já solto e empenhado nessa tarefa, ela manteve sua rotina de todos os domingos: visitar os que lá se encontravam reclusos. Foi presa, entre outras pessoas, acusada de ter introduzido armas na prisão, o que era falso. Voltaria a ser presa quando houve o choque do grupo que eu integrava - o

Movimento de Ação Revolucionária, MAR - com os fuzileiros navais em Angra dos Reis e do qual saí ferido, tendo sido posteriormente capturado. Queria que ela, entre uma coisa e outra, revelasse meu paradeiro, o que lhe era impossível saber. Aliás, já estávamos até separados. Foi torturada e viu torturas de nosso pessoal na Barão de Mesquita. Entre eles José Duarte, André Borges, Jarbas Marques e muitos outros. Não recebeu qualquer reparo pelos danos físicos e morais que sofreu, mas não se queixava. E estou quase certo de que nada reivindicou, mesmo com minha insistência nesse sentido.

Nada disto impediu que ela seguisse sua estrada solidária, ora escondendo pessoas, ora atendendo a necessidades de familiares de quem não podia aparecer e muitas vezes cruzando fronteiras para acompanhar e apoiar perseguidos em busca de exílio.

Teria muito a dizer sobre essa brava mulher, mas este não é o lugar nem o momento. Já me estendi até demais e por isso me desculpo. Imaginem como me sinto. Embora tenha consciência de que a única certeza da vida é a morte, quando ela atinge pessoas que nos são especiais por muitos motivos - e neste caso para mim bem mais amplos -, a dor é mais sofrida. Não posso esquecer de quando e como nos conhecemos e da vida que nos uniu um dia.

14.9 | 1971

Marco Albertim

A primeira imagem do golpe que vi foi de camponeses sendo torturados por soldados da PM, na cadeia pública de Goiana, onde nasci, no interior de Pernambuco. A cidade foi ocupada pelo exército. As damas da sociedade local receberam os soldados com sanduíches e sucos. Quatro anos depois, entrei no movimento estudantil. Fui diretor da UBES. Em 71, perseguido, passei quatro anos na clandestinidade.

Certa noite de maio de 1971, fui ao, então, Colégio Estadual de Pernambuco, onde estudava há dois anos e meio. Como não havia jantado, entrei pelos fundos, por uma porta de acesso à cantina. Comi, despreocupado, um prato de macaxeira com charque. Quando paguei, um colega me chamou para um canto e disse que na frente do colégio havia dois homens de paletó, elegantes, que perguntavam por mim. Eram dois agentes

do DOPS. Não subi para a sala de aula. Teve início um périplo de quatro anos de vida clandestina.

Procurei Alfredo Ferreira Filho. Eu e ele dirigíamos o trabalho clandestino da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, em Pernambuco. Descartamos qualquer articulação com os estudantes da base do movimento. Como, a essa altura, a repressão já representava uma ameaça à vida das lideranças estudantis, o jeito era, mesmo, a clandestinidade. Tínhamos que conseguir um lugar, uma casa que me acolhesse até eu sair do Estado. Teria que sair pelas estruturas de Ação Popular, que nos dirigia no trabalho com os estudantes. E estávamos desarticulados da organização, meio que sem rumos sobre como nos livrar da perseguição policial.

Fomos à casa de um militar do Exército, reformado e dissidente do governo. Em Casa Forte, um bairro aristocrático de Recife, livre da vigilância do DOPS. O militar, prosaico, mal disfarçando a tibieza, disse que não poderia me acolher porque sua casa estava cheia de moças, suas filhas. Fomos à casa de uma amiga da militância estudantil, no Hipódromo. Conversamos até meia-noite, sem tocar no assunto. Alfredo chamou-a à parte. Ela disse que não podia me acolher por causa das irmãs, vacilantes, podiam dar com a boca no mundo.

Pegamos num táxi, fomos a Olinda. Alfredo foi para sua casa. Por razões de segurança, não convinha acompanhá-lo. Eu dormi no terraço de um puteiro à beira-mar, protegido do frio por uma amurada de meio metro de altura. O prostíbulo fechara, só uma luz vermelha piscando na frente. De manhã, fui para Paulista, município vizinho. Passei o dia num monte coberto por uma mata de eucaliptos, espreitando a rodovia. Ao meio-dia, desci para um bairro, afastado, de operários da única fábrica de tecidos da cidade. Entrei numa venda, misto de armarinho e boteco. Comprei rapadura para adquirir sustância e um sabonete ordinário, de cheiro ativo. Atrás, havia um banheiro público, com banhos pagos. Chuveiro abundante e chão de cimento grosso.

À noite, fui encontrar-me com Alfredo no terraço do puteiro. O propósito era que nos misturássemos com a boemia local. Alfredo chegou com Urariano Mota, então funcionário da Celpe, que nos dava apoio na retaguarda do movimento. Com ele, Lécio Moraes, alagoano, instalado em Recife depois de ser perseguido em Maceió. Ele me levaria à estrutura de Ação Popular. Conversou comigo sobre as minhas condições físicas e, sem que eu ouvisse, disse a Urariano:

- Marcão está com cheiro de puta!...

Lécio me levou para o Mosteiro de São Bento. Fui acolhido por um padre e um diácono, sem que o prior soubesse. Dormi uma noite em uma cela vazia, espreitado por uma imagem de Cristo. No almoço, à tarde, no refeitório vazio, serviram-me arroz puro, sem nada. Eu tinha 21 anos e pensei que queria submeter-me a alguma terapia dos dez mandamentos.

Sai à noite. Dirigi-me para a pensão onde morava Urariano, um sobrado ainda em pé na Avenida João de Barros, Boa Vista. Antes, eu o instruí a ir à minha casa e dei-lhe uma cópia da chave. Havia na gaveta de cima da única cômoda, um pacote com escritos da Ação Popular. Devia observar a rua. Se não houvesse nenhum carro suspeito nas imediações, devia entrar e trazer os papéis. Ele entrou e saiu da casa sem problemas. Depois, fomos a um bar na Rua Riachuelo, com exceção de Lécio, que tinha trejeitos de clérigo e sumiu com os documentos. Bebemos cachaça e cerveja. Ninguém se embriagou. O propósito era imiscuir-se de legalidade na rotina de clandestinos e esperar o começo da madrugada, para que a dona da pensão não percebesse minha entrada no quarto. Não teria eu que me identificar na ficha de hóspedes nem pagar pela estada.

Passei cinco dias confinado, sem fazer barulho. Comia o que Urariano trazia da rua e reeducava os intestinos para fazer as necessidades tarde da noite, quando não houvesse trânsito nos sanitários. Uma noite, sem ninguém no corredor ou na sala, fomos a uma conversa regada a batida de limão no apartamento de um amigo de Urariano, em Boa Viagem. Eu não devia ir, mas estava entediado. Lá, emprestaram-me o romance de Garcia Marques, *Cem Anos de Solidão*. Li no confinamento, em dois dias.

Despedi-me de Urariano e fui para o apartamento de um aliado no Rosarinho. O inquilino dividia as despesas com outro. Identifiquei-me como primo do aliado. Depois, fui para outro apartamento, no IPSEP. Moravam três mulheres: duas de Ação Popular e a outra era somente uma simpatizante. Uma delas, Marilu, comprou-me uma passagem de trem para Maceió. Subi no vagão em uma estação afastada da Central, em Porta Larga. Às seis da manhã, eu estava aboletado com uma bagagem de quase nada. Com o dinheiro que me deram, almocei no vagão-restaurante. O cheiro do feijão incensou todo o vagão. Comi feito um andarilho faminto. Marilu viajou no mesmo trem, em outro vagão. Caso um de nós fosse preso, o outro teria a chance de escapar.

Chegamos à tarde em Maceió. Instalaram-me em uma casa, depois em outra, de aliados. Morei um ano em uma república de estudantes, no bairro da Ponta Grossa. Não tinha mudado de identidade e só um dos estudantes sabia a razão de minha estada ali. Eu dizia aos outros que fugira de Recife para evitar um casamento a contragosto, com uma moça que eu engravidara. Como eu era o único que não trabalhava, nem tinha escola para frequentar, cozinhei para todos.

Na cozinha, carnes eram raras. Comíamos fatias de mortadela cozinhadas no feijão. Era um banquete. Aprendi a fazer cuscuz com leite de coco, hoje um legado da clandestinidade. Sozinho durante o dia, uma das vizinhas quase sempre vinha nos visitar. Com o tempo, passamos a nos paparicar. Ela tinha um velho que a mantinha com roupas, jóias. Dizia que ele era o seu amante e eu, o seu namorado.

Às tardes, eu ia para uma biblioteca pública fuçar literatura. Encontrei-me com Luciano Siqueira, clandestino, na Praça Sinimbu. Ele aproveitou para escorchar a memória do senador e latifundiário do Império, Visconde de Sinimbu. Depois, deu conta da luta dentro de Ação Popular para se incorporar ao PC do B.

Um dia de manhã, andando em uma das calçadas da Rua do Comércio, no centro, avistei, vindo na minha direção, o tenente do Exército que me conhecia e me denunciara ao DOPS. O tenente Câmara era instrutor do tiro-de-guerra de Goiana e livrara um professor de inglês do ginásio da cidade, de um Inquérito Policial Militar. Edgar, o professor, tornou-se colaborador do tenente e repassou, para o militar, as conversas que tivera comigo. Graças a ele, Gilseone Cosenza, da UBES nacional, fugida de São Paulo, fora presa no Recife. Avistei Câmara a tempo de entrar em uma loja cujo corredor dava para a rua paralela. Ele não me viu. Entretanto, não me senti em segurança para continuar em uma cidade pequena.

Viajei para Fortaleza seguindo o caminho do sertão de Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O ônibus parou em uma localidade com o nome de Placas, um distrito ou um posto da receita de Pernambuco... Com o dinheiro da viagem, no único restaurante do lugar, não pedi feijão nem arroz. Comi um bife graúdo acompanhado de tomates, fartei-me até sentir remorsos.

Saltei em Juazeiro para pegar outro ônibus rumo a Fortaleza. Hospedei-me com o nome real, em uma pensão da Rua Padre Mororó, no centro. A dona, uma velha com amizades

na polícia, pediu que eu preenchesse a ficha de hóspede. Depois, chamou um policial também hospedado lá. Disse para mim:

- Mostre seus documentos a este senhor que é um policial.

Mostrei a identidade. O velho, gordo, com um chapéu de feltro na cabeça, examinou o documento e disse-me, autoritário:

- Já está com a data vencida. Providencie outro!

- Sim, senhor...

Entrei no banheiro para tomar banho. Ouvi o policial dizendo que não recebia gorjetas de ninguém, a não ser de prostitutas. A dona da pensão não era prostituta, mas sentiu-se aparentada com elas só para concordar com o policial.

Fui à capela do Cemitério do Mororó, no fim da rua. Deveria ajoelhar-me com um pacote de fósforo na mão. Alguém me identificaria e eu deveria fazer a pergunta: "Que horas poderão ser?" Ao que o interlocutor deveria responder: "As horas que você quiser". Ajoelhei-me. Em minha direção, veio um rapaz da minha altura, louro, com um par de tênis puídos nos pés. A pergunta que eu deveria fazer a ele, ele me fez. Houve inversão. Eu dei a resposta que deveria ser dele. Imaginei que era polícia infiltrado e trocara as senhas. Eu disse que ele me esperasse, eu iria trazer outra pessoa que o introduziria na estrutura da organização em Fortaleza. Quando sai do cemitério, fui à hospedaria, paguei o que devia e disparei de volta para Maceió, convencido de que fora descoberto por um policial.

Como o dinheiro acabara, fui andando para um posto da fazenda estadual, afastado da cidade. Muitos caminhões de carga eram submetidos à vistoria. Precisaríamos de ajudantes. Podia conseguir carona para Salgueiro, de lá para Palmeira dos Índios e estaria próximo de Maceió. À noite, parei em Caucaia para descansar num bar. Um homem meio bêbado puxou conversa comigo. Teve pena de mim. Levou-me para dormir em sua casa. Não me ofereceu comida e deu-me para dormir uma rede suja, entranhada de um cheiro de vinagre podre.

Depois de dois dias dormindo num depósito de notas fiscais velhas, fiz amizade com um rapaz que queria transporte para a Bahia. Era carioca. Gostavam de sua conversa. Ele fez

amizade com um dos PMs que faziam a guarda do Presídio Paulo Sarasate, atrás do posto fiscal. Da amizade resultou um almoço no refeitório, eu e o carioca entre centenas de homens trajando farda de presidiários. Saí convencido de que ali não havia razão para motins.

Cheguei a Russas de caminhão, dormi no alpendre de um restaurante. Em Salgueiro, vi uma porção de caminhões com placa de Palmeira dos Índios. Eram feirantes alagoanos, vendendo bichos na feira da cidade. No fim da tarde, recolhendo o que restara dos bichos, teriam que repor os garajaus nas carrocerias. Ofereci-me para o serviço. Pagaram-me. Comi um sanduíche de carne que pôs fim à lembrança do refeitório do presídio. Em cima do caminhão, junto com eles, fui a Palmeira dos Índios. Quando lá chegamos, o dono do caminhão quis que eu pagasse a passagem. Os feirantes se cotizaram. Safei-me.

Em Palmeira dos Índios, na rodoviária, falei ao motorista do ônibus que eu viera de Fortaleza sem conseguir trabalho. Estava voltando para a família em Maceió. Ele consentiu que eu viajasse de graça. Em Maceió, eu tinha a aparência de um vodum em noite de celebração.

Passei dois meses em Maceió, ainda na república dos estudantes. Procurei por Concita, com a secreta esperança de que enviuvara. O velho, seu amante, mudara-se de roupa e cama para a casa dela. Cumprimentei-a com um olho caído. Ela me olhou oblíqua, ofendida...

Não assumi tarefa, não devia, visto que teria que voltar a Fortaleza e não devia saber de nenhum detalhe do trabalho dos camaradas.

Com o dinheiro que me deram, voltei a Fortaleza pelo mesmo percurso. Hospedei-me numa pensão no centro. Quando eu estava preenchendo a ficha de hóspede, a dona, uma loura cheirosa, de bons modos, perguntou-me o que eu viera fazer em Fortaleza.

- Procurar trabalho – respondi.

- Eu tenho um amigo da Polícia Militar, é tenente-coronel. Quer que eu fale com ele para ver se consegue um trabalho para você?

- Não... – respondi sem vontade de falar, para dar a entender que não tinha pressa de conseguir trabalho. Ao mesmo tempo, as letras tremeram no preenchimento da ficha de hóspede.

- Parece que você não gosta de militares...

- Não... – respondi-lhe no mesmo tom.

Dormi em um quarto vizinho ao dela. Separava-nos uma porta mantida fechada. Tomei banho, tranquei-me no quarto e apaguei a luz. Quando ela voltou do banho, perfumou-se de colônia. O perfume invadiu a cama em que eu me deitara. No escuro, vi pela frincha da porta, ela descobrir-se da toalha e vestir a camisola... Doce clandestinidade.

Quando saí de Maceió, era militante de Ação Popular. Entretanto, fui recebido em Fortaleza pelo PC do B... Ai já é outra história.

14.10 CASAMENTO PERIGOSO

Lao-Tsen de Araújo Dias

Tinha recém casado, em 7 de janeiro de 1970. Quedas estavam ocorrendo no PCBR. Nossos padrinhos seriam Raimundinho Teixeira Mendes e sua companheira, Fernanda Coelho, ambos com nome real. Eles não puderam comparecer à Rua Don Manuel, onde se localizava o Cartório.

Lembro-me. Queríamos formalizar a união por causa da família, mas não queríamos chamar atenção dos familiares para nossa atuação política, desconhecida por eles, uns reacionários, outros nem tanto.

Estavam acontecendo, na época, várias quedas, muitos companheiros estavam sendo perseguidos e presos. Nós corríamos risco, embora não fôssemos muitos visados, por sorte. Nosso legalismo levava ao casamento – refiro-me às diversas faces da vida, como sempre – mesmo naquele momento de perigo com todo mundo se escondendo. Que situação!

Raimundinho tinha sido preso, pela PE e levado para a Barão de Mesquita, no dia 5. Junto, levaram um dos irmãos, que reagiu na ocasião. Em princípio, foi sorte, pois ficou como testemunha e, assim como ocorreu com Rubem Paiva, ficamos sabendo do local da prisão inicial.

Imaginem como foi a cerimônia do casamento! Pura tensão. Olhávamos para todos os lados, com desconfiança, para verificar se não havia policiais. Não pudemos festejar as bodas. As pessoas queridas não poderiam estar presentes ou porque estavam presas ou escondidas... Não queríamos levantar suspeitas...

Viajamos pelo Brasil, em lugar de comemorar.

No retorno, estivemos em São Paulo. Meia-noite, na Estação da Luz, que era perto da Estação Rodoviária, na época. Meia-noite, andando até a Rodoviária, passamos em frente ao DOPS. Nós não sabíamos onde o órgão ficava, nem tínhamos conhecimento disso, mas, me lembro, tinha um Brucutu estacionado em frente, o que nos alertou da presença da repressão. Que risco!

Não fomos presos em momento algum.

Mario Alves, no Rio, foi preso e assassinado em 16 de janeiro. No mesmo mês, Apolonio também foi preso. Sabíamos das notícias.

Voltando ao DOPS.

No exercício de dirigente sindical – bancários – viajei diversas vezes a São Paulo, há alguns anos. Numa dessas viagens, Encontro Nacional da CUT, fui à Luz e, como fica em frente, tentei entrar no famigerado prédio do DOPS. Não consegui ficar lá mais que cinco minutos. As recepcionistas não entenderam nada, nem foram formadas, ou informadas, para saber e entender o que acontecera dentro do prédio. Tive uma sensação de ver o passado exposto em uma vitrine.

Saí todo alterado de lá. Pois é. Os fantasmas permanecem cada vez mais vivos. É bom mesmo não deixar que os fatos caiam no esquecimento.

Agradeço a todas as pessoas que preservam a memória dos “ásperos tempos”.

Por falar em comida dos anos 60, recordei-me de um fato que, pra variar, não me lembro de todos os dados com precisão, pois há sempre uma névoa na memória. Só sei que aconteceu pelos idos de 65 ou 66.

Eu estava, acho, ainda no Partidão, PCB. Não tenho muita certeza de quando ocorreu o nosso racha para a Dissidência. Ia acontecer um encontro muito importante, tipo Comitê Central ou assemelhado, fora da cidade do Rio de Janeiro.

Em uma das reuniões da minha base, foi colocada a necessidade de um cozinheiro/a para esta reunião. O requisito mais importante era que fosse um quadro de extrema confiança. Não sei por que cargas d'água, sobrou para mim. Eu avisei que não sabia cozinhar nada mesmo. Bom. Venda nos olhos, depois de viajar umas duas horas de carro, desemboquei em uma cozinha.

Muitas vezes na sala, ordem de não abrir a porta para nada, em hipótese alguma. Sobre a bancada grande de mármore, alvíssimo, material e ingredientes para preparar macarrão com molho: tomates, cebolas, macarrão, etc. Eu não tinha a menor noção de como se cozinava macarrão. Até hoje, cozinhar não faz parte das minhas atividades preferidas. Achei que macarrão era uma coisa muito dura e que, então, eu deveria, como primeira providência, colocá-lo de molho na água fria, durante bastante tempo, enquanto eu preparava o molho.

Pode-se imaginar a gororoba que o pessoal teve que comer, pois era a única comida. Não pude ver se comeram. Devem ter comido com muita disciplina.

Será que alguém lembra dessa reunião? Depois, soube que o evento foi realizado em Pati de Alferes.

Conheci Apolonio de Carvalho, aliás, o Camarada Lima, no começo de 1964, uns dois meses antes do Golpe Militar. Fui apresentado por Aluísio Palmar (André) que compunha a direção da Seção Juvenil Estadual do Partido Comunista no antigo Estado do Rio. Tinha apenas dezesseis anos e tive a honra e o orgulho, que carrego comigo por toda a minha vida, de ter sido recrutado por ambos para o Partido Comunista.

Não sabia, na época, de quem se tratava, na verdade, aquele Senhor, o Camarada Lima. Somente anos mais tarde, fui conhecer a sua extraordinária biografia. Mas, já nos primeiros tempos em que travamos conhecimento, fiquei cativado pela sua capacidade de convencimento, pelo seu conhecimento cultural e político, pela sua dedicação ao Partido, aliados a um enorme interesse pelos problemas daqueles garotos, uma grande ternura, muita paciência e uma enorme disciplina. Eu era, então, um rapazinho de dezesseis anos, cheio de sonhos e certezas, mas, ao mesmo tempo, com graves problemas de depressão. Lima percebeu isso e teve a sensibilidade, apesar de todas as suas responsabilidades e riscos (já em plena ditadura), de se preocupar comigo e me ajudar a superar esses problemas.

Ele era assim: um quadro extremamente disciplinado e fiel ao Partido, mas muito aberto ao relacionamento humano; extremamente sensível aos problemas de todos os companheiros, dos simpatizantes e das pessoas, em geral, que por alguma razão faziam parte das suas relações. Além do mais, era dotado de um fantástico senso de humor. A gente brincava com o Lima, dizendo que ele cumpria tarefa do Partido, fazendo política de relações públicas, o que chamávamos, na ocasião, de ampliação, pois ele se interessava pelo cachorro do dono da casa em que fazíamos uma reunião, perguntava pela sogra, conversava com a empregada, dava palpite na cozinha, etc.

Certa vez, era noitinha, estávamos Lima, Aluísio Palmar e eu, em Niterói, fazendo um ponto (encontro) em frente ao Instituto Mazine Bueno, da Faculdade de Medicina. Eles queriam me batizar com um nome de guerra e mandaram-me escolher. Eu estava de costas para o busto do patrono do tal instituto e o Aluísio de frente para o monumento. Ele aproveitou a oportunidade e tascou: "seu nome vai ser Mazine". Lima completou, no

ato, que se tratava do nome de um grande revolucionário. Sai dali todo orgulhoso e só tempos depois vim saber da verdade. Quando fui cobrar do Lima, ele já tinha para me apresentar a biografia completa de Mazine, um grande líder e ativista dos carbonários italianos. Só pra não deixar passar, poucos anos mais tarde, o busto do tal Mazine Bueno foi expropriado e derretido para fazer finanças para a organização (o antigo MR-8 de Niterói).

Nunca vou-me esquecer de uma frase sua para me inculcar ânimo, otimismo, autoconfiança, certa vez em que cobríamos um ponto e eu andava muito deprimido e triste.

- Rapaz, você é um jovem cheio de energia e sonhos e agora tem uma responsabilidade muito maior com a vida, com a história, você é o Partido, o Partido anda com os seus pés, você fala pelo Partido.

Sai dali com o moral lá em cima, disposto a tudo, a qualquer desafio. Ele estava sempre aberto para debater qualquer coisa, fossem posições políticas, um romance, o capítulo de um livro, temas filosóficos, culturais, pessoais.

Na época da luta interna do Partido, às vésperas do VI Congresso, Apolonio estava no Comitê Estadual do Estado do Rio e integrava um das alas da oposição de esquerda, a chamada Corrente, junto com Mário Alves, Gorender e outros dirigentes. Eles achavam que ainda havia espaço para brigar dentro do Partido. Por outro lado, a juventude do Partido em Niterói estava ligada ao grupo chamado Dissidência, preparava-se para romper e, logo depois, iniciar o caminho da luta armada. Recordo-me das discussões muito duras que tivemos com Lima. Ele ainda defendia a permanência no Partido e ficou muito triste e chocado com a nossa saída. Lembro-me dele, quando aconselhava:

- Sair do Partido? Não façam isso! O Partido é a nossa vida, não há perspectiva fora do Partido....

Pouco tempo depois, a própria Corrente saía do Partido, de forma mais organizada que nós e criava o PCBR. Mais tarde, vieram a clandestinidade, a prisão, o exílio e passei um longo tempo sem ver Apolônio. Fomos rever-nos, novamente, em Paris. Ele foi encontrar-me junto com o René Louis, seu filho, que tinha sido banido junto comigo para o Chile, em Saint Denis, na casa do Átila – o inesquecível companheiro Valneri Antunes, morto em um trágico acidente de carro no Rio Grande do Sul, em 1986, quando era vereador

em Porto Alegre e candidato a deputado estadual. Foi maravilhoso aquele encontro, na França. Alguns dias depois, convidou-me junto com minha companheira para um passeio no Sena e, em seguida, para um *Calvados*, em um "boteco" bem francês.

Em 1979, nos encontramos no Congresso Internacional pela Anistia no Brasil, em Roma. Consegui tirar uma foto dele quando conversava com Diógenes de Arruda Câmara e José Maria Crispim, um registro histórico que guardo comigo.

No Brasil, estive com Apolônio algumas vezes apenas, não tantas como gostaria. Mas ele faz parte do melhor dos meus sonhos, da minha vida. Ele faz parte da história da luta do povo brasileiro por sua verdadeira independência e pelo socialismo. Ele é um herói dessa luta.

14.13 | TRILHAS

Pedro de Albuquerque

Como já fizera de outras vezes, tomo o trem Fortaleza-João Pessoa como a forma mais segura de transportar material "subversivo". Já havia colocado o pacote com os jornais *A Classe Operária*, do PC do B, num dos vagões e, no momento em que me apurava para tomar assento em outro, vejo, num lance de recomendada vigilância ou de bobeira dele, ao fundo de outro vagão, uma cara já manjada. Alberto, o nome dele, um beaguim de polícia que nos atanzava nos idos de 68 nas portas do cinema de arte, nas curvas das passeatas, nos bares, nas nossas idas e vindas pela então provinciana Fortaleza. "Capapreta" de boa kilometragem, abandono a prova material do "crime" para livrar o seu autor.

Passados 17 anos, agora como professor da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), dou início à minha primeira aula do ano de Sociologia das Organizações, cadeira transversal para vários cursos da graduação. Uma surpresa na fundeira da sala me desarranja. Os papéis se invertem e assumo as características do bom policial: autocontrole, boa memória, máxima discrição, controle de situações adversas, equilíbrio emocional.

Chequei na lista de chamada. Era ele mesmo. Estava lá, Adalberto Menescal, já não restavam dúvidas. As paranóias, muitas vezes de bom senso, dos tempos gris e amargos, como os alcunhou Salvador Allende, chegam-me nesse instante como numa avalanche. Um filme das cenas do passado passa célere em minha mente. Estaria ele ali como aluno ou como uma reprodução, agora com rugas e pelos acinzentados, do beleguim do passado?

Por intuição repentina, decidi não denotar minha descoberta. Aluno de Direito, disciplinado, assíduo, estudioso, atualmente professor da Academia de Polícia, Adalberto passou muito bem nas minhas avaliações. A cortina de silêncio quanto à identificação do passado lhe deu tranquilidade para a travessia acadêmica. Mas, ao final do semestre, após a última prova, apresento-lhe o Pedro do passado. À minha aproximação, ele hesita a ponto de me fazer remoer outra vez a dúvida: será ele mesmo? Recuo não mais cabia e atirei-lhe de chofre a pergunta:

- Adalberto, você me reconhece de algum lugar do passado?

- Não - diz laconicamente.

- Você não é policial?

- Sou.

Ele sua a cântaros. Carangueja. Paira no ar das vacilações. Retomo o lacônico diálogo:

- Então você me reconhece.

- É verdade, reconheço você.

Foi o fim do mistério, do silêncio, da muralha do esquecimento tático entre nós dois. Em segredos de quatro paredes, numa eternidade de um semestre, arriscamo-nos ao jogo de esconde-esconde. Mas, ele subestimou a boa memória da caça e sua experiência de feitos às escondidas nas trilhas da clandestinidade. Desprezou sagacidade e faro.

Agora que "a ficha caiu", minha nova pergunta carrega o sentimento dos novos tempos, passado o rubicão em que nos atiramos por motivos diferentes e antagônicos. Haverá

algo de nascente em cada um de nós dois que permita atirar luzes do presente na escuridão do passado?

- Adalberto, mudamos ou continuamos os mesmos?

Silenciando sobre si mesmo, afirma:

- Você mudou. Mas, na essência, é o mesmo.

- Você tem razão, digo-lhe *al tiro*.

Ao dizer-lhe que não o havia identificado no começo das aulas porque temia que abandonasse o curso, ele confirma: "Com certeza, teria largado a cadeira".

Taciturnamente, despedimo-nos. Voltei a encontrá-lo uma outra vez. Entretanto, ao fingir que não me via, seu gesto foi a mensagem: qualquer tentativa de encontrar mudanças pessoais no presente para encarar nossas ações do passado torna-se um estorvo para ele. Quanto a mim, ele próprio já soubera bem ouvir a minha alma: "você mudou mas, na essência, é o mesmo".

Quantas surpresas ainda me aguardariam nos novos caminhos pós-exílio? O reencontro com Adalberto teria sido a premonição de tantos outros, com outras caras, que continuavam nítidas em minha memória, em imagens revividas de áridos ambientes de compulsórios cárceres e de inquisitórias sindicâncias? Um filme rebobinado, numa fotocromia do passado superposta ao presente, faz de minha mente uma verdadeira passarela. Sigamos as trilhas.

Final do século XX. Professor de Gerontologia Social na pós-graduação da Universidade Vale do Acaraú, campus avançado de Fortaleza. Uma aluna, Dra. Enoe Araripe Autran, mal sabia que sua proposta iria bobinar passadas películas em choques de surpresa. Sua sugestão de visitar a Casa de Passagem, por ela dirigida, de pronto foi aceita. Um abrigo público para pessoas idosas, deserdadas da terra, da família, do afeto, da condição de exploradas em um sistema em que ser explorado representa a chamada cidadania. Na manhã de um sábado, a turma inteira chega ao abrigo. Ao primeiro aceno receptivo da Dra. Enoe, assoma à nossa frente um homem em cadeira de rodas, uma perna amputada, de robustez gasta pelo tempo, mas ainda ágil, com ares de dono da casa.

Sob o aperto de mão convencional, pergunto-lhe o nome. Responde-me com brio: Antonio Brioso de Mesquita. Esse nome desencavou-me infaustas recordações. Recuei no tempo e me vesti do jovem Pedro, pleno de sonhos, ingênuo ainda, mas com a intrépida vontade de mudar o mundo. Passei a reconstruir em flashes, os gestos, o corpo, o olhar, a rudeza do homônimo desse senhor, meu algoz em 1964. Só podia ser ele. Refeito do susto, indaguei-lhe:

- Que fazia o senhor em 1964?

De pronto, voz firme de quem não tergiversa, ele passa a dar detalhes do seu fazer:

- Estava na revolução e prendi muitos comunistas. E passa a desfilar os nomes de velhos conhecidos meus, camaradas de sonhos sonhados juntos, hóspedes forçados de funestas masmorras, cativos das mesmas suplicias. Diz-me ainda que fora corneteiro do exército por mais de doze anos.

Certo de que era ele mesmo, devassei o último recôndito de sua caixa de memória:

- Nessa época, o senhor ouviu falar de Pedro Albuquerque?

- Pedro de Albuquerque Neto - diz, boquirroto e orgulhoso de seu passado. - Prendi-o duas vezes, em sala de aula e em sua casa. Botei revólver na cabeça dele, levei ele pras delegacias de polícia, entreguei ele, à noitinha, no Quartel General da 10ª Região.

Como num redemoinho, minha alma foi recolhendo nesga por nesga, fragmento por fragmento, as picadas dos caminhos, os sonhos sonhados, os amores vividos, os amores perdidos, o tijolo com tijolo de sonhos e caminhos partidos no dobrar das quinas da vida e da história, como marcas de passos trilhados e adormecidos. Os anos dourados da liberdade do pré-64, a militância na juventude comunista, no movimento estudantil secundarista e na Frente Nacionalista do Liceu do Ceará, o gesto de rebeldia vivificado nas Ligas Camponesas do querido Francisco Julião em Pernambuco, o Congresso da UNE e a prisão em Ibiúna, a expulsão da universidade.

O golpe militar-empresarial pega-me na Presidência da União dos Estudantes Técnicos e Industriais do Ceará (1963-1964). Um oficial do exército e Brioso, o soldado corneteiro, chegam e me dão voz de prisão em plena aula de física, na Escola Industrial de Fortaleza,

atual Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Ceará (IFETCE). No Quartel de Comando, o Cel. Perboyre ordena a renúncia ao cargo. Renúncia repelida.

E chega o dia de mais violência. Arrastam-me de minha casa, quando curtia o tempo de espera da tarde de domingo com Suely, minha namorada. Os personagens são os mesmos: um oficial militar e Brioso. Como troféu, vejo-me em périplos por bordéis de rameiras e delegacias de polícia. Sob revólver e cassetete, as genuflexões constrangedoras em ruas e avenidas da cidade e a exigência dos nomes dos comunistas. Nomes negados.

A prisão na cela do 23º BC, em Fortaleza e a surpresa do encontro com velhos amigos, prisioneiros já passados pelas mãos gigantemente rudes de Brioso. A inquirição do Cel. Hugo Hortêncio de Aguiar como ritual de passagem para a maturidade temporã. A soltura. O retorno aos estudos, novos interrogatórios no IPM instaurado na Escola. Ameaça de expulsão. Eleição como orador da turma. Oração proibida. Ao final, sou Técnico em Construção de Estradas.

A aprovação em direito na UFC. Nova vida, novos ares, antigos e novos amigos, o novo amor que a ditadura frustrou. A mesma luta. Eleição para o DCE, a passeata dos vinte mil (cem mil no Rio!), a solidariedade a Edson Luis, as escaramuças violentas com a polícia. O nome na relação dos sessenta líderes estudantis brasileiros participantes do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, com prisões preventivas decretadas. Expulsão, sem processo, da UFC.

O mergulho na clandestinidade e nova namorada, Tereza. O casamento às escondidas. Outrora estudantes, agora clandestinos no eixo Recife-João Pessoa, onde Antônio Avertano Rocha e Clarice, Dona Augusta e professor Delby Medeiros, Cláudio Aguiar, Jesuíno D'Ávila e Norma, e José Terto Primo esmeraram-se em solidariedade.

A ida para o Araguaia. A saída da região da guerrilha com a gravidez de Tereza. Nova prisão em Fortaleza e o nascimento, na clandestinidade, de nossa filha Izabela, a quem só vim a conhecer aos nove meses de idade. As torturas plurigeográficas nas mãos da repressão. A exigência do paradeiro de Tereza e Izabela. Paradeiro negado. A advocacia amiga do Acas (Antônio Carlos de Araújo Souza). A impossibilidade de contatar Tereza para preservá-la de cair nas mãos dos "torcionários". A desesperada tentativa de suicídio. A soltura como isca para Tereza. A triste constatação da impossibilidade de permanecer no Brasil.

Estradas sinuosas e movediças nos levaram ao Chile, o refúgio dos deserdados da liberdade. A reunião com Izabela, com um ano e oito meses de idade, pelas mãos dadivosas da Cruz Vermelha Internacional. Na mediação, a generosidade de um suíço e um brasileiro cujos nomes espero um dia identificar. No apoio, os corações dos companheiros e companheiras do Refúgio de Padre Hurtado, nos arredores de Santiago.

Esse exercício mental de revisitar o passado fez-me agônico pelas dores que já havia sofrido. Recupero o juízo de presença e retorno a atenção ao Brioso.

- Você tem tido alguma notícia desse Pedro Albuquerque?

- Não, nunca mais soube dele. Ele era ainda um menino!

Confirmando a expectativa dos alunos e produzindo a surpresa que Brioso jamais pensara experimentar em sua vida:

- Pois aqui está ele, Pedro Albuquerque!

Instala-se um ambiente de estupefação, de uma emoção contagiante, de incerteza do que poderia vir em seguida. Miro em seus olhos lacrimejantes. Ele parece sentir raios de abertura em meu coração. Tomo a iniciativa do abraço e os dois nos abraçamos tangidos pela nova aura de pacificação naquele momento iniciada. Com voz trêmula, olhos marejados, ele diz:

- Foi Deus quem mandou você aqui. Espero que não guarde ódio de mim.

Não, não houve esquecimento, nem dele nem meu. Não posso pôr uma pedra sobre a memória. Houve, sim, apaziguamento com nossos fantasmas do passado. Alguma pulsão de vida removeu feridas de meu coração. Quando lhe pergunto se ele se sente arrependido de seu passado de esbirro da ditadura, responde-me com olhos entristecidos:

- Arrependo-me de nunca ter tido relações sexuais.

Ao revelar esses fios de memória a familiares, a amigos e amigas, antigos e novos companheiros e a meus alunos e alunas, uma interrogação tem impactado minha narrativa: como você consegue reunir forças para perdoar a quem tanto lhe maltratou? Não consigo explicar, não encontro em mim uma racionalidade que enquadre nem o fato

e nem o perdão em formas analíticas. Há quem diga que o perdão é difícil porque é caro, já que aquele que perdoa paga um tremendo preço, o preço do mal que perdoou. Outra vez busco os raios de sentimentos que se foram cravando dentro de mim ao longo de tantas estradas de provação. Faço Neruda dizer a mim mesmo que o maior dos sofrimentos é nunca ter sofrido, é como passar pela vida e não viver. Os temores se atenuam com mãos estendidas. E quando estas vêm de onde não se espera, os temores se esvaecem. Aprendi com essa ambivalência. E como aprendi!

Como em oblação, a mim chegaram mãos e olhares protetores. Do Fernando Antônio Bezerra de Menezes e do Milton de Souza Carvalho, colegas de turma no Curso de Construção de Estradas, em 1964. Entre nós, posições antagônicas na política. Ao receber ordem de prisão em sala de aula, lembrei-me de documento clandestino, do Partidão, escondido em minha casa. Pressenti em seus olhares uma cúmplice compaixão e lhes pedi que fossem destruir a peça do "crime". Foi o que fizeram.

Carrego ainda hoje comigo uma generosa abertura para pessoas que pensam diferentemente de mim. Tenho apostado na interação da existência com os diversos modos da "con-vivência" como processo indutor de valores e de futuro. O debulhar da memória aqui narrada, lembrança por lembrança, segue as pegadas dessas trilhas. Trago à lembrança, nesse instante, o Gal. Lindomar de Freitas Dutra, nos primeiros anos da ditadura.

Em 1964 o Dr. José Roberto de Mello Barreto é afastado da direção da Escola Industrial (atual CEFET). O interventor nomeado é o Gal. Dutra, que preside, também, o Inquérito Policial Militar - IPM para apurar subversão e corrupção na escola. Toca-me ser o alvo subversivo. Mesmo aos domingos, estando eu na minha casa ou na da minha namorada Suely, o general me mandava buscar para prestar depoimentos. Ia forçado e com muito ódio. Ao final de quase um ano de intervenção, retorna à direção o digno Dr. Roberto e eu não sou expulso da escola.

Três anos depois, torno-me estudante de direito na Universidade Federal do Ceará - UFC e vice-presidente do seu Diretório Central dos Estudantes - DCE. Cláudio Pereira, diretor do Grupo de Teatro e Arte (GRUTA). Em meio a muitas vozes, ouço uma diferente a gritar por meu nome. Identifico o Gal. Lindomar de Freitas Dutra, dele me aproximo, e pergunto-lhe, surpreso:

- General, que faz o senhor aqui?

- Pedro, que satisfação rever-lhe - diz ele. - Estou aqui acompanhando a minha filha que está nessa caravana cultural.

- Qual o nome de sua filha, General?

- Amélia Dutra.

- General, o senhor não vai me dizer que é a Amelinha, presidenta do Centro Acadêmico de Música?

- É ela, com certeza, Pedro. Olha, fiz questão de vir aqui, também, para ver se me encontrava com você para lhe dizer o que está atravessado em minha garganta. Agora estou com vocês, Pedro. Mudei. Vocês têm razão. Visitei as Américas e cheguei à conclusão de que temos um inimigo comum a vencer: a dominação norte-americana.

Abraçamo-nos como patriotas. Creio que o General começou a mudar durante o IPM que ele presidira: sua honestidade permitiu-lhe sentir de que lado estavam a dignidade e o desprendimento em favor do país.

Aqui honro a atitude do soldado Bezerra, da PM do Ceará, quando, ao atender a ordem de me retirar da cela da PM e me entregar a agentes da Polícia Federal, aceitou meu pedido para esconder nos bolsos do seu uniforme as cartas de Tereza (protegida por amigos num lugar qualquer de Fortaleza), que descreviam os ajustes de suas declarações às minhas, caso caísse presa. Falavam, ainda, falavam da nossa Izabela. As cartas, entregues por Bezerra a Lourival Zito e Fabiani Cunha, queridos companheiros presos na cela vizinha, foram devidamente queimadas.

Destaco amigos e amigas, expostos a perigos, que ajudaram no parto clandestino de Tereza, na proteção a ela e à Izabela, recém nascida, até a fuga para João Pessoa. Essas mãos dadivosas têm nomes: Marília Teixeira, Horlando Braga e Silva, Lúcia e Chico Farias, Arlindo Teixeira Luz e Maria, Luiz Teixeira Neto, Zaneir, Paulo da Cruz Matos, os amigos da Medicina.

Quando do retorno do Araguaia, encontramos acolhimento na casa de João e Tetê Sandes, em Teresina, Piauí. Voltei à cidade outra vez em 1973 em busca da paz impossível. Na chegada, novas borrascas, ameaças e tocaias inimigas. Já não dava mais. "Brasil, ame-o ou deixe-o", é o lema da ditadura. Forçado, deixei-o por amor. Homero Castelo

Branco Neto, ex-presidente do DCE/UFC, grande amigo, candidato a deputado estadual, no Piauí, pelo partido da ditadura, sem medir riscos, alongou ainda mais seu dadivoso coração e me deu tudo. Carro, motorista, dinheiro, segurança e coragem para picar o caminho do exílio. Périplo de muitas paragens. A primeira em Fortaleza para a solidariedade da família, outra vez atônita.

Mário, meu irmão, da prisão onde sofreu dez anos, na faixa etária mais preciosa (dos 20 aos 29 anos!), traspassou muros e grades e me fez ir ao encontro de Dom Basílio Penido, em Olinda. Éramos comunistas embalados nas asas celestiais da Igreja Católica. De Dom Penido ao aconselhamento com Dom Hélder Câmara sobre o exílio no Chile. E ele, profético: "não vá pra lá, meu filho, o governo vai cair!" Fiz-me de mouco e segui viagem até os Andes.

De Recife a Salvador, com Dom Temótheo, abade dos beneditinos. Desses até à corajosa Madre Luzia, abadessa das beneditinas em Belo Horizonte. Como chegar ao Chile com nossas caras e nomes documentados? A madre leva-nos à cabeleira que remodela nossas aparências. Fotos três por quatro à mão e certidão de casamento de Francisco Cardoso de Oliveira e Regina Ferreira de Oliveira, conduz-nos à SSP de Minas Gerais e, com força de santa, pastoralmente ordena ao funcionário a emissão das nossas carteiras de identidade.

Mais protegidos, pés na estrada outra vez. Com Dr. Mário Simas, em São Paulo, o catecismo da orientação jurídica. São Paulo chora por nós. Num aguaceiro infernal, Padre Eduardo, americano, logo nos passa sua máquina fotográfica e diz: daqui até ao abrigo final vocês serão turistas. Na hora do adeus, deixa-nos seu guarda-chuva. Recusamos. Ele insiste. De seus olhos e de sua voz, claros sinais de amor veneraram aquele momento. Compreendemos seu gesto. Foi um cerimonial de benção e proteção ao nosso estirão do desterro.

Convento dos beneditinos nos arredores de Curitiba, outro mais em Porto Alegre, passagem receosa pela fronteira até Buenos Aires. Medos, sustos, delírios de perseguição. Mendoza, Paso de los Libres, Cordilheira dos Andes, majestosa. Enfim, Santiago. Sossego, alegria e amparo de amigos companheiros desterrados.

A benção de Padre Eduardo conduz-nos ao Padre Lorenzo Roy, canadense, prior dos oblatos no Chile. À sua pergunta, num instantâneo espanhol, "*de que parte eres de Brasil?*", com forte acentuação na segunda sílaba da palavra "parte", respondo *al tiro*:

"del Partido Comunista do Brasil". "Não", diz ele, "de que p-a-r-t-e eres de Brasil?" . Pronto, estragamos tudo. Que nada! Padre Lorenzo Roy nos assistiu até o nosso novo exílio, no Canadá. Aproximou-nos dos Padres Bill Smith e Roberto Smith, membros do Conselho de Igrejas Canadenses, que nos receberam em Toronto e nos abrigaram em Ottawa. Estes oráculos de Deus fizeram-nos criar asas próprias no novo e diferente ambiente com os apoios magnânimos de Anne Roland, Joanne, Maryanne, Raphael Mondragon, Giselle e Jean-Michel Labattut, Madre Holand, Aida Trincão, Ozanan, Roberto, Beatriz, Irmã Lúcia, Padre Bernardo, Laurent e Nadja, Denise, Alvinho, Lu, Fernando, Marina, Madre Elizabeth, Françoise D'Auteuil, minhas novas amizades.

Ainda no Chile, depois do golpe de Pinochet, abandonamos nossa casa apressadamente, juntamente com João de Paula e Ruth, amigos e companheiros de morada e de caminhos, com tudo que havíamos acumulado. Buscamos apoio na Cruz Vermelha e encontramos abrigo no Refúgio de Padre Hurtado. Certo dia, a grande surpresa: visita-nos nossa vizinha no bairro de Ñuñoa, Santiago, senhora Ester, com Claudita, sua filha, trazendo-nos café, biscoitos, empanadas e o apurado com a venda de nossos "teréns" deixados na casa abandonada. Essa visita se repetiu, sob riscos, até nossa saída para o Canadá. Senhora Ester e Dom Guido Canepa, seu esposo, chilenos, eram opositores de Salvador Allende. É quando o coração é maior que o mundo, maior que as circunstâncias e as diferenças ideológicas.

Canadá, meses antes da anistia no Brasil, 1979. Em Recife, meu ex-sogro tem um AVC terminal. Contato com a embaixada brasileira para a entrada no Brasil. Passaporte negado. Ministério das Relações Exteriores do Canadá oferece passaporte canadense e intermedeia encontro com o embaixador brasileiro. Que constrangimento termos que chegar à casa do Brasil pelas mãos das autoridades de outro país! Na nossa presença, o embaixador intercede junto ao governo militar-empresarial. Passaporte outra vez negado. O pai morre sem o último acalanto da filha. A conversa com o embaixador expressa a extensão da repressão:

- Vocês têm filhos? - pergunta o embaixador.
- Temos três, duas filhas de sete e cinco anos e um filho de dois anos.
- Também tenho três com as mesmas idades dos de vocês, mas eles não têm amiguinhos brasileiros para praticar o português e brincar - diz o embaixador.

- Não seja por isso, nossos filhos poderão brincar com os seus.

- Ah! Como eu gostaria que assim pudesse ser, mas minha função não permite - confessa.

- Neste caso, senhor embaixador, embora exilados, somos mais livres que o senhor - dizemos-lhe.

- É verdade - aceita, resignado.

Nascimento de Joana no primeiro ano de chegada ao Canadá, dezembro de 1974. Registro de nascimento solicitado junto ao consulado do Brasil, em Toronto. A legislação pátria incorporara os dois princípios que determinam a cidadania. O *iure solis* (cidadania do país de nascimento) e o *iure sanguinis* (cidadania do país do pai e/ou da mãe). Direito negado/rasgado. Sequencia-se áspero entrevero. Recurso ao consulado de Montreal. Atende, ao telefone, o cônsul Dias Gomide. Inteirado do caso, de pronto, diz que cumprirá a lei. Lei cumprida. Republicano gesto da parte do cônsul, mais nobre ainda posto que vindo de quem fora sequestrado pelos Tupamaros, em 1970, em Montevidéu.

Por fim, a lição de casa. Dos nove irmãos que somos, quatro foram presos, além de duas noras. Eu e Mário, Tereza e Vera, as noras, vá lá, já tínhamos dado os primeiros passos na militância política. Mas condenar o Cêlio, sem militância, a um ano de prisão porque escrevera "vote nulo" num ônibus! Manter a Nadja durante dez dias no DOPS-PE, sem banhar-se e sem cama - uma eternidade fincada até hoje em sua alma - porque ousou visitar na masmorra de Recife, Chico de Assis, primo da Tereza, amigo da família! Forçar meu irmão mais novo, Wilson, com apenas quinze anos de idade, a deixar Fortaleza e a família e debandar para Recife! Prender outra vez e torturar o Cêlio, quando já pegava o "matulão" para o Canadá! Era a morte civil de uma família pela asfixia das armas e do pavor!

As múltiplas invasões facínoras de nossa casa, mantendo os irmãos mais novos e meus pais sob a mira de fuzis! A trombose chega e meu pai, Mário de Albuquerque, já não mais reage. Antes disso, fora afastado, compulsoriamente, do trabalho e o salário minguou ao mínimo. O fardo aumenta sob os ombros de Dona Lourdes, minha mãe que, por sua luta, passa a ser reconhecida como a mãe da Anistia no Ceará, precursora das Mães da Praça de Maio. Foi para as portas de prisões. Gritou, esbravejou, protestou, fustigou, foi aos jornais, peitou de frente os celerados da ditadura. Mobilizou apoios, organizou-se em comissões de solidariedade, uniu-se às demais famílias, agigantou-se. Mas o corpo

respondeu com urinas de sangue, estresses oculares, precoces cabelos brancos, rotineiras vertigens, dores na alma. Qual valor indenizatório pode expiar essa pena moral e física não declarada, essas incabíveis prisões? Não, não há como esquecer!

Passagens de vida são como ritos que nos ensinam balizas de sentir e comportar-se. Foram sinais de aprendizagem que me fizeram vencer a mim mesmo. Gestos de acolhimento que nos fazem lambear os ressentimentos para devorá-los e superá-los. Não confundir com a elisão de consequências de um tempo histórico, de tolerância e permissão de iniquidades. Não se trata de esquecimento, de realimentar mágoas, de relativizar ditaduras e lutas de resistência. Tampouco não é renúncia ao direito de irar-se. Mas, também, não é o se deixar contaminar pela vingança. É remir de nós mesmos a dor para desanuviar a alma como forma de "gentificar-se". É a paz e o controle reconquistados sobre seus próprios sentimentos. É a aposta no futuro.

Foi longo o caminho percorrido na provação, nos transe e tormentos. Como desmedida foi a aprendizagem da solidariedade desinteressada. Absorvi ânimo e brio para ver a vida para além dos meus próprios alambrados. É como se eu fora à lida para manter o encantamento e me deixar por ele irradiar em busca nunca alcançada da obra de nossas imaginações.

Recuperei parte da minha vida profissional no Brasil depois de voltar, em 1979, do exílio no Canadá, junto com Tereza e meus filhos queridos Izabela, Joana e Bergson, o caçula nascido em Ottawa, a quem não mais ousaram negar a cidadania pátria. Tornei-me professor da UNIFOR e técnico em desenvolvimento do trabalho. Retornei depois de quinze anos ao Canadá para concluir o mestrado em Sociologia; após dezenove anos voltei a Santiago. Em Fortaleza, concluí, em 2003, o curso de Direito na UFC, do qual havia sido expulso em 1969.

Enveredei pela militância política novamente: "na essência você é o mesmo!" Vivo um exílio voluntário em Ottawa, Canadá, desde a morte de Brizola – que saudade do caudilho! – onde faço doutorado em criminologia, na Universidade de Ottawa, exatamente sobre o papel da Justiça Militar nos tempos da ditadura.

Encontro a cada instante, no amor de meus queridos filhos, genros e netos, no de minha amada Carmen Lúcia e no vigor de meus sonhos, a razão para me deixar mais e mais pervadir por esse sentimento que fez disparar o meu abraço em Brioso. Quanto a ele, continua no abrigo, esquecido pelo Exército que sonega documento probatório para a

sua aposentadoria como ex-corneteiro. Quando me ofereci para ser seu advogado nesse caso, ele respondeu, enigmático: "Papai não me deixa fazer isso". Quando lhe estendi a mão por entre as grades de ferro do saguão do abrigo, em gesto de despedida, ele, parecendo voltar aos grilhões de seus fantasmas, reagiu como um culpado: "Agora estou preso. Só posso falar com você quando sair daqui".

Quanto a mim, sou livre e, como dissera o Adalberto, continuo em essência o mesmo, o visionário de sonhos libertários.

14.14 | SPAGHETILÂNDIA

Juarez Ferraz de Maia

Spaghettilândia é o nome de um restaurante no Rio de Janeiro, que ficava na Avenida Nossa Senhora de Copacabana e onde, em princípio, eu teria um encontro com alguém da organização às treze horas. Essa pessoa me daria apoio logístico e instruções da minha missão naquela cidade. Cheguei ao restaurante um pouco antes, pedi um espaguete à bolonhesa e fiz o ritual da senha conforme me foi passado. Deveria colocar uma revista do Tio Patinhas em cima da mesa. O meu contato deveria se dirigir a mim e dizer a senha: "você é o Pedro?" Eu deveria responder: "não, sou o irmão dele" e outros detalhes de que não me lembro. Estava tenso e comia sem sentir. Às 13h20min, comecei a me preocupar. Nada de o contato aparecer. Fiquei no restaurante até às 15 horas "enrolando" e, enfim, ninguém apareceu. O meu próximo encontro estava marcado para onze dias depois. Aí o bicho pegou. O Rio era uma incógnita para mim que sempre vivi em Goiás. Não conhecia ninguém lá e estava condenado pela Justiça Militar. Não podia dar sopa. Mais grave ainda, não tinha dinheiro para pagar uma pensão nem para comer nos próximos onze dias. Eu tinha apenas 22 anos naquele momento.

Nasci no interior de Goiás, em uma cidade chamada Itaberaí (antiga Currealinho), estudei em colégio de freiras onde tive uma formação cristã. Nessa ocasião recebi a influência política de um grupo de amigos dentre eles, Oscarito Ferraz, Rubens Americano e

Honestino Monteiro Guimarães⁶. Em fins de 1964, mudei-me para Goiânia onde fui arregimentado pelos militantes da recém criada Ação Popular, ou popularmente conhecida por AP. Em 1966, tornei-me líder estudantil em Goiás e, por várias vezes, fui preso como agitador e subversivo. Eu havia me tornado presidente da Confederação Goiana dos Estudantes, entidade secundarista fundada pelo atual Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Os secundaristas éramos muito ativos e participantes. Travamos um duelo com o pessoal do Partidão (PCB), que dividia com a AP a liderança do movimento estudantil em Goiânia. Foram momentos de muita agitação e mobilização contra a ditadura, até dezembro de 1968, quando o governo baixou o AI-5, que fechou as portas para a contestação dentro das estreitas normas legais. A partir daí, muitos companheiros desenvolveram dentro da AP, uma luta interna que colocava em causa a luta "legal" e pacífica como forma de enfrentar o terrorismo do governo militar.

Nessa ocasião eu estava em liberdade condicional, obrigado a bater ponto na Polícia Federal semanalmente e, ainda, tinha uma pena de confinamento. Por determinação da Justiça Militar, não podia sair da cidade. Decidi pelo tudo ou nada. Um grupo da organização, dentre eles eu e outros companheiros, saiu da AP e optou por se ligar ao pessoal de Minas Gerais, por influência do Carlos Alberto (Breno), que havia criado a Colina. Em seguida, esse grupo, por várias circunstâncias, se transformou na VAR-Palmares. Em setembro de 1969, um dos meus processos seria julgado em Juiz de Fora. Fiquei na berlinda, não fui ao julgamento e, como estava previsto, fui condenado, junto com o companheiro Marcantonio Della Corte, que já estava preso por outro processo. O pessoal da organização me mandou para Brasília, onde fiquei um tempo depois do julgamento, esperando a poeira baixar. O companheiro "Marison" me contatou em Brasília e me disse:

- Você vai ser transferido para o Rio de Janeiro, onde temos uma missão para você.

Eu disse tudo bem. Ele me passou "o ponto", que seria no restaurante Spaghettilândia, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, e a senha. Eu perguntei pela grana da viagem. O companheiro "Marison" me passou o dinheiro que só era suficiente para chegar ao Rio, dormir uma noite e comer um sanduíche na viagem.

- E se houver algum contratempo, quando será o próximo ponto? - perguntei.

6

Ex- Presidente da UNE, assassinado pelos militares nos anos 70.

O companheiro me respondeu que seria onze dias depois.

- O que eu vou fazer no Rio de Janeiro sem dinheiro durante onze dias, numa cidade que eu não conheço? - Ainda por cima estava condenado pela justiça militar, continuei.

O companheiro "Marison" fez um discurso daqueles... Com voz grave disse:

- O companheiro Juarez está desconfiando da capacidade da organização, está tendo um comportamento pequeno-burguês. Pois fique sabendo que a organização nunca abandonou um companheiro...

Bem didático, sem querer ferir os brios revolucionários do meu companheiro "Marison", eu repeti a pergunta:

- E se houver algum problema o que eu deveria fazer, sem recursos, clandestino numa cidade que não tinha a menor ideia do que era?

Levei outro sabão do companheiro "Marison". Baixei a cabeça peguei a grana e, sentindo-me um novo revolucionário das causas populares, aceitei a missão, aliás, não tinha outra saída, era isso ou a cadeia.

Felizmente ainda em Brasília, encontrei o meu primo Nerinho e sua esposa, a Neves, que me acolheram e me deram um pouco de dinheiro. No outro dia, o meu primo me levou à rodoviária de Brasília e embarquei num ônibus com destino ao Rio de Janeiro. Chegamos ao Rio de manhã bem cedo. Ainda na Rodoviária tomei um café com leite e um pãozinho com manteiga. Fui ao banheiro, vesti uma boa camisa coloquei gravata e lá fui eu, de coletivo, rumo a Copacabana. Para os goianos Copacabana era o santuário da beleza, glamour, riqueza, perdição, enfim, um sonho.

Cheguei em Copacabana e durante umas duas horas dei volta pela região, sondando o ambiente e, perguntando daqui e dali, finalmente localizei o destino que me levaria à minha nova missão na revolução brasileira. Ainda faltavam duas horas e meia para o encontro e continuei caminhando. Tomei coragem e perguntei a um taxista onde ficava o mar. O cara me perguntou se eu era mineiro, respondi que sim. Ele deu uma tremenda risada e me disse, "caminhe até o final desta rua e você vai ver o mar". Desci a rua com o coração na mão, enfim ia conhecer o mar. De repente dei de cara com aquela coisa mais linda: o marzão. Parei na Avenida Atlântica meio bobo, meio lelé, senti o cheiro da

maresia. Fechei os olhos, estava enfim, no Rio de Janeiro em Copacabana! Parecia um milagre. Atravessei a rua e fiquei no calçadão, vendo aquela gente bonita passar, de biquíni, maiô e eu de terno e gravata numa manhã de muito sol em plena praia de Copacabana.

Às 12h30min caminhei até o meu destino: o restaurante Spaghettilândia. Cheguei em cinco minutos, dei voltas pela calçada, entrei e fui ao banheiro para reconhecer o ambiente, saí e andei mais um pouco. Às 12h50min, entrei no restaurante e sentei. Estava muito nervoso. Fiz os procedimentos do encontro e o tempo passou e a pessoa que deveria "me resgatar" não aparecia. Imaginei: "foi presa, morta, está sendo torturada para entregar os pontos do dia".

Molhei a camisa de tanto suor de excitação e nervosismo. Pensei: "e se o ponto caiu, os caras da polícia estão me observando e vão me pegar na saída?" Permaneci ali, pasmo, esperei o máximo permitido pelas normas de segurança. Às 15 horas, completamente arrasado, paguei e saí bem devagar enquanto refletia:

- E agora? O que vou fazer nesta cidade durante onze dias, sem ter para onde ir?

Contei a grana e agradei a meu primo Nerinho, pelo gesto. O dinheiro dava para comer uns três dias e dormir uns dois. Andava de um lugar para outro. À noite, troquei a gravata por um churrasquinho e dei risadas. Durante dois dias, dormi numa espelunca no bairro do Flamengo e comia prato feito ou angu. No terceiro, comi à noite um pãozinho com manteiga. No quarto dia, a vaca foi para o brejo! Caminhava e caminhava e, à noite, como estava morrendo de sono, exausto de tanto caminhar, fui dormir na praia de Copacabana. Lá pelas tantas, acordei com uma batida policial. Os caras me pegaram. Expliquei a polícia que era estudante e vivia no Flamengo e que, naquele dia tinha pegado um porre, fiquei por ali e adormeci. Mandaram-me embora e foram levando um bando de gente para a delegacia. Eu tremia.

De madrugada, morrendo de sono e nervoso, peguei um ônibus para o Méier, adormeci e fui acordado no ponto final. Pedi desculpas e expliquei que tinha passado do ponto, que não tinha grana para voltar e que, por favor me deixassem voltar até Copacabana. Assim fui enrolando o tempo. Durante o dia, tirava uma soneca na praia e comia um pãozinho com manteiga e um cafezinho. Ali pelo sexto dia, sem um centavo no bolso, estava realmente mal, vendo miragem, com uma fome de leão. Sentei no calçadão de

Copacabana, estava quase desmaiando de fome e cansaço na praia da fantasia. Pensei, tenho de tomar uma atitude séria, senão vou morrer de fome.

Atravessei a Avenida Atlântica, caminhei no rumo do prédio de frente, passei pelo porteiro, entrei no elevador, apertei um andar qualquer. A porta abriu e fui até o apartamento à minha frente, toquei a companhia. Apareceu uma senhora morena, baixinha, meio gordinha de cabelo pretos e lisos, eu disse: "senhora..." Ela respondeu de pronto, "se for pedir ou vender, por favor, não chateie". Eu disse cabisbaixo, "Senhora... Por favor, eu sou do interior de Minas, estou estudando no Rio, meu pai não mandou a mesada e minha situação está horrível. Pelo amor de Deus, me dê um prato de comida". A senhora fechou a porta e eu, sem ação, sentei no corredor, coloquei a cabeça entre as pernas, pus o marxismo de lado e pedi aos anjos da guarda que me ajudassem.

Pouco depois a senhora abriu a porta do apartamento e me deu um prato de arroz com feijão e bife. Engoli tudo em poucos minutos, em seguida ela me deu água e me perguntou se queria mais. Eu disse que sim. Ela me mandou entrar e sentar no sofá. Trouxe outro prato de comida. Transpirava tanto que estava todo molhado. A senhora colocou o ventilador na minha direção e eu tremia e o suor pingava. Ela disse que eu podia descansar um pouco. Fechei os olhos e cochilei. Acordei minutos depois e estava muito melhor.

Falei de "minha vida", que ia fazer vestibular para geologia, etc. Ela se apresentou e me disse que se chamava Ângela e me deu muitos conselhos, falou de Deus e que a vida era dura e que tínhamos de lutar para vencer. Agradei e me despedi. Ela esticou a mão e, quando toquei, senti que tinha um dinheirinho. A dona Ângela me dera uma graninha. Agradei, desci e senti que Copacabana voltava a ser bonita novamente. Aquela quantia bastou para mais dois dias de pãozinho com manteiga e café com leite. As noites continuavam sendo nos ônibus. O meu sapato estava um trapo de tanto andar, a minha roupa fedia.

No oitavo dia, caminhando de saco cheio, fome e meio zozzo, vejo vindo na minha direção, na Praça do Lido, um jovem que havia conhecido no movimento estudantil em Goiânia. Ele era carioca e um dos dirigentes da UBES. Era o Bernardo Jofilly⁷. Ele me reconheceu, me abraçou e viu a minha situação... Horrenda! Perguntou-me o que estava acontecendo e expliquei a minha condição de pretendente revolucionário, perdido e

7 Bernardo Jofilly, hoje é um dos intelectuais do PCdo B, tradutor de várias obras de renomados escritores Albaneses. Viveu na Albânia durante muitos anos.

esfomeado no Rio de Janeiro. Bernardo era da AP e transitava para o PC do B e, portanto, não podia me ajudar dentro do seu esquema. Lembrou-se de um ex-colega do Colégio Aplicação do Rio, que talvez pudesse me ajudar e falou que ia facilitar um contato com urgência, logo à noitinha. Deu-me uma grana para comer.

Na hora e lugar marcado, apareceu o Bernardo com um jovem magro de óculos de fundo de garrafa que me foi apresentado. Depois das apresentações, o Bernardo exclamou: "está entregue" e se foi. Tentei esclarecer ao rapaz o meu problema. Ele me afirmou, de cara, que achava minhas histórias muito confusas, estranhas. Entretanto, como era o Jofilly que estava me avaliando, tudo bem. Ele me disse, "vou te dar uma grana". Perguntei se ele podia abreviar o meu ponto, ele me respondeu que não. "Você tem de cumprir com o roteiro combinado". Ele estava apenas seguindo instruções, alegou.

Em seguida, completou "agora vamos para um local perto daqui" e me levou para um cortiço perto do Palácio do Catete. Lá morava um mundão de gente, de todos os tipos. O cara a quem fui apresentado no cortiço me mostrou o meu canto. Fui à Rodoviária, busquei a mala, voltei para o cortiço lá pelas tantas da noite e tomei o melhor banho da minha vida, apesar do banheiro que fedia a cocô. Dormi num colchão no canto da sala da espelunca, mas para mim era com estar no Copacabana Palace.

No outro dia já cheirando a novo e de roupa trocada, voltei a Copacabana, comprei um buquê de rosas vermelhas e fui à casa da dona Ângela. Cheguei e toquei a companhia. A mãe dela abriu a porta e me identifiquei: "sou o Roberto". Em seguida, dona Ângela veio falar comigo vestida de robe branco e cabelos com bobes. Entreguei as rosas, agradeci e disse que meu pai tinha regularizado a remessa da mesada. Ela me abraçou, chorou, me contou a sua difícil vida de separada. Outro dia passei e presenteei-a com um par de sandálias. Dona Ângela riu muito.

Enfim, no dia D (onze dias depois) de banho tomado e roupa trocada, lá vou eu para o ponto alternativo, no mesmo lugar: o restaurante Spaghettilândia. Cheguei as 13h05min e sentei. Fiz os procedimentos para a senha e logo em seguida apareceu uma jovem, simpática, falou a senha, respondi e ela rapidamente foi logo me dando uma tremenda bronca: "o companheiro chegou cinco minutos atrasados". Eu respondi, "pior foi você que

chegou onze dias atrasados". Quando lhe contei a minha saga pelo Rio de Janeiro durante os onze dias, ela me olhava e chorava. Abraçou-me e rimos muito.

Chamava-se Maria Auxiliadora Lara Barcelos⁸, a Dora. Era estudante de Medicina em Belo Horizonte, foi do movimento estudantil, perseguida, entrou na clandestinidade e, como eu, tinha sido "deslocada" para o Rio de Janeiro. Pouco tempo depois ela foi presa e sofreu humilhantes e covardes torturas. Com o sequestro do Embaixador Suíço pelos comandos revolucionários, o nome da Dora foi incluído na lista dos setenta presos políticos libertados, que foram enviados ao Chile, em troca da vida do Embaixador.

Vivi no Rio de Janeiro, na clandestinidade, uns dois anos. Em 1971 quando a maioria dos companheiros da organização tinham sido presos, assassinados ou exilados, me vi de novo em um beco sem saída. Nesse momento, eu estava muito doente e procurei deixar o Brasil, secretamente, no mês de abril, pela fronteira com o Uruguai. Em Montevideú peguei um avião para o Chile. Tempos depois, em Santiago, reencontrei a Dora, que estava feliz por estar de novo na Faculdade de Medicina. Em 1973 com o golpe de estado que assassinou o Presidente Salvador Allende, a Dora, outros companheiros, inclusive eu, nos exilamos na Embaixada do México, em Santiago. Fomos resgatados em Santiago pelo Governo Mexicano, levados, no avião presidencial, para a cidade do México e alojados no *Hotel San Diego*, como hospedes do governo do Presidente Echevarria. A vida toma outro rumo...

14.15 | OPERAÇÃO SALVAMENTO

Pedro Viegas

"Não fui marinheiro, nem tive qualquer ligação com a Marinha. No entanto, estive preso com dois grandes camaradas marinheiros - o Otacílio Pereira dos Santos (já falecido) e o Cláudio Ribeiro. Fiz grande amizade com ambos que considero duas figuras ímpares e íntegras". (Alípio Freire)

⁸ Dora saiu do México, onde estávamos refugiados, foi viver em Berlim e voltou a estudar medicina. Como conseqüências das torturas sofridas na prisão no Brasil, entrou em profunda depressão e, não suportando a carga emocional, suicidou-se, atirando-se debaixo do metrô de Berlim.

Camarada Alípio

Como me anima depoimentos como o teu.

Os companheiros que citas - Otacílio Pereira dos Santos e Cláudio Ribeiro - são realmente daqueles que não se pode esquecer. Mas te conto uma.

Banido, retornei ao país em julho de 1976. Participava de um grupo que considero ter sido a minha melhor (e por enquanto última) militância. Melhor porque, depois do Movimento dos Marinheiros, foi meu reencontro com as massas e, dessa vez, operárias. Lembras da greve da Fiat em 1979 no Rio de Janeiro? Pois é, nosso grupelho dirigia o Comando de Greve. Nem conto quem eram nossos principais adversários.

Bom, eu estava em Salvador, às bordas dos Alagados. Um dia, me chega um bilhete por canais progressistas da Igreja. Era o Cláudio, na pior das piores. Havia empreendido uma fuga quase impossível, de Itamaracá. Precisava ser resgatado. Situei isso no grupo e todos foram concordes em que deveríamos apoiá-lo. Só que a única pessoa que o conhecia era eu... E eu estava clandestino. Aquela coisa de quem vai pôr o guizo no pescoço do gato. Assumi.

Ele estava em Milagres. Arrumei um esquema e juntei quem deveria ir comigo. No local, lá estava o Cláudio, com uma valise pendurada no ombro e um pacote quadrado na mão. Pensei que fosse rapadura! Nos cumprimentamos e senti um olhar estranho nele. Em síntese, não me reconheceu. Entramos no carro e ele sentou atrás do motorista. De repente, ele furou com o dedo o pacote que eu pensava ser rapadura e disse:

- Se estão me prendendo iremos todos para o inferno!

Foi um tremendo suadouro. Foi difícil convencê-lo de que eu era eu e que o que estávamos fazendo era salvá-lo. Foi duro. Tive que rememorar para ele detalhes de situações que somente nós sabíamos.

Ao cair em si, ao se dar conta de que estava em boas mãos, sua reação foi desabar em lágrimas. Gente, quanta história não contada!

15 - Luta Armada

15.1 | RESISTÊNCIA

Neguinho, Antonio Geraldo Costa

Aqui estamos, porque lá estivemos.
Onde? Na luta contra a ditadura e a opressão.
Lutamos por um Brasil livre e democrático.

Eu faria tudo de novo, agora com mais experiência.

Quando eu era militante do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), cujo principal líder era Leonel Brizola, viajei várias vezes entre Rio de Janeiro, São Paulo e Uruguai. Fazia contatos, participava de reuniões e tinha intensa atividade política.

Era uma época de articulações fervilhantes. Por ocasião dessas viagens, ouvi falar de alguns grupos, formados por ex-militares, do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, que, inconformados com o golpe, uniram-se para se insurgir contra os usurpadores do poder. A Brigada Gaúcha tinha muitos oficiais ligados a Brizola que planejava uma sublevação dessa força militar, com parte do Exército, com a intenção de ocupar o Estado do Rio Grande do Sul. Ouvi falar do Movimento Revolucionário 26 de Março e da Operação Pintassilgo, formada por pequenos conjuntos de brigadistas que ocupariam a região, como os pintassilgos, passarinhos que vivem nos alagados e se juntam em pequenos bandos nas coxilhas. Na verdade, pouco sei dessas ações de que não participei. Contudo, houve vários planos e tentativas de derrubar os golpistas e restabelecer a legalidade.

Certa vez, em 1967, como representante do MNR paulista, viajei a Montevideú para encontrar-me com Leonel Brizola e outros líderes da organização com o intuito de traçar

um imediato plano de ação. Eu tinha 43 anos e estava na plenitude de meu vigor físico e intelectual. Chegando ao Uruguai, reuni-me com outros integrantes e líderes do MNR: primeiro um grupo de seis pessoas, que depois foi reduzido para três, comigo quatro. Eu tinha que voltar dentro de duas semanas e ficou resolvido que eu e outro militante iríamos transportar armas para São Paulo. Levamos eu e um ex-fuzileiro, em duas malas, quatro carabinas de repetição e munição para 400 tiros. Viajamos de trem de Montevideú até a fronteira do Brasil: Rio Branco do lado do Uruguai e Jaguarão do lado do Brasil. Em Rio Branco, fomos com as malas – a minha com a munição e a do meu companheiro com as carabinas – para o hotel indicado. Segundo o combinado, viriam camaradas de Jaguarão a fim de pegar as malas e passá-las para o Brasil. Eles chegariam de manhã cedo. Entretanto, à noite, enquanto estávamos dormindo, a polícia uruguaia invadiu o hotel. Quando esses policiais irromperam em nossos quartos, pensavam que éramos contrabandistas e ficaram surpresos com o conteúdo das malas.

- *De quién son esas municiones?*

- Não sei, respondi.

- *Son tuyas?*

- Não, eu sou limpo! Contestei.

- *No son tuyas?*

- Não, eu sou limpo! Insisti.

Diálogo cômico, pois, na época, eu não dominava o espanhol...

Meu companheiro também negou ter algo a ver com a outra mala que estava em seu quarto. Fomos presos e espalhou-se a notícia de que polícia havia capturado "guerrilheiros brasileiros". A notícia correu rápido e chegou em Montevideú. Alertada pelo MNR, a esquerda do Uruguai se mobilizou e nos colocou sob sua proteção. Fomos levados de Rio Branco para Melo. Dormimos uma noite na delegacia de Melo e, no dia seguinte, fomos transferidos, presos, para a capital. Lembro-me de que os jornais uruguaios noticiaram fartamente nossa prisão naquele país. Em Montevideú, fomos entregues à Intendência de Polícia. Ficamos presos quatro dias. Perguntavam pela origem das armas e munições e, todo o tempo, negamos que as malas fossem nossas. Alegamos que elas tinham sido trocadas. A esquerda uruguaia, junto com o MNR, constituiu um advogado e, no quinto

dia, fomos libertados. Ficamos na casa de alguns companheiros uruguaios ligados à organização enquanto esperávamos por uma possibilidade de retornar com alguma segurança. Aguardávamos por orientação de como voltar ao Brasil e, passados uns quinze dias, recebemos instruções para regressar. Viajamos de Cessna com lugares para o piloto e três passageiros, rumo a Santana do Livramento. Durante o voo, o piloto recebeu uma mensagem pelo rádio com a informação de que a polícia estaria esperando por nós naquela cidade fronteira. O Cessna pousou, então, em uma fazenda bem rústica no interior do Uruguai, cheia de *gauchos* com suas roupas típicas – bombachas e ponchos. Fomos bem recebidos. À noite, tomamos chimarrão e comemos um churrasco de carne bovina em volta da fogueira, com muita camaradagem. Todos os peões pareciam ser companheiros. No dia seguinte, o piloto tentou novamente pousar em Santana do Livramento. Levantamos voo. Quando lá chegamos e o avião mal pousou e começou a taxiar, lá vem a polícia brasileira, com três carros e metralhadoras. O piloto gritou.

- *Compañeros!*

Ele acelerou e decolou de novo, imediatamente. A polícia disparou várias vezes, mas nenhum tiro atingiu a aeronave. Foi um momento de grande angústia. Todos sentimos muito medo e vimos, com o coração na boca, o espectro da morte chegando. O piloto continuou, no espaço aéreo brasileiro, e aterrissamos em um pequeno aeroporto dentro de outra fazenda, na serra gaúcha. Ele entregou a cada um de nós um pacote com documentação e dinheiro para circular no país e levantou voo de volta. Cada um tomou seu rumo. Levei uma semana para chegar em São Paulo, pronto para outra.

A luta continuou.

15.2 | PRIMEIRA AÇÃO

Leoncio de Queiroz

A ditadura fascista e entreguista, de traição nacional, – era assim que a entendíamos – havia usurpado o poder no país por meio de um golpe militar arquitetado pelos Estados Unidos. O Governo legítimo do Jango fora deposto e os cárceres achavam-se coalhados de presos políticos. As manifestações populares lideradas pelo movimento estudantil

desencadearam feroz repressão policial. A luta armada era a única opção que vislumbrávamos. Cumpria prepará-la, montar aparelhos e criar estruturas de apoio. Carecia-se de recursos. Jamais poderíamos contar com a Fundação Fulbright ou com o BID para obtê-los. O caminho mais óbvio para suprir essa deficiência era o de angariar fundos junto ao capital financeiro nacional. Como não poderíamos contar com a boa vontade dos banqueiros, já que estes estavam comprometidos até a raiz dos cabelos com o golpe militar, a solução seria recorrer ao mecanismo da expropriação – um instituto do Direito Revolucionário.

Eu e o Alemão, afro-brasileiro de sorriso franco e porte avantajado, nos aproximamos do carro estacionado há alguns dias numa rua secundária de Laranjeiras. Era um Aero Willys de cor cinza, o mesmo carro que, numa noite, alguns dias antes, tínhamos expropriado em uma rua calma e ladeada de casarões, na Tijuca. A tomada do veículo não havia sido totalmente pacífica. Um rapaz magrinho estava sentado ao volante do carro, parado junto ao meio fio, quando nos acercamos, eu pelo lado do motorista e o Alemão pelo do carona.

- Chega pra lá e fica quieto.

Empurramos o rapaz para o meio do banco da frente. Automóveis, naqueles dias, eram equipados com um banco inteiriço na frente, onde podiam sentar três pessoas, e traziam a alavanca de mudança acoplada à barra de direção. O Gota Serena sentou-se no banco de trás. Nossa intenção era liberar o motorista um pouco mais adiante, para dificultar sua capacidade de clamar por socorro. Ele, contudo, não confiou nas palavras tranquilizadoras proferidas em tom pedagógico por aquele enorme crioulo ao seu lado. O olhar bondoso e cordial do meu grande companheiro se lhe afigurou como o faiscar de olhos ferozes de um assassino frio e sanguinário. Nem eu, dirigindo, do seu outro lado, com um bigode de mexicano insopitável, nem o nordestino com cara de jagunço de canudos, sentado atrás, conseguimos acalmá-lo, apesar de nosso sincero empenho. No primeiro sinal em que parei, o jovem mancebo em apuros deu um ataque histérico, conseguiu abrir a porta do carona, jogar-se do carro no meio da rua e sair correndo. Arranquei, entrei numa rua contramão, saí por outra que dava mão e sumimos.

Era esse o carro que estávamos indo buscar. A placa havia sido trocada.

A obtenção de placas para a troca era a parte mais perigosa da operação. Alguns dias antes, por volta das onze horas da noite, tocou a campainha do meu apartamento. Era

um secundarista - hoje próspero homem de negócios - que vinha me pedir ajuda. O Alemão lhe havia pedido para confiscar um par de placas e ele carecia de apoio moral para a tarefa. Saímos, num fusca que ele tinha pedido emprestado, percorrendo ruas recônditas e pouco transitadas da zona sul, até acharmos um lugar que nos pareceu satisfatório. Essa ação é perigosa porque quem a executa fica totalmente exposto. Numa expropriação veicular ou bancária, o autor tem a iniciativa, vai armado e rende os circunstantes. Mas quem se ocupa da retirada de placas de carros estacionados na rua, na calada da noite, fica indefeso. Conta com a sorte. A qualquer momento, o dono do automóvel, ou outra pessoa, pode ir à janela e ver o que está ocorrendo. Se apenas der o alarme, não é tão grave, mas ele pode buscar uma arma e alvejar o companheiro que está se expondo. Cumpre ser rápido. Montei guarda enquanto meu jovem e habilidoso amigo retirava as placas e saímos o quanto antes do local.

Tudo parecia calmo. Ninguém suspeito havia por perto. Adentramos a viatura. Liguei o motor e partimos. Em uma esquina da Rua do Catete, pegamos o Gota Serena e o Tigre - dois cabras da peste, baixinhos e arretados. Ambos ex-marinheiros que haviam participado da renomada Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, tão abominada pelo almirantado. O Tigre era preto como João Cândido, o Almirante Negro. Quatro esquinas mais abaixo, mais dois ex-marinheiros: o Faca Grande e o Motorista. A este último passei a direção.

Nosso armamento era composto de alguns revólveres Taurus, calibre 38, duas Colt 45, uma das quais eu trazia, travada, enfiada no cós da calça, uma submetralhadora de fabricação caseira e uma metralhadora Thompson, daquelas cujo pente tinha o formato de uma lata de goiabada e que eram muito usadas pelos gângsteres de Chicago na década de 30, sempre pilotada pelo Faca Grande. A submetralhadora tinha algum defeito de fabricação que a fazia engasgar após quatro ou cinco tiros. Tínhamos, também, duas granadas caseiras que consistiam em uma cabeça-de-negro envolta em dinamite e tudo enfiado em um pistom de motor de automóvel. Uma delas, em outra ocasião, eu risquei e arremessei, a título de experiência, lá na mata do Grumari, mas ela não explodiu. O Tigre trazia, além disso, presa ao antebraço, com a ponta para cima, a fim de poder ser sacada com maior rapidez, e oculta pela manga comprida, uma faca de combate. A 45, enfiada na cintura da minha calça, ficava bem disfarçada pela camisa para fora e pela palmar ausência de barriga que me caracterizava naqueles tempos áureos. A Thompson e a submetralhadora eram carregadas separadamente em enormes bolsas em formato de valise, que serviriam, também, depois, para colocar o dinheiro.

Com esse arsenal rudimentar nos dirigimos à nossa empreitada. Era um dia de sol esplendoroso. Não me lembro qual era o banco visado nem onde ficava. Certamente, algum recanto da zona norte. O plano de ação era complicado. Outra equipe, que chegaria ao local em outro veículo, nos daria cobertura. Fugiríamos no Aero Willys até uma rua secundária onde nos aguardaria outro carro para baldeação. Descemos do carro, a uma distância de uma meia quadra, cinco homens, e nos dirigimos para o alvo, em fila indiana, dois conduzindo pesadas bolsas. Não me lembro quem ia na frente, mas ele seguiu direto, sem entrar no banco, e os outros atrás. Mais adiante paramos e o líder disse que havia visto algo suspeito – uma pessoa ou um carro parado. Voltamos em fila indiana. Quando nos aproximávamos da meta, alguém ponderou que já havíamos dado muita “bandeira”, nos portado de modo estranho, em frente a um banco, por bastante tempo, que aquele objetivo tinha sido “queimado” e que deveríamos desistir da ação. Voltamos para o carro. Encontramo-nos, mais adiante, com a equipe de cobertura que foi dispensada, assim como o carro de baldeação. Seguimos, a esmo, no Aero Willys, discutindo, irritados, o fracasso, causado por excesso de zelo. Aventamos entrar em qualquer banco e executar a ação, de improviso. Foi quando o Motorista afirmou conhecer uma agência excelente, muito adequada. Concordamos e ele tomou a direção de Realengo.

Chegamos ao banco. Tudo sossegado. Pouca gente na rua. Estacionamos em frente. O Motorista ficou no carro. Nós, outros, adentramos o recinto. Sacolas abertas, armas sacadas, metralhadoras em riste, rendemos os circunstantes.

Um homem, em frente a um dos caixas, segurava uma maçaroca de dinheiro que ainda não havia tido tempo de depositar. Eu, no melhor estilo Robin Hood – interessado somente em esvaziar as recheadas algibeiras do Xerife de Nottingham e incapaz de despojar seus vassalos ou servos da gleba –, disse ao homem que guardasse o dinheiro. Mais tarde, me arrependi. Eu devia ter mandado o caixa completar o depósito e expropriado a grana.

Seguindo o protocolo bancário implementado pelo Mariga em São Paulo, após fazer o gerente abrir o cofre e esvaziá-lo, remetemos todos para o banheiro. Um rapaz, entretanto, tentou fugir por uma porta dos fundos. O Tigre, percebendo a movimentação, arremeteu sobre o incauto, um revólver em cada mão e a faca nos dentes, e, como um bom pastor, o reconduziu com o rebanho para dentro do aposento sanitário.

Limpamos o cofre e colocamos o dinheiro nas valises. O montante não era nada espetacular, já que as agências bancárias naqueles tempos, por precaução, deixavam a caixa baixa. O Alemão blefou para os bancários e clientes apinhados no banheiro que quem saísse antes de 15 minutos seria metralhado. Enfiamos as armas nas valises junto com o dinheiro e nos retiramos. Entramos no carro onde o Motorista nos aguardava e o Faca Grande proferiu, apressado.

- Vambora! Vambora!

O chofer permaneceu inabalado, sem mover o veículo.

- Vambora, rapaz! Tá esperando o quê?

Nisso, um ônibus passa a toda a velocidade rente ao carro, explicando a inércia de nosso criterioso volante. O Gota Serena estatuiu, incontestado, do alto de sua notória sabedoria.

- Quem sabe como tem de guiar é o motorista.

Saímos de Realengo e pegamos a Avenida Brasil. Ali, seguindo o manual, fomos descendo, primeiro dois, mais adiante mais dois, para descaracterizar o grupo. Os primeiros a saltar fomos eu e o Tigre, cada um portando uma pesada valise repleta de armas e dinheiro. Fizemos sinal para o primeiro ônibus que apareceu. Quando embarcamos, constatamos, surpresos e apreensivos, que o coletivo estava povoado de PMs embarcados como passageiros, provavelmente dirigindo-se a algum quartel para começar um turno. Fizemos aquela cara de absoluta normalidade e nos sentamos em um banco aparentando tranquilidade. Não precisávamos ter tanto receio, pois a onda de assaltos estava apenas começando no Rio de Janeiro e não havia motivo para que desconfiassem de nossas valises, ainda mais com o ar de segurança, sem afetação, que procurávamos demonstrar.

Saltamos em nosso destino. Ajudei o Tigre com as maletas até o aparelho em que se escondia e fui para casa.

Mais tarde, jantando, ouvi no *Repórter Esso*:

- Realizado a assalto mais ousado até esta data, em Realengo, a cem metros da 1ª Divisão de Blindados...

Depois soubemos, também, que aquela era a agência da qual o Motorista, que morava ali por perto, era cliente.

Improvisação DEZ, planejamento racional de todos os detalhes ZERO. Depois desta, com pequenas variações na equipe, fizemos outras.

15.3 | GUERRILHEIRO ASSASSINADO

Colombo Vieira de Sousa Júnior

Reinaldo Pimenta foi assassinado por uma equipe do CENIMAR e do DOPS no dia 27 de junho de 1969. Ele foi secundarista dos Salesianos da minha cidade, Niterói, e estudante de engenharia na UERJ.

Junho passou a ser um mês de lembranças e relembrações terríveis das prisões, torturas e assassinatos de militantes da dissidência estudantil do PCB no velho Estado do Rio.

Queria planejar e executar uma homenagem digna desse nosso herói, na passagem dos 40 anos, mas só conseguia lembrar-me do que aconteceu no mês de junho. Passei então a perguntar a cada companheiro que encontrava e a maioria não se lembrava sequer do mês. Até que, há pouco, consegui a data exata por um companheiro cuja esposa estava lá no apartamento da Rua Bolívar. Estávamos todos ESQUECENDO!

Éramos um grupo de jovens empenhados em construir, com companheiros da dissidência do Paraná, um foco guerrilheiro no oeste desse estado, nos moldes sugeridos por Guevara e trazidos por Regis Debret, batizado de MR-8 por conta de nossa revista *8 de Outubro*. No primeiro semestre de 69, começaram as prisões no Paraná. A mando de Reinaldo, nosso comandante Joaquim, percorri várias localidades do país a fim de estabelecer comunicação com os companheiros que se encontravam desaparecidos. Eles poderiam ter furado o cerco e estar abrigados por contatos. Logo soubemos que estavam quase todos presos, sendo torturados no comando do CENIMAR, na base da Marinha, na Ilha das Flores, entre Niterói e São Gonçalo.

Reinaldo me passou a decisão da Organização:

- Agora a prioridade é evitar novas quedas e salvar nossos companheiros que estão sendo torturados, uns na Marinha e outros no DOPS da Rua da Relação. PREPARAR FUGAS E IMPEDIR NOVAS PRISÕES.

Então, Reinaldo se dirigiu ao apartamento da Rua Bolívar para retirar de lá duas companheiras do Paraná, pois sabia da possibilidade de o CENIMAR obter aquele endereço a qualquer momento. A repressão, no entanto, já sabia da localização daquele aparelho e, prevendo que Reinaldo iria lá, montou uma tocaia com homens da Marinha e do DOPS.

Segundo o depoimento de uma das companheiras presas no mesmo momento, Reinaldo tentou escapar pela janela por onde passaria para outro apartamento. Os assassinos poderiam tê-lo detido enquanto estava pendurado no batente, mas preferiram derrubá-lo a golpes de fuzil. A perícia lavrou um laudo corroborando a versão policial de suicídio e apenas um dos legistas assinou.

Se nós esquecermos, ficarão para a História as matérias da chamada grande imprensa, que relatam o suicídio de um líder guerrilheiro que preferiu se lançar do quarto andar de um apartamento de Copacabana.

Nossos companheiros estavam esquecendo! Eu estava esquecendo!

O Comandante Reinaldo Pimenta foi assassinado.

15.4 | INÍCIOS DA ALN NO RIO

José Pereira da Silva

A ALN do Rio teve formação diferente da de São Paulo. Enquanto em São Paulo ela se originou dos quadros do Partido Comunista Brasileiro universitário, aqui no Rio, também veio dos quadros do PCB só que eram provenientes do movimento secundarista, principalmente da Escola Técnica Celso Suckow da Fonseca (antiga Escola Técnica Nacional, hoje CEFET) e do Colégio Pedro II - Zona Sul.

Éramos pessoas oriundas da classe média, pequena burguesia, com todos os melindres e cuidados inerentes aos jovens dessas classes. A transformação de cada um de nós do movimento estudantil para a luta armada foi traumática. Saíamos de um movimento de pichações em muros, de correr da polícia nas passeatas, de ocupar faculdades. Jogávamos rochas e bolas de gude para que os cavalos da Polícia Militar caíssem, quando de suas arremetidas. Saíamos das passeatas com palavras de ordens que indicavam os grupos ali representados, "o povo unido, jamais será vencido", "só o povo armado, derruba a ditadura". Nos comícios e depois de pequenas falações, protegidos por seguranças criados dentro do Movimento Estudantil, partimos para burlar e enfrentar a repressão que já se tornava mais forte.

Era um verdadeiro movimento de guerrilha urbana. Organizávamos pequenos grupos que se juntavam em um mesmo momento, vindos de diversos locais, com falação curta e forte e dispersávamos, em seguida, para nos reagrupar em outro local, repetindo o movimento. Criávamos os comícios-relâmpago.

Nesta ocasião, começamos a fazer pichações com seguranças armados. Nossas palavras de ordem pichadas pregavam a luta armada, pois conclamavam a população a se organizar e lutar, de forma armada, contra a ditadura. Apareciam os primeiros revólveres 22, 32 e 38 em nossas mãos, armas de nossos pais, às vezes velhas e enferrujadas.

Iniciamos nossos treinamentos de tiro, na Barra da Tijuca, ainda quase deserta; no Alto da Boa Vista e em sítios da família e de amigos. Exercícios de tiros, efetivados por mãos trêmulas e desajeitadas, por professores que estavam atirando pela primeira vez e já eram *experts* depois do segundo tiro.

No início de 69, fui com o Barba até São Paulo. Íamos participar de uma ação de grande porte. Seria em um município próximo, onde fecharíamos algumas ruas e cobraríamos o ICR, isto é, Imposto Compulsório da Revolução, com ações de expropriação para arrecadar dinheiro, de vários bancos, todos próximos uns dos outros. Seria nossa primeira ação, que serviria para ganharmos experiência e, logo, deflagrar o processo aqui no Rio. Fomos até o local escolhido, planejamos cada momento da operação, percorremos o caminho de fuga e conhecemos o local onde desembarcaríamos de um dos carros. Não éramos de São Paulo e não tínhamos a menor noção de onde estávamos. Perguntamos ao Jonas, comandante de nossa ação, como faríamos para sair dali. A resposta foi: "Companheiros! Confio na capacidade e iniciativa de vocês".

O Jonas era um quadro, militante, de boa formação militar e política, pouco mais velho do que nós, procedente do movimento operário e havia feito treinamento de guerrilha em Cuba, no primeiro grupo enviado pelo Marighella. Foi o primeiro contato com a nova realidade. Na guerra, não há lugar para melindres, as coisas são diretas e claras, o subterfúgio, a dubiedade podiam levar à morte.

Por algum problema técnico, a ação foi suspensa e retornamos ao Rio, com a orientação de iniciarmos nossa atividade. Afinal, "não pedimos licença a ninguém para praticarmos atos revolucionários", "a vanguarda se dá pela ação" – palavras de ordem que imperavam naquele momento e era necessário leva-las à execução.

Reunimo-nos algumas vezes e acabamos por acatar possibilidades de ações. Hoje, sei que algumas foram trazidas pelo pessoal do Pedro II – Zona Sul, ainda mais jovens do que nós. Se tínhamos em torno de vinte anos, eles não chegavam aos dezoito, sendo que o Curumim estava com seus catorze anos.

Começamos a fazer o levantamento de vários locais e realizamos algumas ações. Percebi, naquele momento, que não havia mais volta. Afinal, revolução não se faz com flores.

Éramos revolucionários e estávamos sendo caçados como bandidos. Bom que a repressão, nesse início, não tinha noção de quem éramos e procurava no terreno errado. Incomodava a agressão sofrida na nossa formação, muitos de origem católica, de moral arraigada em princípios de honestidade e contrários à violência.

De todos nós, é muito provável que o Wagner mais tenha sofrido este choque. Jovem puro, quase angelical, criado pela avó, menino da zona sul, não sabia o que era ir a uma sapataria comprar um par de sapatos, já que a avó mandava que trouxessem alguns pares, em sua casa, para que ele escolhesse os que lhe interessavam. Sobrinho neto de um cardeal, acredito que tenha sido, entre nós, o que mais se superou.

Lembro que, quando estava para viajar a Cuba, apresentei ao Wagner um casal, que era meu contato e apoio pessoal. Eram companheiros, simpatizantes que eram a nossa retaguarda, sem que qualquer outro companheiro da Organização tivesse conhecimento. O Bigode havia sido meu professor, casado com a Maria, também professora, pessoas agradabilíssimas, politizadas, sensíveis e contrárias aos desmandos da ditadura. Soube que o Wagner, quando procurado, ficou escondido por um período na casa do Bigode e da Maria. Quando preso, já em Minas, e barbaramente torturado até a morte, não revelou

o endereço deles aos torturadores. Este casal passou incólume, da repressão, por todo processo.

Ao Wagner, rendo minhas homenagens, como prova de dedicação e superação que uma pessoa pode chegar na luta por um ideal.

15.5 | O CARRO PAGADOR DO IPEG

Sergio Granja

Quando procurei o Lúri⁹ para dizer que não via mais sentido em continuar no Partidão, ouvi dele que era para eu ter paciência, que algo de diferente estava sendo gestado. Nós éramos do Comitê Secundarista do PCB no Rio de Janeiro. Eu não me conformava com a linha política absenteísta do Partidão na luta contra a ditadura. É claro que o papo não foi exatamente nesses termos, mas foi mais ou menos esse o teor da conversa. Aliás, não cobrem precisão das palavras. A ambiguidade delas é imanente.

No caso das minhas palavras, a imprecisão é ainda maior, por causa da amnésia que me corrói as reminiscências. Guardo lembranças retalhadas, recordações em frangalhos, como um quebra-cabeça em que se perderam muitas das suas peças. Por isso, para recompor o passado, às vezes, minto. Consciente ou inconscientemente, preencho os hiatos da memória com invencionices, criações da imaginação, pura fantasia. Mas, como ia dizendo, quando procurei Lúri, não suspeitava aonde aquela conversa me levaria.

Fruto desse papo germinal, um belo dia, outro companheiro me procurou. Era o Crioulo¹⁰. A bem dizer, não sei se fazia um belo dia. Tampouco me lembro se isso foi antes ou depois de eu ter sido apresentado ao Marighella. Deve ter sido depois. Eu já era estudante universitário, embora continuasse no Comitê Secundarista. Mas o Crioulo chegou e me chamou para fazer um levantamento. O Crioulo era da Seção Juvenil do Comitê Central do PCB e também estava ligado ao Marighella. Fomos até a frente do prédio do IPEG

9 Lúri Xavier Pereira morreu na luta contra a ditadura.

10 Luiz José da Cunha morreu na luta contra a ditadura.

(Instituto de Previdência do Estado da Guanabara), na Avenida Presidente Vargas, e ficamos observando a saída do carro pagador. Era um carro forte que levava o dinheiro da sede para as agências. Voltamos algumas vezes. Acho que fui sempre com o Crioulo, mas pode ser que alguma vez tenha ido com o Lúri. Sei lá. Em todo o caso, foram poucas vezes.

Disseram-me que a informação sobre os pagamentos do IPEG fora colhida nos jornais, o que era verossímil, pois o dia do pagamento, as agências e a lista dos beneficiários saíam publicados nos jornais. Muito tempo depois, fiquei sabendo que a informação viera de dentro, por um contato do Marighella. Tratava-se de uma alta funcionária do IPEG. Para o que vou contar, entretanto, esse é um detalhe sem relevância.

A ação foi planejada e chegaram ao Rio os companheiros do famoso GTA, o Grupo Tático Armado de São Paulo. Do Rio, participaríamos três companheiros: o Barba, o Poeta e eu. Os dois primeiros ficariam no carro de cobertura; eu faria dupla com Marquito¹¹, o comandante da ação.

Hora e local aprazados, estávamos a postos. Era uma agência. Na porta dela se formara uma fila de pensionistas. Havia um Policial Militar guardando a fila e outro dentro da agência. A ação começou com a chegada do carro pagador. Minha tarefa era dar cobertura ao Marquito, que deu uma banda no PM que guardava a fila. O cara era grandalhão, mas caiu de costas na calçada. Com o impacto do tombo, o capacete dele voou para um lado e o revólver para o outro. O PM esticou o braço, tentando alcançar a arma no chão. Reagi e apliquei uma coronhada no couro cabeludo do policial. A cabeça rachou e o sangue jorrou. Inseguro da eficácia do meu golpe, eu ia desferir outro em seguida, mas o Marquito me deteve. O cara estava desmaiado. Respirei aliviado. Eu estava muito tenso e, ao mesmo tempo, orgulhoso da minha coronhada. Era a primeira vez que participava de uma ação armada. Marquito, mais experiente e comedido, comentou que eu não precisava bater com tanta força na cabeça dos outros.

Com a respiração ainda ofegante, observei que, na calçada oposta, caminhava, displicente, outro PM. Atravessei a rua, correndo em direção a ele. Ele vinha distraído porque estava paquerando uma mulher. A mulher devia ser jovem, talvez atraente e, com certeza, desfilava coxas, bunda e peitos que eu não notei. Minha atenção estava toda concentrada

11

Marco Antônio Braz de Carvalho morreu na luta contra a ditadura.

no PM. Surpreendi-o com um soco frontal do cano do revólver no seu tórax. Acho que a força do golpe foi excessiva de novo. Eu ia sempre com demasiada sede ao pote. Ele foi jogado contra a parede e caiu sentado, com um olhar apavorado, pedindo pelo amor de deus para que eu não o matasse. Talvez tivesse se machucado com o choque do cano do revólver contra o seu diafragma. Vi que estava desarmado e vulnerável. Dava pena. Parecia muito fragilizado. Procurei pela mulher. Havia desaparecido. Nem deu pra sacar se valia a pena. Voltei para junto do Marquito.

Estava tudo dominado. Então, entramos no carro pagador. Mas, para minha surpresa, havia, lá dentro, um senhor agarrado feito um carrapato à sacola do dinheiro. Eu disse para ele entregar a sacola e sair do carro. Ele não me obedeceu. Gritei com ele e nada. Dei-lhe um tapa na cara. Continuou imóvel. Comecei a esmurrá-lo. Ele não se mexia. Eu já não sabia como proceder quando o Marquito disse para eu deixar o sujeito em paz. Marquito tirou a sacola das mãos dele e o conduziu pelo braço, calmamente, para fora do carro. Foi aí que percebi que o sujeito estava paralisado de pavor. O que eu interpretara como resistência era apenas medo.

A essa altura, a situação se complicara com a chegada de um carro da polícia civil que começou uma troca de tiros conosco. O PM que estava dentro da agência também abriu fogo contra nós. Ficamos sem poder usar a metralhadora porque o companheiro que a portava foi ferido no braço direito. Mas conseguimos arrancar com o carro pagador, deixando a polícia para trás.

Numa esquina erma, eu e o Jonas¹² descemos do carro forte. Caminhamos um pouco e tomamos um táxi para a Praça XV. Jonas carregava uma sacola com a metralhadora que tomáramos de um PM que estava no carro pagador e fora rendido logo de cara.. O rádio do táxi anunciou o assalto ao carro do IPEG. E mais: informou que os assaltantes fugiam com o dinheiro em direção à Praça XV. No banco traseiro, Jonas e eu nos entreolhamos. Chegando à Praça XV, pagamos a corrida e descemos do táxi. Eu o aconselhei a não pegar a barca para Niterói. Mas ele não fez caso. Disse para eu ficar observando, porque ele estava determinado a atravessar a baía com a metralhadora. Fiquei de olheiro. Ele tomou a barca, que zarpou baía adentro. Logo em seguida a polícia chegou, fazendo estardalhaço. Retirei-me.

12

Virgílio Gomes da Silva morreu na luta contra a ditadura.

Devo ter passado uns dois dias dormindo, tamanha era a minha exaustão. Quando acordei, liguei para o Aldo¹³, que era companheiro e vizinho, e combinamos de nos encontrar na casa dele.

Aldo era sobrinho do Arcebispo do Rio de Janeiro Dom Jaime de Barros Câmara e morava com a avó. Estávamos no quarto dele, conversando, quando fomos chamados à mesa, que estava posta. Não me lembro se era almoço ou jantar. Acho que era o almoço. Fomos. Quando sentei à mesa, a avó do Aldo me apresentou a um amigo dela que estava de visita e comeria conosco. Tratava-se de um senhor de cabelos brancos ou grisalhos, não sei muito bem, mas que, para os meus padrões da época, era um velho. Cumprimentei-o e me acomodei na cadeira sem prestar atenção nele. Foi aí que a avó do Aldo introduziu um assunto espinhoso. O amigo dela passara por uma experiência terrível. Ele era tesoureiro do IPEG. Estava dentro do carro pagador quando aconteceu o assalto. Surpreso, fiquei abestalhado. Ela passou a palavra para ele. Espantado, escutei o relato do tesoureiro do IPEG, cara a cara com ele.

O velho senhor disse que havia um assaltante muito mau, um sujeito grande e forte, com uma expressão de ódio, certamente um sádico, que o espancara sem nenhum motivo. Ele só não fora morto por esse bandido, porque um comparsa do bando de assaltantes, talvez chefe da quadrilha, ficara penalizado e intercedera, livrando-o do brutamontes.

Aldo olhou para o amigo da avó e depois para mim. Adivinhou o que estava se passando. Troquei uma olhada de cumplicidade com ele. Que fazer? Temia ser reconhecido. Interpelei o visitante. "Puxa vida, o senhor passou um sufoco, hem?" Era a forma de eu tentar saber se ele havia me reconhecido. "Ah! Foi, meu filho. Você nem imagina!", respondeu. "Esse bandido era malvado mesmo, né?", falei. Ele concordou comigo. Falou horrores do bandido e me deixou tranquilo. Pelo jeito como falava comigo, não me havia reconhecido. Na verdade, nem ele a mim, nem eu a ele.

A avó do Aldo virou-se para mim e perguntou se eu não havia gostado da comida. Aí, me dei conta de que não havia tocado no prato. Fiquei embaraçado. Meti o garfo no prato, levei a comida à boca e mastiguei pela primeira vez. "A comida está muito gostosa", respondi, sem conseguir sentir-lhe o sabor. "É que foi tão impressionante essa história,

13

Aldo Sá Brito morreu na luta contra a ditadura.

que eu nem me lembrei de comer", acrescentei, soltando a respiração e relaxando finalmente.

Relendo, agora, o que acabei de escrever, fico na dúvida se isso de fato aconteceu.

Rio, 24 de outubro de 2007.

15.6 | EXPROPRIAÇÕES E DINHEIRO

Marcelo Mário de Melo

No aparelho em que me encontrava e no qual não fui preso porque estava em reunião fora, eu guardava em uma sacola o resultado de um assalto do PCBR a um banco do Ceará. E cuidávamos do dinheiro com todo zelo.

Nosso salário de revolucionários profissionais era de um salário mínimo e meio, no PCBR do Nordeste, com despesas de viagem pagas por fora. Isto, quando era possível, porque muitas vezes a situação apertava. E aos muito procurados, que não se movimentavam com facilidade ou atuavam em lugares onde eram muito conhecidos, era suficiente a cobertura das despesas diárias de alimentação e transporte.

No aparelho em que eu passei muitos meses, esse do qual escapei, tínhamos uma caixinha e anotávamos todas as despesas que fazíamos.

José Pereira da Silva

O dinheiro das expropriações ia para a manutenção do movimento e costumava ser distribuído em alguns aparelhos. Quando esses aparelhos caíam, em geral, o dinheiro ficava para os torturadores e sua gangue.

Não conheço caso de companheiro que tenha se aproveitado do dinheiro para benefício próprio. E, se houve, é para cumprir o ditado. De qualquer forma, toda expropriação nossa era sempre alardeada na imprensa por um valor maior.

Parte do dinheiro foi apreendida pela repressão. Há relatos de combatentes vivos a esse respeito.

Temos que ser firmes e claros: os que participaram de ações armadas não podem ser suspeitos de ilícitos, delitos, práticas abomináveis. As expropriações eram atos revolucionários, estavam dentro das ações programáticas da esquerda armada.

15.7 | FINANÇAS DO M.A.R.

Júlio César Senra Barros

No ano de 1969, começaram as ações de expropriação bancária de nossa organização revolucionária, o Movimento de Ação Revolucionária – MAR. Nossa necessidade de expropriar era muito maior do que nossa capacidade de centralizar, administrar e distribuir segundo as grandes carências de cada companheiro. Custava muito caro manter nossa estrutura revolucionária.

Da mesma maneira que tínhamos companheiros que trabalhavam, como era o meu caso, havia os quadros já clandestinos que precisavam de dinheiro para movimentar-se, alimentar-se, enfim, prover-se e pagar o aluguel dos aparelhos. Menciono, ademais, a infra-estrutura para o plano de fuga e resgate dos presos da Lemos de Brito, além da manutenção desses companheiros no local para onde seriam levados e escondidos.

Então, os quadros com vida legal ficavam com o dinheiro das expropriações, de modo a não despertar suspeitas. Depois da transformação do apartamento em que eu morava, na Ilha do Governador, em um verdadeiro "aparelho" com a chegada do Duarte e outros que por lá passaram, fiquei encarregado de administrar a maior parte desse capital. Eu depositava o dinheiro na conta que tinha no antigo Banco Predial na Penha e, de lá, retirava, aos poucos, para o pagamento de despesas "normais" – sustento e movimentação de companheiros militantes clandestinos – e de outras, como compra de armas e gastos

com viagens. Já que precisávamos nos deslocar sem risco pela cidade, ainda compramos um carro legal.

Vivíamos dessa forma até a "queda" do nosso grupo, quando retirei o dinheiro que restava. Como fiquei com a responsabilidade de sustentar a mim e mais dois companheiros – o Vítor e o Magro –, usamos o dinheiro em nossa subsistência até que nos separamos. Eu fui para o Rio Grande do Sul, por intermédio da Ala Vermelha do PC do B; eles fizeram contato com a ALN e passaram a atuar por essa organização.

Tentamos ainda estabelecer comunicação com a base de militantes operários do bairro Mallet, através do Francisco, que era cobrador da antiga CTC, mas ele já tinha sido preso. Esse fato impediu que também fôssemos presos, caso tivéssemos ido até a casa do Ferreira, que já tinha sido invadida pelo DOI-CODI.

Resume-se assim a administração possível do capital expropriado, nas circunstâncias em que vivíamos entre a legalidade e a clandestinidade.

15.8 | UM CARRO EM SÃO PAULO

José Pereira

Um dia pegamos um carro lá em Sampa.

Avisamos ao dono, na hora, que éramos revolucionários e que o carro seria devolvido, mas que ele deveria dar parte do caso à polícia.

No automóvel, encontramos um isqueiro e passamos a usá-lo.

Dias depois, já havíamos usado o carro e telefonamos para devolver.

- Escuta! Aqui é o rapaz que pegou seu carro.

- Ah! Ah! Ah!

- Quero lhe dizer que o carro está na rua tal, em frente ao número tal e que deixei a chave na calota traseira do lado do motorista.

Então, companheiros, o cara me sai com uma pérola dessas...

- Não tem perigo de ninguém roubar?

Mais alguns dias e voltamos a ligar para devolver o isqueiro.

- Oi. O seu carro estava direitinho?

- Muito obrigado meu filho, estava tudo direitinho.

- Liguei porque encontrei um isqueiro no carro e queria lhe devolver.

- Não meu filho, muito obrigado, pode ficar com ele pra você.

Do outro lado da linha, dava pra sentir que a voz dele era de aflição, medo. Estava doido para se ver livre de nós.

15.9 | RIBEIRA

Roberto Menkes

Um dia me informaram: "você e a Carmen foram escalados para o treinamento de guerrilha". Nos deram uma lista detalhada das compras necessárias: duas mudas de camisa grossa de manga comprida, de cor escura, calça Lee, botas de couro de cano alto, boné, cantil e outros implementos. Consultei com alguém: "será importante ir ao dentista e tapar as cáries?"

Na nossa imaginação folclórica, ou talvez uma informação tirada de algum relato, sabíamos que, na selva – onde íamos era segredo absoluto, mas alguma selva era – se alguém é picado por cobra venenosa, temos que cortar um xis com uma faca afiada sobre cada uma das duas marcas de dentes da picada e chupar o sangue, com o cuidado

de logo cuspir bem cuspidado e não engolir nada. Porém, se a pessoa tem cáries, então o veneno entra por elas e babau, é como se você tivesse sido picado.

A resposta veio: "sim, tapem as cáries, vocês têm que estar bem preparados". Entrei num dentista no Largo do Machado, já fui anunciando "quero tapar todas as minhas cáries!" Naquele tempo eu não tinha experiência em lidar com dentistas, não sabia que são como mecânicos que, mesmo se o carro não tem nada, eles criam algum defeito. Depois de me examinar, anunciou "você tem cinco cáries". Achei meio estranho, eu não sentia nada na boca, só imaginava que pudesse ter uma ou duas cáries incipientes. Mas enfim, a preparação da guerrilha vinha em primeiro lugar. "Quero tapar todas agora, de uma vez". Fiquei sentado naquela cadeira por mais de duas horas, suportando o infernal zumbido da broca, todos os músculos enrijecidos se preparando para a dor – não quis anestesia – e ele provavelmente fazendo buracos em dentes que não precisavam. Saí de lá exausto, mas contente pensando "agora posso chupar veneno de cobra!"

Tomamos o trem noturno para São Paulo e, chegando lá na estação, depois da devida troca de senha e contra-senha, o nosso contato nos levou de carro até um sítio no interior do estado, uma região conhecida como Vale da Ribeira. O sítio era nossa fachada para entrar e sair, receber algum material necessário e também base de reabastecimento de alimentos. Daí, já se entrava diretamente na mata. Dormimos na casa do sítio e o nosso treinamento começou no dia seguinte.

Éramos umas vinte pessoas. A estrutura de comando era bastante simples: Lamarca era o chefe. Ele delegava tarefas e, se necessário, designava alguém para um temporário sub-comando. Ele, na qualidade de ex-capitão do exército, tinha muita firmeza e experiência de comandar, todas as ordens eram seguidas à risca, nem passava pela nossa cabeça contrariar alguma decisão tomada por ele. O conhecimento prático que ele tinha adquirido como especialista do exército em combate anti-guerrilha era precioso e, somando isso ao fato de ele ter sido campeão sul-americano de tiro ao alvo com revólver, criava uma aura heróica que inspirava em nós bastante respeito.

Tínhamos redes, que amarrávamos entre duas árvores, num ponto mais ou menos alto; a rede, feita de plástico leve e resistente, ficava de um metro a um metro e meio do chão. Construíamos alguma espécie de banquinho com galhos e troncos para subir e entrar na rede que abria e fechava com zíper e permitia ver tudo ao redor por umas aberturas cobertas com mosquitoireiro. Simples essa rede, não? Ledo engano. No começo, ou elas ficavam tortas, ou muito altas, ou muito baixas, ou dávamos nós nas cordas. Fazia parte

do treinamento poder abandonar o acampamento às pressas, quer dizer, em poucos minutos, soltar as cordas, enrolar a rede num pacotinho, destruir o banquinho, pôr tudo nas costas e ir embora, preferentemente sem deixar quase vestígio de ter tido gente acampando por lá.

Dormíamos com a mesma roupa do dia, em caso de alerta ninguém teria tempo de trocar o pijama. Só tirávamos as botas, que deixávamos em cima do banquinho e o boné, que colocávamos como uma tampa em cima das botas, bem tapadas para impedir a entrada de cobra ou aranha durante a noite e evitar surpresas desagradáveis ao calçá-las de manhã. Dormir vestido também facilitava cumprir o turno de vigilância noturna, duas horas cada um, num esquema de revezamento do qual ninguém era isento.

Era uma rotina parecida todos os dias: levantávamos antes do nascer do sol, quando o dia já estava clareando. A comida então já estava pronta. Cada dia revezava o cozinheiro, que tinha que acordar uma hora antes dos outros, ainda no escuro, fazer fogo e cozinhar quase sempre o mesmo prato: arroz com carne seca e palmito. Esse último item de luxo se devia a que o palmito abundava na região. Tínhamos que derrubar a palmeira a golpes de facão e, enrolado em fibras no último metro de tronco antes das folhas, está o palmito, que púnhamos para cozinhar junto com o arroz. Levantávamos e íamos logo, cada um com sua cuia e colher, comer um tremendo prato de comida, calorias para aguentar o dia. Depois até o pôr-do-sol, hora do jantar – outra dose de arroz, carne seca e palmito – não comíamos nada. Todos tínhamos na mochila um par de latas de leite condensado e algum chocolate, no caso em que tivéssemos que pular uma ou duas refeições, isto é, em caso de combate ou fuga, onde não poderíamos fazer fogo. Alguma banana vinha do sítio e ocasionalmente cozinávamos outra coisa, mas ninguém se queixava, o prato era relativamente rápido de preparar, não exigia grande mestria culinária e, devido ao exercício diário, sempre estávamos meio esfomeados e comíamos com prazer.

O exercício era duro, caminhávamos pelo mato, com uns vinte quilos nas costas, várias horas por dia, quatro, seis horas com curtos descansos, desenvolvendo a resistência e treinando orientação. Às vezes, íamos, por algum riacho, aprendendo uma forma de não deixar pistas a eventuais rastreadores. A selva era, por assim dizer, gentil. Raramente tínhamos que usar o facão para abrir caminho. Fora as cobras, de vários tipos, tamanhos e cores, visíveis passeando ou quietinhas tomando sol, o único animal mais perigoso era a onça, mas, em vias de extinção, raramente era vista, e sempre ao longe, nunca foi uma ameaça. Contadas nos dedos foram as ocasiões em que cruzamos com caçadores ou colhedores de palmito e fazíamos então o possível para ocultar os nossos fuzis militares,

o único que não nos deixava passar por caçadores. Os nossos fuzis era o que de melhor havia na época, marca FAL; Lamarca, quando deixou o quartel, levou um caminhão cheio deles. Eram armas de grande precisão, largo alcance, e podiam ser usadas tiro a tiro ou em impressionantes rajadas. O Brasil tinha a concessão de fabricação, mas a munição, responsável em grande parte pela excelência da arma, tinha que ser importada da Bélgica. Tínhamos sessões de tiro ao alvo regularmente, não só com o fuzil, como também com o revólver calibre 38 que todos levávamos na cintura, junto com o cantil e o facão.

A higiene era peculiar: logo ao chegar, fomos informados de que o guerrilheiro não toma banho frequentemente, que é saudável ter uma camada gordurosa sobre o corpo, assim que no máximo, um banho por semana. Depois de suar nas caminhadas por dois ou três dias, ou o cheiro sumia ou a gente acostumava, porque já não sentíamos nada. As latrinas eram construídas segundo a necessidade: era só se afastar um pouco no mato, cavar um buraco no chão com o facão, tratar de não errar o buraco, papel higiênico ou folha vai para dentro do buraco que em seguida é tapado. A preocupação era menos pela higiene do que com deixar pistas.

A vida social consistia na própria convivência diária, nas conversas durante as refeições, ou durante os descansos das caminhadas. O assunto era, invariavelmente, o próprio treinamento, quanto andamos, como era o terreno, como foi o exercício de tiro ao alvo e assim por diante. Havia duas mulheres no grupo: a companheira do Lamarca e a minha companheira. Ter uma relação no meio de tanto homem é complicado: a gente não podia nem dar mostras de ternura em público, seria considerado impróprio, beijo nem falar. Mesmo assim, uma vez – uma só – conseguimos, por uma série de coincidências, ficar sozinhos e, temerosos da vinda repentina de alguém, em pé, desajeitados, abrimos as calças e, metendo a mão entre o facão e o revólver, nos masturbamos mutuamente.

A Carmen sempre tinha sido batalhadora, acostumada a lutar pelo que queria e enfrentar problemas, assim que não tinha mais dificuldade que os outros em se adaptar à rotina. Já a companheira do Lamarca, a Iara, era outra história: acostumada a uma vida sem maiores dificuldades, tinha que se esforçar em dobro. Observando-a no seu lento e árduo progresso, me vinha um sentimento misto de compaixão por ela e orgulho pela Carmen.

Uma tarde, em que era meu o turno de cozinheiro, eu estava tentando fazer fogo e estava tendo pouco êxito na tarefa, já que estava chovendo e a lenha não estava bem seca. Sentado no chão úmido, o facão na cintura tocando a terra, de repente um estrondo ensurdecedor: só deu tempo de ver uma espécie de fogo subindo por todas as árvores e

de sentir um forte pontapé no traseiro que me jogou para frente numa cambalhota, depois desmaiei. Só mais tarde entendi que tinha sido atingido por um raio. Imagino que recuperei os sentidos por ser jovem, saudável e ter uma excelente condição física, senão, provavelmente, não voltava. Como quando adormece um pé, por exemplo, sentimos um formigamento que vai desaparecendo com a volta da circulação, da mesma forma estava o meu corpo, só que formigava da cabeça aos pés. A maioria dos pelos nos braços e pernas estava chamuscado, e eu fedia horrivelmente, cheiro de galinha sendo depenada no fogo. Como o chão estava um pouco molhado, estavam todos em pé e só sofreram um ligeiro choque e ninguém entendia por que eu, como se tivesse ficado maluco, pulava e gritava e sacudia os braços e pernas desesperadamente, tentando ativar a circulação. Felizmente só ficou o susto e um certo medo cada vez que começava uma tempestade de raios.

Passados uns dois meses, alguém caiu preso na cidade e denunciou o local do treinamento. Logo, logo começaram a chegar tropas no sítio. De um ponto alto da mata podíamos ver as tropas entrando. Lamarca formou dois grupos e deu as instruções: um grupo ia sair pelo sul e o outro ia para o norte, em direção a São Paulo; depois nos chamou em separado, nos deu uma espécie de diploma oral: tínhamos sido aprovados e estávamos convocados para participar da guerrilha, quando começasse; nos deu dinheiro suficiente para qualquer eventualidade, nos desfizemos dos fuzis e de todo o supérfluo e nos despedimos.

O pequeno grupo que seguiu para o norte, liderado por Lamarca, conseguiu furar o cerco, incólume, depois de vários enfrentamentos com patrulhas e tiroteios. Na verdade, a maioria das baixas por ferimentos nas tropas militares – um total de vinte mil homens foram mobilizados – era causada ou pela falta de treinamento naquele tipo de terreno, com soldados se machucando, tropeçando ou rolando por barrancos, ou por nervosismo, com armas disparando sem querer ou mesmo, confundidos, atirando uns nos outros.

Eu e a Carmen tínhamos que ir com outros para o sul, doze quilômetros pela mata e sair na estrada, de dois em dois, mantendo um intervalo de meia hora e rumar para Santa Catarina. Saímos na estrada e começamos a andar e pedir carona. Logo parou um caminhão, um chofer amigável: "Vou até Florianópolis". Sentados na cabine do caminhão víamos passar as tropas em sentido contrário, indo para o sítio.

Muitos tiveram o prazer de conhecer nosso companheiro Antonio Benetazzo e outros não tiveram tanta sorte.

Voltando no tempo, cheguei em Roma com a Gastone e lá encontramos o "Manoel" e a "Tânia". Papelada arrumada, fomos para Praga e, de lá, para Cuba. No avião, encontramos outros dois companheiros que eu não conhecia. Viemos a saber, depois, que eram o "Luiz" (José Arantes), e o "Alfredo". Fomos entrevistados pelos cubanos e eu virei "Antonio" e a Gastone virou "Aurora". Fomos levados para uma casa enorme onde já nos aguardava um outro brasileiro, o companheiro "Joel" (Benetazzo).

O "Joel" nos recebeu de forma muito simpática e não demonstrou conhecer nenhum de nós. A ALN sempre foi muito rigorosa com a questão de segurança e procurávamos não passar nenhuma informação para os companheiros que não conhecíamos anteriormente. Claro está que os sotaques iam denunciando quem era de que estado ou região. Mas, com certeza, o "Joel" conhecia o "Manoel" e o "Luiz", que eram do Movimento Estudantil paulista. Parecia ser mais velho que a maior parte de nós, que beirávamos os vinte anos. Sempre lendo, conversando e ouvindo pacientemente o que cada um tinha a dizer, sem ser de grandes euforias, era simpático e acolhedor.

A casa recebeu outros companheiros que iam chegando isoladamente ou em pequenos grupos, como no caso da chegada dos 15 do sequestro do americano. Os que eram da ALN foram para nossa casa. Outro grupo que chegou foi o do sequestro de um avião. Embarcaram na Argentina. Desse pessoal fazia parte o "Armando" Flávio Molina e o "Gaspar" Frederico Eduardo Mayr, ambos do Rio, do grupo do "Clóvis", companheiros que já conhecia da atuação na ALN do Rio. Este conjunto ficou conhecido como "Grupo dos 28" ou 3º Exército da ALN, já que tínhamos tido dois grupos anteriores, que chamávamos de 1º e 2º Exércitos.

O "Joel", desde o primeiro momento, destacou-se pela sua liderança natural, sua inteligência e cultura que sobressaíam, mesmo em um grupo de muito bom nível. Fizemos vários grupos de estudo e ele sempre era um dos coordenadores.

O processo de discussão interna, no coletivo, das questões da ALN, resultou na formação do MOLIPO. Eu e "Aurora", apesar de concordarmos com o grupo, achávamos que o racha só poderia se dar no Brasil e não no exterior. Fomos votos vencidos e apenas nós continuamos na ALN. Os demais do grupo dos 28 começaram a organizar o que mais tarde veio a ser o MOLIPO. O "Joel" era uma das suas lideranças, um dos maiores articuladores e criador do programa do Movimento de Libertação Popular.

Essas discussões começaram quando tivemos notícia das diversas quedas que vínhamos sofrendo; do impasse de sairmos do cerco do inimigo; da nossa não ida para o campo; da necessidade de ações de sobrevivência até que novas quedas se repetissem, isolados da massa, sem trabalho de base nas escolas ou nas fábricas.

Propúnhamos uma nova reestruturação, com o envio de quadros para o campo, volta ao trabalho de base, ações armadas de expropriação e de propaganda. Segundo o que acompanhamos nos jornais a respeito do MOLIPO, alguns quadros foram mortos em áreas rurais mas, em sua grande maioria, repetiram os mesmos desvios que tanto criticamos.

Nosso treinamento no campo foi feito em grupos diferentes. Não tenho informações de como o "Joel" se saiu, mas acredito que tenha se saído bem. Nossa casa, desde os primeiros que chegaram, foi sendo organizada visando e pensando na volta, na luta que nos esperava. Eu ou o "Humberto" (Adalberto Mortati) dirigíamos a ginástica que começava às 5 ou 6h da manhã. Eu era um atleta que havia praticado judô e o "Humberto" era faixa preta de karatê. No início, fomos devagar e depois fomos apertando na ginástica e, se não me falha a memória, um dia, tão forte era a carga que o grupo já suportava, que o "Joel" vomitou.

Não custa lembrar que os companheiros que foram para treinamento, em geral, eram pessoas que nunca haviam praticado esporte. O "Joel" era um intelectual que exigia muito da cabeça e pouco do corpo. Nosso grupo foi considerado pelos cubanos como o de melhor aproveitamento nos cursos. Alguns companheiros, até hoje, acreditam que os cubanos tiveram mais influência sobre o grupo do 3º Exército do que na realidade. Fomos para fazer um bom treinamento e voltar. Fizemos isso. A confirmação está no fato de ter sido o grupo que teve maior número de baixas, seguido pelos companheiros do 2º Exército.

No sítio: www.desaparecidospolíticos.org.br consta:

"Preso no dia 28 de outubro de 1972 e levado imediatamente para o DOI-CODI/SP. Durante os dias 28 e 29 de outubro, Benetazzo foi torturado ininterruptamente e, no fim do dia 30, morreu em consequência de tão bárbaros sofrimentos".

O "Joel", sem menosprezar ninguém, era uma cabeça privilegiada e muita falta nos faz.

Assim, eram tratados os jovens que lutavam pelo ideal de liberdade e de melhores dias para o povo brasileiro.

15.11	NO DIA EM QUE O MARIGHELLA FOI MORTO Pelo Esquadrão da Morte chefiado pelo Fleury
-------	---

Rose Nogueira

Genésio foi preso no mesmo dia que eu, o desgraçado 4 de novembro de 1969. Ele não esteve "na ação..." Os únicos que foram levados pelo Esquadrão da Morte, que tinham ponto com o Marighella, foram os padres dominicanos Fernando e Ives.

Genésio, eu e vários outros companheiros estávamos no DOPS, numa sala grande, quando tocou o telefone. Os tiras começaram a gritar:

- Ele entrou, ele entrou!

Não sabíamos do que se tratava.

Depois do telefonema que atenderam, à tarde, os tiras batiam palmas, nos xingavam, tudo o que se conhece. Foi quando o delegado Fleury se dirigiu a um companheiro que foi preso escondido na casa do Genésio e que se identificou apenas como "Marinheiro" (o nome dele eu esqueci.). É parecido com Dorival, mas eu posso estar enganada.

Fleury gritou pra ele:

- Cadê o Marighella?

E ele respondeu:

- Você não é macho? Vai buscar.

Fleury passou a espancá-lo ali mesmo, com socos e pontapés, gritando:

- Pois eu vou mesmo. Hoje é o último dia do Marighella.

Jogou o "Marinheiro" no chão e passou a chutá-lo.

Depois pegaram as espingardas numa vitrine e saíram apressados, gritando:

- É hoje! É hoje!

Mandaram-nos para a carceragem, tiraram as impressões digitais e fomos para as celas. Só então nos levaram para as celas.

À noite, fomos surpreendidos por gritos, gargalhadas dos bandidos:

- Matamos o chefe! Marighella está morto!

Foi a noite mais terrível do DOPS. Também gritamos, batíamos nas grades das celas. Era impossível acreditar. A confirmação veio com a prisão de Makiko Kishi, uma fotógrafa que fazia dupla comigo na *Folha da Tarde*. Ela foi presa por ter fotografado Marighella morto no carro, um fusca.

Genésio, o nosso "Rabotti", que nos mata de saudade, estava em uma das celas sofrendo com os companheiros pela notícia.

Uns vinte dias depois, mais ou menos (não tínhamos noção de tempo, mas acho que foram uns vinte dias, no máximo um mês), vieram os caras do CENIMAR para torturar o companheiro "Marinheiro". Cheguei a vê-lo muito machucado, com um ferimento na testa e na cabeça. Se estou bem lembrada, levaram-no depois para o Rio. Não tenho certeza se ele foi para o presídio Tiradentes, como nós. Talvez algum companheiro saiba melhor do que eu.

Pressionado pelas circunstâncias, decide uma vez mais começar o relato dos acontecimentos de tantos anos atrás, de tantas vidas atrás, de tantos. Contará o que lembra, como lembra. Será que foi realmente assim? Estará recriando, para melhor, uma história sem tanto interesse, ou estará esquecendo a parte mais interessante de uma história que mal lembra?

Acaso importa? O que sempre lemos não é o resultado de um processo semelhante? O relato perfeitamente fiel é apenas uma gravação, sem imagens nem cheiros, sem suor nem desejos, sem parcialidade e sem a marca pessoal das coisas que queremos esquecer. O que lembra é importante, o que esquece/oculta/renova/muda é mais ainda, mas não será desta vez que virá à tona.

Era verão. Isso é essencial para a história. De uma adolescência multifacetada resgata o endereço de uma loja de armas na Rua Marechal Floriano e, lá, encontra/compra um coldre de sovaco, de couro, como usavam os detetives das séries, duas tiras que passam pelos ombros, axilas, e se cruzam nas costas. Ideal para o 38 de Quitaúna, cano longo, que tanto se denunciava na cintura magra do jovem apaixonado. Uma camisa social, o coldre, um paletó usado uma única vez no casamento de uma prima, o fusca "puxado" no dia anterior, e Don Quixote cavalga lépido pelas ruas da Gávea.

Expropriação de uma multinacional, segunda de manhã. Cenário perfeito. Tudo dá certo. Rota de fuga: acompanha o carro da ação até o lugar combinado, troca de placas, se separa e percorre a orla. Leblon, Ipanema, Copacabana, Aterro, Perimetral: 36 graus. Engarrafamento sem perigo, não é *blitz*, apenas muita gente. Tudo parado: 38 graus. O suor escorre pelo pescoço, costas, e descobre estar preso pelo coldre. Não pode tirar o paletó: 40 graus. Seu co-piloto, uma providencial pastinha nas mãos, camisa de manga curta, ri aliviado; o perigo passou. Enquanto se afoga, prisioneiro do que esconde, sem poder revelar a engenhoca de couro aos ocupantes do carro ao lado, jura a si mesmo nunca mais deixar que os americanos interfiram com sua prática político-militar.

Sete anos depois, na Argentina, desta vez é ele o ocupante do carro ao lado. Parando no estacionamento do clube, fim-de-semana: 40 graus. Observa um carro que chega, um casal com os vidros fechados. Ela guia, o homem está mais próximo, com um paletó elegante. Pode ver o suor que escorre pelo pescoço dele. A lembrança vem pela velocidade das gotas, a mesma sensação de afogamento, da impossibilidade de tirar o paletó. Olha para o sócio que o acompanha, e este ri. "Eu os conheço. Sempre fazem isso. Ao chegar no clube, fecham os vidros para que pensemos que o carro tem ar condicionado..."

Memória de coisas antigas, guardadas em um bolorento coldre de couro, pendurado atrás da porta do banheiro de um aparelho que caiu. Prisioneiro do que esconde, lembra sempre, sempre, do suor. Para que lembrar mais?

15.13 | MOVIMENTO ESTUDANTIL E SEQUESTRO

Colombo Vieira de Sousa Junior

Minha vivência de movimento estudantil restringiu-se aos secundaristas de Niterói. Nossa atuação era quase clandestina, para não atrair a repressão sobre nós, que já pensávamos a guerrilha como o único meio de enfrentar a ditadura e sonhávamos com um Brasil vietcongue, com nossa Longa Marcha ou com nossa Serra Maestra.

Nosso grupo recomendava participar do ME evitando posições de destaque. Só que o assassinato de Edson Luiz não nos permitia deixar que as escolas de "Niquit" ficassem sem se manifestar, particularmente, o Liceu, que era a grande escola estadual da capital do velho Estado do Rio.

Foi então que eu e um pequeno grupo de militantes entendemos que tínhamos que tomar a iniciativa. Tínhamos companheiros no turno da manhã e turno da tarde. Era preciso encontrar alguém do noturno que, apesar de mais politizado, era polarizado por companheiros do partidão, que viam qualquer movimentação como provocação...

Alguém da Organização propôs que falássemos com o professor Carias, Diretor do turno noite. Ele poderia nos dar dicas de estudantes que pudessem assumir aquele movimento.

Assim fizemos e o professor nos sugeriu usar o som do grêmio, que se encontrava acéfalo. Deu-nos as chaves e nos apresentou a um casal apenas tocando no ombro deles. Eram o Eiraldo e outra menina cujo nome esqueci.

Nós faríamos a manifestação convidando para a missa de 7º dia do Edson Luiz e ele deixaria seus inspetores de sobreaviso para que não interferissem. Primeiro, comunicariam a ele qualquer movimentação "estranha". Ele demoraria a entender o que estava acontecendo e seguiria devagar para o pátio. Nós nos comprometemos a dispersar assim que ele chegasse. Depois, mais lentamente ainda, ele voltaria ao seu gabinete e comunicaria o fato aos agentes do DOPS que o haviam procurado. Ele estava intimado a comunicar fatos desse tipo e delatar os responsáveis.

Tudo aconteceu conforme o combinado e o fato repercutiu nos outros turnos, levando o diretor geral da Escola, ele próprio, a marcar a missa na Matriz de Niterói. A escola lotou a igreja a ponto de não haver lugar para a maioria que, do lado de fora, se manifestava com veemência contra a política assassina da repressão no Estado da Guanabara.

Depois desse episódio, Eiraldo passou a ser um grande apoiador anônimo dos diversos movimentos que fazíamos. Estávamos juntos nas passeatas, nas pichações, nas divulgações de outros movimentos e até de boatos que inventávamos para desgastar a imagem da milicada. Para os mais íntimos, Eiraldo era também um intelectual, estudioso do marxismo e fervoroso defensor do socialismo.

1968 passou. Ibiúna passou. Os companheiros de Niterói quase todos presos em 69 e Eiraldo conosco. Foi preso em um sequestro de avião quando tentava trocar os passageiros e a tripulação por presos políticos (quase todos de Niterói).

No ato da prisão, Eiraldo foi ferido pelas costas. A Aeronáutica anunciou que ele havia tentado suicídio. Ao invés de levá-lo para o Hospital da Aeronáutica para ser socorrido, na realidade, foi levado ferido para a Polícia do Exército da Rua Barão de Mesquita, para o DOI-CODI, onde foi "interrogado" até a morte sem ter sido sequer medicado.

Eiraldo foi enterrado como suicida. Entretanto, mais tarde, o Estado reconheceu o homicídio e, inclusive, pagou a "reparação" a uma de suas irmãs.

José Adeildo Ramos figura em minhas lembranças como um dos maiores companheiros combatentes que conheci. Com ele enfrentei, juntamente com Capitani, Marco Antônio, Antônio Duarte e tantos mais, tempestades das maiores. Nossas incursões para abrir caminhos alternativos nas florestas pelas bandas de Angra dos Reis não foram fáceis. Com Capitani, fizemos uma caminhada de onze dias, buscando descobrir localidades e fazer um mapa em direção ao interior do continente. Abrir picadas em mata cerrada é trabalho árduo. Além dos calos nas mãos e sem contar o cansaço, sobram rasgos pelo rosto, braços e corpo inteiro. Adeildo iria destacar-se nessa tarefa, justificando sua fibra paraibana. Explico.

Quando realizamos a Operação Liberdade e nove companheiros presos na Penitenciária Lemos de Brito foram libertados, entre eles Adeildo, dispúnhamos de uma área para refúgio. Analistas apressados – e muito críticos, por sinal – entenderam que havíamos adotado o local para implantação de um foco guerrilheiro. Falso. Como militares, tínhamos clara a vulnerabilidade da região, pois, próxima à costa, ficava facilmente sujeita a ataques por meio de desembarques relâmpagos dos fuzileiros navais, uma de suas especialidades. E essa vulnerabilidade não findava aí: tropas poderiam ser movimentadas no sentido inverso, empurrando-nos para o mar, o que nos seria fatal. Serviria, então, como área para descanso e, num primeiro momento, para que fôssemos “esquecidos” ou que ao menos a repercussão daquela ação e consequente perseguição atenuassem. Mas não poderíamos ficar parados. Conhecer a região nos era fundamental e nos interiorizar, mais ainda. Daí as incursões persistentes, em todas as direções.

Eis que houve uma queda na cidade quando tínhamos o que seria o último encontro cidade-campo naquele lugar, previsto para um ou dois dias depois. Já tínhamos estabelecido um “ponto” bem mais adiante, mais internado, para esses contatos. Ali ficaria reservado como porta de ingresso e estágio inicial para novos recrutados (ambientação, e não para treinamento, porque próximo havia um sítio de um coronel). Toda aquela perspectiva seria frustrada pela mencionada queda e seus efeitos. Infelizmente, a repressão pôde obter referências de nossa localização.

Ao chegar do trabalho à noite, Vadinho, nosso companheiro residente no povoado ao pé da serra, em Conceição do Jacaré, foi surpreendido por algumas anotações de sua mulher. Ela ouviu, pelo rádio, notícia sobre prisões durante uma tentativa fracassada de assalto a uma agência bancária em um subúrbio do Rio. Anotou os nomes dos presos. Com incertezas, mas preocupado, muito cedo ele foi ao nosso encontro. Relatou o que sabia e, pelos nomes escritos no bilhete da mulher, logo se confirmaria que os presos eram militantes do MAR (Movimento de Ação Revolucionária). Não tínhamos maiores elementos para medir a dimensão do desastre, mas não restavam dúvidas: José Duarte e André Borges estavam em mãos inimigas. Também não havia como duvidar quanto aos horrores a que estavam sendo submetidos. Uma reunião de emergência foi realizada para que medidas rápidas fossem tomadas. No momento em que Vadinho chegou ao acampamento, a sentinela do horário era Adeildo, ensopado até a alma pela chuva fina que caía sobre nós naquela semana.

Havia algo a ser resolvido: o encontro campo-cidade marcado há algum tempo, do qual dependíamos para receber mantimentos que já escasseavam, remédios, armas e até nosso rádio, levado anteriormente para reparo. Avaliamos o quadro naquilo que nos era possível e decidimos que Vadinho deveria retornar ao povoado para buscar abrigo seguro para sua família até que as sombras se desfizessem. Deveria também – e sobretudo – ficar atento quanto a movimentos suspeitos. Neste caso, retornaria imediatamente para nos avisar; se tudo normal, voltaria às 17h para nos ajudar em algumas atividades que julgávamos necessárias.

Acreditávamos que, com a gravidade dos acontecimentos, o sonhado contato campo-cidade seria antecipado pelo pessoal da infra-estrutura. Apenas não sabíamos que aquele seria o setor da organização drástica e imediatamente atingido pela incursão inimiga. Mais que atingido, pura e simplesmente destruído. Mas essa informação não tínhamos como receber.

Por essa desinformação, tomamos uma decisão: dividir o grupo em dois: Marco Antônio, Antônio Duarte e eu ficaríamos na expectativa da possível chegada dos companheiros da cidade para que nossas necessidades fossem atendidas e novos planos fossem traçados. Os demais, sob o comando de Capitani, avançariam para zona de segurança pré-estabelecida, já estudada. No mínimo a cinco horas de marcha forçada de onde estávamos e o terreno, sob o aspecto topográfico, nos favorecia. Suprimentos alimentares e munições redistribuídos, acenos de boa sorte, o grupo partiu. Nele, José Adeildo.

Quanto a nós, ficamos precariamente nos revezando em pontos de vigília, à espera de um encontro que não houve. No final da tarde fomos brindados com a chegada de tropas especiais dos fuzileiros navais. Houve combate duro, do qual saí ferido. Como a perna atingida por uma bala de fuzil FAL não me obedecia, perdi todos os horários para chegar ao ponto de reencontro. A elite dos fuzileiros da época, o batalhão Humaitá, estava ali, frente a frente conosco. Não vi brilho neles. Apenas dispunham de muitos homens e armas mais eficientes para aquele tipo de enfrentamento. Não estávamos ainda em condições de enfrentá-los e nem era nosso propósito naquele momento de apenas preparação. Sem poder me reencontrar com a coluna, fui preso algum tempo depois de atingido, tentando romper o cerco por uma cidade ocupada.

Devo repetir o que em algum momento escrevi sobre aquele momento de vida: entre o ferimento e minhas tentativas de reencontrar o grupo, vagando pelas montanhas, foi a dor de saudade mais doída que senti e da qual nunca esqueço.

Após tudo o que veio em seguida, prisões e saída em troca do embaixador da Suíça, enfrentar dificuldades sérias numa Argentina sob ditadura férrea, tuberculose, consegui retornar clandestinamente ao país em julho de 1976. No meu entendimento, Adeildo estava entre os companheiros que eu julgava necessário encontrar para retomar a luta, a que, aliás, dei prosseguimento sob novas formas e sem renegar o passado, até por acreditar que todas as formas continuam válidas, dependendo de como utilizá-las em cada momento. Não houve como, por mais que procurasse entre velhos amigos e conhecidos. Nunca imaginei que ele estivesse prisioneiro em Itamaracá. O importante é que, ao final, vou reencontrá-lo, são e salvo, décadas depois, ingressando no Grupo Os Amigos de 68.

Seja bem-vindo, amigo e camarada!

16 - Prisões / Violência Institucional / Terror de Estado

16.1 O TERROR DE ESTADO

Cecília Coimbra

A todas as mulheres que não mais estão entre nós
para contar esta e outras histórias.

Para o DOI-CODI do Rio de Janeiro, com sede em um quartel da Polícia do Exército, em um subúrbio de classe média, fui levada com meu companheiro, em agosto de 1970, em pleno governo Médici, um dos mais terríveis daquele período.

Falar daqueles três meses e meio em que fiquei detida incomunicável sem ao menos um único banho de sol ou qualquer outro tipo de exercício é falar de uma viagem ao inferno: dos suplícios físicos e psíquicos, dos sentimentos de desamparo, solidão, medo, pânico, abandono, desespero; é falar da separação entre corpo e mente.

Li, no livro *A Tortura Política*, de Hélio Pellegrino este relato que me impressionou:

- "A tortura transforma nosso corpo – aquilo que temos de mais íntimo – em nosso torturador, aliado aos miseráveis que nos torturam. Esta é a monstruosa subversão pretendida pela tortura. Ela nos parte ao meio (...) O corpo na tortura nos aprisiona (...) ele se volta contra nós, na medida em que exige de nós uma capitulação (...) O corpo que é torturado, nos tortura, exigindo de nós que o libertemos da tortura, a qualquer preço. Ele se torna, portanto (...) o porta-voz dos torturadores, aliado a esses na sinistra tarefa de nos anular (...), transformando-nos em objeto".

Logo que fui levada ao DOI-CODI/RJ, depois de três dias no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), um pouco antes de ser iniciada a tortura, recebi, na cela onde me encontrava, uma estranha "visita". Amílcar Lobo que se dizia médico, tirou minha

pressão e perguntou se eu era cardíaca. Ou seja, preparava-me para a tortura... para que esta pudesse ser mais eficaz... Geralmente, eram as mulheres que recebiam essa "visita", com o objetivo de terem suas resistências avaliadas para que a repressão pudesse saber até que ponto poderiam aguentar as torturas, sem atrapalhar as informações que precisavam tirar delas. Colocaram-me nua e aconteceram as primeiras sevícias... Os guardas que me levaram, frequentemente encapuzada, perceberam minha fragilidade... constantemente, praticavam vários abusos sexuais... Os choques elétricos no meu corpo nu e molhado eram cada vez mais intensos... E, eu me sentia desintegrar: a bexiga e os esfíncteres sem nenhum controle...

- Isso não pode estar acontecendo: é um pesadelo... Eu não estou aqui... - pensava eu. O filhote de jacaré com sua pele gelada e pegajosa percorrendo meu corpo... E se me colocam a cobra, como estão gritando que farão?...

Perdi os sentidos, desmaiei...

Amílcar Lobo era médico, fazia formação psicanalítica e assessorou os torturadores no DOI-CODI/RJ no período de 1970 a 1974. Seu trabalho consistia em "atender" aos presos políticos antes, durante e depois das torturas. Com o codinome de Dr. Carneiro, ele "acompanhava" as torturas, fazia parte do terror que se abatia sobre o país e era peça eficaz em sua engrenagem. Em 1988, teve seu registro de médico cassado pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, ato que foi referendado, posteriormente, pelo Conselho Federal.

Em outros momentos, fui levada para junto de meu companheiro quando ele estava sendo torturado... Seus gritos me acompanhavam durante dias, semanas, meses, anos... Era muito comum esta tática quando algum casal era preso, além de se tentar jogar um contra o outro em função de informações que, supostamente, algum deles teria passado para os torturadores...

- Será mesmo que ele falou isso?...

Era necessário um esforço muito grande para que não sucumbíssemos...

- Se falou está louco!... - era o meu argumento, repetido à exaustão.

Inicialmente, fizeram-me acreditar que nosso filho, na época com três anos e meio, havia sido entregue ao Juizado de Menores, pois minha mãe e meus irmãos estariam também presos. Foi fácil entrar nessa armadilha, pois vi meus três irmãos no DOI-CODI/RJ. Efetivamente, sem nenhuma militância política, foram sequestrados de suas casas, presos e torturados: tinham uma "terrorista" como irmã... Esta era a causa que justificava todas as atrocidades cometidas...

O barulho aterrorizante das chaves nas mãos de algum soldado que vinha abrir alguma cela...

- Quem será dessa vez?...

Quando passava por minha cela e seguia adiante respirava aliviada. Alívio parcial.

- Quem estará indo para a sala roxa dessa vez? – eu pensava.

Aquele farfalhar de chaves me acompanhou desde então...

A sala de torturas no DOI-CODI/RJ tinha suas paredes pintadas de roxo. Era pelos presos políticos da época chamada de "sala roxa".

Às dezoito horas, vinham fazer o "confere" em cada uma das celas: alguns soldados, um oficial – um deles, orgulhosamente, exibia um anel com uma caveira em cima de duas tíbias, símbolo do famigerado Esquadrão da Morte – e um enorme cão policial que nos farejava...

O Esquadrão da Morte surgiu no Rio de Janeiro e em São Paulo, nos anos 50. Eram grupos formados por policiais civis e militares. Fortaleceram-se durante o período ditatorial e eram utilizados como instrumento – segundo a mídia da época – para "diminuir os índices de criminalidade" nos grandes centros urbanos.

De madrugada, sistematicamente, abriam violenta e estrondosamente as celas e lançavam fortes luzes em nossos olhos, ordenando-nos, aos gritos, que nos levantássemos, pois um novo "confere" seria feito... De novo, o cão policial nos farejava...

Nas noites em que não tinham "trabalho" para ser feito, algumas equipes de torturadores, para "passar o tempo", nos chamavam, apenas as mulheres. Nunca sabíamos se era para

novas sessões de tortura, para alguma acareação ou para um "bate papo", como eles denominavam essas "conversas". Nelas, alguns deles tentavam nos convencer de que as torturas eram necessárias e nos perguntavam:

- Vocês fariam alguma coisa se não houvesse essas "pressões"?...

Nesses "bate-papos" tentavam, ainda, jogar-nos umas contra as outras ao insinuarem sobre alguma de nós:

- Mas você tem certeza da militância dela? Você confia mesmo nela?...

Uma vez, de madrugada, fui retirada da cela, levada para o pátio, amarrada, algemada e encapuzada... Aos gritos, disseram-me que eu iria ser executada e levada para ser "desovada" como em um "trabalho" do Esquadrão da Morte... Acreditei... Naquele momento, morri um pouco... Em silêncio, aterrorizada, urinei-me... Aos berros, riram e me levaram de volta à cela... Parece que naquela noite não tinham muito "trabalho" a fazer ... Precisavam de ocupação...

Algumas mulheres que demonstravam maior resistência às torturas eram "premiadas": sempre estavam sendo chamadas para os "bate-papos" de madrugada. Esse foi o caso de Dulce Pandolfi, minha querida companheira de cela. Eram utilizadas como cobaias em aulas para novos torturadores.

Parece que foi ontem... Essa e muitas outras histórias continuam em nós, marcadas a ferro e fogo... Fazem parte de nossas vidas... Falar delas é ainda duro e difícil demais... Parece realmente que foi ontem, hoje, agora... Envolvemo-nos, desde então, direta e/ou indiretamente na luta contra a ditadura de corpo e alma. Foi, sem dúvida a experiência – não só a da tortura, mas a da militância naqueles anos – mais visceral de toda a minha vida e que me marcou para sempre.

Nós, mulheres que atuamos – na vanguarda ou na retaguarda, não importa – naquele intenso e terrível período, derrubamos muitos tabus, vivemos intensamente a presença assustadora da morte, a ousadia de desafiar e enfrentar um Estado de terror, a coragem de sonhar e querer transformar esse sonho em realidade.

Acreditávamos... Sim, queríamos um outro mundo, outras relações, outras possibilidades... e queremos hoje.

Não sou testemunha ocular da tragédia que se abateu sobre todos os presos do DOPS/SP na época do assassinato do Bacuri. Refiro-me aos que acompanharam aquela farsa montada para a execução do heroico companheiro Eduardo Leite "Bacuri". Entretanto, sofri na pele, sob a forma da mais violenta sessão de torturas por que passei no DOPS/Rio Grande do Sul - quando da minha "queda" -, na OBAN/SP - durante os quinze dias de novembro de 1970 em que lá fui interrogado e torturado - e na Polícia do Exército, na Vila Militar do Rio de Janeiro.

Bacuri, ao ser informado, por um preso que entregava a comida nas celas, o Gaúcho, ou Peruquinha, como era conhecido, a respeito da notícia da sua fuga plantada no jornal, enviou para cada cela um pacotinho, um sachê de plástico flexível, como um travesseirinho de mel, que foi colado com esparadrapo nos calendários que existiam em todas as celas.

Quando eu e meus companheiros chegamos no DOPS/SP, já encontramos o referido pacotinho de mel nas celas. O próprio Gaúcho explicou-nos a origem do referido saquinho, assim como a triste história do companheiro morto em vida e da revolta desesperada dos presos na noite de sua retirada da cela forte onde ele se encontrava. Após uma revista às celas, o calendário foi apreendido e eu, aleatoriamente, fui levado para as devidas "explicações" sobre o marco que a repressão já sabia que significava o dia da saída do "Bacuri" para o seu martírio e morte.

Como nós não estávamos nas dependências do DOPS na época em que o Bacuri foi arrastado da cela, segui tranquilo, pois já tinha passado da fase do pau, pela OBAN, e possuía uma história bem montada sobre a minha militância em São Paulo. Foi minha surpresa quando comecei a ser agredido ainda no elevador, pelo policial que não se conformava com o meu desconhecimento da autoria daquela "tremenda afronta à ditadura", que se considerava imune e acima de qualquer versão que não fosse a oficial.

Assim que cheguei à sala de interrogatório a equipe já estava preparada para todo o tipo de atrocidades. Colocaram-me, imediatamente, no "pau de arara", devidamente ligado aos fios elétricos nas orelhas e no pênis, com sessões ininterruptas, além de chutes nas

costas que me deixaram sequelas na coluna, mesmo após a cirurgia a que me submeti anos mais tarde. O pior é que o que eles queriam saber eu, nem que quisesse, poderia informar...

Após longa sessão em que cheguei a desfalecer, entrou na sala um policial, que mais tarde identifiquei como o Inspetor Trailer, do famigerado esquadrão da morte comandado pelo Delegado Fleury. Ele começou a tentar enforcar-me com uma correia de couro e, ainda, quebrou, feriu minha cabeça. De cima para baixo, do alto de uma cadeira, arremessou várias vezes um grosso catálogo telefônico na minha cabeça, enquanto eu permanecia no "pau de arara". No momento em que ele lançava o catálogo, ele gritava "Abaixo a Ditadura!" Após aquelas infundáveis quase três horas e como comecei a simular desmaios, fui jogado ao chão sob chutes. Em seguida, como não conseguia andar, fui arrastado à sala do delegado Fleury.

O carrasco Fleury mostrou-se surpreso com o fato de eu ter sido trazido para interrogatório, pois ele era o responsável pela vinda de nosso grupo da Ala Vermelha de Porto Alegre para São Paulo e sabia que nós não estávamos no DOPS na época daqueles acontecimentos. O inspetor que me apanhara na cela argumentou:

- Mandaram que eu pegasse qualquer um...

Então, quando ouvi tal resposta, imaginei o ódio com que o companheiro Bacuri deveria ter sido torturado por aquelas mesmas bestas feras que foram também os meus algozes.

Viva Sempre o Grande Herói Eduardo Leite, o Bacuri!

16.3 | VIOLÃO E O TAPA

Marco Albertim

Quem mantém a crônica na memória, arrisca-se a misturá-la com outros fatos, a atabalhoar-se com outras lembranças. Quem decide fazer o registro com letras, por miúdas que sejam, corre o risco de atropelar nomes; e só este risco paga o feito. Assim, grosso modo, tenho a licença para o resgate de um episódio. Muitos, do gênero, já foram

resgatados. A memória sentir-se-ia poltrona caso renunciasse aos ditames de si mesma. Foi aqui perto de mim, onde passo todos os dias, distinguindo num banco de praça, os coturnos de soldados do exército, pisando na grama, mais fortes que o piso de cimento já estropiado, em volta do tanque com um jacaré moldado num cimento branco.

A Praça do Jacaré, em Olinda, logo será ocupada por troças de carnaval; já foi ocupada por uma milícia verde-oliva, tão raivosa quanto o jacaré real que inspirara a mão do escultor. A viatura estacionou na avenida em frente, em frente ao Colégio São Bento, com alunos ignorando os instintos liberticidas dos oficiais desaquartelados.

Frederico tinha pouco mais de dezessete anos. Junto com outros de sua idade, pôs-se a vibrar a corda do violão recém-comprado; comprara com o dinheiro obtido dando aulas a vizinhos carentes de informações sobre regra de três, equações. Não tinham dinheiro para pagar o cursinho particular, valiam-se da habilidade de Fred no manejo de cálculos.

Os soldados, à frente um oficial, bateram com a porta da viatura. O ruído confundiu-se com o dos motores em marcha na avenida. Os rapazes não se deram conta, visto que a viatura, verde-escura, misturava-se, camuflava-se na penumbra das poucas luzes na avenida.

Frederico Carlos, cujo último nome é o mesmo do autor do presente texto, fora inquirido pela mãe, dois dias antes, sobre como comprara o violão, um instrumento caro. A velha Dudinha, entretida nos quitutes da cozinha, na costura de uma máquina Singer já fora de linha, não desconfiara, jamais suspeitara de que o filho fosse capaz de amealhar por um ano; para comprar não um custoso DiGiorgio ou um Giannini, mas um violão ordinário, de marca desconhecida como o Tonante. Voltou, ele, do colégio, almoçou sem mastigar direito e foi para Recife. Comprou o violão na primeira loja, para não perder tempo com pesquisa de preços; comprou com a ansiedade dos moços.

Os soldados se acercaram dos rapazes sentados, ouvindo, apreciando o instrumento novo. Convém dizer que violão era instrumento de subversivos, visto que com ele alguns artistas se atreviam a compor músicas com letras sediciosas.

- Que reunião é essa aí!? - quis saber o soldado.

Se violão era instrumento inconfiável, o que dizer de uma reunião de moços numa praça de uso popular? Oscar, o professor de violão, foi o primeiro a assustar-se; não demoraria

dois minutos e ele se sentiria aliviado por não ser o dono do violão, não segurá-lo no momento.

- Vamos! Eu estou perguntando! Que reunião é essa aí?

Fred, que ainda não descobrira o lirismo de músicas antiditatoriais, alienando-se na frivolidade recém-criada da jovem guarda, não soube o que responder. Pôs o violão sob o braço, apoiando-o na coxa. O braço, com as cordas, ficou de frente para o militar. Sentiu-se desfeiteado o soldadinho, justo no instante em que, mesmo sem qualquer divisa na farda, podia falar, gritar como um general, pôr-se maior do que a própria altura. O soldado olhara só para Fred, porque fora ele o mais atrevido. Onde já se viu estudante com violão em praça pública!?

- A gente está só conversando... – gaguejou Fred.

- Trate-me de senhor!

O tapa no rosto do estudante soou conforme a indignação balofa do soldadinho, tão balofa quanto o olhar de aprovação do oficial no comando da patrulha. Cruzara os braços, o oficial; tinha mais era que cruzá-los... Adestrara seus homens, apurara-os no instinto de um guabiru catando carniça subversiva.

Pôs a mão no rosto, Fred; dor, ardor, vergonha de apanhar em público; na frente do jacaré que o vira crescer. Olhou para trás quando virou o rosto. Pediu ajuda ao jacaré, forçou-se telepático com a estátua inamovível. Teve pena do bicho, porque também o bicho que o vira menino, sentiu-se estapeado sem poder reagir com as presas na boca.

Oscar-Perna-Torada esqueceu as notas, arrependendo-se de tê-las repassado ao aluno; sentiu alívio porque não trouxera seu Giannini.

O soldado, puxando das mãos de sua presa o violão, sentiu alguma resistência no estudante insubmisso. Deu-lhe um pontapé na cintura, de lado, deixando-o penso; aproveitou para puxar de vez o violão. Depois, quebrou-o na amurada do tanque, deixou-o em pedaços; destruiu-o para em seguida registrar o feito à frente de um coronel. Não receberia uma medalha, seria elogiado, talvez permanecesse por mais tempo no exército, evitando a rejeição social por ser semianalfabeto.

A reunião foi desfeita. Os estudantes voltaram para casa. Fred, sem violão, entrou no quarto sem falar com a mãe. Para quê! Para dizer que perdera o violão, fora estapeado na rua?

16.4 | A MALA

Ferrer da Cunha

Sempre há uma explicação para tudo. Mas não posso justificar as razões pelas quais aderi àquele movimento jovem. Na época, tinha trinta anos, também jovem e sonhador como todos os outros.

RIO DE JANEIRO, 1968 - 1969

As ruas do centro do Rio fervilhavam, principalmente a Avenida Rio Branco, com manifestações estudantis, que se constituíam sob a direção de algumas organizações de onde vinham os planos de ação já minuciosamente traçados, com o apoio de grande parte da população.

Minha adesão não era oficial, mas, oficiosamente, exprimia meu irrestrito apoio ao movimento, com participação efetiva nas manifestações de protesto de rua contra a repressão policial. Os militantes e eu, participante independente, éramos sonhadores puros, ao imaginar que poderíamos enfrentar as poderosas forças do Exército, Marinha e Aeronáutica e libertar nosso país das garras da ditadura.

A correria pelas ruas do centro, olhos marejados pela ação do gás lacrimogêneo, bolinhas de gude no bolso contra a cavalaria que nos perseguia, provocando um pandemônio nas forças montadas, algumas porradas durante a fuga aqui e ali e um número grande de prisões mostravam a necessidade de maior e melhor organização. Grandes líderes natos apareceram e outras ações surgiram, agora, mais concatenadas e consistentes, obedecendo sempre à orientação de uma cúpula dirigente, que distribuía funções e um cronograma de ação.

Entretanto, o movimento necessitava de um respaldo financeiro e, depois de muitos estudos, muitas noites de vigília e muitos debates, chegou-se a um consenso geral, solução audaz e perigosíssima: o "empréstimo" bancário.

Depois de minudenciado cada detalhe, como o fator surpresa, a pressa, a perfeição, a retaguarda e a fuga, iniciaram-se os assaltos a bancos em série, todos com êxito. Àquela época, essas instituições financeiras eram desprotegidas. Não havia a parafernália eletrônica de defesa de hoje em dia.

Grandes somas de dinheiro (muitos milhares de cruzeiros novos) passaram a sustentar a fermentação política que crescia pelo país.

Soube que, depois de muitas prisões em casa, por denúncias anônimas dos contra, a ordem geral aconselhava que cada membro não mantivesse residência fixa. Por motivo de segurança, deveria mudar-se, continuamente, de apartamento ou de casa. Refiro-me aos chamados "aparelhos", mantidos às expensas da organização, com muita vigilância nas cercanias, exercida por militantes disfarçados em transeuntes comuns, pelas ruas e bares que, diante de um mínimo indício de aparecimento da repressão, davam o alerta, por intermédio de um som ou sinal previamente combinado, proporcionando o tempo de fuga aos camaradas alojados nos aparelhos. Mas as forças armadas passaram a usar carros descaracterizados, o que dificultou em muito o trabalho dos vigilantes.

Frente ao crescimento do movimento e ao seu maior preparo, já que utilizava até táticas de guerrilha urbana, os serviços de informação do Exército, Marinha e Aeronáutica resolveram fechar o cerco. Aí começou o sufoco: centenas e centenas de prisioneiros, torturas vis e criminosas que lembravam épocas medievais, desaparecimentos de muitos jovens, infiltração de organismos internacionais que se imiscuíram nas Forças Armadas, para "ajudar" a manter a "democracia" em nosso país.

Como salvar os companheiros ainda vivos? Vieram os sequestros de pessoas importantes, embaixadores estrangeiros, que serviram como valiosas mercadorias de troca, tal a notoriedade de cada um. Enormes listas de prisioneiros eram enviadas às forças de repressão que, a princípio, não concordavam com o número exorbitante (para eles) de arruaceiros e antidemocratas (também para eles), que provocavam a desordem no país (ainda para eles). Depois de alguns impasses, finalmente os prisioneiros eram trocados, isto é, levados para outro país e libertados em troca da soltura do diplomata (benditos sequestros aqueles...). Os que escolheram o Chile tiveram a desventura de lá encontrar

aqueles mesmos agentes internacionais que estavam no Brasil a serviço da "democracia" mundial. O presidente do Chile, Allende, após resistir heroicamente, no palácio presidencial, ao ataque e bombardeio dos militares golpistas, suicidou-se para não ter que entregar o cargo e cair nas mãos do inimigo. Quem comandou esse golpe? Alguém sabe?

TRIBUNA DA IMPRENSA

Eu exercia o cargo de chefia da revisão desse jornal. Como jornalista, tinha conhecimento dos terríveis e hediondos métodos usados pela repressão. Obtinham as informações desejadas por meio de torturas que ser humano algum poderia suportar. Contudo, alguns obstinados resistiram e morreram pela causa.

Àquela época, a cordialidade entre os colegas, não só da revisão como de toda a redação, era sincera, honesta e aberta. Todos manifestavam sua posição política livremente e a grande maioria, mesmo dos não militantes, apoiava o movimento. Paulo Roberto Benchimol, um de nossos revisores, amicíssimo e querido de todos, comunista de quatro costados, com sua jovialidade, subia nas mesas durante a madrugada e gritava a plenos pulmões: "Viva Mao! Viva Mao!" Os ainda presentes àquela hora riam muito, batiam palmas e respondiam: "Viva!" - acreditando que aquilo fosse brincadeira...

De repente, Paulo sofreu uma metamorfose. Deixou de ser aquela figura hilariante, trabalhava em silêncio, semblante preocupado. Certa vez, confidenciou-me que entrara de cabeça no negócio, participando de ações perigosíssimas. Eu o aconselhei:

- Não se deixe envolver dessa maneira. Continue participando, mas veladamente. O fanatismo não leva a nada!

Ele me respondeu:

- Foi uma missão a mim delegada e eu vou cumprir, pela liberdade de meu país. - Ele deu à última frase uma eloquência de motivação que me deixou pasmado.

Às quatro horas de uma madrugada tranquila, somente com a presença dos revisores, que esperavam a subida da oficina das provas da primeira página, Paulo me chamou a um canto e, de uma maneira incisiva, disse:

- Edson, eu falei de você com o pessoal da nossa inteligência e eles o requisitaram para prestar serviços concretos em prol da nossa causa.

- Fico lisonjeado com isso. Qual será a minha primeira missão?

- Primeiramente, respondeu Paulo, você vai ter que morar em um aparelho. Não se preocupe com o seu sustento, que será por conta da nossa organização.

- E a minha família? - respondi. Eu não a abandonaria por motivo algum! - Se apoio, incondicionalmente, é pela liberdade não só da minha mulher e dos meus filhos como de todo o povo brasileiro, por um futuro mais promissor.

A revolta crescia por todo o país, com a adesão de milhares de idealistas.

Em uma noite após o trabalho, Paulo me pediu para acompanhar-me até minha casa, pois tinha uma conversa muito séria. Como meu carro estava na oficina, pegamos um táxi, que ele fez questão de pagar, sob os meus protestos. No trajeto, ele falava muito baixo e, no início, eu não estava entendendo nada.

- Edson - começou -, o assunto é deveras sério, estou completamente envolvido com nossa luta, preciso de um grande favor seu e, antes que me diga, não vou explicar o porquê. Só neste mês, mudei de aparelho duas vezes. Não podemos dar moleza aos gorilas. Fui incumbido de guardar comigo documentos de grande valia para a organização. Mas eles se avolumaram a tal ponto que me vi obrigado a guardá-los em um só volume. Como estou de mudança constantemente, fica perigoso o transporte desse material para lá e para cá. Você poderia guardá-los por uns quinze dias?

- E que documentos são esses? - perguntei.

- São livros, manifestos, táticas de guerrilha, centenas de identidades falsificadas e outras coisas proibidas pela ditadura.

- Se me pegarem com esta porra, o esfolado serei eu!

- Nada disso. Eles nem imaginam que você seja um mero simpatizante...

- Você me garante que dentro de quinze dias estará lá em casa para apanhar o que é seu?

- Meu não! Os documentos são do movimento. Fique tranquilo, somente por uns quinze ou vinte dias, no máximo.

Por solidariedade, aceitei.

No dia seguinte, Paulo chegou cedo à revisão e me deu um recado.

- Preciso sair já, mas às 4h15min estarei lá embaixo, na Lavradio, esperando.

Por sorte, naquele dia o jornal não atrasou. Os revisores saíram mais cedo e eu aguardei por mais alguns minutos. Desci à hora aprazada e encontrei Paulo à minha espera junto a um táxi. Ele sentou na frente e eu entrei no banco traseiro, no mínimo espaço que sobrou, obrigando-me sentar numa banda só, desconfortavelmente. O resto era ocupado pela mala. Então disse:

- Porra, Paulo, que malão!

Viajamos por todo o percurso calados, até a Rua Lopes Quintas, até o prédio onde eu morava, no terceiro andar. Paramos à frente e, enquanto o Paulo pagava a corrida, dei a volta por trás para apanhar a mala. Tentei puxá-la e não consegui e perguntei em tom de blague:

- Esses livros e documentos são de chumbo?!

Carregamos aquele pesado fardo até a porta do elevador, quando Paulo, inopinadamente, falou:

- Até breve. - E partiu sem nada mais dizer.

A dificuldade foi arrastar aquela mala pelo corredor. Era realmente pesada. Entrei e fui dormir tranquilamente.

O tempo passou - quinze, vinte dias, um mês - e nada... O meu amigo sumiu. Dois meses e as preocupações constantes me assolavam. Nessa época, transferi-me para outro edifício da mesma rua e a mudança foi feita com a ajuda de vários amigos que, curiosos, perguntavam:

- Que mala é essa? Como pesa!

Muitas vezes, em conversa com minha mulher, revelava:

- Marília, acho que aí dentro tem armas!

Na sua simplicidade e ingenuidade, ela respondia:

- Então entregue às autoridades...

Envolto em pensamentos negativos, não conseguia desenvolver meu trabalho, como dentista e jornalista, altamente prejudicados, até que, em um derradeiro momento de angústia, tomei uma decisão desesperada e confessei à minha mulher:

- Vou contratar um barqueiro e jogar essa porra dessa mala no meio da lagoa.

Algo mais forte, porém, impediu esse ato extremo e resolvi aguardar por mais algum tempo.

Estava no consultório atendendo a uma cliente, que não pode testemunhar esse fato porque já se foi, quando, pela janela, observei vários homens - sete, se não me engano - e comentei:

- Ih! Hoje está bom! Tenho muitos orçamentos de novos clientes.

Lá fora, os homens não tiveram muita paciência e um deles, nada cortês, que parecia ser o chefe, aproximou-se da porta do consultório e perguntou:

- Dr. Edson Ferrer da Cunha?

- Sim, senhor.

A seguir, tirou uma carteira do bolso, exibindo-a e, sem delongas, apresentou-se: CENIMAR.

Imediatamente, sofri uma transformação orgânica que me afetou interna e externamente. Fiquei lívido, da cor do meu jaleco, tremedeira do teto do meu crânio ao dedão do pé, uma gagueira atroz e uma sensação de que o chão sumira debaixo dos meus pés.

Começou a inquisição:

- O senhor conhece o Paulo Benchimol?

- Conheço, trabalha comigo no jornal.

- Tem alguma coisa dele guardada?

- Tenho. É uma mala e está lá em casa.

- Sabe o que ela contém?

- Não.

- Pode nos entregar?

- Claro que posso.

Desci a rua, acompanhado pela corte da Marinha. No trajeto, o chefe me perguntou:

- Quer falar com o Paulo?

- Quero sim. Onde está ele?

Paramos e a porta de uma Kombi foi aberta. Lá dentro, jogado a um canto, com olheiras profundas. Paulo me cumprimentou:

- Oi, Edson!

Derramei sobre ele uma série de impropérios, pois vi, nele, o meu futuro próximo: prisão, tortura e talvez até a morte.

Errei. Apenas deveria ter respondido: - Oi, Paulo!

Continuamos a caminhada até meu prédio e os homens queriam subir. Pedi-lhes que aguardassem que eu traria a mala, pois poderiam assustar minha mulher.

Puxei a fatídica mala com dificuldade pelo corredor até o elevador. Estava livre de um grande transtorno, assim pensava. Perguntei-lhes se seria incomodado. A resposta foi lacônica:

- O senhor será convidado a comparecer à Ilha das Flores para depoimento.

Ilha das Flores, o sofrimento, futuro incerto, o fim da estrada para muitos.

Quando Paulo foi preso (soube muito tempo depois), não posso precisar esse momento, mas tudo indica que sim, o anônimo companheiro de aparelho, que até hoje não descobri, acuado e desesperado, após o estouro do apartamento pelas forças da repressão, jogou-se para a morte do nono andar. Não sei, mas no lugar dele poderia estar eu, se aceitasse o convite do Paulo. Seria mais um dos desaparecidos, sem nome, como jovens lembrados somente pelos familiares, que desfilam periodicamente com a bandeira "Tortura Nunca Mais".

Após esses acontecimentos, quando ia para o trabalho no meu fusquinha, percebia que sistematicamente era seguido no trajeto Lopes Quintas-Lavradio-Lopes Quintas, diariamente.

Finalmente, chegou o "convite" através de um comunicado para comparecimento à Ilha das Flores. Uma embarcação da Marinha estaria à minha espera no cais da Praça Mauá. Fui acompanhado de papai, que era aposentado da Polícia Federal e tinha conhecimento em várias esferas policiais. Contei-lhe tudo e não sei o que fez, mas estou vivo até hoje...

Antes de partir, me despedi de minha mulher, dos meus dois filhinhos, de cinco e três anos, e de minha mãe. Choradeira total. Parti como se fosse para um cadafalso.

Lá chegando, fui submetido a um estafante interrogatório, mais ou menos em torno de duas horas. Eles haviam esquadrihado toda a minha vida. Respondi com uma calma inexplicável, talvez conformado com o meu destino. Relatei o ocorrido tintim por tintim e, parece, o meu depoimento casou com o do Paulo.

Terminada a inquirição, aquele mesmo chefe do consultório perguntou-me:

- O senhor está interessado em saber o que continha a mala?

- Estou.

Levaram-me para um salão e, estarecido, vi a mala aberta mostrando cédulas amarradas compactamente. Era uma dinheirama...

Desabafei então diante da surpresa:

- Eu era rico e não sabia!...

Eram cerca de Cr\$ 76 milhões, quantia que daria para comprar dois bons apartamentos na zona sul do Rio de Janeiro. Na época, e até hoje, muitos amigos e colegas não acreditavam que eu não soubesse o conteúdo da mala.

A mala não continha dinheiro. Ela estava repleta de flores, flores da esperança, flores de um ideal, flores da ousadia, flores da ingenuidade, flores de um país que estava necessitando de beleza e perfume...

16.5 | MÃE CORAGEM!

Yara Falcon

Minha organização, Política Operária, POLOP, esforçava-se na conquista de quadros operários. Nessa época a minha mãe trabalhava como assessora da diretoria de uma fábrica, em Salvador, onde os patrões estavam irritados com os trabalhadores que queriam aumento salarial. O percentual que eles ofereciam encontrava-se muito aquém do que os operários desejavam. Esse conflito perdurava há vários dias e a produtividade na fábrica caía sem que ninguém descobrisse culpado.

Logicamente, os trabalhadores faziam operação tartaruga e "na baixa", para que não os pegassem. Não suportando mais essa situação, o diretor da empresa resolveu chamar o Sindicato para a mesa de negociação. E ficou acordado, verbalmente, que o aumento de salário seria dado, conforme as exigências dos operários, caso o aumento de produtividade

viesses a ser restabelecido. Mas, na verdade, os patrões não iriam respeitar o trato. Elaboraram uma lista de gente para ser demitida.

Chegando em casa, a minha mãe comentou essa maldade durante o jantar. Mal sabia ela que eu estava fazendo parte de uma célula operária e que me sentira indignada com a traição dos donos da fábrica. Levantei da mesa, liguei para um companheiro e fomos nos encontrar para redigir um panfleto denunciando essa pouca vergonha. Eu redigi o panfleto. No outro dia, pela manhã, alguns companheiros o distribuíram na porta da fábrica. Os operários, indignados, entraram em greve. O diretor, irritadíssimo, chamou os dois assessores que tinham ouvido a conversa no dia anterior sobre a demissão. Um deles era minha mãe. Ela, inocente, jurou que não havia falado para ninguém. Jamais imaginaria que sua filha tivesse qualquer participação nesse assunto. Em casa falou do acontecido e disse que estava ameaçada de perder o emprego. Eu fiquei transtornada, mas calada, nada podia dizer. Ela contou que os operários entraram em greve depois que leram um panfleto muito bem escrito denunciando a manobra dos patrões. Eu a indaguei:

- E se a senhora perder seu emprego?

Ela respondeu-me:

- Eu arranjo outro. Na verdade, depois que li o panfleto fiquei com vontade de entrar em greve também. Não gosto de injustiça.

E viva essa mãe coragem que teve, dois anos após esse episódio, quatro filhos presos pela ditadura, que enfrentou os chefões dos cárceres com a bravura de uma mulher guerreira. Quando voltou do Chile, em 1971, onde foi visitar o túmulo de seu filho mais velho, o poeta José de Oliveira Falcón, ela foi interrogada sobre o que fora fazer naquele país. O governo Allende era considerado comunista pelos militares. Nessa época, eu e meu irmão Pery estávamos presos na cidade de Recife. Ela não se intimidou. Disse-lhes:

- Fui visitar o túmulo de um brasileiro que honrou sua pátria até a morte. Um poeta que nunca abandonou os injustiçados de seu país. Que foi obrigado a deixar o Brasil por amor à liberdade.

Essa valorosa mulher que faleceu em março de 2002 chamava-se Bárbara Elvira de Oliveira Falcon.

Tenho aqui casos que ouvi em surdina, vividos por alguns tímidos reticentes às revelações públicas e por outros que estão silenciados pela morte, de modo que restou a mim apresentá-los ao nosso fiar da memória coletiva. No impossível acesso às memórias dos outros, recorri às minhas frágeis lembranças do que ouvi, completando com a imaginação as muitas falhas que se apresentaram no tecer das frases.

A ditadura chega ao auge em meados dos anos setenta. E repressão exerce seu poder e o medo impera. Nas faculdades, desaparecem as antigas e históricas atas dos diretórios acadêmicos, que se tornam meros grêmios com, somente, atividades recreativas. A politização de um ou outro estudante só era manifestada muito sutilmente, por exemplo, pela sua seleção musical predileta e pelo uso de adereços *hippies*. Ou era evidenciada pontualmente, como foi o caso da pergunta inesperada e inequívoca que uma estudante ouviu de um colega na faculdade:

-Você não quer mapear os rios do Araguaia?

Desconcertada, ela não aceitou por sentir-se despreparada. Soube, dez anos depois, que apenas esse estudante, em toda a escola, tinha envolvimento com a resistência política. E quem fez essa revelação foi um professor que, jogando conversa fora com um grupo de ex-alunos, declarou sua face oculta de agente do CENIMAR. Na década de oitenta, ao cair sua máscara, tal professor mostrou sua plena face de capitão de torturadores e permitiu, tardiamente, que ela decifrasse seu comportamento arredio e seu olhar perscrutador sobre a classe durante o curso. Soturno.

Tudo era abafado e aquele aluno visado nunca contou à turma se fora denunciado ou se ele estava ali para espionar, delatar. Ela jamais soube se algum dia ele foi preso ou ameaçado. Formou-se, exerce a profissão por aí, como tantos, neste novo milênio.

Voltando-se aos anos amargos da década de setenta, apesar de o "milagre" servir a alguns, o café com pão tornou-se difícil para todo o povo, inclusive nas vidas, até então promissoras, dos universitários.

- Tem um estágio no Rio, um em Belém... Para onde você quer ir, minha jovem? Fornecemos as passagens e o pernoite. A comida é por sua conta, negocie com a empresa que ofereceu o estágio uma bolsa-alimentação.

A ditadura tratou de dispersar os estudantes para locais bem distantes de onde viviam, por meio da Operação Rondon. Pelo menos, bem afastados uns dos outros. Não havia mais contestação. O movimento estudantil encontrava-se arrasadoramente desarticulado.

Também, pudera, quem foi queimado por taturana, não quer acreditar que mandruvá só tem tamanho e feiúra. Tem pavor até de lagartinha verde de couve...

Ah, os vermes da ditadura! Estragaram o nosso café e avançaram na beleza das manhãs.

16.7 DOCE PÁSSARO DA JUVENTUDE

Lilian Newlands

Lembrar 1968, para mim, é lembrar a sede do *Jornal do Brasil* na Avenida Rio Branco. É lembrar quando subíamos no elevador com Carlos Drummond de Andrade, que ia entregar, ele mesmo, sua crônica semanal. Era uma redação fantástica, fervilhava o dia inteiro, além de ser uma permanente central de informações e de abrigar pessoas como Grisolli, Colassanti, LCO, Dines, Lemos e a turma da pesquisa, com Fernando Gabeira à frente.

O que a gente ignorava de dia, levava à noite pra casa, com detalhes impressionantes sobre o que acontecia no país. A energia da redação era forte e boa. Havia uma inquietação e um nervosismo criador que contagiava a todos e ainda estabelecia uma solidariedade natural. Quem ainda era inocente deixava de ser. A informação estava ali, presente e vigilante.

Era setembro de 68 e eu acabava de ser admitida como estagiária, junto com os outros colegas também selecionados no famoso curso do Gabeira. Todos sentiam que, de alguma forma, um ciclo novo estava começando. Todos queriam tornar-se jornalistas, todos

queriam influir por meio da profissão. E todos sabiam o que estavam fazendo. Alguns ali se filiaram a organizações de esquerda, outros foram para a clandestinidade e muitos participavam na medida de suas possibilidades, ajudando aqui e ali, visitando presos, abrigando quem corria riscos, participando de reuniões.

Na verdade, a movimentação que tomava feição de protesto diante do regime estabelecido era uma coisa extremamente arrebatadora, contagiante e emocional – mas nem por isso menos verdadeira, porque os riscos eram óbvios, muito bem conhecidos e facilmente identificados. A grande maioria tinha a sobrevivência assegurada e eu me lembro que havia uma forte unidade de pensamento.

O cenário da redação parecia a maquete do país, porque tudo o que acontecia passava por lá, sobretudo o que era censurado e não chegava à edição do dia seguinte, mas ficava conosco, reunidos depois do trabalho pra discutir os destinos do país – todos nós tão cheios de certezas inúteis. As relações humanas tecidas ali eram de uma riqueza ímpar, porque reuniam num mesmo espaço e num mesmo tempo os reflexos de uma nova ordem no comportamento. Tudo muito visível, sem ciência ou filosofia para explicar. Cada um tinha ali sua própria beleza e sua própria sabedoria. A coincidência histórica – revolta da juventude em tantos países – revestiu aquela geração de uma aura muito particular, diferente e marcante. Talvez por isso sobreviva até hoje, embora não se tenha disso uma explicação definitiva.

Os conflitos pessoais passavam a ser coletivos, o mundo inteiro parecia caber naquela redação e, se me detenho nela, é porque sinto aquele tempo como único. Mudanças bruscas dentro de um tempo tão pouco.

Passei, também, por uma prisão, rápida e casual, que não provocou maiores sequelas, mas que me fez enxergar que nunca estamos tão a salvo, seja em 68 ou 2008. Chico Buarque diz isso de forma brilhante em sua *Roda Viva* – a canção. Para mim, nada mais 68 do que *Roda Viva*, verso por verso, acorde por acorde. É só conferir.

Fui presa com Helber Rangel (ator, falecido em março de 2005), uma prisão que não foi consequência de nenhuma vinculação política ou ideológica. Ele me acompanhava a uma consulta médica no Hospital Carlos Chagas. Na saída, uma confusão geral na praça em frente. Não conseguimos saber a razão. No caminho de volta, passamos a ser seguidos por quatro carros, todos com placa corrida (placa fria, falsa). Não tinha paranóia, não tinha engano – o negócio era com a gente. Faltava saber o porquê. Não houve tempo.

Fomos fechados e retirados do carro por homens armados. Juntou gente pra assistir à cena. Eram sinais dos tempos e naqueles tempos esses sinais eram visíveis. Bastava olhar. Eram agentes de segurança.

Ficaram com nossos documentos e nos intimaram: "Vocês compareçam amanhã ao meio-dia à delegacia de Pilares. Ou serão caçados (com ç) até o fim".

Apresentamo-nos e saímos dali direto para a prisão, na base Aérea do Galeão. Era maio de 1971. Eu tentava entender, não entrar em pânico e me perguntava o motivo de tudo aquilo – passeata? Reunião com algum militante? Curso do Gabeira? Ter estado na Rússia? Bem, por muito menos as pessoas costumavam sumir naquela época. Do Galeão, quatro dias depois, fomos para a PE (Barão de Mesquita). As razões daquele aparato todo eu só saberia – e entenderia – muito tempo depois, já em liberdade.

É que naquela tarde no hospital, uma militante sentiu que ia ser presa ali na praça – cercada – e jogou-se frente a um ônibus. Deu entrada no Carlos Chagas levada pelos agentes de segurança e, forçada a revelar com quem ia se encontrar, inventou uma descrição que combinava com a nossa. Estava explicada, portanto, a razão de termos sido presos. Aqueles dias na prisão foi como perder a tramontana, mas não se tornou pesado na minha memória. Foi um episódio e como tal foi vivido. Assim mesmo, nunca esqueci dos gritos que ouvi. Pareciam inumanos, desesperados, assustadores.

Anos mais tarde conheci a militante – Inês Etienne Romeu. Fomos vê-la (Elias Fajardo, Márcia de Almeida, Lucia Romeu, Ana Vianna e eu) no Talavera Bruce, onde fizemos uma grande entrevista para *O Pasquim*, em que Inês contava tudo o que tinha lhe acontecido. Inês era lúcida, forte e com senso de humor. Uma grande figura. Não me esqueço das palavras dela na saída do Talavera Bruce:

Eu inventei uma amiga para "os homens" e ela acabou virando verdade.

Nunca mais a revi. Mas torço para que esteja bem.

Acredito que toda geração tem sua própria grandeza e acho que foi Marx quem disse: "O homem faz a História sem saber, traçando seus rumos no cotidiano". Penso que ele tinha razão. Sobretudo porque, num regime que enxergava comunistas em qualquer esquina, numa época em que se começavam a definir caminhos, esses protagonistas de 68 lutaram

para se equilibrar e se impor entre riscos reais e cotidianos, para deixar sua mensagem logo ali, onde existia pousado o doce pássaro da juventude.

16.8 | MÉDICOS E RESISTÊNCIA

Miguel Olimpio

25 de novembro de 2006

Estimada Eli:

O projeto do livro MEMÓRIA DA LUTA CONTRA A DITADURA é oportuno. Será um ótimo veículo para resgatar tudo que seja possível em homenagem aos bravos companheiros que foram vítimas da tirania do regime militar. Grande parte da sociedade brasileira adulta ignora os horrores que foram utilizados nos porões dos quartéis da ditadura. Imagine os jovens e as futuras gerações. Será um livro didático. Que seja breve porque com o tempo, nós que fomos testemunhas vivas, deixaremos de existir.

Conte comigo.

Miguel Olimpio

Foi sábia a proposta da narração da memória dos amigos de 1968, hoje dispersos em vários pontos do planeta. Cada um de nós tem sua história e muitas guardadas no interior de nossa alma, lembradas muitas vezes com ódio e em outras com orgulho de tudo que fizemos. Para muitos, essa luta foi uma proposta equivocada. Outros, como eu, repetiriam tudo novamente, com objetividade, inteligência e organização.

A história escrita de nossa pátria, repleta de episódios duvidosos que deixam vítimas, heróis, carrascos e muitas controvérsias, é sempre narrada dentro dos interesses de quem escreve, de quem manda e de quem pode.

No Brasil Império, tivemos heróis que foram rotulados de traidores e muitos traidores ainda hoje são consagrados como heróis. Os primeiros como Felipe dos Santos, Frei do Amor Divino Caneca e Tiradentes, entre outros. Fica uma dúvida sobre Calabar, torturado,

esquartejado, em Porto Calvo (Alagoas), porque, entre os dois invasores de nossa pátria, portugueses e holandeses, ele aliou-se aos holandeses.

A guerra do Paraguai mostra-se como ficção na narração de nossa história. A abolição dos escravos, começando com a Lei do Ventre Livre e, depois, com a Lei dos Sexagenários, aconteceu para favorecer os feudos, é episódio que merece a nossa reflexão. Merece nossa reflexão, pois sabemos que a maioria de nossa gente continua escrava.

VAMOS ESCREVER A NOSSA VERDADEIRA HISTÓRIA, sem paixão... história é história. Durante o passado negro da ditadura militar, a revolta, a nossa repulsa e a nossa segurança orientavam a organização clandestina - ninguém conhecia ninguém e, muito menos, havia a confiança plena.

Havia grupos pequenos e fechados entre os quais o movimento médico. Inicialmente liderado por Miguel Olimpio, Almir Dutton, Anísio Jordi, João Regis Guimarães, Roberto Machado, Germana Figueiredo, João Cândido, Fernando Samico e Saraiva e Saraiva, foi acrescido, no curso do movimento, do valoroso, leal e combativo Eduardo Argüelles que, com sua presença marcante na Diretoria do Sindicato, muito contribuiu para o processo político e administrativo da entidade. Não vou narrar os acontecimentos que eclodiram com a interrupção do estado de direito do país, porque são fatos de conhecimento de todos e contados por muitos.

MOVIMENTO MÉDICO INDEPENDENTE RENOVADOR (MMIR)

As entidades médicas do Rio de Janeiro – Sindicato dos Médicos, Conselho Regional de Medicina, Conselho Federal de Medicina e Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro – eram controladas pelos segmentos mais conservadores da categoria. Elitistas, linha auxiliar da ditadura militar eram, inclusive, delatores dos colegas da Associação Médica, dirigida pelo PCB, fato que resultou na prisão e cassação de seus dirigentes.

O movimento liderado por colegas egressos das bases hospitalares, eleitos em assembleias gerais, alguns dissidentes do PCB e outros insatisfeitos com os baixos salários e as péssimas condições de trabalho, constituía um caminho fértil para a organização política da categoria e teve resultado eleitoral satisfatório, pois expurgou de nossas entidades toda a direita repugnante até os dias presentes.

Nossa organização sindical deu um salto político excelente, passou a ter credibilidade política e administrativa e somou-se a um trabalho conjugado com o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro e da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, também sob nosso controle político. Abrimos alguns sindicatos inativos e criamos outros, além da fundação da Federação Nacional de Medicina, impedida pela ditadura militar de receber a carta sindical.

Em oposição à ditadura, escolhemos, como foco principal de luta, o combate ao Plano Nacional de Saúde, do Ministro Leonel Miranda, que transferia todos os serviços e unidades de saúde estatal para os interesses mercantilistas, pelo preço histórico.

Recrutamos vários colegas para o trabalho sindical, mas a edição do AI-5 afastou grande parte dos trabalhadores da saúde. Mesmo assim, conseguimos manter o programa corporativo e, na clandestinidade, a participação política. Mantivemos pequenos núcleos, em especial no Hospital Geral de Bonsucesso e no Hospital dos Servidores, base política de Roberto Chabo, Germana Figueiredo, João Cândido, João Fausto Canduru, Edson de Almeida, Nunjo Finkel, Maria José Petrucele e muitos outros anônimos, com o apoio político do Sindicato dos Médicos. O contato com os grupos da resistência era feito por intermédio do saudoso Almir Dutton.

Meu trabalho, na qualidade de Presidente do Sindicato dos Médicos, consistia em manter a entidade aberta e, assim, garantir um veículo de comunicação com a categoria que procurava, no sindicato, ajuda econômica e meios de sair do país, médicos ou não, desde que ameaçados pelo regime. Para driblar o sistema, eu tinha endereços em Copacabana, Botafogo e Flamengo, além de realizar pequenas fugas temporárias para São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. Os médicos que eram presos por qualquer motivo, recebiam assistência do sindicato, forma de manter a mesma prática com os presos políticos.

O Almir Dutton, com sua alma guerreira, queria mais e trabalhava no aliciamento para engrossar a resistência na clandestinidade. Atendíamos perseguidos políticos e seus familiares, todos no anonimato. Nossas reuniões clandestinas eram itinerantes, realizavam-se no sindicato ou em algum local que preservasse certa segurança.

Nos hospitais de grande porte, era comum aparecerem figuras estranhas fazendo internato ou residência médica. Na verdade, eram agentes do regime militar. Colegas eram detidos por motivos ignorados, mesmo que fossem simpatizantes do regime. Os

órgãos de segurança solicitavam, diariamente, informações sobre o paradeiro de médicos supostamente inimigos do sistema. Pedidos que eram ignorados pelo sindicato.

Com a edição do AI-5 e, posteriormente, com a era Médici, a repressão tomou vulto. O cerco aumentou, a tortura e os assassinatos intensificaram-se. Nossa resistência perdia adeptos. Diariamente, companheiros eram presos e ficavam fora de nosso contato, muitos dos quais até hoje desaparecidos. Na época, na qualidade de presidente do Sindicato dos Médicos, acompanhado pelo presidente do Conselho Regional de Medicina, Fernando Samico, realizávamos verdadeira romaria pelos órgãos de segurança com o intuito de procurar colegas desaparecidos. Recebíamos sempre a mesma informação após nossa identificação: "os elementos que vocês procuram não se encontram aqui..."

Faço aqui uma referência especial, fora do contexto médico, a fato ocorrido com o companheiro jornalista e militante de Alagoas, Jaime Miranda, que nos anos 70, recentemente enfartado, foi abrigado pelo nosso companheiro, também alagoano Hermann Baeta. Todos sabiam que a polícia perseguia o jornalista. Mesmo gravemente doente, Jaime Miranda foi preso e até hoje continua desaparecido.

O companheiro Carlos Lamarca, entre outros procurados vivos ou mortos, necessitava, para continuar a resistência, fazer uma cirurgia plástica. O saudoso companheiro Almir Dutton, brilhante conselheiro do CRMRJ e Secretário Geral da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em memoráveis debates, exigia mais empenho nosso contra o regime militar, muitas vezes, até, enfatizando que a ditadura estava no fim, que era questão de tempo.

Topamos a proposta da cirurgia como uma etapa a mais para avançar na luta contra o regime. A cirurgia foi bem sucedida, mas o esquema de segurança no recrutamento dos profissionais, falho. Colegas foram presos e torturados, muitos sem qualquer envolvimento com a nossa luta, apenas pelo fato de constar, nas agendas de outros detidos, seus nomes e telefone de interesse profissional. Quando libertados, recebiam abono de suas faltas ao trabalho, por terem prestando relevantes serviços ao país. O José Ribamar, por exemplo, ficou preso e foi torturado na Ilha das Cobras, durante 58 dias. Na saída, como era médico do INAMPS e teria que justificar a ausência, recebeu um atestado onde constava: "O Dr. José Ribamar de Brito, esteve durante 58 dias, prestando excelente serviço à Marinha de Guerra Brasileira". Vejam que ironia.

Após a cirurgia do Capitão Lamarca e o crescimento da repressão, crescia, também, a nossa revolta. O cerco apertava, o governo Médici não prendia, MATAVA.

Lamarca foi operado, sendo todo o esquema montado pelo combatente Almir Dutton. Órgãos da repressão tomaram conhecimento da cirurgia e procuraram os responsáveis pelo procedimento. O anestesista entrou em pânico entregando-se. Pelos diabólicos meios de torturas, bravos companheiros cederam, heróis anônimos cuja história é hoje ignorada. Não podemos olvidar o Almir, a Germana Figueiredo, o João Cândido, a Maria José e outros.

Mas a ira da repressão era voltada, principalmente, contra o Almir que, além de ser operário da resistência, era também um grande agregador e intelectual do movimento clandestino. As forças da repressão se aglutinavam no DOI-CODI e nós perdíamos, diariamente, militantes.

Infelizmente, em determinada tarde, estava eu no CRMRJ na qualidade também de conselheiro, em companhia do Presidente do Conselho, Dr. Fernando Samico e de outras pessoas, quando quatro brutamontes invadiram o local. Queriam vistoriar o arquivo dos médicos e o presidente do Conselho solicitou o mandado judicial. Eles nos jogaram para os lados, abriram os paletós, exibiram as armas (revólveres 45) e responderam: "Aqui está o mandado judicial". O presidente, então, alegou que era necessário convocar uma reunião urgente do corpo de conselheiros. Eles não aceitaram e, ameaçadores, responderam que a autorização estava na cintura.

Reviraram os arquivos. Buscaram no fichário dos médicos em exercício e nada encontraram. Continuaram. "Doutor! O elemento que procuramos não está aqui". Procuraram no arquivo dos médicos transferidos e não encontraram o elemento. "Estão escondendo alguma coisa?" Viram o arquivo dos conselheiros. "Doutor! O elemento é um conselheiro, vamos levar todo arquivo, para que o elemento não seja avisado", disseram. "O elemento vai ser identificado e preso". Na mesma ocasião, o anestesista estava com outros agentes esperando na Rua do Passeio para identificar o Almir. Não havia dúvida. Começamos procurar o Almir, sem sucesso (não havia telefonia celular).

Logo cedo, no dia seguinte, o Almir era preso no local de trabalho (maternidade). Em seguida caíram outros e outros... Nossa missão era preservar a vida dos companheiros, com a nossa insistente busca em todos os locais. A trágica Rua Barão de Mesquita era nossa meta, além de outros órgãos de repressão. Sabíamos eu e o Samico o risco de nossa segurança: telefonemas anônimos, telefones grampeados e outros meios de terrorismo. Para eles, nós, soltos, valíamos mais, como certo tipo de isca.

Contratamos o advogado Evaristo de Moraes para impetrar mandado de segurança. Nosso objetivo era manter nossos companheiros vivos. O sistema não podia mais negar as prisões.

Um mês depois, procuramos no Ministério da Guerra, informações sobre o nosso fichário. O chefe do DOI-CODI era pernambucano e, por feliz ou infeliz coincidência, na mocidade, tinha sido amigo de farras do Samico. Ele lamentou o fato de o Samico estar no meio "dessa gente", devolveu o arquivo e confirmou as prisões. Comprometeu-se a nos comunicar e permitir nossa visita quando "esses elementos forem para o DOPS". Mesmo revoltados, ficamos felizes por nossos companheiros estarem vivos. Entretanto, como estariam eles?

Dias depois recebemos, no CRM, a autorização para a visita. Conter nossa revolta não foi fácil. O Almir sofreu todo tipo de tortura física e psicológica, agressões por todo o corpo, afundamento do malar, osso da face, tendo perda total da audição. A Germana Figueiredo, com hematomas vistos nas partes desnudas, tinha sido violentada com instrumento penetrante e foi socorrida no HCE. A MJ, jovem pediatra residente que dava assistência aos filhos dos presos, era só revolta, com mamas e partes íntimas apresentando queimadura com choque elétrico. O João Cândido, em estado catatônico, não falava. O marido da residente, após ser solto, saltou do 8º andar de um edifício no Leblon.

Os tiranos torturam a MJ na vista do marido e ele, na presença dela. A Germana, o João Cândido e a MJ ficaram vários meses presos, enquanto o Almir, já sabemos, saiu no grupo dos quarenta revolucionários trocados pelo embaixador alemão.

O vice-presidente do Sindicato, Assad Mamere Adenur, era agente da ditadura militar e foi responsável pela denúncia de que o sindicato tinha contratado advogado para defender os subversivos. Fomos obrigados a devolver de nossos bolsos todo o valor pago. O Sindicato sofreu intervenção branca: um interventor do Ministério do Trabalho vigiava toda nossa atuação. Participamos da reeleição e recebemos lacônica mensagem: "os elementos citados estão impedidos, por motivo de segurança nacional, de tomar posse". Designaram um interventor que transformou a instituição sindical em mais um instrumento da ditadura.

Em seguida, também eleito conselheiro do CRM, por problema de segurança nacional, fui cassado. Por recomendação do SNI, fui demitido da chefia da clínica cardiológica onde trabalhava. Além disso, era médico do Estado e fui demitido pelo governo Faria Lima.

Relatar todos os fatos fica impossível. Muitos acontecimentos não poderão ser revelados em respeito às pessoas vivas ou mortas e aos seus familiares, que cultuam seus parentes como heróis, embora alguns tenham sido covardes e traidores.

Comicidade ou covardia aconteceu por ocasião da eleição para renovação da Direção do CRM RJ. Enquanto os candidatos e militantes trabalhavam junto às bases, o Vice-Presidente eventual já sabia, em caráter confidencial, pelo SNI, que Miguel Olímpio e Carlos Gentile de Melo, já estavam cassados. Mesmo assim, almoçamos juntos no mesmo dia. Que companheiro! Quando soubemos da cassação, eu, o Roberto Machado e o Djalma C. Contreiras procuramos, no Hospital Geral de Bonsucesso, pelo Vice-presidente, o Dr. Aluizio Dantas, que tinha almoçado conosco. Mediante nossa interpelação, ele alegou: "Vocês me perdoem, mas quando o negócio é do SNI, eu me cago todo".

Mesmo perdendo algumas batalhas, ainda continuamos a nossa luta e a nossa militância contra o regime em outros foros e movimentos - greve dos médicos, dos servidores públicos, dos médicos residentes. Voltei no ano de 1983, em novo processo eleitoral, ao CRM RJ. Participei da cassação do diploma de médico do famigerado Amilcar Lobo.

Enquanto nossos bravos foram obrigados a deixar sua pátria, pelos motivos que conhecemos, a nossa resistência manteve-se unida, forte, desafiando os perigos, porque tínhamos a certeza da volta de todos que sobreviveram para o nosso convívio.

Nota da Organizadora: O companheiro Miguel Olímpio fez a grande viagem no dia 16 de junho de 2008.

16.9 | EXÍLIO DENTRO DE SEU PRÓPRIO PAÍS

Tânia Marins Roque

A barra pesada realmente começou depois que saí da prisão na Ilha das Flores (CENIMAR), em 1969. Tive que me esconder por vários meses, pois "eles" costumavam voltar a prender a pessoa, após segui-la, descobrir seus contatos e, como consequência, prender mais gente.

Era difícil conseguir abrigo naqueles tempos, pois quem colaborava era preso e torturado. Além disso, quase todos os nossos amigos e conhecidos também estavam sendo procurados ou já estavam presos.

Assim que saí da prisão, fiquei na casa de alguns companheiros. Para meu azar, eles não se encontravam no melhor estado. Mas não tínhamos escolha. Quando saí dali, fui para casa dos pais de um antigo namorado que vieram, espontaneamente, oferecer hospedagem, assim que souberam da situação. Eles eram apenas simpatizantes e, por isso, eu corria menos perigo. Fiquei por lá talvez uns dois meses sem colocar a cabeça pra fora de casa. Primeiro, para não levantar suspeitas dos vizinhos e, segundo, para não colocar em risco a própria segurança dos meus anfitriões.

As notícias de estouro de aparelhos e de novas prisões se sucediam. A situação estava ficando cada vez pior. Muitos começaram a deixar o país. Mas eu e meu marido, Lincoln Bicalho Roque, éramos do PC do B, partido que optou por ficar no país e resistir. Nessa época, a Guerrilha do Araguaia já estava em franco desenvolvimento.

Nossa casa, minha e de Lincoln, em São Cristóvão, caiu. Além da minha prisão, havíamos emprestado a casa para várias reuniões importantes e os vizinhos, em particular uma vizinha, conseguiu avisar-nos de que a "polícia" (como ela dizia) já tinha ido ao nosso endereço várias vezes. Deixamos a casa com todos os nossos pertences e a recomendação para que os novos ocupantes dessem um destino para nossas coisas. Doeu, pois montamos esta casa quando nos casamos, em janeiro de 1967.

Era 1970 e fomos morar em Botafogo. Eu já estava grávida. A repressão cada vez mais organizada e impiedosa. O Lincoln foi obrigado a deixar todos os seus trabalhos, inclusive o de sociólogo do SESC. Todas as despesas da casa passaram a correr por conta das minhas duas matrículas como professora, uma primária e outra de ensino médio. Quando a repressão apertava muito, conseguia licença médica, pois um médico no órgão, simpatizante do movimento, conseguia licença para os funcionários públicos. Além disso, contava com a simpatia velada dos diretores e professores das escolas nas quais trabalhava. Na verdade, bem mais simpatia em uma das escolas que em outra.

A recomendação era que nossa casa em Botafogo funcionasse como um "aparelho": ninguém poderia ter conhecimento de onde morávamos. A única visita permitida era a da minha mãe, após muitos cuidados. Na verdade, aconselharam que eu largasse os empregos... Mas como? Quem iria nos sustentar? E a criança que estava para nascer?

Um dia, naquele aparelho, a bolsa d'água arrebentou. Estávamos em casa eu e uma empregada epilética, que teve coragem para me acompanhar por quase três anos, sabendo da minha situação e do perigo que ela também corria.

A Tatiana nasceu em abril de 70. O clima na maternidade era de muita tensão. Acabava de ser preso um companheiro médico que trabalhava na mesma instituição e que, inclusive, iria ajudar o médico simpatizante que fez minha cesariana. A repressão rondava a maternidade exatamente naqueles dias e a porta do meu quarto era mantida trancada "por ordem médica". À noite, enquanto eu permaneci no hospital, meu médico ficava no meu quarto, juntamente com o Lincoln, até bem tarde.

Alguns meses depois, com Tatiana ainda bebê, cheguei por acaso na janela desse apartamento em Botafogo e vi dois carros típicos da repressão. Tudo já estava preparado para estes casos de saída super rápida: meus disfarces, a bolsa da Tatiana, as recomendações em relação ao destino dela e da empregada. Importante: o tempo que eu iria resistir à tortura, que fosse suficiente para que todos tomassem seus rumos, evidentemente, desconhecidos para mim. Disse apenas:

- Fulana, saia com a Tatiana pela porta da garagem e não olhe nem pra trás. Eu vou sair pela portaria social e vou ser presa.

Não acreditei. Estava na portaria um porteiro novo que não me conhecia. E os "homens" já estavam falando com ele. Passei, mas pensei "tem mais deles lá fora e aí não vai ter escapatória". Mas passei também. Andei até a esquina e desapareci, ainda não acreditando e me beliscando para ver se era verdade que eu havia escapado. Logo depois liguei para alguns companheiros para fazermos o cerco para que o Lincoln não fosse preso quando chegasse em casa.

Nunca mais voltamos a este apartamento. Foi a segunda casa que abandonamos. Já era 1971 e a repressão aumentava cada vez mais. Era preciso encontrar um lugar barato, pois, a esta altura, a situação estava muito difícil. Era preciso uma região em que o nosso estilo de vida não levantasse muitas suspeitas. Fomos morar, então, em Bonsucesso, em um apartamento de porteiro, tipo conjugado. Eu, sem outra alternativa, continuava trabalhando, contando com as licenças médicas e a simpatia do pessoal das escolas. O interessante é que eu não dizia nada, para minha própria segurança, mas as pessoas percebiam e, mesmo mudas, ajudavam. A área em que se situava este apartamento era frequentada por prostitutas, apontadores de bicho e, creio, também por bandidos.

Sentíamos-nos, como alguns habitantes daquele local, marginalizados, perseguidos e inteiramente impotentes.

O Lincoln aproveitou para guardar vasto material comprometedor no sótão, pertencente ao condomínio do prédio, mas que só era alcançado através do nosso apartamento. Ali se encontravam carteiras de identidade e passaportes a serem preenchidos, munição e materiais de propaganda, além de panfletos e manifestos.

Toda aquela situação se tornou insuportável para mim. Temia demais pela vida da Tatiana. Cada vez que batiam na porta, era um grande sobressalto. A Tatiana ficava quietinha, como se estivesse compreendendo que era importante ajudar.

A vida já estava insuportável. Mudava infinitas vezes de ônibus para ir e voltar do trabalho, para ter a certeza de não estar sendo seguida. Muito medo, o cerco se fechando, muitos companheiros caindo. A situação de estresse chegou a tal ponto que comecei a não conseguir mais dormir, fiquei muito doente e fui me tratar no Instituto de Psiquiatria, além de fazer psicanálise.

Acabaram descobrindo nosso "aparelho" e, mais uma vez, avisados por vizinhos, abandonamos, sem sermos presos, a terceira casa.

A essa altura, colocou-se um impasse. Ou nós (eu, Tatiana e Lincoln) íamos para a Guerrilha do Araguaia, ou, por medida de segurança, teríamos (eu e Lincoln) que nos separar. A situação dele estava cada vez mais complicada. Foram em vão todos os meus pedidos para que tentássemos sair do país, os três.

Em novembro de 1972, começa uma caçada implacável, com o objetivo de me prender para localizar e prender o Lincoln. Uma perseguição nas escolas em que eu trabalhava, nos bancos em que tinha conta, enfim, em todos os lugares em que pudesse estar ou passar. Num arroubo de loucura, resolvi me entregar. Antes disso, procurei um advogado, militante bem conhecido na esquerda, meio parente, e contei minha situação. Ele ficou de tentar saber o órgão que estava me procurando e, por sorte, conseguiu. Descobriu quem era o milico responsável pelo meu IPM. Estava de mãos e pés atados e decidi me apresentar a ele, já sabendo que seria presa e torturada. Fui ao encontro deste chefe de IPM, acompanhada de minha mãe e de um amigo que se fez passar por meu novo marido. Final da história. Em vez de me prender, esse milico resolveu me colocar "um rabo". Pessoas me seguindo dia e noite, que faziam plantão na porta da minha casa.

Muitos deles chegaram a se apresentar a mim e me ameaçavam caso eu tentasse enganá-los. Seguiram todos os meus passos de novembro de 1972 a junho de 1973.

O Lincoln foi preso e torturado até a morte em 13 de março de 1973. Eu e minha filha sobrevivemos.

16.10 | MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E VERDADE

Victória Grabois

Não sou da geração de 1968, ano marcado em vários países pelo surgimento dos movimentos sociais e políticos que transformaram de forma radical a cultura, os costumes e a política desses povos. No Brasil, irromperam grandes manifestações contra o regime militar, influenciadas por acontecimentos como a revolução cultural chinesa, as mobilizações estudantis na França e o início do ataque contra os norte-americanos das tropas do Vietnã do Norte e da Frente Nacional de Libertação do Vietnã, chamada de Vietcong, expressão de conotação pejorativa, criada pela propaganda *yankee*.

Em 1968, eu já vivia na clandestinidade há quatro anos, após ter sido expulsa da universidade, em 1964, e por causa da perseguição política sofrida por meu pai dirigente do PC do B. Sou filha de pais comunistas, Maurício Grabois e Alzira da Costa Reis.

Em março de 1963, entrei para a Faculdade Nacional de Filosofia (a famosa FNF), curso de Ciências Sociais. Passei, então, a participar da vida estudantil. O ano de 1963 exalava democracia, os sindicatos cresciam, as greves pipocavam, ora por melhores condições de trabalho, ora por melhores salários. O PCB conquistou a maioria dos Diretórios Acadêmicos do Rio.

Em setembro, o Diretório da FNF iniciou uma campanha para exonerar o diretor da unidade, Eremildo Vianna, um reacionário conservador que tramava, na calada da noite, a derrubada do governo João Goulart. A campanha não obteve êxito e quinze estudantes foram suspensos por tempo indeterminado. Na relação de nomes constava o meu e não pude mais frequentar as aulas. Trabalhei no Diretório Acadêmico e me integrei como

supervisora ao PNA, Programa Nacional de Alfabetização, que aplicava o Método Paulo Freire.

Em 1964, com o Golpe Militar, os quinze alunos suspensos e mais quatro foram expulsos da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 13 de março de 1967, o Decreto Lei nº 60.455 determinou a fragmentação da FNFi. Tal processo se deu ao longo dos anos seguintes, tanto pela transformação de alguns departamentos da Faculdade em unidades da Universidade como o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

Já André, meu irmão, cursou o primário na Escola Municipal Pedro Ernesto e o ginásio no Liceu Nilo Peçanha, em Niterói. Graças ao convívio com destacados militantes do movimento comunista no Brasil, interessou-se pelas questões políticas desde muito cedo. Em razão das perseguições políticas sofridas por meu pai, principalmente após 1964, André e eu fomos obrigados a abandonar os estudos e a viver, desta vez, junto com os nossos pais, na clandestinidade, com nomes falsos. André tinha, então, apenas, 17 anos. No final desse ano, André viajou para China, onde fez curso de guerrilha e retornou um ano depois.

O meu exílio foi em São Paulo, onde vivi 16 anos. Nessa época, eu já estava noiva de Gilberto, com quem me casei, no final do ano, em Araraquara, interior paulista. Em 30 de dezembro de 1964, com documentos falsos, casamos e, em seguida, nos mudamos para Guiratinga, interior de Mato Grosso. Lá, ao lado de Osvaldão e Paulo Rodrigues, tratamos de organizar os camponeses na resistência à ditadura. Paulo Rodrigues é desaparecido desde 25 de dezembro de 1973. Em junho de 1966, nasceu meu primeiro filho, Igor.

Gilberto nasceu no interior de São Paulo, filho de operários e membros do Partido Comunista. Seus pais se mudaram para São Paulo, quando ele completou um ano de idade, e na capital viveram com muita dificuldade. Ele estudou no Colégio Sarmiento e muito jovem entrou para a Juventude Comunista, onde teve uma atuação destacada ao lado de outros militantes como o grande pugilista Éder Jofre.

Em 1961, viajou para a Tchecoslováquia a fim de cursar a Faculdade de Engenharia. Dois anos depois retornou ao Brasil, juntamente com Osvaldo Orlando da Costa – Osvaldão – o grande líder da guerrilha do Araguaia, de quem se tornara muito amigo. Osvaldão é desaparecido desde abril de 1974.

No Rio de Janeiro, trabalhou no jornal *A Classe Operária*, até o golpe militar em abril de 1964, quando passou a viver na clandestinidade.

Por volta de 1967 o PC do B começou a organizar a guerrilha do Araguaia. Solução extrema, em decorrência da necessidade de se enfrentar a ditadura militar. No início da guerrilha, minha mãe, Igor e eu, com outros nomes, fomos morar no Brooklyn, bairro de classe média de São Paulo. Minha vida estava mais bem estruturada para atender às necessidades do Partido. Eu havia feito curso supletivo e, em seguida, o vestibular para a Faculdade de Letras. Trabalhava como professora substituta em escolas públicas e particulares de São Paulo.

Um grupo guerrilheiro começa a se aglutinar ligando-se às massas camponesas no sul do Pará até o norte de Goiás, atualmente, estado do Tocantins. A área de atuação da guerrilha alcançava no total de 6.500 km². O contingente guerrilheiro contava com 69 membros e chegou a organizar 86, divididos em três destacamentos: A, B e C. A população da área onde atuavam os destacamentos era de aproximadamente vinte mil habitantes. Contra esse pequeno contingente, a ditadura mobilizou cerca de vinte mil homens do Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Militar do Pará, sob o comando dos Generais Vianna Moog e Antonio Bandeira.

Os revolucionários, ainda saíram vitoriosos nas duas primeiras campanhas apesar de terem sofrido algumas baixas. Já na terceira campanha, por terem subestimado o inimigo, foram derrotados. André morreu vítima de uma emboscada, em 14 de outubro de 1973. Meu pai e Gilberto tombaram em 25 de dezembro de 1973, depois de um intenso tiroteio com as forças inimigas.

Em 16 de dezembro de 1976, aconteceu o episódio denominado "Chacina da Lapa", ataque a tiros à casa de número 767 da Rua Pio XI, no bairro da Lapa, onde o Comitê Central do PC do B esteve reunido entre os dias 11 e 15 de dezembro de 1976. Perdemos o contato com o Partido, que somente foi restabelecido após a Lei da Anistia.

Essa Lei anistiou todos aqueles que, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos, crimes eleitorais ou tiveram seus direitos políticos suspensos. Anistiou, também, os servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

Finalmente, em março de 1980, voltamos para o Rio. Era necessário recomeçar minha vida mais uma vez. Meu diploma universitário estava no nome de outra pessoa e Igor cursava a sétima série do primeiro grau com outro nome. Após dois anos, de intensa batalha jurídica, tal situação foi resolvida, consegui revalidar meu diploma e a situação escolar do meu filho. Recuperamos nossa identidade.

16.11 | 1969

Dalva Bonet

1969? Lembro-me como se fora ontem, embora já se tenham passado trinta anos. 1968 acabara mal. Protestamos, resistimos e a ditadura nos entubou com o AI-5 no último mês daquele ano fatídico. Como se não bastara, conseguiram prender-me pela primeira vez quatro dias depois de o país mergulhar na mais sombria ditadura.

1969... Passara o Natal e o Ano Novo naquela prisão fétida da Rua da Relação, rés do chão para o DOPS. Em janeiro, conseguira escapar devido a um cochilo da ditadura e a relações familiares. As gloriosas Forças Armadas d'antanho enfureceram-se quando descobriram a trama, mas era tarde: eu já estava na estrada.

1969... E o porquê de tudo isto? Por que lutava por liberdades democráticas? Por que condenara a supressão do *habeas corpus*? 1969 começou sombrio, nervoso, cheio de incertezas. O Exército invadiu a Faculdade de Direito onde eu estudava, por duas vezes, à minha procura. Minha turma seria formanda naquele ano. Mas eu estava impedida de voltar. Estivera estudando para o Instituto Rio Branco antes de ser presa. Sempre quis ser diplomata e resolver pacificamente os conflitos políticos. 1969 não deixou. A ditadura não deixou.

1969... Foi muito difícil no início. Minha vida mudara completamente. Agora estava tangida a ferro e a luta na clandestinidade apenas me apontava dois caminhos: matar ou morrer. Era estranho, eu já não pertencia mais ao Comitê Universitário do PCBR porque já não era mais universitária. Mas me sentia e me percebia como tal. Sempre queria notícias da minha turma. Ah, a minha turma!... Eternos companheiros. Até hoje os encontro, apesar de a ditadura ter-se colocado entre nós.

1969... Pertencia ao Setor de Agitação e Propaganda do PCBR. Levantamentos para a Propaganda Armada, Ações de Propaganda Armada, Apoio ao Comando Político-Militar do Partido, essas eram as minhas preocupações cotidianas. Aquele apartamentinho no Leblon que eu dividia com o Rogério, onde, em um armário do corredor, escondíamos todo o arsenal de treinamento militar do Partido. Algumas armas velhas que serviam para nos dar a impressão de que, muito em breve, estaríamos no início do processo que levaria finalmente à derrubada da ditadura e a um Governo Popular Revolucionário!

1969... Escolhi uma pistola 765 como companheira. Deixava sempre uma bala na agulha em caso de qualquer emergência. Era meu aniversário. Havia treinamento militar e eu tinha que levar as armas. O Rogério pegou a pistola. Não sabia da bala na agulha. Puxou o gatilho como um menino faz com uma arma de brinquedo. Atirou em mim. Era horário de novela e ninguém escutou. A bala raspou minhas costas, rasgando o colete grosso que através do através do através conseguira receber da minha corajosa mãe, ricocheteando na janela, quebrando a vidraça e caindo finalmente no chão.

1969... O movimento social murchara com a repressão que se seguiu ao AI-5. O movimento estudantil já praticamente não existia. Assim como eu, muitos já se encontravam, forçosamente, vivendo na clandestinidade. Já liam e aprendiam a cartilha do matar ou morrer. Minhas ilusões haviam terminado. Já não seria mais diplomata. Na verdade, nem sabia o que seria. E para falar a verdade, já não mais me importava com isso. Alguma coisa seria. Não estava jogando para perder!

1969... Ano das grandes trepadas com o Joaquim na rede do esconderijo em Laranjeiras, na casa do Luciano, nos banheiros que encontrávamos, na rua, em qualquer lugar que conseguíssemos. A descoberta do sexo livre e prazeroso. Sensações inesquecíveis que carregaria pela vida afora.

1969... Desenhava e estudava mapas. Avaliava estratégias militares. Era como se finalmente estivesse brincando com os soldadinhos de chumbo do meu irmão. Já que as bonecas me haviam sido proibidas... Que maldade! Jogadas ao chão e soterradas como larvas...! Tornei-me dura. Mas não a ponto de não cometer atos rasgados de indisciplina que poderiam ter-me custado a vida, mas que, na verdade, transformaram-se em memórias deslumbrantes daquele ano sinistro.

1969... Éramos um grupo inseparável. Mais ou menos umas oito pessoas. A cada momento de tensão, a cada sensação de perigo encontrávamo-nos no Bar Bem, em São Conrado, e fazíamos fila para entrar no fusquinha da Celina, para ouvir aquela fita de sacanagem na voz do Paulo Silvino. Ali ficávamos horas e fazíamos rodízio, brigando por nosso

direito de escutar novamente a crise de histeria da mulher da fita. Já que a ditadura não nos conferia direitos, nós mesmos os inventávamos ali dentro daquele fusca e alimentávamo-nos do prazer que tirávamos de estar uns com os outros. Eu, Rogério, Joaquim, Celina, Tânia, Vinícius, Fernando, Magda.

1969... Em 4 de novembro morreu Carlos Marighela. Assassinado pela ditadura em uma tocaia nas ruas de São Paulo. Nosso sonho morreu com ele, mas não queríamos admitir. Nosso fim estava próximo como o final daquele ano. Em dezembro começamos a ocupar as salas de tortura do DOI-CODI e a mim me tocou o mês seguinte.

1969... Muitos sonhos e muitas ilusões. Muitas amarguras e decepções. Muita luta, muita garra. Ano sinistro. Ano lindo. Ano do medo. Mas ano muito cheio de amor.

16.12 | O DIA EM QUE O CHE FOI ENCONTRADO EM OSASCO

Risomar Fasanaro

À memória de José Domingues da Silva

Em 1968, o governo do Estado abriu um grande número de salas de aulas para o curso ginásial e colegial no período noturno, no mesmo prédio onde, durante o dia, funcionava o que, na época, se chamava curso primário. Havia uma grande carência de professores licenciados e, por isso, a maioria dos que lecionava nessas escolas eram estudantes. Entre eles, eu estava lecionando no 2º Ginásio Estadual de Osasco.

O prédio ficava em frente ao 4º RI (Regimento de Infantaria) e muitos dos nossos alunos eram soldados, cabos e sargentos que serviam naquela corporação. Uma das salas de aulas era formada, exclusivamente, por militares, o que nos causava grande constrangimento, pois tínhamos de tomar muito cuidado com o que dizíamos, para não sermos mal interpretados. Aquela era uma sala atípica. De vez em quando, oito e, às vezes, dez alunos faltavam durante dez, quinze dias. Eu perguntava pelos ausentes e notava que alguns riam quando informavam: eles foram em uma missão para Goiás, professora. Eu não entendia por que riam. Os jornais não noticiavam o que estava acontecendo no Araguaia, só mais tarde viemos a saber.

Depois que a censura acabou, fiquei imaginando se saíra da arma de algum daqueles alunos os tiros que mataram aqueles que pensavam e queriam o mesmo que eu: um país livre onde pudéssemos ter o direito de falar o que quiséssemos, de escolher nossos governantes e de, senão eliminar, pelo menos diminuir as grandes diferenças sociais. Até hoje me pergunto se minha amiga Helenira Resende foi assassinada por um daqueles alunos a quem tentei transmitir a importância de ler Machado de Assis, Drummond e Guimarães Rosa. Não apenas a ler por ler, mas ler para desvendar as entrelinhas da realidade, os interstícios da alma humana, porque só mergulhando na alma humana até desvendar o que não se disse, mas que se sugere, é que vale a pena viver. Porque é ali que está o mais importante.

Naquela escola éramos oito professores, todos ainda estudantes na USP e quase todos ativos participantes do movimento estudantil. Por ironia do destino, Regina era uma das que não participavam, embora fosse uma pessoa muito consciente politicamente. Tinha vindo de Rancharia, interior de São Paulo, para estudar desenho na Escola de Belas Artes de São Paulo e assim que nos conhecemos nos tornamos amigas.

Um dia ela me contou que tinha desenhado o Che Guevara em nanquim para um trabalho da faculdade e eu, que era apaixonada pelo Che, pedi a ela o desenho. Ela me disse que, assim que o professor o devolvesse, me daria de presente. Naquela época era moda enfeitarmos as paredes com *posters*. Eu tinha decorado meu quarto com alguns: o homem pisando na lua, um outro enorme com os Beatles, um com o Chico Buarque, mas não tinha nenhum do Che. Por isso, o pedira.

Algum tempo depois, ela me disse que traria o desenho no dia seguinte. Assim que entrei em uma das salas de aula, José Domingues da Silva, um dos meus alunos, veio mostrar-me o desenho que havia ganhado dela. Era uma folha branca, grande, com o rosto do Che em nanquim preto, com a dedicatória: "Ao José Domingues, guerrilheiro de amanhã, com carinho, Regina". Quando vi aquilo, gelei. Não por ter perdido o desenho, mas pela dedicatória. "Como é que Regina tinha escrito uma dedicatória daquela em plena ditadura, em um ambiente em que vivíamos cercados de militares? Só mesmo uma pessoa muito ingênua, para escrever uma dedicatória daquela", pensei...

O José tornara-se um grande amigo quando percebeu, pelos meus comentários durante as aulas, que eu era contra a ditadura e que participava de umas reuniões dominicais na biblioteca de Osasco, em que o Roque Aparecido, seu irmão, Espinosa e outros militantes do movimento estudantil também participavam. Ficou mais íntimo, ainda, quando os

alunos do colégio foram a uma passeata de protesto, no centro de Osasco, contra o assassinato do estudante Edson Luiz, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Conseguimos levar quase todos os alunos àquela passeata que reuniu aproximadamente dois mil alunos, o que em Osasco, na época, constituía uma grande façanha.

Quando o ano de 1968 terminou, continuei na mesma escola, mas Regina foi lecionar na Vila Leopoldina, bairro de São Paulo. José Domingues continuava sendo meu aluno. Ainda estávamos no início do ano escolar, talvez no mês de março, não me lembro bem, quando notei a ausência do José em minhas aulas. Uma noite, ele veio me procurar. Não trouxera nem livros nem cadernos. Perguntei se ele tinha saído do colégio e ele me disse que precisava falar comigo, mas que não poderia ser ali na escola. Saímos na hora do intervalo e ele me contou: seus dois irmãos, Roque Aparecido e João Domingues da Silva estavam envolvidos não apenas no movimento estudantil, mas também na luta armada. No dia anterior a polícia tinha ido à casa dele procurar os irmãos. Tinham revistado toda a casa e levado presos seu pai, sua irmã Iracema, seu cunhado, e embora o desenho da Regina estivesse no fundo de uma gaveta, coberto por uma folha de papel, a polícia o encontrou e queria saber quem era a Regina e que envolvimento ela teria com os irmãos dele. Pediu-me que a avisasse, porque sabia que eles iriam procurá-la.

Não deu tempo de avisar a minha amiga para desaparecer. Naquela mesma noite um camburão do DOPS parou no pátio do colégio. Dele desceram três policiais e se dirigiram à diretoria. Queriam falar com a Regina, professora de desenho.

O diretor suspendeu imediatamente as aulas e nos mandou ficar fechados na sala dos professores enquanto ele atendia aos agentes. Lembro-me como se fosse hoje: todo mundo ficou agitado. Só se via gente abrindo os armários onde se guardavam os diários de classe, livros etc. tirando papéis e destruindo. Um professor muito engraçado tirava uma porção de papéis da UNE, rasgava e dizia que estava com cólica menstrual. Eu não conseguia parar de rir. Acesso que me dá sempre que estou muito nervosa.

O diretor informou que Regina não lecionava mais ali. Eles quiseram o endereço dela e o diretor disse que não tinha. Então queriam falar com a professora de português, que era eu, contato dela. O diretor pediu o livro de ponto e como, para sorte minha, frequentemente eu me esquecia de assinar, quando eles procuraram minha assinatura e não a encontraram, acreditaram que eu tinha faltado. Exigiram que o diretor localizasse o endereço da Regina, pois se ela fora professora naquela escola, deveria haver algum registro de sua residência. Com a insistência deles, o diretor passou o endereço. Verificando melhor o

livro do ponto, viram a assinatura de outra Regina, uma professora de matemática e a levaram. Talvez pensando que o diretor estivesse mentindo, para proteger a professora.

Quando o diretor perguntou para onde a estavam levando, eles disseram lamentar, mas não poderiam informar. O diretor tentou argumentar: "Mas... o que eu digo aos pais dela?" E eles, cinicamente, responderam: "Isso é com o senhor. O senhor diz o que quiser..."

Na noite seguinte, a professora de matemática nos contou que eles tinham passado em várias escolas da cidade, recolhendo todas as Reginas que encontraram e, como nenhuma delas desenhava, desistiram e as levaram de volta.

Quando cheguei em casa, na noite que eles tinham ido ao colégio, liguei para minha amiga: "Re, me encontra amanhã às dez horas, em frente à estação Sorocabana (hoje Júlio Prestes). Não fale comigo, não diga nada. Você vai andando na frente e eu vou te seguindo e falando. Não olhe para trás, só escute; me leve até a casa de sua tia". Ela quis argumentar, mas desliguei o telefone, com medo de que estivesse censurado.

Depois, contei aos meus pais o que estava acontecendo e, em seguida, meu pai, minha mãe e eu queimamos tudo que pudesse ser visto como material suspeito: panfletos, uma pilha de jornais em que eu aparecia nas fotos das passeatas e que meu pai guardava para a posteridade, alguns livros como *Dez dias que abalaram o mundo*, *Princípios Filosóficos* de Politzer, fotocópias de textos sobre Cuba, sobre Che... Até os livros de Stanislaw Ponte Preta foram queimados.

Era uma cena patética: meu pai de pijama, minha mãe e eu de camisolas, queimando papéis, jogando-os na privada e dando descarga.

No dia seguinte, saí cedo e fui encontrar-me com minha amiga. Fizemos tudo como tínhamos combinado. Ela na frente e eu atrás falando:

-Re, ontem o DOPS foi te procurar lá no colégio...

Quem nos visse poderia pensar que eu era uma louca...

-Ué... Por quê?

-Por causa do desenho que você deu ao Zé Domingues...

- Meu Deus! É hoje que a vaca tosse em cima do coqueiro...

Ela costumava usar essas expressões e eu sempre ria muito, mas naquele instante não achei graça nenhuma.

-Re, é melhor você ir pra Rancharia hoje mesmo, porque eles vão querer te prender...

-Só por isso? E como é que eles sabem que fui eu, como vão me encontrar?

- Eles foram ontem ao colégio, procuraram o diretor, queriam de todo jeito falar com você. Já devem estar com seu endereço. Eles sempre nos acham... Você não sabe como eles são?

-Mas por que eles foram à casa do Zé?

-É que os dois irmãos do Zé estão na luta armada e eles pensam que você também está e que faz parte do grupo deles. É melhor você sumir por uns tempos.

-Eu? De jeito nenhum, não tenho culpa nenhuma...

-Mas não precisa ter culpa, criatura. Basta ter desenhado o Che... Será que você tem livros, panfletos que possam te comprometer?

-Chiii... Tenho uns desenhos das crianças de Biafra que se eles encontrarem... E também uns livros, né?... Todo mundo tem...

-Então vamos lá. Vamos pra casa de sua tia destruir tudo.

-É o jeito.

Continuamos andando sempre do mesmo jeito, ela na frente e eu atrás, mesmo porque nunca tinha ido à sua casa. Percorremos toda a Duque de Caxias, cruzamos a Consolação, a Rua Augusta e fomos para o Bexiga, para a Rua Maria José, 413. Era lá que ela estava morando.

Entramos e, com muito cuidado, contamos à tia dela o que estava acontecendo. Em seguida, fomos para uma edícula, nos fundos da casa, e começamos a destruição: muitos

e muitos desenhos. Os olhos assustados das crianças de Biafra saltavam de suas magrezas sem entender o porquê daquilo tudo, por que estavam condenadas a morrer no fogo. Como se não lhes bastasse a miséria do seu próprio país. Folhetos, apostilas, até uns livros do Carlos Heitor Cony foram na dança.

Encerrada a incineração, tornei a vestir meu casaco marrom de feltro e voltei caminhando até a Júlio Prestes. Uma tristeza muito grande tomava conta de mim. Quantos anos mais teríamos de aguentar aquela repressão, aquela ditadura? Por que tínhamos de viver os melhores anos de nossa juventude oprimidos daquele jeito?

Voltei a Osasco tomada por aqueles pensamentos. Durante vários dias fiquei sem nenhuma notícia de Regina. Depois de uma semana, criei coragem e liguei. Marcamos então um novo encontro e ela me contou: no dia seguinte ao que estivera lá, uns senhores foram, à tarde, à casa onde ela morava e perguntaram por ela. Disseram ser seus alunos, mas a tia logo percebeu que eram velhos demais para isso e lhes disse que ela só voltaria à noite. Eles, então, ficaram de voltar. Precisavam muito falar com a professora.

Quando Regina chegou, a tia contou o que acontecera. Falou que os "alunos" tinham mais cara de policiais do que de qualquer outra coisa e que deveriam ser aqueles que ela estava esperando. Regina concordou que a história que eles tinham contado à tia era uma farsa. Ficou muito ansiosa, muito nervosa e o noivo, para acalmá-la, ofereceu-lhe um pouco de pinga. A ansiedade era tanta que, quando aqueles desconhecidos chegaram, ela já havia bebido um copo inteiro da bebida. Eles se identificaram, vendaram seus olhos e a levaram em uma caminhonete de chapa fria.

Regina não sabe onde foi interrogada. Sabe apenas que a levaram a uma sala e pelas perguntas, percebeu que tinham aberto sua bolsa e revirado tudo que havia dentro. Ficou várias horas ali, prestando depoimento e já era madrugada quando a liberaram.

Fatos semelhantes a estes, que aconteceram aos milhares, no Brasil daquela época, retratam a brutalidade de um sistema político em que as pessoas não tinham o direito à pluralidade de ideias e não podiam sonhar que "um outro mundo é possível".

Este, contudo, não foi o pior acontecimento da vida do adolescente José Domingues, que via nos dois irmãos seus ídolos. Logo depois daquele episódio do desenho do Che, seu irmão João Domingues da Silva, que fora ferido durante um combate com a polícia e que

se recuperava no Hospital das Clínicas do tiro que levava, foi sequestrado e levado para o Hospital do Exército e lá, após 55 dias de tortura, faleceu.

Logo depois, o outro irmão, Roque, foi trocado pelo embaixador suíço Giovanni Bucher e partiu para o exílio no Chile.

Todos aqueles acontecimentos provocaram naquele adolescente uma fase de grande amargura, que acompanhei de perto até o dia em que ele partiu para o exílio, esse voluntário, para juntar-se ao irmão que vivia, então, na Suécia. Mas nossa amizade não se encerrou aí. Pelo contrário a cada dia tornou-se mais forte.

Em 2001, ele descobriu que era vítima de câncer e durante o longo período da doença me ligava frequentemente de Estocolmo. Nos últimos dias do José, quando a morte já se aproximava, Roque foi para lá, em uma espécie de despedida e, quando o José já não falava ao telefone, era ele que me ligava para dar notícias do irmão. Lembro-me, nitidamente, dos três últimos telefonemas dele, de Estocolmo: o primeiro, para pedir um chá que, ironicamente se chama "Tempo de dormir". José já estava nas últimas e eu fiquei tão afobada com a urgência que, em vez de dizer que enviaria o chá por sedex, disse que enviaria por fax. Percebendo meu erro, Roque riu e disse: "Não! Envia por *e-mail* que vem mais rápido..."

No dia seguinte, ele me ligou para pedir para acender uma vela que o irmão estava partindo. Eu mal tinha acendido a vela e toca o telefone. "O Zé acaba de partir. Você avisa às minhas irmãs?"

Hoje, revivendo toda essa história, sinto que o convívio com aquele adolescente sensível, afetivo e cheio de vida foi talvez a melhor coisa que vivi durante o terrível período da ditadura militar. Sim, sem saber, a ditadura me presenteou com um amigo. Um amigo de verdade. O mais importante de minha vida.

Lembro do horror que sentimos, todos nós, quando os companheiros passaram a notícia da bárbara tortura de que Mário foi vítima.

Brandão Monteiro, Antonio Carlos de Carvalho, Raimundo Teixeira Mendes, Manoel João - todos viram Mário no DOI-CODI. Raimundinho e Tônico viram a tortura, por uma abertura no teto. Brandão Monteiro e Manoel João foram limpar a cela de onde tiraram Mário que pedia água.

TODOS conheciam Mário. TODOS foram testemunhas desse horripilante episódio não só na Justiça, mas em todos os lugares, fóruns a que foram convocados para testemunhar.

Nunca mais soubemos do paradeiro do corpo de Mário Alves. Foi um dia terrível aquele dia 16 de janeiro de 1970. A partir desse dia, a morte esteve presente nas nossas vidas. Na justiça, a família da Mário não se intimidou e pediu a condenação da União pela prisão ilegal, tortura, morte e ocultação do seu cadáver. A União foi condenada, pela primeira vez, num caso de desaparecimento de preso político.

Minha homenagem ao Mário, grande companheiro que poderia dar uma enorme contribuição a todos nós; minha homenagem à Dilma, incansável na denúncia das atrocidades cometidas contra seu marido; minha homenagem aos companheiros citados acima que com sua coragem permitiram a vitória e o desmascaramento da União que perpetrava contra os opositores do regime a tortura e eliminação física como uma política de Estado.

E a você, minha doce Lucinha, que ficou privada da companhia pessoal de seus maravilhosos pais e que soube, através da sua luta, trazer eles dois para nosso convívio. Um beijo no seu coração.

O jornalista Mário Alves, após oito horas de tortura pelos agentes do Exército no quartel da Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, foi morto mediante empalamento com um

cassetete de madeira guarnecido de estrias de aço. Relato publicado por Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, São Paulo: Ática, 1987, p.180-181.

16.14 | OPERÁRIO, ESTUDANTE, COMUNISTA

Roque Aparecido da Silva

Sabe quando a gente vive uma experiência que tem um momento de muita apreensão, em seguida outro de muita felicidade e, em um momento posterior, a mesma situação é vivida de forma horrorosa? Pois é, foi isso que aconteceu comigo.

Em 1968, fui um dos principais líderes da greve dos metalúrgicos de Osasco. A greve foi deflagrada às 8h45min do dia 16 de julho. No primeiro dia, duas fábricas foram ocupadas pelos trabalhadores e, em outras duas, os operários pararam e foram para o sindicato onde permaneceram reunidos. À noite desse mesmo dia, a Polícia Militar, de forma violenta, desocupou aquelas duas fábricas, prendeu centenas de operários e invadiu militarmente a cidade de Osasco com carros brucutus e tatus pelas ruas. Mesmo assim, na manhã do dia 17, os trabalhadores de outras três fábricas pararam, sendo que os da Brown Boveri desafiaram as tropas nas ruas e percorreram dois quilômetros em passeata até o Sindicato dos Metalúrgicos. Foi um dia todo de tensão para centenas de operários que permaneceram no local. Sabíamos que, a qualquer hora, a tropa de choque poderia chegar, invadir o Sindicato e prender todos nós.

Mais ou menos às 16 horas, chega um senhor, protegido por um grupo de soldados, dizendo que tinha sido decretada a intervenção no Sindicato, que ele era o Interventor e que estava lá para assumir o cargo. Como resposta, ouviu dos companheiros que "guardavam" o portão de entrada, que ali era uma casa de trabalhadores e que não permitiriam a entrada de Interventor. Depois de um longo e tenso bate-boca, o cara foi embora dizendo que voltaria com uma tropa de choque para cumprir a ordem que tinha recebido de assumir a direção do Sindicato.

Em seguida, realizamos a última assembleia no Sindicato, que eu presidi. Apresentaram-se três propostas sobre qual atitude deveríamos assumir no instante em que chegasse a tropa de choque. A primeira, apresentada por um companheiro trotskista-posadista, sugeria que colocássemos cabos elétricos de alta tensão na entrada e resistíssemos até o

final. Outra pedia que abandonássemos imediatamente o local para evitar o pior, que seria a prisão de muitos companheiros. É importante esclarecer que o Companheiro José Campos Barreto, que em 1971 viria a morrer juntamente com o Capitão Lamarca na Bahia, tinha sido preso no dia anterior, na ocasião da desocupação da Cobrasma e estava sendo torturado. O conhecimento desse fato tornava ainda maior a tensão. A terceira proposição, que defendi, chamei de "resistência passiva": faríamos uma "parede humana" e tentaríamos impedir a entrada de policiais, sem partirmos para a violência, porém gritando contra a truculência policial. Eu tinha claro, mesmo já sendo militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que uma resistência ativa, como queria o companheiro trotskista, poderia levar à morte de Companheiros. Entretanto, não admitia que abandonássemos o posto de batalha, antes mesmo que ela começasse de verdade. Minha proposta foi amplamente vencedora. Decidimos também que, se o Sindicato fosse realmente ocupado pela repressão, nos reuniríamos na manhã seguinte, às sete horas, na Igreja Matriz de Osasco, para continuarmos organizando e conduzindo a greve.

Bom. Os policiais chegaram e, após uma longa discussão, invadiram o Sindicato e prenderam vários companheiros. Eu, felizmente, consegui escapar pelos fundos.

Como tínhamos combinado, às sete horas da manhã seguinte estava na Igreja. Os padres que nos apoiavam tinham preparado uma sala que ficava nos fundos da Igreja, no primeiro andar, para a nossa reunião. Comecei a conversar com os operários que já tinham chegado e, conforme outros iam chegando, os Padres informavam onde estávamos reunidos. De repente, uma velhinha de mais de 70 anos, que era cozinheira dos padres, sobe a escada correndo, chega esbaforida e avisa: "Tem algum comunista aí? Tem algum comunista aí? Se tem, foge porque a polícia está aí dizendo que vai prender todos os comunistas". Estava claro que se referiam a todos nós. Naquela época, quem ousava desrespeitar a "ordem" era considerado comunista.

Pedi para o pessoal sentar no chão e manter a calma que eu iria ver se tinha alguma alternativa de fuga. Saí correndo e fui ver como estava o muro dos fundos da Igreja. Constatei que estava tudo cercado, não tínhamos alternativa de fuga. Todos seríamos presos.

Quando voltava para dizer isso aos companheiros, vi que alguns policiais dirigiam-se ao local onde estávamos reunidos. Então, percebi que havia alguns pedreiros trabalhando em uma obra ao lado. Peguei alguns tijolos e tentei passar por ajudante de pedreiro. Não adiantou. Prenderam-me e me levaram para a sacristia, onde já se encontravam vários

operários que tinham sido detidos conforme iam chegando para a reunião. Em poucos minutos, chegaram também os que estavam na reunião comigo.

Fomos todos levados em "camburão" para a Delegacia de Polícia de Osasco, onde já tinha uma sala enorme cheia de operários, inclusive os que tinham sido presos durante a noite no Sindicato e tinham passado a noite em pé, acordados, sem saber muito bem o que iria acontecer com eles. Ao entrar na sala, avistei o Padre Pierre Vautier, um padre operário francês. Fui até ele e perguntei o que estava acontecendo ali. Ele me informou, rapidamente, que estavam anotando os nomes das pessoas consideradas líderes do movimento, que todos seríamos levados para o DOPS em São Paulo onde seríamos fichados. Acrescentou que os "cabeças", que tivessem os nomes na lista, provavelmente, não passariam na "peneira" e permaneceriam lá.

Em seguida, ouvi o policial que estava anotando os nomes gritar: *O ESTUDANTE, OPERÁRIO, COMUNISTA*. Percebi imediatamente que ele se referia a mim e comecei a pensar em como me sair de mais uma. Em seguida o cara gritou: "É você mesmo, Roque". Então, dirigi-me à mesa. O cara, olhando para mim, perguntou: "Qual é o seu nome completo?" Ai tive aquela fração de segundo que decide o futuro da gente. Tirei do bolso a minha carteira de identidade e, segurando-a na mão, falei: "Roque Alves de Souza". Como demonstrei segurança, com a carteira de identidade na mão, o policial não pediu pra ver e datilografou o nome que falei.

Pouco tempo depois, fomos levados para o DOPS, em São Paulo, onde cada um foi fichado. Foram anotados todos os dados dos documentos e, inclusive, tomadas as impressões digitais. Assim que todos foram fichados, já no começo da noite, começaram a chamar de três em três e eles não voltavam. Percebi que a "peneira" estava começando a funcionar. Então chamei dois companheiros de minha confiança, conversei rapidamente com eles e nos colocamos na frente, junto ao portão de saída. Logo, veio um policial e falou: "Vocês três".

Fomos levados para a sala do Dr. Vanderico, que era o Delegado Chefe do DOPS. Ao entrar na sala, vi que o Dr. Vanderico era um velhinho completamente careca, que tinha apenas uns três fios de cabelo, bem em cima da cabeça. Notei que o velhinho ficava o tempo todo passando a mão da esquerda para a direita sobre a cabeça, como se estivesse penteando o cabelo.

Ao entrarmos em sua sala, o Delegado Chefe do DOPS leu uma lista de nomes: "fulano, sicrano, beltrano, Roque Alves de Souza, etc., etc". e perguntou: "Algun de vocês está nesta lista? Não, Não e Não", nós três respondemos. Então o Velhinho começou a perguntar: "Qual é o seu nome? Fulano. Qual é o seu nome?" dirigindo-se a mim. "Roque Aparecido da..." Não consegui terminar, tendo sido interrompido. "Então você é o Roque, você esta fodido, vai passar uns bons tempos aqui com a gente. O Barreto já está aqui preso, o Ibrahim a gente prende amanhã. Todos os comunistas, subversivos e agitadores de Osasco vão ficar aqui por muito tempo". Então, consegui interrompê-lo e falei, tremendo: "Dr. Eu não entendo o que o Sr. está falando. Eu não sei por que estou aqui. Fui preso na rua sem saber por quê". O velhinho reage: "Como? Qual é o seu nome?". Respondi: "Roque Aparecido da Silva". O velhinho olha na lista que tem na mão e pede a minha Carteira de Identidade. Entreguei. Ele olha, compara e diz: "Porra moleque, você tem sorte, escapou por pouco. Porque o Roque Alves de Souza está aqui e vai ficar muito tempo. Com a prisão de todos os comunistas de Osasco, vocês vão ficar tranquilos, livres dos agitadores. Agora vocês vão embora. Amanhã voltem para o trabalho que vamos garantir a tranquilidade para vocês". Ainda não sei como as minhas pernas conseguiram dar os passos de saída dali.

Saímos no Largo General Osório, viramos à direita como quem ia tomar o trem na Estação Julio Prestes para Osasco. Antes de entrar na Estação, tomei o primeiro táxi e pedi para o motorista me levar para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na Rua Maria Antonia, que estava ocupada pelos estudantes e era o "território livre estudantil". Após descer do táxi e entrar no "território livre", encontrei o Companheiro José Dirceu, então Presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo que, ao me ver, exclama meio assustado, sem entender nada: "Mas, Roque, você não está preso?" Ao que respondi: "Pô... Zé, estou aqui, consegui escapar dessa. Por favor, me esconde e, quando o Espinosa chegar, coloca ele em contato comigo". Como era o mês de julho e fazia um pouco de frio, o Zé Dirceu estava com a sua inseparável capa preta, sob a qual me envolveu e me levou para uma enfermaria improvisada em uma sala de aula. As enfermeiras trouxeram alguns remédios que tomei sem perguntar o que eram ou para que serviam. Sei que ajudaram a me acalmar e relaxar no fim de um dia de tantas emoções, apreensões e tensões.

Mais tarde, enquanto esperava chegar algo para comer, após um dia em absoluto jejum, contei para o Zé Dirceu todas as aventuras do dia que começou com a minha prisão e terminou com a liberdade. Rimos muito. Após ter passado a tensão, contar as aventuras

com um delicioso sabor de vitória, ao ter ludibriado toda a Polícia Política de São Paulo, foi viver uma oportunidade de muita satisfação e alegria.

O Espinosa era estudante de Filosofia e um dos líderes do movimento de esquerda em Osasco. Na hora em que ele chegou, o espaço para falarmos das emoções do dia foi muito curto. Foi como se, rapidamente, aquele dia tivesse se tornado um passado. Eu, depois de algumas horas ausente, estava reassumindo minhas responsabilidades na condução do movimento.

Após os informes do Espinosa sobre os acontecimentos do dia em Osasco, ficou claro que a polícia tinha ocupado ou controlava o movimento em todos os locais em que organizávamos nossos encontros. Estava difícil organizar qualquer reunião mais ampla. Tínhamos poucas alternativas.

Também tínhamos claro que, a partir do momento em que o Diretor do DOPS percebesse que tinha sido ludibriado, todos os policiais estariam querendo me prender. Jamais podia pensar em voltar a morar na casa dos meus pais. Para evitar a prisão novamente, sem chances de sair em poucos dias, teria que tomar muitos cuidados.

No dia seguinte, juntamente com alguns companheiros metalúrgicos, constatamos que muitos operários estavam voltando ao trabalho e nós não tínhamos condições de dialogar com eles nas portas das fábricas, por causa da forte presença policial. Como última tentativa, decidimos organizar grupos de operários que iriam procurar reatar o diálogo com os trabalhadores, conversar e distribuir panfletos em pontos-chaves para a passagem deles, como as estações de trem e de ônibus, pontes e passarelas, etc. Mesmo em alguns desses pontos, a polícia chegou e foi uma correria.

Depois do episódio da greve, passei a viver na clandestinidade como militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Naquelas condições, para alugar uma casa, para viver clandestinamente, a gente tinha que tomar muitas precauções. Foi então que eu e minha namorada decidimos antecipar o nosso casamento. Casamo-nos já na clandestinidade. Como casal oficialmente constituído, alugamos, tranquilamente, uma casa, onde moramos até o dia 2 de fevereiro de 1969. Neste dia, como seguidamente fazia, saí cedo de casa para me encontrar com um companheiro da VPR.

Sempre procurávamos marcar os encontros em locais movimentados para evitar suspeita. Nesse dia marquei em um ponto de ônibus. Ao chegar, de longe avistei a pessoa que me

esperava. Aproximei-me e quando estendi a mão para cumprimentá-lo, três policiais, que estavam disfarçados como pessoas comuns que também esperavam o ônibus, me agarraram. A pessoa com quem ia me encontrar tinha sido presa e, após as primeiras porradas, falou aonde ia me encontrar.

Os policiais imediatamente quiseram saber onde eu morava e que os levasse à minha casa. Pensavam que poderia ser um "aparelho" onde poderiam encontrar documentos e informações sobre a VPR. Como estava seguro de que em minha casa não tinha nada de anormal, levei-os até lá. Com isso também estava ganhando tempo para que os companheiros da organização percebessem que eu estava preso. Algumas horas mais tarde, eu teria uma reunião com alguns deles. Naquelas circunstâncias, com vários companheiros sendo presos, a ausência de um companheiro a uma reunião fazia acender o sinal vermelho que acionava todas as precauções.

Ao chegar em minha casa com os policiais, minha companheira ficou muito assustada e preocupada. Entretanto, no trajeto para casa com os policiais (como era uma operação "disfarçada", os policiais estavam com um carro civil) procurei convencê-los de que eu era recém casado e que minha esposa não tinha conhecimento da minha militância política.

Entrei em casa e, imediatamente abracei a minha esposa e, chorando, pedia perdão por tê-la enganado, por ter mentido a ela quando dizia que tinha abandonado a militância política. Que, na verdade, eu mantinha relações com pessoas da VPR e por isso estava sendo preso. Falava isso no ouvido dela, porém, em voz alta para que os policiais ouvissem.

Revistaram e não encontraram nada na casa. Em seguida, interrogaram minha companheira, que confirmou nossa história, dizendo não saber de nada. Os policiais acreditaram no nosso drama e a deixaram em casa.

Levaram-me para o carro e seguimos em direção ao DOPS. Já no caminho, mesmo em um carro civil, começaram as perguntas sobre quais eram as pessoas da VPR que eu conhecia, onde moravam, etc. Também as porradas já começaram no carro.

No DOPS, a coisa se complicou muito. Aí o pau comeu feio. Os policiais expressavam um ódio muito profundo, dizendo que tinham dois motivos imediatos para me torturar: inicialmente, para obter informações que os levassem a prender outros companheiros da VPR, que era a primeira coisa que os torturadores queriam saber ao prenderem um de

nós. Quanto ao outro motivo, eles diziam: "seu filho da puta, você esteve em nossas mãos, nos enganou e foi solto". Foram muitas porradas por esse motivo.

Muitos meses depois, passada a dor física das torturas, conversando com meus companheiros de cela no Presídio Tiradentes, tive a oportunidade de juntar os dois instantes: o de 18 de julho de 1968, quando enganei a polícia política e fui solto e o das torturas, por tê-los enganado. Naquela ocasião, prevaleceu a sensação de vitória vivida após a escapada de julho, do OPERÁRIO, ESTUDANTE, COMUNISTA.

16.15 | DÉCADA DE 70 - CONFIANÇA

Francisco Manuel Leite Pinheiro

Casos como esse, temos todos para contar. Dos muitos que vivenciei, um me tocou muito, deixando-me num dilema: dar a mão para quem me pediu ajuda, ou negá-la? Em qualquer dos casos o resultado seria muito ruim. Escolhi o que foi, talvez, o pior para mim.

Isso já foi no início da década de setenta, quando eu estava dirigindo uma empresa em Vitória, ES. Lá, trabalhavam duas irmãs muito educadas e simpáticas, que chamarei aqui de Lúcia e Lícia, para que não sejam identificadas. Lúcia, a mais nova, era particularmente bonita e delicada, parecia uma figura de biscoí.

Um dia, Lúcia me procurou, muito aflita, dizendo que sua irmã estava presa no quartel de Vila Velha e contou o que ocorrera: o namorado de Lícia estava sendo procurado, como "terrorista", e ninguém sabia do paradeiro dele. Então, já há alguns dias, o "pessoal da DOPS" havia ido à sua casa e levado Lícia. Segundo eles, nada havia contra Lícia; mas queriam que ela dissesse onde ele se encontrava; bastava contar e logo seria libertada; a prisão era também um artifício para ver se o namorado de Lícia aparecia.

Só que Lúcia conseguira visitar Lícia no quartel e a encontrara extremamente abatida, embora sem ferimentos aparentes. Ficou sabendo que era interrogada diversas vezes por dia e de madrugada. Os interrogatórios da madrugada – que duravam até o amanhecer – eram precedidos de um banho, para acordá-la: punham-na numa área cimentada e

jogavam fortes jatos de mangueira. Deixavam-na ali, gelando de frio por muito tempo até começar o interrogatório, sem se enxugar.

O interrogatório, como eu soube depois, era sempre o mesmo: onde estava o namorado, se ele merecia o sofrimento dela, se ela não preferia estar em casa, seca bem alimentada e com todo o conforto; que, se ela estava gostando de viver entre ratos e baratas, "tomar banho" durante a noite, ser impedida de dormir; que eles poderiam "melhorar as coisas": em vez de uma refeição por dia, passariam para dia-sim e dia-não.

Lúcia pediu-me para ver o que eu poderia fazer para ajudá-la. Eu conhecia gente do governo, mas como era um governo "eleito" pela ditadura, de nada adiantaria. Entretanto, como eu considerava o pessoal que trabalhava na empresa, como a "minha turma", fui até o quartel para falar com os oficiais e tentar alguma coisa.

Não me deixaram ver Lúcia e muito menos falar com ela, mas afirmaram que ela estava bem, que nada havia contra ela e quem eles queriam era o namorado. Como estavam convencidos de que ela não sabia de nada ("Foi preciso tortura para se convencerem" - pensei), mais uns dias ela seria libertada.

Saí dali com um grande mal-estar, sentindo-me impotente por não ter conseguido fazer nada por Lúcia e certo de que esses "mais uns dias" seriam para ela se recuperar um pouco, para não sair de lá com uma aparência tão ruim como sua irmã me havia descrito. Mais ainda, tendo quase certeza de que seria solta apenas para ser seguida, até entrar em contato com o namorado, se é que tal contato iria mesmo ocorrer.

Tive notícias dela por sua irmã Lúcia que me disse que ela – graças a Deus – havia voltado para casa e que tinha dito que queria ir para bem longe dali.

Outra notícia somente tive quando um agente da repressão me procurou dizendo que realmente ela havia sido solta. Ele explicou que a moça estava sob vigilância cerrada, na expectativa de que levasse os policiais até o namorado. Entretanto, não sabia como, ela havia despistado os agentes que a seguiam e havia desaparecido.

Então, estava ali para me pedir que, se ela entrasse em contato comigo (e eles saberiam se isso ocorresse), eu me comunicasse com eles imediatamente, com informações que permitissem localizá-la. Para mim, esse "pedido" soou como ameaça.

Não gostei nada daquilo: minha tentativa de visitá-la, havia criado um possível elo entre nós e certamente eu e a empresa seríamos agora objetos de vigilância severa, pois esperavam que ela recorresse a mim. E agora havia algo contra ela: um desejo de vingança, por terem os todo-poderosos sido enganados por uma simples e frágil mocinha.

Senti-me sozinho. Não podia nem instruir a secretária sobre um possível telefonema, pois das duas uma: ou ela se tornaria minha "cúmplice" e alvo dos agentes, ou ela poderia ir direto aos agentes. Melhor guardar tudo para mim. Até Lúcia eu passei a evitar, pois certamente ela também estava sob vigilância e um contato comigo seria encarado como uma trama qualquer, que iria acabar prejudicando também seu marido e seu filho pequeno. Parecendo "desligado", eu também estava protegendo minha família, pois já estava claro que, para a repressão, bastava desconfiar, para agir do mesmo jeito que com Lúcia.

Então recebi, em meu escritório, uma carta pessoal, sem remetente, com o envelope manuscrito, em letrinha desenhada e bem feminina (a secretária não abria minha correspondência pessoal). Gelei. Embora não conhecesse a letra de Lúcia, não tive qualquer dúvida de que aquela carta era dela.

Tranquei-me no banheiro para ler a carta em privacidade, pois não aguentaria ficar sem abri-la imediatamente. O texto era de fazer chorar; falava do período em que passou no quartel e agradecia minha tentativa de interceder por ela; dizia que imaginava por que razão havia sido solta, que percebeu de imediato que estava sendo seguida; contava das peripécias até chegar ao lugar onde estava agora – uma cidadezinha no Amazonas e pedia minha ajuda, como sendo a única pessoa a quem poderia apelar.

Ela havia sido acolhida em uma casa, mas estava totalmente sem recursos. Pedia-me que levantasse e lhe enviasse o dinheiro que teria a receber da empresa e até me dava o nome e o endereço para onde eu devia enviar a quantia levantada. Que responsabilidade! Ela confiou-me onde poderia ser encontrada! E, também, que temeridade e que inocência (ou desespero) a levaram a escrever seu paradeiro.

Era impossível levantar o dinheiro dela, pois eu não poderia pegar da empresa, um dinheiro que não me era devido. E isso, por outro lado, seria como publicar nos jornais que eu tinha contato com ela.

O que eu podia fazer era enviar-lhe uma ajuda particular, mas se eu mandasse qualquer coisa para alguém que não estivesse dentro dos meus padrões, esse alguém certamente seria alcançado, pois como o agente havia me dito, mesmo que eu não comunicasse, eles iriam saber se houvesse um contato entre nós. Ou seja, a vigilância estava alerta.

Se eu atendesse ao seu pedido, certamente, ela seria localizada e presa, agora com muitas acusações engendradas contra ela.

Se eu lhe negasse ajuda, mesmo sabendo que era para a própria segurança dela, eu passaria a vida com remorsos por ter negado a mão a quem, em desespero, a pediu.

Uma coisa era certa: aquele nome falso, aquele endereço verdadeiro e o carimbo no selo do envelope, eram uma bomba que precisava ser desarmada. Fiz picadinho de tudo, joguei na privada e dei a descarga. O paradeiro de Lícia estava a salvo. Nem eu sabia mais de nada. Restou-me conviver, até hoje, com a culpa de ter faltado a quem precisou de mim, o que foi, de certa forma, compensado com a certeza de que, se Lícia fosse capturada, não seria por imprudência minha.

16.16 | QUEIMARAM O FILME DO JOÃO CÂNDIDO

Silvio Tendler

Comecei no cineclubismo em 1966, quando tinha dezesseis anos. Em 68, fui eleito presidente da Federação de Cineclubes do Rio de Janeiro. Meu processo de formação política é simultâneo ao sonho de fazer cinema.

No cineclubismo, encontrei gente de todos os meios e desejos. O fato de ser presidente da Federação naquele ano mágico me tirou do meu mundinho de menino de classe média de Copacabana e me levou à Zona Norte e à Zona Rural (Jacarepaguá era considerado assim), onde fui amadurecendo e vendo coisas diferentes. Nessas andanças comecei a discutir História com um cineclubista da Universidade Rural, baseado nos livros do Nelson Werneck Sodré que ele me indicara. A cada página encontrava um tema para filme e comecei afunilar minhas paixões: política, cinema e história.

Um dia, um amigo me disse que seu avô, o historiador Hélio Silva, havia entrevistado o João Cândido para o Museu da Imagem e do Som (essa entrevista existe no MIS) e sugeriu que eu procurasse o Museu. Fui lá e conheci o diretor Ricardo Cravo Albim que, muito gentil e solícito, permitiu que eu ouvisse a entrevista, disse que trabalhava na SUNAB com o filho do João Cândido e me ofereceu o contato. Fomos a ele que me levou na casa do Almirante Negro.

João Cândido mostrou-se reticente. Falei de um filme. Eles mostraram um contrato para um longa-metragem que havia sido deixado lá, mas era coisa ainda anterior a 1964. Eu queria fazer um documentário. O Velho Marinheiro deixou filmar.

Conversamos muito. Ele estava lúcido e ativo. Todos os dias, ele tomava um lotação (modelo Cacareco), ia até o centro e comprava o *Correio da Manhã*. Lia e opinava. Estávamos no pico da ditadura militar (foi depois do AI-5) e ele, naturalmente, andava ressabiado apesar de termos chegado pelo filho Candinho. Contudo, estive com ele em 1969 várias vezes.

Na época, meus recursos eram precários: Câmera Paillard Bolex emprestada e um bom gravador de teatro, mas que não fazia som sincrônico para cinema.. Entretanto, filmamos, gravamos e fotografamos.

Corte no tempo: 8 de outubro de 1969. Um amigo de nosso grupo da Federação sequestra um avião para Cuba, um Caravelle. Foi o primeiro sequestro de avião no Brasil. Quando veio a repressão, veio pesada. Tive que desaparecer e fiquei escondido na casa de um primo em São Paulo na Peixoto Gomide, de onde, em 4 de novembro, escutei a fuzilaria que terminou com a morte do Marighella na Alameda Casa Branca a uma quadra de onde eu estava.

Quando voltei para o Rio, soube que a pessoa que guardava os negativos, com medo, queimara todo o material. Resta-me uma foto tirada no início de 69. Comigo sobrou a única foto que guardo como lembrança do que seria meu primeiro filme.

No dia em que me apresentei pela última vez na auditoria de Aeronáutica para depor no IPM do sequestro do Caravelle (depunha na sala ao lado do gabinete do Burnier), comprei a *Tribuna da Imprensa* e li notícia da morte de João Cândido.

Nota da Organizadora: João Cândido, conhecido como Almirante Negro, foi, em 1910, líder da chamada "Revolta da Chibata".

Eu cresci ouvindo histórias de Trancoso e isso me influenciou a vida inteira. As de que eu mais gostava eram aquelas onde o Diabo aparecia, pintava o sete e, na maioria das vezes, era logrado, como na estória de Costa Leite: *A Mulher que Enganou o Diabo*. Eu só gostava de anti-heróis como o Fradinho - de Henfil, Macunaíma, Canção de Fogo, meu Pai e João Grilo.

Sou uma mistura deles todos.

No ano de 1971, eu conheci o Abiasafe, aliás, Abi, Pixote, Menininho. Foi por intermédio de uma amiga de nome grego, acho que era Artemis. Estudávamos na escola Pinto Junior. Bonito casarão que ficava na Rua do Hospício. Uma das esquinas dava na Rua do Sossego e ficava meio entroncado entre o Colégio Nóbrega, só de rapazes, a Universidade Católica e a Casa do Estudante de Engenharia. O Pinto Junior era exclusivo para mulheres... E recebia visita de todo esse mundo em torno dele.

Eu era meio sapeca, digamos que meu apelido era Cão do Piutá, só para dar uma pequena ideia do personagem que ora vos fala. Gostava mais de aprontar palhaçadas do que estudar e tinha alguma liderança entre as meninas da escola. Já os professores, sérios e carrancudos, passavam a vida castigando-me e ameaçando entregar-me ao exército, que ficava ali do lado. Nunca fizeram nada não, porque, no fundo, eu era divertida e simpática.

Sei que minhas estripulias chegaram aos ouvidos de Abi. Um dia, ele apareceu lá para me conhecer. Tinha apenas 17 anos, magrela, era bonitinho e muito inteligente. Bom. Para encurtar a história, estes atributos me atraíram. Abi trouxe Feu, que trouxe Spinelli, que trouxe Ura, que trouxe Marcão, que trouxe dois, que trouxeram três, quatro, cinco, um monte! A ordem pode ser alterada, pois, com tantos anos, a memória, de vez em quando, falha. Formávamos uma boa "patota" e éramos assíduos leitores do *Pasquim* e do jornal *Opinião*. Acho que o Ura até escrevia nele. Escrevia é muito dizer, já que o jornal saía, na maior parte do tempo, com as páginas pretas de censura. Eram meus amigos que militavam no movimento estudantil e alguns, em partidos de esquerda.

Nem sei como, mas, rapidamente, começamos a namorar. Pouco tempo depois, ele sumiu. Desapareceu sem deixar rastro. Mistério total. Foi em abril de 1972. Soube, por um companheiro que tivera a informação, que ele estava preso e que era melhor eu dar um tempo, "me esconder". Abi na tortura! Que coisa absurda, era uma criança! Foi sendo muito torturado e, pelo que soube, a pessoa que o denunciou havia falado da namorada, a "Maga". Mas ele negou que tivesse namorada alguma.

Por precaução, avisei à minha mãe e ela escondeu o meu maior crime contra os 250 mil milicos da segurança nacional: livros e discos! Marx, Lenine, Gorky, este último eu adorava. Chico, Sérgio Ricardo, Geraldo Vandré, Gil, Caetano.

De escola não, mas sempre gostei de livros e discos. Esconderam-me em um convento de freiras do Recife. Pouco depois, o processo dos 22 militantes do PCBR foi publicado nos jornais da capital. Nele estava o Abiasafe. Eles foram levados para tortura durante dois meses e, em seguida, mantidos em prisão preventiva na Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, na Rua da Aurora, em Recife. Ao perceber que Abi não "tinha cantado", eu tive a ideia (ou dei a doída) de ir visitá-lo na cadeia.

Espreitei a situação e procurei saber que pessoas visitavam os presos. Pouco depois, conheci uma moça de Caruaru na casa da advogada Mércia de Albuquerque. Logo fiz amizade com ela, que tinha um irmão no processo. Convidaram-me a almoçar e, conversa vai conversa vem, falei do Abiasafe. Convenci a mãe dela de que devia levar-me na próxima visita e que seria fácil enganar a vigilância dos policiais porque era amiga de infância de um dos presos. Podia dizer que ia visitá-lo. Elas acharam maluquice, mas me ajudaram.

E não fui uma só vez não, fui muitas! Quase o tempo todo em que durou a preventiva. O plano consistia em fingir que ela me apresentava ao Abiasafe. Assim, ela procedeu. Na sala das visitas, permanecia sempre um policial que vigiava todo mundo. Ela apresentou-nos bem ostensivamente, na frente dos policiais, para ter um álibi em caso de que desconfiassem. Não lembro qual foi a reação de Abi, mas deve ter ficado surpreso de me ver ali. Fui algumas vezes à visita com essa amiga. Pouco depois, comecei a ir sozinha. O próprio policial, acho que se chamava Mota, começou a fazer brincadeiras comigo e Abiasafe, sugerindo que namorássemos.

- O Abiasafe está sozinho aqui. Por que não namora com ele?

Eu ficava só rindo do abestalhado. Aproveitamos esta palhaçada e fingimos que começamos a namorar durante as visitas. Dessa forma, eu pude levar roupas limpas e, sobretudo, acompanhar o processo.

Aí pelo mês de outubro, o Acioly começou a achar que ali tinha alguma coisa estranha e mandou o policial me chamar. Talvez tenha sido por causa de alguma denúncia, pois era uma época ruim, todos os aparelhos estavam caindo, gente se exilando, sumindo, morrendo. Não sei.

Alguma bruzundanga deu entre eles. Nunca soube bem o quê, mas o tal do cabo Mota passou feito bala na minha frente com cara de zangado e berrou:

- Você não sabe o problema que me trouxe.

Fiz a cara mais inocente que pude durante o interrogatório que me fez o tal chefe que queria saber como eu conheci Abiasafe, onde ele morava, onde morava a família dele, quem eram os amigos dele.

- E eu lá sei seu delegado!

- Nunca o vi antes, seu delegado! Eu vim aqui visitar um amigo de infância. Foi o cabo Mota que deu umas "sugestas" para ele namorar comigo e eu com ele.

Saí de lá e fui m'embora para casa da Mércia. Fiquei lá umas horas depois voltei para casa.

Ainda arrisquei, mas já com cagaço, a visita seguinte. O delegado ficou por ali, olhava-me de soslaio, matreiro, fingindo desinteresse. Não aguentou e perguntou onde eu estudava, o que eu fazia, se eu já conhecia alguém ali naquele grupo. A imagem de Millor Fernandes me apareceu na memória e me sussurrou ao pé do ouvido: "Herói é um covarde que não teve tempo de fugir".

M'bora arranjar um tempinho e cair no mundo, minha nega? E... sebo nas canelas, só apareci de novo em Recife oito anos mais tarde, em 1980, depois do Chile, depois da prisão na Argentina, depois do exílio na Bélgica, depois da anistia.

Foi um dia de festa.

- Mercenários desembarcam em Baracoa, a mais antiga cidade de Cuba chamada por Cristóvão Colombo de Ciudad Primata ou Bela Adormecida. Durante a luta, quatro combatentes revolucionários morrem e dois ficam gravemente feridos - anuncia o locutor que compartilha conosco todas as nossas manhãs.

Desci para o café, preocupada com os ataques em plena euforia da colheita da cana de açúcar.

- Sem preocupação, Mirian. A gente tira de letra estes mercenários. Por vezes, costumam sacrificar alguns dos nossos, nunca o povo inteiro. Aprendemos a defender nossa pátria a golpes de guitarra e canhão.

Aleida argumentava firme. Seus lindos olhos castanhos espanholados reafirmavam a decisão tomada, há muito, por todos os cubanos: "nossa independência é prioridade um. O resto, todo o resto que nos toca, em segundo lugar".

Nove dias depois, os mercenários de Baracoa, capturados, eram julgados, condenados e fuzilados.

Despertei inquieta. A velha e conhecida angústia tomava meu coração. Baracoa me preocupava! Não era Baracoa! Vinha de longe. O vento trazia notícias. Que havia acontecido? Marcello e Eduardo, aos poucos, iam-se habituando às comidas, ao "portunhol". Os últimos dias de convívio com José Ibrahim, o proleta, haviam sido de extrema beleza. Do Brasil, chegavam notícias preocupantes. A ditadura fazia novas prisões, assassinava companheiros impiedosamente. A tarde adentrava na noite incomodada, o mar parecia querer tragar o universo de um só gole. O mundo me parecia esvair-se em lágrimas. "Mas por quem? Por quê?" Questionava-me.

Ibrahim chegou calado, sério, cabisbaixo.

- Vou logo ao assunto. Sei que vai doer.

- Que isso? O que está acontecendo?

- O Juarez foi assassinado.

- Quê? Ibra, você ficou louco? Como assassinado? Quem ousaria assassinar o Juarez? Eu não acredito. Nem insista que não acredito. Como é que você pode saber? Quem contou esta barbaridade? Diga, - sacudia seus braços, desesperadamente, tomada, em prantos.

- Diga logo!

- Mirian – pegou minhas mãos com carinho - o Juarez foi a um encontro, não sabemos ainda como. Cercado pela polícia, ele deu um tiro na cabeça. A Maria do Carmo foi presa.

- Não. Nãooooo é verdade.

- Sim, companheira, é verdade. Acalme-se. Calma, por favor. Sinto muito. Desculpa. Eu não queria dizer assim. Eu também não queria que ele morresse.

Chorei a vida. Chorei pelos sonhos. Chorei o companheiro imprescindível. Chorei o nosso Juarez.

Desorientada, com as crianças, fui buscar, no mar, respostas para esta perda. Tentar, no espelho das águas, ver meu país. Encontrar minha gente. Juarez, com certeza, foi uma manchete a mais nos jornais. Quantos sabiam do seu valor? Quantos tinham consciência de que com ele partia um pedaço grande da nossa esperança? Poucos foram tão brasileiros. Poucos se dedicaram tanto à conquista da liberdade! Poucos... Muito poucos... Quantos mais teríamos que perder para que o Brasil pudesse ter escolas, direito à saúde, uma vida digna? Quantos "Juarezes" teriam que morrer pelo amadurecimento político e psicológico do nosso povo? Morrer é uma palavra muito forte. É para todo o sempre. É para nunca mais.

Olhando as ondas, que teimosas se espatifavam contra as muretas do Malecón, cruzei fronteiras, invadi 1962, quando participava de reuniões políticas de um grupo de estudantes da Estelita Lins. Marx e Engels nossos mestres; Lenin, o líder maior, mas foi em Stalin que, naquela época, me descobri.

- Stalin tem o dom de descomplicar o entendimento sobre a luta de classes, - professava Mauro, nas tardes de discussões calorosas.

- Se o pior acontecer, quero dizer, se você for presa, entregue o ponto. Vou ao seu encontro. Custe o que custar. Praça José de Alencar, duas da madrugada, às quartas-feiras. Não esqueça, - enfatizou Juarez.

- Tenho certeza que sim.

Juarez Guimarães, fundador e militante da Colina, Comando de Libertação Nacional, protagonista de todos os acontecimentos de criação e fusão da VPR e Var Palmares, entrou certa manhã, nos nossos dias, em 1965. Chegou em um dos momentos mais lindos da minha vida. Totalmente aberta para construir um mundo novo, o mesmo em que logo em seguida habitaria meu primeiro filho. Sociólogo, ele conhecia, como poucos, os problemas brasileiros. Seu caráter primava pela firmeza, serenidade, praticidade, crença inabalável no homem. Sua segurança nas decisões mais complexas fazia dele um líder por excelência.

Juarez fazia parte daqueles que vão em frente construindo o futuro. Durante quatro anos, convivemos. Sua honestidade, amor sem fronteiras, ajudaram a amadurecer minhas convicções sobre construção de um mundo de igualdade, paz e solidariedade. Confiava neste companheiro, sem restrições.

- Amanhã, o que você acha? - perguntou Juarez.

- Tudo bem - confirmei.

- Amanhã na primeira hora da manhã. O Fausto viaja para Minas para ter um álibi. O Carlos fica no Rio para garantir a retaguarda. Você comparece ao DEOPS. Está bem assim?

Decisões drásticas, irreversíveis, eu as conhecia de cor. Atravessar o túnel escuro não constituía uma novidade; havia aprendido que a vontade se sobrepõe a qualquer obstáculo, que detrás de cada montanha existe um vale iluminado. Se a rocha nos parece gigante, sempre há a possibilidade de contorná-la.

- Combinado - afirmei convicta de ser este o caminho acertado.

Amanhã sem falta me apresentarei inesperadamente ao exército. Pegaremos eles de surpresa. Contarei uma boa história sobre o mimeógrafo apreendido no aparelho do Liszt

Vieira, em Niterói, comprado por mim e João Lucas Alves, para ser usado na minha escola para impressão de todos os materiais possíveis até mesmo o Guerra de Guerrilhas do Che Guevara. Confiante, decidida, seria a chave na estória para driblar os esbirros da ditadura o que permitiria o retorno ao trabalho para muitos companheiros que participavam e conviviam comigo. Caso contrário: a clandestinidade de todos.

Sua mão tocou tranquila e forte meus ombros.

- Estarei esperando. Confio em você. - Juarez sorriu.

Durante mais de 72 horas, fui interrogada pelo DEOPS, depois pelo Exército, no Forte de Santa Cruz. Uma eternidade de incertezas, a pressão, a dor de ver o Moacir - João Lucas - assassinado, outros irreconhecíveis, deformados pela tortura, fotos atiradas displicentemente ante meus olhos sugeriam o meu futuro. Nada era tão simples quando se tratava das forças armadas.

Nem o acaso jogou a favor nem minha história os convenceu.

Três dias depois, de pé, olhando a igreja metodista, construída há tantos anos, na Praça José de Alencar, Juarez, silenciosamente, abraçou-me. Vinte quatro horas depois o exército invadia o número 136, da Rua das Laranjeiras para prender-me.

Contemplando o mar, chorei horas a fio. Cuba também sangrava. O vazio não preenche os corações de tantos que sabem de antemão que a invasão a Baracoa era uma das tantas tentativas do império de ceifar a meta dos dez milhões de toneladas de cana de açúcar. No Brasil, como no exílio, resistir era a palavra de ordem.

16.19 FINAL DE COPA DO MUNDO

Urariano Mota

Nelson Rodrigues já havia escrito, com todo seu gênio e cinismo, que a seleção brasileira de futebol "era a pátria em calções e chuteiras, a dar rútilas botinadas, em todas as direções, como um centauro truculento". Que cínico, nós dizíamos, que cínico e safado, praguejávamos, porque naquele ano de 1970, a distância e o distanciamento não eram

possíveis. Estávamos em uma ditadura militar, o ditador Médici utilizava a seleção como uma arma da Pátria contra o comunismo e dizia aos maus brasileiros, aos subversivos, aos terroristas, "Brasil, ame-o ou deixe-o". Nas fotos, os olhos claros do ditador, os vincos a descer na sua carranca possuíam a expressão de um vampiro.

Em 21 de junho de 1970, portanto, o clima não era bom, não podia, não deveria ser bom. Para os que andavam de mal com a ditadura, o tempo não estava bom. Apesar de cair em um domingo. Meus amigos Mário Sapo, Spinelli e Anael bem que procuraram ocupação mais digna que ver a final da Copa do Mundo. Missão, como o título de um seriado da televisão da época, missão impossível. Ainda que fossem a um convento, entre as orações e cânticos dos frades santos, não conseguiriam. Havia um clima, essa expressão que viemos a conhecer depois. Mas era mais que "um clima". Havia uma final de copa do mundo escrita nas nuvens, no céu, no mar. O selecionado brasileiro de futebol estava em todas as coisas. Nos jornais, na televisão, no cinema, nas escolas, nas ruas, no amor, nas conversas. Aliás, outro assunto não era possível, com base em todo e qualquer tema.

- E a seleção? - perguntava-se a troco de nada e o rumo na conversa mudava.

Para complicar, havia um complicador, se nos permitem a complicação. Havia um complicador para o alheamento dos amigos àquela imensa alienação, àquela estupidez da alienação dos povos, àquele ópio dos ignorantes: a Copa do Mundo de 1970, assim mesmo, em maiúsculas, era a primeira Copa transmitida pela televisão. "Ao vivo", como diziam. Do México, com imagens transportadas de um satélite. O que bem poderia ser dito por João Saldanha: "Meus amigos, toda realidade exterior ao futebol hoje está suspensa".

Missão impossível para Mário, Spinelli, Anael e todos os militantes socialistas do Brasil. Em algum lugar deve haver uma lição da dialética que ensina: se as missões se tornam impossíveis, o melhor é conviver com a sua impossibilidade. Mas não sabíamos disso então. Esta página ainda nos era arrancada ou devia estar escrita em sânscrito intraduzível. Ninguém nos disse. Mário, o mais velho de nós, teve um primeiro recuo tático.

- Olha, a massa está sendo manipulada. A ditadura está usando esse jogo para sair fortalecida.... - primeira parte do discurso, indispensável, para não ser execrado. - ... Agora... - segunda e problemática parte, a mais importante. - ... Agora, a gente não pode ser contra a massa. A gente não pode ser contra o povo. Se o povo está assistindo...

- Populismo, caralho. Se o povo está assistindo, nós também vamos assistir? É isso?! Cortava Spinelli. A vanguarda repete a massa, é isso?

- Sim, Lênin! - voltava Mário. - Sim, Lênin...

Ao que o magro Anael, sabedor por intuição e experiência aonde levavam os argumentos de Mário (libação, álcool, que ninguém é de ferro), intervinha, como um votante, porque democrático era o processo.

- Eu estou com Mário. O povo é quem sabe o rumo. - e adaptava um refrão: - Ruim com o povo, pior sem ele.

- Sim, mas... - sentia-se encurralado Spinelli. - Sim, mas...

Mas antes que entrassem em discussão as categorias do conhecimento, o que é o povo, o que é a massa, o que é a vanguarda, e o tempo histórico, e sua urgência e emergência, Mário, o mais velho, propunha:

- Vamos discutir isso no Savoy.

O Bar Savoy era uma festa, sempre. Foi para ele que Carlos Pena escreveu "são trinta copos de chope / são trinta homens sentados / trezentos desejos presos / trinta mil sonhos frustrados". Foi lá que a Jomard Muniz de Brito ocorreu que "o Recife é um chope". Foi para ele que os personagens de *Os Corações Futuristas* estenderam os olhos mendigos de cerveja, porque ali se podia beber a felicidade em mesinhas de ferro. O Savoy era uma festa.

Os nossos amigos, os nossos, naquelas circunstâncias, heróis, sentaram-se a um canto, um pouco à margem do aglomerado, que rodeava um dos televisores no Savoy. Diabo de copa do mundo, vieram ali para conversar os próximos rumos do movimento e do Brasil. De costas para a alienação. Acintosamente alienados da alienação. No entanto, Mário, sempre o mais precavido dentre nós, sentou-se de frente para a televisão. Porque ver, o simples ver, não atrapalha, ou não devia atrapalhar todo e qualquer desenvolvimento da argumentação, da mais reles matéria à metafísica.

- A gente aqui pode falar à vontade. Ninguém nos escuta. - Spinelli dizia. E, por isso, retomava: - *A Revista da Civilização* é a melhor frente de esquerda hoje no Brasil. Vocês viram a deste mês?

- Eu prefiro a fonte. Eu prefiro o original. - Anael argumentava, um tanto incomodado e angustiado, pelo rumor às costas.

- É, é... - Mário ia respondendo, enquanto movia os olhos, pensativo, mui pensativo, a todo e qualquer encaminhamento da dialética que ouvisse.

- Não, rapaz, em relação a muita coisa, Nelson Werneck Sodré não é reformista, entende?

- Claro... É... - Mário ia respondendo.

Havia uma tensão no ar, uma carga explosiva que se ia acumulando, sem alarde. Um movimento surdo passando, que ninguém percebia, ainda que todos dele participassem. Um coletivo de gozo ou desespero a irromper. Então de repente, como se por força de um comum desejo, no décimo e oitavo minuto da exposição do destino dos povos, o povo mais próximo, no Savoy, explode:

- Goooo! Gol, gol, gol! Gool!

Mário, por estar mais integrado à massa, por esse motivo também se levantou:

- Gool! É gol, é gol...

Spinelli e Anael, como bons subversivos, escolados ("a primeira tarefa do revolucionário é não se denunciar"), por isso também se ergueram:

- Gol! Foi gol, cara.... De quem, de quem?

E Mário, o flexível, o flexível atento, anunciou:

- De Pelé. De Pelé, porra!

- Ah, tinha que ser, - reconheceu o mais sábio.

Os garçons do Savoy, mais atentos que todos os atentos, comemoravam e, em igual movimento de comemoração, enchiam as mesas de cervejas e, entre as mesas, a dos nossos heróis. Que se achavam, na altura dos 20 minutos de jogo, os próprios terroristas disfarçados. Fantasiados de povo, a beber no Savoy, em jogo de Copa do Mundo. Mas não demoraram muito no disfarce, ainda que isto lhes parecesse uma eternidade. A máscara caiu aos 38, ainda no primeiro tempo da fantasia e da defesa.

- Gol... foi gol... Porra, que merda! Presta atenção, seu porra! Manda essa bola pra tua mãe... - ouviu-se, foi-se ouvindo, aqui e ali, às costas, à frente, de lado, do teto e das paredes, do chão e da Avenida Guararapes.

- Gol, foi gol...

Um carrasco de nome Boninsegna havia driblado o nosso goleiro, o verdadeiro herói lá na televisão, e sem piscar enfiou o empate da seleção da Itália. Mário, o tático, assumiu então as suas características de sapo, porque inflou as bochechas e mal olhava, agora, para a pequena tela, como se estivesse na iminência de coaxar. Anael lhe seguia, com movimentos na bochecha, à sua imagem e semelhança. Na verdade, à direita, à esquerda, acima e abaixo da ditadura, todos no Savoy ficaram meio sapo, de papo inchado, carrancudos, raivosos. Spineli, ao ver a geografia humana ao redor, susteve a frase na garganta, "futebol é alienação", e achou mais prudente e natural, ficar em terra de sapo de cócoras com ele. Em silêncio, todos danaram-se a beber, que os garçons de Savoy serviam bem na alegria e na desgraça. Mercenários, tiravam partido da pátria em qualquer circunstância.

Acabado o primeiro tempo, quase todos no Savoy tiveram a mesma ideia, porque se aglomeraram no banheiro. Ambiente para lá de carregado, elétrico. Spinelli, magro e desengonçado, entra no círculo ácido do mijo. E até hoje ele não sabe por que razão, e até hoje ele oculta dos seus o momento raro do perigo que passou e que soubemos depois do abismo. Na volta do banheiro, em um corredor estreito e infernal, ele esbarra em um popular irado, nervoso e tenso. Esbarrou por acaso, por maldito azar, mas o popular, essa categoria ótima para uma tese, mas bem arisco ao vivo, assim não entendeu.

- Tá cego? - E empurrou o nosso amigo contra a parede.

Spinelli, alto para os padrões do Recife, lutador de judô em aulas clandestinas, porque, assim, faria a segurança nas passeatas, reagiu ao empurrão. Ou seja, empurrou o popular

de volta, como quem cumprimenta e vai embora. (Não era sua intenção saber o valor prático das aulas orientais que recebera, naquela hora e em outras.) Que faz, que fez? O popular lhe responde com um mais vigoroso empurrão. Spinelli volta, como se a parede do estreito corredor fosse um elástico, que lhe desse um exemplo da terceira lei de Newton. E volta com o impulso da sua pequena massa inercial, somente para dar um instante breve de resposta ao segundo empurrão. Nisto, e como prova insofismável de que a toda desgraça corresponde outra maior, surge um indivíduo tão alto quanto o nosso amigo, porém mais volumoso em carnes, vontade de brigar e músculos. Que vinha a ser o amigo do popular irritado. E lhe diz, a Spinelli:

- Ei, magro, é briga, é?

Spinelli olhou de cima a baixo e da direita para a esquerda o homem-guarda-roupa. Sabemos nós, à distância, que os manuais de filosofia ensinam que só se deve correr quando houver possibilidades de espaço e circunstância. Mas o que não se encontra em nenhum manual, nem nos melhores livros, foi a resposta de gênio que achou o nosso amigo, naquela hora de angústia, agonia, desespero e aflição. Acreditem e creiam, porque em pleno intervalo do jogo final da copa do mundo, o nosso amigo gritou, com os braços erguidos e levantados:

- Viva o Brasil!

O amigo do popular, espantado com aquele golpe baixo, de gênio, reagiu como bom patriota. Abraçou Spinelli como se abraça um companheiro de torcida.

- Viva! Viva o Brasil!

Com as costas ainda a estalar nos ossos, o nosso amigo voltou ao abrigo de nossa mesa. E todos assistimos ao final de Brasil e Itália. De frente para a pequena tela, para melhor integração. E comemoramos, e pulamos, e gritamos gol. Sem remorso e sem dor na consciência. E saímos de lá abraçados e bêbados rumo ao Zumbi, onde morava Mário Sapo. Felizes a cantar. Afinal, estávamos todos metidos em nossa face legal. A de patriotas, no país de calções e chuteiras.

Apreendi com ensinamentos budistas que um grama de bem vale mais que uma tonelada de mal.

Em 1968, eu estava cursando o pré-vestibular de Medicina, no curso Miguel Couto, do professor Victor Nótrica, em Copacabana, quando, após um intervalo de aulas, um professor anuncia que estavam presentes alunos da Faculdade de Medicina para nos dirigir algumas palavras. Para minha surpresa, meu irmão Rafael, que fora muito bem no vestibular, já que entrou em terceiro lugar na UFRJ, ali estava, com seus colegas, falando das passeatas após a morte de Edson Luís. Eles solicitavam auxílio e rodavam o chapéu para a aquisição de megafones que seriam usados por lideranças, como Wladimir Palmeira, para aquela que viria a ser a famosa Passeata dos 100 mil.

Eu estudara, como ele, no Colégio de Aplicação da UFRJ e tinha participado do Grêmio Odylo Costa Neto, como presidente com alguma militância secundarista na AMES. Desde a época das passeatas, empenhei-me no, então, Movimento de Vestibulandos cujas bandeiras eram, entre outras, "Abram as portas das Universidades", "Mais vagas nas faculdades", "Em defesa da universidade pública", "Mais verbas para a educação", "Abaixo o Acordo MEC-USAID". Aprofundamos, dessa forma, uma consciência antiimperialista sintetizada na frase de Otto Maria Carpeaux, jornalista do *Correio da Manhã*: "FMI = Fome e Miséria Internacional".

Entrei na Faculdade em 1969, no descenso do ME (Movimento Estudantil), com forte repressão concomitante com o AI-5, a dissolução do Congresso, o fechamento dos Diretórios Acadêmicos, a queda do congresso da UNE, em Ibiúna. Comecei minha militância em um grupo de estudos de materialismo dialético e histórico e, depois, em um grupo de ação em panfletagens e pichações de palavras de ordem como, por exemplo, "Pau nos dedos-duros", quando houve o acirramento da luta contra a repressão.

Particpei do MURD (Movimento Universitário de Resistência à Ditadura), que tentava a continuidade do Movimento Estudantil, quando uma leva de militantes, a maioria estudantes, viram-se paralisados pela opção e beco da clandestinidade, "congelados" em "aparelhos" ou "geladeiras" para evitar a prisão, mas perdendo a circulação e a mobilidade

social. Orientei politicamente grupos de alunos da engenharia da UFRJ e da PUC, que ainda tinha diretórios abertos e onde funcionavam mimeógrafos que imprimiam nossas palavras de resistência e protesto. Entre os militantes da PUC, destacou-se o atual governador da Bahia, Jaques Wagner.

Além do MURD, fiz parte de uma CCM (Coordenação de Camadas Médias) que pretendia renovar o trabalho com outros setores de classe média. Concluí esse trabalho muitos anos depois, em 1977, quando obtivemos, por intermédio do REME (Movimento de Renovação Médica), a retomada do espaço sindical e elegemos o Dr. Rocco presidente do Sinmed-RJ.

Abrimos grande espaço para os movimentos dos médicos residentes (quase estudantes em transição), acabamos com o tabu de uma militância apenas juvenil e estudantil e galgamos espaços de luta na maturidade profissional. A vitória histórica do REME deu-se antes das greves do ABC em São Paulo.

Prestei também assistência logística ao, então, MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) ao guardar, na casa da saudosa Terezinha de Jesus Carvalho, "Aurora", vários companheiros, entre eles, o Bento, mais conhecido por Gabeira e, também, o ímpar Stuart Angel, covardemente assassinado, mais tarde, nas dependências da Aeronáutica, no Galeão.

Em 1971, ainda por ocasião do cerco e perseguição seguintes ao sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, fui preso na casa de minha mãe, em Ipanema, em 15 de abril. Passei quarenta e dois dias no DOI-CODI, antes de ser transferido para o BCC (Batalhão de Carros de Combate), onde ocorria o inquérito do meu processo e o clima de intimidação era já menor.

Nossos colegas da Faculdade de Medicina fizeram protestos que saíram na imprensa. O jornal *Última Hora* publicou nossos retratos e, com isso, de certo modo, garantiu que não fôssemos "desaparecidos". Ali, fomos visitados pelo Diretor da Faculdade, o saudoso, digno, corajoso e sempre elegante professor José de Paula Lopes Pontes, acompanhado pelo professor Lauro Solero, catedrático de Farmacologia e diretor do Instituto Biomédico.

Na época, disse ao Diretor que, após tudo que vivera naquelas semanas, podia dar muito mais valor a uma frase que ele proferira em sala de aula, é claro, com a prévia solicitação: "meus alunos, desliguem agora seus gravadores..." e então profetizava: "antes um

subversivo que um 'sub-ser-vivo'. Aliás, aproveito a frase tão direta, para deixar nestas breves linhas uma mensagem de resgate da ousadia subversiva de "ousar lutar ousar vencer", tão em falta nos dias atuais em que tudo parece tão desbotado e pasteurizado.

Foi no BCC, então, que, aos poucos, reencontrei-me e recuperei-me das lesões do pau de arara, telefones (tapas nos ouvidos, ensurdecedores), eletrochoques, afogamentos e outras torturas. Reagi à depressão por meio da música, entoando canções, em especial, *Asa Branca*, do mestre Luis Gonzaga.

Foi neste período que recebi um presente totalmente inusitado do meu já falecido (novembro/2006) para sempre mano Rafael. Um pijama lindíssimo, listrado nas cores azul marinho, prata e dourado, que mais parecia roupa de príncipe de conto de fadas. Quando vesti aquele pijama na ainda prisão, senti-me livre, liberado, com uma sensação de prazer inusitado, que resgatava a sensação lúdica do contraditório e uma imensa confiança no futuro.

Estávamos afastados, de certa forma, por ele ter quatro anos mais de idade, mas sempre juntos até 1972, quando ele embarca para Nova York, para seguir sua carreira de cientista.

Quando o mano Rafa faleceu, fui a Petrópolis na casa de minha família para organizar fotos de nossa infância e adolescência. Encontrei dentro de um álbum, um papel amarelo com os seguintes dizeres: "Escreve teus infortúnios na areia e teus sucessos na rocha, pois quando a maré subir, apagará teus maus momentos, e os bons ficarão para sempre".

Em 1998, em uma viagem dele, relembrou-me: "Mano, lembra que em 1968 achávamos que em 30 anos teríamos chegado ao socialismo?" Naquele mesmo ano, na festa dos 50 anos do Colégio de Aplicação da UFRJ, propus um bolo esportivo para definir uma nova data para, pelo menos, não perder a perspectiva deste sonho tão bem descrito por John Lennon na letra da canção *Imagine*.

Shibata serviu no quartel da Polícia do Exército de São Paulo, na Rua Tutoia, 36. Lá se situava a Operação Bandeirantes. No dia 11 de maio de 1970, fui preso e violentamente torturado na OBAN.

Quando me baixaram do pau-de-arara, depois de várias horas de choques elétricos e pancadas, tive convulsões e os torturadores se preocuparam. Chamaram um sargento médico, que me deu uma injeção para dormir. Era Shibata. No dia seguinte, 12 de maio, este mesmo sargento, nissei, fardado e com o nome coberto por esparadrapo, me interrogou. Ele disse que não sabia nada de mim, só queria saber onde eu morava. Repeti o que havia dito sob tortura e ele disse que era mentira. Pela porta passavam torturadores, olhavam para mim e diziam:

- Vamos te pegar de novo, Zé. E desta vez você não escapa!

Shibata insistia em que eu contasse a verdade. Eu já estava preparando o espírito para voltar para o pau-de-arara, mas ele me deu outra injeção e disse a um enfermeiro que me preparasse para ir para o Hospital Militar. Cortaram meu cabelo, fizeram minha barba e me levaram em ambulância para o Hospital. Shibata estava, portanto, ligado ao sistema de torturas. Ele esteve ligado sim! A fala dele dava a entender que ele justifica a tortura como "um dos meios que você tem de tirar informação". Para ele, até hoje os lutadores pela liberdade e a democracia são "subversivos", que ele equaciona com "bandidos". Há muitas evidências. Se entrevistassem alguns ex-presos sobreviventes da OBAN, certamente encontrariam outras testemunhas da presença dele nesse órgão e da vinculação dele com as torturas.

Os órgãos da mídia democrática deveriam expor não apenas a história destes carrascos da ditadura militar, mas, também, dar-lhes voz, como fez a revista *Caros Amigos* com Shibata, para que revelem como pensavam e como pensam hoje e quão nefastos podem ser quando chegam ao poder do Estado. Entretanto, é indispensável que se entrevistem juristas e advogados comprometidos com a genuína democracia, como João Luiz Pinaud, Técio Lins e Silva, Modesto da Silveira e, em São Paulo, Fábio Konder Comparato, para que dêem seu testemunho igualmente.

Tudo começou com a proibição de uma peça de teatro – *Cordélia Brasil*. Nós, da classe teatral, fomos para o Municipal e fizemos até uma passeata com todos os intelectuais, Flávio Rangel, Antônio Callado, Mário Pedrosa e muitos outros.

Foi o meu espírito libertário que me fez participar de 1968. Eu estava no auge da minha carreira na Itália, mas não pude deixar o Brasil. Cedi à minha consciência, fiquei e fiz a peça *Cordélia Brasil* com o Oduvaldo Vianna Filho. A partir daí, fui ficando... e reclamando.

Quando mataram o Edson Luiz, fui para a Assembleia Legislativa. O Sérgio Grillo disse que eu tinha que falar e me colocou sobre o parapeito da escadaria. Quando eu vi aquele mundaréu de gente, coloquei as mãos no rosto e comecei a chorar. Lembrei-me da imagem do Edson ali, no chão, morto. Com um grito de desespero feminino, levantei a mão para o alto, de punho cerrado, e gritei:

- RECUSO-ME A TER FILHOS PARA SEREM ASSASSINADOS PELA DITADURA! - Essa foto saiu na primeira página do *O Globo*.

Aí começou a perseguição – invasão da minha casa, assédio no teatro, até bombas de gás dentro do teatro jogaram. Com isso eu fiquei cada vez mais revoltada e não parei.

O desempenho repressivo dos esbirros do governo militar primava pelo ridículo. Por exemplo, um "cana" do DOPS ia todos os dias ao teatro assistir *Cordélia Brasil*. Em uma das vezes em que fui presa, ele estava lá, no DOPS, e disse:

- Quer ver? Eu sei o texto da Cordélia todinho de cor.

E sabia mesmo, principalmente um monólogo meu que dizia:

- Vou fazer desta casa um bordel, porque eu quero ser uma putona.

Cordélia foi proibida concomitantemente com uma peça do Plínio Marcos e outra do Nelson Rodrigues. Eu consegui uma audiência com o então ministro da justiça, Gama e Silva. Acho que era esse. Ele olhou para o Plínio que, encarando-o, cuspiu no tapete do homem. O diplomata que estava conosco disse, muito sem graça:

- Ele é o homem zangado do nosso teatro. - O ministro acabou liberando as peças e falou:

- Ah, quando estou cansado vou ver filmes brasileiros. Durmo, como aconteceu no Cara a Cara, do Bressane. Quando acordo, proíbo.

De outra feita, um coronel que me interrogou no primeiro batalhão da PE, na Rua Barão de Mesquita, queria saber onde estava o ouro de Moscou...

Fui presa várias vezes e, por fim, fui sequestrada em São Paulo e levada para o Rio. Para o exército. Só reconheci que era o Rio porque eu vi o Maracanã. Fui interrogada por um coronel do então Ministério da Guerra. Ele queria saber quem era de esquerda na classe artística. Eu o fixava e dizia que não sabia, pois nós não pedíamos atestado de ideias políticas. Fui interrogada durante 48 horas. O telefone não parava. Chegou uma hora em que o coronel disse que eu iria voltar para São Paulo. Acompanhou-me até o aeroporto. Eu não tinha nem bolsa, pois quando fui sequestrada joguei a bolsa fora.

O que motivou meu sequestro foi o fato de eu ter descoberto que as concessões de todas as lojas do Galeão haviam sido negociadas com uma firma americana, Marin Company, se não me falha a memória. Só não negociaram a pista, é claro. Desde então, não tive mais descanso - perseguições, invasão, prisão, conhecia muitos amigos que se foram e outros que foram torturados. Isso me dava forças para continuar na luta.

Tornei-me simpatizante da ALN. Ajudei muitas pessoas que queriam sair do Brasil. Saí eu mesma do país depois que a Sônia Nercessian foi presa e barbaramente torturada. Foi uma coisa terrível e ela, com o bom caráter que tinha, não delatou ninguém. Perdeu trinta quilos na prisão.

Eu, então, fui para o exílio. Morei em Paris e era muito famosa lá. Continuei, durante os anos de exílio, a criticar a ditadura. Depois que chamei o Médici de urubu-rei, no *L'Express*, em uma entrevista para o Eduardo Balbi, tiraram o meu passaporte. Essa edição foi retirada das bancas e só leu quem a recebeu em casa.

Lembrei-me de uma das mais tristes noites de Natal que passei na minha vida. Não, não estava frio, nem eu longe da terra. Estava na minha amada Brasília. E tem um final divertido.

Era 1971. Fora um ano pior do que terrível para minha família e para mim, obviamente. Médice, o facínora, estava no poder.

Cheguei de Paris no começo do ano e meu pai, que tinha voltado do Uruguai, morreu cinco dias depois da minha chegada. Seu aniversário de 51 anos seria comemorado no dia quinze. Ele morreu no dia sete. Um derrame fulminante. Hoje penso ter sido melhor. Se fosse um desses derrames com sequelas, ele seria um homem vivo, mas, profundamente infeliz. Era muito ativo. Morreu assim, sem que eu tivesse tido tempo de lhe contar todas as histórias do tempo em que ficamos separados. Só consegui chorar um mês depois, quando fui contratada pela revista *Atualidade/Amazônia* e, na mesma hora, voltei correndo para contar para o papai. Só que ele não existia mais.

Aí, chorei. Chorei todas as lágrimas poupadas nos dias que se seguiram à sua morte.

Em abril, meu irmão, que militava na Ala Vermelha do PC do B, foi preso. Quem recebeu a notícia fui eu. E eu, a encarregada de contar à mamãe. O mundo rodou. Ser preso em 1971 podia significar a morte sob tortura. Meu irmão estava com 20 anos. E era um menino. Um menino que pegara as armas. Minha irmã terceira estava na clandestinidade, sabe Deus onde (quer dizer, sabíamos a cidade). Nesse quadro todo, minha irmã número quatro, Goretti, que vive em Paris, sofreu um acidente que lhe custou noventa centímetros do intestino. Cheguei ao hospital e ela, com três vértebras quebradas me pediu, "não me deixa morrer". Tive que ser forte e autorizar a cirurgia. Ela ficou em coma alguns dias. Pouco antes de sair do coma, recebemos a notícia de que meu irmão, meu único irmão homem, estava vivo. Era como se tivesse nascido novamente.

Minha casa, sempre uma casa alegre e cheia de vida e de amigos, estava silenciosa. Vivas e inteiras, apenas mamãe, minha irmã caçula, que estava com dez anos e eu. A casa porejava tristeza, luto.

Quando chegou o Natal, continuava o mesmo clima e isso me abalava profundamente porque o Natal na nossa família é uma festa. Sempre foi. Não gosto de lagosta. Mas naquele Natal, para alegrar mamãe, resolvi fazer uma lagosta. Temperei direitinho, com o choro estrangulando a garganta. Não suportava mais aquela tristeza que me sufocava.

Na época, estavam construindo as "tesourinhas", nome que nós brasilienses damos às vias de acesso ao eixo Rodoviário. Raro o carro que passava porque era cheio de barro, cimento e máquinas. Fui para o eixo, sentei na calçada e chorei o quanto pude.

De repente, do nada, surgiu um possante caminhão. Trafegava na contramão e bem na pista central. Quando vi o caminhão, lá estavam três letras que promoveram o milagre. Estava escrito "FNM". Claro que eu sabia o significado da sigla – Fábrica Nacional de Motores – mas, na mesma hora, entendi que aquele caminhão viera apenas para me entregar uma mensagem. Era Feliz Natal Memélia.

Como se fosse um milagre, joguei as lágrimas para longe e voltei para casa, fiz a lagosta, abri o vinho, brindamos, tirei as fotos e só elas mostram que nosso brinde era triste.

16.24 | DECISÃO QUE MARCOU MINHA VIDA

José Pereira da Silva

Eu e a Gastone achávamos que a ALN deveria mudar sua forma de agir. Deveríamos priorizar o campo, enviar gente e armas para a zona estratégica, escolher áreas a serem deflagradas, organizar a rede de apoio logístico e, na cidade, tínhamos que nos voltar ao trabalho de base, aos sindicatos e movimento estudantil, sem abrir mão das ações armadas, de expropriação para manutenção do movimento, assim como de ações armadas de propaganda.

Queríamos discutir nossas propostas com a direção da Organização como também com os demais militantes, nem que fosse por meio de documentos, para mantermos a segurança necessária.

Vínhamos com as posições assumidas em Cuba e pensávamos muito próximo do pessoal que formou o MOLIPO. Nossa grande diferença estava em acharmos que o racha, se

houvesse, deveria ser levado a efeito no Brasil e não vindo de Cuba. Não tinha sentido racharmos na Ilha e, em seguida, voltar ao Brasil, procurando contatos que não sabíamos como estavam. Não tinha sentido sermos compartimentados da ALN e deixar de discutir com os companheiros que lá estavam e não tinham noção de nossas posições.

Entramos a Gastone no Natal de 71 e eu no Ano Novo 71/72. Fomos para um "aparelho" do Lana com a Bela Morena. Lá, ficamos alguns dias até que alugamos, em um cortiço na Mooca, um quarto e cozinha separados, com banheiro coletivo. Começamos a viver o novo clima de clandestinidade, período de pouco dinheiro, muita repressão e quedas sem explicação plausível. A classe média que nos recebia com carinho e admiração, naquele momento, nos evitava o que podia, por medo da polícia. Ao mesmo tempo, envolvia-se com a ilusão do "milagre econômico". Tal choque de realidade os que retornavam da Ilha tinham que assimilar, para sua própria sobrevivência.

Transcorriam os primeiros dias de 72, eu e a Gastone fomos integrados ao Grupo Tático Armado (GTA) de que o Lana era o coordenador. Tínhamos um "ponto" por dia com o Lana e procurávamos conhecer São Paulo. Algumas vezes, encontrávamos o Aimberê que era da Coordenação Nacional e aproveitávamos para nossas discussões políticas, sempre em desacordo. Ele, talvez, impossibilitado pela realidade e eu ainda sem a noção exata de nossa situação.

No dia 18 de janeiro de 72, tivemos a queda de um casal de companheiros. Um deles, o Churrasquinho, abriu o ponto de segurança que tinha com seu Coordenador de GTA e tivemos dois companheiros mortos no dia 20 de janeiro, um dos quais era muito amigo da Gastone. Tinham um carinho muito especial um pelo outro. No dia 21, quando lemos as manchetes dos jornais e soubemos de maiores detalhes com o Lana, a Gastone passou a chorar muito, inconsolável, chamava a atenção dos que por nós passavam e, como éramos procurados, deveríamos passar como invisíveis na sociedade, chamar a atenção, nem pensar. Mas o que fazer?

Nessa noite, fiquei lendo todas as notícias para nós dois e fazendo carinho nela, assim ela dormiu. No dia seguinte, 22 de janeiro, fomos para nosso ponto diário com o Lana. Acordei extremamente nervoso. Tosse difícil de controlar. Esse é meu sintoma, a manifestação de quando sinto que algo não vai bem. Neste encontro, ele me disse que iríamos cobrir os pontos de segurança dos companheiros que faziam parte dos GTAs dos companheiros mortos. Nosso carro parecia um arsenal de guerra, fuzil, metralhadora, bombas diversas, muita munição, fora nossas armas pessoais.

Como não tínhamos noção de como começaram as quedas do Churrasquinho e da companheira, cobrir os pontos de segurança envolvia um risco grande. Então, o Lana pediu que a Gastone descesse na Vila Mariana e nos encontraria duas horas depois, num ponto pré-determinado. Dei as chaves do quarto/cozinha para a Gastone, pois estava muito nervoso, como se fosse ocorrer alguma coisa e, se houvesse alguma coisa, deveria ser comigo, visto que ia tentar voltar a contatar pessoas que não tínhamos noção de como estavam. Ela, por outro lado, ia pegar um ônibus, passar o tempo e nos encontrar duas horas depois. Dei um beijo nela, ela desceu e foi andando... Acompanhei-a com os olhos enquanto pude... a impressão era de ter dado meu último beijo nela e de que a via pela última vez.

Sáímos dali e nos concentramos no que estávamos fazendo. Esqueci da angústia daqueles momentos. Corremos todos os pontos de segurança e não encontramos ninguém. Voltamos e, uns quinze minutos antes do ponto com a Gastone, me voltou toda a angústia. Falei para o Lana:

- Aconteceu alguma coisa com a companheira.

- Que isso? Ainda não está na hora. Fica frio - o Lana disse.

Marquei um ponto para mais tarde com o Lana.

Nossos pontos eram exatos. Marcávamos às 15h3min. Logo, 15h3min não eram 15h2min nem 15h4min. Nossos pontos aconteciam, em geral, com os companheiros andando e se encontrando na hora exata. Como quinze minutos antes eu falava que havia acontecido algo? A sensação era essa. Esperei, desesperadamente, que chegasse a hora. Ela não apareceu. Fiquei parado, contra todas as nossas normas de segurança. Quando faltava pouco para nossos pontos de segurança, que eram em determinado local, a cada meia hora e hora exata, fiquei plantado nesse lugar até se aproximar a hora do ponto com o Lana. Imaginava mil coisas. Se tinha sido presa? Como poderia ter sido? Como deveria estar naquele momento? Onde? Total angústia.

No ponto com o Lana, ele trazia uma companheira no carro, que depois vim saber ser a Beth. Pedi para retornarmos onde ele a havia deixado e ele me disse que o lugar estava ou era muito policiado. Não entendi e depois falei sobre isso com o Aimberê, que me garantiu a integridade do companheiro e depois o tempo mostrou que ele era muito valoroso.

Retornei ao aparelho do Lana e da Bela Morena, fiquei no mesmo quarto com a Beth. Dia 23, saí com o Lana e fomos ao nosso quarto, arrombamos a porta e pegamos algumas coisas. Depois corremos todos os pontos de segurança da Gastone. Dela comigo, dela com Lana, dela com o Aimberê. A esperança de encontrá-la livre acabava. Estava um dia chuvoso, o Lana parou o carro em uma pracinha, abriu um jornal para não me ver chorando, as pessoas passavam indiferentes, no rádio tocava *Chuva, Suor e Cerveja* do Caetano.

Não se esqueça de mim
Não se esqueça de mim
Não desapareça
Que a chuva tá caindo
E quando a chuva começa
Eu acabo perdendo a cabeça
Não saia do meu lado
Segure o meu pierrot molhado
E vamos embolar ladeira abaixo
Acho que a chuva ajuda a gente a se ver
Venha, veja, deixa, beija, seja
O que Deus quiser
A gente se embala, se embora, se embola
Só para na porta da igreja
A gente se olha, se beija, se molha
De chuva suor e cerveja

Eu e Beth ficamos no aparelho do Lana e da Bela Morena, por alguns dias, tempo suficiente para criarmos uma forte amizade e trocarmos muitas informações. A Bela Morena, sempre que podia, nos fazia companhia e participava das conversas... Mais tarde, isso foi visto como liberalismo.

Neste período, procuramos mandar correspondência para os pais da Gastone, para meus pais, narrando o ocorrido e onde seriam os lugares que ela deveria ser procurada pela família e por advogados. Eu e Beth ficamos tão amigos que pensávamos em alugar um aparelho juntos. Dependeria só da aprovação da Coordenação. Ela me disse que, a princípio, ia morar com um outro companheiro e que seria a coordenadora de um dos GTAs, dos companheiros que haviam tombado há pouco. Eu comentei que o companheiro

Clóvis se encontrava no Chile e que havia estado com ele no meu retorno ao Brasil. O Clóvis tinha sido companheiro da Beth.

Por decisão da coordenação, fui morar com a companheira que darei o nome de Sara. Eu e a Sara sempre tivemos problemas no nosso relacionamento. Ela é uma excelente pessoa, mas, invariavelmente, nossas discussões políticas acabavam em: "Um de nós está na Organização errada".

Particpei de uma ação em SP e vivia discutindo com o Aimberê. Nossas discussões estavam cada vez mais ásperas. Fui designado para ficar fazendo contato entre a Coordenação Nacional de SP e do RJ. Em um desses retornos, encontro com o Aimberê me esperando com cara de que havia acabado o mundo. Pergunto o que houve e ele me diz que eu e a Bela Morena havíamos sido liberais quando estávamos com a Beth. Mencionou que, entre outras coisas, eu havia falado do Clóvis e que eu e a Bela Morena estávamos suspensos por três meses e três ações. Nesse período, não poderíamos participar de nenhuma ação.

Fui passado para o Curumim, companheiro que havia assumido um dos GTAs. Ficava lendo em bibliotecas para passar o tempo e chegar em casa no horário de expediente do trabalhador comum. Continuava indo e vindo a SP/RJ, levando os informes de SP e trazendo os do Rio. Nos pontos com Aimberê, muitas vezes, íamos dar cobertura aos companheiros que estavam pegando algum carro e continuávamos nossas discussões intermináveis. Em um desses retornos do Rio, o Aimberê me encontrou com um semblante pior do que o da vez anterior, chamou-me de liberal, pequeno burguês, camarada cheio de melindres pequenos burgueses. Isso, para nós, na época, era um xingamento muito pesado. Pegou a Sara, no caminho, que confirmou que eu havia mandado uma carta para meus pais procurarem os pais da Gastone. Na carta, explico quais caminhos deveriam percorrer e o que poderia ter acontecido com a Gastone. Eu tinha comentado com ela tudo que fizera. Expliquei que a carta havia sido enviada para um antigo vizinho e amigo e que ele deveria entregar para meu pai sem que a repressão tivesse acesso.

A Bela Morena, que postou a carta, teve sua pena dobrada, seis meses e seis ações. Eu somente voltaria a participar de alguma ação quando ele, Aimberê, achasse que eu tinha responsabilidade para tal. Fiquei de molho, indo às bibliotecas, dando cobertura quando íamos pegar algum carro. Eu estava com o Aimberê em nossas discussões e fazia o contato da Coordenação Nacional entre SP e RJ.

Para ficar um pouco mais atuante, iniciei a confecção de uma apostila de sabotagem e explosivos, que repassaria aos companheiros. Comecei, também, a pesquisar sobre a vida do delegado Fleury e anotava tudo que encontrava sobre ele em um caderno.

Dia 14 de abril de 72, a Sara me disse que ia chegar mais tarde. Nesse dia, eu havia comprado um relógio despertador para mostrar como se faz uma bomba relógio. No meio do caminho para casa, o salto do meu sapato caiu. Passei em um sapateiro e pedi que consertasse o sapato. Enquanto fazia o conserto, ele falava de muitas coisas e eu vi que ele entendia meu "português". Esperei que ele terminasse o conserto, coloquei o sapato, paguei e comecei a dar algumas dicas sobre o governo, a ditadura, o combate à ditadura, até que ele me disse:

- Meu filho, você está nessa? Saia disso. Eu fui anarco-sindicalista. Meus amigos estão todos mortos ou na miséria. Eu desafiava o poder de Deus. Dizia que se Deus existisse que tinha cinco minutos para mandar um raio sobre mim e, passados os cinco minutos debochava de Deus.

Contou-me que chegou um momento em que ele não conseguia fazer nada, que dormia. Estava trabalhando, dormia sobre os sapatos. Ia comer, dormia sobre o prato. Estava conversando, dormia durante a conversa. Tinha ido a tudo quanto é médico, em tudo quanto é lugar e não descobria a causa. Até que um dia, foi num centro espírita. Era um dia chuvoso e, em uma ladeira, o táxi teve muita dificuldade para chegar. Assim que o pai de santo incorporou, foi em direção a ele e disse:

- O que esse gordo está fazendo aqui? Ele não acredita em nada.

Ele achou estranho. Como o pai de santo podia falar aquilo? Ele não conhecia ninguém dali, fora sem avisar. Comentou que ele virou espírita e, politicamente, não atuava mais. Continuava rebelde, contra as injustiças, xingando todos os que não se revoltam e se deixam dominar.

Saí dali pensando no que eu estava esperando. Ser preso e morto? Em um processo revolucionário em que eu não mais acreditava? Punido politicamente. Podendo procurar a Gastone.

Fui para casa pensando em como fazer para a Sara poder dormir em casa sem correr risco de sair tarde da noite pela rua, quando não mais me encontrasse.

Deixei uma carta dizendo que havia encontrado uma possibilidade de tirar a Organização do buraco e que, como toda boa possibilidade, tinha seu risco. Dizia que, houvesse o que houvesse, ela poderia ficar tranquila naquela noite, em casa, e marcava um ponto com ela às 8h. Se eu furasse esse ponto, que ela avisasse para desmobilizarem tudo que eu sabia da Organização, pois deveria ter sido preso.

É claro que faltei a esse a aos pontos de segurança com todos. Peguei um ônibus, fui para o Rio e cheguei às 2h30min na casa de meus pais. Pulei o muro e bati na janela que meu pai sempre dizia que um dia eu bateria (coisa que nunca havia feito antes). Antes do amanhecer, fomos para um sítio do meu primo e por lá fiquei até o dia 8 de maio de 1972.

Neste período, pedi que meus familiares fizessem contato com a família da Gastone. A única resposta que tínhamos é que havia sumido, ninguém dava notícia, ninguém sabia de nada.

Meu pai tinha um amigo médico muito influente. Vivia dizendo que havia conversado com o Dr. Raphael e que ele se prontificava a criar uma ponte para eu me entregar. Eu dizia que isso estava fora de cogitação, nem pensar num absurdo desse. Tinha toda a documentação com que havia entrado no Brasil e poderia sair com ela. Mas, e a Gastone? Cada vez a vontade de rever a Gastone era maior. Vinha na memória a imagem dela caminhando, meu olhar como se fosse a última vez que a via, toda nossa (curta) vida juntos.

É bem provável que uma das maiores encruzilhadas da minha vida tenha sido me entregar para os órgãos de repressão, depondo armas, me expondo às críticas e incompreensões dos velhos companheiros. Já falei sobre isso em algum momento, mas retomo o tema, visto ser essa decisão uma das opções mais difíceis que tomei nessa trajetória do meu viver.

Foi uma decisão de coragem apesar de parecer o contrário. Foi uma decisão de coragem, pois como deixei claro desde o primeiro momento, no contato com os meus carcereiros, minha decisão estava baseada em não acreditar mais na luta armada como vínhamos desenvolvendo; em estar certo de que seríamos derrotados militarmente, que seu prolongamento só deixava um rastro de dor irreparável, pois estávamos perdendo o que havia de melhor e mais puro da sociedade brasileira. Os jovens que optaram pela luta armada, naquele momento da história do Brasil, pertenciam à elite pensante, aos homens

e mulheres que são capazes de dar a vida por um ideal, que lutavam por uma sociedade mais justa, sem exploração, sem miséria e por liberdade.

Não acreditando mais na possibilidade de vitória, restava-me a alternativa de continuar a luta e morrer como um herói ou depor armas. Pelo meu temperamento, pela minha formação, faço parte dos que preferiam lutar até morrer a depor armas. Entretanto, depois da conversa com o sapateiro, como já relatei, recebi um *insight*, como em um despertar. O reencontro com a Gastone passou a ser meu maior objetivo.

A luta armada, naquele momento, já a tinha como perdida. A Gastone era o que me restava encontrar, era a mulher e companheira que eu amava. Não havendo formas de encontrá-la por meio da família ou de advogados, só me sobrou a alternativa de me entregar para revê-la. Lembro que antes de ela descer do carro em que estávamos, eu a beijei e senti que ali estava dando meu último beijo. Pensei que se algo fosse ocorrer seria comigo, tanto que dei a chave de nosso quarto para que ficasse com ela.

Ela passou a ser meu único objetivo de vida naquele momento. Sabia que me entregando nós seríamos torturados juntos, que tentariam desvendar nossas contradições com os métodos que eles conheciam. Estava disposto a pagar o preço. Fui resoluto, sabendo que havia a possibilidade de ser morto. Fazia parte dos condenados à morte, tinha feito parte do 3º Exército da ALN, em Cuba, que era visto como o grupo de melhor aproveitamento técnico, físico e militar que a ALN havia mandado treinar. O preço a pagar pelo reencontro com a Gastone não importava.

Lamentavelmente, ela tinha sido assassinada em um confronto com a repressão. Conforme relatos em livros, levou 38 tiros, dados por sanguinários e covardes agentes ligados ao Fleury e por ele próprio. Até hoje, não tive coragem de ver as fotos. Na cadeia, quando soube de sua morte, levei um choque tremendo. Passei dias falando sozinho, chorando, querendo entender o que havia acontecido e como havia acontecido. Levantei posições, possibilidades, cheguei a conclusões que, mais tarde, confirmei serem errôneas, mas eram os instrumentos de que dispunha naquele momento. Os companheiros mais próximos e os que conviveram comigo na prisão compreenderam.

No entanto, com os demais, fiquei marcado pela pecha de ser um desertor, de trair os amigos e companheiros. Tudo em vão, pois ela havia sido assassinada. Como entenderem o que eu havia feito? As pessoas não conseguem entrar no pensamento e sentimento das outras. O que a primeira leitura, muitas vezes superficial, indica é o que as pessoas

aceitam como definitivo. Conhecia-me e sabia de meus sentimentos, sabia de meus atos, sabia dos motivos que me levaram até ali. Muitas vezes, me questionava se o que havia feito era o que eu sentia ou o que as pessoas achavam. Tinha que conviver com o preconceito de antigos companheiros e compreendê-los. Tinha que estar acima dessa condição normal. Tinha que entender os indicativos que levavam a esse sentimento de rejeição e estar acima dele, sofrê-lo. Deveria saber que, se eu estivesse do lado oposto, talvez tivesse o mesmo sentimento de que, apesar de os atos daquela vida terem ocorrido e sido motivados por sentimentos nobres, o que transparecia era covardia e traição.

O limiar entre um ato de coragem ou de covardia é tão tênue que, muitas vezes, se confundem. Até que ponto o que eu achava ter sido um momento de coragem, na realidade, não havia sido um ato de covardia? Com relação a si próprio, o que é real? Aquilo em que você acredita ou o que os outros imaginam? Talvez, nem um nem outro. Como somos sujeitos a falhas e desvios de interpretação, é bem possível que nós nos analisemos com mais rigor e precisão do que qualquer um faria. A sociedade, provavelmente, avalia com base em estereótipos que não traduzem os sentimentos que levam àquelas iniciativas e decisões.

A repressão, naquele momento, já dispunha de quase todas as informações do nosso modo operacional. Já conhecia todas as ações e quem delas havia participado, já tinha identificado quase a totalidade dos militantes.

Depus armas e não me propus a entrar em choque com os inimigos. Disse, para mim, que a guerra havia acabado, que não queria mais saber de nada a não ser da Gastone. Nos interrogatórios procurei relatar as coisas o mais fielmente possível, desde que resguardasse o que me parecia fundamental: a identidade de militantes e apoios que a repressão desconhecia. O que fiz.

Meu comportamento, portanto, foi diferente do que teria sido no caso de prisão. Por estar em combate, eu sabia que seria morto se fosse preso, quer acreditasse ou não naquela luta. Partiria para o confronto a fim de abreviar o sofrimento, pois me havia preparado para ele.

Hoje, vejo as pessoas mais suscetíveis, mais compreensivas com as fraquezas alheias e com as suas próprias vulnerabilidades. Entendendo que há possibilidade de o combatente fraquejar ante o inimigo, porque se debilita diante dos métodos brutais do adversário, capazes de vencer as maiores resistências físicas e psicológicas. Sua técnica de tortura era científica; desumana, mas científica, aprendida e ensinada, após o acúmulo de muitas

guerras e antiguerrilhas, onde o imperialismo, com toda a sua bestialidade, vem sendo derrotado.

O tempo passou, refiz minha vida, voltei a casar com uma mulher adorável e tenho duas filhas e dois netos. Nunca deixei de ser socialista e anti-imperialista. Militei no movimento social e partidário, sempre honrei e honrarei a memória da grande companheira e militante que foi Gastone Lucia de Carvalho Beltrão.

16.25 | DESABAFO

Marcelo Mário de Melo

Em memória de Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho
[Escrito em outubro de 1975, em cela do Esquadrão Dias Cardoso, Bongi, Recife-PE,
no intervalo entre uma greve de fome e outra, depois dos assassinatos sob tortura,
em São Paulo, do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho]

Isto não é uma exposição acadêmica nem um requebro retórico: é um desabafo.

Talvez muitos preferissem a linguagem das estatísticas.

Esta é a coluninha dos torturados. Aqui os estropiados fisicamente com subdivisões para hematomas cicatrizes fraturas lesões e toda a nomenclatura da medicina torturante de urgência.

Aqui os mutilados mentalmente com subseções reservadas a psicoses neuroses fobias úlceras gastrites insônias obsessões apatias. Neste espaço reservado a Torturas/Mortes comparam-se "Suicídios", "Mortos em Tiroteio" e "Tentativas de Fuga". E nesta linha verde-acinzentada escreva-se com sangue: Distensão/Desaparecidos.

Poderia preencher um gráfico que satisfaria ao esteticismo seco do mais exigente burocrata. Tão imponente e preciso aos espíritos formalistas como as tabelas do imposto de renda e os projetos de reforma administrativa.

Mas os que precisassem disso para avaliar nossas denúncias jamais seriam convencidos de nada porque há muito estariam vacinados contra a verdade ou formados nas filas do lado de lá.

Quem não puder ser convencido hoje pelos exemplos esparsos, indícios ruídos abafados da máquina de triturar presos políticos, abrirá certamente os olhos só – se os abrir – quando as verdades vivas de agora passarem à respeitabilidade morta dos museus de amanhã ou quando a máquina começar a moer a sua própria carne os próximos.

Nós os presos políticos do Brasil atual nos dirigimos àqueles que sabem pressentir a cascavel pelo sibilo e se dispõem a renegar o seu veneno. Mesmo que apenas com o grito de alerta ou o gesto mudo repulsa de quem se associa à dor.

QUEM O FARÁ?

Purgar os erros.
Lembrar os mortos.
Fecundar os sonhos.
Festejar as vitórias.
Se não fizermos isto
pela nossa causa
quem o fará?

16.26 | TINHA UMA PEDRA NO MEIO DA CHUVA

Risomar Fasanaro

"No meio do caminho tinha uma pedra tinha uma pedra..."

(Carlos Drummond de Andrade)

Julho de 1970: era a primeira vez que voltava ao Recife, minha terra natal. Saíra de São Paulo com três amigas: Clara, que era minha colega no curso de Letras, na USP e que, como eu, gosta de escrever, Yara e Lúcia, estudantes de História na mesma universidade.

No final do mês, em um dia que a memória apagou para sempre, saímos, Clara e eu, da pousada onde estávamos hospedadas, no centro da capital pernambucana, para ir a Socorro, bairro de Jaboatão. Yara e Lúcia tinham ficado arrumando as malas, pois íamos a Natal e já estávamos com as passagens compradas, mas eu não queria partir de volta para São Paulo sem antes rever a vila militar, onde passei minha infância. Convidei Clara e ela aceitou.

Quando o ônibus estava próximo de Socorro, comecei a sentir uma opressão no peito, uma angústia muito grande. Conteí à minha amiga e ela justificou: "o que você está sentindo é a emoção de rever o lugar onde morou". Concordei e seguimos. Descemos em frente ao 14º RI, o quartel em que meu pai serviu até ser transferido para o 4º RI, em Quitaúna, Osasco. O mesmo local em que alguns anos depois Paulo Freire ficou preso. Descendo do ônibus, percebi que tudo permanecera do mesmo jeito: a igreja, o Grupo Escolar e o cinema.

Dirigi-me à guarita da sentinela e expliquei que havia morado ali, na vila militar, e que queria revê-la. O soldado me informou que lá já não morava mais ninguém, que a Vila se tornara área de segurança; só o oficial de dia poderia autorizar minha visita e, por isso, deveríamos nos dirigir ao outro portão, que ficava a uns trezentos metros de distância daquele.

Para lá nos dirigimos e aproveitei para fotografar a igreja onde era uma das escolhidas para oferecer flores a Nossa Senhora, nos terços de maio; o Grupo escolar Benjamim Constant e o cinema que ficavam em frente ao quartel. De repente, no meio do caminho, começou a chover. Uma chuva forte, que não dava para continuar, por isso paramos embaixo da marquise do cinema, bem em frente ao comando do quartel. Não fosse aquela chuva, talvez hoje eu não estivesse narrando esta história.

De onde estávamos, via-se todo o prédio do quartel bem no alto e, em frente, uma espécie de paredão de terra, com um imenso gramado muito bem cuidado, onde se destacavam enormes letras em cimento, pintadas de branco; "Aqui se Aprende a Amar e a Defender a Pátria".

Não vou escrever aqui o pensamento que me ocorreu naquele momento, embora o relembre muito bem. Virei-me para minha amiga e disse: "Vou tirar uma foto dessa frase, para levar para meu pai". Fotografei e ficamos esperando a chuva passar para irmos pedir autorização ao oficial. Passados alguns minutos, vimos um soldado com uniforme

camuflado caminhando em nossa direção. Muito otimista, sempre pensando que nada ruim vai me acontecer, pensei: "Como eles são gentis, o outro sentinela deve ter avisado e eles e mandaram um soldado para nos acompanhar até o oficial..."

Ledo engano. Não foi nada disso. Chegando até onde estávamos, o soldado nos disse, com cara de poucos amigos, que o acompanhássemos. Ainda sem maldade, lhe disse: "Vamos esperar só a chuva passar". E ele muito mal-humorado, elevando a voz disse: "Vamos agora!" E eu: "Por quê?" "Por quê? Porque vocês estão detidas!" Eu, muito surpresa: "Detidas???" E ele: "Sim. Vocês fotografaram o comando!" E, com toda a delicadeza própria daqueles tempos, reiterou: "Vamos logo!"

Perplexa, tentei argumentar: "Mas moço, meu pai serviu aqui. Tirei uma foto para levar para ele... Nem sabia que ali ficava o comando. Pra mim, ali é o local onde eu patinava todas as tardes quando era criança..." E o soldado: "Isso vocês vão explicar pro tenente!"

Naquela época, eu usava o cabelo repartido ao meio com uma só trança na parte de trás da cabeça. Estava com uma calça Lee e uma blusa tipo camisa, quadriculada em azul e branco e quando entramos no quartel estávamos completamente ensopadas. A roupa colada ao corpo. Começou ali nossa *via crucis*.

Colocaram-nos em uma sala com dois janelões. Na porta, dois soldados com metralhadoras e mais um em cada janela também armados. Ficamos ali um bom tempo. A notícia da nossa presença naquela sala deve ter se espalhado pelo quartel, porque, em poucos instantes, dezenas de soldados das mais diferentes patentes iam espiar-nos. Os comentários eram os mais disparatados. Alguns se arriscavam a nos fazer elogios, mas a maioria ia direto às ofensas: "Estas são as duas terroristas? Universitárias... é tudo comunista!"

Depois, fomos levadas para interrogatório. Uma em cada sala. Toda minha bolsa foi revistada. Tiraram fotocópia de tudo que havia dentro. Eu gosto de escrever com caneta preta e tinha uma Futura. O major que me interrogou tomou a caneta entre as mãos, afastou-a do corpo e abriu-a como se fosse alguma arma secreta, que expelisse algum gás mortal ou alguma lâmina, o que me levou a concluir que aquelas canetas ainda não tinham chegado ao Recife.

Pacientemente, ele leu cada uma das poesias que eu tinha escrito na parte externa da bolsa de couro cru que eu mesma tinha feito. Depois disse que eu lembrava muito a filha

dele. Que ela também escrevia e que guardava tudo que era papel. Que isso era um hábito muito ruim.

De sala em sala, continuaram interrogando, ora por um tenente, ora por um capitão, ora por um major, sempre ouvindo as mesmas perguntas e repetindo as mesmas respostas. Defendendo-me da acusação de que eu tinha álibi para tudo, porque estava com uma agenda com vários nomes de amigos de Socorro que eram filhos de militares, tornava-me uma pessoa altamente suspeita, principalmente quando encontraram entre meus pertences o endereço de uma pessoa em Natal, em um pedaço de papel timbrado da Cia. Souza Cruz de cigarros. "Por que eu tinha aquele papel? Onde o conseguiu?" O que eu não sabia é que na véspera os guerrilheiros tinham invadido a Souza Cruz. Só depois que fomos soltas é que soube.

Ficamos naquele quartel das nove às dezoito horas. Fomos ao banheiro duas vezes, escoltadas. Não nos ofereceram nem uma xícara de café. Nem um copo d'água.

Minha amiga, Clara, que nada tinha a ver com aquilo, chorava muito e eu me mantinha calma, porque sabia que naquele episódio não tinha culpa alguma. Estava totalmente inocente e logo, logo eles perceberiam o engano. Sentia-me tão tranquila que, quando às 18h nos mandaram entrar em um jipe, pensei: "Agora, viram que não devemos nada, vão nos levar para casa."

Durante o trajeto o silêncio era total. O major Demóstenes na frente com o motorista e nós duas atrás com um soldado armado de cada lado. Não sei se por ironia ou para "quebrar o gelo", Clara me perguntou: "Risomar, quem foi Demóstenes?" E respondi: "Foi um grande orador grego". Lembro-me com exatidão dessa passagem, porque foram as únicas frases ditas durante todo o trajeto. Levaram-nos diretamente para o centro do Recife e lá descemos escoltadas em direção ao DOPS, chamando a atenção dos transeuntes.

Quando entramos naquele prédio pintado de azul e branco senti que a coisa era séria e que possivelmente não sairíamos vivas daquela história. Sabia de vários casos iguais àquele com pessoas inocentes, que nunca tinham participado de nada e que só porque tinham o mesmo nome de alguém envolvido no combate à ditadura, tinham sido presas, torturadas e mortas.

Comecei a chorar. Pensei: "Puxa vida, participo de tudo lá em Osasco e São Paulo, de reuniões, passeatas, atos de protesto, e nunca me aconteceu nada. Aqui, sem ter feito nada vou morrer". Desolada, levantei da poltrona e fui até a sacada do prédio. Imediatamente um segurança me puxou, conduzindo-me de volta. Soube depois que, dali, um preso político tinha-se atirado na rua.

O sobrado onde estava instalado o DOPS era muito antigo. Provavelmente, da época da colonização, como tantos outros que existem naquela cidade. Considerei um desperdício destinar um casarão tão bonito a um órgão que se destinava à repressão política. Ali deveria se instalar um museu ou uma biblioteca, mais de acordo com a beleza daquela arquitetura.

Depois de alguns instantes, colocaram-nos sozinhas em uma sala com pesadas cortinas verdes, onde nos sentamos em um sofá marrom. Lembrei-me de que tínhamos um bloquinho onde anotávamos todas as palavras e expressões novas que ouvíamos nas ruas, nos táxis... Estávamos estudando linguística na faculdade e aquelas expressões nos interessavam muito.

Cochichando, perguntei à Clara pelo bloquinho. Ela me disse que o bloquinho estava dentro do sutiã; que conseguira escondê-lo dos militares do quartel. Pedi a ela que fosse ao banheiro e jogasse as folhas aos poucos, pois do jeito que as coisas estavam sendo conduzidas poderiam pensar que aquelas anotações faziam parte de algum código secreto. Clara concordou e foi. Os minutos passavam e ela não voltava. Saiu de um banheiro e entrou em outro. Comecei a ficar apreensiva e fui chamá-la. Bati na porta e depois de alguns minutos ela voltou.

-E aí? Jogou tudo na privada? - perguntei baixinho.

-Joguei, mas não adiantou nada. A descarga é muito fraca e os papéis não desciam... Tentei nos outros dois banheiros, mas são a mesma coisa...

-Mas Clara, eles vão...

-Não...Eu tirei tudo de dentro da privada e engoli...

Meu estômago revirou: - Engoliu??? Meu Deus!!!

Uma revolta muito grande tomou conta de mim. Era aquele o país em que eu vivia? Era aquela a viagem que eu sonhara durante tantos anos realizar?

Depois de umas duas horas fomos levadas para novo interrogatório. Agora, com o diretor do DOPS, Doutor Ordolito, que nos mandou sentar e começou o interrogatório. Ao nos ver ainda com as roupas úmidas, perguntou se queríamos que ligasse o ar condicionado. Chorando pedi que não, e ele brincou: as paulistas estão com frio? Disse a ele que não era paulista e sim pernambucana.

Ele revistou nossas bolsas, achou bonita minha bolsa e nos disse não ter visto ali nada que nos comprometesse, mas que precisaria nos reter, para dar satisfações ao major que nos levara até lá. Ou seja: naquele momento, percebi que quem mandava em tudo era o exército e que se o major decidisse nos prender ou nos eliminar, ao DOPS só caberia cumprir as ordens.

Quando dissemos que lecionávamos em uma escola estadual em frente ao 4º RI, de Quitaúna, em Osasco, SP, o Doutor Ordolito ligou para o quartel pedindo informações sobre nós duas e, após o interrogatório, nos disse que mandaria um agente ir à pousada em que estávamos hospedadas e, se a história que tínhamos contado fosse verdadeira, ele nos liberaria.

O agente foi até lá, explicou que era motorista de táxi, que tinha encontrado uma bolsa de couro cru, toda decorada com poesias e que dentro havia o endereço daquela pousada. A pessoa que a dirigia não só informou que estávamos hospedadas lá, como acrescentou que tínhamos ido a Socorro pela manhã e até àquela hora não tínhamos voltado. Que ela estava muito preocupada porque estávamos com passagens compradas para ir a Natal e não tínhamos aparecido.

Quando o agente voltou com aquelas informações, Dr. Ordolito nos disse que ficaria com nossas identidades, para investigar se estávamos envolvidas em ações contra o governo e que, se nada houvesse contra nós, prestaria contas ao major e nos liberaria. E só mais uma coisinha: estávamos terminantemente proibidas de contar qualquer coisa sobre aquele acontecimento que nos envolvera.

Pedi a ele que me devolvesse os cinco filmes fotográficos que tirara dos locais que visitara, ele riu e disse que os filmes ficariam com eles. E realmente, nunca os recebi de volta.

Naquela época havia um bar no Recife, chamado *O Balcão* que era o local predileto dos intelectuais. Durante os dias que ficamos naquela cidade, todas as noites íamos para lá e já conhecíamos algumas pessoas: artistas plásticos, poetas... Para lá nos dirigimos Clara e eu, mas nossa tristeza era tamanha que nenhum dos nossos amigos conseguiu entender nosso silêncio. Um silêncio que perduraria durante quase trinta anos. Silêncio que só agora é rompido.

Quando voltamos a Osasco, eu me sentia constantemente perseguida. Via uma Rural Willys sempre por perto e achava que estava sendo seguida. Acordava à noite com medo. Meu corpo inteiro tremia, sentia dificuldade para respirar. Tinha a sensação de que haveria uma grande tragédia e que eu não conseguiria impedir. Naquele tempo, não se falava em síndrome do pânico. Somente agora, sei que fui uma de suas vítimas.

Logo depois, Clara foi internada com sua primeira crise psicótica. Estava no início de sua carreira de professora de Português e Línguas na rede oficial de ensino. Uma professora incrível, dedicada, amada pelos alunos e pelos colegas. Mas não pôde continuar.

Às vezes, uma tortura psicológica deixa mais cicatrizes que uma tortura física. Era muito sensível. Aquele episódio talvez tenha concorrido para abalar sua saúde. Sempre que entrava em crise, as lembranças do episódio voltavam. Logo depois, a aposentaram.

Quanto a mim, durante anos, senti-me culpada por ter provocado o início da doença de minha amiga. Discuti isso muitas vezes com minha psicoterapeuta e ela me perguntava: "Foi você que instaurou a ditadura no país?"

16.27 | AGITAÇÃO NO SALÃO DE TORTURA

Affonso Henriques Guimarães Correa

No lançamento do livro sobre Jonas - Virgílio Gomes da Silva, emocionei-me muito ao rever Manoel Cyrillo e conhecer Ivan Seixas. Ambos participaram da mesa e falaram sobre o nosso Norte, Virgílio Jonas Gomes da Silva.

O grande momento da reunião foi quando Edileusa - jovem autora, inteligente e de belos olhos - disse, simplesmente, sem arroubos discursivos que, na ficha da autópsia descoberta

pelo jornalista Mário Magalhães, presente na reunião, constava que todos os ossos de Virgílio foram quebrados e todos os órgãos de Jonas foram danificados. Exceto o seu coração.

O SEU CORAÇÃO, O CORAÇÃO DE VIRGÍLIO, É O NOSSO CORAÇÃO, QUE PERMANECE INTACTO E VIVO!

Chorei!

Depois, falou Manoel Cyrillo, que conheci no DOI-CODI da Barão de Mesquita.

Em princípio de março de 1970, ele e o Paulo de Tarso Venceslau, juntos, resolveram agitar e liderar um movimento dentro do grande salão, onde estavam quarenta presos e torturados. Não me lembro o motivo. Paulo de Tarso me mostrava sua língua com um corte enorme em forma de V, consequência da tortura, do choque elétrico constante, no DOI-CODI de São Paulo. Nada os amedrontava. Entrei em pânico com a ousadia dos dois, que faziam quase um levante. A lembrança remota que tenho é de que conseguimos o que queríamos.

Quanto a mim, depois de permanecer deitado no chão durante onze horas em frente à porta semi-aberta da sala roxa de tortura, das 19 horas do dia 2 de março de 1970 até às 6 horas do dia seguinte, vi o companheiro Bruno Dauster, do PCBR, sair dessa sala, com estopas no ombro e a ameaça de ser fuzilado, pelas várias mentiras cometidas (inventou vários pontos falsos, em vez de um, para despistar a repressão).

- Vou te matar, filho da puta! Você vai morrer! - gritavam os torturadores.

Passados alguns minutos, ouvi o toque de alvorada. Não sabia mais que estava num quartel, fiquei atônito, esperando pelo fuzilamento. Não ouvi os tiros.

Alguns poucos dias depois, quando já estava no salão dos quarenta e após aquela agitação comandada pelo Paulo Venceslau e o Manoel Cyrillo, comecei a ouvir o toque de alvorada. À noite, continuei a ouvir o maldito toque de alvorada. Perguntei a muitos companheiros se, o que eu ouvia, eles também ouviam.

Infelizmente, só eu ouvia.

Entrei em pânico, desesperado chorei: - Estou louco!

Passei a noite em claro ouvindo o maldito toque de alvorada, que não me deixava dormir.

Pela manhã, sem dormir, dizia a todos que estava louco, não poderia viver ouvindo aquela alvorada, que me torturava com seu toque permanente.

Foi então que Paulo de Tarso e Cyrillo fizeram novamente um movimento de agitação para que fosse enviado um enfermeiro ao salão, para me socorrer. Nesse momento, deitado e em prantos, não entrei em pânico com a ousadia dos dois!

Mais tarde, sem demora, adentrou no salão um enfermeiro militar com um copo d'água e uma pílula verde enorme. Quase não a consegui engolir, de tão grande.

Dormi vinte e quatro horas seguidas.

Quando acordei, no dia seguinte, apesar de incomunicável, minha família já tinha providenciado, com meu médico, um remédio: Kiatrium 10mg, duas vezes por dia.

16.28 | BARÃO DE MESQUITA

Colombo Vieira

Estava preso na Polícia do Exército da Rua Barão de Mesquita quando levaram um dos arrependidos para falar na televisão. Ainda era, para mim, um dos primeiros dias de tortura e eu mal via outros presos. Encontrava-me em cela solitária ou pelos corredores ou, quase sempre, em alguma sala "daquelas" quando fui surpreendido ao ser levado a uma cela bem grande, com muitos presos, onde havia uma televisão ligada passando alguma novela... Lembro que achei a Glória Menezes linda!

Os demais presos murmuravam entre si e eram repreendidos pelos "catarinas" que nos vigiavam. Fiz questão de olhar um por um os presos para ver se reconhecia alguém. Caso conhecesse alguém, não o reconheceria... Todos nós formávamos uma massa cor de carne e hematomas. Fiz questão de que todos me vissem... Fui repreendido várias vezes, acabei levando uma paulada de cassetete que ainda dói quando me lembro.

Em seguida entrou um oficial torturador fardado e foi logo dizendo que todos ali conhecíamos aquela pessoa e que prestássemos bastante atenção no que iríamos ver e ouvir! Que nos servisse de exemplo!

Então começou a transmissão... Aquela coisa horrível... Ninguém entre nós precisa descrever! Foi um silêncio de morte!

O pior de tudo é que esse indivíduo serviu-se de sua capacidade de liderança e usou a fragilidade dos seus companheiros para convencê-los a repetir a dose. Os milicos utilizaram aquela gravação quartéis afora, baixando o moral de muitos de nós.

Eu estava tranquilo, não tinha mais nenhum contato com a ALN, nem sabia o endereço de ninguém nosso ou de outra organização... Somente sabia de alguns simpatizantes do tempo do movimento estudantil e já fazia quase dois anos que não os via.

Enfim, o moral alto de quem caiu combatendo.... A porrada daquele traíra dói mais que a paulada do "catarina"! O moral desceu aos pés, só contrabalançado pelo João Massena que, na cela ao lado da minha, vivia a repetir "sempre comunista" e do Cláudio Câmara que me via jogado num corredor perto de sua cela e buscava me dar forças...

16.29	A MORTE DE ODIJAS CARVALHO Ou de como fui salvo de morrer na tortura
-------	--

Claudio Gurgel

A trajetória política é uma vida. Como tal, faz-nos passar por situações repetidamente diversificadas, oscilando do cômico ao extremamente triste. Apesar de apreciar o cômico, ao pensar sobre os fatos que me marcaram, nos anos de luta contra a ditadura, vem de imediato à minha cabeça a morte de Odijas de Souza Carvalho. Não é sem uma razão muito forte que isso me acontece.

Odijas era um militante jovem como eu. Pertencia ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e trilhou o caminho da resistência armada contra o regime militar e por uma sociedade socialista. Ele mesmo, como se poderia imaginar, era um socialista. Alegre, cantante, fraterno, disponível para o trabalho e para a festa. Sua passagem pelo movimento estudantil, baseado na Universidade Rural de Pernambuco, já o havia

destacado. Toda a repressão policial militar do Estado o conhecia e tinha especial vontade de pôr as mãos em Odijas. Particularmente Miranda, policial do DOPS, várias vezes referido como torturador. O Neguinho, como chamávamos Odijas, tinha vivido algum episódio com Miranda que aumentara o ódio do policial contra ele. Não sei ao certo por que, nem o que aconteceu, em um dos tantos encontros da polícia com os estudantes. Mas todos tínhamos conhecimento de que Miranda e Odijas já se haviam chocado nas ruas de Recife.

Era fevereiro de 1971. Eu já me encontrava clandestino e procurado. A rigor, sem o saber, já estava marcado e cercado há muito tempo. Faltava somente a "queda", quase tão anunciada quanto a morte do personagem de Garcia Marquez. Aconteceu.

Quando cheguei ao DOPS, em Recife, vindo de Natal, onde acabara de ser preso, não havia cela para mim, pois Carlos Alberto, Maria Yvone, mulher de Odijas, Rosa, Alberto e Mário já ocupavam todas. Colocaram-me em uma sala contígua, com dois policiais armados na porta. Olhei aquela "cela" e vi suas paredes manchadas de sangue. As quatro paredes tinham marcas de todos os tamanhos. Eram salpicos e máculas evidentes. Não foi difícil extrair a confissão dos guardas, que me contaram a história das manchas, de certo modo com o desejo de me pôr mais terror do que o espontâneo medo, que todos tínhamos, do DOPS e de seus torturadores. Odijas Carvalho havia passado por ali e fora submetido a violento interrogatório. Um mês depois, na Auditoria de Guerra, eu iria denunciar aquilo, com detalhes. Mas, no momento em que cheguei, ainda não sabia de tudo.

Odijas estava, àquela hora, no hospital, onde tentavam, não rigorosamente salvá-lo mas, desesperadamente, salvarem-se das evidências de que haviam cometido um crime pior do que o calculado. Tinham feito algo mais condenável: foram incompetentes, inábeis e se deixaram levar pelo prazer, não pelo trabalho de extrair informações de um preso.

Ele havia sido espancado na mesma sala onde eu me encontrava. Não foi apenas torturado; foi além. Havia uma quota a mais de ódio contra ele. Ele foi agredido, sem técnica e sem limite. Resistira às primeiras violências, mas, a seguir, um grupo de torturadores, exatamente nos poucos metros quadrados do recinto onde eu estava, o havia trucidado. Aqueles respingos eram o sangue de Odijas que espirrara. As manchas eram partes do corpo de Odijas jogado muitas vezes contra as paredes. Ele estava quebrado em várias partes, violentado externa e internamente, com os órgãos rompidos, expelindo sangue por fora e por dentro do seu corpo.

Levaram-no para o hospital, semimorto.

Até então, as paredes continuavam manchadas, certamente porque o mesmo destino teriam os novos presos, recém-chegados. Talvez não de modo tão selvagem, mas certamente de algum modo. Não havia necessidade de limpá-las. Ninguém os questionaria sobre tal escândalo, quando Odijas retornasse vivo do hospital. Aquelas paredes seriam novamente sujas com o nosso sangue. Ao estilo da época de terror que a ditadura nos impunha, era um espaço conveniente e apropriadamente decorado para um interrogatório.

Ou não?

Nossas torturas começaram mas, curiosamente, não aconteciam ali. Fomos levados para outros espaços, que não faltavam ao DOPS. Não sei por quanto tempo ou dias de torturas. Sempre longos (porque sempre curtos são os momentos de prazer).

Gasset disse que o homem é o homem e suas condições. Presos, isolados, incomunicáveis, nós não sabíamos inteiramente das circunstâncias daquele momento, no Brasil. Nós não tínhamos consciência de que não estávamos sós e que eles já não eram tão absolutos.

Então a vida escreveu certo por linhas cruelmente tortas.

Subitamente, pararam as minhas torturas. Retornei à sala, agora com as paredes pintadas de branco. Não havia manchas; nenhum sinal de sangue.

Odijas havia morrido.

16.30 | PRISÃO E TORTURA NO AR

José Duarte dos Santos

Em 1969, a situação das prisões no Brasil já era terrível. Os companheiros eram muito torturados, obrigados a passar fome, isto é, eram assassinados lentamente.

Em 1966, fui condenado, à revelia, a três anos de prisão. Em fevereiro de 1967, na quarta-feira de cinzas, fui detido por agentes da polícia que me mandaram ao DOPS.

Fui muito torturado. Bateram-me muito nos rins com cassetete de borracha, que não deixa marcas visíveis. De lá, enviaram-me ao CENIMAR, Centro de Informações da Marinha, onde permaneci até dezembro de 1968.

Em maio de 1969, no Rio de Janeiro, participei da ação que libertou nove companheiros da Penitenciária Lemos de Brito, cuja situação era assustadora. Três meses mais tarde, fui novamente preso durante um tiroteio com agentes da Polícia Militar e Civil. Fui levado para o 1º Batalhão da Polícia do Exército, onde, verdadeiramente, começou minha *via crucis*.

Tiraram minhas roupas, deixaram-me completamente nu, bateram-me muito com cassetete, colocaram-me no pau-de-arara, aplicaram-me choques elétricos ininterruptos nos ouvidos, nos dedos das mãos e pés, nas partes genitais, na língua. Apagaram cigarros na minha pele, simularam afogamentos por imersão, entre outras barbaridades.

Depois de muitas sessões deste tipo de tortura, fuzileiros navais colocaram-me, nu e amarrado, em um carro. Após uma viagem de cerca de seis horas, empurraram-me, ainda nu e amarrado, para dentro de um helicóptero. Sobrevoaram uma região selvagem, beirando o litoral, a uma altura de quinhentos metros. Queriam que eu mostrasse os lugares onde, possivelmente, alguns companheiros estariam escondidos.

Como eu me mantinha calado, amarraram-me a um cinto de segurança e me empurraram para fora do helicóptero, no ar, por cima do mar, várias vezes. Acho que esta foi a pior situação que passei na vida. Pensei que tinha chegado meu fim, quando via a água do mar e eu, no ar, pendurado, preso somente pelo cinto que eles poderiam soltar a qualquer momento.

Em seguida, levaram-me de volta à Polícia do Exército onde recomeçaram outras sessões de tortura como choques elétricos, fuzilamentos simulados, até setembro de 1969. O companheiro Roberto Cietto não resistiu às intensas sessões de tortura a que foi submetido e morreu ao meu lado no dia 4 de setembro. Quem comandava a tortura no quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, era o major Mayer Fontenelli, o chefe do setor de informações do DOI-CODI.

Estive preso também no quartel da Vila Militar e na Ilha das Flores.

No dia seguinte à minha chegada no Chile, em janeiro de 1971, no grupo dos 70 presos políticos trocados pelo embaixador suíço, sentia-me com mais decisão, mais experiência e mais lucidez ideológica, conforme declarei em uma entrevista.

Quando recebi a notícia de que meu tio João Goulart havia falecido, encontrava-me em Búzios, no litoral do Rio de Janeiro. Era uma segunda-feira de manhã e preparava-me para voltar ao Rio, onde estudava. Após comunicar-me com meus pais em Montevideu (Leonel Brizola e Neusa Goulart Brizola), apressei o retorno para viajar imediatamente a Porto Alegre e, por terra, para São Borja, onde consegui carona com meus primos.

Chegamos no dia seguinte, antes do meio-dia. O cenário já estava armado. O acesso à igreja, cercada pelo Exército e PMs, restrito, um caixão lacrado, e dezenas de sinistros agentes com óculos escuros perambulavam pela igreja. Ali, encontrei a tia Maria Teresa (esposa de Jango), minha mãe Neusa, outras tias e pessoas que haviam conseguido "furar o cerco". O ambiente era de devastação total. Após alguns minutos fui com minha mãe à casa de um amigo e ela contou a triste odisseia que foi a viagem desde Villa Mercedes. Ficaram retidos mais de três horas na fronteira por ordem de um tal de "Coronel Negrão" que fez questão de mostrar seus poderes ditatoriais a toda comitiva.

Ainda contado por minha mãe, ao chegar a São Borja, foram preparar o corpo e, ao abrir o féretro, havia uma estranha secreção em todo o corpo (É necessário esclarecer que havia outras pessoas que testemunharam este momento e o assunto foi comentado muitas vezes). Imediatamente, por ordem dos militares, aí sim, o caixão foi lacrado e não mais aberto (Seriam estas as 48 horas?).

O exército não queria permitir que fosse colocada uma Bandeira Nacional, mas prevaleceu nossa vontade. A Bandeira foi posta, assim como uma grande faixa pedindo "Anistia". No trajeto ao cemitério, a PM quis transportar o caixão em um carro mas a multidão não permitiu, gritando aos militares que ele seguiria "nos braços do povo". Todos nos revezamos entre a igreja e o cemitério de São Borja.

O percurso foi emocionante e, mesmo desafiados e xingados, os militares não tiveram coragem de intervir. Havia mais de vinte mil pessoas. Acho que foi a primeira grande manifestação popular no Rio Grande do Sul depois do AI-5. No final, discursaram o Sr. Pedro Simon, que somente falou da vocação política de São Borja (...), e Tancredo Neves, este, sim, pediu a conciliação nacional de forma veemente. Não me lembro de outros

discursos mas guardei a sensação de que a ditadura tinha sido desafiada naquele momento final.

A última vez que vi meu tio foi em Maldonado, pouco tempo antes, e não notei nada de anormal. Em setembro de 1976 ele foi visitar a mãe e conversou a noite toda com meu pai depois de mais de dez anos afastados. Foi o único encontro entre eles... Vários episódios estranhos aconteciam naquele tempo: Meu pai tinha uma vida discretíssima e praticamente morava na fazenda. Queixava-se constantemente de que o seguiam, mas nada poderia fazer. Em setembro de 1977 foi expulso do Uruguai em episódio que todos conhecemos.

Minha opinião, que presenciei os fatos, é que o caso Jango tem todos os ingredientes para ter sido mais um assassinato da ditadura. Por que não tomar um depoimento oficial do Sr. Neira? Ele não está preso? Por que não pedir aos governos argentino e uruguaio, que tanto têm se empenhado em esclarecer os crimes da ditadura, uma investigação minuciosa dos fatos?

17 - Solidariedade e Camaradagem no Cárcere

17.1 | O COMPARTILHAR DO PÃO

Pedro Alves

Nestes anos todos desde a Anistia, de seguidas mesas em almoços, churrascos, jantares, bares e tabernas, o tempo foi curto para o revelar dos fatos passados naqueles quintos e sextos dias de fome e dor da *via crucis* que tantas famílias sul-americanas sofreram dos anos sessenta aos oitenta, quando as pessoas que não se calavam contra ditadura eram silenciadas pela morte ou pelos muros das prisões.

À nossa mesa, não se pode esquecer de que esses mortos e prisioneiros, na jornada pela liberdade, compartilharam do nosso pão e migalhas. E da nossa fome, quando nada se tinha. É desse compartilhamento, companheiro, que lhe vamos contar.

1. O PÃO DOS OUTROS

Em 1968, no Rio de Janeiro, uma família nordestina se viu com os dois filhos mais velhos na marcha dos cem mil. Jovens crescidos em casa de pais a lhes mostrar que o mundo ia muito além do horizonte longínquo, visto do alto das mangueiras, se deram conta de que havia o que fazer para garantir a liberdade e segurança de que gostavam tanto.

Da passeata, chegaram à luta armada, à clandestinidade, aos cárceres...

A dura rotina dos seus pais, iniciada uma década antes, ao deixarem o interior paraibano à procura de melhores oportunidades na então capital federal, tornou-se ainda mais dura com os filhos pequenos em casa, sem os mais velhos para ajudar, e esses necessitando de visitas para suprirem-lhes um mínimo que lhes mantivesse a esperança.

Em março de 1970, o filho mais velho foi levado para a macabra Ilha Grande. Por essa razão, nos primeiros anos dos setenta, na fresca madrugada carioca, a família acorda cedíssimo para que a mãe possa visitá-lo na prisão distante.

No fundo da Ilha do Governador, ainda não são três horas da manhã e a mãe já está pronta para partir para a sua jornada. Ajeita na sacola de pano, resignada, merenda resistente a tantas horas de viagem até chegar ao filho, na isolada Ilha Grande.

- Não se esqueça dos cigarros Continental e do leite condensado, mãe.

É mãe resignada. Não tinha como intimidar o delegado Mario Borges, quando, dias antes, foi ter com ele, intimada a comparecer ao DOPS. O filho não podia contar com ela para sair da prisão. O distanciamento das atividades políticas dos filhos é tão evidente que o delegado finge se solidarizar com a humilhação de ter filhos presos.

Na visita seguinte, contou:

- O Doutor me tratou muito bem.

E cobrou do filho porque o tratamento recebido não batia com o que o filho lhe denunciava, pontuando:

- Ele foi muito simpático, meu filho!

Muito mais forte nas suas relações que o impacto dessa infeliz observação materna, entretanto, vinha sendo o crescente isolamento afetivo entre a mãe e o filho, que esgarçava o que restava da consideração entre eles. Um não percebia a tragédia do outro.

De seu lado, ela é constrangida por ser familiar de um preso político, não podendo revelar à vizinhança a situação em que se encontrava, onde velhinhas lamentavam a existência de atentados terroristas. Do outro lado, o filho está desolado. Os companheiros presos formam a sua família no momento, numa fraternidade sincera.

Ao longo da madrugada carioca, vai a mãe sonolenta no ônibus sacolejante até a Central. De lá, segue no trem tremulante até Itaguaí. O dia raia, troca a condução para a da chata da travessia mareante. Finalmente, na Ilha Grande, passa por revistas vergonhosas até chegar à visita. O dia já se fez tardinha quando chega ao filho.

Transmite as notícias da família que ficou na outra Ilha distante e sente um nó no coração ao falar dos filhos bem pequenos que lá ficaram sós. Ouve o filho e reinicia a *via crucis* da volta.

Volta mais aliviada do peso da sacola, mas mais lenta pelo peso da emoção.

Ida a mãe, o farnel fica. Será repartido com os que não receberam visitas.

Fraternalmente, logo acaba tudo. Não tem importância, é fundamental socorrer a quem precisa, ainda que o socorrido se sinta incomodado com a ajuda.

2. MASTIGAR INDISCRETO

Nos muitos outros dias em que não recebia visita, eram os companheiros encarcerados que repartiam com ele o pão familiar, caso recebessem alguma visita.

Às vezes, um reservava o petisco predileto para si, guardava disfarçando. Nada demais.

Nada demais? Quase sempre e com quase todos, explicando-se melhor. Com alguns poucos, nem o semblante se abria e nem uma bituca saía para a tribo, como era o caso do companheiro do frango assado que aconteceu em uma delegacia por onde andaram “hospedados”.

Quando o dito cujo companheiro de infortúnio recebia de casa o seu embrulho, só dividia o cheiro bom do frango assado que teimava sempre em ser deliciosamente escandaloso. Guardava o pacote como sendo só de roupas limpas. Nenhuma novidade, a não ser que recebia roupas fedendo a frango assado...

Mas, na calada da noite alta, de sua cela vinha o som que não dava para abafar, quebrando o pesado silêncio da masmorra, chegava às enxergas o barulhinho escondido falando por si:

- Nhoc.

- Nhoc, nhoc.

Silêncio.

- Nhoc, nhoc, nhoc...

E a vida continuava de manhã!

3. DERROCADA PELO ENFRENTAMENTO SEM ARMAS

Muita dor foi passada até que, de cá, o filho se foi para bem longe, banido para o Chile.

Na súbita liberdade, é preciso reaprender a se alimentar, não há mãe atenciosa por perto. No Chile, havia comida farta e muito afeto. Pelo menos até o *tancazo*, no dia 29 de junho de 1973.

Ao acordar bem disposto, tomar o café e sair comendo o pedaço de pão, em direção ao ônibus que o levaria ao centro da cidade, não podia imaginar que um bocado assim lhe faltaria por muito tempo. E muito menos poderia supor que a Unidade Popular chilena não estava preparada para enfrentar os golpistas da direita que a ameaçavam.

Desceu da condução perto do centro, na rua Teatrinós, ao se dar conta de que o trânsito estava parado.

Ao se aproximar de uma aglomeração de pessoas, que apontavam para o alto e para os lados, ouviu rajadas e tiros, ao que todos saíram correndo como baratas tontas. Ele também, sem enxergar e sem ter, ao mesmo tempo, uma noção do que estava acontecendo.

Foi à toda pela *Paseo Huerfanos* até a esquina da *Morande*, a uma quadra do palácio presidencial chileno *La Moneda*.

Voltando-se na direção do Palácio para ver se conseguia saber o que estava acontecendo, notou que estava absolutamente sozinho, bem no centro da encruzilhada de ruas em X, justo onde os braços da letra se encontravam.

E à sua frente, um tanque mirava-o.

Abismado, encarou o tanque, num instante entre a mirada, e constatou a impossibilidade de enfrentá-lo de igual para igual. Foi uma fração de tempo que mal deu para movimentar os braços no sentido de sacar as armas que trazia consigo e considerou a desvantagem, tanto numérica, como em munição.

Decidiu que o melhor a fazer era correr.

E correu tanto, que chegou em casa. De lá, ele mais a companheira Iracema se dirigiram ao rio Mapocho, onde encontraram os companheiros Julinho com sua reluzente 9mm metálica, a Rita e o Ferreira, assim como os chilenos Cofre e o Caneleo, do INACAP.

Entretanto, após longo tempo, concluíram que as armas prometidas não chegariam.

Só chegou a informação de que o general Carlos Prats havia dominado a tentativa de golpe. Apesar da alegria pela aparente vitória, foram embora com certo sentimento de que alguma coisa estava muito errada.

O pressentimento concretizou-se com o outro golpe do Pinochet. Infelizmente, bem sucedido: os companheiros continuavam desarmados.

O pão, então, sumiu das casas, assim como muitíssimos companheiros...

4. MIGALHAS

ESGOTO PROVIDENCIAL

No golpe do Pinochet, um companheiro que iria ser preso, fugiu pelos esgotos. Sem meias palavras, é melhor estar por pouco tempo pisando em merda, do que estar nas mãos dos merdas dos torturadores.

DIVIDIR OU SUBTRAIR?

Os que não conseguiram fugir ficaram presos no Estádio Nacional. Imagine ficar preso em um imenso estádio, milhares de pessoas, sem notícias do que vai lhe suceder, sem notícias do que ocorreu a seus familiares e amigos. E sem comida!

Depois de duas semanas de fome absoluta, o sargento da guarda trouxe-lhes um grande saco de pães e ordenou a todos que se sentassem nas arquibancadas.

E foi indo, fila por fila, contando o número de pessoas sentadas, separando igual número de pães no saco e passando à fila. Igual?

Em uma arquibancada, para o último sentado, Pedro Alves, o pão não chegou.

- Sargento, está faltando o meu pão!

- Mentiroso, passei o número certo de pães, você escondeu o seu!

Foi jogo perverso do sargento chileno ou falha de algum companheiro que não sabia dividir, mas sabia subtrair?

ADMINISTRAR A FOME

Aprendeu com a fome a estar presente na divisão da pouca comida. Era necessário dar esperança aos companheiros para que o desumano não dominasse. Tinha que pôr em prática o que aprendeu com os companheiros do presídio da Frei Caneca, Capitani, Viegas, André Borges e o Michel Godoy: organizar e efetivar os serviços de distribuição de alimentos.

Sabia que, mais cedo ou mais tarde, os militares iriam desistir de servir a comida. E que teriam que assumir essa função com companheiros de confiança para proceder a uma distribuição mais humana, que priorizasse os doentes.

E ia tentando sobreviver com o parco pãozinho diário que se permitia após encaminhar as centenas que lhe cabia distribuir aos famintos, até que um companheiro cismou que ele devia estar reservando para si muitos pães:

- Você passa o dia inteiro comendo pão!

O fato é que, como tinha problemas de estomago, guardava o seu pão no bolso e ia comendo-o devagarzinho ao longo do dia.

Alguns "companheiros" nem aceitavam a decisão de como se vai comer um maldito pãozinho e nem conseguiam administrar a própria fome!

INAPETÊNCIA DE PAI

A dor da fome é aumentada nos companheiros que têm os filhos também lá, presos, ao vê-los passar fome. O Washington tinha o filho Juca com 16 anos, em crescimento, e sabia o impacto que a maldade da fome trazia à saúde do filho. Ao receber o pão, guardava-o para o filho. Era uma forma de minorar o sofrimento do menino. Para convencê-lo a comer, dizia-lhe:

- Come, estou sem fome!

REVERÊNCIA PARA A SOPA

Quando começaram a distribuir sopa, o sargento de guarda no Estádio fazia a distribuição em pé ao lado do panelão. Obrigava cada preso a abaixar-se para se servir. Chegava-se a ele já quase agachado e ele:

- Abaixar-se!

O preso abaixava-se mais um pouco e ele vertia a concha de sopa na xícara. Saía e vinha o próximo, repetindo a cena:

- Abaixese!

Repetia a frase e o gesto para os milhares que chegavam e aguardavam a vez de receber a colherada de sopa. Não dava para odiá-lo.

REJEIÇÃO MORTAL

A fome matou muitos. Foi o caso do companheiro Vanho. De tanta fome, não havia resíduo alimentar com fibra suficiente para permitir ao capitão ir ao banheiro. As poucas fezes que não saíam do intestino, empedraram-se e perfuraram-no, matando-o.

Quando se faz referência ao caso, lamentam-no como uma triste ironia da vida: lutar tanto contra as metralhadoras dos ferozes opressores e morrer vítima das próprias fezes.

Entretanto, outro ponto de vista aparenta ser mais acertado, considerando uma expressão idiomática bem conhecida. No linguajar italiano corrente, quanto alguém não tolera outro, a ponto de declarar essa aversão em voz alta aos ouvintes, anuncia em alto e bom som:

- *Non lo cago.*

É equivalente, no português, a se dizer "Não o engulo", pois o jeito é não engolir o outro, se não for possível defecá-lo.

O capitão Vanho, ao morrer de perfuração intestinal, fez seu último e desesperado manifesto de repúdio aos ditadores. Não os defecou, morreu envenenado por eles, suas entranhas sendo rasgadas pelo pútrido Pinochet.

Agora em volta desta mesa, temos que exclamar em voz alta, admirando tanta decisão:

- Vanho, presente!

A VOLTA DO PÃO

Com tanta opressão, difícil o pão nosso de cada dia, ou melhor, o pão tão difícil.

A solução veio com a expulsão do Chile. Inicialmente, foram-se os brasileiros do Estádio Nacional para o abrigo suíço, sob cuidados da Suíça, aguardando que a saída do país fosse efetivada.

Ao chegarem no abrigo, os famintos companheiros encontraram a mesa posta. Um banquete!

Comeram tudo o que puderam várias vezes até saciarem a fome e o desespero. De madrugada, não dormiram. A comida em excesso também faz mal!

Entretanto, fica claro que no novo ambiente todos estavam bem. *Lo cagaban.*

O pão voltou à mesa. As pessoas que sumiram, não mais.

5. COMPARTILHANDO A BOA MESA

A saída do Chile veio com o indulto natalino. Presente cristão, com gosto de Papai Noel, uma vez que iam para terras nórdicas.

No avião, o companheiro Pedro Alves revendo a vida, deu-se conta de que essa saída não era milagrosa, o verdadeiro milagre não marca data festiva para se realizar. Ele sabia, porque tinha vivenciado um, que veio sem anúncio, coro ou ladainha, numa tenebrosa tarde do Golpe: fugindo do *pueblo* em que havia se escondido no golpe, tentou passar-se por um trabalhador. Colocou numa bolsa a tiracolo algumas poucas roupas de trabalhador braçal e, no fundo, deixou o passaporte falso. Se pego, era fuzilamento certo.

Alcançou a barreira dos carabineiros chilenos, tentou passar. Desconfiaram. Sob mira dos fuzis, o general carabineiro o deteve, pegou a sua bolsa, abriu-a e revirou-a numa mesa. O mundo parou para ele naquele momento. Viu-se morto.

Entretanto, o passaporte não caiu. Ficou enganchado no fundo e os militares não perceberam. Jogaram as roupas de volta e o deixaram ir.

Acordou-o das lembranças a aeromoça, que o fez sentir como a vida lhe sorria, ao perguntar estendendo-lhe o lanche de bordo:

- O senhor, o que deseja para beber?

Meu vizinho era um novo rico que vivia sei lá de que tipo de atividade profissional. Mas, batia no peito e dizia que era "um democrata". Uns diziam que era contrabandista e agiota, não sei. O que sei é que vibrou muito com o golpe, a ponto de soltar foguetes.

Fortaleza sempre foi uma cidade de profundos contrastes sociais. Daí o fato de eu ter um vizinho bem melhor aquinhoado em termos de vida material. Não sei se me conhecia ou não, se sabia que eu era um jovem bancário, casado há menos de um ano, comunista e militante. Mas o fato é que senti como se fossem dirigidos a mim aqueles fogos "revolucionários".

Na prisão, depois que éramos ouvidos pelo coronel encarregado do nosso inquérito, íamos para um alojamento, bem mais espaçoso, onde encontrei figuras que só conhecia de nome: o professor Lauro de Oliveira Lima, o jornalista Blanchard Girão (cuja *Crônica do Meio-dia*, na rádio *Dragão do Mar*, eu sempre escutava), o professor Brasil, o padre Arquimedes Bruno, o Inácio Almeida, o Morcego (Augusto Pontes), o Caboclinho Farias, velho comunista e combativo ferroviário cearense, o Valdenilo "Balaio", dos Correios, um negro enorme, o único habitante daquela fauna a quem o Raposo, livreiro, homem pequeno mas de corpo atlético, não conseguia derrubar na queda-de-braço. Os dois empatavam. Era um grupo muito interessante (... esqueço muitos nomes) com o qual, com certeza, aprendi muito. Chegamos a ser mais de oitenta, nesse alojamento. Foi ali, por exemplo, que, pela primeira vez, ouvi falar e tive aulas de Esperanto, com um companheiro que falava a língua da Fraternidade Universal.

Lembrando do meu vizinho e do 'Babaloo', o cara que me dedo-durara, escrevi na prisão este poeminha:

"Apontaram-me: sou mau, perigoso e subversivo.
Quanta coisa de mim mesmo eu desconhecia!
Peguei, horrendo crime, que os homens são todos iguais.
Quando sair daqui, isso não farei jamais:
Vou contrabandear, beber uísque, agiotar...

Vou deixar de 'dar duro', vou viver da 'mamata'.
Ai, então, já não serei mau, perigoso ou subversivo,
Serei apenas um 'democrata!'"

O professor Lauro viu o poema, riu muito e leu para todo o coletivo, que era como intitulávamos o nosso grupo. Aliás, o coletivo era uma instituição importante: todos tinham tarefas diárias relativas à limpeza do ambiente e todos os mantimentos que recebíamos de nossas famílias pertenciam ao grupo. Aquilo me emocionava: na prisão eu vivia um simulacro do que eu imaginava ser uma sociedade comunista: "De cada um conforme a sua possibilidade, a cada um conforme a sua necessidade".

Sei que esse sonho vai morrer comigo, mas como é necessário sonhar!

Sim, meses depois soube que o meu vizinho havia sido preso, por corrupção, é claro. Peixe miúdo!

17.3 | MEMÓRIAS DA ILHA DAS FLORES

Francisco Roberval Mendes

De repente chamaram meu nome. Logo depois, um fuzileiro chegou à porta da minha cela e ordenou que eu pegasse tudo (!?). Tentando esconder o sentimento que aquela incerteza me dava ("Pra onde estava me levando? Que iria acontecer?") respondi que nada tinha para levar. Desde que fora preso tinha apenas a roupa do corpo, já aliviada do cinto e dos cordões dos sapatos. Mas tornara-me comunicável e estava sendo transferido para uma cela coletiva, no outro corredor do presídio da Ilha das Flores. Falei. E muito. Não para a repressão, é claro. Ali falei pouco. Mas ao me ver entre companheiros depois de dias e dias de tortura e depois isolamento. Era sempre assim: depois de um período de incomunicabilidade, sozinho, isolado em uma cela, passava-se para o coletivo e se era colocado em uma cela já ocupada por alguns outros companheiros presos. Já não me lembro o número da cela, mas lembro-me bem dos três que lá estavam, sendo que um deles, Vitor Hugo, o Vic, já conhecia aqui de fora, do Movimento Estudantil. Os outros: Eunício Cavalcanti, de quem continuo amigo até hoje e Luís Henrique, com quem, desde minha saída da prisão, nunca mais tive contato.

E depois de me darem as boas vindas (Incrível: boas vindas na prisão! É que quando se ganhava a comunicabilidade, em geral, já não se voltava a sofrer torturas e se começava a receber visitas), as perguntas de praxe. "Seu nome, companheiro? Te maltrataram muito? Está vindo de onde? Quem são os outros que estão do lado de lá?" As perguntas disparam meu falador, mantendo sempre certa reserva, pois era um presídio político onde não se pode nem se deve falar tudo.

Acreditem, houve companheiros que falavam ininterruptamente por até mais de 24 horas, ficando até sem dormir. Apesar de eu ser um falador, este não foi o meu caso. E a conversa ficou mais amena graças a uma pergunta do Cavalcanti, o sargento Eunício, que levou a conversa a tomar um rumo diferente:

- Você gosta de música, companheiro?

- Gosto. E muito.

- Então você sabe *Cipó de Aroeira*, do Geraldo Vandré? É o hino de nossa cela.

- Sei. "É a volta do cipó de aroeira no lombo de quem mandou dar" - cantarolei.

Para que servia o hino da cela? A cada dia tocava aos presos de determinada cela lavar o banheiro e varrer o corredor. Como isso implicava em oportunidade de circular fora da cela e, quando incomunicáveis, na possibilidade de transmitir ou saber alguma coisa de ou sobre os companheiros isolados nas demais celas e, ainda, representava uma atividade física, a maioria se submetia a este trabalho com certo prazer. Em nosso dia de faxina, pegávamos os apetrechos e, sob o comando do sargento Eunício, saíamos para a lavagem do grande banheiro empunhando vassouras e baldes e cantando nosso hino.

A conversa continuou.

- E *Manhã de Carnaval*? Sabe? Rapaz, essa é uma das músicas brasileiras que eu acho mais bonita.

- Claro que sei. As duas letras, porque... - e daí comecei a falar sobre música e fomos emendando assuntos, todos eles permeados por observações políticas, ligeiros análises, troca de opiniões. Ia eu, aos poucos, vendo em que terreno estava pisando. Perguntei ao Vic:

- E a Marta?

Estava presa. Passara pela Ilha das Flores e naquele momento estava em Bangu, junto com Márcia e Marijane. Logo apareceram outros companheiros que foram se apresentando e me arranjaram uma toalha porque era hora do banho.

A hora do banho era algo à parte. As celas não tinham banheiro. Havia apenas um grande, com três ou quatro chuveiros e algumas (quatro talvez?) latrinas, no final da sequência das celas. Nós, os 50 presos políticos que lá estavam, tínhamos aproximadamente trinta a quarenta minutos para tomar banho, lavar as latas que serviam de penico nas celas, lavar alguma roupa. Depois de adaptado à rotina do presídio, eu gostava de ser um dos primeiros a me banhar para aproveitar o tempo em que as celas ficavam abertas e bater um carteadado na cela do "Veio" Miguel Batista, o Artesão. Não obstante ter apenas 48 anos, Miguel recebera o apelido de Veio. Artesão era porque, para passar o tempo, dedicava-se a fazer algum artesanato em madeira, dentro das possibilidades que todas as limitações do presídio ofereciam.

Mas a hora do banho era também um atrativo para alguns soldados que nos vigiavam. Ali uns exerciam seu voyeurismo, pois nos vigiavam olhando-nos da altura da cintura para baixo.

Naquela primeira noite, fui dormir muito tarde, quando já me cansara de falar e os demais de me ouvir. Fora-me indicada a cama da parte superior do beliche ocupado por Vitor Hugo. Maravilha: na cela havia livros e, assim, pude dormir lendo, hábito que tenho até hoje.

Durante minha prisão pelo Esquadrão da Morte, Sérgio Paranhos Fleury à frente, passando pela tortura nas celas camufladas do CENIMAR, às quais se tinha acesso através de portas falsas de armários, era a primeira vez que conversava com companheiros. Uma conversa um tanto auto-vigiada porque, apesar da minha necessidade de falar, de sentir que ainda existiam seres humanos e não apenas aqueles arremedos de homem que me prenderam, torturaram e inquiriram, procurava medir o que dizer. Isto era uma regra de segurança. Não conhecendo a maioria dos que ali estavam, suas organizações, diferenças políticas ou postura como preso político, mantive-me precavido, repetindo basicamente a história que havia contado aos torturadores e nos depoimentos. Em nenhum momento disse da minha suposta ligação com a ALN.

Quando me retiraram da cela de torturas no CENIMAR e me puseram em uma lancha que se deslocou do cais em direção às obras da ponte Rio-Niterói, cujos primeiros pilotis começavam a aparecer sobre as águas da Guanabara, acreditei que pela segunda vez estava próximo da morte. A primeira foi no momento da minha prisão quando Fleury encostou a arma engatilhada em minha cabeça. Naquele segundo momento, achei que seria jogado no meio da baía, passando a fazer parte do concreto de um dos pilares que sustentariam a ponte. É que, mesmo com toda a censura sob a qual a ditadura mantinha a mídia, sabia-se que um bom número de trabalhadores morreria naquela obra, fato até hoje não explicado. Entretanto, passamos pelas obras, seguimos em frente e deduzi que iria parar na Ilha das Flores.

Na manhã seguinte, não sei se acordei cedo ou tarde. Lembro-me da minha primeira visão. O Cavalcanti, de pé, junto à porta da cela, as mãos para trás, olhava pelo "visor" da porta da cela, resultante da retirada de algumas tabuazinhas das venezianas que formavam a parte central da porta de duas lâminas e por onde passava a corrente que trancafiava nossos "aposentos". Esta cena eu apreciaria muitas outras vezes. O olhar do Cavalcanti era como se dali pudesse admirar belas paisagens, a natureza, o mar que cercava a ilha ou a imensidão do céu. Na verdade, o panorama se resumia ao telhado do prédio da cozinha e rancho do quartel que ficava em frente ao presídio.

Aos poucos, fui descobrindo e aprendendo a rotina daquela vida que viveria por alguns meses; conheci os companheiros de outras celas, estreitei amizades, aprendi a conviver com a disciplina carregada de militarismo do Sargento Cavalcanti, as digressões intelectuais e o humor do Vic, a preguiça e a quase indiferença do Luiz Henrique, o terceiro companheiro de cela, que pouco falava, que passava muitas horas deitado, tendo improvisado uma estante sob o lastro da cama superior do beliche do qual ocupava a cama de baixo. Naquela estante de papelão, parecia ter tudo de que precisava. Na hora do banho de sol, levantava-se, calçava um velho tênis e se preparava para jogar o que fosse, principalmente futebol de salão. Aliás, a cela era bem equilibrada em se tratando de posições políticas. Éramos de diferentes organizações, mas nos entendíamos bastante.

Mais tarde, recebemos um novo "hóspede": José Raimundo, sindicalista, de muita coragem e pouco falar. Sua conversa era mais intensa com os demais membros de sua organização, que se encontravam em outras celas.

Aprendi a fazer café com os meios e apetrechos locais. Muitos de nós recusavam-se a tomar o café da manhã do rancho do quartel, não só pela péssima qualidade, pela hora ("Tão cedo, pô!") em que era servido, mas, também, pelo medo do "brochante" que diziam

ser adicionado ao café ou mate nas unidades militares. Como era proibido entrar pó de café ou fazer fogo nas celas, aplicávamos uma técnica que, creio, se aplica em todos os presídios. Com folhas de jornal enroladas, diagonalmente, fazíamos um cartucho longo e fino e, com eles, formávamos uma espécie de coroa. Acesas com isqueiro, três eram suficientes para fazer ferver água de uma lata de leite em pó com alça de arame, que era pendurada em um cabo de vassoura. Uma das extremidades do cabo era apoiada na lata que servia de latrina. A outra, já não me lembro onde. Tínhamos solução para o pó de café, é claro. Ora, se sabíamos a solução para transformar o Brasil em uma Pátria Socialista, era natural que soubéssemos resolver um problema mínimo como aquele, principalmente, contando com a participação de nossas massas, a família. Café solúvel era transformado em balas que se dissolviam quando jogadas nas latas com água fervente. Assim, tomávamos café sem brochante e conseguíamos, uma vez mais, driblar a repressão.

Aliás, por incrível que isso pareça, a prisão era também uma trincheira. "A luta continua, companheiro!" Estávamos sempre *en garde*, sempre prontos a enfrentar o inimigo, a despeito da tensão, da ansiedade e do nervosismo.

Havia, para mim, um momento na rotina do dia que englobava esses três sentimentos de uma forma aguda e dolorida. Era, quando, no final da tarde, por volta das quatro horas, em geral depois que regressávamos do banho de sol (quando havia) que tomávamos quase diariamente em uma quadra de vôlei, cercada por arame farpado e por soldados com arma carregada, bala na agulha, tocava o telefone na sala de guarda do presídio. Naquele momento, era anunciado quem iria a interrogatório, ou talvez ser transferido, ou voltar para isolamento ou, quem sabe, voltar à tortura. Como minha cela (engraçado este possessivo "minha" em relação à cela de um presídio) ficava próxima ao corpo da guarda, era-me possível escutar o soar da campainha do telefone e o nome dos companheiros repetido pelo soldado ou cabo da guarda ou talvez pelo sargento que fazia as anotações. Não queria escutar e escutava. Não queria saber, mas sabia. E ficava tenso, naquele momento, desejando, querendo que meu nome não fosse falado, que eu não fosse chamado. Contudo, o alívio de não ter sido incluído na lista dos chamados era substituído por um sentimento de culpa em relação aos convocados. Eram sentimentos que, em tão curto tempo, turbilhonavam dentro de mim e eu me esforçava para que os companheiros não percebessem. Acredito que não perceberam, nunca. Creio, também, que vários viviam essa mesma angústia. Foi algo tão marcante que, durante muitos anos, acordava muitas vezes à noite, principalmente. Naquele momento em que se vai à fase mais profunda do sono, eu escutava a campainha do maldito telefone da guarda. Levei anos sem ter um sono profundo. Levei anos camuflando esse sofrimento.

Outro som da Ilha das Flores que me acompanhou durante muitos anos - e do qual só me livreí depois de um tratamento psicanalítico - foi o da serra elétrica, que me provocava a mesma reação que o tilintar do tal telefone.

Acontece que, quando cheguei à Ilha das Flores e fui colocado no isolamento, da minha cela ouvia-se, desde bem cedo pela manhã, o ruído de uma serra elétrica que me despertava. Em algum lugar da ilha, havia alguma obra que, do vão da porta da cela, eu não conseguia ver. Mas lá estava, presente, durante o dia inteiro aquele zzzuummmm insistente, que persistiu dentro de mim tanto tempo. Foi outra forma de tortura. Quase todas as noites, durante e após prisão e por muitos anos, a cada momento em que me sentia mergulhar no sono pesado, ouvia o zunir da serra elétrica, que me despertava e me deixava atento e ligado a tudo que se passava em volta.

O banho de sol era uma verdadeira válvula de escape para a tensão e a ansiedade. Jogos de vôlei, basquete ou futebol de salão eram praticados com chutes violentos, muita discussão, uma fúria nos chutes e nos saques que ajudavam, qual uma terapia inconsciente e automatizada, a desarmar o arco tensionado para disparar o que cada um de nós, potencialmente, representava.

Essa expressão - arco tensionado para disparar - me fez lembrar que houve um disparo do qual fui vítima. Não fatal, é claro, pois estou aqui, tantos anos depois, escrevendo estas linhas. Para se chegar da quadra às celas, subia-se por uma rampa seguida de uma escadaria. A rampa terminava abruptamente, formando um degrau.

Certo dia, ao terminar o banho de sol e retornar ao corredor das celas, alguém deixou cair a bola, que rolou rampa abaixo. Voltei para buscá-la. Pimenta, um dos soldados que nos vigiava, acompanhou-me, sempre com a arma, uma espingarda calibre 12, voltada para mim e sempre com o dedo no gatilho. Esta era a praxe em relação àqueles "terroristas sanguinários" detidos naquela prisão. Com a bola na mão voltei a subir a rampa. O soldado seguiu-me. Ao tentar vencer o degrau onde finalizava a rampa, tropeçou e disparou a arma. O estampido soou pelo presídio e muitos que estavam em suas celas ou no banheiro saíram ao corredor. Olhei para trás, vi o soldado se recompondo. Continuei subindo a escada. Entretanto, de repente, senti um estranho calor nas minhas costas. Levei a mão às costas e deslizei-a sob a branca camiseta que vestia. Examinei a mão. Estava suja de sangue. Dei-me conta de que havia sido atingido, mas mantive a calma. Lembro-me de que passou pela minha cabeça que a coisa não devia ser grave, pois estava vivo, caminhando e não sentia nenhuma grande dor. Ao entrar no corredor e passar pelos outros companheiros, fez-se a algazarra. Muitos gritavam dizendo que eu tinha sido

atingido. Não sei por quê, mas aquela gritaria me irritou. Minhas costas e pernas estavam cheias de chumbinho e sangravam. Avançando pelo corredor em direção à guarda, mantive-me tranquilo, como sempre acontece nos momentos mais difíceis de minha vida. Caminhei até a grade que separava o corredor da sala da guarda: "Sargento, sargento, acho que levei um tiro". - O soldado autor do disparo se aproximava, a camiseta branca começava a empapar de sangue das minhas costas, os companheiros protestavam.

- Sargento, preciso de um médico! - Não sei o que me levava a ter certeza, talvez o fato de não sentir grande dor, de que não era grave.

O sargento abriu a grade, examinou-me rapidamente e correu ao telefone. Subiu um enfermeiro que me fez um primeiro exame. O que acontecera e evitara um acidente mais grave, foi que, ao tropeçar no degrau, o soldado virara a arma para baixo e esta, ao disparar, atingira o cimento da rampa. Estilhaços de cimento cravaram-se nas minhas costas e na pernas, amortecidos pela roupa que servira como um tênuê anteparo. Logo depois, fui levado para o hospital do CENIMAR, onde fizeram uma limpeza, retiraram as pedrinhas, aplicaram algum unguento (mercúrio?) e me deram um antibiótico que me fez vomitar muito e muitas vezes. Passei aquela noite no hospital, algemado à cama. Voltei à cela no dia seguinte e, com as costas pintadas de vermelho, ganhei as boas vindas dos companheiros e um poema do Wilson, que me apelidou de Chico Peneira.

É possível, em algum momento se desejar voltar à prisão? Imaginar que ela representa, de alguma forma, segurança? Sim, é possível, sim. Aquela noite, na enfermaria, não me sentia seguro. Desejava voltar para a Ilha das Flores, para a minha cela, para o lugar onde estavam os companheiros, para ouvir as frases de apoio e as discussões políticas de sempre. Naquele momento de minha vida, aquela cela, naquele presídio, representava meu lugar, minha segurança. Na cama de hospital, temia que me levassem para outro lugar, que me fizessem desaparecer. Era a época de Médici, onde tudo poderia acontecer. Temia que me deixassem ali por muitos dias. Temia e vomitava. No dia seguinte, porém, após uma breve inspeção médica, para meu alívio, devolveram-me à Ilha das Flores.

Naquele presídio, aprendi a gostar de História, que em breve seria parte integrante da minha vida e da minha subsistência. O companheiro Wilson teve grande influência nesse processo. Diversas vezes, quando as celas, por diferentes razões e motivos, ficavam abertas e circulávamos livremente de uma para outra, sentávamos ao pé da cama dele que nos contava detalhes de História, de lutas políticas, dos partidos, da vida dos combatentes, de economia e desenvolvimento, de nossos líderes com quem convivera. E esse papo me fascinava. Talvez tenha sido naquelas "aulas" que tenha surgido a admiração

que tenho por Wilson. Talvez tenha sido ali que o PIF criara suas raízes, alimentado pela convicção da possibilidade de um mundo melhor.

E o que foi (ou é) o PIF – Partido da Ilha das Flores? Hoje está prestes a se tornar objeto de tese de mestrado, mas penso que o PIF teve origem em um símbolo religioso. O Wilson usava uma estrela de prata pendurada em uma corrente também de prata. O Guarany, mais tarde, ganhou outra estrela. Não sei por que outros companheiros também ganharam. Acredito que foi a mão do Guarany que levou como presente para alguns de nós. O PIF era formado por oito membros e mais um “honorário” que assim nos apadrinhou, o Wellington. Assim, quando saímos, seis dos “quadros” do PIF, da Ilha das Flores, eu, o Wilson, o Jaimão, o Guarany, o Jean Marc e o Reinaldinho, trocados pelo embaixador suíço, que havia sido capturado por organizações revolucionárias no último sequestro político no Brasil, todos ou quase todos tinham a tal corrente com a estrela. Os outros dois “membros”, o Viegas e o Duarte, também libertados na mesma ação, haviam sido transferidos de presídio um pouco antes, mas nos juntamos todos no exílio. Além de portarmos o mesmo ornamento, fazíamos um grupo muito unido e estávamos sempre juntos. Muitos companheiros se deram conta desse fato e também da presença da insígnia.

O tempo passou. O PIF, de alguma forma, persiste, independente de não termos cordão com estrela de prata, apesar de não mais sermos hóspedes da Ilha das Flores, nomezinho filho da puta para uma prisão política e de não estarmos juntos no dia-a-dia. Procuramos saber uns dos outros e, quando nos vemos, acredito eu, sabemos do valor daquela amizade criada em um momento em que nossas vidas estavam em perigo, nossos sentimentos estavam postos à prova, nossos princípios estavam em jogo. Um bom alicerce para uma duradoura amizade.

17.4 MÁRIO ALVES PRESENTE

Affonso Henriques Guimarães Correa

Li hoje, 19 de março de 2009, no jornal *O Globo*, mensagem da Lucinha falando dos sofrimentos e da luta pela verdade e pelos restos mortais de seu pai.

Muito comovente, triste e emocionante.

Lembrei-me, emocionado, de um fato, que não sei se já narrei quando a conheci há alguns anos, por intermédio do nosso querido amigo Elmar.

Minha memória está esvaindo-se, mas foi no PP – Presídio Policial – Presídio Hélio Gomes, em fins de 70 ou 71. Estávamos em greve de fome. Às 18 horas, a guarda fazia chamada dos presos para verificar se algum tinha fugido.

Citando nome a nome, de repente ele chamou:

- Mário Alves!

Todos se surpreenderam e se entreolharam e, em fração de segundo, sem combinação a priori, a fome e a raiva responderam uníssonas:

- PRESENTE!

Foi um dos momentos mais emocionantes que vivi. Mário Alves era a nossa força e nós, gritando presente, éramos Mário Alves, revivido, livre e solto, para espanto dos guardas e de nós mesmos.

Quando sofremos muito, o tempo nos faz esquecer e de certa forma buscamos este esquecimento para continuar a viver sem muita dor. E isto só é possível quando a dor é só nossa.

Mas Lucinha não pode esquecer sua dor
O sofrimento do pai
Nosso líder, nosso herói.
Sua dor também é nossa.
E não podemos nem devemos esquecê-la.

Lucinha,
Estaremos lá no lançamento do livro que fala de seu pai.
Mesmo em silêncio, um grito mudo ecoará
Do fundo da gente
Do fundo do povo
Do fundo do Brasil

MÁRIO ALVES PRESENTE!

As mães dos presos
não são propriamente
pessoas.

São relógios de amor
que nunca param
as suas pulsações
de passos
lágrimas
e solidárias
esperanças
carceradas.

(Itamaracá, anos 1970)

EDIPIANA

Têm razão
Édipo
e o caminhão:
amor só de mãe.

- Cabo da guarda! Cabo da guarda! Cabo da guarda!

O grito de alarme do esbirro de plantão alertou-me para algo diferente acontecendo no prédio do Pelotão de Investigações Criminais – PIC, do 1º Batalhão de Polícia do Exército – PE, na Barão de Mesquita.

Fui preso no dia 20 de julho de 1969, mesmo dia em que o homem pisou pela primeira vez na lua. Hoje percebo que foram duas experiências extraterrestres: os americanos desembarcando em solo lunar e eu adentrando os domínios da sede da repressão na PE.

Quis o destino, ou talvez os meandros por onde se perdeu meu IPM, que minha permanência ali se prolongasse por cerca de intermináveis sete meses. Ao longo deste tempo, presenciei e experimentei na pele a evolução técnica e operacional do aparato repressivo naquela unidade do Exército Brasileiro, desde o PIC, que atuava em parceria com o DOPS, ao poderoso DOI-CODI.

Ao final de 69, início de 70, o elevado número de pessoas presas na PE excedia os espaços disponíveis para o encarceramento, obrigando a que os detidos fossem alojados em corredores e escadas. A pressa dos agentes em obter informações e confissões, por sua vez, tornavam insuficientes as salas reservadas para interrogatórios e torturas, que passaram a ser praticadas em qualquer espaço disponível, inclusive nas ante-salas das celas onde se encontravam detidos os presos mais antigos.

Naquele dia, eu, já considerado o decano dos presos da PE, encontrava-me lendo no beliche, quando um agente olhou pela vigia da porta de minha cela gritando:

- Aí, seu piroca, fica deitado aí, senão tu vai entrar no pau também!

Esta era a senha para eu saber que iria ter início nova sessão de torturas na ante-sala em frente. Após os ruídos característicos da chegada de um grupo de pessoas, ouvi a ordem clássica, dada aos gritos:

- Tire a roupa rápido, seu filho da puta!

Considerando que não foi cumprida de imediato, repetiram-na diversas vezes, sem sucesso, o que levou o "supervisor" a mandar arrancá-la à força.

Assustei-me com o estrondo provocado pelo impacto violento de um corpo contra a porta de minha cela. Gritos, ruído de luta corporal, perda de controle da situação por parte dos inquisidores, desespero do tenente gritando:

- Cabo da guarda! Cabo da guarda! Cabo da guarda!

Quedei-me surpreso e admirado! Alguém estava enfrentado fisicamente os torturadores, com tal eficácia que foi preciso chamar reforços. Era a primeira vez que presenciava uma atitude dessas.

Com a chegada dos reforços, o recalcitrante, que insistia em não se submeter ao capricho dos carrascos, foi dominado e fez-se silêncio. Como de praxe, desobedei às ordens recebidas e arrastei-me cuidadosamente pelo chão até as frestas existentes entre as tábuas da porta, através das quais era possível enxergar o cenário do conflito.

Vi um homem de meia idade, deitado com a barriga para baixo, as mãos e pés amarrados às costas, o corpo marcado pelos sinais da luta, maltrapilho, porém, vitorioso porque vestido!

Não tenho hoje uma noção clara do tempo que durou o interrogatório de meu herói. Tenho certeza, porém, de que permaneceu imobilizado naquela posição durante dias, pois fiquei impedido de sair de minha cela para as refeições que fazia no rancho dos soldados e os agentes não tinham coragem de soltá-lo.

Outros fatos também jamais se apagaram de minha mente: o ruído do magneto de telefone de campanha que era usado para aplicar choques elétricos em seu corpo, contrastando com o absoluto silêncio do interrogado que se recusava a gemer ou gritar de dor; o cheiro forte dos produtos químicos que lhe foram injetados na tentativa inútil de fazê-lo dar informações; a serenidade, firmeza e segurança com que se dirigia aos inquisidores, demolindo seus argumentos e certezas, frustrando suas estratégias.

Alguns diálogos que ouvi tornaram-se inesquecíveis. A um jovem oficial que se jactava de ser um militar, "profissional de guerra", desmoralizou junto a seus comandados com uma pergunta simples: "em que guerras você lutou para considerar-se um profissional?"

Durante o interrogatório ouvi-o repetir diversas vezes, em alto e bom som: "nada posso dizer porque combinamos não falar".

Com o fim de seu suplício pude finalmente voltar a circular até o rancho. O que vi na ante-sala foi um homem sentado sobre um velho colchão: altivo, com um olhar forte, sereno e confiante. Logo depois, teve início a romaria de oficiais superiores querendo conhecer quem era Apolônio de Carvalho.

Somente tempos depois vim saber quem era aquele que tanta importância teve na reconstrução do espírito revolucionário deste então jovem e deprimido prisioneiro. Apolônio não me ensinou apenas que era preciso resistir. Ensinou-me muito mais. Ensinou-me que era possível resistir.

18 - Sequestros

18.1 ONDE FOI QUE VOCÊ ESCONDEU O EMBAIXADOR?

Gregório Banar

Quando do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, ocorrido em cinco de setembro de 1969, eu trabalhava no jornal *O Dia*, do Rio de Janeiro, em sua sede na Rua do Riachuelo, 359.

Após ser excluído da Marinha pela minha participação na Revolta dos Marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos, trabalhei uns dois meses na loja A Colegial do Largo de São Francisco, até ser admitido como auxiliar de escritório do jornal, sendo destacado para o cargo de assessor do diretor-presidente Dermeval Moura. O dono do jornal era o falecido Governador – duas vezes – e deputado federal Chagas Freitas.

Meu gabinete de trabalho era no quinto andar do prédio do jornal da Rua Riachuelo, no mesmo pavimento onde funcionava o Caderno D, dirigido pela jornalista Yvonne Simoens. Na época, ela beirava os 50 anos de idade e dispunha de uma equipe reduzida de funcionários, entre eles a repórter Helena Bocaiúva Khair e o ilustrador Néelson Luiz Lott, neto do marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott.

Nos dias que se seguiram ao sequestro do embaixador americano, a Heleninha (assim nós a chamávamos), diariamente, ia ao meu gabinete pedir para usar o telefone direto, sempre no horário de almoço. Isso, porque o Caderno D não possuía telefones que fizessem chamadas para o exterior do prédio, apenas ligações internas. Muito educada, sempre apressada, Heleninha entreabria a porta da minha sala e pedia, em tom de quase súplica:

- Gregório, por favor, você me deixa usar o seu telefone só um pouquinho?

Após o meu OK, ficava à vontade. Ela discava (ainda era aquele velho modelo de cor preta, de disco) e, após atendida, desandava a proferir, em tom baixo, uma série de frases desconexas, tipo "tá bem, titia, na dúzia de ovos estão faltando dois ovos, o meu primo não conseguiu ir hoje à escola, mas amanhã ele vai cedinho, o açougueiro vai levar a carne conforme a senhora pediu" e muitas outras de teor um tanto confuso que eu ia ouvindo, sem querer.

O intervalo para o almoço dos funcionários do jornal era das 12 às 14h. Após a refeição, feita no restaurante do próprio quinto andar, subíamos para o nono andar do prédio, onde, numa vasta área, ficávamos papeando até a volta ao trabalho. Ali, se reuniam jornalistas, pessoal administrativo e gráfico. Entre os mais assíduos, eu, o chefe de redação Hílcar Leite e, esporadicamente, a Helena Bocaiúva, sempre acompanhada de seu fiel escudeiro, o ilustrador Néelson.

Em um desses descansos pós-almoço, no dia seguinte ao sequestro de Elbrick, quando toda a imprensa (rádios, jornais e TVs) estava alvoroçadamente "mancheteando" o acontecimento, com a turma de sempre já empoleirada no nono andar, chegam a Heleninha e o Néelson. Nossa conversa até então, como não poderia deixar de ser, era o caso do americano. Hílcar Leite, um gozador por excelência, assim que vê a coleguinha terminando de subir o último degrau, atira à queima-roupa:

- Pô, Heleninha, onde foi que você escondeu o embaixador???

Como que atingida por um raio, a jovem imobilizou-se no último degrau, amparou o corpo na parede e conseguiu balbuciar:

- Puxa, "seu" Hílcar, que piada mais sem graça...

A turma toda, umas quinze pessoas, caiu na gargalhada. Entretanto, nesse dia, Heleninha não permaneceu no recinto nem uns cinco minutos. Logo-logo se retirou, acompanhada do Nélsón.

Enquanto isso, a polícia política continuava revirando o Rio de Janeiro, à procura do cativo. Em ações secretas, conseguiu levantar o aparelho em Santa Teresa. Além disso, estava rastreando há dias o telefone instalado ali.

E os dias foram passando. A polícia procurando o embaixador e a Heleninha, todo santo dia, à mesma hora, batendo na porta do meu gabinete:

- Gregório, você deixa usar o seu telefone, só um pouquinho?...

Até que, um dia... Barulho de sirenes na porta do jornal. Muitas delas, uma balbúrdia.

Suspeitando de atropelamento grave, corro até a janela que dá para a Rua Riachuelo. Do alto, diviso uma meia dúzia de viaturas do DOPS, com os policiais, em correria, invadindo a portaria do nosso prédio. Em minutos, eles já estão vasculhando todos os andares, sala por sala, abrindo armários, indo às oficinas, enfim, revirando tudo.

Estavam à procura da Heleninha e do Nélsón. Não os encontraram. Entretanto, em conversa com vários funcionários, depois que a polícia foi embora, eu soube que os dois tinham sido alertados, por alguém, sobre a batida policial. Rapidamente, utilizaram uma longa escadaria que sai do quinto andar e termina na Rua Paula Mattos. Dali, tomaram destino ignorado.

Nas suas ligações telefônicas, feitas da minha sala, Heleninha comunicava-se com o "aparelho" – por isso, suas frases "desconexas" para mim...

Quanto ao Nélsón, nas edições dominicais do Caderno D, ele inseria nos desenhos de moda pequenos detalhes que somente eram decifrados pelos demais integrantes do

grupo de luta antiditadura. Para quem quiser matar a curiosidade, basta compulsar as edições do jornal *O Dia* daquela época, disponíveis nos arquivos da Rua Riachuelo.

A restante saga dos dois heróis da luta contra a ditadura militar todos já conhecem. Heleninha conseguiu fugir para o Chile e Néelson foi preso e torturado...

Nota da Organizadora: O companheiro Gregório Banar fez a grande viagem no dia 28 de março de 2009.

18.2 OS QUE NÃO FORAM TROCADOS POR EMBAIXADOR

Affonso Henriques Guimarães

E os que não foram trocados por embaixador nenhum?

Os que saíram do Presídio da Ilha Grande para a grande viagem, para a liberdade foram aplaudidos intensamente por nós, os que lamentavelmente ficamos.

Subimos pelo beliche de concreto para poder ver e aplaudir, da janelinha acima da porta, os nossos companheiros que partiam. Confesso, um pouco envergonhado... A alegria da saída deles não superava a tristeza de ficarmos, ao contrário, o sentimento de estar preso aumentou.

Lembrar do passado é sempre assim: de um lado a felicidade homeopática e, de outro, a imensa dor e a vontade de esquecer!

Faz 38 anos, hoje, em janeiro de 2009!

O comandante da unidade de combate em que eu militava no Rio de Janeiro era o companheiro Gerson Teodoro de Oliveira, o Hans. Ele foi assassinado pela repressão juntamente com o Mauricio Guilherme da Silveira, o Honório, companheiro que eu recrutara do movimento estudantil para o PCBR e que me acompanhou na ida para a VPR. O Hans pediu um ponto (encontro) meu com o Elinor Brito. Portanto, era uma solicitação do companheiro de direção do PCBR responsável pelos contatos com a frente armada no teatro de operações revolucionárias no Estado do Rio de Janeiro.

Passei a ele o local – uma praça em Belfort Roxo – e a hora. Chequei a região com antecedência. No dia marcado, eu já conhecia a praça muito bem, assim como a rotina de várias pessoas no entorno dela. Esperei o Brito entrar no ponto e sentar em um banco.

Se não me engano ele queria não só se despedir, mas também trocar ideias sobre a luta que travávamos contra a ditadura. Eu já estava na VPR e ele continuava no PCBR. Logo, ele iria para uma área de campo no sul do país, transferido pela direção do PCBR e me pareceu que queria ouvir minha opinião sobre os novos passos que estava tomando em direção a um aprofundamento de sua clandestinidade.

Ele era, na época, um líder de massas do movimento estudantil junto aos comensais do restaurante do Calabouço e da nossa base da Corrente Revolucionária. Eu, como secretário de organização da base, funcionava também como uma espécie de conselheiro de segurança e organização dos nossos atos de protesto contra o fechamento do Calabouço pela ditadura.

Ele estava saindo do isolamento dos aparelhos urbanos clandestinos para a liberdade de um movimento de massas armado no interior, dentro da visão da luta armada no campo onde as cidades seriam suporte desta frente maior e estratégica de luta.

Com minha filiação ao PDT de Minas Gerais, em 1982, trabalhei ativamente na campanha de Brizola ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Participei das assembleias que o PDT realizava, semanalmente, sob a direção do jornalista José Maria Rabelo a partir de 1983. Nessa época, conheci o Henrique Roberti que também fora deslocado pelo PCBR para a mesma área no sul do país e foi preso juntamente com o Elinor. Ele me falou do mesmo tipo de trabalho que foram realizar na área em implantação e não era coincidência. Ele também fora um líder de massas em Belo Horizonte em movimento sindical junto aos funcionários dos Correios em BH.

Cerca de dois meses depois desta despedida em Belfort Roxo, no final do mês de dezembro de 1970 ou nos primeiros dias de janeiro de 1971, o companheiro Luís Alberto de Sá e Benevides (Adamastor, Beбето) da direção do PCBR, assassinado no nordeste em março de 1972, juntamente com sua companheira Miriam Lopes Verbena, marcou, por meio do Gerson, meu comandante de unidade de combate com o qual estivera pela manhã, outro ponto comigo.

O encontro (ponto) foi em uma lanchonete ao lado de um cinema no centro da cidade de Duque de Caxias, área de muito movimento de pedestres por volta das 19h, horário de pico de chegada da massa de trabalhadores depois de um dia de trabalho do Rio. O Beбето me relatou a prisão do Elinor no Paraná e pediu a inclusão de nome dele na lista dos setenta que seriam trocados pelo embaixador suíço. Assumi o compromisso de passar o nome do Elinor para o comando da operação. Informei-o de que a inclusão só seria possível se houvesse restrição, pelos generais ditadores, de algum nome da nova lista enviada no dia anterior. Dessa forma, o Brito entrou na lista e não foi preterido pelos ditadores.

No dia seguinte, no meu ponto com o Gerson, passei o nome do Brito. Ele me informou que o companheiro do PCBR já o tinha avisado da prisão do Brito e de outros quadros do PCBR e que ele encaminharia o nome de Elinor ao comando da operação.

A nossa situação política interna não era das boas e o nosso comandante em chefe vetara a execução do Embaixador Suíço proposta para ser realizada após o sequestro de outro embaixador e a execução do adido naval americano residente na Avenida Atlântica, em Copacabana.

Foi liberada pelo comando a efetivação de ações nas quais expropriávamos alimentos e os distribuíamos em favelas. Executamos duas, ambas sob o meu comando. Foram ações

de propaganda armada e nos colocavam com iniciativa, demonstrando a nossa segurança perante o cerco que a ditadura queria nos impor ao protelar a libertação dos setenta companheiros.

O que não sabíamos e não foi proposto, é que o nosso comandante em chefe estava recuando de suas posições políticas.

19 - Retiradas

19.1 JUNHO DE 1970, A RETIRADA

Antonio Duarte

O velho ônibus subia as ladeiras da Cordilheira dos Andes. Em uma madrugada fria em junho, ano de 1970. Tínhamos saído de Cochabamba, eu e Capitani, decididos a atravessar a fronteira da Bolívia com o Chile.

Sáimos do Brasil pela fronteira, em Guajará-Mirim. Agora nosso objetivo era chegar em Oruro, e continuar viagem até Ojague. Não conhecíamos a região. Nossa decisão baseava-se no estudo de mapas e pelas informações obtidas de um boliviano de nome Fernando que conhecíamos dos tempos de luta no Brasil. Ele vivia em Cochabamba, onde o encontramos. Depois de nos ajudar na escolha das rotas, Fernando desapareceu.

A situação na Bolívia era politicamente agitada. Os fatos mais importantes estavam ligados à guerrilha do Che Guevara recentemente derrotada. Nos rescaldos dos acontecimentos, todos os estrangeiros eram vigiados. Corríamos um grande risco. Na Bolívia, aos olhos da população, estranhos eram tratados como suspeitos, principalmente, em Cochabamba, onde haviam sido denunciadas e presas, pessoas ligadas a Chato Peredo,

um dos comandantes que teria dado continuidade à luta de guerrilhas nas montanhas. Nossa única possibilidade era chegar o mais rapidamente possível à fronteira. Os documentos de identificação de que dispúnhamos eram um salvo-conduto boliviano, dado como documento provisório, e carteiras de identidade falsas. Um exame mais acurado de qualquer policial aos nossos documentos levaria à nossa prisão.

Até então, a casualidade nos havia favorecido. Por duas vezes, a polícia detivera-nos para controle de documentos. A primeira em Trinidad, capital do departamento de Beni, onde havíamos chegado de avião. A segunda, em Cochabamba, quando fomos obrigados a solicitar autorização para continuar viagem até o Chile. Neste caso, tivemos ajuda do boliviano Fernando. Não sabíamos se teríamos sorte na terceira vez.

Agora, dentro do ônibus, em direção a Oruro, estávamos jogando uma cartada decisiva. Eu tremia só em pensar na possibilidade de sermos presos e devolvidos ao Brasil. Mas, estávamos em fuga e não havia muita escolha. O veículo seguia entupido de gente. Era um ônibus velho, de linha interdepartamental e, por essa razão, as acomodações eram precárias. Lembro-me de que, quando já estávamos acomodados para a viagem, o condutor empurrou ainda mais gente. No meio do coletivo, o corredor foi transformado em mais espaço para pessoas sentadas, em bancos improvisados.

Chegamos a Oruro às duas horas da madrugada. Aconselhados pelo condutor, tivemos que dormir dentro do ônibus, porque lá fora fazia muito frio. Hotel, nem pensar! Devíamos aguardar o horário do trem que sairia pela manhã em direção a Ojague. Nossa intenção era prosseguir viagem até Antofagasta, no Chile.

Pela manhã, às sete horas, embarcamos em um trem em direção a Calama, no Chile, mas sabíamos que teríamos de passar pelos controles da polícia de fronteira em Ojague. Eu não sabia nenhuma palavra de espanhol, apesar de achar que isso não seria um grande problema. Por sorte, Capitani, que havia vivido em Cuba, dominava o idioma dos nossos vizinhos, sem maiores dificuldades.

A viagem foi tranquila, sem maiores percalços. Chegamos a Ojague às doze horas. Surpreendeu-me o tamanho da cidade! Era apenas um posto de fronteira, algumas casas, a estação do trem, uma torre de rádio de comunicação e algumas pequenas construções de madeira. Naquele momento, passou pela minha cabeça, como em um filme, um incidente que havia ocorrido comigo na fronteira do Uruguai, em 1964, seis anos antes. Junto com o Helio tínhamos sido detidos na fronteira de Santana do Livramento e

devolvidos pelos policiais uruguaios ao Brasil. Agora, na fronteira da Bolívia com o Chile, estava decidido a não repetir o erro de seis anos atrás.

Durante a viagem entre Oruro e a cidade da fronteira do Chile não conversamos muito. Tanto eu como Capitani seguíamos em silêncio, enquanto o trem, vagorosamente, se aproximava do destino. Na chegada, havia certo clima de tensão no vagão em que viajávamos. Quando o trem parou, finalmente, o vagão foi invadido por um grupo de policiais e guardas alfandegários. Quase que imediatamente, estabeleceu-se um clima de agressividade e desconfiança contra nós os passageiros.

Aos gritos, ouvíamos as perguntas sobre nossos documentos. Um dos agentes conduzia um grande cachorro, preso a uma coleira, e com a focinheira atada. Logo, percebi que aquele lugar seria nossa destinação. Não passaríamos dali. Um dos agentes perguntou pelos documentos. Exibi minha carteira de identidade e o papel, salvo conduto que trazia da fronteira do Brasil com a Bolívia.

Ele se irritou. Começou a repetir em voz alta, em tom ameaçador.

- *Documentos de origen, documentos de origen!* – disse, empurrando meus papéis. Não entendi muito que queria dizer com “documentos de origem”. Capitani, então explicou que não tínhamos passaporte. E, para não correr o risco de voltar preso, no mesmo trem para a Bolívia, pedimos asilo político, ali, dentro do vagão.

Lembro-me da frase dita por Capitani.

- Trata-se de asilo político.

Rapidamente, fomos conduzidos para fora do vagão boliviano e levados a uma sala da pequena estação de passageiros, onde começaram os interrogatórios. A nossa preocupação era de sermos devolvidos para a Bolívia. Se assim fosse, na certa, iríamos parar na fronteira do Brasil e seríamos entregues à polícia da ditadura. Por essa razão, resolvemos revelar nossa verdadeira identidade. Estávamos com documentos com nomes falsos.

Os policiais chilenos queriam saber a origem daqueles documentos. É obvio que não poderíamos dar explicações referentes aos nossos papéis. Insistimos no nosso direito ao asilo político. Os agentes se dividiram. Alguns desconfiaram da nossa versão, pois não sabíamos como esclarecer nossa verdadeira identidade. Outros procuravam atordoar-nos

com um bombardeio de questões, mesmo antes que tivéssemos respondido às primeiras demandas.

Finalmente, decidiram consultar as autoridades para definir o que fazer conosco. Falaram pelo rádio com Antofagasta e depois com Santiago. A decisão veio rápida porque, por uma questão prática, deveríamos ser embarcados no trem chileno seguindo viagem para onde a imigração, chamada por eles de *estrangería*, determinasse. Alguns policiais estavam excitados com a possibilidade de nos escoltar. Muitos queriam sair daquele lugar isolado, quase deserto. Seguimos viagem para Calama, lugar definido para nossa estadia, até que decidissem tratar do nosso pedido de asilo.

Com alívio embarquei no trem, junto com o Capitani, agora escoltados pelos *carabineros* e um policial civil que parecia ser o chefe da escolta. Chegamos à cidade no fim da tarde. Conduzidos a uma delegacia de polícia onde funcionava um escritório da imigração, fomos informados das dificuldades em arranjar instalações para nossa hospedagem. Tivemos que financiar do próprio bolso o pernoite em um pequeno hotel.

Começava, dessa forma, meu primeiro período no exílio que duraria dez anos.

19.2 | A SAÍDA

Roberto Menkes

Estávamos ali parados na porta do pequeno prédio da Polícia Federal. Ela apontando para um lado e eu para o outro, e os dois balbuciando: "eu acho que é para lá..." De soslaio, olhávamos para dentro do prédio. Entre as poucas coisas que se podiam ver, havia um pedaço de parede e aí um dos cartazes.

-Vamos embora?

-Vamos.

Já estávamos com um cagaço fenomenal, o cartaz foi apenas a gota d'água. Estavam espalhados por todo o Brasil e tinham o cabeçalho "Terroristas. Assassinos de Pais de

Família” e levavam estampadas as fotos das então dezesseis pessoas mais procuradas do país, entre as quais as nossas.

No último ano, tudo havia piorado muito. Companheiros de militância sendo presos ou mortos. “Expropriando” supermercados ou postos de gasolina para poder comer e pagar o aluguel. Alerta máximo vinte e quatro horas. Eu já nem tomava banho sem levar o revólver para dentro do boxe. Apoio popular? Escutei um homem na padaria comentando a manchete dos jornais sobre uma ação do dia anterior:

- O governo é muito mole. Esses terroristas... Tinha é que esquartejar e pendurar os pedacinhos espalhados nos postes para servir de exemplo.

Decidimos cair fora. O Chile, com um governo socialista, era a única opção viável, já que tínhamos que sair com carteira de identidade, passaporte era impossível conseguir.

Só um pequeno problema: não tínhamos carteira de identidade, nem grana para a viagem. E não podíamos pedir nada à organização, já que sair do país era malvisto, era abandonar a luta, desbundar.

A Carmen havia emprestado seu carro para o Marighella, para a primeira ação de banco, a coisa não saiu tão bem, o carro foi apreendido e ela teve que entrar para a clandestinidade. Dessa militância na ALN, ficou uma rede de contatos que ela sempre manteve; um desses contatos nos ofereceu carteiras de identidade da Paraíba e, naturalmente, viramos paraibanos, não obstante o meu sotaque carioca e o falar paulistano dela. Também o dinheiro foi conseguido pela Carmen: ela havia sido atriz e conhecia muita gente de teatro.

Decidimos sair pela Argentina. Do subúrbio do Rio até a fronteira em ônibus, e chegamos, um casal de turistas passeando. Atravessar a fronteira consistia em atravessar um rio de barquinho, as margens próximas, dois minutos e já se pisava em solo argentino. Para sair, uma exigência com que não contávamos: havia que mostrar a carteira de identidade e um papel que se buscava na polícia federal. Para os desavisados que chegavam aí sem o papel, era só voltar ao centro, uns dez minutos andando, perder uns cinco minutos retirando o papel na PF e voltar para atravessar de um país para o outro.

Tínhamos que encontrar uma solução sem o tal papel. Ter sorte uma segunda vez já parecia improvável.

Saindo do treinamento de guerrilha do Vale da Ribeira, furamos o cerco simplesmente andando pelo mato e saindo uns doze quilômetros ao sul da entrada da área onde estavam penetrando as tropas. Saímos na estrada e conseguimos logo uma carona de caminhão, que nos levou até Curitiba.

Chegando lá, esfomeados – na Ribeira comíamos duas vezes ao dia, ao amanhecer e ao anoitecer, e já havia anoitecido – entramos no primeiro restaurante que apareceu. Pedimos filé com fritas, depois de dois meses praticamente comendo a mesma coisa: arroz com carne seca e palmito, este último abundante na região. Já antes que chegasse a comida, começaram a entrar uns homenzarrões, todos com cara de policiais e todos olhando para nós, curiosos. Outros foram chegando, vários levavam a arma à vista. Soubemos depois: era o restaurante da Polícia Federal. Nós dois sentados, cada um com um 38 na cintura por debaixo da camisa, em frente da carne mais difícil de engolir do mundo. Por algum milagre, escapamos dessa sem maior problema que o bife entalado na garganta. Não, definitivamente uma sorte assim não se repete.

Voltamos para a fronteira, tentando achar uma solução. Não foi preciso pensar muito, era Brasil. Se aproximou um senhor, perguntou se tínhamos algum problema, reclamamos de que não sabíamos do papel, e que inconveniente ter que voltar ao centro...

- Mas isso não é necessário - disse ele. - Mediante uma pequena taxa, agora mesmo eu lhes consigo o papel!

Menos de meia hora mais tarde, estávamos em solo argentino. O controle de entrada era o último obstáculo. Será que eles tinham os cartazes?

O controle era feito ali do lado da margem do rio, numa construção improvisada, mais parecia uma dessas barracas de vender água de coco na praia. Não havia cartazes.

- Qual é o objetivo da viagem? - perguntou o funcionário no controle de documentos.

- Turismo.

- Estão trazendo algo a declarar, algo subversivo? - Perguntou, devolvendo nossas identidades e olhando para as nossas bagagens.

- Não, nada.

- Algum livro?

Uma pergunta que caiu do céu. Entre a nossa parafernália de histórias e disfarces, havia uma bíblia.

- Só um livro.

- Um livro? Qual? - perguntou, já mudando para um tom menos afável.

- A Bíblia - disse a Carmen, num tom angelical e religioso.

- Ah! A santa Bíblia! Que passem com Deus - disse ele, com um sorriso e indicando a saída.

19.3 MENDIGA CONTANDO A OUTROS MENDIGOS ONDE ENCONTRAR O PÃO

Núria Mira Ruelis

Estava tudo muito confuso. Coisas erradas em todos os lugares: mentiras, injustiças, corrupção. A repressão parecia piorar as coisas porque a gente ficava achando que a estrutura, o sistema é que estava errado, podre. Alguém dizia: "aquele diz a verdade", e a gente corria atrás dele. Dali a pouco ele fugia para sua fazenda no exterior e eu percebia que havia sido enganada por minha própria fantasia de crer que é possível mudar o mundo... coisa de adolescente humanista idealista.

Naqueles idos, eu sinceramente achava que deveria e poderia mudar o mundo. E de corpo e alma, um grupo de nós se dedicou a enfrentar, "encarar" com tudo aquilo que achávamos ser o certo.

Meu pai faleceu em fevereiro de 1964, estávamos muito vulneráveis e emocionais, "meu deus" se havia ido. Era preciso, num ativismo sem medida, agitar, correr atrás, contestar. Como estudante de jornalismo e presidente de diretório de Comunicações, fiz o que tantos fizeram naquela época: participei de reuniões escondidas, panfletagem, passeatas, agitei um bocado. Era também aeromoça da Air France e levava e trazia correspondência proibida, "muita loucura".

Interiormente possuía questionamentos imensos, mas faltava tempo para pensar e avaliar. Fui "foca" no Departamento de Pesquisa do *Jornal do Brasil* sob a orientação do Fernando Gabeira, meu professor, assim como Zuenir Ventura, Edgar de Andrade, Darwin Brandão e outros que se tornaram amigos.

As dificuldades de lidar com a avalanche emocional e com a realidade se desenvolveram em uma bulimia, achava mesmo que estava ficando louca varrida, mentia. Muito. Já estava difícil saber o que era realidade e o que era ficção. Era feito uma "bola de neve" e eu, extremamente só, no meio da multidão.

Foi preciso ser atingida nas pernas por uma bomba de efeito moral, com a Polícia me vigiando e tendo me alertado de que estava me seguindo mas não me prendia porque ainda não era o momento, para que eu, acuada e "sabendo demais, não sei de quê", deixasse o país, ajudada por ex-colega da Air France.

Assim, vivi fora do Brasil de 1970 a 1976. Inicialmente em Paris, depois Suíça e Inglaterra. Quando eu estava na pior das piores, fora do país, só, sem ter de quem fugir, nem para onde fugir, "caiu a ficha". Meu pior inimigo era eu mesma. Que fazer? Para onde ir? Minhas incoerências eram aberrantes e eu me sentia só, muito só, ansiosa e angustiada ao extremo. Foi quando fui acolhida por uma família que me aceitou incondicionalmente, com toda minha doideira, e me deu um amor que nunca, jamais, eu havia experimentado. O que vivi no l'Abri (Suíça), comunidade dirigida por Francis Scheffer (pastor americano) foi inquestionável. Aquele era o estilo de vida que eu andara buscando na política: diálogo, franqueza, abertura, mansidão, paciência, boa vontade. Então, havia esperança! E eu vi Jesus, antes de ouvir falar, eu O vi na vida daquela gente, e eu sabia que era tudo

que eu precisava para minha vida ter sentido: de um Salvador que me livrasse de mim mesma. Que mudasse minha vida e viesse me dar Paz e Esperança.

Quando olho para trás, percebo com clareza o quanto corri de Deus, mas Seu amor foi muito, muito maior e me acolheu no “fundo do poço” para que nunca mais eu quisesse correr Dele, e sim, para Ele.

O poder da cruz do Calvário transformou meu viver e tenho sido uma pessoa muito feliz e diferente do que fui. Sei que Ele não é um dos caminhos, porém, O Caminho, a Verdade e a Vida. A mensagem do Evangelho e das Boas Novas, em Cristo, desde então, tem sido minha nova canção e razão de viver porque meu Redentor vive e porque eu era mendiga e agora lhes conto onde encontrei o Pão da Vida: em Jesus, não na religião!

19.4

BRASIL 4 x 1 TCHECOSLOVÁQUIA

RESISTÊNCIA POPULAR 2 x 1 REPRESSÃO E DITADURA

Sérgio Valença

O Boeing 707 da VARIG tocou suavemente a pista, perdeu velocidade, entrou no caminho lateral e começou a taxiar em direção ao terminal do aeroporto.

Mes dames et monsieurs, bienvenues à Paris! Dentre quelques instants nous serons arrivées à Paris-Orly.

O francês dela era corretíssimo com todos os passés, tanto o simple como o composé. Mas o sotaque, a entonação arrastada, não deixava dúvidas. Baiana. A bela mulata de olhos verdes era com toda certeza filha de São Salvador. Respirei fundo e pensei “agora só falta passar no controle de passaportes da *Suréte Nationale*”.

Onze horas antes, o voo 820 da Varig decolava do Galeão sobrevoando a baía da Guanabara e nos oferecia uma vista maravilhosa do meu Rio de Janeiro. Estava agora deixando o Brasil e essa viria a ser a última etapa de um longo processo de fuga que tivera seu início um ano antes.

Brasília, 1969, última semana do mês de maio, quarta-feira. Depois de um dia atribulado no campus da UnB (Universidade de Brasília), por volta das cinco e meia da tarde, cheguei na SQS106, no apartamento onde eu morava com os meus pais. Os planos para aquela noite eram simples: um banho rápido, um sanduíche grande, depois apanhar a namorada e ir ao cinema. Filme em cartaz: *2001 Uma Odisseia no Espaço*.

Nada disso aconteceu.

E hoje, mais de quarenta anos depois, em Estocolmo, vou tentando escrever sobre o que aconteceu. Vou, aos poucos, me lembrando de tudo como se fosse num filme e, ainda por cima, em câmera lenta.

Banho tomado, sanduíche comido, desço para o estacionamento, sento-me no Gordini azul e dou a partida. O veículo faz um ziguezague, deixa a vaga do estacionamento e, lentamente, vai começando a entrar no sistema viário da superquadra. A uns quarenta metros do estacionamento, sou obrigado a dar uma freada brusca. De repente, duas caminhonetes Chevrolet Veraneio, uma na minha frente e outra atrás de mim, bloqueiam toda a rua e me impedem totalmente de continuar. Imediatamente, cinco agentes da repressão armados de pistolas e metralhadoras cercam o meu carro enquanto um sexto, aos berros de "sai daí seu filho da puta", me arranca do assento do motorista e me arrasta para a viatura policial. No meio daquela confusão toda, ainda consegui gritar para o porteiro do prédio:

- Seu Bartolomeu, diga ao meu pai que estou sendo preso pelo DOPS.

Isso me qualificou imediatamente para uma coronhada nas costas e um lugar no chão da Veraneio, debaixo dos pés dos agentes da repressão. Vinte minutos, depois chegávamos ao DOPS de Brasília e os interrogatórios começaram imediatamente. Completamente nu, debaixo de um chuveiro de água fria, lavando cacetadas, socos e pontapés, ecoava uma única pergunta repetida constantemente pelos torturadores:

- Onde está o Prates?

- Onde é que você deixou o Prates?

- Onde está o Prates?

Prates, no caso, era Jose Antonio Prates, estudante de arquitetura da UnB, ex-presidente do DACAU (Diretório Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo) que mais tarde também foi presidente da FEUB (Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília).

A polícia, naquele momento, parecia só estar interessada no paradeiro do Prates. Segundo os agentes da repressão ele teria saído do campus da UnB comigo, no meu carro, por volta do meio-dia no mesmo dia em que fui preso. Isso não era verdade.

Tanto Prates como eu militávamos no movimento estudantil mas pertencíamos a organizações diferentes – eu à AP e ele a outra organização. Por isso, para mim o interrogatório no DOPS tornava-se cada vez mais confuso. Surrealista, mesmo.

Por alguma razão, a repressão estava atrás do Prates e, ao que tudo indicava, parecia ignorar ou não estava interessada, naquele momento, na minha militância na AP. Além disso, os policiais estavam completamente convencidos de que eu fazia parte de um esquema de segurança que garantia a entrada e a saída dele, Prates, no campus da UnB. Também isso não era verdade o que, de certa forma, favorecia um pouco as minhas condições... Se é que se pode falar em facilidade quando você está sendo interrogado pelos os órgãos da repressão.

José Prates eu conhecia bem. Muitas vezes dei carona a ele (e a muitos outros) entre a UnB e o plano piloto como se dizia na época. Mas naquele dia, não. Eu tinha permanecido o dia inteiro no campus e somente voltei para casa no fim da tarde para ir ao cinema. Restava, então, a hipótese de ele, Prates, ter deixado a UnB na hora do almoço, dentro do citado automóvel. Isso pode ter acontecido.

O Gordini, na época, era meu só no papel. Sem dúvida era eu quem o dirigia na maioria das vezes. Mas, na prática, muitas outras pessoas usavam o carro, que era, digamos assim, uma propriedade coletiva. No dia-a-dia, era usado por mim, por meu irmão e por muitas outras pessoas entre nossos amigos e conhecidos. Havia várias chaves de ignição das quais eu e meu irmão dispúnhamos cada um da sua. Mas havia outras. Nossas namoradas e, às vezes, os irmãos e irmãs delas também usavam o automóvel. Na realidade, uma grande quantidade de pessoas podia usá-lo segundo as necessidades do momento, sem que eu, o feliz proprietário, tomasse conhecimento. Depois de utilizado, o carro seria, incondicionalmente, estacionado em frente ao prédio do ICA. Isso era lei. Por isso é possível que alguém o tenha dirigido para ir ao plano piloto levando ou não o Prates.

Todos os detalhes dessa história nunca foram conferidos, mas há, pelo menos, indícios de que o veículo deixara a UnB na hora do almoço. Entretanto, vai tentar explicar esses fatos todos para os homens da repressão nu, debaixo de um chuveiro de água fria e levando bordoadas, socos e pontapés!

A temporada no DOPS foi curta e a tortura relativamente leve e esporádica. Três dias depois da minha prisão, num domingo à tarde, fui posto em liberdade sem maiores explicações. A polícia tinha mudado a sua tática e agora pensava em me transformar em isca para alcançar seus propósitos. Saí do DOPS apavorado, com dores no corpo inteiro, alguns hematomas, levando uma ideia fixa: "preciso deixar Brasília imediatamente". Eu estava completamente convencido de que a repressão dentro de muito pouco tempo iria me identificar como militante da AP e, nesse caso, as perguntas seriam outras e um pouco mais difíceis.

Menos de vinte e quatro horas depois de liberado pelo DOPS em Brasília, eu estava na Pauliceia. A viagem só foi possível graças a um esquema de segurança que eu mesmo havia montado para saída de quadros da AP de Brasília em caso de emergência. Um único telefonema. Um funcionário do Tribunal de Contas totalmente desconhecido para mim apanhou-me no seu carro na rodoviária de Brasília e me deixou em Anápolis. Dali, segui para Goiânia em outro veículo com uma funcionária do Banco do Brasil, também ela desconhecida. De Goiânia para São Paulo fui de ônibus regular.

Começo de junho, uma garoa chata caindo de vez em quando. À noite, já fazia um bom friozinho e eu, agora em São Paulo, sem lenço e sem documento.

Durante os doze meses em que morei em São Paulo, só pude sobreviver graças ao apoio, à solidariedade e à generosidade de muitos amigos, companheiros e familiares. Sem isso não teria sido possível ficar por lá. Vale lembrar especialmente a solidariedade e o apoio dos pais da minha namorada daqueles tempos: ele, deputado federal pelo MDB e ela, professora da USP. Acolheram-me em sua casa sem restrições. Continuo extremamente agradecido a todos aqueles amigos, companheiros e familiares que me deram casa, comida, dinheiro e muito mais numa época em que, o simples fato de permitir que alguém perseguido pela ditadura dormisse na sua casa já poderia ser o suficiente para que você fosse enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Emprego regular não era possível, só no mercado negro, pois faltava documentação. Estudar matriculado em escola nem pensar. Moradia? Complicada. Durante a minha

estada em São Paulo, mudei umas quatro ou cinco vezes de pensão para evitar muitas perguntas, pois corria o risco de ser descoberto. A rotina era muito estranha. Entre um biscate e outro, a maior parte do tempo era consumida em longas caminhadas pela cidade para dar a impressão de ter um horário normal de trabalho e, assim, não levantar maiores suspeitas. A isso se juntava um pavor constante de ser surpreendido em um controle de documentos de rotina ou ainda de ser apanhado pela repressão por causa de alguma infração de trânsito.

O tempo passando e a realidade piorando.

No país inteiro houve um aumento da repressão em 1969. Depois do AI-5, a luta armada contra a ditadura se acirrou e as forças da resistência conseguiram algumas vitórias em ações bem sucedidas, algumas delas espetaculares, como o sequestro do embaixador norte-americano.

Em Brasília, a polícia política deu várias batidas, algumas delas noturnas, na casa de meus pais, na esperança de me encontrar por lá. Ao que tudo indica, ficaram bem confundidos, pois não podiam entender como é que eu tinha sumido tão rapidamente da capital federal. Esse conjunto de circunstâncias continuou por algum tempo sem outro resultado senão o de causar medo e indignação aos meus familiares aterrorizados.

Mais ou menos três meses depois da minha prisão, a família vendeu o meu carro para fazer um dinheirinho. Quinze dias depois da transação, o comprador voltou e, aos gritos, queria devolver o veículo, pois ele já tinha sido detido três vezes em batidas do DOPS, que continuava procurando por mim. Obviamente seu pedido de devolução não foi atendido.

O tempo passando e a conjuntura piorando.

As investigações da repressão acabaram descobrindo a minha militância no movimento estudantil e também na AP. Fui então enquadrado no decreto 477 e indiciado em pelo menos dois IPM (Inquérito Policial Militar) o que imediatamente me colocou na condição de foragido da justiça.

O tempo passando e a situação piorando.

Nessa altura dos acontecimentos, logo depois do ano novo de 1970, decidi que estava na hora de deslocar-me para outro do país. Já não militava, pois tinha perdido todos os

contatos com a organização e não havia, naquele momento, como refazê-los. Muito arriscado para mim e totalmente irresponsável do ponto de vista da organização. O mar não estava para peixe. Estava na hora deixar a pátria amada. Mas como? Para onde ir? E os documentos? E dinheiro? Como sobreviver em um outro país se as coisas já estavam pretas aqui? Como sempre, nessas ocasiões, as perguntas eram muitas e as respostas inexistentes.

Por meio de amigos, confirmei as notícias na mídia de que Oscar Niemeyer iria compor uma nova equipe de arquitetos brasileiros para desenvolver projetos na Argélia. Tratava-se de dois projetos: o campus da Universidade de Constantine e o novo Centro Administrativo do governo na capital Argel. Pensei que por aí talvez houvesse uma solução para a minha retirada.

Muito sol na Avenida Atlântica neste fim de verão, mas é uma terça-feira, dia de semana, e por isso a praia não está lotada. Pego o elevador e vou até o andar da cobertura. Toco a campainha e, depois de pouco tempo, a porta se abre. Para minha surpresa, é o próprio Oscar Niemeyer quem está atrás da porta do escritório. Fico um pouco embaraçado, mas digo algo como:

- Fui eu que lhe telefonei na semana passada, de São Paulo, para conversar sobre os projetos na Argélia.

- Isso mesmo! Entre, entre! Você trabalhou com o Lélé em Brasília, eu agora me lembro de você.

Conhecia Oscar Niemeyer fazia algum tempo. Algumas vezes nos encontramos no escritório do Lélé em Brasília onde trabalhei nos anos de 1968-69. O escritório funcionava como ponto de encontro dos arquitetos que colaboravam com Oscar Niemeyer ou tinham trabalhado em seus projetos em Brasília. Alguns ex-professores, expulsos, do ICA-FAU (Instituto Central de Artes-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) da UnB costumavam também aparecer para bater papo. Ítalo Campofiorito, Glauco Campelo, Fernando Burmeister, Luis Carlos Magalhães, Edgard Graeff são alguns dos nomes que me vêm à memória agora, mas a lista poderia ser muito mais longa.

Sentamo-nos num canto do escritório e eu, durante mais ou menos meia hora de conversa, relatei a minha história. Procurado pela repressão, sem possibilidades de estudar ou trabalhar, com dificuldades sérias de arranjar moradia, por isso tinha-me

decidido a deixar o país. Estava, naturalmente, interessadíssimo em discutir a possibilidade trabalhar nos projetos que o escritório iria desenvolver na Argélia. Na maior parte do tempo Oscar manteve-se calado, ouvindo atento. O seu silêncio só foi interrompido umas poucas vezes por comentários curtos de crítica à repressão e apoio à luta contra a ditadura. Nesses comentários gerais e outros, representantes da ditadura eram citados pelo nome e qualificados com palavrões dos mais grossos.

De repente ele disse:

- É. A situação está pesada. Infelizmente eu não posso ajudá-lo a sair do Brasil. Não tenho possibilidade, sou muito vigiado. Se você conseguir chegar à Argélia você vai trabalhar na equipe. Eu lhe garanto. É um bom salário e os argelinos lhe arranjam um lugar para morar.

Expliquei que não tinha a menor intenção de pedir sua ajuda no meu processo de saída do país. Esclareci, ao mesmo tempo, que o fato de poder trabalhar com a equipe dele na Argélia seria a melhor ajuda que eu poderia receber naquele momento. Agradei e ele fechou o assunto:

- Dentro de um mês mais ou menos eu vou encontrar representantes do governo argelino e discutir os detalhes da viagem da equipe. Vê se você consegue chegar até a Argélia para poder começar a trabalhar conosco.

Dito isso, ele se levantou, virou-se para dentro do escritório e disse em voz alta:

- Lopes! Ô Lopes, põe o nome dele na lista do pessoal que vai trabalhar na Argélia.

José Lopes da Silva, arquiteto português que há muitíssimos anos trabalhava com Niemeyer em praticamente todos os projetos, replicou quando já estávamos frente a frente com ele, junto à sua prancheta:

- Que lista, Oscar? Não tem nenhuma lista com os nomes do pessoal que vai atuar na Argélia. Que lista? Não tem nenhuma lista!

Com voz pausada e imitando o sotaque de português, Oscar diz a ele:

- Então tu fazes uma lista, ó portuga! E pões o nome dele na cabeça!

Trabalho prometido. Agora era tratar de sair do país e chegar à Argélia. Mais uma vez a sorte sorria para mim e acertava os ponteiros para o meu lado. Atravessei a rua e, pelo calçadão da Avenida Atlântica, comecei a caminhar em direção ao Leme. Alguns minutos mais tarde, quando me sentei num bar na altura do Posto Três, comecei imediatamente a planejar a viagem. Havia algumas hipóteses, mas faltavam os documentos. Um passaporte com visto de saída era a peça chave.

Num primeiro momento pensei em arranjar uma nova identidade e deixar o país clandestinamente. Mas levaria muito tempo e era muito custoso. Além do mais, haveria, com toda certeza, problemas burocráticos a resolver caso eu conseguisse chegar a Argel com uma nova identidade. Como de costume, o impasse se resolveu na área dos amigos e companheiros. Não me lembro exatamente como, mas algum amigo ou companheiro identificou um contraparente que trabalhava como despachante de documentos em São Paulo. Era suficientemente de confiança para ser sondado a respeito do assunto. Fui ao seu encontro e coloquei-lhe a questão do passaporte. O despachante foi categórico:

- Ah, doutor! Essa não dá não! Isso eu não faço por dinheiro nenhum. Eu não me meto em política, eu tenho família e filhos. Essa não, doutor!

Aí me lembrei do Drummond.

E agora, José?
A festa acabou,
a luz apagou
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José ?

Como é que eu vou arranjar esse passaporte? De onde vai sair o verdinho?

Depois de mais alguns minutos de conversação, o despachante volta a repetir, desta vez mais enfático e com o propósito de encerrar o nosso assunto:

- Isso eu não faço de jeito nenhum.

Mas aí ele acrescentou algumas palavras mágicas:

- Mas por um bom dinheiro tem gente que faz.

Retomamos a conversa e ele se dispôs a "dar uma olhada na praça e ver se achava alguém que estivesse interessado". Pouco tempo depois, ele me passou o contato de outro despachante, em Campinas. Fui até lá. E de repente o trâmite andou muito rápido.

- Doutor, eu descolo um passaporte para o senhor com visto de saída e tudo. No mesmo dia. Só preciso da sua certidão de nascimento no original, uma cópia do título de eleitor e uma cópia do o certificado de reservista e um dinheirinho, né?

O dinheirinho era na verdade um dinheirão, uma pequena fortuna. Tentei negociar.

- Mas isso é muito dinheiro. São quase doze salários mínimos.

- Doutor! O senhor precisa do passaporte. E eu preciso falar com muita gente e acertar muitos detalhes. Tem gente que vai fechar os olhos, outros vão sair para tomar um café. Tudo isso antes de eu ter o passaporte do senhor na minha mão. O preço é fixo, doutor.

Mais uma vez tive que recorrer aos amigos para juntar os recursos necessários. Voltei a Campinas com a quantia e os documentos pedidos. Não deu outra! No fim da tarde lá estava o passaporte verdinho e todo certo com visto de saída e tudo.

Então, a questão passou a ser por onde sair do Brasil em direção à Argélia. A hipótese inicial era passar pela fronteira com o Uruguai ou a Argentina, partindo de alguma cidade no Rio Grande do Sul ou no Paraná. Havia diversas alternativas e a saída parecia relativamente simples. O problema surgia na segunda etapa da viagem. Todos os voos de Buenos Aires ou Montevidéu para Paris faziam escalas no Galeão. Arriscado, muito arriscado. Fazer a rota Montevidéu-Lima-Paris era caríssimo e simplesmente não havia condições. Não era uma alternativa.

Aos poucos foi ganhando força um pensamento meio maluco na minha cabeça. Por que não tentar sair pelo Galeão mesmo? Riscos? Sem dúvidas, mas com um pouco de sorte poderia até dar certo. Havia prós e contras. Do lado positivo colocava-se o fator surpresa e o absurdo da situação. Muito poucos dos perseguidos pela ditadura, naquela época, planejavam deixar o país passando pelo Galeão. Também era positivo o fato de o passaporte não ser falso. Por outro lado, o controle da Polícia Federal no aeroporto era

dos mais efetivos e havia um grande risco de que informações de Brasília já tivessem chegado ao Rio.

Decidi tentar o Galeão. O fator decisivo foi a estreia da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970. Em 3 de junho, o Brasil iria estreiar jogando contra a Tchecoslováquia no Estádio de Jalisco em Guadajalara, no México.

Como sempre as expectativas eram enormes em torno de um jogo da seleção pela Copa do Mundo. A cidade e o resto do país estavam quase em transe. Discussões, palpites, opiniões e comentários de todos sobre tudo o que se referia à Seleção Brasileira. A ditadura investia pesado na Copa do Mundo exigindo a vitória. Esse investimento fazia parte das campanhas da ditadura como "Brasil ninguém segura esse país", "Brasil ame-o ou deixe-o", "Brasil conte comigo". A preocupação do governo da ditadura era tamanha que, durante a fase de preparação, o técnico João Saldanha foi afastado do cargo por ordem direta do general Garrastazu Médici.

O começo do jogo estava marcado para 16 horas, horário local. Fiz as contas e daria 19 horas, hora do Rio. Perfeito. O voo 820 da VARIG deveria deixar o Galeão por volta das 23h30min. Marquei a passagem apostando um pouco na sorte e muito na filosofia do brasileiro. Com toda a certeza, no aeroporto naquela noite, os agentes da Polícia Federal estariam muito mais interessados em ver ou ouvir o jogo de estreia da seleção na Copa do Mundo. A verificação minuciosa dos passaportes seria colocada em segundo plano.

Morrendo de medo, no Aeroporto do Galeão, entrei na fila do controle de passaportes, que se apresentava mais ou menos longa, umas trinta pessoas, talvez, mas andava bem rápido e sem atropelos. Tinha montado um pequeno esquema de segurança que envolvia dois companheiros. Nenhum dos dois sabia da existência do outro. O primeiro permanecia no saguão do aeroporto para conferir o meu embarque. Tinha chegado só, usando o próprio automóvel. Caso eu caísse no controle de passaportes, era sua função deixar o aeroporto discreta e rapidamente com o objetivo de avisar amigos e familiares que, então, fariam a denúncia da minha prisão. O segundo foi quem me levou de carro ao aeroporto. Deixou-me na entrada do terminal, estacionou o veículo numa vaga próxima, sentou-se num banco do lado de fora e ficou esperando. Caso houvesse necessidade e possibilidade de fuga, ele me levaria de carona para um endereço pré-estabelecido.

Os quinze ou vinte minutos em que fiquei na fila de passaporte naquela noite foram, até agora e sem dúvida alguma, os mais longos e angustiantes da minha vida. Pulso bem

alto, a cuca a mil. Atento a tudo o que se passava em torno de mim, eu conseguia dar uns poucos passos completamente descontraídos toda vez que a fila andava um pouquinho. Do meu lugar, podia observar todos os detalhes da rotina dos controladores da Polícia Federal. Eram dois. Havia um terceiro, mas ele saiu do balcão e dirigiu-se para as dependências atrás da unidade de controle. No balcão, um radinho de pilhas transmitia o jogo desde Guadalajara. A rotina parecia simples. Ao se aproximar do balcão, o passageiro entregava o passaporte e o cartão de embarque ao agente número um. Ele abria o documento na página com a foto do portador e confrontava essa foto com o rosto do passageiro de uma forma ostensiva e constrangedora. Em seguida, entregava o verdinho ao seu colega, agente número dois, encarregado de conferir o nome do passageiro com as listas da repressão. Feito esse controle, o documento era devolvido ao número um. Pouco depois, ouvia-se, PLOINK, o passaporte carimbado e o portador autorizado a embarcar e deixar o território nacional. O policial devolvia o passaporte ao passageiro com votos de Boa Viagem, *Bon Voyage* ou *Have a Nice Trip*. Tudo isso levava mais ou menos 30-45 segundos. Uma eternidade para mim que me encontrava aterrorizado e lutava com dificuldades para controlar a ansiedade.

A bola rolando no estádio de Jalisco e a fila se arrastando no Galeão.

PLOINK e dávamos alguns passos. PLOIINK de novo e mais alguns passos.

PLOINK.

PLOINK.

PLOINK.

E finalmente chegara a minha vez.

- Boa noite, para onde o senhor está indo?

- Boa noite. Vou a Paris pela VARIG voo 820.

- Mas o senhor está chegando cedo, o 820 da VARIG só sai às 23h30min.

Para a minha própria surpresa fixei o seu olhar e disse em tom completamente descontraído:

- É. É um pouco cedo, mas eu detesto correrias de última hora. Eu moro em Niterói e fico dependendo do horário das barcas.

E sem deixar o menor espaço para uma réplica emendei imediatamente apontando para o radinho:

- Como é que está o jogo?

- Os Tchecos estão ganhando de 1 a 0. A seleção está jogando mal. A zaga marcou bobeira e eles fizeram um gol. Vamos ver como isso termina.

PLOINK.

E de repente ouvi o número um dizer "boa viagem" enquanto me devolvia o passaporte carimbado.

O Boeing 707 ganhou altura, deixou para trás a cabeceira da pista do Galeão e fez um semicírculo elegante sobre a baía da Guanabara enquanto o piloto corrigia o curso para nordeste. Naquele momento, vendo todo o meu Rio de Janeiro lá embaixo me perguntei: quanto tempo vou ficar lá fora? Será que ainda volto algum dia? Quanto tempo o país vai permanecer sob o jugo da ditadura? Finalmente, afastava-me do Brasil a caminho de vida nova na Argélia.

Não houve problemas no controle de passaporte da *Surété Nationale*. Só rotina. Qual a razão da sua viagem à França? Quanto tempo vai passar aqui? Quanto dinheiro tem consigo?

- *Bienvenue à Paris, Monsieur!*

PLOINK.

Já no saguão de desembarque conferi as manchetes dos jornais franceses. *L'Equipe* estampava: *Brésil x Tchecoslovaquie: 4-1*.

Pensei que, no meu jogo contra a ditadura, a repressão fez o primeiro gol quando fui preso em Brasília. Consegui empatar no momento em que deixei Brasília e me estabeleci

em São Paulo, mas marquei o gol da vitória quando deixei o país a caminho de vida nova na Argélia. E essa foi uma vitória de virada.

Por isso, o placar daquele 3 de junho de 1970 para mim será sempre:

BRASIL 4 x 1 TCHECOSLOVÁQUIA

RESISTÊNCIA POPULAR 2 x 1 REPRESSÃO E DITADURA

PS: Essa é uma história minha, contada por mim 40 anos depois do acontecido. É a minha memória. Descrevi os fatos como eu sinceramente me lembro deles hoje.

19.5 VIAGEM AO EXÍLIO

Antonio Duarte

FEVEREIRO DE 1971

No aeroporto de Havana, eu esperava o momento de embarcar. O cubano da alfândega, acompanhou-me até uma pequena sala de espera que parecia uma sala de delegacia de polícia, com uma mesinha e três cadeiras. Nas paredes, estavam penduradas fotografias antigas do aeroporto. Da janela, podia-se controlar o movimento no pátio de embarque. Sentado ali, aguardava, com três litros de Rum cubano puro, embalados em uma caixa de papelão. Minha bagagem era uma pequena valise de lona.

O cubano apareceu de repente e disse:

- Vamos! Está na hora do embarque.

Quando desci e cheguei ao pátio, uma fila de pessoas caminhava na minha frente, em direção o avião. Segui-as. Um "segurança" se antecipou, como querendo barrar os meus passos. O cubano da alfândega fez um sinal, para o outro que me deixou passar. O avião levantou vôo, no fim da tarde, não me lembro da hora, com destino a Moscou. Chegamos a Rabat, no Marrocos, às 7 horas da manhã do dia seguinte. Na pressa de saída, no

aeroporto de Havana, esqueci a caixa de rum cubano. Somente percebi tal esquecimento quando o cubano que foi buscar-me no aeroporto de Moscou perguntou pelo rum. Fiquei desolado.

Continuei viagem. Dormi em Praga. Pela manhã acordei e fui obrigado a continuar viagem. Dessa vez para a Alemanha. Peguei a bagagem, meu passaporte e todo o dinheiro que tinha em meu poder. Embarquei para Frankfurt, na Alemanha, onde cheguei à tarde. Saí do aeroporto de Frankfurt sem direção. Saltei no centro e andei pelas calçadas, fazia frio.

A cidade era como qualquer cidade europeia. Nada me surpreendia, nem os ares de modernidade de tudo em volta. Era um dia qualquer de fevereiro. Senti fome, decidi tomar uma cerveja e comer um sanduíche ou qualquer coisa. Fui até um café, que parecia a combinação de bar e restaurante. No bar pedi uma cerveja. O lugar era no centro. Mas eu não sabia onde estava. Planejava ir até a estação de trem, para viajar a Copenhague, na Dinamarca. Precisava saber onde ficava a estação central ferroviária.

Não sei quanto tempo passei no bar. De pé, tomava uma cerveja, quando apareceu um alemão, querendo saber se podia tomar sua cerveja ali. Disse que sim. Tentou puxar conversa em inglês, expliquei que não falava inglês, era do Brasil. Ele mantinha sua cerveja no copo grande, de porcelana. Quando falei do Brasil, ele disse que tinha vivido muitos anos em Santa Catarina. Era já um cara dos seus 50 anos. Perguntou se queria uma cerveja, e lhe respondi que já tinha a minha, estava apenas relaxando, pois pretendia continuar viagem para Copenhague. Ele disse: "Muito longe!" Solicitei informações sobre os trens e a localização da estação. Ele me ajudou indicando onde ficava e recomendou que eu deveria tomar um táxi. Era mais fácil.

Peguei um táxi para a estação de trens. Ali começou minha atabalhoada viagem para a Dinamarca. Deveria comprar um bilhete para Copenhague, mas, depois de adquirir a passagem, entrei no vagão errado. O passageiro tem que prestar atenção ao entrar nos trens internacionais da Europa, pois, na parte lateral de cada vagão, há uma placa com a indicação da destinação específica daquele carro: Copenhague, Hamburgo, Copenhague-Berlim. Entrei no vagão com destino a Berlim e só fui notar quando o trem parou na entrada do corredor que ligava a República Democrática Alemã à Alemanha Ocidental. Subiu um grupo grande de guardas da Alemanha Oriental, como se conhecia na época da guerra fria, "Ocidental-Oriental". Fiquei preocupado, mas o fiscal me informou que poderia ir até Berlim e de lá tomar um trem para a Dinamarca.

Mudei-me para o carro-restaurant e pedi um café. Junto à minha mesa, ao lado, estava sentado um cara com ares de latino. Era um francês. Puxou conversa.

- Queres um cigarro? - perguntou em um espanhol perfeito.

- Não obrigado. - respondi em meu espanhol cubano.

Ele mantinha o pacote na minha frente, da marca Gauloise, um cigarro francês muito forte. Em seguida, sacudiu o pacote, e dele pulou uma ponta do cigarro. Disse:

- Pegue um cigarro!

- Mas, eu tenho os meus. - respondi.

Nessa época, eu fumava, sem muita vontade, só quando estava nervoso. O francês insistiu. Ele tinha mais ou menos a minha idade. Já tinha fumado dois cigarros, depois que havia pedido para se sentar ao lado de minha mesa, no carro restaurante. Perguntou o que eu ia fazer em Berlim. Disse que era turista. Não ia dizer de onde vinha ou para onde ia. Menti. Acho que fez a pergunta porque deve ter notado que eu estava pensativo, calado, um pouco antes de se dirigir a mim. Somente porque alguém te ajuda, não necessitas contar tudo sobre tua vida.

Tudo o que fazemos tem consequências. Não se pode fazer ou desfazer o que já fizemos. Momentos antes, eu estava pensando em quando havia deixado o Chile, em direção a Cuba. O almirante Aragão, tinha viajado até Calama, para me recrutar, a mim e ao Capitani, com o intuito de que participássemos dos planos em que o almirante acreditava: montar um exército de libertação que entraria pela fronteira do Brasil. O almirante falava com entusiasmo, dos seus contatos na região dos garimpos, em Barra do Garças e em outros lugares. Não acreditamos nas possibilidades de resistência à ditadura. Não daquela forma. O almirante Aragão nos confiscou os mapas do Brasil que trazíamos.

"Agora, estou aqui, sentado em um trem, com destino a Berlim, conversando com um francês, fumando e tomando café", matutava eu. Perguntei se queria um copo de café. Agora chegou a minha vez de oferecer um cigarro alemão. Ele se recusou a aceitá-lo. "Pegue um", disse-lhe. Solicitei ao francês algumas informações sobre Berlim.

- Já estive lá antes?

Na primeira parada, dentro do corredor, subiram os guardas da DDR, República Democrática Alemã e tive que explicar por que não tinha visto. Eles me deram na hora, e cobraram uma taxa. Pelas informações que tinha, ninguém saltava daquele trem, no corredor. Era um gênero de fronteira. Ao contrário das colônias e do terror que se espalha no ocidente sobre os comunistas, foi o lugar da Europa onde me trataram melhor. Nada de perguntas sobre minhas intenções na terra ou olhares de desprezo, ou racismo enrustido dos guardas. Fenômeno comum na Alemanha Ocidental onde, em princípio, todo estrangeiro é suspeito de ser imigrante ilegal ou terrorista. Na época, as questões de terrorismo na Alemanha Ocidental estavam ligadas ao combate que faziam ao grupo Baader-Meinhof ou, então, ao estrangeiro que fosse confundido com um árabe palestino.

Cheguei em Berlim à tarde, quase noite, e fui direto a um hotelzinho que vi, próximo da estação ferroviária. Era um desses parecidos com o que temos no Brasil, pequeno, com poucos quartos. Preenchi a ficha do hotel e fui direto para o quarto.

Saí, depois, para tentar comer alguma coisa. O porteiro me examinou e parecia que desejava falar algo, mas ficou calado. Eu também. Ele tinha rugas profundas no rosto, parecia um veterano de guerra. Na rua, observei a cidade de Berlim Ocidental. Já a conhecia pela História. Parecia uma vitrine, prédios moderníssimos, ao lado das ruínas da guerra. Fiquei estudando onde encontraria uma agência de passagens. Tinha que agir rápido, pois não poderia ficar por muito tempo naquela cidade desconhecida por mim, sem contatos. Precisava de alguém que pudesse me ajudar. Voltei ao Hotel, estirei-me na cama e dormi.

Pela manhã, saí à procura da estação de trens. No guichê, fui informado de que só havia trem para Dinamarca no sábado, às sete horas. Era uma terça-feira. Decidi procurar uma companhia aérea. Entrei no primeiro escritório que vi, uma agência da Lufthansa. Queria comprar só a passagem de ida. Imaginava ser possível. O funcionário, depois de certificar-se de minha nacionalidade, procurou explicar-me, em precário espanhol, que isto não era permitido.

- Nós não poder vender passagem só de ida, do contrário, companhia ser obrigada a pagar sua passagem de volta.

Meu destino já estava gravado no mapa de minha cabeça. Comprei passagem para Malmö, na Suécia, porque era o lugar mais próximo de Lund, onde, finalmente, pretendia chegar.

Em Copenhague, no aeroporto, os passageiros com destino à Suécia foram encaminhados a uma pequena sala de espera, onde embarcariam às 14 horas, em avião com destino a Malmö. Segui a corrente. A viagem durou apenas 20 minutos! O pequeno avião rolou na pista de um pequeno aeroporto, chamado Butolfta, (esse campo, hoje cedeu lugar a bangalôs para grã-finos).

Não deu outra! Por pouco, não passei do controle de passaportes. Fui levado pelos guardas da alfândega para uma sala. Mandaram que aguardasse. O policial à minha frente olhava para o mapa mundi, uma mirada no passaporte e outra para mim. Eram dois. Um latagão jovem estava em pé e dava voltas de um lado para outro da mesinha. Voltavam a olhar para o mapa da América Central, à procura do país onde estava registrado meu passaporte.

- Explique-se, explique-se! - parecia dizer o policial sentado.

- De onde você vem?

Claro que não poderia dizer a verdade. Olhavam para a fotografia do passaporte, novamente me examinavam de perto. O policial de pé, chegava tão perto que podia sentir a respiração dele. Pareciam calmos. Expressão de alguém que examinava algo inusitado, desconhecido ou que tinham visto pela primeira vez.

Mantive a calma. Não havia por que tentar explicar o inusitado. Empenharam-se em diversas tentativas de comunicação, primeiro em inglês, depois em espanhol, que eles não dominavam bem. Aquele que estava sentado tentou, de fato, falar comigo, pois parecia conhecer algumas palavras do idioma de Cervantes. Desistiram. Mandaram que eu aguardasse. Nesse momento já tinham escarafunchado minha bagagem, virando a pequena valise pelo avesso. Passei três horas sentado em uma cadeira. Olhava o teto e disfarçava minha impaciência.

Passadas as horas, apareceu uma mulher que, depois eu soube, trabalhava na banca de jornais do pequeno aeroporto. Sabia espanhol porque tinha morado uns tempos na Espanha. Costumava viajar todos os anos de férias. Expliquei que estava chegando à Suécia para visitar amigos que moravam em Lund, cidade vizinha a Malmö, situada a apenas 25 quilômetros. A mulher me fez algumas perguntas que os policiais ditavam para ela.

- Quanto tempo vai ficar aqui? O que veio fazer?

Respondi como eles queriam. Era turista. Não planejava ficar na Suécia. Apenas, vinha visitar amigos. Não se convenceram. A mulher estirou a mão, tinha duas folhas de papel, com texto em espanhol, inglês, e sueco. Dizia o texto: 1. Não poderia permanecer na Suécia sem permissão de trabalho. Deveria ter um contrato com alguma firma ou empresa sueca e deveria ser registrado no país de origem, antes de embarcar para o país escandinavo. Guardei o papel no bolso do casaco. Antes, fingi lê-lo com atenção.

Perguntei à mulher se havia alguma parada de ônibus ali, próximo ao aeroporto.

- Tem ônibus para Lund? - perguntei.

- Para Lund? Não sei. Seja bem vindo à Suécia! - repetiu.

Já tinha ouvido a frase antes, dos guardas, quando me liberaram. Pensei em comprar a passagem de ônibus para Lund, mas não tive sorte. Se quisesse viajar a Lund, teria primeiro que ir de ônibus para o centro da cidade de Malmö e depois pegar trem ou ônibus. Deixei as bagagens, ou melhor, a valise, no chão, pois tive que voltar à polícia e receber o passaporte de volta. Apareceu na entrada do saguão do aeroporto um ônibus que se encheu de passageiros. As pessoas viajavam confortáveis. Nada de veículos superlotados. Havia certa tranquilidade nos semblantes das pessoas. Mesmo assim, decidi-me por um táxi.

Acomodei-me no banco de trás, do lado oposto ao do motorista. Os automóveis que faziam o serviço de táxi exibiam, em cima do teto, duas bandeiras, que em uma observação mais detalhada percebia-se tratar-se, não de bandeirolas, mas de duas folhas de flandres que imitavam bandeiras. Nas "bandeiras" podia-se ver propaganda comercial. O condutor do táxi saiu, deu a volta por trás do veículo, pegou minha valise e colocou no portamalas. Em seguida, abriu a porta de trás, aguardou que eu entrasse e, logo, sentou-se na frente e fechou a porta. Perguntou para onde ia. Quando disse: "Lund", olhou-me um pouco surpreso, queria o endereço. Exibi o papel com o endereço em Lund.

Eram entre quatro e cinco horas da tarde. Caía uma neblina que mais parecia uma névoa seca. Mas era úmida e, se alguém permanecesse muito tempo desabrigado, ficava todo molhado. No entanto, não era chuva. A estrada de vinte e cinco quilômetros até Lund era

de pista dupla. Quase não se podiam ver os veículos que vinham em sentido contrário, por causa da neblina.

As terras, ao lado das pistas, pareciam campos de trigo. O tempo e a paisagem lembravam os pampas do Rio Grande do Sul. Depois, podia-se ver a grama compacta nas margens da estrada, mais parecida com as descrições das estepes siberianas. Surgia, logo, a ideia de comparar com o clima do sul do Brasil. Mas não era a mesma coisa. Havia algo naquela natureza, talvez a pouca luz da penumbra do fim da tarde que, apesar de tudo, me deixava calmo.

Sentado ali, no banco de trás do veículo, refleti sobre a cena de entrada do aeroporto de Malmö. O olhar dos policiais, ali, próximos, eu imprensado, com o hálito deles soprando na minha cara. Aquele ar de espanto, como se eu fosse de Marte. Como se os europeus não tivessem chegado no Brasil ou no Caribe, antes de nós aparecermos naquelas paragens!? Eles me perguntavam, com a linguagem do corpo, dos gestos, será este um dos selvagens que Darwin disse que a civilização deveria exterminar? Para eles, talvez fosse difícil entender. Mas, para mim, não tinha que explicar por que estava ali, viajando em direção a Lund.

A casa de Guilem Rodrigues da Silva foi, naquela época, uma espécie de Consulado do Brasil em Lund. Inoficial. Um tipo de lugar onde apareciam muitos brasileiros que viviam na Europa, estudantes da Bulgária, viajantes de volta à América Latina e pessoas como eu. A casa de Guilem se constituía em um ponto de referência.

Quando cheguei lá, depois de pagar o táxi, não encontrei o Guilem. O movimento inusitado de pessoas já havia torpedeado o casamento do homem. Só fui encontrá-lo algum tempo depois. Quem apareceu foi o Antonio Geraldo que me alocou em outra casa.

Pensei: "não quero ficar muito tempo aqui, talvez só um mês... O tempo suficiente para estabelecer contatos que me levarão de volta ao Brasil".

Passei dez anos na Suécia!

20.1 | EXÍLIOS

Jaime Wallwitz Cardoso

Estação fantasma

o trem para Leningrado
terminou em São Petersburgo

o próximo passará tarde demais

retirante
sigo em busca de miragens

a carroça range sobre o
cascalho

na bagagem, a matéria
que não vale
um vintém e a alma

fragmentos da memória
recortes de jornal

atrás, os bois, o país tropical

rejeitos do acontecido

frangalhos

graças a esses nada
permaneço alguém

não há mais remendo

o calendário, meu caderno de endereços

Alameda Casa Branca

4 de novembro

1969

o relógio, um velocímetro

um fusca, uma faísca

ajeito o retrovisor para ver

o ponto cego

clarão

17 de setembro

1971

no sertão, uma baraúna

Pintada

a marca do ocaso

sem nomes e sobrenomes

(pesquise, por favor)

... era esperança e se quebrou

voltei para casa

trouxe o sol da meia-noite e

o deserto de Atacama

horizontes servem para costurar

lembranças esfarrapadas

as coisas mudaram muito:

livros de autoajuda ensinam a vencer e

há heróis sem biografia por toda a parte

uma causa
uma causa
pelo amor de Deus!

dízimo de missa
ínfimo
lídimos filhos de Cecy e José
erro porque preciso
não por filosofia

longe de ser pária...
é o custo de ser avulso

nem discurso
nem fé

pátria de contingências

terra firme?
só acaso

se eu sei com quem estou falando?
algum encontro marcado?

chega de perguntas

suspenda o interrogatório
sou portador de más notícias

no futuro você também não estará lá

devo desabituar-me de certos usos e costumes e
dos remédios para dormir

têm gosto de amargura

difícil conceber a si mesmo
nascituro
quando o pensado para durar
desmoronou

menos o instinto de destinação

minhas previsões falharam
mas o tempo vai melhorar

a vida se reproduz
ora na aridez, ora na aspereza
às vezes falta água
às vezes falta luz

passos...
ouço o barulho das chaves

a estar do lado de fora, a liberdade
resume-se, à luz do calabouço

o bar da esquina

estação verão

suadouro e insignificâncias

na pele
o prazer
põe fim ao degredo

no toque a carne
o cerne

a sobrevivência perde o sentido
de condenação

a conta é minha
para o bem ou para o mal

pago o preço para ficar ao lado de alguém
que tenha relação com a dor

garçom!
a saideira

e a vitória
afinal?

sou avesso, está certo

dispenso Deus
porque Ele não é babá de marmanjo

quando nos abandonamos, resta
o destino

o que me falta
faz de mim meu autor

ninguém decifra o escrito

cada linha, cada falso
um enredo

a página muda

vire-a e escute

a vida eclode no farfalhar e
termina sem ser
lida

a realidade sem o sonho
é produto da imaginação.

À Margot, no céu, e ao Simões, na face da Terra, por todo o amor,
toda a proteção a mim dedicados.

AQUI

I

Na documentação da ABIN que obtive por meio de *habeas data*, consta, entre outras informações, que eu morei no México. Jamais pus os pés nesse país. Às vezes, os caras viajavam! Ou seria falha da Operação Condor?

Entrei na Argentina com carteira de identidade. Aliás, a saída do Brasil e entrada na Argentina constituem outros episódios.

Velhas recordações, algumas esmaecidas. Cicatrizes indelévels na alma. É muito difícil contar isto tudo. Mas, de certa forma, é bom estar viva e poder relatar estes fatos hoje.

Nunca soube que houvesse na legislação brasileira alguma proibição de se conceder passaporte a cidadãos contra os quais não haja qualquer processo criminal, civil ou administrativo: cidadão em pleno gozo de seus direitos, com folha corrida "limpa". Legalmente, não há tal impedimento.

II

Assim que o meu companheiro Luiz Carlos foi solto, ingressei com pedido de passaporte como qualquer pessoa. Quando ele saiu do DOPS, entramos os dois na clandestinidade e decidimos deixar o país. Tínhamos pressa, pois o Luiz Carlos poderia ser preso, outra vez, a qualquer momento. Não havia tempo para esperar e não sabíamos se o documento iria ser concedido. Tínhamos muita pressa de abandonar o país. Iríamos para o Chile. Estávamos vivos.

Depois de passar pela fase do "pau", da tortura, no DOI-CODI do Rio e na OBAN de São Paulo, ele foi transferido para o DOPS, onde o vi pela primeira vez desde aquela manhã de abril do dia em que a PE o sequestrou na porta do *Correio da Manhã*. Ainda estava muito machucado, com marcas de hematomas e feridas dos choques elétricos. Magro e abatido. Menciono as marcas físicas. Quase milagre o fato de ele estar vivo. Temos ciência de que os governos militares que tomaram o poder em 1º de abril de 1964, orquestrados pelo governo estadunidense, cometiam todos os tipos de ilegalidade e atrocidades com supostos opositores do regime: sequestravam, mantinham presos, torturavam, assassinavam e executavam pessoas e, ainda, desapareciam com seus corpos.

O general amigo que conseguiu o relaxamento da prisão para que ele respondesse ao processo em liberdade não podia garantir nada. Tínhamos que agir rápido. No dia seguinte à soltura, a PE foi procurá-lo, de novo, no *Correio da Manhã*, onde ele trabalhava como jornalista.

"NÃO É VÁLIDO PARA CUBA" estava carimbado na página quatro daquele passaporte, com vigência até 25 de julho de 1975. Um amigo levou-o para mim em Buenos Aires onde estávamos, em agosto de 1973, eu e o Luiz Carlos. Morávamos em uma espécie de aparelho do ERP. Era um belo e enorme apartamento, no Centro, perto da Praça do Congresso, que servia de estúdio fotográfico. Nossos amigos eram publicitários. Certa vez, abrimos um armário e vimos dezenas de coquetéis Molotov.

Inverno. Muito frio. Adorei aquela linda cidade. Apesar da ótima hospitalidade e carinho dos argentinos, sentíamos-nos muito perdidos em Buenos Aires, recém saídos do Brasil. Ele, da prisão, tortura e do medo da morte. Tínhamos receio de sair na rua por causa de nossos documentos, especialmente, ele, por estar com identidade falsa.

Finalmente, viajamos para o Chile, depois de receber notícias daquele país. O povo chileno era legalista e lá não aconteceria nenhum golpe, apregoavam. Primeiro, de Buenos Aires a Mendoza, de ônibus. De Mendoza a Santiago, viajamos de trem. Muito frio e, por causa das greves de transporte, jornada mais que longa onde me impressionou a imponência dos Andes, cordilheira masculina, com certeza. Andes. Másculo, colossal, alto, forte, quase sem vegetação, seco, duro, silencioso... lindo e assustador!

Sem tempo hábil para acalmar as águas turbulentas turvas das emoções, mudanças muito rápidas e radicais na vida, mundo que ficou para trás, sem falar no perigo de morte. Ainda muito abalados com a prisão, torturas, saída do Brasil, curta permanência/

passagem pela Argentina, passaporte na bolsa, sem uso, chegamos, poucos dias antes do golpe. Santiago, cidade singela emoldurada pelos mistérios dos Andes. Na viagem, ninguém, nenhuma autoridade, pediu, para verificação, aquele passaporte virgem.

Muita alegria e alívio ao rever os amigos! Fomos acolhidos na casa do Reinaldo que vivia com a Dora, Maria Auxiliadora Lara Barcellos. Mais dois amigos já estavam lá. Muito frio.

Não vou falar do Chile ou do golpe, nem daquele filme vivo de terrores, nem da cidade cheia de cachorros abandonados. Hordas de cães nas ruas.

III

Acordamos, naquela manhã, com a companheira Lenise que chegou, nervosíssima, e avisou: "O golpe! O golpe!" Estávamos na casa do Reinaldo e da Dora. Dia 11 de setembro de 1973. Tinha começado a segunda fase de terror da minha vida. Ligamos o rádio e ouvimos o discurso de despedida do presidente Allende. Teve início implacável perseguição e caça aos estrangeiros. Para não sermos presos, por segurança, saímos da casa do Reinaldo e da Dora e rumamos para a casa da Lilliam e do Jaime, onde, se supunha, todos estaríamos a salvo. Apartamento no Centro, calle San Antonio perto da sede do Partido Socialista. Manhã cinzenta. Simulando naturalidade, saímos dois a dois, apressadamente devagar, caminhamos meio aos tiros, ouvindo rajadas de metralhadora. Estrondos. Lembro-me com se fosse hoje e entristeço-me.

Nunca mais vi a solidária querida companheira Dora. Ela e o Reinaldo refugiaram-se na embaixada do México, em Santiago. Em 1º de junho de 1976, ela se suicidou em Berlim.

No dia seguinte ao golpe, 12 de setembro, fomos presos todos da casa. Éramos sete brasileiros, estrangeiros naquele país aviltado pela sanha que patrocinava a subversão da ordem constitucional e tomada de poder por militares raivosos. Junto com dezenas de objetos úteis e inúteis, como cigarros, dinheiro, relógio de pulso, utensílios de cozinha e tubos de tinta óleo, meu passaporte foi surrupiado pelo pelotão de carabineiros que invadiu a casa, armados até os dentes.

- *Manos arriba! Manos arriba! Manos arriba!*

Depois de uma simulação de fuzilamento no terraço do prédio, trouxeram as três mulheres para o apartamento, onde houve tentativa de estupro. Os homens foram capturados e levados ninguém sabia para onde. Violência. Terror.

Nós, três meninas, duas irmãs e eu cunhada, empurradas pelos carabineiros até a porta do apartamento. Acho que a porta tinha batido. Não tínhamos a chave para entrar. O Capitão Gallardo, chefe dos policiais, mete a mão no bolso, puxa um volumoso molho de chaves e experimenta uma a uma. Logo encontra uma chave que abre aquela porta, para nosso espanto! Terror. Terror com muitos erros. Lilliam, Leyla e Eli. Sós. Sem SOS.

Aprendi, naquele dia 12, o verdadeiro significado da expressão "tremor de medo". O corpo todo treme, especialmente as pernas. Para manter-se em pé, ou para disfarçar tal constrangimento, a solução é encostar ou apoiar uma parte do corpo na parede, caso seja possível.

Dias depois, fizemos várias tentativas de entrar em alguma embaixada. Vãs. As embaixadas estavam cercadas de policiais. A companheira Nazareth nos levou à Cruz Vermelha chilena. Eu ganhei um papel, que conservo até hoje, que equivaleria a uma identidade, onde constava que estava sob a proteção, da instituição que chamávamos "Cruz Roxa", em castelhano *Cruz Roja*. Todo tempo barulho de tiros, rajadas, bombas. Tanques nas ruas.

Soubemos, mais tarde, que os meninos tinham sido levados para o Estádio de Chile e, posteriormente, para o Estádio Nacional. Não havia certeza de nada. Somente sabíamos que nesse Estádio havia maior concentração dos presos que tinham sido sequestrados em Santiago. Consultei centenas de listas pregadas nos portões do Estádio Nacional, praticamente, cercado por carabineiros e soldados. Jamais encontrei os nomes dos nossos queridos nas várias vezes que estivemos na porta daquele Estádio. Centenas de pessoas procuravam familiares e amigos, não obstante a apreensão e o medo. Levamos roupas, comida, escovas de dente e sei lá mais o quê. Entregamos esses objetos às mulheres da Cruz Vermelha. Eles nunca receberam tais provisões. Estrondos. Rajadas.

Não tínhamos quaisquer notícias dos que, supostamente, estavam presos. Estariam, realmente, presos? Onde? Estavam vivos? Olhos arregalados. Tinha muito medo de ir lá, no Estádio, pois não tinha documentos, já que os carabineiros levaram meu passaporte. Portava aquele papel da Cruz Vermelha que, na realidade, não valeria nada, naquelas

circunstâncias. Eu era alta, esguia, morena – não tinha aparência chilena. Nas ruas, patrulhas revistavam qualquer um. Estampidos.

Na embaixada do Brasil em Santiago, quando pedi ajuda, fui tratada como um bicho com doença contagiosa.

Assim que houve abertura do aeroporto, chegaram, para nossa salvação afetiva, o Simões, pai de Lilliam e do Reinaldo e os pais do Jaime. O Simões é e sempre será meu grande amigo sogro. Em 1968, casei-me, pela primeira vez, com o filho mais velho dele e da Margot, eterna sempre amiga – e sogra segundo as regras do Direito Civil. O casamento foi cedo “para as picas”, mas a amizade com os familiares é perene. A minha amizade com a Margot constituiu extraordinário capítulo à parte na minha vida – *hors-concours*. Desde que a conheci, até seus últimos dias na face da terra, fomos grandes amigas.

Levadas pelo Simões, transferimo-nos para um hotel, apavoradas por estar naquele local, cuja porta poderia ser aberta com o molho de chaves do chefe do grupo de carabineiros que tinha invadido o apartamento. Certo dia, de táxi, fui, outra vez, até os portões do Estádio Nacional para consultar as famigeradas listas. Perigo. No caminho, entreguei um papel ao motorista, quando nos aproximamos de uma das várias patrulhas que *allanavan*, revistavam veículos. No papel, escrevi meu nome e o nome do hotel onde estávamos. Pedi que ele avisasse o Simões, caso eu fosse levada pelos policiais.

Nunca achei o nome do Luiz Carlos Guimarães nas listas. Risco. Desespero. Coração na boca. Nosso carro não foi parado. Tiros.

No dia 29 de setembro, creio, entramos eu e a Lilliam em Padre Hurtado, convento que se tornou um dos refúgios, “meio” protegidos pela ONU, isto é, pelo ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, abertos em Santiago. Meu queridíssimo Simões, protetor, eterno sogro amigo, nos acompanhou até lá. Saudade. Medo. Angústia. Ansiedade.

A Leyla voltou para o Brasil com o Simões. Depois que chegou, foi presa, em casa, no Rio.

A primeira pessoa que encontrei em Padre Hurtado foi o Érik, hoje Castor, sempre Roberto. Era amigo de muito, muito antes. Procurado pela polícia política, com seu retrato em cartazes espalhados pelo Brasil inteiro, às vezes, escondia-se lá em casa, no Rio. Saía sem ser visto. Dormia com o revólver ao lado do travesseiro. Sempre gostei muito dele. Adorei

vê-lo. Seu rosto, um acolhimento naquele momento apreensivo, inferno futuro indeterminado. Os carabineiros podiam invadir a qualquer momento aquele lugar. Rajadas. Tiros.

Depois do Chile, de Padre Hurtado, nunca mais tive prisão de ventre.

Éramos muitos, estrangeiros de todas as nacionalidades – brasileiros, uruguaios, argentinos, bolivianos, paraguaios, costarriquenhos, etc. Alguns chilenos clandestinos também. Quase quinhentos éramos. De todas as idades, jovens, homens, mulheres, crianças e idosos. Muitas crianças e alguns nenenzinhos ainda de colo. Não havia, que eu lembre, nenhum europeu. Os cidadãos de países europeus foram protegidos pelas suas representações diplomáticas.

Dormíamos sob aquelas rajadas de metralhadoras que não acabavam mais. Terror. Eu e a Lilliam dividíamos um quarto. Muita gente que eu pouco conhecia. Desconfiança generalizada. Todos ou quase todos desmontamos as maçanetas das portas, que não tinham chave. Trazíamos conosco, sempre, a maçaneta do nosso próprio quarto. Todos. As maçanetas, iguais, cabiam em todos os quartos. Estrondos. Aquilo era um circo maluco ou um jardim zoológico. Em Padre Hurtado, eu vomitava quase todos os dias, no final da tarde.

Monsieur Lehnan (não tenho certeza se é esse seu nome), representante da Cruz Vermelha Internacional ou do ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, suíço casado com brasileira, aparecia para nos visitar, com informes. Certa vez, ele chega ao refúgio com notícias do Estádio Nacional. Todos o cercam ávidos por informações. No meio da fala, ele abre a pasta e tira um livrinho. "Eu trago uma coisa que me deu um brasileiro no Estádio Nacional", ele diz. "Quem é Eliete?" Pergunta, em seguida. Dei um passo à frente e disse: "Sou eu". Ele abriu o passaporte, olhou meu rosto e me deu o documento. Caraca! Surpresa, emocionada, eu o abracei e dei-lhe um beijo no rosto, assim... Ele ficou vermelho, porque era um cara, realmente, muito branco, cabelo avermelhado, ruivo. Ficou vermelho, vermelho, como um camarão. "O senhor me desculpe, mas eu fiquei tão radiante!" Chorei para caralho.

Sempre tive vontade de encontrá-lo outra vez. Eternamente lembrarei daquele rosto rubro olhos azuis que trouxeram de volta minha pretensa identidade brasileira.

Somente, na Suécia, o Luiz Carlos me contou, em detalhes, o que tinha acontecido. Sequestrados em Santiago, eles foram levados para uma delegacia. Enorme fila de estrangeiros e chilenos na espera... Fuzilamentos. Aquele pessoal todo na fila da morte ou coisa parecida... Muita gente, depois, foi morta. Dezenas de carabineiros circulando. Confusão. Pilhas de papéis e passaportes em cima de uma mesa. Um meganha, lá na frente, lia nomes e entregava documentos. "Eliete Ferrer", ele gritou. O Luiz Carlos, na fila, respondeu "Yo". O policial não percebeu que o nome era de mulher e nem abriu para conferir a foto. Milagre. Deram para o meu companheiro o livrinho verde e ele o guardou. Esse passaporte foi salvo não sei como.

O Luiz Carlos, asmático de carteirinha, tinha uma inseparável caixinha de couro onde guardava sua bombinha de asma. Nesse estojo muito elegante e todo forrado de cetim cabia não somente a bombinha mas, também, o vidro do remédio, a mangueirinha e a pera de borracha para insuflar. Refiro-me à bombinha usada antigamente. No Brasil, antes de sairmos, descosemos o forro e, sob o tecido, no fundo, foram escondidos os documentos verdadeiros dele. O meu verdinho não coube naquela caixinha mas permaneceu incólume, escondido na cueca, durante a passagem do meu companheiro pelo terror do Estádio de Chile e depois no Estádio Nacional.

Os militares chilenos não aprovavam a ingerência de espões tupiniquins no Estádio Nacional. "Dessa vez você não me escapa", disse-lhe o capitão "Mike", torturador brasileiro conhecido de muitos, ao reconhecer o meu companheiro entre os prisioneiros. Aquele monstro, de longe, fez sinais ao inquisidor chileno para que impedisse o Luiz Carlos de fumar. Ato contínuo e acintosamente, o policial, contrariado com a presença brasileira, ofereceu cigarros ao interrogado. Entretanto, mais tarde, junto com outro brasileiro, ele foi conduzido a outra parte do Estádio para esperar, pois seriam "devolvidos ao governo brasileiro": portavam identidades falsas e, portanto, ninguém daria pela falta deles. Antes que fossem mortos, os dois conseguiram safar-se, na manhã seguinte, em um momento da troca da guarda. História de horror.

A violência do golpe atraiu organizações de Direitos Humanos Internacionais: ACNUR; CMI – Conselho Mundial de Igrejas; Cruz Vermelha Internacional; Anistia internacional. O Lehman recebeu do Luiz Carlos o livrinho lá no Estádio Nacional e o passou às minhas mãos em Padre Hurtado.

Até hoje não mais assisto a filmes de guerra, com sons de rajadas, estrondos de bombas ou tiros. Uma vez, em Estocolmo, abandonei o cinema aos prantos.

Entrei na Suécia, no dia 17 de novembro de 1973, com um papel da ONU, o passaporte, na bolsa, não lembro por quê. Na entrevista com a imigração sueca entreguei-o. Sem saída do Brasil nem entrada na Suécia, em meu documento foi carimbado o visto de permanência, a permissão para viver e trabalhar naquele país amigo e acolhedor.

LÁ

V

Em 1975, depois da Revolução dos Cravos em Portugal, resolvemos visitar nossos ancestrais históricos. Estávamos ansiosos, há mais de dois anos sem estar em um universo de língua portuguesa. Sentíamos muita falta de nós mesmos. Naquele verão, inúmeros exilados brasileiros na Europa tiveram a mesma ideia. Bela viagem, sem pressa. De carro, fusca, sacos de dormir, barraca, fomos, por terra, acampando Europa afora. Luiz Carlos e eu, Castor e Castora. Desse grupo eu era a única que tinha "segurança" por possuir passaporte brasileiro. Os demais tinham Documento de Viagem da Convenção de Genebra, para refugiados – *Resedokument*.

Nossa passagem pela Espanha franquista foi meteórica. Muito medo. Muito calor. Todo mundo nervoso. Ao lado do carro, a fim de parecer que éramos turistas comuns, trazíamos, amarrado, um caniço. Disfarces antes da fronteira espanhola. Os Castores, ao invés da aparência *hippie* que mantinham em Estocolmo, trajavam roupas bem "normais". O Castor penteou o cabelo e fez ar sério. A Castora, mulata, amassou, achatou o cabelo *black power* com um lenço. Ridículo hoje. Todo mundo de cara lavada, denotando sobriedade para não despertar desconfianças, entramos e passamos direto através daquele país. Temperatura alta. Não podíamos parar para nada. A Castora passou mal, vomitou na entrada. Cruz-Credo!

Badajós! Chegamos à noite na fronteira com o esperado Portugal. Surpresa! Fechada a passagem. Era tarde e somente reabriria às sete da manhã do dia seguinte. Caramba! Fechar fronteira para dormir! Coisa de piada de português, pensamos. Achamos engraçado. Em seguida... Que maçada! Mortos de cansados porque não tínhamos parado na Espanha. Ali perto, dormimos no fusca. Uma merda.

Manhã gloriosa a do dia seguinte. Acordamos cara amarrotada, corpo torto por dormirmos sentados. Logo que ouvimos e vimos os patrícios, percebemos que tínhamos chegado ao nosso lugar! Que maravilha! Igualzinho ao Brasil, como havíamos previsto! Os policiais, uniformizados, bocejavam e espreguiçavam-se com languidez ... Alguns coçavam o saco sem a menor cerimônia! Os únicos países do mundo onde os seres humanos masculinos praticam a "coçação de saco" são Brasil e Portugal. Jamais vi isso em outro lugar. Estávamos em casa. Fantástico!

Esperamos dar sete da manhã para poder passar pela fronteira. A gente tinha chegado cedo. Às gargalhadas, observamos os caras coçando o saco, assim, publicamente. Hilário. Pegaram os passaportes "Olhem! Venham ver! Venham ver! Venham ver! É da ONU! É da ONU!" Olhavam para nós. "Ah! Que lindo, que lindo!" Admirados, nunca tinham visto aquele tipo de documento. Grande simpatia e naturalidade. Muita alegria. Estávamos, definitivamente, em casa.

A validade do meu verdinho vencera em Portugal. Fui ao consulado brasileiro, preenchi formulários, tirei fotos, mas o documento não foi renovado. Demoraria, disseram-me. Tinham que consultar as autoridades brasileiras.

Sem documentos válidos, apresentei-me no consulado sueco e, depois de um telefonema, já que morava em Estocolmo, deram-me um documento provisório com o qual eu poderia viajar de volta à Suécia, onde obteria o definitivo. Ofereceram-me empréstimo para pagar a viagem de volta, de avião.

Os Castores e o Luiz Carlos voltaram de carro. Eu fiquei mais um pouco em Lisboa, com a Lilliam, o Jaime, o Iuri e o Simões que haviam chegado. Fiquei em companhia da família que eu tinha adotado. Carapaus na brasa, bacalhau, arroz doce e outros quitutes, principalmente, comportamentais. Feliz da vida.

VI

Entrei com pedido de renovação do passaporte brasileiro no consulado assim que voltei para Estocolmo. Nada. Nada. Nada. Tentei de tudo. Falei com pessoas. Entreguei Atestados de Bons Antecedentes, obtidos na Polícia, por meu incansável pai, Seu Bernardino, no Brasil, prova de que não havia nenhum processo contra mim. Chorei. Enchi o saco do cônsul. Chorei e chorei. Escrevi carta ao Itamaraty. Minha prima Marly, que mora em Brasília, tentou vários expedientes. Fui ao consulado ene vezes. Pedi ao Simões que consultasse advogados. Não desisti. Enchi o saco do cônsul. Chorei. Chorei. Enchi o saco do cônsul. Chorei para caralho. Quase pirei. Pirei?

Depois de quase um ano de espera, o cônsul, gentil, por causa da minha insistência, devolveu-me o cobiçado documento. Meu nome constava em certa misteriosa lista de pessoas a quem não se concederia passaporte, avisou-me reservadamente. Tranquilei-me. Sugeriu-me que tentasse em outro país. Odisseia particular.

Piração. Persistência? Ideia fixa. Com documento de viagem sueco para estrangeiros, depois das negativas em Lisboa e Estocolmo, tentei várias cidades europeias. Copenhague. Paris. Bruxelas... Acompanhavam-me certas apreensões. Podia ficar "queimada" e chamar a atenção sobre mim. Poderiam reter aquele passaporte vencido, precipitando final infeliz a meu périplo em busca da cidadania.

Junto com amigos criativos, muita matutação e elucubração. Por fim, saí de Estocolmo para Paris com um bilhete do Milton Baiano para o Juarez e a Ruth, que moravam na Bélgica. Companheiros. As pessoas tinham muita paciência comigo. Ansiedade no trem de Paris a Bruxelas, onde fui carinhosamente acolhida. Era verão. Fim de junho, 1976. Calor. Cheguei cansadíssima e dormi cedo. De madrugada, acordei gritando – "Uuuuuu!" – embaraçada nos emaranhados cordões dos meus costumeiros pesadelos. O Juarez e a Ruth, sobressaltados, correram até o quarto onde eu dormia. Aos prantos, pedi-lhes desculpas por tê-los acordado no meio da noite. Acalmaram-me.

Dia seguinte: encontro na casa do companheiro Dudu, Zé Duarte. O que faríamos? Pessoa com passaporte vencido há quase um ano só podia ser louca. Discussão calorosa. E se um médico atestasse que eu era doente mental? Desistimos dessa opção por possíveis outras graves implicações. Polêmica. Tomamos sorvete. Enfim, decidimos que eu fingiria ser *hippie*, "doidona", irresponsável, alienadona, irreverente, maconheira... Acreditando tratar-se de uma "garota muito louca", não iriam verificar se meu nome constava nas tais listas.

Como poderia comentar aquela reunião tão tensa para mim, mas, ao mesmo tempo, tão descontraída para todos? Não sei como comentar. Solidariedade pura.

Não tenho certeza... Não sei se era uma segunda ou terça-feira. Ou quarta-feira? Eu estava uma pilha humana. Chorava e chorava. Antigamente, chorar era prerrogativa exclusivamente feminina. Muito nervosa, não obstante o apoio dos amigos, sentia-me carente, sozinha, excluída. Pesadelos. Tentava manter a dignidade na presença de outros, apesar de passar noites e noites sem dormir direito. Junho de 1976.

Chegar à Índia e ao Nepal era minha meta, como de todos os *hippies* que perambulavam pela Europa naquela época. Estava na Holanda há algum tempo e viajava de trem ou carona entre Amsterdã, Paris e Bruxelas, com amigos que encontrava. Nunca era requisitado passaporte para viajar entre essas cidades. Certa vez, no trem, uma amiga me contou que os livrinhos tinham sido modernizados e que todos os brasileiros deveriam dirigir-se aos consulados para trocar o documento por um novo, plastificado. Como eu ia para a Índia, procurei o meu e, naquele momento, ao tentar verificar se já era plastificado, percebi que o verdinho estava vencido há quase um ano. Que chato! Que perda de tempo! Tinha que ir ao consulado mais próximo para não atrasar a viagem. O pessoal estava esperando e eu tinha pressa. Fantasiada de *hippie*, tomei o trem para Roterdã, com essa historinha ensaiada...

Quando saí, de manhã cedo com a Ruth, estava arrasada, quase desistindo. Exaurida. Ela tomou o rumo do trabalho dela e eu fui para a Estação Central. Triste, chorei muito naquela manhã, sentindo-me absolutamente desamparada.

Aqueles trens não eram confortáveis. Verão quente. À direita, ao longo do vagão, um corredor comprido, com portas que abriam para as "cabines", com bancos para oito pessoas – quatro de frente para quatro. Quatro olhando a cara dos outros quatro. Incômodo, mas a viagem era curta. Verão quente, começo a cochilar. Cochilo, com cuidado para não deitar minha cabeça no ombro do vizinho, também meio adormecido. Cochilo... Cochilo... "Uuuuuuu!" Acordo todos no vagão com um daqueles meus habituais gritos lancinantes, frutos de pesadelos persecutórios. Constrangimento geral. Fixam em mim olhos arregalados. Silêncio. Recomponho-me. Calor. Cochilo. Cochilo outra vez. Não! Desta vez, acordei rindo! Era um sonho engraçado. Todos não tiravam o olho de cima de mim. Encolho-me. Estávamos quase chegando.

Alea jacta est. Consulado vazio, sem movimento naquela manhã. Depois de algumas palavras, o cônsul veio atender-me. Com trejeitos e descaso, boca cheia de gírias, achando graça em tudo, feliz da vida, salpiquei aquela história da Índia, passaporte plastificado, pena que estava vencido... "Eu viajava. Que viagem! Um barato, mermão! Que lindo! Eu adorava Amsterdã! Que viagem! Legal! Um barato, bicho! Genial, entendeu?"

"Deixa eu ver o passaporte", ele pediu. Válido até 25 de julho de 1975, ele apontou quando começou a folhear logo nas primeiras páginas. "Falta um mês para vencer", falou. "Não! Está vencido", eu retruquei. "Falta um mês", repetiu didaticamente. "Já venceu, ô cara!", disse eu impaciente. "Eu sou o cônsul", explicou em voz alta, com raiva.

"Se eu estou dizendo que falta um mês é porque falta um mês e não discuta comigo", deu um soco na mesa e gritou com autoridade.

Displicente, cutuquei o diplomata com o cotovelo. "Olha o ano, bicho! Olha o ano!" Ele emputeceu de vez. "1975. O quê? Que absurdo! Como é que pode? Vencido há quase um ano!", aos berros. "Estou falando isso há horas", devolvi maneirosa, com cara de quem estava de saco cheio.

- Como é que pode? Como é que pode? Onde você mora?

- Moro no Brasil, mermão.

- Onde você trabalha?

- Que é isso, cara! Trabalhar? Imagina, que eu vou trabalhar. Como trabalhar? Como trabalhar? Que isso rapaz, que isso cara! Eu tô viajando... Vou para a Índia. Vai ser uma viagem maravilhosa! Você já foi à Índia?

- Um perigo! Para lá e para cá com documento fora da validade! Tem que renovar!

- Que é isso, bicho! Vou para a Índia. Vou para a Índia - falei, olhos vidrados, cheia de paz e encantamento na voz.

Sentei.

- Tá limpo, mermão! Eu espero. Fico aqui sentada. Quando ficar pronto, me avisa!

- O que é isto? Não é assim, na hora, não!

- Mas eu estou com pressa! Vou viajar, bicho! O pessoal está me esperando! Por que não pode entregar o novo plastificado agora?

- Você está pensando que aqui é casa da sogra? Chega aqui, assim, não trabalha, anda com passaporte vencido há um ano e quer tudo imediatamente? Temos muito que fazer aqui. Não vivemos passeando! Você tem que esperar!

Ele estava puto da vida com aquele bate-boca, com a minha falta de respeito. Depois de insistir somente mais um pouco, aceitei buscar o documento novo dali a dois dias. Ele

queria que eu deixasse, com eles, o vencido. Não gostei da ideia, usei os argumentos dele, pois seria um perigo andar sem documento. Melhor aquele, ainda que fora da validade.

Exausta, abandonei o palco, terminada aquela cena espetacular. Sede. Sufoco. Dois dias. Dois. Longos. Intermináveis. Incertezas. Ansiedade. Pesadelos. Apreensão. Dois.

“Ouviram do Ipiranga as margens plácidas de um povo heróico o brado retumbante”. Cantei o Hino Nacional ao telefone, dois dias depois com o plastificado na mão. Chorei para caralho na rua, na praça em Roterdã... Saí do consulado e fui direto telefonar ao mundo inteiro. Eu era brasileira de novo.

20.3 | VIDA NO EXÍLIO

PÃO NOSSO DE CADA DIA

Velso Ribas

Conheço Silvio Tendler dos tempos da Rue Notre Dame des Champs, em Paris.

Ainda não fazíamos cinema, ainda vivíamos numa miséria tal que o mais importante era assegurar o pão de cada dia. Dividíamos milimetricamente ovos cozidos.

Dividíamos quartos sem aquecimento que mediam dois por três metros e ainda por cima, tínhamos frequentemente que albergar alguém mais ferrado do que a gente. Ainda assim, ríamos como palhaços dessa nossa miséria abissal.

Quando nos encontramos e lembramos alguns desses momentos, choramos de tanto rir. As situações eram absurdamente tragicômicas.

Silvio e eu, cada um a seu modo, entramos fundo no cinema.

Nota da Organizadora: Nosso querido companheiro Velso Ribas fez a grande viagem no dia 24 de setembro de 2008.

Quando cruzamos a fronteira e entramos na Argentina, senti aquele alívio indescritível de que fôramos salvos do maior perigo. Finalmente, estávamos salvos, pois ali, por desconhecer a Operação Condor, acreditávamos que ninguém iria perseguir-nos.

Se bem que o Luiz Carlos preferia ficar em casa. Quando saíamos juntos, ficávamos ali pelas redondezas. Passeávamos na Praça do Congresso. Uma vez fomos ao Jardim Zoológico. Acostumados com a quase ausência de formalidade da vida carioca, achamos as pessoas mais sérias, formais, a começar pela maneira como se vestiam. Era inverno e, talvez por causa do frio, todo mundo parecia muito elegante.

Íamos na padaria comprar *medias lunas* (pão doce em forma de meia lua) ou pão comum. Certa vez oferecemos deliciosos pães doces ao José Carlos, o dono da casa onde morávamos. Ele comeu e comentou que estavam *esquisitos*. Achamos estranho. Ainda entendíamos muito mal o idioma castelhano.

Depois, chegamos ao Chile, às vésperas do golpe, sem saber, é claro do que nos esperava. Naquele país, senti mais conforto, porque julgava que lá, finalmente, poderíamos iniciar vida nova... Ledo engano!

De qualquer forma, impressionaram-me comentários a respeito das enormes diferenças culturais entre o Brasil e o Chile. Eu ouvia as conversas e ficava pensativa, mas muito encantada com o Chile, embora já houvesse cheiro de golpe no ar.

No momento do golpe, só terror. Quando fomos presos, pensei que seríamos executados.

- Onde estão as armas? Onde estão as armas? - Gritavam sem parar os carabineiros. Não nos mataram porque eu, como sabia muito bem trabalhar com gesso, consegui ocultar a arma que tínhamos em casa, em um buraco na banheira, antes de a casa ser invadida. O perigo de morte nos acompanhou do dia 11 de setembro até o dia 19 de novembro, quando desembarcamos em Estocolmo. Neve e fim das perseguições. Seria verdade?

Na Suécia, compreendi, verdadeiramente, o que significava diferença cultural.

ESTRANGEIROS

Eduardo Benevides

Novembro de 1978. Fazia uma semana que eu tinha chegado em Paris, onde eu morei seis anos. Íamos para uma festa, acho que era a despedida da Ângela Muniz, na casa de não me lembro quem.

Estávamos Denise Jabour, com quem eu era casado à época, Sonia Lafoz, eu e o Polô. A Sonia pronunciava "Polô", como em português mesmo.

No metrô, roubaram a minha carteira. O cara roubou e desceu do vagão. Percebi o fato e fui com o Polô atrás dele. Era um tipo iugoslavo, como se chamavam, em 1978, os oriundos aquela região. Cercamos o fulano que, depois de uma primeira negativa, devolveu a minha carteira.

Chequei o conteúdo e todo o dinheiro estava lá. Ficamos esperando o próximo carro do metrô. O iugoslavo nos observava de longe, até que se aproximou de mim, com o dedo indicador sobre os lábios, como pedindo silêncio. Ele tira do bolso uma nota de cinquenta marcos alemães e me entrega. Sem entender direito o que se passava, surpreso, aceito o que me é oferecido: o suborno para não denunciá-lo à polícia do metrô. Coisa que eu não tinha menor intenção de fazer.

Foi assim que ganhei cinquenta marcos alemães do ladrão.

HUMANISMO INGLÊS

Aurélio Ferreira

Depois que cheguei na Inglaterra, em fins de 73, inícios de 74, em Southampton, onde morei, reparei que havia carros que levavam um plástico adesivo onde se lia "NÃO COMPRE PRODUTOS ARGENTINOS". Carros com este adesivo eram comuns naquela

cidade universitária. Justamente, por volta de 1974, quando a ditadura já estava implantada na Argentina.

Certa vez, intrigado, parei e perguntei à menina que estava ao volante o motivo daquela palavra de ordem.

- Na Argentina estão fazendo experiências com os cães da raça beagle - respondeu-me a menina, revoltada.

Ponderei que, na Argentina, a ditadura estava torturando e matando as pessoas.

- Não me importo. Sou apolítica. As pessoas podem reclamar. Os cães não.

Depois, explicaram: os ingleses, durante tanto tempo, trataram homens como bicho que, como compensação, passaram a tratar bichos como homem.

20.4 | FUI PARA O EXÍLIO COM SETE FILHOS

Depoimento de Thereza Rabêlo a Rosângela Guerra
Publicado na revista *Marie Claire* de julho de 2004

A vida da carioca Thereza Rabêlo, 70 anos, é marcada por um grande amor, sete filhos e três golpes militares. Casada com um jornalista, ela saiu do país durante a ditadura, levando muita coragem e sete crianças. Passou pelos golpes na Bolívia e no Chile. Viveu dezesseis anos longe do Brasil. Hoje Thereza mora com o marido em Belo Horizonte e relembra a sua saga no exílio.

Os golpes de Estado me perseguem. Por causa deles fui ficando raízes pelo mundo junto com meu marido e sete filhos. Passamos pelos golpes no Brasil, na Bolívia e no Chile. Vivemos 16 anos no exílio. Em cada mudança a gente deixava tudo para trás. Vestíamos roupas doadas em refúgios de exilados e tínhamos que refazer a vida num mundo desconhecido, com outra cultura. Se alguma coisa aprendemos no exílio foi aproveitar o que a vida oferece de bom e deixar o resto pelo caminho. Mas é claro que, esquecer o que aconteceu, a gente nunca esquece.

Venho de uma família de militares, tive uma educação quase reacionária. Nasci e fui criada no Rio de Janeiro. Tenho duas irmãs, a gente frequentava as festas do Clube Militar. Um dia minha mãe leu no jornal a notícia sobre um curso de preparação para o concurso dos Correios, que eu ia fazer. O curso funcionava na sede do antigo Partido Socialista Brasileiro, o professor de geografia era bonito e falante. Depois de uma aula entrei no elevador ao lado dele e limpei o pó de giz no seu ombro. Dias depois começamos a namorar. A notícia correu: "Thereza está namorando um comunista". Meu namorado, José Maria Rabêlo, era membro do Partido Socialista. Mas, com jeitinho, convencemos a família de que isso não seria um problema.

Namoramos quase dois anos e nos casamos em março de 1952. A igreja ficou dividida: de um lado, os militares com fardas de gala; do outro, os amigos do Zé Maria. Mas na festa, na casa dos meus pais, teve até clima de confraternização. Uma de minhas amigas saiu dizendo: "Esses comunistas amigos da Thereza são até simpáticos".

Já tínhamos dois filhos, Álvaro e Pedro, quando deixamos o Rio para morar em Belo Horizonte. Zé Maria é mineiro, tinha trabalhado em alguns jornais de lá. Brinco que a cidade foi meu primeiro exílio. Estranhei o conservadorismo, o jeito fechado das pessoas, tão diferente do Rio. Um dia olhei as montanhas e senti um aperto no coração. Tive essa sensação outras vezes no exílio, parecia uma premonição. Era o início de uma vida intensa ao lado do Zé Maria. Ele dirigia o jornal *Binômio*, considerado um dos precursores da imprensa alternativa no Brasil. Com humor e coragem o jornal agitava Belo Horizonte com reportagens que enfrentavam os poderosos.

Nesses anos em Belo Horizonte, tivemos mais cinco filhos: Mônica, Patrícia, Hélio, Fernando e Ricardo. Eu e Zé Maria adoramos crianças. Não era um plano ter tantas, mas elas foram bem-vindas. Eu trabalhava na tesouraria dos Correios, cuidava da meninada e vivia a tensão que cercava o *Binômio*. Às vésperas do golpe de 64, o jornal vivia recebendo ameaças. Em meados de fevereiro, um mês antes do golpe, ouvi pelo rádio a notícia de uma manifestação nas ruas. O locutor anunciou a presença de vários líderes da esquerda, entre eles o diretor do *Binômio*, José Maria Rabêlo. Em seguida ouvi uma explosão, a transmissão foi interrompida. Cerca de 200 ficaram feridos. Meu marido não sofreu nada, mas fiquei desesperada. Eu me imaginava sozinha com os meninos. Na época, o mais velho tinha 10 anos e o caçula engatinhava.

A sede do *Binômio* foi depredada, Zé Maria teve de se esconder. Peguei meus filhos e fui para o Rio num carro dirigido por um motorista do jornal. Sem notícias do meu marido,

espalhei as crianças em casas de parentes. Um dia recebi um aviso de que Zé Maria estava na embaixada da Bolívia esperando o salvo-conduto para poder viajar para lá. Eu ia diariamente à embaixada e levava alguns de nossos filhos. No dia 3 de julho de 1964, ele partiu para o exílio no mesmo grupo do José Serra (ex-ministro da Saúde, no governo Fernando Henrique), que era presidente da União Nacional dos Estudantes. O aeroporto Santos Dumont estava cercado por militares. Eu e os meninos tivemos pouco tempo para nos despedir. A imagem que ficou foi a de uma foto belíssima dos filhos abraçando os pais, publicada no *Jornal do Brasil*.

Com medo de perder meu emprego, voltei para Belo Horizonte com a meninada. Meu salário não dava para sustentar a família. Fui vendendo tudo na bacia das almas: as máquinas do jornal, as coisas da casa, um terreno.

A sorte é que tive inúmeras manifestações de solidariedade. Minha mãe deixou o Rio para morar comigo, a família do Zé Maria me apoiava. Quando as crianças perguntavam pelo pai, eu dizia que ele voltaria logo, não deixava a peteca cair. Um dia um amigo do Hélio disse a ele: "Seu pai está exilado porque roubou a carteira de um general". Hélio respondeu: "Meu pai está exilado porque é comunista". Eles sempre tiveram muito orgulho do Zé Maria. No primeiro Dia dos Pais depois do golpe, a revista *O Cruzeiro* publicou uma reportagem com o título *Nossa vida sem papai*, mostrando as famílias dos exilados. Lá estava a minha foto cercada pelos filhos.

Zé Maria começou a trabalhar em um jornal em La Paz. Ele me pediu para ir encontrá-lo, para a gente alugar uma casa e só depois levar as crianças. Comemorei com elas em um parque, com sanduíches e refrigerantes. Deixei os sete com minha mãe e viajei. A Bolívia vivia um momento complicado, com greves e ameaça de golpe militar. Foi só a gente começar a procurar a casa que começaram os disparos nas ruas. Um golpe derrubou o presidente Victor Paz Estenssoro e uma junta militar assumiu o poder. O sonho de reunir a família teve de ser adiado. Zé Maria tinha que ir embora porque o jornal em que trabalhava apoiava o presidente deposto. Fugiu para o Chile, país que acolheu muitos brasileiros. Voltei para Belo Horizonte e passei quase um ano sem saber o que seria de nós, até que recebi um recado do Zé Maria pedindo para eu preparar a mudança para Santiago.

Era dezembro de 1965. Senti um aperto no coração, o meu exílio iria começar. No avião que me levou a Santiago, meus filhos, lourinhos, chamavam a atenção. Os três mais novos ainda tomavam mamadeira, os mais velhos me ajudavam com os pequenos. O

reencontro com o Zé Maria foi emocionante. Ele trabalhava numa instituição internacional voltada para questões sociais e recebia um salário que dava para manter a família. Alugou uma casa branca com jardim e quintal. Ali estavam plantados pés de avelãs, pêras, damascos, maçãs e tinha um riacho com águas que desciam da Cordilheira dos Andes. É impossível esquecer a emoção que senti ao entrar na nossa casa. Zé Maria espalhou flores em todos os cômodos e num quarto grande colocou as sete camas dos filhos. Sob o meu travesseiro encontrei um poema que ele fez: *Nada nos separará/Nem o céu, nem a terra/Ou a fúria dos vendavais/... Nem as armadilhas do caminho/Ou o ódio dos generais.*

Foi um tempo feliz. Os meninos brincavam na rua, eu tinha mais tempo para eles e adorava passar horas olhando as mudanças de cor da cordilheira, que ia do branco ao rosa. Ali, tivemos um Natal inesquecível quando meu filho Pedro, o Didi, encontrou um tesouro escondido no sótão da casa. Eram caixas de brinquedos fantásticos, usados e cobertos de pó. Lá do alto, com uma corda nas mãos, ele descia os brinquedos para os irmãos, que olhavam maravilhados. Depois disso passamos a acreditar que Papai Noel existe.

No Chile tivemos também nosso batismo de fogo com os terremotos. Foi numa noite em que o Zé Maria e eu voltávamos de uma reunião de exilados em uma das casas do poeta Pablo Neruda, ouvi um barulho ensurdecedor, que vinha do fundo da terra. Zé Maria estacionou o carro para não perder o controle da direção, as luzes se apagaram, eu ouvia gritos. Dezenas de pessoas morreram, milhares ficaram feridas. Felizmente nada aconteceu com meus meninos e com minha mãe, que estava passando uma temporada em Santiago.

O Brasil foi ficando distante. Durante a ditadura, amigos e parentes tinham medo de manter contato com exilados. Isso fez com que a gente se apegasse muito ao Chile. Zé Maria organizou uma rede de livrarias especializada em ciências sociais. Eu trabalhava na parte administrativa. Acompanhamos a campanha do presidente Salvador Allende, eleito em 1970. Vimos também como foi armada a conspiração contra o governo. A direita sumia com remédios e alimentos para provocar uma crise de abastecimento. Em três anos, Allende foi deposto pelo general Augusto Pinochet. Foi uma das coisas mais violentas que vivi. Caminhões passavam levando corpos mutilados. Só havia o medo e o horror das perseguições.

Nessa época envelheci muitos anos. O Zé Maria estava na lista dos perseguidos e, como não conseguiram pegá-lo, prenderam meu segundo filho, o Didi, que estava com vinte anos e estudava Belas Artes. Eu acordava de madrugada, ouvia rajadas de metralhadoras e pensava que meu filho poderia estar sendo fuzilado. Um dia recebi um bilhete dele com um autorretrato que ele desenhou e até hoje me faz chorar: "Mãe, te mando esta caricatura minha para que você possa ficar perto de mim, mas não chore, porque você é a mãe mais valente que vi em minha vida".

Eu falo nisso e me emociono. Meu filho mais velho, o Dudu, era integrante do Partido Socialista e ficou com o Zé Maria na embaixada do Panamá, que recebeu mais de 200 pessoas. Fiquei sozinha com as cinco crianças que restaram e sentia muito medo. Uma de minhas irmãs mandou passagens para a gente voltar para o Brasil, mas nosso visto estava vencido. Eu ficava com as crianças na embaixada do Brasil à espera do visto. Era o único lugar em que me sentia um pouco segura. Pensava que teria ajuda ali, mas eles só me enrolavam.

Fiquei seis dias nessa agonia e, desesperada, disse ao embaixador: "Eu fico no Chile e peço que o senhor deixe meus filhos voltarem". Não adiantou. Saí da minha casa com a roupa do corpo e fui com as crianças para um refúgio das Nações Unidas. Foi o pior momento. A gente tinha comida e agasalhos, mas as noites eram terríveis. Eu não conseguia dormir, minha cabeça não parava de pensar: "O que será de nós?"

Zé Maria e Dudu conseguiram o salvo-conduto. Didi saiu da prisão depois de quase três meses de violência. Não tinha o dente da frente, passou por pancadarias, ameaças de morte. Chegou a ser levado para o paredão de fuzilamento, ordenaram a um pelotão para tomar a posição de tiro. Gritaram: "*Apuntar! Fuego!*" Era uma simulação para abalá-lo psicologicamente. E ele tinha só vinte anos.

No dia 26 de janeiro de 1974, o pesadelo terminou. O Chile que eu tanto amei e amo tinha se tornado um inferno. Depois de oito anos naquele país, fomos com outros exilados para Paris. Da janela do avião, achei Paris linda e um desafio para a minha força, que andava exaurida. Fomos para um abrigo no sul da cidade, num lugar chamado *Choisy-le-Roi*. Pouco tempo depois nos transferiram para *Clichy*, um reduto eleitoral dos partidos de esquerda, onde moravam imigrantes portugueses e africanos.

Eu e Zé Maria tínhamos muito a fazer. Era preciso procurar trabalho e colocar as crianças na escola. As meninas já eram adolescentes, com dezessete e quinze anos e Ricardo, o

caçula, tinha onze anos. Eles estranharam as escolas francesas, rígidas, mas aprenderam francês rapidinho e até corrigiam a pronúncia do pai. Nos fins de semana, a gente ia a igrejas, museus e exposições.

O Zé Maria começou a trabalhar na Livraria Portuguesa, fundada por Mário Soares, o ex-presidente de Portugal, que na época estava exilado em Paris. Depois passou a procurar sócios para uma livraria que divulgasse a cultura latino-americana na Europa. Foi um sucesso. A Livraria Centro dos Países de Língua Espanhola e Portuguesa ficava na Rue des Ecoles, no bairro Quartier Latin, e era considerada uma das melhores livrarias estrangeiras de Paris. Isto numa cidade cheia de livrarias. Eu trabalhava na administração e o Zé Maria dizia que eu era a "loura do caixa".

Passavam pela livraria muitos brasileiros, exilados ou não. Gente como Fernando Gabeira, Ziraldo, Henfil, Brizola e muitos outros. Nosso apartamento em Massy, no sudoeste de Paris, era um ponto de encontro e uma Torre de Babel. Tínhamos amigos franceses, chilenos, portugueses. A feijoada lá de casa era famosa. Um dia, escutando um disco do carnaval brasileiro, me dei conta de que não conhecia nenhuma das músicas. Percebi, então, que eu estava há muito tempo fora do Brasil.

Nossos amigos já falavam em voltar por causa da abertura política. Eu e Zé Maria não sabíamos se era a hora ou não, nossos filhos tinham criado raízes na França. Também ficávamos preocupados em perder os direitos sociais que se têm na França. Tenho uma foto em que estou com a cabeça encostada no ombro do Zé Maria. É uma imagem bonita e muito importante para mim. Nesse dia estávamos confusos sem saber o que fazer. Pouco depois decidimos voltar, com os três filhos mais novos. Os outros preferiram ficar em Paris. Eles tinham amigos, Patrícia estava terminando o curso de Letras na Sorbonne. Álvaro acabou se casando com uma francesa, Pedro com uma colombiana e Mônica com um exilado brasileiro.

Estamos em Belo Horizonte desde 1979. O tempo passa rápido. Tenho onze netos lindos, que são a minha alegria. Meus três filhos mais velhos agora moram em BH. Dudu trabalha com cinema e Didi, o que passou pela tortura, é artista plástico. Ele não ficou com sequelas mas, é claro, nunca esqueceu. Hélio trabalha com turismo. Mônica mora em Florianópolis, tem um empório de vinhos. Patrícia e os dois mais novos vivem no Rio. Ela trabalha com meio ambiente, Fernando é fotógrafo, e Ricardo, o caçula, de 41 anos, edita um jornal alternativo, o *Bafafá*.

Zé Maria e eu estamos às voltas com a edição de livros de ciências sociais. O nome da nossa editora é *Barlavento*, uma palavra bonita e leve, um termo náutico que quer dizer "o lado em que toca o vento". Pensando agora, vejo que isso tem alguma coisa a ver comigo. Fui tocando a minha vida de um país ao outro sem carregar ressentimentos. Não me considero corajosa. Mas, pela minha família, sou capaz de tudo.

20.5

CLAROS SONÂMBULOS DA NOITE

Guilem Rodrigues da Silva

Mulher amada nós os que saímos
Te queremos mais do que tu pensas

Na ausência
Temos seguido de perto
Tuas tristezas
Tuas poucas alegrias

Na distância
Temos estado presentes
Dormindo duramente em cama alheia

Nunca nos acostumamos
Aos arames farpados das fronteiras
À falta dos sabiás e das palmeiras

Saudade é para nós mais que palavra bela
Contém inverno céu cinzento branca neve
Olhares esculpidos na janela

Somos claros sonâmbulos numa noite longa
Voltando sempre a tua cama
Mas ao chegarmos perto

Quase tocando teu seio
Uma manhã estranha nos desperta
Em leito alheio
Ainda e sempre em viagem

Mulher amada
Nós os que saímos
Não te amamos menos
Do que os que ficaram

No duro ano do exílio de 1968

21 - Uruguai

21.1 | NA CAMA DO CHÊ

Leoncio de Queiroz

Não me lembro qual era o jornal. Da manchete, contudo, nunca me esqueci. Em certa manhã fria de junho, o Alemão voltou da banca e entrou no fusca onde estávamos eu, o Gota Serena e o Carcamano. Sentou-se e abriu o jornal onde pudemos ler, em letras garrafais: PRESO O JAPONÊS. Em baixo, uma foto do Faca Grande algemado. Na verdade, não era ele o Japonês.

Quando iniciaram as ações armadas da ALN, em São Paulo, as eventuais testemunhas relatavam sempre a presença de um japonês. A imprensa, que no início desconhecia a

motivação política e a autoria da ALN, começou a referir-se à quadrilha do Japonês. Cara de índio pode ser confundido com cara de japonês, por isso o erro da manchete sensacionalista. O verdadeiro japonês estava sentado no carro conosco. Era o Gota Serena, um cabra da moléstia de olho puxado.

Uma coisa, porém, era certa: com a prisão do Faca Grande, tínhamos de deixar imediatamente o país. Minha família nem sabia que eu estava no Brasil. Dois meses antes, eu já havia me despedido de todos e tomado, com minha companheira, o rumo do Uruguai. Lá, nos hospedamos em um casarão pertencente à gente do Partido Comunista Uruguaio. Estava sendo reunido nessa casa um coletivo de pessoas que pretendiam, uns, estudar em países socialistas e, outros, obter formação militar na URSS ou em Cuba. Tudo arquitetado pelo Alemão com seus contatos no Partido Comunista Brasileiro. Entretanto, voltamos, quase que em seguida, para dar continuidade a trabalhos interrompidos na pátria mãe. Agora, com a queda do MAR, só nos restava recuar para além das fronteiras e retomar o projeto educacional, colocar as barbas de molho e nos preparar para momento oportuno posterior.

Voltamos, pois, a Montevidéu. Reencontrei minha mulher. Estava frio. Muito frio. Embora tenha morado, mais tarde, na Suécia, nunca senti tanto frio quanto no Uruguai. Culpa, por um lado, do meu despreparo em termos de vestuário e da ausência de calefação nas edificações montevideanas e, por outro lado, do vento gélido que soprava à beira-mar. Lembro-me de um banho de chuveiro que tomamos juntos, quando cheguei, corpos comprimidos sob o jato parco de água quente, único espaço com temperatura suportável em todo aquele frígido ambiente de asseio.

Do casarão usávamos somente o segundo andar, um espaço amplo, com cozinha, banheiro e vários quartos. Eu e minha mulher fomos aquinhoados com um quartinho em uma água-furtada, um lance de escada acima. Ai, havia uma cama estreita, o que não incomodava pois, com o frio que fazia, só conseguíamos dormir muito apertados um contra o outro. Um aparelho elétrico de calefação circulava entre os quartos, ora com uns, ora com outros, repartindo, com justiça, a única fonte noturna de calor.

Depois fiquei sabendo que dormira naquele quartinho e naquela cama o próprio Che Guevara, ao passar por Montevidéu a caminho da Bolívia.

Cerca de um mês mais tarde, fomos informados de que os cursos – militares e civis – na União Soviética tinham sido recusados. Nosso destino seria a Bulgária. Eu e alguns outros desistimos e tomamos, separadamente, o rumo do Chile, onde governava Eduardo Frei.

A maioria viajou. Um foi preso e devolvido ao Brasil. Outro, que ficou, estava um dia ajudando um grupo de operários na pintura e reforma da casa, já vazia, quando chegou a polícia. Os tiras revistaram a casa e não encontram nada nem ninguém. Confundiram o nosso companheiro com um dos pintores e se foram sem incomodá-lo.

Dessa casa ficou a memória e o orgulho de ter compartilhado uma cama com o Che.

21.2	MR-8 NO CHILE OU JANGO NO URUGUAI? (Quem só vê placa não vê conexão)
------	--

Ivan Pinheiro

Em julho de 1972, eu e meu amigo Francílio fomos ao Chile, com nossas companheiras, em uma viagem que misturava passeio e política. Allende era o Presidente chileno e a luta de classes no país atingia seu patamar mais alto. Eram momentos decisivos para o êxito da Unidade Popular. Era também uma grande oportunidade para revermos grandes amigos exilados em Santiago.

Na ida, fomos de carro, passeando, do Rio a Montevideú. Lá, deixamos o veículo em uma garagem e partimos para a capital portenha, no navio a vapor *Ciudad de Buenos Aires*, onde pegamos um avião para Santiago.

A permanência no Chile foi emocionante. Reencontramos nossos amigos e conhecemos um pouco a experiência por que passava o país. Participamos da *Marcha por los Cambios*, uma imensa manifestação, mesmo para os padrões chilenos: mais de um milhão de pessoas no centro de Santiago, em apoio às mudanças que o governo Allende tentava implementar, em meio ao boicote da burguesia.

Na volta ao Rio de Janeiro, fomos de avião até Montevideú, onde pegamos o carro e nos colocamos na estrada, sem saber que uma surpresa nos aguardava no caminho. Passamos

em *Punta del Leste*, com muita fome, por volta das 14 horas. Como era inverno, parecia uma cidade fantasma. Depois de muita procura, descobrimos um restaurante aberto, que nos pareceu o melhor do mundo, apesar de simples. Só uma das mesas estava ocupada, por um homem bebendo vinho.

Enquanto meu amigo ia ao banheiro, ocupamos uma mesa e descobrimos que as especialidades da casa eram sopas e vinhos. Nada melhor para famintos, no rigoroso inverno uruguaio.

De repente, meu amigo volta esbaforido e sussurra: "Sabem quem está ali naquela mesa? O Presidente João Goulart!". Pensei com meus botões: "Esse cara está louco; imagina o Jango aqui nesta espelunca!" Aproveitei para ir ao banheiro e conferir. Quando cheguei perto do homem, não tive dúvida: estávamos diante do nosso ex-presidente, deposto pela ditadura militar. E nós chegando do Chile, onde a burguesia, com a indefectível ajuda da CIA, tentava derrubar outro Presidente!

Imediatamente, mudamo-nos para uma mesa próxima a Jango e tentamos conversar sobre política brasileira, mostrar-lhe as possibilidades de sua volta triunfal, com a derrubada da ditadura! Ele logo mostrou que este tema seria de mau tom. Parecia muito deprimido e desesperançado.

A conversa acabou girando sobre cultura e futebol. Os olhos de Jango marejavam, sobretudo quando se pronunciava a palavra Brasil. Dava vontade de botá-lo na mala do carro e trazê-lo de volta!

Não era uma época de ouro para a cultura brasileira. Ao mesmo tempo, havia a ofensiva ufanista da ditadura, o "Brasil: ame-o ou deixe-o", o "milagre brasileiro". Na América Latina, a esquerda avançava e a direita articulava grande ofensiva: ditaduras militares, torturas, desaparecimento de militantes.

Perdi a noção de quanto tempo ficamos com Jango, até que seu filho João Vicente chegasse ao restaurante para levá-lo.

Dois dias depois, na fronteira Brasil/Uruguai, fomos parados em um posto do exército por militares que já nos esperavam no acostamento e olhavam, fixamente, a placa do carro. Habilmente, levaram-nos a uma sala, a pretexto de verificar documentos, enquanto o carro permaneceu fora de nossas vistas. Logo, desconfiei: descobriram nossa ligação com

o MR-8 e nos pegaram. O que fariam de nossas companheiras, que não compartilhavam nossa militância? Para onde nos levariam para iniciar a tortura?

Algun tempo depois, fomos liberados pelos militares, que devolveram a chave do carro e autorizaram nossa partida. Começamos a desconfiar de que tudo havia sido revistado. A primeira coisa que percebemos foi o sumiço de vários rolos de filmes fotográficos, que guardávamos no porta-luvas, ainda virgens. A desconfiança nos acompanhou a viagem toda. Será que iriam pegar-nos mais à frente, para evitar um incidente na fronteira?

Praticamente, só paramos para nos alimentar e botar gasolina e nos revezamos ao volante. Passaram o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Chegando à fronteira com o Rio, veio outra paranóia. Será que, por razões táticas, resolveram nos prender no Rio, já que éramos todos cariocas? Chegamos incólumes. O tempo foi passando e a desconfiança também.

Uns sete anos depois, quando eu militava clandestinamente no PCB e era candidato a Presidente do Sindicato dos Bancários do RJ, chego ao trabalho no Banco do Brasil e um colega me entrega um envelope apócrifo, deixado por um homem de terno. Quando abri, eram as fotos daquela viagem, sem os negativos. Só podia ser um recado da repressão: "fomos nós; continuamos de olho!" A única dúvida era a razão de nos terem parado. Teria sido a ligação com o MR-8 no Chile ou o encontro fortuito com Jango no Uruguai, já que em ambos os países o SNI seguia brasileiros?

O tempo passou mais um pouco até que, em 1982, fui preso, com cerca de 80 camaradas, quando a Polícia Federal desmontou um Congresso clandestino do PCB, em São Paulo. A invasão do local se deu de forma espalhafatosa, com dezenas de jovens agentes armados, tensos, gritando, mandando-nos botar as mãos para o alto. Na sede da Polícia Federal, dividiram-nos em pequenos grupos. No meu grupo, lembro-me do Armando Ziller, do Lourenço e do Takao Amano, que tinha fama de grande atirador e lutador de artes marciais, o único que ficou algemado.

O responsável pelo meu interrogatório era o delegado Veronezi, que mais tarde veio a ser diretor da Polícia Federal em SP. Depois das costumeiras preleções ameaçadoras, o delegado, com minha ficha na mão, finalmente, faz a primeira pergunta:

- Quer dizer que você era homem de ligação com o João Goulart no Uruguai?

Ainda bem que não perguntou nada sobre o velho MR-8. Talvez por isso é que eu ainda estivesse vivo. E ainda bem que a repressão já não tinha mais condições de torturar presos políticos, com a ditadura enfraquecida pela resistência democrática. Além do mais, a notícia da nossa prisão corria o mundo e, na porta da Polícia Federal, havia uma vigília de solidariedade, por onde passaram inúmeras personalidades, inclusive um sindicalista chamado Luiz Inácio da Silva, cujo irmão, Frei Chico, era um dos presos.

Apesar de ser a mais pura verdade, minha resposta poderia parecer provocação. Disse-lhe que deveria haver algum engano do informante, pois meu único encontro com Jango foi casual, em uma adega uruguaia, onde bebemos vinho e conversamos apenas sobre música e futebol.

Por sorte, era 1982.

- Você acha que eu tenho cara de babaca? - aos berros, irado, perguntou o delegado e deu um murro forte na mesa. Em seguida, levantou-se para tomar café e se acalmar. Louco para me dar uma porrada.

22 - Argélia

22.1 | ARGÉLIA

Lia, Maria do Carmo Brito

Junho de 1970. No avião nos informaram que aquele era o primeiro voo brasileiro para a África, sem escalas. Para nós, era o voo para a liberdade. Mas meu coração estava apertado. Preferiria ter sido solta no Maracanã, no meio da torcida. Eu fazia parte dos 40 presos políticos que, trocados pelo embaixador alemão, foram levados para a Argélia.

Juarez, meu marido ficava no Brasil, definitivamente, no cemitério do Bonfim, em Belo Horizonte. Sabia que iam prender minha mãe, Angelina.

Foi uma viagem difícil, algemada na Dulce Maia, um policial federal ao lado. A sensação foi mudando quando nos tiraram as algemas e descemos as escadas do avião. Os policiais federais ganhavam uma bonequinha argelina e um outro rumo.

Houve uma cerimônia simbólica no saguão do aeroporto. Falou pelos quarenta banidos o companheiro Apolônio de Carvalho, herói da Guerra Civil espanhola e da Resistência Francesa. Falava um francês fluente.

Fomos de ônibus com escolta até nosso destino, Ben Aknoun, no subúrbio de Argel, onde havia uma escola de hotelaria que coexistia com alojamentos para cooperantes estrangeiros. Explicaram-nos que a escolta, fortemente armada, devia-se à visita a Argel do Rei Faissal, da Arábia Saudita. Já então começou entre nós uma brincadeira: "Chegaram a Argel Ali Babá e os Quarenta Ladrões".

Para os argelinos nós éramos *frères* (irmãos), companheiros de luta.

Era noite alta e nos serviram um excelente jantar. Convocaram exilados africanos de língua portuguesa para nos servirem de intérpretes. Vinho à vontade.

Fomos alojados em chalés, homens em uns, mulheres em outros. Casais em chalés separados. Todos recebemos um estojo de higiene. O das mulheres tinha perfume e *baby doll*. Uma gentileza inacreditável.

Eu não dormia e saí a caminhar pela noite fresca, casinhas dentro de um bosque, rodeadas de jardins. Pouco a pouco foram surgindo outros companheiros notívagos, como Apolônio, o capitão Altair, o Almir Dutton. Conversamos, rimos e amanheceu.

Um lindo dia de primavera.

Ficamos na Argélia quase dois meses.

Fiz uma operação lá, de hemorróida. Meu amigo, médico, Almir Dutton, que morreu há pouco e que atuou na operação plástica do Lamarca, disse que nós íamos ser guerrilheiros e, por isso, não podíamos ter hemorróida. Então dei uma de Dom Pedro:

- Se é para o bem do Brasil, arranca isso logo.

Eu e Jorge Nahas, Secretário de Ação Social da Prefeitura de Belo Horizonte, cortamos. O Lizst também ...

Todo mundo entrou na faca. Quase morremos porque eles nos davam uma penicilina que era de um bilhão e duzentos milhões de unidades. O médico era um gozador francês. Ficamos com a bunda toda roxa. Chegamos um dia, lá, e fomos a ele - nós o chamávamos Dr. Bandagem - e reclamamos:

- Doutor, veja como estão roxas as nossas nádegas.

Ele, admirado, perguntou:

- Quantas injeções vocês estão tomando por dia?

- Duas. - respondemos.

- Essas enfermeiras daqui não entendem nada, eu disse uma vez ao dia. - ele saiu resmungando.

Depois nos deram laxantes. Que humilhação!

Recebemos um enxoval completo, roupas, meias, sapatos, com pijama de seda e tudo. O presidente Boumédiène mandou que seu alfaiate tirasse medida de todos e confeccionasse ternos para nós. Fomos muito bem tratados.

Entretanto, o povo lá era muito conservador, religioso. Mulher, tratada de uma maneira secundária, vai sempre atrás. Os homens batem nelas. Eu quase apanhei lá quando vi um homem batendo numa mulher e fui interferir. Fui dar uma de mineiro: "O que é que é isso?!"

Vieram para cima de mim, gritando em árabe e eu não entendia nada e respondia: "Em paz *monsieur*".

De lá fomos para Cuba. Clandestinos. Estávamos saindo do aeroporto de Alger, todos clandestinos. Ninguém conhecia ninguém. Fomos todos de terno. Ternos do presidente. Como havíamos chegado dois meses antes, todos os funcionários do aeroporto nos viram chegar. Nós estávamos sentados e ninguém conversava com ninguém. Eu com uns meninos, cinco, cujos pais haviam sido assassinados e eu estava como se fosse pai deles. Então um funcionário do aeroporto olhou para nós e disse algo parecido:

- Olha os brasileiros...

E queimou o nosso filme. Fomos para Cuba no avião da Aeroflot. Só que teve uma tempestade de areia e tivemos de aterrissar no Marrocos e ficamos lá um dia. Íamos para a festa do 26 de julho e chegamos no dia 27. Perdemos a oportunidade de pegar na mão de Fidel. Foi uma tristeza!

Eu vi Fidel, depois, passando na rua, em um jipe, com a segurança. O meu contato com Fidel é que trabalhei na Rádio Havana Clube, uns oito meses. Quem traduzia todos os discursos dele era eu. Trabalhei na rádio fazendo a parte internacional e na filatelia. Recebia muita carta de todo jeito pedindo armas, bombas, manual de bomba etc.

23.1 NA SOMBRA DA CORDILHEIRA

Jean Marc von der Weid

"Olha os Andes, minha gente!" Gritou Marcão, e todos nós nos inclinamos nas janelas do avião que nos levava para a liberdade, no Chile socialista de Allende. Era uma noite clara, de lua quase cheia, e o céu estava limpo de nuvens, permitindo-nos ver a Cordilheira em todo seu esplendor.

Estávamos algemados dois a dois e o terceiro banco, no corredor, era ocupado por agentes da Polícia Federal que nos escoltavam. Apesar da possibilidade de que uma contra-ordem ao piloto nos levasse de volta para o inferno das várias prisões e centros de tortura da ditadura, de onde tínhamos sido tirados para cumprir as exigências dos sequestradores do embaixador suíço, ela diminuía à medida que nos aproximávamos de Santiago.

Era madrugada quando aterrissamos. Uns duzentos brasucas exilados nos aguardavam, eufóricos com a vitória da guerrilha contra o regime. Desembarcamos cantando *A Internacional*, muito embora a maioria só soubesse a frase final:... "*que se alcen los pueblos com valor, por la internacional*". Já começamos também cometendo gafes, pois fazíamos com os dedos o V da vitória, o que parecia o número dois da campanha do candidato direitista que enfrentara Allende, Jorge Alessandri. Fazia frio, embora fosse verão, mas estávamos tão exultantes que nem nos dávamos conta.

Os agentes da polícia federal foram proibidos de desembarcar e se despediram dizendo a cada um de nós: "Não voltem nunca mais. Da próxima vez, metemos uma bala na cabeça". Houve quem respondesse: "na minha ou na sua?" Entretanto, a maioria passou sem dar atenção àqueles energúmenos que estávamos deixando para trás. Não há como descrever a sensação de euforia e exaltação que nos tomava ao descermos as escadas do avião e

sentirmo-nos livres e, mais do que isso, numa terra onde o povo havia conquistado, se não o poder, o governo.

O carinho que o governo e o povo chileno dedicavam aos brasileiros era sem limites, naqueles primeiros momentos. Mesmo a direita evitava hostilizar-nos, pois a tradição democrática e de solidariedade para com os perseguidos está inscrita no hino nacional do Chile, que termina com as seguintes palavras: ... *La tumba será de los libres o asilo contra la opresión*. Mais tarde, seríamos alvo de inúmeras provocações da fascistada chilena e mais perseguidos do que ratos, após o golpe militar de 1973, mas no começo tudo era lindo.

"*Brasileños?*" Era o mote inevitável dos nossos diálogos com engraxates, garçons, taxistas, varredores de rua, jornaleiros, transeuntes que nos ouviam falar etc. *Los setenta* éramos nós, os banidos pela ditadura no voo da liberdade de 15 de janeiro de 1971. Muitos outros exilados pegaram carona na nossa popularidade para andar de graça nos transportes públicos, não pagar almoços e bebidas e ser olhado com admiração pelas *lolitas*, equivalente ao nosso antigo brotinho ou atual "gatinha".

Logo percebemos que o povo chileno era, além de solidário e simpático, altamente politizado. Independentemente da filiação política ou estrato social, todo mundo discutia política com muito conhecimento de causa e ampla capacidade de argumentar. Perguntavam-nos muito sobre a ditadura no Brasil e como tinha sido o golpe militar – parecia haver uma preocupação latente com a eventualidade de que algo semelhante acontecesse. Mas, se indagados, todos diziam: *En Chile, no pasa nada*. Nós, gatos bem escaldados, acreditávamos que o golpe era inevitável e a questão era somente se a esquerda e o governo teriam forças para derrotá-lo. Toda a história daqueles três anos de governo Allende não foi outra coisa senão um longo processo de preparação para a grande traição do 11 de setembro de 1973.

Sou dos que acham que a derrota não era uma fatalidade e confiava na imensa capacidade de mobilização do povo chileno para barrar a direita militar. Nunca o preceito leninista de que sem liderança revolucionária não se faz revolução foi tão evidente. Allende, que eu conheci pessoalmente e que era um homem extraordinário, tinha um compromisso absoluto com a legalidade e morreu defendendo-a, mas era necessário, exatamente, antecipar a iniciativa da direita.

A ocasião se apresentou quando da tentativa fracassada de golpe, em julho de 1973. Allende convocou a população ao combate quando o palácio de governo foi atacado de manhãzinha por uma unidade de tanques sublevada: "*vengan a la Moneda con lo que tengan*", conclamou o presidente. E dezenas de milhares agarraram pistolas, fuzis de caça, facas de cozinha, porretes e estilingues e cercaram as tropas, mas não houve combate. Quando viram que não estavam sendo seguidos por outras unidades, os oficiais abandonaram os soldados e se refugiaram em embaixadas estrangeiras. Allende mandou o povo recuar e deixar que os soldados controlassem os soldados. A massa popular tomou as fábricas e outros locais de trabalho para garantir que o controle de produção permanecesse nas mãos do governo e do povo, mas eram os quartéis que deveriam ter sido tomados naquele momento, para desarmar a oficialidade de direita, que pôde, então, preparar-se melhor para atacar de novo.

Nesse momento de apogeu, em julho, o processo político se esvaziou com a demonstração de impotência do governo para impedir o verdadeiro expurgo que a direita operou entre os oficiais, suboficiais e soldados conhecidos como de esquerda. Quando atacaram, em setembro, os direitistas já tinham as Forças Armadas sob domínio ou quase, e raros foram os lugares onde houve necessidade de combater a esquerda militar. O golpe de Pinochet colocou rapidamente o conjunto dos soldados contra a população. Não houve reação maciça, pois as consignas dos partidos políticos do governo não se ajustavam àquela situação e apenas os militares de esquerda mais aguerridos enfrentaram os de direita, nos dez primeiros dias de combates desiguais. Demonstraram extrema coragem e determinação, mas foram massacrados sem dó nem piedade. Foram dias e noites sinistros de tiroteios e fuzilamentos em que busquei aproveitar o meu passaporte suíço (tenho dupla nacionalidade) para ajudar os companheiros brasileiros a se asilarem nas embaixadas (Suécia, México, Argentina, Panamá etc.). Consegui montar uma organização de apoio à fuga contando com a ajuda de funcionários estrangeiros da ONU e até de embaixadas. Gabeira, no seu livro *O que é isso, companheiro?*, disse que havíamos retirado mais de mil refugiados brasileiros do Chile, mas é um típico exagero da esquerda: não havia mil brasileiros no Chile e, se chegamos a colocar trezentos nas embaixadas, abrigos das Nações Unidas ou (caso mais raro) na fronteira com a Argentina, foi muito.

Assisti e lutei como pude contra o massacre do penúltimo espaço de liberdade na América Latina dos anos 70, com uma sensação de dor, mas também de fúria. Não queria partir e não me conformava com a derrota que, contraditoriamente, achei inevitável quando aconteceu. Acabei indo para Argentina, onde, meses depois, fechou-se a armadilha sobre os refugiados, obrigando-nos todos a buscar asilo em outro continente. Lembrei-me das

palavras de Brecht no poema *Aos que vão nascer*: "... naquele tempo em que trocávamos de país mais que de sapatos..." e iniciei um longo trajeto que me fez atravessar uma conturbada América Latina até chegar aos EUA, de onde parti para Europa. Era meia-noite na década e essa noite escura que esmagava a liberdade ainda ia durar muitos anos. No Chile, em particular, ela só começou a se dissipar em 1988, com a campanha do NÃO à Constituição de Pinochet, cujo *slogan* inesquecível era *Buenos dias, Libertad*.

23.2 | RIÑIHUE: EN EL MONTE

Wilson Barbosa

Tudo se passou no Chile de Allende. Havia ali, em 1971-1972, um grande número de asilados políticos. Argentinos, uruguaios, brasileiros, bolivianos, peruanos, em sua maioria. O governo tratava a todos com suspeição e – mesmo – com certa hostilidade. Mas o sentimento democrático e paternal de Salvador Allende, um dos grandes latino-americanos de todos os tempos, impedia que isso degenerasse em perseguição aberta.

O continente estava debaixo das patas do Kissinger. A CIA, polícia internacional estadunidense, pintava e bordava, com a desculpa da guerra fria. Esta, contudo, estava bem quente no Sudeste da Ásia. Os norte-americanos apanhavam feio no Vietnã, e descontavam nos africanos e nos latino-americanos, tarefa bem mais fácil. O governo ianque estava, uma vez mais, em estado de falência. Com a truculência e o nacionalismo que lhes são característicos, voltou a cara para a realidade e gastava dezenas de milhões de dólares, talvez centenas, com a tarefa de derrubar Salvador Allende e colocar mais uma ditadurazinha no lugar. Fabricavam apenas tal dinheiro.

Os aprendizes de espíões e provocadores das ditaduras locais, com ênfase Brasil, Argentina e Uruguai, montavam suas patifarias dos dois lados dos Andes. Recebiam para isso gordas verbas de Washington. Os agentes indicadores, infiltrados por dinheiro entre os grupos de esquerda, delatavam seus supostos companheiros, levando-os a serem assassinados pelos esquadrões da morte das operações condones ou sem dores, isto é, com dores ainda maiores.

Uma verdadeira tempestade de bombas explodia no Chile nas casas e locais de trabalho, buscando intimidar as pessoas dos partidos de esquerda. Entre os asilados, havia revolucionários organizados. Algumas dessas organizações começaram a dar cursos de autodefesa para grupos locais de trabalhadores e estudantes, em geral a pedido de nascentes organizações revolucionárias chilenas. Tais cursos logo se transformariam em cursos para aprendizagem de guerrilha, com técnicas de guerrilha urbana e rural.

No Chile, tive oportunidade de conversar com um companheiro que participou de um desses cursos. Trocamos, sobre isso, muitas opiniões, antes que ele retornasse ao Brasil, onde seria morto pela ditadura vigente. Guardada uma base real do fato, tudo mais aqui seria mera coincidência. De modo kardecista, ele – que participou – falará através da pena, daquele que ora vos escreve. Qualquer semelhança...

Durou o curso cerca de um mês, e foi realizado em um subúrbio de Santiago, praticamente, em uma área já rural. Nessa época, havia entre as organizações ali existentes, um debate sobre o papel relativo da guerrilha urbana e da guerrilha rural, em um processo político de resistência popular a uma ditadura, como aquela que se avizinhava no Chile. A Esquerda latino-americana nunca teve muita compreensão do que é um processo revolucionário. Os líderes dessa esquerda se originam, quase sempre, nas classes proprietárias e concebem a revolução como transformação, liderada pela burguesia local, rumo ao crescimento econômico e ao progresso. O Marxismo que utilizam é o de Kautsky e da social-democracia alemã, anterior ao nazismo. Esses líderes locais desconhecem Lênin e qualquer forma de marxismo revolucionário, embora adotem as variantes críticas que negam o caráter revolucionário das lutas dos pobres e dos trabalhadores. Nesse sentido, o presidente Allende era um social-democrata, mas ele não tinha estômago para massacrar pobres ou perseguir minorias revolucionárias.

Com isso, ia-se vivendo. Até quando? O calendário não podia dar muitas garantias. Durante o curso, seus organizadores – representando as cinco organizações que o montaram – prometeram levar seus jovens alunos para uma estadia em *el monte*, onde poderiam disfarçadamente praticar uma coluna-de-marcha e táticas de infantaria, para o controle do terreno, por pequenas unidades. O curso passou e a promessa, como tantas outras, terminou esquecida. No entanto, desta vez, as cinco organizações chamaram os praticantes do curso para uma estadia em *el monte*. Dessa forma, a área rural do Chile cedeu espaço, no outono de 1972, para um desfile de míseros candidatos a guerrilheiros. Sem recursos, sem financiamento externo, etc. Sem todas aquelas "maravilhas" da "revolução exportada" que era então caçada pelo Sr. Kissinger. Com suas botinhas

emprestadas, às vezes furadas, alguns latino-americanos foram para a *sierra*. Aquela mesma, Los Andes, que Che Guevara sonhara um dia pudesse se transformar na Sierra Maestra da América Latina.

Um breve momento daquela experiência será aqui lembrado. Uma recuperação de memória, sem jogar pedras no passado. Nada se tem contra aqueles que viveram essa ou outras experiências. Está-se aqui preocupado com o lado humano da experiência. Hoje, se praticam as mesmas coisas, como mero montanhismo, rapel ou até ecoturismo. A juventude, felizmente, continua, e ela sabe viver sinceramente, enquanto é uma nova geração. Depois? Ora, é depois e, felizmente, o depois não interessa aqui.

A brincadeira daquela coluna-de-marcha era simples. Reunir e separar-se com movimentos rápidos, mover-se de modo pouco perceptível. Partindo do coração do Chile, ir e voltar do território argentino, explorando passagens menos policiadas. Obter um conhecimento específico do terreno. Treinar aprendizagem teórica. Viver ao ar livre e aumentar em cada participante a autoconfiança em sua capacidade. Tirando os preconceitos que a época envolvia, não havia muito de mal, naquilo. Foi um belo passeio na serra, de quase um mês. Ao se recordar a experiência, vem sempre uma dúvida, uma pergunta: "mas, vivi isso mesmo ou foi apenas um sonho?" Porque o tempo tem esta capacidade. Ele faz retornar ao sonho os melhores sonhos vividos por toda uma humanidade.

A Esquerda que intentava estabelecer a luta armada, no continente sul-americano, contra as ditaduras, estava vivendo naqueles anos (1967-1973) de uma sucessão de surpresas táticas. Tais surpresas, embora pudessem ser fartamente obtidas, eram cada vez menos eficientes em impacto aglutinador. Na verdade, graças à hábil manipulação orientada desde Washington, este impacto foi transformado – no melhor estilo nazista – em temor por "ações terroristas". Ou seja, a existência de organizações de combate, que aceitavam uma tática de defesa ativa da luta política da população, era transformada em ataque terrorista internacional, comandada desde "Praga, Moscou, Pequim e Havana".

A verdade era outra. Qualquer militante político que fosse distribuir panfletos, de madrugada, na porta de uma fábrica, era recebido à bala pelos seguranças do estabelecimento industrial. Isso não se devia à auto-recreação desses seguranças. Eram instruções precisas, vindas da polícia local e do governo. A liberdade política era assim algo do imaginário dos políticos e dos jornalistas de direita. Para enfrentar uma campanha eleitoral e eleger um político como Negrão de Lima governador, quem o fez teve que se

apresentar nas ruas em magotes, armados de paus e barras de ferro. Ora, era melhor distribuir sua própria propaganda, sob a proteção anciã do famoso ponto 38.

Assim, os grupos que haviam resolvido enfrentar suas ditaduras locais evoluíram rapidamente de uma resistência popular para perguntar-se por uma estratégia capaz de fazer avançar a hipótese de formas de luta que eram, na verdade, as únicas que as ditaduras estavam dispostas a aceitar. Sob a orientação norte-americana, as ditaduras achavam-se capazes de uma vitória rápida e decisiva.

Isso era uma verdade. No entanto, quanto mais demorassem as organizações armadas a entrar em colapso, mais difícil se tornava erradicá-las. O tempo parecia trabalhar contra as ditaduras; mas a pressa das direções das organizações revolucionárias trabalhava a favor dessas mesmas ditaduras. Os revolucionários precisavam reorganizar-se, estudar o seu problema, reforçar suas ligações com o povo; necessitavam de repouso e de acumular forças. Não praticar a ideia de "defesa" acima da ideia de atividade seria, simplesmente, condenar-se a uma derrota que poderia ser final. A esquerda armada corria o evidente risco de tornar-se uma mera resposta aos sucessivos golpes de Estado no continente. Enquanto os representantes da oligarquia dispunham dos meios e do auxílio externo para apresentarem, em cada país, a hipótese de uma política global, a esquerda armada corria o evidente risco de tornar-se prisioneira de suas pequenas espertezas, compreendidas em suas surpresas táticas. A ausência ou a perda da iniciativa no plano estratégico causaria uma paralisia fatal.

Por isso, também, tornava-se inevitável, para o Pentágono, derrubar o governo de Salvador Allende. Naquele momento, ele era a única possibilidade global de política, fora das ditaduras que proliferavam. Liquidar – pelo golpe – o governo Allende inviabilizaria a hipótese de reformas da sociedade burguesa dentro da lei. Derrubar semelhante governo era, no momento, mais importante do que tudo para os norte-americanos, dentro da América Latina. Ao impossibilitar a política com a participação da Esquerda, o governo dos EUA sabia que somente seria deixado o caminho da luta armada, com o choque direto contra seus exércitos locais parapoliciais e a força central do exército norte-americano. Esse modelo de luta era – além de aparentemente mais fácil – preferido pelo aparato de guerra ianque. Ele fornecia também – por intermédio do chamado complexo industrial-militar – enormes lucros de armamentos e despesas logísticas para os oligopólios.

Para a massa da população, não havia diferenças entre o governo Allende e a possibilidade de uma saída revolucionária para a crise. Ao contrário, no entendimento dos trabalhadores chilenos e das pessoas pobres em geral, o governo Allende "era" a saída revolucionária, a oportunidade de transformação em suas vidas. Portanto, o golpe de estado não destruiria apenas um governo reformista, ou pequenos grupos de organizações revolucionárias. Um golpe reacionário destruiria – para suas estruturas mentais – a hipótese de uma revolução possível, de uma verdadeira mudança. Certamente, o impacto de semelhante derrota seria devastador nas impressões mentais da maioria dos trabalhadores do continente. O governo dos EUA sabia disso e era por isso que, depois de haver sido derrotado pelos revolucionários cubanos, fazia do governo chileno um enorme cavalo de batalha. O governo Allende se elegera pelo voto e, por causa das convicções daqueles que o formavam, podia ser removido pelo voto. Ao ignorar a natureza democrático-representativa daquele governo, o Pentágono e a oligarquia local fingiam ter um inimigo. Ao exagerar a dimensão revolucionária do caso chileno, fabricavam um objetivo para sua estratégia de ação direta na América Latina. Destruindo a alternativa reformista no Chile, destruiriam de tabela todas as potencialidades revolucionárias na América Latina. Após isso, bastaria uma "caçada ao homem", sob a cobertura de algumas "operações Condor" e de algumas "dinas", para sacramentar seus verdadeiros desígnios.

Por isso, tinham a oligarquia e os agentes norte-americanos tanta pressa em derrubar o governo chileno. Sua bancarrota econômica não podia esperar as eleições. Militares oportunistas observavam o "modelo chileno" e podiam, dali, tirar "suas próprias conclusões". Era preciso, pois, apressar-se. Todo o talento provocador para tal retomava desde a experiência do golpe contra Mossadegh, no Irã, até os então recentes massacres na Guatemala. O Chile havia-se transformado em um campo de provas e as ruas cheiravam a pólvora e a vitriolo.

A estratégia do inimigo consistia em dois aspectos: (a) através da infiltração nas organizações guerrilheiras, apossar-se dos seus sistemas de informação e de comunicação, para induzi-las ao erro; (b) por meio da pressão contra todos os governos ainda democráticos, e/ou por via do golpe de Estado, "criar as condições persecutórias" capazes de paralisar a resistência popular, caldo de que se nutriam e onde se formavam as ainda incipientes organizações revolucionárias latino-americanas.

Obtido o isolamento do grupo guerrilheiro, pelo recuo do movimento de massas, a atitude seguinte dos governos repressivos era identificar e eliminar fisicamente os elementos de índole revolucionária. Dessa forma, o potencial guerrilheiro das nascentes

organizações revolucionárias deveria ser levado à impotência. Tal impotência geraria o desespero. O desespero levaria à derrota popular. A derrota do movimento popular enraizaria a desesperança, o cinismo, ou seja, toda a imundície que o capitalismo necessita para florescer.

Os estrategistas do Pentágono sabiam muito bem aonde se dirigir para comprar os insumos necessários ao braço (a) de sua estratégia. No entanto, embora isso haja sido explicado à sociedade para os então dirigentes de tais organizações revolucionárias, eles – por ambição e precipitação – se recusavam a fechar as duas “amplas portas”, que deveria levá-los todos à ruína. Estas “portas” eram: (1) relações em excesso com membros e dirigentes de países socialistas; (2) relações em excesso com membros e dirigentes de organizações tradicionais locais, de corte pseudo-revolucionário. Os dirigentes que assim agiam, cavavam sua própria sepultura. Era evidente que eles seriam “vendidos” por (1) ou por (2), e às vezes até por (1) e (2) ao mesmo tempo, como no caso do Brasil.

Desse modo, por uma ação indireta barata e de grande envergadura, o Pentágono ia “enxotando” os revolucionários latino-americanos para o Chile de Allende, com vistas a preparar ali o grande caldeirão, onde cozinharía e serviría a sua *paella* contra-revolucionária. O desfecho era óbvio e esperado pelas cabeças mais lúcidas. Os oportunistas de direita, como sempre, enxergavam apenas seus próprios interesses, seus “carguinhos”, seus empregos, com a “vitória” da causa popular. Este era deputado, aquele era diretor, aquele outro estúpido era delegado sindical ao encontro das ovelhas reunidas... Nesse ambiente de decadência se preparava o pior e o povo era enganado quotidianamente com a promessa de reformas que nunca seriam feitas. Isso para não falar no massacre que a oligarquia preparava junto com as famosas “forças externas”, para degolar a população com consciência revolucionária.

Era nesse ambiente que alguns dirigentes das incipientes organizações revolucionárias planejaram e realizaram o tal curso de teoria guerrilheira. Certamente, ele não terá sido o único no Chile daquela época. Mais tarde, os oportunistas inventariam a anedota, capaz de explorar o nacionalismo dos chilenos, segundo a qual foram os exilados estrangeiros que criaram as condições para o golpe da direita no Chile. Na verdade, a causa do golpe era a inconsequência dos reformistas, que queriam combinar o impossível, ou seja, (a) introduzir reformas a favor da população; e (b) governar parlamentarmente junto com a oligarquia. Ao preservar a velha ordem, os reformistas contribuíram para o massacre popular, que se avizinhava.

Todas essas coisas eram sabidas por quantos se dessem ao trabalho de pensar ou de discutir, sem colocar em primeiro plano o lado mesquinho de seus interesses. Era – como dizia Garcia Marquez – uma crônica anunciada. A ideia então seria reforçar com algumas teses a capacidade de resistência de uns poucos companheiros presentes no curso. E esperar pelo milagre da multiplicação dos pães. Que parcelas consideráveis de militantes da Unidade Popular despertassem e deixassem de esperar por “soluções vindas de cima”. Aqueles companheiros precisavam se preparar para outras formas de luta. Em breve, os comícios e o voto não seriam mais tolerados.

O massacre dos trabalhadores resulta quase sempre de um colapso anterior do poder burguês. A burguesia, por alguma razão, não consegue mais governar. No caso da queda de Napoleão III, na França (1871), a causa foi externa: a Prússia de Bismarck vencera a guerra. Na Alemanha do Kaiser (1918), teve-se outra causa externa, a Alemanha perdera a guerra. Na Rússia (1917), a causa era externa, pois a Rússia perdera a guerra para a Alemanha, a Áustria-Hungria e Bulgária. No caso chileno, contudo, a causa era interna. Certamente devido ao subdesenvolvimento, a economia chilena parara de funcionar. O desemprego urbano atingira 25% da população ativa. Os capitalistas chilenos tiraram dali o que podiam, colocando seus capitais na Austrália, África do Sul e nos EUA. O povo estava afundado na mais insolente miséria, comendo cebola com pão, mas a oligarquia não queria largar o osso. A eleição de Allende tornara a crise econômica e social também uma crise política. Havia uma oportunidade de sair adiante. Certamente, não seria através de preservar a oligarquia no Parlamento.

O que se estava fazendo naquelas condições da América Latina, ao tentar impedir o imperialismo norte-americano e seus associados de impor ditaduras empobrecedoras a todo o continente, era “lutar atrás das linhas inimigas”. Não havia dentro das classes dominantes qualquer setor que apoiasse ou simpatizasse com as causas populares ou operárias. O “povo” na América Latina é o que existe de mais pobre e oprimido. Composto pelas camadas mais heterogêneas, seja etnicamente seja economicamente, o povo foi e continua sendo deserdado por todos os poderes. A situação operária não é exatamente a mesma. Com o operariado, aparecem parcelas organizadas, inclusive elementos da dominação, que buscam explorá-lo social e politicamente.

O projeto das esquerdas latino-americanas era, à época, um projeto operário, mas era também um projeto popular. Não havia – como em certos lugares da Europa – a exclusão do povo, com uma suposta ou efetiva defesa do operariado. A ofensiva dos pró-americanos, estabelecendo ditaduras preventivas no continente, convenceu uma parte

da Esquerda de que se encontrava combatendo em "território inimigo" e que a principal forma de luta que poderia utilizar era a guerra de guerrilhas. Os planos de ação de tais organizações guerrilheiras eram, assim, embrionários e neles, às vezes, não se percebia o limite de segurança para atuar, necessário à sobrevivência das organizações. Tais organizações quase sempre, após a queda de seu esquema inicial, careciam de um sistema de comunicações e de informações que garantisse sua preservação e, ao mesmo tempo, lhes facultasse uma verdadeira iniciativa estratégica. Havia simplesmente a expectativa de um "socorro externo" que tanto não poderia ocorrer ou quanto, se ocorresse, pudesse ser vendido por pequena moeda de troca pelo suposto "socorrista".

As organizações de esquerda careciam, assim, de uma linha de ação clara. Não se reuniam, não planejavam em conjunto, não se consideravam portadores de um destino estratégico ou de quadros estratégicos. Os seus eventuais "apoiadores", como o comprovam os episódios da Venezuela, da Colômbia, do Brasil, do Peru, etc, queriam apenas ficar com seus controles e manipulá-las em causa própria. Eram organizações puramente táticas. Que se saiba, foram raros os momentos em que membros de tais organizações fizeram debates estratégicos sobre a situação continental: 1966 em Santiago, 1968 em Buenos Aires e 1971, de novo em Santiago do Chile. Não é de admirar, portanto, o estado de indigência da esquerda latino-americana, sem um jornal, sem uma Comissão Única de Controle por ela eleita, sem documento conjuntos, sem manuais comuns de treinamento, etc.

Tratava-se de mera horda de carneiros enviada ao açougue. Ou caso se prefira, ao matadouro. Os agentes indicadores e provocadores – como o caso de certo juiz – circulavam livremente entre as organizações, fazendo intrigas e promovendo quedas aqui e ali. Examinando à distância no tempo, as diversas alternativas que se ofereciam ao caminho então seguido, causa admiração que as melhores soluções não hajam sido escolhidas e que tais organizações tenham se mostrado tão ruins como aquelas das quais se originaram. Poder-se-ia dizer talvez que era o *kharma*. Produzidas no lixo político de uma esquerda reformista e inconsequente no reformismo – pois nunca alcançou fazer reformas – tais grupos não foram capazes de dar um salto de qualidade.

Sua natureza como força de ataque era limitada a simples "reformismo armado". Era incapaz de recrutar novos quadros, porque os recrutava no ambiente nocivo do reformismo derrotista. A admiração – da parte de grande parcela de seus militantes – por políticos tradicionais dos partidos de esquerda reformista expressava esse "pecado original", essa incapacidade de inventar algo que fosse realmente novo no cenário

político. Seu impulso formador era revolucionário, vindo de exemplos como Che Guevara, Mao Tse Tung, Puente Uceda, Marighella e outros. No entanto, esse vínculo de escolha e de sangue com a prática revolucionária dos povos era desorientado pelo discurso reformista, vindo de antigas estâncias revolucionárias, como a URSS, e dos partidos tradicionais da esquerda latino-americana, para quem esperar era o melhor remédio.

Infelizmente a esquerda armada não poderia dedicar-se a esperar, devido à elevada "rotatividade de quadros" que a forma de luta que escolhera provocara. No Brasil, por exemplo: essas organizações eram devoradas a uma taxa de 28% ao ano, ou seja, perdia mais de um militante em cada quatro. No entanto, àquela altura, para o bem ou para o mal, as coisas já estavam irremissivelmente organizadas e o que havia era apenas cumprir a missão que cabia a cada qual ou cair fora. Não havia mais a possibilidade de fazer correções. Os efetivos das organizações eram pequenos e as posições estavam cristalizadas. De "militarismo", a única coisa que aquelas organizações possuíam era a tradição reformista para que não se discutissem as ordens recebidas.

Ou seja, o autoritarismo bem conhecido. Isso, no entanto, deve ser moderado pela juventude que caracterizava a esquerda armada. Nela, até mesmo o autoritarismo ainda sabia misturar a tragédia com a percepção do ridículo, com um nível bastante baixo de burocratismo. A juventude fazia a maioria de seus militantes inquietos, curiosos, sempre à busca de algo mais, sempre a manifestar dúvidas. Estas qualidades eram todas muito favoráveis e tinham potencial para superar os vícios obtidos na educação partidária anterior. Contudo, a imensa rotatividade de seus contingentes impedia a formação de quadros e não contribuía para permitir a especialização de tarefas sem a qual uma organização clandestina séria não pode prosperar.

Vicente, o uruguaio instrutor do curso, era especialista em meios explosivos. Era um operário de origem, branco, pequeno, cabelos castanhos, olhar inexpressivo. Sua verdadeira natureza podia ser apenas indicada pela boca pequena e simples, um sucinto traço na base do rosto. Sua ausência de lábios bem talvez indicasse uma ausência de sentimentos.

No entanto, era terno, certamente de família italiana. Como os italianos, estudava antes a pessoa, para depois dedicar-lhe afeto ou não. Sua atitude, em geral, contudo, era de correção absoluta. Lá de fora, observava a todos. Jamais perdia seu ar de inexistência. Falava sempre com o mesmo tom, com a monotonia de um rádio à distância e baixo. Suas instruções eram perfeitas, com o idioma impecável, como se as estivesse lendo em

um manual ou em um teleponto. Toda sua matéria de ensino estava em sua cabeça. Seus dedos tudo sabiam do lado prático. Suas instruções expressavam uma reflexão complexa, absolutamente surpreendente. Em um exército burguês, chegaria facilmente a coronel ou general. Classificava as bombas por países, como se elas tivessem nacionalidades.

- Vamos agora resumir a família de minas terrestres vietnamitas...

Em seguida, era capaz de atribuir, de modo convincente, especificidades a toda sorte de petardos. Em seu discurso, as bombas adquiriam parentescos, comportamento e até desejos. O pior é que o ouvinte podia compreender tudo isso com clareza. Tratava-se de um gênio, de um artista absoluto que, em outras circunstâncias, seria aproveitado de outra forma.

Apresentou-se na primeira aula com tesouras e cartolina, cola e esquadros. Logo, todos estavam recortando e construindo seus objetos no cartão, colando-os e os armando. O extraordinário instrutor indicava:

- Não se deve produzir o artefato sem ter toda clareza de sua finalidade. Não se esqueça de que até a abelha já tem em mente o projeto que fará e para quê há de servir.

Aulas depois, a tesoura recortava o latão. A arte de usar a cola era substituída pela arte de soldar. Cada aluno recebia a atenção completa do mestre, com suas instruções formativas.

- Não comece soldando por esse lado. Veja: faz-se assim...

Antes de construir um "artefato", explicitava e recordava a natureza das forças que ali se desejava fazer atuar. E insistia que nunca se deve mandar um artefato cumprir uma tarefa que não era sua.

- Lembrem-se: cada coisa no lugar certo. O projeto certo e o recheio certo.

Não faltava ao instrutor nem mesmo a educação humanista de sua arte. Eram seguidos os conselhos contra o derramamento desnecessário de sangue.

- A vitória é mais facilmente obtida sem o derramamento de sangue...

Compreendia rigorosamente o lugar da luta armada, no contexto das formas de luta. Aos cabeças mais duras, esclarecia:

- Você nunca poderia matar todos os seus inimigos. Não funciona. A luta armada é apenas "propaganda armada". Sua verdadeira finalidade é paralisar a iniciativa do inimigo e fazê-lo voltar ao terreno político. Só a ação política obtém a vitória. E a vitória só pode ser política...

Sua mente, portanto, não estava dominada pelas melhores combinações químicas de preparados inusitados, nem envolta na melhor embalagem para contê-las. Continuava a pensar politicamente, apesar de todas as vicissitudes...

Vicente fora um dos dirigentes do curso e da coluna. Em seguida, foi embora do Chile. Seus alunos, certamente, dele nunca se esqueceram. Era um mestre das sentenças curtas, das frases pedagógicas, não se interessava por debates e aparentemente nada sabia de teorias. No entanto, no miolo de suas sentenças didáticas, via-se sua profundidade de conhecimento teórico, intuitivo ou não.

- Os meios são sempre de combate e de proteção. O combatente habilidoso converte os primeiros nos segundos e os segundos nos primeiros.

Esclarecia:

- Uma granada se converte em uma mina terrestre e uma mina terrestre se converte em uma granada. Os meios táticos de combate são na verdade operacionais, se são pensados operacionalmente. Pense o que vai ocorrer no futuro neste espaço em que se encontra. E agora organize este espaço – para sua proteção e o seu combate – no futuro que se avizinha...

Infelizmente, o sangue-frio e a percepção de Vicente, o Nacho da coluna, não estavam ou estão ao acesso da maioria. O comum das pessoas prefere não pensar "no futuro que se aproxima". Essa imprudência crônica não afeta apenas as pessoas. Ela faz da América Latina uma grande perdedora. Lá de onde hoje esteja – se ainda estiver vivo – Vicente certamente rirá dessas linhas. Ficam aqui registradas algumas maneiras que foram suas, naquela luta terrível. Numa noite fria de outono, no Currarene, apontando uns companheiros que, correndo, se perseguiam na distância, dizia:

- Mas o que fazem aqueles malandros? Desperdiçam energia...

Durante o curso, havia sido feita uma apresentação de cada qual e de sua experiência político-revolucionária. Furri fora uma entre alguns que nada declararam de sua experiência de prisão. Outros companheiros, no debate, perguntaram a estes, que haviam silenciado sobre a cadeia, que experiências haviam vivido. Havia sofrido torturas, humilhações? Furri, quando interrogada, limitou-se a comentar:

- Não tenho nada para queixar-me...

Era um modo pitoresco de referir-se àquela situação. Antes do curso, ocorria um "ponto" entre a minha organização e aquela organização uruguaia, a que ela pertencia. Após alguns contatos, deu-se que nos ficamos conhecendo, ao acaso, quando cada qual compareceu ao "ponto" para trocar informações. Sentamo-nos em um banco de jardim, num bairro aprazível e central, para conversarmos. De repente, percebemos que alguém nos vigiava de certa distância, detrás de uma árvore. Brincamos de quem seria a "cauda". "Cauda" era o nome então corrente para alguém que seguia atrás de si, um policial encarregado de segui-lo.

- Esta cauda é sua?

- Minha é que não é. Certamente será sua...

Combinamos caminhar para uma seção mais escura do bosquezinho e ali caçarmos nosso caçador. Lucia, que mais tarde seria Furri, perguntou-me se eu estava armado. Tive que confessar que estava armado com uma ridícula variante de Astra, de fabricação argentina e calibre 22. Ela trazia uma Walther PPK 9mm e, por isso, arrogou-se o direito de sumir no bosque e tentar colher nossa "cauda" desde trás.

A manobra não deu resultado, porque a cauda escapou. Lucia sorriu-me cínica, com seus olhos quase verde azeitona...

- Vocês brasileiros... nem um argentino usa uma arma dessas...

Dei de ombros e ela se foi. No próximo encontro, veio com uma saia curta. Ao sentarmos, deixou-me, à vista, seus poderosos joelhos. Abriu a sacola e passou-me uma toalha, dobrada em quadrilátero:

- Não abra agora. É um presente para você.

Quando ela se foi, tomei por outra direção. Pelo peso, sabia o que a toalha continha. Ao abrir, dei com uma Walther PP 9mm, mais antiga, mas perfeitamente conservada. Aquela seria uma companhia de mais de dois anos ainda, no Chile.

Com base naqueles contatos, cinco organizações haviam resolvido montar o curso. Este fora uma boa experiência. Apesar do esquema complicado que exigiu trinta "alunos", cinco "instrutores" lograram reunir-se durante 290 horas de um mês para fazer uma troca de experiências que exprimisse o que era possível compendiar das cinco organizações. Uma promessa que o curso fazia era o acompanhamento na floresta, o que agora se efetivava. Não havia recursos para tal. O sacrifício era enorme. Aqueles que o faziam, contudo, julgavam-no importante.

O curso se dera numa velha casa de fazenda, que as condições econômicas e o tempo haviam reduzido a uma mera sede de granja. Não era longe de Santiago. Chegava-se no sítio com o escuro e saía-se com o escuro. O inverno facilitava a discrição. Ali o regime de uso do espaço era rígido, para evitar quaisquer contatos eventuais não desejados.

Lucia e Dolores foram as duas uruguaias no curso. Elas ali se chamaram Furri e Madeja. Os "nomes de guerra" no curso eram ocasionais e distribuídos pelo arbítrio dos instrutores. É possível que não fossem menos arbitrários que os nomes que os companheiros já traziam, de suas organizações de origem. Dolores tornou-se Madeja porque tinha dois caracóis de cabelo castanho escuro, que desciam um para cada orelha. Com seus olhos claros e parados, talvez se candidatasse a um anjo barroco, desses de gravuras ou de igrejas. Lucia virou Furri porque lhe deram as tarefas de um furriel, distribuindo os materiais referentes ao curso. Levaria ela esta pesada função para a "coluna de marcha", ou melhor, "para o monte". No curso, estavam também os uruguaios Vicente e Guafo, sendo o primeiro "instrutor" e o segundo "aluno". Vicente, também conhecido por Nacho, seria no acampamento Remington, porque trouxe um magnífico rifle de ferrolho, modelo 700, daquela fabricação.

Veja-se lá. Lucia e Dolores foram excelentes "alunas" do curso. Na verdade, eram companheiras muito responsáveis. Além de muito bonitas, eram senhoras por completo até do ar que respiravam. Isso, num coletivo cheio de rapazes, fazia um efeito devastador entre eles. A maioria deles – é óbvio – ficava "na sua", fingindo que não as viam, ou como dizia Lupicínio, exercitando seus "nervos de aço". Houve outras companheiras no curso:

Juana (Estela), Eugenia (Vual) e Albertina (Flora), chilenas; Neusa (Fincha) e Lídia (Jaspe), brasileiras; Alda (La Loca) e Manuela (Lempa), argentinas; Mariana (Kelú), que se dizia *montonera*, também; para os outros, era argentina. Mas estas companheiras, excelentes amigas e militantes, não tinham o poder de “destruir nervos” na mesma dimensão das duas uruguaias, embora algumas fossem até mesmo mais bonitas que elas. Fica aí a observação...

Embora soubéssemos que a região escolhida estivesse coalhada de caça e pesca, nosso estado-maior autoproclamado determinou a carga nas mochilas e especificou uma composição básica individual. As moças levavam 20kg e os rapazes 30kg nas mochilas. Era obrigatório 1kg de pão sem fermento, sabão em pedaço, um tubo de pasta dental, 1kg de aveia grossa, 3kg de chicharro (cavalinha) enlatada (seis latas), 1kg de carne seca, sal, café, chá preto, barras de chocolate, duas escovas pequenas, escova de dentes, etc. Alguns companheiros se deram ao luxo de levar o seu papelzinho higiênico... Cada qual levava a munição de sua arma. Havia para as trinta pessoas, seis armas longas e 37 pistolas. Eram duas semiautomáticas .45, Colt, 1911; 4 pistolas Llama 9mm; 2 Berettas SpA 9mm, tipo 93R; 13 pistolas Astra 7,63mm, modelo 90; 6 pistolas Browning belgas, modelo 1900, de 7,65mm; 5 pistolas Walther 9mm. Havia nas armas longas: um rifle Remington, modelo 700 de 7,62mm, de ferrolho. Um rifle Mauser 1935, de 7,65mm. Um rifle Parker-Hale, modelo 82, com luneta, de 7,62mm. Um magnífico rifle de 3 canos, automático, com chave, fabricado a mão e assinado, possivelmente belga. Uma espingarda de perdigão calibre 16, com dois canos, feita a mão. Havia ferramentas de sapa e ferramentas grandes, distribuídas nas esquadras, para organizar o terreno.

Resolveu-se distribuir as armas longas como segurança de marcha de todo o grupo. As seis esquadras de marcha ficariam, cada uma, com uma arma longa. Cada uma dessas foi coberta com couro, para descaracterizar a sua natureza ou desempenho possível. O embuste não podia dificultar seu rápido uso, quando necessário. Cada qual levaria sua pistola – alguns tinham duas – encoberta, segundo critério pessoal de eficiência de uso. O Parker-Hale com luneta, que estava na mão de Pedro, viajaria aproximadamente no meio da linha da marcha e fora de todos os grupos. Por isso, o grupo de comando ficaria sem arma longa.

O objetivo da distribuição das armas era, portanto, apenas assegurar o mínimo de capacidade defensiva para a “coluna de marcha”. Cada esquadra viajaria a, pelo menos, cem metros da outra, descaracterizando a capacidade de pelotão que o grupo possuía.

Havia mais de um binóculo por esquadra, o que permitia planejar com cuidado a meia hora seguinte de marcha. Estudava-se rápido a formação do terreno vindouro, a distribuição nele de pessoas, sítios, casas e animais. Traçava-se a rota mais fácil e menos povoada. Seguia-se até o ponto de reunião pré-fixado. Na verdade, tratava-se de uma lição prática de maneabilidade, que brincava de esconde-esconde com eventuais elementos da ordem e da população local. Não chamava a atenção, ali, cinco ou seis vagabundos errantes com uma arma longa. Podiam estar caçando ou iam buscar um contrabando em alguma parte. No entanto, uma "coluna de marcha" com trinta pessoas logo traria para ali uma força florestal dos *Carabineros*. As seis esquadras de cinco tinham por comando: A, Vicente; B, Guilherme; C, Guafo; D, Peri; E, Nachero; F, Pedro. Cada esquadra tinha um subcomandante. A esquadra de comando era formada pelos instrutores do curso e apenas um membro, argentino, que não era instrutor, Urizar (Sombra). Um terço da coluna era formado por argentinos, de duas organizações diferentes. Seguiam sete chilenos e cinco brasileiros, em importância numérica. Toda a marcha estava planejada na carta. Era cerca de 270 km de ida e outro tanto de volta. A rota era sair das imediações de Riñihue e alcançar Rucachoroi e o Lago Caburgua. A marcha de volta seguiu, aproximadamente, o mesmo trajeto. Evitaram-se as cidadezinhas locais, como Los Lagos, Paillaco, Ronco, Riñinague, Puerto Llifén, Futrono, Puerto Frey, Carriringue, etc. Jamais se caminhava por estradas, caminhos com maior frequência, fazendas, etc. Buscávamos flanquear tudo. Isso fez com que se vivesse todo o período ao ar livre. Embora alguns pegassem gripe, febre, etc, não houve nada mais grave, como acidentes, por exemplo. Cada qual levava, para facilitar as travessias, vinte metros de corda.

O sucesso da estadia no monte pode ser atribuído a três fatores: (1) o ambiente democrático, apesar da crise, que se vivia no Chile de Allende; (2) a juventude e força dos membros da coluna; (3) ao cuidadoso planejamento, com conhecimento do terreno dos chilenos Pedro e Jorge. Eles escolheram uma região que conheciam desde a infância. A área toda tinha uns oito mil km² e obtivemos mapas dela toda. Isso permitiu um planejamento cuidadoso. Marchou-se com três paradas por dia, café, almoço e jantar. Jantava-se onde se tomava o café, com as barracas espalhadas e tão escondidas quanto possível. Dormia-se com serviço de guarda. Pôde-se, assim, treinar a "coluna de marcha" quase com a segurança de um piquenique, mas com dificuldades bastantes para se aprender algo.

A esquadra de comando foi a que mais andou, porque ela se reunia, periodicamente, nos pontos preestabelecidos e seus membros iam e vinham das demais esquadras. Sua

existência era, pois, temporária. O terreno foi organizado de maneira exemplar, sendo eliminados, ao deixar cada ponto, quaisquer vestígios da passagem do grupo.

O ar parecia absolutamente cristalino. A impressão era a de um cartão postal, uma pureza absoluta, de que não houvesse uma única partícula de poeira no ar. O vulcão nos fitava majestoso, com seu cume eterno, e nos brindava com a sua indiferença. Naquele cenário esplêndido, eram apenas formiguinhas, querendo, de algum modo, dar-se ares de importância. Caminhar pelas matas do sul do Chile sempre despertava essa impressão de pequenez. Semelhante estado de humilhação ante o poder da natureza não permitia perder-se o espanto. Quantas vezes ali se voltasse, quantas vezes lhe assaltava a sensação de perda, de vazio e a incompreensão do que é imenso. O céu parecia exibir a sua curvatura. Respirar aquele olor tão novo era inebriante.

Talvez fosse ali que as forças naturais se encontrassem para produzir o oxigênio perfeito. O suor corria frio pelo rosto e o esforço – alimentado pela limpidez do ar – pedia por mais e mais caminhar. Aquela estranha excitação era por certo uma forma de embriaguez capaz de levar ao perigo um caminhante inexperiente. Era como se a natureza o atraísse e o dominasse. A parafonia do vento embaraçava o bom senso, o cansaço não pedia descanso, mas excitava. Os conhecedores advertiam que o ar não era melhor como parecia, mas pior.

Olhando-se para frente ou para trás, era possível quase sempre divisar uma ou outra de nossas esquadras, a cem ou duzentos metros. Cruzava-se aqui e ali com viajantes, alguns conduzindo cavalos ou burros. Como se esperava, a pequenez do grupo não causava espécie. A ninguém ocorreria por certo estar observando grupos distintos a meia distância que fossem parte do mesmo direcionamento. Tampouco isso lhes interessaria. A inspeção visual quase sempre buscava avaliar um potencial de perigo. Eliminada esta suspeição básica, cumprimentos superficiais eram trocados a certa distância, às vezes, algumas informações ou perguntas. E nada mais. Todos tinham, por certo, suas razões para lá estarem. O *sureño* não é um amante das inquirições e das autoridades. Os homens que descem à selva ou que sobem as montanhas, em geral, amam menos às autoridades, às regras impostas e aos governos. Isso era uma verdade, apreciando caírem as águas da Huilohuilo ou ladeando as águas do lago Panguipulli.

À medida que se caminhava para o nordeste, ia o terreno se elevando. As mesetas do altiplano visível degrau oferecido pelo Andes, tornavam-se cada vez mais íngremes. A vegetação também ia-se tornando menos espessa, menos floresta, e indicava algum tipo

de savana, onde agora predominava a família de bromeliáceas. Diferentes tipos de bromélias e de girassóis, alguns até azuis, iriam aparecendo no caminho para a Argentina. Ratões de banhado, ali denominados pelos locais de *vizcachas*, abundavam cada vez mais. Nos lagos, *coscorobas* brancos e avermelhados comiam, pescando aos milhares, com evidente indiferença para as causas sociais do mundo. Das dezenas de cumes que aqui e ali se elevavam desciam gargantas, ora assustadoras, vazias e desgrenhadas, ora quase acolhedoras, parecendo pomares ou jardins trabalhados pela mão do homem. O frio das noites derretia-se à luz do sol. Os rios e riachos, praticamente, congelados ou apresentando uma fria cobertura de gelo, agora – à luz – escorriam gargalhantes corrente abaixo, como águas em festa. Raposinhas de todas as espécies, gambás e quatis diversos, corriam para todas as partes e habitavam em todas as árvores. Por ali desfilava, estranha e sem sentido, cada tosca esperança humana.

Chegou-se e saiu-se por Riñihue. Dois veículos, com dez pessoas ambos, uma vez por dia. Três dias para chegar e três dias para partir. Eram, nas circunstâncias, de grande discricção. Tanto em Riñihue quanto em Rucachoroi, o fluxo foi controlado. Seria perigoso manifestar ali um estado de euforia. Buscou-se atuar, discretamente, naqueles cenários, onde se ficava estacionado. Os responsáveis pelo curso consideraram esta experiência um sucesso. No entanto, não houve condições para que isso se repetisse. As condições políticas no Chile se deterioravam rapidamente. O Chile constituía, naquela circunstância, uma exceção na América do Sul. Era evidente que o golpe seria dado e uma ditadura militar instalada. As provocações e a violência em breve impediriam as experiências didáticas como esta ida à montanha.

Como parte do treino da organização do terreno, a montagem e desmontagem das tendas obedecia, rigidamente, ao regramento. Os tetos das barracas ficaram sempre amarrados às árvores e seu entorno era camuflado com ramos e galhos de apoio. Antes de retomar a marcha, a cada manhã, o material "sobrante" era devidamente "desaparecido" no terreno. As barracas eram de seis pedaços de lona e havia alguma lona extra para organizar os quebra-ventos. Isso era indispensável naquela friagem congelante da noite. Ali, caso se dispusesse de seis mil calorias por dia, ainda se sentiria frio. O que havia de mais duro era certamente este contato com a natureza. Depois de três ou quatro dias, o frio penetrava no esqueleto e o corpo do montanhista começava a mudar. Tornava-se mais lento e menos flexível. Os conhecedores do ambiente alegavam que se tratava da perda, muito rápida, da gordura do corpo. Havia também grande preocupação com a utilização correta dos equipamentos. Tudo era distribuído de modo a não produzir ruído algum durante os deslocamentos. Cada qual era responsável por uma parcela de ordem,

que era aplicada rigorosamente. Este enterrava os restos do fogão e das cinzas. Aquele recolhia os grampos da barraca, ao desmontá-la; ou com a pá de sapa, enterrava suas bordas no terreno, ao armá-la. Como não havia latrinas, a ida "ao bosque" era feita com a ferramenta de sapa, que eliminaria as "provas" da presença do aprendiz de guerrilheiro ou de montanhista.

As matas da região, exibindo árvores aparentemente seculares e portentosas, alternavam-se com descampados, clareiras que desciam ravinas abaixo, aparentemente produzidas por incêndios. Pedro, que era da região, esclarecia que tanto eram fruto dos raios na mata seca quanto da destruição por fazendeiros. O vento noroeste, que nos sacudia o corpo, era ali responsável por parte de tudo, inclusive da inclinação das árvores menos poderosas. Por toda parte, denotavam-se as marcas da escavação milenar dos *ventisqueros*. Cada esquadra de marcha possuía uma barraca, um fogareiro a álcool, duas pás, uma picareta, uma cavadeira de ferro inteiriço, e dois cobertores. Com um deles se forrava o piso da cabana e outro "cobria", ou deveria antes cobrir seus cinco "proprietários"... Portanto, utilizava-se todo o tipo de manha ou mandriice para "ficar com seu pedaço" de cobertor. Embora a composição das esquadras houvesse sido fixada na base de partida, ao longo da marcha, elas foram-se refazendo, de acordo com amizades que vinham do curso ou criadas na marcha. Esta pequena indolência era tolerada pelo comando, chegando ao extremo de La Loca (Alda) haver "morado", ao fim da marcha, em todas as esquadras. Lagos, como o Riñihue, o Calafquén ou o Panguipulli, exerciam verdadeiro fascínio nos caminhantes, talvez só superado pelas pirâmides magníficas dos vulcões. As povoações, os casarios ou as granjas eram, cuidadosamente, evitados. Um ou dois elementos eram mandados para efetuar "compras", em busca de vinho, um pedaço de carne, algum tipo de aguardente, etc. Luís, chileno, trocou uma bela faca por dez litros de vinho, por exemplo, perto de Carriríngue. Qualquer reforço alimentar era devorado de uma só vez. Para se ter ideia, *ñachi*, que, no começo da marcha, era assunto de *gourmets* especialistas, foi, dias depois, devorado no jantar por todos. (Trata-se de sangue cru de cordeiro com sal e muita pimenta...)

Quando o corpo é, dessa forma, submetido a duro castigo, reforça-se o sentimento de solidariedade, ao menos na maioria das pessoas. No entanto, todos se tornavam verbalmente mais cruéis. Reforçam-se as estórias escabrosas, insulta-se mais ao inimigo, etc. Certamente, é uma forma de descarregar a tensão gerada pelas dificuldades. Eram, assim, fabricadas pilhérias em série com os ridículos governantes da América Latina. Detalhes escabrosos da vida particular deste ou daquele haviam – verdadeira ou falsamente – chegado aos ouvidos de membros daquele grupo. Fulano era homossexual

e tinha tal hábito. Beltrano era um fauno, que havia violado a própria irmã. Em certos momentos, parecia-me que todos aqueles rapazes e moças eram, na verdade, jornalistas que, por acaso, haviam-se encontrado naquele descaminho de umas férias em Bariloche. Mas não se podia deixar de morrer de rir, com as estórias fantásticas que tiveram ali por pano de fundo os *alerzales* e montes de Futrono, Panguipulli ou do Ranco, sob os olhares benévolos do Villarrica ou do Pucon. À medida que se caminhava para nordeste, o terreno se elevava e assim também se fazia com a maledicência. Era uma extraordinária maneira de elevar o próprio moral, arrasar com o moral dos ditadores.

Certa noite, já em plena marcha de volta, talvez o terceiro dia de retorno, após a mísera sopa de "tudo", sentei-me num círculo de bolivianos e argentinos, uruguaios e brasileiros. À beira daquele pequeno fogo, um companheiro boliviano, de olhos baixos, iniciou uma diatribe contra o que ele chamava de "intelectuais", aparentemente pessoas responsáveis por todos os defeitos. Com a testa contraída, apontava como dessa camada social imperfeições que estão em toda parte. Depois de ouvi-lo por algum tempo, na verdade, sem perceber, desliguei-me, absorto nos pensamentos que aquilo me despertava.

O companheiro Guafo, uruguaio brilhante, talvez por provocação, apoiou as teses do boliviano, com exemplos detalhados, em uma argumentação que – penso – visava chegar ao paradoxo. Arrematou com crueldade:

- Infelizmente Ignácio, quando tomarmos o poder, não poderemos fuzilar todos os intelectuais. Deveremos deixar alguns milhares desses inimigos, para servirem aos desígnios do proletariado.

Só então, o companheiro boliviano deu-se conta de que estava sendo ridicularizado.

O tom que ali se empregava tinha algo de alheio, algo meramente de espectador. Debatiam como se estivessem tratando de um filme e não da vida real. Havia ironia, certa maldade, um fatalismo naqueles comentários. Talvez, quando o assunto nos intimide, quando não se é, ainda, capaz de lidar com algo, busque-se apresentar esse tema sob um prisma ridículo. Trata-se de mera técnica de sobrevivência. Ao se falar do tabu com aparente indiferença, com maldade até, pode-se lograr a distância, a superioridade que se necessita para manter a sanidade mental necessária.

A ausência de humanidade é, aí, uma arma poderosa com que se procura igualar a imoralidade de um inimigo tão ruim. Alguém atira:

- Não tenho a menor consideração por tais inimigos. O que eles têm feito conosco? Acaso têm mostrado alguma complacência, alguma piedade?

Outro, ali, retruca:

- Também não tenho, creia-me. Mas isto é uma questão política. É uma questão puramente política. Não se pode dar à reação o que ela merece. O controle ideológico que ela exerce sobre parte considerável do povo, obriga-nos a elaborar caminhos políticos, soluções políticas...

Guafo, uruguaio, fala sempre pausadamente, baixo, quase devagar. Sua cabeça utiliza, a cada instante, a mesma via, sempre o mesmo procedimento lógico, pelo qual ele obtém a clareza de seus argumentos. Julga-os de grande regularidade. Não é à toa que é um dos líderes entre os uruguaios. Não adota brincadeiras pesadas ou frases disparatadas, tão a gosto de outras nacionalidades. Cala-se por longos tempos, até por horas inteiras. Seus argumentos são cozidos no estômago, são ruminados e, apenas, deles a quinta essência pode lograr alcançar o cérebro. Daí que saia qual folha de papel, limpo, seu mácula, como se fosse produzido por uma máquina. Desse me disse Fincha, uma das brasileiras:

- Que necessidade tem ele de estar sempre perfeitamente controlado... Não gosto disso...

Para mim era indiferente. Cada qual tem sua maneira de ser. Não me preocupava muito com reações pessoais. Alguns usavam um linguajar ignóbil, coalhado de palavrões. Para mim, era apenas uma maneira de se mostrarem duros. Outros se esmeravam nos processos reflexivos, buscavam amadurecer, nada diziam que expressasse suas almas pobres, infantis e puras. Não dava a mínima. Para mim, então, era tudo igual. Sabia, apenas, que dali podia resultar o imprevisível. No golpe futuro – que haveria de ocorrer contra Allende – estariam todos eles de volta à multidão, à massa, a condição de dela ser parte, os protegeria. Não eram e não mais poderiam ser criaturas fáceis. Os que haviam sido presos, torturados e humilhados eram, agora, como um pedaço de couro atirado sob o sol escaldante. Cada dia os tornaria mais duros, mais ressecados. Ouvia suas exclamações irritadas, o debate que caminhava sem fim e até sem um motivo que tivesse importância.

Muitos, por certo, partiriam do Chile antes do golpe. Ir-se-iam juntar a seus movimentos originais ou até iriam militar em outros países. Por isso, esta troca, agora, de experiências era tão vital. Encontrar o seu semelhante. Encontrar algo de si em uma pessoa que é de outro lugar, aparentemente até de outra cultura. Conversar, criticar, aproximar-se,

afastar-se. Tudo isso fazia parte de um amadurecimento, do enriquecimento de uma expressão política, de uma formação melhor como ser humano.

Fincha dilatava mais adiante aquele conceito. Havia companheiros espontâneos, sinceros, cheios de calor humano. Havia outros que alguma coisa os empurrava para a frialdade, talvez para o cálculo. Ela dizia suspeitar que estes últimos eram a matéria prima do golpismo, do maquiavelismo, do burocratismo na luta pelo socialismo. Eu não conseguia acompanhar-lhe as conclusões:

- Será que é isso mesmo? - dizia eu.

- Talvez se trate apenas de avanço da racionalidade e não necessariamente um processo de piora... Ou seja, ao se tornar mais racional, mais capaz de cálculo, pode piorar ou não...

Ela não podia concordar comigo. Formulava – cada vez com mais clareza – uma teoria de que a boa razão brotava aos borbotões, desde a análise emotiva e não podia ser separada dela. Eu lhe dizia da "razão afetiva" de Rousseau, e brincava com ela que seria agora partidária de Rousseau e não de Lênine. Manifestando pelos companheiros mais frios uma irritação crescente, ela preferia ver o acerto em sua teoria, onde razão, frieza, cálculo e maquiavelismo se completavam como graus de uma formação sucessiva...

Por ora, Guafó afastava as soluções pré-fabricadas que pudessem decorrer de um suposto comportamento revolucionário e insistia no caráter absolutamente político das soluções que seriam obtidas na luta futura, como mero resultado da correlação de forças em presença:

- Insisto, companheiro, não há nem poderia haver comportamento-padrão a aplicar. Tudo vai depender de cada conjuntura, de cada solução política e do grau de compreensão com que as massas venham a encarar cada problema...

A chuva rosnava mais uma vez. Caía sem pressa, como que dispusesse da noite para sempre, já não voltariam os dias. Pinche afastava-se, sozinho, para a margem do riacho, cujas águas apressadas cantavam conhecida canção. Sem querer, dera eu com ele ali, a masturbar-se inutilmente, ignorando aquela friagem. Felizmente, não me viu e pude ir-me sorrateiro, um tanto envergonhado. Era-me desagradável pensar no que fazia naquelas condições, onde devia, cria eu, mostrar superação e ausência de vícios. Talvez ele estivesse certo e eu não, razão porque ele se mostraria assim tão terreno. Os sons da

gente espalhada chegavam em pedaços, conversas normais, sílabas, fonemas perdidos. A chuva, com seu desgosto de outono, buscava silenciar a todos. Penetrava com o vento, incomodava, tinha um meio para passar suas vestes.

Ficar vários dias assim, ao ar livre, à disposição dos elementos naturais, carpindo particularmente os insultos da chuva, é desagradável. Encolhi-me a um canto, junto a Tinaja, que se reduzia sob uma galharia protetora. Ficava-se tão perto do tronco do arvoredo quanto era possível, mas não se colava a ele. A água, que parecia não ser tanta ao cair, formava rios pela casca abaixo. Puxei uma conversa:

- Veja como chove! Parece que vamos sair daqui todos doentes!

Lançou-me um olhar um tanto surpreso. Certamente, eu, como um dos responsáveis da campanha, não deveria expressar visões pessimistas. Estaria, em seu íntimo, censurando-me? Pelo que falou, nem tanto:

- O Chile está composto como um bolo de camadas. Talvez devêssemos haver ido para outra latitude, a esta época do ano.

Concordei com ele. Quando se está apanhando, sempre se deseja uma outra solução. Quanto a mim, não estava bem equipado. O casaco, de esquiador, era esplêndido. Tinha duas faces, dois zíperes, e era forrado com lã de vidro. Minha debilidade estava nas botas. Eram emprestadas. Gostavam de se umedecer. Os pés ficavam tão frios que deitavam fumaça. Certo, não era o único que tinha problemas. Dois dos bolivianos, Sermón e Capucho, cada vez que se parava a coluna, tiravam suas botas e torciam suas meias, lançando fora muita água. Outros tinham jaquetas inapropriadas. Parecíamos, por certo, o exército russo na primeira guerra mundial. A experiência era, mesmo com isso, para mim muito positiva. Tentei expressá-lo. Argumentava que os erros desta tranquila expedição nos ensinariam muito para o futuro. Tinaja era disso cético:

- Olha companheiro. A organização é uma ciência. E, aqui, na América Latina, costuma-se comer o farnel todo de uma vez. Toda iniciativa está feita pelos jovens. E os jovens, não sei por quê, têm pressa...

Falava como se não fosse jovem. E, no entanto, suas palavras eram sensatas. Seu discurso podia distrair do aguaceiro. Falava de Haya de La Torre a Luis de la Puente Uceda. No seu modo de interpretar a experiência peruana, transparecia sua esperança, a expectativa de

melhores dias. Contudo, para ele, o Peru estava longe de melhores dias. Tinaja era o único peruano que estava conosco no monte. Seus olhos, de um negro profundo, tinham um elemento triste. O cabelo muito negro e escorrido contrastava com as asas das narinas, um tanto alçadas, a revelar no aborígene andino uma porcentagem de sangue africano. Caso fosse assim, descendia ele dos peruanos mais pobres e oprimidos. Uma motivação profunda o havia colocado no exílio e agora estava ele ali conosco. Dizia:

- Que se vê na América Latina? Nosso povo sabe sobreviver. Ele não necessita das oligarquias para nada. Mas tem algo de ingênuo. Está sempre pronto a socorrer os exploradores. Sempre pronto a dar-lhes outra chance. Esse desejo de integrar os poderosos no povo é que perde qualquer movimento libertador...

- Não será que já surgimos assim? A elite *criolla*, ao fazer a independência como um movimento parcial, já colocou nisso os germens do neocolonialismo...

Sem dúvida que sim. Tinaja concordava:

- Veja essa tese da burguesia nacional...

Comentava:

- Você já viu alguma burguesia nacional na América Latina?

Para ele, todos os empresários do continente eram produto da pilhagem externa. Imigrantes pés-de-chinelo, escória na Europa, na Ásia, que aqui chegavam e, logo, eram promovidos pelo sistema a capatazes e proprietários.

- Mas quem, na oligarquia, se lembraria de promover o pobre *indiocito* a proprietário, hem?

Abria-se sua queixada ampla e poderosa, como a de uma mula. Seus dentes muito brancos logravam de alguma forma refletir as poucas luzes de uma noite escura. Conjeturava. Para longe, rajadas de chuva e vento estrugiam em sua natural indiferença.

- Quem tem alguma coisa, não pode almejar reforma alguma. Nessa luta, nós estamos sós. Daí que necessariamente é uma luta longa. Quem tem um pedaço de terra, por muito pequeno que seja, não quer que a terra seja dividida. Se calhar, há de querer mais terra...

Seu tom era drástico, mas via-se sereno. Falava como se esconjurasse, com isto, todas as ilusões. Mas a conversa ajudava a esquecer nossos ossos molhados.

Entre os bolivianos, Ricardo (Capucho) gozava de grande prestígio. Contava-se que lograra escapar de meia dúzia de militares ou policiais, em circunstâncias extraordinárias. Estava desarmado, tomou uma arma de um de seus pretensos captores e, com ela, feriu dois outros, fazendo confusão suficiente para escapar. Antes de deixar o país, avisou do caso a mãe de um importante dirigente, indo à casa dela, lugar tido por bem vigiado pela polícia. Ademais, logrou ir para o Chile por conta própria, atravessando a fronteira clandestinamente junto a Quetena. E aparecera em San Pedro de Atacama magro e esfomeado. Daí, alguns esquerdistas locais recuperaram o homem e o haviam enviado a Santiago. Não importa o valor dessa estória, Capucho jamais a ela se referia. Nunca se pavoneava. Falava apenas o mínimo, talvez para certificar-se de que estava vivo. Merecia o apelido porque, na noite, no inverno, no campo, estava sempre oculto em um capuz, que fazia parte de dois casacos que alternava invariavelmente. Casacos de algodão forrados de lã que, naquela época, estavam no alcance da bolsa dos pobres. Um deles era azul bem escuro, o outro, de um marrom quase vinagre.

Ricardo era de tez clara, como daqueles indígenas brancos do altiplano, que nós chamamos de "Incas". A boca fina denotava seu autocontrole. Os malares salientes, os olhos sofridos e quase vestigiais, o rosto bem conformado, como é próprio das raças indígenas. Olhava sempre para quem estava falando. Observava bem o lugar onde chegava. Parecia sempre sensato e envolvido em uma atmosfera de silêncio. Às vezes, demonstrando que era apenas mais um, sorria de uma piada ou do dito de algum companheiro. Seu sorriso era silente, escolhendo qualquer canto, talvez, inconsciente, o mais discreto e o mais seguro. Com a sola dos pés no chão e os joelhos debaixo do queixo, podia passar uma noite inteira. Via-se que fora criado no campo, em um mundo sem cadeiras.

Devia ter, no máximo, 1,70m. Seus ossos dos pulsos eram largos, mostrando que era forte. Desempenhava suas tarefas sem transpirações e sem fadiga aparente. Como tipo, talvez não impressionasse ninguém. Aprendi desde logo em minhas experiências pela vida que esses tipos escondem o que pode haver de extraordinário. São suficientemente pequenos para se obrigarem sempre a estar alerta; são pouco grandes para despertarem o medo e a suspeita. São as pessoas de aparência medíocre, incapazes de despertar a curiosidade, que podem surpreender sempre. O silêncio arma-lhes a astúcia. Daí não decorre, contudo, que seja um patife ou um santo.

O Capucho, durante o curso, mostrara a habilidade de seus dedos com as armas. Nas aulas de armamento, destacava-se montando e desmontando as diferentes armas. Nunca soube se em seu país ele havia servido ao exército. Sua habilidade nesse ramo era visível, notável. No campo, demonstrou sua origem camponesa. Era fulminante com o machado, a escavadeira, a pá e a enxada. Para isso, não esperava ser convocado. Assumia naturalmente e mostrava-se à vontade na lama líquida ou na folhagem. Não demonstrava a aversão ao bosque que nós outros – os ratos urbanos – possuíamos.

Em seus olhos brilhava uma febre negra, extraordinária. Talvez estivesse consciente disso. Talvez buscasse ocultar de outros seus sentimentos mais profundos.

Olhando-se para pessoas como Ricardo, vem-nos à mente a hipótese se elas têm de fato o entendimento profundo que parecem ter. Naquela época, eu cria que sim. Hoje, estou convencido que não. Certas pessoas nascem fascinadas ou têm o dom de despertar o fascínio. Nada, porém, justificará sobre elas a decisão alheia de considerá-las superiores a outras. No fim da vida, um observador minucioso deve reconhecer que errou frequentemente em suas avaliações e que de tudo só restaram as impressões de um pesadelo. De que morte morreu Ricardo? Estará ainda por aí, aparentemente, vivo? Em que ponto de sua vida foi possível derrotar aquela fé, aquele fogo, que parecia extraordinário? Ou ele ainda prossegue? Nesse caso, onde queimará?

Aquele militante que não fumava e que aparentemente lutara tão bem por sua vida deveria estar fadado a novos atos extraordinários. No entanto, uma estrutura má, que tem a mesma formação na Bolívia ou na América Latina, logrou tragá-lo em algum ponto, mastigá-lo, fazer dele nada mais que um chiclete, com corpo sem nome estendido em um barranco qualquer; talvez um funcionário público de gravata e terno branco; de qualquer forma, um desfecho ruim... Talvez não se tenha chegado a realizar nele o herói que se havia desenhado. Em algum lugar, pode ter um processo ruim, ou a própria estrutura perversa encarregada de erguê-lo, haver-se desviado de seu curso provável e tê-lo tragado no anonimato, para sempre. Ou sim, perfeitamente foi o que deveria ser. Mas a obscuridade em que se passa a luta política dos oprimidos não lhe permitiu sobressair. Pode haver morrido herói, mas como tantos heróis anônimos do povo, esquecido, deliberadamente, entre as pilhas sul-americanas de crimes de direito comum. Um minuto só, uma percepção do inimigo que não deveria haver existido, uma fração em que se deixou trair por uma ação a mais, talvez demasiado humanista, talvez desnecessária... E aí pode havê-lo tomado ou perdido para sempre.

Que foi afinal? Que sucedeu? Certamente, nunca chegaremos a saber. Fica na memória retida o seu silêncio, o seu ar reticente, seu olhar a reconhecer os cantos de cada sala. Fica seu rápido reconhecer dos coletivos que se vão e que se formam, sua aparente displicência com quantos, em torno, circulam e que, de modo desvolto, parece não perceber. Sua discrição militante era sem dúvida mais antiga que sua militância. Não era afetação, não era um simples fingimento. E, enquanto rememoro, posso ainda ouvi-lo chapinhar pelas águas do Calafquén e do Piriguaico.

23.3

45 DIAS PRISIONEIRO DA JUNTA MILITAR NO CHILE

Luiz Carlos Guimarães

Eram mais ou menos oito horas da manhã, quando fomos despertados pela surpresa e pelo pânico que já se apossara de Santiago desde a madrugada, naquele inesquecível 11 de setembro de 1973. Saímos do apartamento do Reinaldo onde morávamos desde que chegamos a Santiago, sob tiroteio, caminhando com as malas nas mãos. Fomos para a casa do Jaime, local somente conhecido pelo advogado dele, considerado pessoa de confiança.

Lá, eu, minha mulher e dois outros casais, todos brasileiros, no terceiro andar de um prédio a algumas quadras do *Palacio La Moneda*, pudemos acompanhar de perto os trágicos acontecimentos que, com fogo, ferro e sangue, marcaram o coração do povo chileno.

Tanques e patrulhas militares percorriam as ruas e abriam fogo contra alvos tanto civis quanto militares e, até mesmo, contra quem ainda não se havia dado conta do que estava ocorrendo. A maior parte das tropas haviam-se concentrado no ataque ao *La Moneda*, onde o presidente Allende e os membros do GAP (Grupo dos Amigos do Presidente) arriscavam a vida na defesa dos mandatos que haviam recebido do povo.

Durante toda a manhã e parte da tarde, recrudesciu a intensidade dos combates. Balas sibilavam pela da cidade em todas as direções. O reboco caía dos prédios e o nosso já tinha sido bastante atingido pelas rajadas de tiros. Em torno da hora do jantar, a força

aérea chilena entrou em ação e começou a destruir as partes do palácio que a artilharia ainda não tinha conseguido arrasar. Um incêndio apavorante, com muita fumaça, era o que restava da casa onde devia funcionar o Gabinete do, até então, representante legítimo do povo chileno.

- AGORA, VOCÊS VÃO VIAJAR PARA O REINO DA MORTE...

Na televisão e no rádio, anunciava-se, seguidamente, que a Junta Militar controlava a situação em todo o país e que o Golpe de Estado era um fato consumado. Naturalmente, não divulgavam que milhares de trabalhadores eram assassinados, que todas as *poblaciones* – bairros operários – estavam sendo bombardeados, que atiravam em mulheres, idosos e crianças na porta de suas casas e que tiraram a vida de incontáveis mineiros nos seus locais de trabalho.

Continuavam as invasões domiciliares em busca de opositores, de armas ou de qualquer material considerado subversivo, perigoso, contra a nova ordem estabelecida. Boatos sobre a derrocada do governo constitucional espalhavam-se ao longo do dia, os direitos humanos eram desprezados e espezinhados sob grosseiras botas que se impuseram com ajuda de fuzis.

Durante dois dias e uma noite, testemunhamos, através da nossa janela, como o terror dos militares massacrava o povo nas ruas.

Por volta das nove da noite do dia 12 de setembro, nosso apartamento foi invadido por um pelotão de carabineiros armados com metralhadoras automáticas e granadas de mão. Eram cerca de trinta soldados, mas sua fúria era tão intensa que pareciam muito mais. Dava-nos a impressão de que eram, no mínimo, o dobro. Imediatamente, fomos empurrados para o chão, ameaçados e subjugados pela força das armas. Enquanto alguns empenhavam-se em arrastar ou derrubar móveis ou destruir objetos domésticos que estivesse no seu caminho, outros agrediam-nos, com a "coronha" das metralhadoras, na cabeça e nas costas, causando-nos fortes hematomas que não desapareceram senão depois de longo tempo.

Por fim, as mulheres foram deixadas no apartamento e os homens foram conduzidos à 5ª Delegacia de Carabineiros, na região de Mapocho, localizada a alguns poucos quarteirões da Avenida San Martín, onde nós morávamos. Levei comigo minha inseparável bombinha contra asma que eu guardava em um estojo de couro, semelhante a uma

caixinha. Naquela delegacia, primeiramente, esperamos em pé por longas horas, até que nos submeteram a torturas físicas e psíquicas.

- *Estrangeiros de mierda!*

- *Concha tu madre!*

- Agora vamos atirar em todos! Todos! Sem exceção!

Os carabineiros gritavam ao mesmo tempo em que alguns prisioneiros eram levados para a parte de trás da delegacia, onde fuzilamentos eram simulados ou executados alternadamente.

Conosco havia outros estrangeiros – bolivianos, uruguaios e argentinos ou trabalhadores chilenos que tiveram a sorte de sobreviver aos massacres das fábricas. Todo tempo fomos obrigados permanecer deitados, de barriga para baixo, com o rosto encostado no chão, apoiado no cimento frio. Como se os soldados tivessem combinado, toda vez que passavam perto, nos batiam com os fuzis ou pisavam na nossa cabeça, de modo que nosso nariz se esmagava no chão. Muitos companheiros sangravam. Para evitar mais complicações, eu sempre abria o estojo que tinha nas mãos e mostrava a bombinha de asma.

- *Hijos de puta!*

- Fiquem em fila! Olhando para o chão!

- Agora vocês vão viajar para o reino da morte!

Horas depois, em fila, fomos embarcados, um a um, em um ônibus e, em seguida, transportados para outra prisão, que iríamos conhecer muito bem. De maneira trágica e terrível, viríamos a saber que se tratava do Estádio de Chile, onde antes se disputavam pacíficas partidas de futebol, onde se praticava pugilismo.

BANHO DE SANGUE – CADÁVERES EMPILHADOS

Fomos praticamente jogados no Estádio de Chile e, novamente, foi-nos imposta a incômoda posição de bruços, enquanto alguns oficiais olhavam os nossos documentos e outros nos "acariciavam " com suas botas.

Assim permanecemos por muitas horas, no chão de um dos muitos pátios laterais, que funcionavam como celas para os prisioneiros que seriam interrogados pelo *Servicio de Inteligencia Militar* (SIM). Embora o SIM fosse provisório, eles, certamente, não eram amadores.

Em um canto daquele amplo espaço, havia uma porta que dava para as salas de interrogatório usadas pelo SIM. Em um clima de tensão e com nó na garganta, testemunhávamos como os prisioneiros interrogados saíam daquelas jaulas. Pessoas que víamos entrar em perfeitas condições físicas, voltavam, após algumas horas de gritos e sons surdos de pancadas, com o rosto completamente deformado e coberto de manchas roxas. Alguns vinham apoiados nos braços de companheiros ou carregados em macas, tão mal o estado em que se encontravam.

Nas arquibancadas que rodeavam o campo, comprimiam-se milhares de trabalhadores, que já tinham, quase todos, passado pelas salas de interrogatório. Alguns, já cheios de desespero, não aguentavam mais e rompiam em choro histérico ou começavam a gritar:

- Abaixo a ditadura fascista! Morte aos assassinos de nosso presidente!

- Viva a liberdade!

A reação vinha sob a forma de tiros e rajadas disparadas pelos soldados, que mantinham suas metralhadoras, todo o tempo, apontadas para aquela massa de gente. Foram muitos os que caíram ali, na presença de todos. Os soldados atiravam às cegas. As balas atingiam onde atingissem. O importante era manter o domínio sobre a massa. Vi um soldado com uma metralhadora ponto 30, com tripé. De vez em quando, ele dava uma rajada contra a massa e caía uma fileira...

No setor em que estávamos, aconteceram sessões de tortura diante de nossas vistas, como por exemplo, com dois argentinos. Os cabelos deles foram arrancados a sangue frio por carabineiros. Eles enrolavam tufo de cabelo nos canos de seus fuzis e os arrancavam com um único puxão. As vítimas encolhiam-se e rolavam no chão de dor. Na noite seguinte, os dois foram levados para os porões do estádio e nunca mais foram vistos.

Uma chilena, de cerca de vinte anos, foi também levada e fuzilada, nessa mesma noite, acusada de ter tentado atirar em alguns oficiais. Fatos assim repetiram-se por mais um dia e uma noite ainda.

De uma feita, nos ordenaram – um grupo de dez homens – que os acompanhássemos aos porões para carregar alguns colchões que seriam usados pelos oficiais. Logo ao descer os primeiros degraus, passamos mal com o forte cheiro de sangue coagulado que impregnava aquele espaço subterrâneo. Em um longo corredor, havia um enorme monte de cadáveres empilhados uns sobre os outros. A maioria estava completamente irreconhecível, com toda a cabeça esmagada, com feridas tão grandes no peito e no abdômen – maiores do que o tamanho de uma mão – que dava para enxergar as entranhas.

Fora do estádio, juntavam-se pais e parentes dos prisioneiros, uma gigantesca massa de gente, angustiados e temerosos com a sorte de seus entes queridos. Muitos dos que eram esperados lá fora não estavam mais vivos. Os soldados receberam ordens de atirar contra o povo.

Havia, no estádio, um pára-quedista, sargento das famosas “forças especiais” (treinadas em tortura e técnicas de terror no Panamá, financiadas pela CIA). Ele tinha o apelido de Toro e era especialista em quebrar cabeças a coronhadas de fuzil.

Após cinco dias naquele cárcere, recebemos, como único alimento, alguns goles de água. Nossos corpos estavam enfraquecidos e muitos desmaiavam – sobretudo os velhos e doentes – e, imediatamente, eram executados por esse “crime”. Fiquei com a boca cheia de feridas por causa da acidez estomacal causada pela falta de comida.

QUINTA NOITE COMO PRISIONEIRO

Na quinta noite de prisão, recebemos ordem de, mais uma vez, entrar nos ônibus. Puseram-nos de joelhos entre os bancos, com as cabeças nos assentos, para não sermos vistos pelo lado de fora. Estávamos a caminho de onde teríamos uma permanência mais longa, mas não menos angustiante e arriscada, nossa última parada: o Estádio Nacional, o campo de futebol mais popular do Chile, cujas arquibancadas nunca antes se lotaram de pessoas submetidas a tão terríveis circunstâncias.

O grupo do qual eu, agora, fazia parte compunha-se de cerca de duzentos prisioneiros, quase todos trabalhadores. Havia, também, alguns estudantes estrangeiros, convidados pela Universidade do Chile. Fomos trancafiados em um exíguo compartimento que dava para um pequeno pátio, do lado de fora das arquibancadas, da qual ficávamos separados por uma enorme grade de ferro que garantia nosso cativeiro.

Até então, eu mantinha meus documentos verdadeiros escondidos sob o forro acetinado do estojo de asma. Na primeira oportunidade que tive, tirei a minha carteira de identidade verdadeira junto com a minha carteira de imprensa e enfiei-as, com a mão, bem no fundo de uma privada cheia de fezes até a borda. Para sair do Brasil, como estava sendo perseguido, usei documentos falsos. Entrei, portanto, no Chile, com outro nome.

Na madrugada do dia seguinte, já éramos quatrocentos, comprimidos naquela local onde caberiam pouco menos de trinta pessoas, em situações normais. A cada instante chegava mais gente que era distribuída por outras "jaulas" semelhantes. Os trabalhadores trazidos eram sujeitados ao mesmo tratamento: enfileirados ao longo dos corredores, virados para as paredes e a uma distância de um metro e meio delas, recebiam ordem de estender os braços e apoiar as mãos na parede, tudo embaixo de coronhadas de fuzil. A posição assumida era obviamente desconfortável. Os oficiais interrogavam, depois, com agressividade:

- Onde estão as armas?

- Qual organização terrorista? - referiam-se à organização a que o preso pertenceria.

A cada resposta negativa seguiam-se ou chutes violentos nos testículos (vulneráveis naquela posição), que faziam com que a vítima caísse no chão contorcendo-se de dor, ou golpes com os canos dos fuzis que rasgavam feridas profundas cujo sangue escorria pelo corpo e pingava formando poças no piso.

VELÓDROMO – CAMPO DE MARTÍRIO

Os interrogatórios do SIM realizavam-se em um velódromo situado a menos de duzentos metros do Estádio Nacional. A cada dia, de manhã, víamos longas filas dirigindo-se para esse novo campo de martírio. Muitos trabalhadores traziam sacos nas cabeças ou vendas nos olhos. Durante o dia, no transcorrer dos interrogatórios, as torturas tornavam-se cada vez mais elaboradas. Ouvíamos repetidos tiros e deduzíamos que a população das fábricas e das famílias chilenas estava sendo drasticamente dizimada.

No meio da tarde, quando vimos a mesma fila voltando para suas celas, descobrimos, tomados de tristeza, que parte dos grupos retornavam reduzidos a menos da metade.

- E os outros? - pensamos. Mas ficamos calados, pois a resposta logo viria muda, dura e pesarosa.

Enormes salas, que antes serviam de vestiário a desportistas, haviam-se transformado em verdadeiras câmaras de tortura com a mais elaborada aparelhagem para "produzir dor": mesas metálicas, por exemplo, que serviam para aplicação de violentos choques elétricos em prisioneiros amarrados em cima delas. Eram muito usados, também, pequenos aparelhos manuais que produziam corrente elétrica. Esses aparelhos eram ligados às vítimas por meio de fios terminados em garras que eram presas às partes mais sensíveis do corpo. Os lugares preferidos eram a língua, as pálpebras, os órgãos sexuais e o ânus. Em alguns casos, enfiavam essa garra no ânus, o que provocava dores que se espalhavam por todo o corpo e deixava queimaduras que doíam durante semanas. (Eu mesmo fui submetido a esse tipo de tortura, quando estive preso no Brasil, e posso assegurar que é muito doloroso).

Do outro lado do velódromo, embaixo da tribuna de honra, em uma sala com o letreiro "Seja breve!" na porta, cinco representantes do Departamento de Operações Internas (DOI) - o órgão central da repressão política no Brasil -, marcavam presença naquele campo de concentração. Eles interrogavam e torturavam os brasileiros que lá estavam presos. O chefe da equipe, Capitão Mike, oficial da Marinha Brasileira instruía, pessoalmente, os oficiais chilenos no uso do já famoso método do "pau-de-arara", quando o prisioneiro é pendurado pelos joelhos, em um bastão, com as mãos amarradas nos pés. Nessa posição encolhida, o corpo da vítima gira de modo que a cabeça, por seu próprio peso, fica para baixo. Esse método de tortura facilita a aplicação de choques elétricos nos órgãos genitais e era muito utilizado pela Polícia do Exército (PE) em quase todos os Estados do Brasil, pela Operação Bandeirante (OBAN), em São Paulo e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Esse oficial da Marinha Brasileira, ao ver-me na fila de interrogatório, reconheceu-me. Poucos meses antes, no início de 1973, quando eu estava preso no Brasil, fui torturado sob o comando dele.

- Desta vez você não me escapará - afirmou ele, dirigindo-se a mim, quando se aproximou da fila.

Fui separado dos prisioneiros com os quais me encontrava e levado para longe dali, a um compartimento do outro lado do Estádio, junto com outro brasileiro, o Edson que, como

eu, portava documentos falsos. O Edson tinha sido muito torturado e estava todo machucado. Como estávamos com outros nomes, disseram-nos que "seríamos mandados de volta ao Brasil". Na realidade, não seria o Luiz Carlos ou o Edson que desapareceriam e, sim, outras pessoas. Passamos muito terror. Na manhã seguinte, houve a troca da guarda. Os novos guardas desconheciam o motivo de estarmos isolados naquele setor.

- Os estrangeiros devem ser levados para o setor tal - comunicou a voz no alto-falante.

Quando ouvimos esta ordem, insistimos com a guarda que deveríamos ser conduzidos para lá. A maioria daqueles guardas era constituída por jovens que recém tinham iniciado o serviço militar. Explicamos que éramos estrangeiros e que eles poderiam ser punidos pelos superiores se não obedecessem às determinações da autoridade. Por fim, convenceram-se e nos levaram ao tal setor, para junto dos nossos companheiros, onde estávamos anteriormente.

A seguir, chegou ao Estádio Nacional uma equipe da Cruz Vermelha Internacional, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, do Conselho Mundial das Igrejas, etc. Relatei a ameaça de extradição ao Monsieur Lehnan, ligado a esses órgãos e ele fez a denúncia à ONU. Caso contrário, não estaria vivo agora...

Depois de 45 dias nessa existência aterrorizante, repleta de "últimas olhadas" em companheiros que, depois, desapareciam durante a noite, os últimos presos estrangeiros no estádio, cerca de duzentos, foram conduzidos a um refúgio sob proteção da bandeira suíça. Dali, fomos transportados a diferentes países que nos deram asilo político. No meu caso e dos meus companheiros que moravam comigo, o destino foi a Suécia, assim como o foi para muitos outros.

Quando estávamos saindo do estádio e atravessávamos a massa de trabalhadores que permaneceria no cárcere, pudemos distinguir um grito de um companheiro chileno que tinha dividido cela conosco e estava sentado na arquibancada:

- Uma coisa é clara, companheiros! A luta não terminou. Eles venceram a primeira etapa, mas o povo chileno ainda não deu sua última palavra!

Quero acrescentar que, anos mais tarde, em 1980, no Brasil, meu pai foi chamado ao DOPS para que recebesse documentos. Lá, entregaram a ele a tal carteira de identidade e a de jornalista que eu tinha enfiado em um vaso sanitário do Estádio Nacional.

Em 2003, por ocasião dos 30 anos do golpe militar no Chile, meu filho Miguel pediu-me um relato sobre a experiência no Estádio Nacional, onde fiquei presa ao lado de 80 brasileiros e milhares de chilenos. O desfecho faz menção às famigeradas torres, explodidas dois anos antes.

Falar da geração de 1968 é também lembrar do Chile. Afinal de contas, Allende representou o paizão que nos recebeu a todos da América Latina.

Não fui uma militante de peso. Mas em 1969, com apenas 17 anos, fui morar sozinha na favela do Jacarezinho, hoje uma das áreas controladas pelos traficantes. Fazia parte do nosso esforço de "proletarização", já que éramos "pequeno-burgueses" atuando na Seção Operária da VAR-Palmares no Rio. Com mais uma companheira da minha idade e origem, fiz o levantamento das 30 principais favelas da cidade, visando ações "político-militares".

Acho que foi assim que aprendi a ser repórter. E concluímos o mesmo que o Comando Vermelho bandido de hoje: o Complexo do Alemão, na época apenas a favela Nova Brasília, é o de melhor localização estratégica!

Em 1972, fui presa num rabo de foguete do Araguaia, que chegou a meu companheiro. Quando fomos soltos, saímos para o Chile, apenas cinco meses antes do golpe do Pinochet. O resto eu contei aí embaixo, para a garotada que não leu essa história nos livros.

11 de setembro de 1973, dez para as nove da manhã. No rádio, a voz emocionada do presidente Salvador Allende. Uma declaração de intenções, do que buscou para o povo chileno. Até que entendemos: era uma despedida.

O bombardeio foi rápido. Das Torres San Borja, na Diagonal Paraguay, no centro de Santiago, deu para ver a fumaça que subiu do *Palacio de La Moneda*. Informações confusas. Começam a tocar hinos no rádio. Mais um tempo e veio o primeiro *bando* (comunicado) militar: todos os estrangeiros deveriam se apresentar, etc.

Há meses, o jornal *El Mercurio* vinha repetindo a ladainha contra os inimigos da pátria, os *mercenarios marxistas extremistas extranjeros*. Começava o golpe militar contra o primeiro governo socialista eleito na América Latina, por 46 por cento dos votos do povo chileno, manobra financiada pela ITT e pela CIA, como hoje a história comprova.

Na *Investigaciones*, o DOPS local, até aquele momento dirigido por um membro do Partido Comunista, nem quiseram saber quem eu era: "Estrangeira? Visto de turista com quatro meses? Que história é essa de aguardando o resultado do exame na faculdade? Mora nas Torres San Borja? *P'a dentro!*" Madrugada de terror, entre dezenas de estrangeiros amontoados numa sala. Parece que nos mandam para o Estádio Nacional. *Compañero, calma*. O uruguaio de bigode, grandão, sorri com o olhar para mim, identificando a forma de tratamento. Soube depois que era tupamaro.

O final da madrugada foi em uma masmorra, onde descobri pelo tato que existem mesmo aquelas camas de pedra, que pendem da parede por uma grossa corrente. Ajeito-me como posso em uma delas, espremendo-me entre uma alemã e uma nicaraguense, para nos aquecermos um pouco. Amanhece. Frio, muito frio. Desembarcamos de um ônibus na entrada do estádio. Homens de pernas bem abertas e braços na parede. Como se pudessem estar armados ao chegar de outra prisão. Mulheres simplesmente em fila. Os milicos chilenos traíam a formação galante na diferença de tratamento entre homens e mulheres. Não demorariam a aprender com os professores de tortura brasileiros, argentinos e uruguaios, bem treinados no Panamá.

Não posso tremer. Esses filhos da puta não podem saber como estou com medo. Mas os joelhos não me obedecem. O frio piora tudo. Juntam as mulheres em um vestiário. Dezenas. Começa a rotina do terror, marcada pela total incerteza do que pode acontecer no momento seguinte.

Com um pouco de experiência de prisão em alguma ditadura vizinha, é possível identificar o amorismo e a desorganização da repressão que se inicia. Mandam soldados recém recrutados no interior para policiar o estádio. Jovens camponeses assustados, contra quem também poderia voltar-se aquela máquina absurda que começava a se mover.

Uma semana para me interrogarem. O oficial *carabinero*, à minha frente, não tem a mínima ideia de quem eu seja. Faz uma cara feia e pergunta o que tenho na bolsa. Passo o bolo de papel, todos os documentos pessoais que levei para o Chile. Até recibo de aula de piano na infância. Folheia. Descobre um recibo da editora Bruguera, de livros de bolso,

pela tradução do faroeste *Guerra a las Armas*. Sobrancelhas arqueadas do milico. Explico. Depois de mais algumas tentativas de descobrir perigosos indícios de ação contra a pátria chilena, vira-se para um soldadinho ao lado:

- *Soldado! A las cinco de la mañana!*

- *Sí señor!*

O gesto ríspido me manda sair da sua frente. Mesmo diante de um fascista meio burro e inexperiente, na condição de prisioneira, tive vontade de rir por dentro. Fiquei séria.

Dormi bem como em todas as outras noites, apesar de sermos pelo menos três em cada colchonete. Comendo uma *cazuela* de água suja, com raras estrelinhas de aipo boiando, uma vez ao dia. Uma água leitosa escurecida e um pão duro de manhã. Sobrevivi ao horário anunciado para o meu fuzilamento. Durante o dia, levam-nos para a arquibancada tomar sol.

Estranho, assistir no filme *Missing*, Jack Lemmon, numa cena impossível, mas de indiscutível efeito dramático, de um pai, mesmo que norte-americano, procurando o filho entre milhares de espectadores de um jogo de futebol inexistente.

Marion está muito angustiada. O marido, Wanio, passa mal, muito mal. Se não me engano era um dos militares que fugiu com Lamarca do quartel de São Paulo, levando um caminhão de armas e munição. Morreu algum tempo depois, por falta de atendimento médico adequado, de obstrução intestinal. O conterrâneo Otto, médico, diagnosticou a doença do companheiro, sem nada poder fazer. Tentamos nos comunicar com os homens por meio da linguagem de sinais, como se fez no Presídio de Linhares, em Minas. Passei um dia todo treinando.

Não consegui dissuadir o soldadinho que veio me dizer que não podia. Mas filei o maço inteiro de cigarro dele. Foi milimetricamente distribuído, a maior parte para os homens, que passavam muito mais necessidade que a gente.

Um dia, armamos um espetáculo no vestiário. Somos de 14 nacionalidades diferentes. Cada uma tem que cantar e dançar algo típico do seu país. Houve soldadinho dando pulos no *pasillo* para assistir através das grades lá do alto. As brasileiras ganham disparado. Mais difícil foi o banquete imaginário, quando nos colocam sob uma escada

que dá acesso a um local de tortura. Gritos e gemidos durante todo o dia. Difícil exercício de tentar se alhear.

A mudança para o vestiário da piscina é recebida com alívio. Até descobrirmos o vento gélido que desce da cordilheira dos Andes, visível ali da *Avenida Grecia*, como a água do degelo que sai da torneira. Uma enorme piscina olímpica que vai virando um lodaçal, como naquela piada asquerosa do leprosário. Um dia me chamam pelo alto-falante. Gelo de medo. Chegou minha hora.

A nicaraguense, sandinista, que participou de um atentado, já tinha sido levada para o Velódromo, onde começavam a organizar a tortura. Os recém-chegados do *Estadio de Chile* nos contam, lívidos, como fuzilavam de quatro em quatro no centro da *cancha*. No mesmo estádio em que Victor Jara teve as mãos cortadas para não mais arranhar as cordas do violão em canções de protesto, pouco antes de ser metralhado em público.

Aproxima-se um chileno de terno e colete, formal. Traz um envelope. Não acredito. É a letra da minha mãe. Estava em Santiago, deixara cinco cartas como aquela, em mãos de religiosos, de entidades humanitárias, de autoridades chilenas. Conseguiu que um funcionário do Ministério do Interior fosse me levar a carta. Mistério insondável. Insiste em que eu vá com ela para o Brasil, contrariando minha vontade, manifestada ao ACNUR, de ficar sob a proteção das Nações Unidas.

Foi minha primeira noite de insônia no estádio. E agora? No dia seguinte, um vice-cônsul cheio de caspa finge interesse pelos cidadãos brasileiros, cerca de 80, que apodreciam há mais de um mês, presos. Soubemos, depois, que ele, ali, foi por insistência do adido naval, mobilizado pelo CENIMAR, que queria o filho de um conhecido armador, preso conosco.

Os três brasileiros já com pena de expulsão e cujos pais estavam em Santiago saem do estádio no dia seguinte, com o vice-cônsul de caspa. Eu era um deles. Minha mãe me esperava no consulado. Abraça-me, chorando. Não consegui comer o bifão que pedi no restaurante, como havia planejado. Não consegui chorar ao falar com meu pai ao telefone, ele em lágrimas.

Não consigo chorar pelos mortos no bombardeio das torres de Nova York.

Morei no Chile durante três anos, mas foram os últimos dias os que mais me trazem recordações, isto é, do dia 11 de setembro de 1973 até minha saída de lá no dia 13 de dezembro do mesmo ano. Vou relatar alguns episódios daquele período que foi uma parte da minha vida.

TEMPOS ANTERIORES AO DIA 11 DE SETEMBRO DE 1973.

Após nossa chegada a Santiago, em janeiro de 1971, fomos convidados para um encontro com o Sr. Presidente Salvador Allende, na cidade de Valparaíso. No Chile, era tradição começar o governo presidencial naquela cidade. Ele nos deu as boas-vindas e, após uma boa palestra, nos disse:

- Há um avião esperando por vocês em Santiago pronto para levá-los para Cuba, pois a presença de vocês aqui me trará muitos problemas.

Depois de uma conversa sobre o assunto, nossa resposta foi a seguinte:

- Sr. Presidente! Nós ficaremos aqui para defender o governo popular de Vossa Excelência, pois haverá tentativas de tirá-lo do governo por um golpe militar, como nos demais países da América do Sul.

O Presidente Allende nos disse o seguinte:

- *Compañeros, acá en Chile no habrá golpe militar porque, acá, los militares chilenos son el pueblo uniformado.*

Após o encontro com o Presidente Allende, levaram-nos para Viña del Mar. Fomos convidados a uma comida típica seguida de uma apresentação de danças tradicionais chilenas em um restaurante no Estádio Salsalito. Foi lá, onde o Brasil havia iniciado os jogos de 1962, pelo campeonato mundial de futebol. Voltamos para Santiago já ao entardecer. Estávamos morando em um refúgio no Parque Aguirre Cerda, mais conhecido

como Parque Cousiño. Aos poucos, íamos abandonando o refúgio. Muitos já tinham onde morar em Santiago e alguns foram para a Europa.

Com o decorrer do tempo, a reação chilena ia aumentando suas provocações contra o governo. Sabotagens, atentados, inclusive com assassinatos, como o do companheiro Nilton Rosa da Silva, morto em pleno centro de Santiago pelo grupo fascista *Patria y Libertad*. Ele era gaúcho e militava no MIR. Nós, paulatinamente, começamos a estabelecer contatos com grupos chilenos que tinham intenção de defender o governo popular. O grupo mais importante que contactamos foi o grupo do companheiro Jorge Arturo Grez mais conhecido como *El Conejo*. Posteriormente, ele foi assassinado na prisão, em 1974, em Santiago. Tínhamos um bom intercâmbio com aquele grupo. Trocávamos experiências e nos ajudávamos mutuamente.

DIAS DO GOLPE

Mais ou menos às 7 horas da manhã do dia 11 de setembro de 1973, minha esposa e companheira Maria me acordou e disse:

- Que estranho, todas as rádios estão tocando marchas militares.

Levantei-me imediatamente e disse:

- É o golpe militar.

Rapidamente peguei meu carro e saí em direção a Recoleta, onde havíamos, já de antemão, marcado um ponto para nos reunir em caso de uma tentativa de golpe. A nossa intenção era resistir. Nas proximidades da casa onde morava o nosso contato que era oficial de carabineiros, já havia muitos militares e isso tornava impossível chegar ao local de encontro. Dei a volta e me dirigi para o centro pela Avenida Independência. Em um cruzamento na Praça Chacabuco, fui parado por uma batida policial. Os policiais militares paravam e revistavam todas as viaturas. Examinaram todo o carro e a mim e me liberaram, pois, segundo eles, eu não tinha nada comprometedor. Mais tarde, soube que o companheiro que era nosso contato havia sido morto por haver resistido aos militares.

No *tancazo*, isto é, na primeira tentativa de golpe contra Allende planejada pelo general Vioux, o companheiro já havia resistido e, portanto, os golpistas sabiam que ele era

partidário do Presidente Allende. Por isso, houve a operação em sua residência já no começo do golpe.

Bom. O que fazer? Para onde ir? Voltei para casa, conversei com Maria e decidimos que ela me acompanharia com minha filha Francisca no colo o que daria uma fachada mais inocente de nossas intenções. Decidimos ir a vários lugares de Santiago para ver como estavam os nossos companheiros que lá viviam e, se possível, ajudar caso fosse necessário.

NOSSA PRIMEIRA VISITA

Primeiro fomos até a casa de Valneri Antunes, o companheiro "Átila", que morava para o lado do aeroporto de Los Cerrillos. Ao chegar a sua casa, encontramos a esposa dele, Juanir, com a irmã e os filhos pequenos em estado de pânico total. Chegamos em boa hora, pelo que pude constatar. Estavam realmente desesperados e sem saber o que fazer. Valneri havia saído muito cedo para comprar leite. As filas para comprar alimentos eram enormes em virtude dos racionamentos – pelas sabotagens da reação. Ele estava demorando muito e já fazia várias horas que havia saído. Como elas já sabiam do golpe, ficaram pensando que havia acontecido algo grave com Valneri. Eu sugeri levar a irmã de Juanir, a Deca (Juarenir Guimarães Bandeira), para entrar em contato com uma pastoral religiosa que estava ajudando e acolhendo refugiados. Fui com ela até lá e tudo foi solucionado. Eles se refugiaram na França onde até hoje vive Alexandre o filho mais velho deles. O menor, André, vive com Juanir em Porto Alegre.

Mais tarde, soube o que havia acontecido com Valneri. Da fila para comprar leite ele viu passarem, pela avenida próxima de onde estavam, muitos caminhões militares. Perguntou a uma pessoa na fila o que estava acontecendo. Era alguma manobra militar?

- *No señor! És el golpe militar contra Allende,* - foi a resposta que recebeu.

Valneri raciocinou rápido. Deixou as garrafas no chão e saiu direto para a embaixada da Argentina. Com a pressa, esqueceu de avisar a família.

VISITANDO O RESTO DOS COMPANHEIROS

Após solucionar os problemas da família de Valneri, dirigi-me para o bairro Macul que era o mais distante e onde viviam muitos brasileiros. Fui para a casa de Washington Alves da Silva que vivia com a esposa Leta e filhos. Ao entrar em Macul, na rua em que

moravam, vi que a casa dele estava cheia de militares e vários carros já estavam abandonando o local. Foi um acontecimento que me abalou. Já o haviam prendido e o levaram para o Estádio Nacional que se convertera em campo de concentração.

Bom e agora? Eu tinha que me desfazer de todo o armamento que possuía e que estava escondido na casa de Paulo Medeiros. Precisava, também, continuar a ver onde estavam os demais companheiros.

Paulo Medeiros é um velho amigo e companheiro. Foi uma das grandes lideranças nos anos 50, na campanha do O Petróleo é Nosso. Era dirigente da juventude do PC. Nos anos 60, passou para o PC do B. Foi um dos grandes líderes junto a Leonel Brizola, no movimento da Legalidade, para empossar João Goulart como presidente do Brasil após a renúncia de Jânio Quadros. Com o golpe de 1º de abril de 1964, uniu-se com Leonel Brizola, no Uruguai, e fundaram o MNR: Movimento Nacionalista Revolucionário. Esteve preso no Rio Grande do Sul e, em 1971, fugiu para o Chile.

No outro dia pela manhã, a Nazareth (Maria Nazareth Cunha da Rocha), entrou em contacto comigo. Partimos para um bairro retirado, perto do aeroporto de Pudahuel. Lá moravam o Paiva (Manoel Dias do Nascimento) e a Jovelina, sua companheira. Ao chegar, o dono do terreno onde eles haviam construído uma casa informou-nos que eles já haviam saído. Não sabia dizer para onde. Voltamos para o centro onde deixei Nazareth e me dirigi para casa.

No dia seguinte, fui para a casa de Lina e Maria do Carmo que ficava, se não me engano, em Las Condes. Ao chegar lá, já não encontrei ninguém. A vizinha me contou que eles haviam deixado a casa aos cuidados dela. O pequeno Juarez estava temporariamente com ela e seria buscado assim que possível. Entrei e constatei que o menino estava bem em sua caminha. A vizinha mostrou também a coleção de discos de música brasileira da Lina, que ela estava guardando. Bom, eles já estavam em segurança. Que alívio!

UM DIA DE AZAR E SORTE

Agora tinha que me desfazer do armamento. Fui para a casa de Paulo que morava no Cerro San Luís com a família: Eva e os filhos Luciana e Paulinho. Pus o armamento no carro e fui para Macul outra vez para entregar o material a um companheiro da resistência. Após a entrega, voltaria para casa para buscar Maria e Francisquinha. Teria que ajudar outros companheiros. Paulo tinha dito que o Henrique Nunes havia pedido

ajuda para transportar vários companheiros da sua casa que já estava lotada. Iriam para a embaixada do Panamá que ainda não tinha vigilância militar.

Surgiu um problema quando, após a entrega do armamento, fui parado em uma barreira de carabineiros que suspeitaram de meu carro. Parecia novo, apesar de ter já dois anos, pois tinha sido pintado novamente depois de o companheiro Zé Duarte ter colidido com um ônibus, porque não obedeceu ao sinal de Pare, ao cruzar a Avenida Manuel A. Matta.

Suspeitaram do carro, pois o GAP (Grupo de Amigos do Presidente), antigo grupo de segurança do Presidente Allende, tinha todos os carros da mesma marca e de cor azul-marinho, isto é, um Fiat 125 Special. A polícia suspeitou da cor nova do veículo. Pensaram que tinha sido pintado para disfarçar, pois o MIR, *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*, estava cuidando de tais automóveis.

Fui enviado para uma unidade de infantaria que ficava no bairro alto, em Las Condes. Que sorte que as armas já haviam sido entregues! Quem era encontrado com armamento era fuzilado imediatamente. No quartel, fui interrogado por um tenente muito agressivo. Eu falei quem era, que tinha ganhado o carro de presente de meu pai que havia me visitado no Chile, etc. Após o interrogatório, me puseram a esperar sentado no pátio.

Havia chegado um outro brasileiro que eu conhecia de vista e que morava em Macul. Também foi interrogado e ficamos na espera, no mesmo lugar e conversamos um pouco. Umás três ou quatro horas mais tarde, veio um capitão e nos falou o seguinte:

- Eu vou soltar vocês dois em oposição ao meu subordinado que quer mantê-los presos. Qualquer coisa, digam que já estiveram aqui e foram soltos pelo capitão Cordero.

Eu e o companheiro brasileiro, de cujo nome não me lembro (só sei que tinha um defeito na perna causado por paralisia infantil) nos despedimos do capitão muito agradecidos. Partimos em direção ao centro sem acreditar no sucedido. Descemos pela Avenida Providência. Deixei o companheiro perto da Avenida Vicuña Mackena porque ele iria para Macul.

Ao chegar em casa, após várias horas sem dar notícias, vi que o meu pessoal tinha entrado em estado de choque total. Tinham imaginado o pior.

OUTRAS AJUDAS

No outro dia, fomos para a casa de Paulo para saber onde seria o encontro com Nunes. Seria bem no centro, na casa de um companheiro (não me lembro o nome) que era presidente da Associação de Refugiados Brasileiros no Chile. Parece que era do Partidão, conforme me lembro vagamente.

Todos iriam para a embaixada do Panamá.

Fizemos um plano, pois eram muitos os que iriam. Nunes e dois mais seriam os primeiros. Depois os demais, de três em três. Iríamos atrás, pois, na frente, iria Maria com Francisquinha no colo para dar uma fachada mais legal. O companheiro da associação não iria porque tinha outro esquema.

Bom. Com a primeira leva foi tudo bem sem nenhum contratempo. A última é que deu um pouco de problema. Um dos companheiros queria levar todos os seus pertences em duas malas mais um jogo de xadrez. Maria reagiu e explicou para ele que era muito para levar, já que poderia levantar suspeitas, se houvesse controle policial. Convencemos o companheiro a levar o indispensável, mas o jogo de xadrez ele não quis abandonar.

Estacionei o carro perto da embaixada. Tínhamos que caminhar uns trinta ou quarenta metros até o prédio. Íamos de um em um para não chamar a atenção sendo que eu os acompanhava. Entrou o primeiro, o segundo e, quando fui com o último, o do tabuleiro de xadrez, apareceu um funcionário panamenho que o impediu de entrar. Postou-se na porta e disse que a embaixada estava lotada e que era impossível entrar. O que fazer? Havia que atuar rápido.

Falei para o companheiro soltar o que tinha e correr para a janelinha do banheiro que estava aberta. Ele deveria subir no meu ombro e mergulhar para dentro, pois a janelinha era bem alta. Ao meu sinal corremos para a janelinha que ficava em uma esquina do prédio da embaixada. O problema é que o companheiro era um pouco lento e não queria se desfazer do jogo de xadrez. Primeiro atirou o jogo pela janelinha e, somente depois, subiu no meu ombro, o que tardou a operação.

Então apareceu o funcionário outra vez. Era um imenso mulato panamenho. Tomou o companheiro pelas pernas e o puxava para fora e o pessoal de dentro o puxava para o outro lado. Lá dentro apareceu a Lina (Angelina Dutra), minha velha amiga, que gritava

para o funcionário: "*Señor por favor! Déjelo entrar, por favor! Señor, déjelo entrar!*" pensando que era eu que queria entrar. Eu dizia para ela que eu não ia entrar e empurrava o funcionário para o lado com o ombro direito, ao mesmo tempo que empurrava as pernas do companheiro para dentro.

Que situação! Como o funcionário era muito forte e ia ser bem sucedido, eu me decidi. Dei um empurrão nele com o ombro e ele perdeu o equilíbrio. Soltou as pernas do companheiro que foi rapidamente puxado para dentro do banheiro.

Foi a minha oportunidade de sair o mais rápido possível para o carro e ir embora.

ÚLTIMAS SEMANAS

A situação estava mais calma. Já não havia muitos conhecidos que necessitavam ajuda. Resolvi casar-me e também batizar a Francisca pois Lorna, uma velha conhecida e amiga nossa, queria ser a madrinha. Fizemos o batismo na igreja do bairro e, em seguida, uma pequena festa para comemorar.

Na semana seguinte, nos casamos. Participaram nossos familiares e amigos. Depois fomos para a casa de Paulo, novamente, para ver o que fazer. A mãe dele, Dona Constantina tinha vindo do Brasil para ajudar e também participou no nosso casamento. Ela tomaria conta de Luciana e Paulinho.

Paulo e Eva iriam para a embaixada da Holanda que era uma das poucas onde ainda não havia vigilância. Dias depois do casamento, levei-os e mais José Carlos Mendes para a embaixada da Holanda. De lá rumei para casa, um pouco mais descansado. Agora já estava mais livre para pensar no que fazer.

O tempo foi passando. Com *Conejo*, decidimos que faríamos uma pausa, pois era praticamente impossível resistir em Santiago. Aconselhei-o a sair da capital. A sua companheira Carmen Rodrigues e a filha Rebellion Aucan Grez Rodrigues se asilaram, muito tempo depois, na Noruega.

A companheira Angélica não aparecia nos pontos de contato. Era do grupo ELN. Eu já havia feito dois contatos com ela. De repente, não apareceu mais nos pontos de encontro. Ela tinha se refugiado sem me avisar, o que me deixou preocupado. Encontrei-a muito tempo depois em Estocolmo.

Em fins de outubro, com todas as embaixadas vigiadas, estava um pouco difícil resolver minha situação. Quando visitei o meu compadre Odilo, padrinho de Francisca, ele me disse:

- Olha, se tu não solucionares o teu problema o mais rápido possível, tu não vais conseguir sair do Chile e vais ser preso.

A polícia esteve na casa dele em busca de Max, namorado da Silvana, sua filha. Max era o filho de Miriam Contreras, La Payita, secretária de Allende. Estavam desconfiados de que Max se escondia na casa da noiva. O irmão do Max, Enrique, tinha sido assassinado na tomada do *Palacio de La Moneda*. O corpo dele foi encontrado embaixo da ponte Bulnes, nas margens do rio Mapocho. Tinha 20 anos. Agora, estavam buscando o Max e a Payita.

Odilo disse que tentaria me ajudar a sair do Chile. Ele tinha contato com um uruguaio que trabalhava na ONU, em Santiago, que, por sua vez, tinha contato com o Sr. Harald Edelstam, o Heróico Embaixador da Suécia no Chile.

Harald Edelstam tinha salvado muitos uruguaios (56) do Estádio Nacional e mais vários companheiros chilenos, entre eles, Luis Figueroa, dirigente da CUT. Edelstam levava-os escondidos no porta-malas do seu Mercedes Benz.

O contato foi feito e o funcionário uruguaio da ONU me levou, pessoalmente, para a *Oficina Económica Comercial* da embaixada cubana sob a bandeira sueca, com proteção diplomática do país. Então, eu me asilei e fiquei junto com os companheiros uruguaios que o embaixador Harald Edelstam tinha salvado do Estádio Nacional. Éramos visitados diariamente pelo embaixador que nos dava informação da situação e contava as peripécias que tinha passado com os militares. Era realmente um herói, generoso, audaz e corajoso.

Ficamos asilados por um bom período. Começaram a chegar muitos chilenos que, pulando a cerca, pediam asilo. Apareceram os carabineiros para impedir a entrada de mais refugiados. Os uruguaios foram os primeiros a abandonar o refúgio, em viagem para a Suécia. Nosso grupo saiu no dia 13 de dezembro. Fizemos escala em Buenos Aires onde embarcaram várias pessoas, entre as quais, Ubaldino Pereira e Arístenes N. Almeida que tinham estado refugiados na embaixada da Argentina.

COMEÇO DA VIDA NA SUÉCIA

Depois de uma viagem que nos pareceu bastante longa, chegamos a Estocolmo, onde pernoitamos. A temperatura em Estocolmo era de onze graus abaixo de zero e havia uma capa de neve no chão. Nós, felizes, não sentimos nada apesar de estarmos sem roupas apropriadas.

No dia seguinte, fomos de ônibus para Ronneby, no sul da Suécia, um lugar maravilhoso. No parque em torno do hotel Ronneby Brunn, havia várias casas antigas de madeira que serviam de alojamento turístico. As casas foram adaptadas para os refugiados. Instalamos na Villa Frida, uma casa antiga e muito confortável.

Os refugiados éramos de várias nacionalidades: brasileiros, uruguaios, chilenos, panamenhos, paraguaios, bolivianos e um mexicano. Ganhamos muita ajuda tanto material como financeira. Recebemos roupas apropriadas para resistir ao inverno da Suécia e também uma importância de setenta coroas suecas semanais por pessoa. Era satisfatório, pois somente estávamos estudando o idioma sueco. Com o término das aulas de sueco e a chegada do verão, o refúgio foi fechado. A maioria tinha ido para Estocolmo, Gotemburgo, Malmö, etc. Nós permanecemos em Ronneby, onde continuamos a estudar e a nos preparar para o futuro, para uma nova vida.

23.6 | MÃE DURANTE O EXÍLIO – MEMÓRIAS

Tereza Cristina de Siqueira Cavalcanti

Primeiramente, gostaria de aproveitar a oportunidade para homenagear as mulheres com histórias semelhantes. Em nome delas quero homenagear as minhas duas filhas Izabela e Joana, juntamente com meu filho Bérqson, que sempre foram amigos, companheiros em todos os momentos da minha vida e todas as mulheres, mães, companheiras que lutaram, sofreram, resistiram e principalmente acreditaram num mundo melhor.

Depois da Semana Santa de 1973, chegamos ao Chile, como exilados políticos, eu e Pedro Albuquerque, então, meu marido. Deixávamos para trás, no Brasil, nosso país, familiares, amigos, prisões, perseguições e muito sofrimento. Meu primo, quase irmão, Chico de Assis, com quem convivera toda a minha infância e adolescência, além de Mário Albuquerque, irmão do Pedro, presos e condenados a viver seus melhores anos de vida na prisão.

Nada, contudo, nos deixava mais tristes que a separação da nossa primeira filha, Izabela, que acabara de completar um ano de idade. Gerada entre as tensões da luta político-revolucionária, que então desenvolvíamos, eu e Pedro, egressos os dois de dramáticas experiências nesse campo.

Izabela nasceu em Fortaleza, Ceará, no dia 1º de março de 1972. Na ocasião, Pedro estava preso, sofrendo o odioso processo de torturas a que eram submetidos todos os que caíam na rede repressiva, criminosamente instalada pelo golpe militar de 1964. Somente depois de nove meses de nascida, Izabela pôde estar com seu pai e Pedro pôde viver a emoção de acariciá-la em seus braços. Aconteceu esse encontro na casa de uma tia do Pedro, a tia Nelina, que cito aqui como homenagem a todos aqueles que, anonimamente, nos emprestavam seu apoio e solidariedade, arriscando, às vezes, suas próprias vidas para que pudéssemos continuar vivos, naqueles duros tempos de repressão e desmandos.

O nome Izabela fora escolhido por causa da semelhança circunstancial com a história vivida pelo líder das Ligas Camponesas de Pernambuco, o então deputado Francisco Julião, que estava preso, por ocasião do nascimento de sua filha, Izabela. Julião havia convivido politicamente com Pedro antes do golpe de 64. Dessa convivência, nasceu uma admiração e apreço recíprocos que nos motivou - ao ler o livro que o deputado escrevera na prisão, *Até Quarta, Izabela*, onde narrava as emoções que experimentava, todas as quartas-feiras, quando a pequena Izabela ia com a mãe visitá-lo - a dar o mesmo nome à nossa filha, nascida alguns anos depois, em circunstâncias semelhantes. Por contraste, a nossa Izabela não teve o direito de visitar seu pai, também na prisão, quando do seu nascimento.

Minha história política não difere muito da de milhares de jovens brasileiros, perplexos com a brutal investida sobre as instituições democráticas do país, então perpetrada pelo golpe militar. O Congresso Nacional, submetia-se à violência das cassações que lhe levaram de roldão os quadros mais destemidos e às ameaças de fechamento, realizadas ou não, ao bel-prazer da vontade do ditador de plantão. As eleições para Presidente da

República, governadores de Estados e prefeitos das capitais, definitivamente canceladas. A universidade, reduzida a um clima de terror nunca visto, destroçada em suas experiências mais ricas, com centenas de seus professores expulsos do país e seus alunos implacavelmente perseguidos pelo Decreto 477, que os impedia de continuar os estudos por um tempo mínimo de três anos. Em um contexto assim, era natural que, ao entrar na Faculdade de Filosofia de Pernambuco (FAFIPE), para cursar Ciências Sociais, eu fosse impelida a lutar contra as atrocidades da época. Os exemplos familiares, além de Chico de Assis, anteriormente citado, Antonio Avertano, um outro primo, e de Paulo Cavalcanti, primo da minha mãe, já engajados na luta contra o regime ditatorial e sistematicamente perseguidos, inspiravam-me em uma opção mais voltada para militância política.

Por conta dessa atividade, passei a ser acoçada em Pernambuco, desde 1968, quando fui presa pela primeira vez, em um apartamento que utilizávamos como local de encontro, que pertencia a uma companheira e foi denunciado pelos vizinhos. Já em 1969, fui presa outra vez, distribuindo panfletos que pregavam voto nulo, prisão que me valeria, alguns meses depois, uma condenação a seis meses de detenção. Por determinação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)), no qual eu começara a militar na época, fugi para Fortaleza, onde me integrei aos esforços de construção daquele partido na área. Depois de alguns meses, por divergências políticas naturais e muito frequentes naquele período, saí do PCBR e aderi ao Partido Comunista do Brasil (PC do B).

O Chile, que vivia um momento de efervescência política e plena liberdade democrática com o governo de Allende, nos recebeu de braços abertos, como exilados políticos. Nutríamos, nessa ocasião, a esperança de termos, com a máxima brevidade, nossa filhinha conosco outra vez. Infelizmente, em 11 de Setembro de 1973, o mundo acordou com a triste notícia de um dos golpes mais sangrentos da história do Chile e da América Latina, tendo à frente o ditador Augusto Pinochet.

Nesse contexto golpista, nós, brasileiras e brasileiros, não podíamos nem pensar em recorrer à nossa embaixada. Morávamos, então, com nossos queridos companheiros cearenses, Ruth e João de Paula e passamos a viver, ao lado deles, dias de angústia, pânico e incertezas sobre o que iria acontecer conosco daquele momento em diante.

Soubemos, mais tarde, da notícia de que as Nações Unidas e a Cruz Vermelha Internacional, juntamente com a Igreja Católica, estavam abrindo refúgios, onde ficaríamos em condições de "semiprisão", porém, seguras, porque garantidas por tutela internacional. Ao lado de dezenas de outros, exilados políticos brasileiros e de outros países, fomos

acolhidos, os quatro, no Refúgio de Padre Hurtado. Além do medo de reviver os dias de terror da perseguição que havíamos sofrido no Brasil e que parecia se repetir em dose avassaladoramente maior agora no Chile, tínhamos, também, agravando enormemente o nosso drama, a cruel incerteza sobre quando iríamos poder rever novamente nossa filha. E agora? Como faríamos para tê-la novamente conosco? Eu pensava em abraçá-la, beijá-la, colocá-la para dormir, zelar por seu soninho inocente, como fazia antes, quando estava escondida ainda no Brasil, mas com ela pertinho de mim.

PADRE HURTADO – O REFÚGIO DA ESPERANÇA.

O refúgio era um mosteiro de jesuítas, um local afastado da capital, Santiago. Lá, vivíamos na expectativa de sermos acolhidos por outros países, passando boa parte do nosso tempo em filas para entrevistas. Tudo era organizado e nos dividíamos em equipes para dar um bom funcionamento ao mosteiro transformado. Éramos muitos, cada um com seus dramas e dificuldades. O cotidiano era pesado e, ao mesmo tempo, muito solidário. Organizávamos atividades recreativas para crianças, para nós mesmos, procurando, enfim, manter a nossa saúde mental e física, para sobreviver.

Lembro que quase toda tarde tinha jogo de futebol e era aquela alegria e torcida pelos times em disputa. Nesses momentos, transformávamo-nos em crianças e até esquecíamos um pouco o lugar onde estávamos.

Naquele convento, apesar da proteção das Nações Unidas e da Cruz Vermelha Internacional, vivíamos sempre ameaçados de invasão pela guarda do exército chileno, sob a esfarrapada desculpa de que tinham recebido informações da existência de chilenos no refúgio. Segundo o acordo feito entre as partes envolvidas, o asilo só podia ser oferecido a pessoas de outras nacionalidades, isto é, a exilados políticos. Entretanto, dramaticamente, lá vivemos momentos muito ricos, construindo amizades definitivas, mesmo com aqueles dos quais iríamos brevemente nos separar para sempre. Exemplo disso foi o reencontro recente que tive com a companheira Eli, quase quarenta anos depois. Na época do refúgio, costumava ficar na grama e Eli sempre se aproximava para conversar. Redescobri-la no Grupo Os Amigos de 68, tanto tempo depois, foi uma das fortes emoções, entre tantas que tive na vida.

Em meio às tensões, aos sofrimentos, às demonstrações de solidariedade e ao clima de medo que naturalmente permeava nossas ações, aconteceu um fato que mudou nossas vidas e renovou nossas esperanças. Um cidadão suíço, da Cruz Vermelha Internacional, de cujo nome não me recordo, talvez Monsieur Lehnan, mas que vou chamar de cidadão

humanitário ou anjo da guarda, esteve visitando o nosso refúgio. Como ele era casado com uma brasileira e falava muito bem português, decidimos, então, colocá-lo a par do nosso sofrimento pela separação da nossa filha de apenas um ano e meio. E, assim, deu-se o milagre. Ele ficou chocado, solidário conosco e decidiu ajudar-nos.

Aquele dia foi mágico e reacendeu, em nossos corações, a esperança de ter a nossa pequena Beloquita de novo conosco. E assim aconteceu. O cidadão humanitário foi a Recife contatar meu pai, Raimundo, que ficou temeroso, pois temia pela vida da netinha que ele tanto amava. Mas esse anjo da guarda insistiu e nos telefonou para consolidar os planos. Eu falei com meu pai, disse-lhe que ele podia confiar naquele cidadão e que seria o melhor para nossa pequena Izabela ficar junto dos seus verdadeiros pais, apesar de todo o amor que recebia dos familiares em Recife, sem dúvidas os melhores pais substitutos que ela poderia ter tido. Assim, a Izabela foi levada até o Rio de Janeiro por minha madrastra Kilza, a vovó Nena, que muito a amava. Do Rio, Izabela viajou com um representante da Cruz Vermelha para o Chile onde eu, tendo recebido permissão do governo Chileno, a esperava, com a guarda das Nações Unidas, no aeroporto em Santiago. Aquela angústia tanto tempo represada explodiu num facho de luz e alegria que até hoje ilumina nossa vida com Bela!

Daí em diante, a nossa pequena Bela, Pedro e eu, começávamos uma nova vida juntos, ainda no refúgio, com muitas incertezas, mas, então, fortalecidos com a reunião da família e com o amor da nossa pequena filhinha. No começo, foi muito dura sua adaptação. Izabela estava assustada e só queria ficar ao meu lado. Mas, aos poucos, com o carinho dispensado por mim e pelo pai, a nossa Izabela foi-se adaptando à vida no refúgio, integrando-se às atividades e fazendo amizade com as outras crianças, filhas dos outros exilados políticos que tinham dado tanto apoio a nós.

Finalmente, em 12 de Janeiro de 1974, por intermédio de articulações humanitárias e políticas e com apoio efetivo de nosso grande amigo e protetor Padre Lourenço Roy, canadense que vivia no Chile, fomos aceitos pelo governo do Canadá junto com mais outros duzentos refugiados entre uruguaiois, chilenos, brasileiros.

Viajamos num avião da Força Aérea Canadense. Saímos do Chile e voamos para mais uma nova vida, agora enfrentando frio intenso, nova cultura, outro idioma, mas tendo a certeza de ter pautado nossas vidas no caminho certo, dando nossa pequena contribuição para a construção de um mundo mais justo para todos. Ao Canadá e aos canadenses que nos receberam com todo apoio emocional e financeiro, declaro para sempre a minha maior gratidão.

Em Ottawa, tive mais dois filhos queridos: Joana (nome em homenagem a minha mãe) e Bergson (nome em homenagem ao companheiro Bergson Gurjão, do PC do B, com quem tivemos a oportunidade de conviver na preparação da Guerrilha do Araguaia, nos idos de 1971, de onde tivemos que sair, por conta da minha gravidez).

Hoje, passados tantos anos, ainda sinto imensa emoção ao lembrar esses momentos das nossas vidas. Tenho a certeza de que tudo que sou agora, mãe, profissional, pessoa, foi fortalecido por essa vivência, que nos tornou mais humanos e, como mulher, de ter a consciência do nosso papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sou consciente do papel que nossa geração representou para o mundo nos seu mais profundo sentido de solidariedade humana.

Atualmente, vivo em Ottawa, cidade que nos acolheu tão bem e continua acolhendo. Continuo meu processo de aprendizagem e trabalho como intérprete cultural.

Agora, meus filhos estão crescidos e construindo suas vidas. Izabela, com 35 anos, médica, casada com Aurillo Rocha, também médico-oncologista, com dois filhos lindos, meus netinhos Lucas, 10 anos e Leonardo, 5 anos, que mais tarde conhecerão melhor as lutas dos seus avós e da sua mãe haverão de sentir orgulho. Joana, administradora, recém-casada com Marcelo Guimarães, engenheiro, vivem agora em Salvador, Bahia. Bergson, terminando seu curso universitário e construindo sua vida profissional.

Hoje, com 61 anos completos, muito bem vividos, tenho a sensação do dever cumprido. Profissionalmente, tenho formação em Sociologia e especialização em Relações Humanas, com atuação pautada na certeza de que é possível mudar o mundo.

23.7 | TERREMOTO OU BOMBARDEIO

Eliete Ferrer

Preciso explicar primeiro que, assim que cheguei no Chile, aprendi que os terremotos podem ser mais ou menos frequentes e que o povo tem verdadeiro pavor desses abalos, justamente porque já sofreu grandes tragédias. Contaram-me que os chilenos, quando acontece um *temblor*, correm apavorados, gritando, para a rua. Disseram-me para

posicionar-me embaixo de um portal caso ocorresse algum sismo. Gravei bem na minha memória as recomendações.

Entrei no Refúgio de Padre Hurtado, improvisado em um convento, no fim de setembro, talvez dia 29 ou 30. Acompanhada da Lilliam e do meu querido sempre sogro, Oscar Simões, hoje com mais de noventa anos, que nos levara até lá. Mortos de medo, todos. O Simões tinha entrado no Chile depois que se abriram as fronteiras, após o violento golpe de 11 de setembro de 1973. Rajadas de metralhadora era o som que se ouvia. Som de tiros.

Em seguida, o Simões voltou ao Brasil com os pais do Jaimão com quem tinha viajado ao Chile. Lembro-me, como se fosse hoje, da Dona Cecy, mãe do Jaimão, na Cruz Vermelha Internacional, tentando descobrir o paradeiro do filho. Muito choro e nervosismo. A junta malvada que governava o país mostrava-se implacável. Assassinos. Desde as primeiras horas do golpe, apareciam na televisão exigindo que os estrangeiros se apresentassem nas delegacias, como se criminosos fôssemos. Exortava a população a denunciar qualquer estrangeiro vizinho ou conhecido. Toda hora aqueles três impiedosos agentes do mal surgiam na televisão, com o dedo em riste, assustando, gritando... Terrorismo de Estado.

O refúgio já estava cheio. Afastado de Santiago, o convento ficava em uma imensa propriedade rural. Seria uma quinta, uma fazenda... Havia três principais prédios: a casa grande, a *pajarera* e, lá no fundo, mais afastado, um prédio baixo, apelidado, por nós, de "Vietnam". A *pajarera*, onde ficavam famílias com filhos, era construída de madeira e se localizava atrás da casa grande. No "Vietnam", ficavam as celas dos religiosos, um prédio em formato de L, com muitos quartos e dois banheiros coletivos enormes. A memória, às vezes, me falha. Guardo menos certezas do que dúvidas a respeito de certos detalhes dos prédios.

Estabeleci-me no "Vietnam", com a Lilliam em um dos quartos, situado mais ou menos no meio da perna grande do L. O recinto era de tamanho médio. Preferi dormir no chão e a minha cama, meu colchão, ficava logo à esquerda de quem entrasse. A cama da Lilliam ficava no fundo, perto da janela. Havia uma pequena mesa encostada na parede e uma cadeira ou duas, em frente à minha cama. Tínhamos conforto suficiente, para quem fugia da sanha dos milicos chilenos.

O pavor reinava. Embora se falasse que tínhamos a proteção da ONU, do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), da Cruz Vermelha Internacional e do CMI (Conselho Mundial de Igrejas), a qualquer momento, eu achava que polícia podia

invadir e prender todo mundo. Um horror. Dia e noite escutávamos tiros, ao longe e, muitas vezes, mais perto. Todos com os nervos à flor da pele.

Em Padre Hurtado, ninguém pensava em terremoto. Nosso medo maior e real era a ameaça de invasão. Temíamos as bombas, os tiros, as granadas, as metralhadoras, os canhões.

Certa noite, de madrugada, acordo com um barulho ensurdecedor que vinha do chão, dos lados, do alto! Até hoje, essa lembrança me apavora. Parecia, para mim, que uma profusão de canhões estava invadindo, avassalando o refúgio, destruindo tudo o que via pela frente. O prédio tremia! Tudo balançava!

Levanto da cama num único salto, vou para o corredor, aos berros!

- Bombardeio! Bombardeio! Estão invadindo o refúgio! Estão bombardeando...

Simultaneamente, outras pessoas também saem para o corredor.

- Não é bombardeio, é terremoto. - Alguém fala.

- Graças a Deus! - Exclamo emocionada.

Saio do meio do corredor e posiciono-me embaixo da porta do quarto. Como não tinha a cultura do medo do terremoto, quase tranquilizei-me.

- Graças a Deus!

23.8 | EMBAIXADA DO PANAMÁ

Maria do Carmo Brito

Dois fatos marcaram o golpe que derrubou Allende: a extrema violência e a perseguição aos estrangeiros. A primeira se deveu à superestimação pela direita da preparação da esquerda para confronto armado. Nas grandes manifestações de rua, no Chile, os militantes do MIR gritavam com ritmo:

- *Pueblo, Conciencia y Fuzil* – MIR.

Lembro-me de que minha mãe Angelina ficava horrorizada com esta palavra de ordem.

- Quem está armado, não deve apregoá-lo, se não está, é ainda pior. É cutucar onça com vara curta, - ela dizia.

A perseguição sem quartel aos estrangeiros também se justificava. Afinal, o Chile tinha uma tradição de asilo político registrada em seu Hino Nacional: *O la tumba será de los vivos, o el asilo contra la opresión*. A década de 60 fora pródiga em golpes militares em toda a América Latina. Chegaram ao país, principalmente a Santiago, dezenas de milhares de exilados de quase todos os países do continente. Muita gente. Na primeira lista de *enemigos de la Democracia* constavam dois brasileiros. O professor Theotônio dos Santos e o jornalista José Maria Rabelo.

Quando Allende morreu, caía uma chuva fina em Santiago. A natureza também se manifestou. Falar daqueles momentos é muito difícil. Doloroso. Nosso objetivo é relatar como foi asilar-se na embaixada do Panamá.

Fizemos contato com amigos e militantes chilenos. Queríamos ajudar na resistência ao golpe. Logo descobrimos que, além de não ajudar, éramos um estorvo. Todos os estrangeiros deviam apresentar-se às autoridades policiais. Um chileno corria risco ao manter relação conosco. Mais de dez dias após o golpe, quando decidimos procurar uma embaixada para pedir asilo, a situação já estava muito difícil. Embaixadas como a da Argentina, do México, estavam cercadas.

Alguém falou da Embaixada do Panamá, um apartamento térreo num prédio de quatro andares. As ilusões continuavam. Deixamos mamãe e meu filho Juarez, de um ano, em casa e fomos para a embaixada do Panamá, Mário Japa e eu.

Lá já estavam José Maria Rabelo, Ruy Mauro Marini e até mesmo uma ex-namorada do Japa, que acreditava que ainda era dona da situação. Foi a maior saia justa... A moça deu um grande abraço no Mário Japa, toda entusiasmada. O embaixador viu e deu a maior bronca. Que não iria admitir imoralidades, e coisa e tal. Gesticulava tanto, bem caribenho, que deixou cair no chão uma revista que estava debaixo de seu braço *El Viejo Verde*, revista de sacanagem local. O fariseu ficou nu.

E foi chegando mais gente, Theotônio, Vânia Bambirra, Marco Aurélio Garcia, Emir Sader, Ronaldo Dutra Machado, Betinho, Maria Nakano, Cleyde E. Camões. Muitos uruguaios, muitos chilenos, entre eles o médico de Allende e sua mulher, uma pessoa maravilhosa. Muitos sindicalistas brasileiros. Inúmeras grávidas. Várias delas, no final da gravidez, entra elas a Cleyde.

Uma sala, três quartos pequenos, um dos quais era o escritório do embaixador. Dois banheiros pequenos, uma cozinha, uma área de serviço que era como um poço interno, para o qual davam todos os apartamentos e que rapidamente se transformou em nosso fumódromo. Havia várias pessoas doentes, algumas com ataques de epilepsia, uma hemorragia no joelho do Betinho, etc. Rapidamente, transformamos o escritório em enfermaria, para desespero do embaixador que namorava ou assediava uma companheira uruguaia.

As pessoas continuam a chegar. Os vizinhos do prédio, solidários, estenderam um colchão do segundo andar para o térreo, na área interna, e os refugiados desciam como em um tobogã.

O embaixador começa a ter dificuldade para entrar na embaixada, pois não tem como circular, tão compacto é o grupo. A cada dia faz discursos mais agressivos, ameaça *sacar la vaina*, tirar a bandeira, deixando todo o grupo sem proteção diplomática. Em bom português, o embaixador dizia que iria retirar a merda da bandeira de seu país.

Três ou quatro dias depois que nos asilamos, mamãe, Angelina, surgiu com Juarezinho, meu filho com Angelo Pezzuti. Veio, também, a vizinha e amiga Violeta, para nos visitar. Traziam notícias alarmantes. Havia prendido um dos filhos de José Maria Rabelo e Thereza fora para um refúgio das Nações Unidas, com os outros filhos. Não deixamos que mamãe voltasse para casa. Ela e Juarez ficaram conosco.

Em poucos dias, havia mais de 200 pessoas para dividir sessenta metros quadrados. Um dos uruguaios estava cego, resultado de manipulação desastrosa de uma bomba. O final do inverno, a falta de ar puro para todos, o amontoamento, as péssimas condições de higiene e alimentação levaram os médicos a temer uma epidemia de tifo.

Certo dia, Juarezinho teve uma crise de diarreia e vômito. Tememos o pior. A vizinha Violeta apareceu na grade da janela, para nos visitar, ela adorava a criança. Nós o entregamos a ela pelado e sujo. Queríamos garantir sua vida.

Precisávamos nos organizar, para sobreviver. Foram estabelecidos turnos para ficar sentados, ficar de pé, deitados. Um quarto foi separado para os que se iam deitar, apenas por uma hora. Havia três filas: uma para comer algum biscoito, fruta, ajuda da Cruz Vermelha, dos vizinhos, e de parentes e amigos que apareciam na grade da janela, levando notícias, cigarros, comida e solidariedade. A segunda fila era para ir ao banheiro. A terceira, para ir ao pátio interno, fumar.

Uma sucursal do inferno. Só suportável pela existência de pessoas bem humoradas, ou militantes calejados. Ríamos, por exemplo, de uma encarregada de organizar os turnos de descanso que deu uma de sargento. Surpreendeu o Zé Maria Rabelo dormindo e deu-lhe uma bronca porque não era sua hora. Acontece que o Zé tinha conseguido dormir de pé, encostado na parede.

A comida consistia em um ou dois biscoitos *cream crackers*. As grávidas e crianças podiam comer três e uma maçã, ou meia, dependendo do caso. Os demais tinham que se contentar com uma dentada. Tenho que confessar que a fome faz a gente ficar meio mesquinho.

A situação foi ficando cada vez pior. Por intermédio de brasileiros que tinham *status* de funcionários de organismos internacionais, como o Serra e o Jean Marc, apelamos à Cruz Vermelha. Depois de muita insistência, aquela instituição conseguiu que uma comissão de médicos militares visitasse as instalações da embaixada.

Resolvemos demonstrar aos médicos militares nossa situação real, sem invenções, mas planejamos tudo muito bem. Quando chegaram, fizemos nossa cadeia dos sacos de lixo de mão em mão, pelo alto, até lá fora.

– Atenção, fulano, cuidado para não cair.

A maçã coletiva:

- Agora é minha vez de dar uma dentada.

Finalmente, os ataques de tosse, que não eram simulados, mas foram, digamos, realçados. Mas havia crianças com febre e diarreia, mulheres no final da gravidez, pessoas doentes. O chefe da comissão levou um susto, ao encontrar o médico de Allende, que havia sido seu professor.

A comissão de médicos militares concluiu o óbvio. A situação da embaixada era um problema de saúde pública, grave. Deveríamos ser transferidos. Como? Para onde?

Theotônio dos Santos, sua mulher Vânia Bambirra e seus filhos Nádia e Ivan estavam no Chile desde 1965. Professores da Universidade de Brasília foram forçados a exilar-se. Vânia com Nádia pequenininha. Ivan nasceu no Chile. Lá foram professores, jornalistas, engajados de corpo e alma na construção do socialismo democrático de Allende. Theotônio, um otimista incurável, me lembra um personagem do Ziraldo, Zacarias, o bom. Para dar uma ideia, dizia que o regime militar brasileiro instalado em 1964 duraria uns seis meses. Ao receber uma pequena herança, por morte de parente, com o câmbio enlouquecido, no Chile, o dinheiro virou uma quantia respeitável. O casal, que nada tinha de seu, decidiu comprar uma casa antiga, com um grande terreno, necessitada de reformas. Tinha um piscinão, bananeiras, um quartinho no meio do terreno, tudo caindo aos pedaços. Mal começaram as reformas e BUM, houve o golpe.

Então, Theotônio ofereceu a casa ao embaixador do Panamá, que aceitou, e transferiu *la vaina* para a casa da família, após longas negociações com a Junta Militar que governava o Chile.

O traslado em si já foi uma aventura. Segundo soube pelas visitas, depois, foi televisionado. Saía uma pessoa do apartamento, entrava escoltada no ônibus, um carabineiro anotava, o ônibus partia, a pessoa descia escoltada, um carabineiro anotava, entrava na casa do Theotônio. Mistério. Sairam 271 indivíduos do apartamento. Chegaram 273 ao novo endereço. Não me perguntem como. Não sei. Mas foi assim.

A casa era grande, mas não cabia todo mundo. Continuamos a dormir por turnos. Fazia ainda muito frio, de noite, mas resolvemos ocupar o terreno e tentar dormir a noite inteira, apesar dos helicópteros que sobrevoavam o bairro. Conseguimos alguns sacos de dormir e alguns cobertores. Vários preferiram a piscina, Mário Japa e eu entre eles. Na ex-futura casa de bonecas da Nádia, Angelina organizou uma enfermaria. Saía com uma bandejinha distribuindo vitaminas e complementos alimentares.

Organizamos as equipes de limpeza e cozinha. Com raras exceções, os mais dispostos eram as mulheres brasileiras e os homens uruguaios. Criamos uma espécie de alfândega, na entrada da casa. Tudo que chegava de organismos internacionais, embaixadas, era dividido entre todos, segundo as necessidades de cada um. Tudo que chegava para uma pessoa específica era encaminhado para o almoxarifado coletivo. A pessoa recebia apenas dez por cento. Por exemplo, de um pacote de cigarros, esta fumante inveterada que vos fala recebia somente um maço. Depois, recebia a ração de cada fumante. Era justo.

Havia apenas dois banheiros. E filas intermináveis. Alguém propôs que entrassem duas pessoas de cada vez. Intervieio, então, a mulher do médico do Allende que ponderou ser indispensável garantir um mínimo de privacidade individual. Tinha toda razão. As filas continuaram.

A essa altura, já éramos mais de 300. Tudo cercado. Como entravam? Não sei. Pulando pelo muro dos fundos, dos lados. Mas era tudo tão vigiado...

As situações vividas eram inéditas. Desde o comportamento perante o trabalho. Havia, por exemplo, um casal que passava o tempo todo deitado num sofá. Quando um saía, o outro guardava o lugar. Não faziam absolutamente nada. Nós os chamávamos de "horizontais".

Nós nos juntávamos à noite, para cantar, tocar violão. Brasileiros e uruguaios cantavam todo tipo de música, interrompida pelos helicópteros que lançavam fogos de bengala. Ríamos, contávamos piadas. Os chilenos ficavam muito chocados. Creio que pensavam que não nos importávamos com a tragédia do golpe, pois não era nosso país. Não era isso. Para nós, era outra derrota. Começar tudo de novo. Um horror. Mas a música funcionava como um exorcismo. Ajudava. Diversidades culturais.

Tínhamos que comer com as mãos. Os chilenos, envergonhados, ficavam de frente para os muros. Com sua paciência, Japa fez uma faca e um garfo para mim, de casca de madeira. Um perfeito cavalheiro.

Havia uma grande incerteza. Seríamos autorizados a deixar o Chile? A embaixada seria invadida?

Enquanto isso, o cotidiano mostrava o que há de melhor e pior em cada um de nós. Rui Mauro Marini oferecia gotas de um perfume francês aos amigos. Havia uma gorda do ABC paulista que se oferecera para ajudar na cozinha para poder comer escondido. Ela foi flagrada com um ovo cozido inteiro na boca. A nicaraguense Maira, grávida de três meses, mulher de Cláudio Galeno, primeiro marido da hoje Ministra Dilma Roussef, ocultou sua gravidez para não usufruir nenhum privilégio. Alguns velhos sindicalistas brasileiros passavam o tempo jogando terra em cima de escarros e cuspidas, para preservar crianças que estavam começando a andar.

Betinho teve uma hemorragia, gritamos todos, pedindo gelo, até sermos atendidos.

Minha amiga Angélica, presa, condenada ao fuzilamento, foi libertada por um soldado desconhecido.

... Até um dia em que passou um tanque na rua. O pessoal da alfândega comentou e, quando a notícia chegou ao muro dos fundos, a embaixada estava cercada por mais de vinte tanques, com canhões antiaéreos...

Finalmente, houve um acordo. O Panamá aceitou receber os asilados que estavam em sua embaixada no Chile. Negociações. Primeiro, iriam os chilenos, mulheres e crianças. Depois, os homens não chilenos. Ficamos indignados. De nada adiantou.

No avião que nos levou ao Panamá, o comandante nos deu as boas vindas, lamentou a morte de Allende. Quatro dias depois, o mesmo comandante comunicou a nossos maridos, pais e filhos, que havíamos chegado com segurança ao Panamá.

Quanto ao Panamá... É outra história.

24 - Argentina

24.1 | EBÓ EM BUENOS AIRES

Inêz Oludé da Silva

Corria o ano da desgraça de 1974, em Buenos Aires, onde passava um rio que chamavam de *La Plata*. Por uma inexplicável e estranha alquimia, essa prata acabou se transformando em chumbo, naqueles anos.

Acho que comeci mal esta história, mas ela me veio porque eu tinha recebido esta excelente notícia: **Ex-Ditador Argentino Irá a Julgamento.**

"Rafael Videla será julgado por crimes dentro da Operação Condor, aliança entre ditaduras sul-americanas nos anos 70. O ex-ditador argentino Jorge Rafael Videla, 82, será julgado por crimes contra a humanidade cometidos dentro da Operação Condor, como ficou conhecida a aliança entre ditaduras militares de Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia na década de 70 para perseguir dissidentes que fugissem para outros países".

A Operação Condor foi iniciada, talvez antes de 1970, pelas ditaduras militares do Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Brasil, com a cumplicidade dos EUA, como revelaram documentos desclassificados da CIA. Teve como consequência milhares de desaparecimentos e homicídios, incluindo os assassinatos do ex-ministro chileno Orlando Letellier em Washington e do também chileno general Carlos Prats, em Buenos Aires.

A notícia me reavivou a memória. Mas não era bem da Argentina. Essas coisas quando começam não acabam mais, fazem um rosário sem fim. Não vamos enfiar o dedo na pereba, não é mesmo?

Eu queria mais propriamente falar de um amigo que conheci naquele ano de 1974 na Argentina. O Arnaldo, baiano, negro, na época com 22 anos e com uma filha de nove. Bonito, elegante, andava sempre enturmado, com uma casaca de couro marrom e não dispensava, por nada neste mundo, um "babador de rola" vermelho (era assim que chamava a gravata). Eu sei que pelo baiano, negro, vai ter quem me acuse de redundância, se conhecer a Bahia pela TV Globo. Mas não é pela cor que o classifico assim, é que ele se tratava de "meu nego" nas intermináveis discussões com seus botões. Caso contrário, não teria sentido nem mencionar o fato. Seus diálogos iam além da negritude e além da baiance habitual. Era do tipo da rede-rasgada que não leva nada a sério, insolente, mal comportado, galhofeiro, gaiato. Não perdia uma ocasião de rir, tanto dele quanto dos outros.

Muitos anos depois soube que tinha se suicidado vestido de palhaço. Só ele mesmo para se disfarçar para morrer. Vez por outra, dava de inventar maneiras de morrer. Vivia simulando suicídios. O que nos deixava completamente histéricos. Tão reais eram as cenas de morte que ele preparava! Lembro-me da vez em que chegamos em casa, um fim de tarde, Leia e eu. Ela abriu a porta e não sentimos presença alguma na maloca. Um silêncio estranho reinava. Coisa rara, ele escutava música tão alto que, às vezes, os vizinhos ameaçavam chamar a polícia.

- Arnaldo? - Ninguém respondeu.

Leia entra no banheiro aos berros:

- Chama a ambulância, Neguinha (este era meu apelido). Arnaldo cortou as veias!

Corro lá para ver e está ele na banheira, sangue até nas paredes, parece mesmo morto dentro da água encarnada. Está nu, a língua azul de fora. Um espetáculo estarrecedor.

Corro ao telefone e dou um freio, quando ouço a risada safada do Arnaldo, que salta de dentro d'água com os colhões "mercurizados". Tinha posto mercúrio cromo na água do banho e quando nos ouviu entrar se fingiu de morto, com a língua azul de fora (tinta), parecia um carneiro degolado. Uma praga no capim! Edna ficou uma fera, só faltou bater nele. Eu ria, mas ao mesmo tempo achava aquilo meio esquisito. Quem simula, dissimula, eu pensava.

- Pô, cara, numa dessas tu morre mesmo e ninguém vai acreditar, feito a história do mentiroso.

Ele ria, irresponsavelmente, sem se incomodar com nossa raiva ou medo.

Pois bem, repito pelo que eu soube, um dia deu-se de ele morrer do jeito que viveu: vestido de palhaço. Na Bahia.

Arnaldo era dono de uma risada fenomenal, que nos fazia sonhar com carnavais os quais, diga-se de passagem, estávamos sem esperanças de voltar a ver... há anos, por causa da ditadura que assolava o país do carnaval.

Nem lembro como o conheci, acho que ele veio com a Leia ao refúgio da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), onde nos colocaram depois do golpe do Chile. Ficava em Buenos Aires. Não me lembro mais de sua exata localização. Leia era carioca, também exilada. Tinha seus 58 anos, e andava sempre com um sobrinho a tiracolo. Ninguém nunca soube se eram verdadeiros sobrinhos ou amantes jovens. Em todo caso, ela os apresentava como seus sobrinhos. Havia-os de todas as cores. Arnaldo era um dos seus sobrinhos. Mais tarde, quando a visitei no Rio, morava com outro sobrinho, também jovem, mas completamente branco.

Na sua casa, em Buenos Aires, acampavam todos os desertados da revolução do faz-de-conta da América Latina. Chilenos, brasileiros, argentinos e de outras paragens. Aos

sábados, íamos, religiosamente, comer feijoada, ouvir Chico, Geraldo Vandré, Sérgio Ricardo, tomar uma cerveja e jogar muita conversa fora.

Quando alguém adoecia, não era um problema, porque o remédio que ela tinha como mais eficaz era uma canja de galinha que despertava até defunto. Eu nunca adoeci, mas minha irmã veio visitar-me e pegou uma gripe. Leia aproveitou e lascou seu remédio milagroso: minha irmã ficou curada na hora!

- Que milagre é esse? - perguntei.

- É para não comer de novo - respondeu minha irmã.

Mas a feijoada era muito boa. De qualquer maneira, não tínhamos outra.

Éramos todos jovens e adorávamos uma arruaça na rua, não perdíamos uma passeata, uma greve. Qualquer reboição nas ruas nos atraía como moscas ao mel. Estávamos sempre xeretando, por aí, em busca de adrenalina. Era um êxito quando estourava uma bomba ou vinham os milicos nos cavalos de ferro para cima dos estudantes. E nós a jogar pedras e tudo o que encontrávamos pelo chão na soldadesca espantosa. Vinte anos depois, quando pensei nestas loucuras, peguei um medo retroativo tão grande que fiquei dois meses tremendo nas bases, repetindo na cabeça: "merda, poderíamos ter morrido". Levei sete anos para me refazer do susto atrasado. Cada uma que parecem duas.

Voltando no tempo, um dia, soubemos que ia haver um almoço na Embaixada do Brasil, talvez pelo 7 de setembro, não lembro bem. Eu sei que nos deu na telha de ir lá mexer com eles e perturbar o almoço. Preparamos, eu, Eri e Arnaldo, um pequeno panfleto denunciando a ditadura. Entramos no local e começamos a distribuir aos presentes, todos paralisados pela surpresa. O embaixador, amarelo, olhos esbugalhados, já nos mirava com cara de futuro sequestrado, vigiando o momento onde e quando jogaríamos os coquetéis molotov na sala. Tivemos também uma surpresa bacana. A panfletagem acabou dando com os burros n'água porque uma "louca" se levantou e gritou:

- Vixe Maria, terroristas brasileiros! Eu quero um panfleto, me dá um aí. Que maravilha! Vocês vão matar a gente? Vão sequestrar? Eu quero ir para Cuba, para sair na televisão.

Um exagero total, que provocou gargalhadas nos convivas. A sacana tirou o efeito surpresa e a nossa ação, do sério. Como de hábito nos olhamos, contamos até três e sumimos na poeira, antes que chamassem os milicos.

Na casa de Leia, vinha todo tipo de gente, mas o centro das atrações era nosso amigo Arnaldo, com suas artimanhas e facetas mil, sempre pronto a arrumar uma bruzundanga para nos divertir. A mais gostosa das lembranças daquele ano foi a vizinha, dona Magdalena. Ela adorava o Brasil e, certa vez, viu uma reportagem sobre o candomblé e ficou interessadíssima. Como, ali, éramos negros ou puxando para isso, ela, na sua cabeça delirante, nos promoveu ao posto de babalorixá, mãe grande, mãe pequena, iaô ou filha de santo, sei lá o que mais. Misturava os termos e confundia as funções. Era loura oxigenada, gorda e viúva. Queria arranjar um namorado mas, pela idade já avançada, não arrumava nem gripe.

Ela deu de nos perturbar para fazer uma macumba, para atrair um senhor que morava em frente, seu Isidoro, seus 70 anos bem somados. Ele andava dando sopa. Dando sopa, forma de dizer, pois, para ela, não saía nem colher de chá, quanto mais de sopa.

Na casa da dona Magdalena, tinha um assentamento como manda o figurino: com vela, charuto, cachaça, pipoca, incenso. Na parede, um cartaz enorme de um africano muito bonito, que ela dizia ser um preto velho. Bom, cada doido com seu tema. A gente ia na conversa dela e receitava banho de cheiro com cravo, perfumes, canela, alecrim, rezas e puçangas diversas. Nas sextas, vestia-se de branco, tomava o Amaci (banho ritual, feito de ervas) e punha os balangandãs (ornamentos de prata que as negras trazem pendentes na cintura, nos dias de festa). Parecia uma autêntica baiana.

Nessa época, lembro que, além de Roberto Carlos, Vinícius de Moraes estava na moda na Argentina. Havia saído um disco com cantos afros para Ossanha, lamentos de Exu. A gente dava para ela ouvir, à guisa de pontos de caboclo, na falta dos originais. Ela escutava aquilo seriamente e se dedicava cada vez mais ao seu culto.

Atanazava-me demais da conta por um despacho. Despacho para quem não conhece é feitiço, canjerê, macumba, ebó, coisa-feita. O ebó ou despacho é nossa herança de procedência africana. Hoje, pensando nisso, acho que a gente nem atinava que estava fazendo prosa sem saber.

No ano da desgraça seguinte, 1975, quando fui levada à prisão de Villa Devoto, essas práticas ajudaram-me a manter certa distância dos urubus de verde-oliva. Mas isto é outra história, que contarei em outro momento.

E o velho desejado nadica de nada, nem lembrava que ela existia. Com isso, a Magdalena se agoniava com os caboclos, queria porque queria que fizéssemos uma macumba para ele. Arnaldo, muito escopeteiro, saía pela tangente e dizia zombeteiro:

- Eu não sou Axogun, minha tia. Sou católico, apostólico, romano, não jogo catimbó nem entro em macumba. Fala aí com a Neguinha, ela tem parte com Pomba Gira, nas segundas cai no Santo. Ela é cavalo de Zé Pilintra e Tranca-Rua, os mais poderosos santos do Brasil.

- Oxente, moleque, cala a boca. Eu lá tenho cara de catimboseira nem de macumbeira? Me ajude aí!

- Tem. Não é só a cara não. Olhe, dona Magdalena, ela recebe santo, pode acochar que ela vai fazer o velho se apaixonar. Despacho dela é tiro e queda, o velho vai arriar os quatro pneus pela senhora, bote fé!

E se escangalhava de rir com a maior cara de safado.

Tanto aperrearam que, um dia, eu resolvi jogar uma fumacinha do cachimbo do santo na cara dela para ver se curava, pelo menos, a maluquice. A verdade é que fiz. Mas foi mais para me desembaraçar dos malucos. Receitei que me trouxesse, além das velas, uma galinha branca viva (trouxe preta, mas viva); azeite de dendê (trouxe de oliva); farinha de mandioca para fazer farofa de dendê (trouxe farinha de rosca); cachaça (trouxe uísque); pipoca (trouxe); vela de sete dias (trouxe vela branca) e arrumar um atabaque para o Adolfo bater (trouxe o tarol do neto dela). Não aceitei, deboche, não!

- Bom. Falei. Vou logo avisando! Está tudo substituído, não sei se o santo vai gostar. Negócio de santo é coisa séria, não se pode enganar eles. E Exu, então... Eu não me responsabilizo. Se não der certo, a culpa é não é minha. Então, o jeito vai ser de a senhora ir buscar as puçangas e os despachos lá em Porto Alegre, viu?

Pela cara que fez, vi mesmo do que ela seria capaz!

- Bom, vamos apelar para condescendência do santo, concedi. Ele sabe que aqui não temos condições de fazer tudo direitinho. O importante é a fé.

Baixamos com a galinha pendurada pelos pés até a casa da Leia.

- Que diabo é isto, minha filha? Onde é que você arranjou esta galinha, tira isso daqui, que dá azar. Vai fazer o quê com isso?

- Ué! Vamos matar, degolar, tirar o sangue e fazer uma cabidela. Comer, né? Quanto tempo que não come cabidela, hem? Falei com cinismo. Me arrume uma tigelinha para bater o sangue com vinagre e sal, era assim que minha mãe fazia.

- Quem vai matar?

- Você, ora, quem mais? Eu preparo. Só que não tenho direito a fazer a matança.

Totalmente convencida, foi afiar a faca na cozinha, degolou a galinha, tirou as penas com cuidado e me entregou. Preparamos um acaçá e galinha ao molho pardo, sim senhor! Terminada a janta, fomos no "terreiro" da dona Magdalena. Fiz um Ajó e encomendei o despacho. Foram-se pelas ruas com o pacote debaixo do braço: as penas da galinha preta, pipoca, velas de sete dias, farofa, cachaça, tudo enrolado em papel de jornal.

Meia-noite em ponto, colocaram o ebó em uma encruzilhada de Buenos Aires.

Nunca mais soube da Magdalena. Nem se os orixás lhe trouxeram o namorado.

Arnaldo voltou para Bahia, morreu de morte própria e escolhida. Edna voltou para o Rio. Já se foi para o Canzuá de Quimbe há muitos anos. Eu fui presa em 1975, levada para a sinistra prisão de Vila Devoto, onde fiquei durante um ano e meio com mais 1200 mulheres.

Em 1976, fui expulsa da Argentina por decreto militar. Saí de algemas até o aeroporto. Isso foi em 21 de setembro. Cheguei dia 22 em Bruxelas. Era um dia de sol. Nunca esquecerei esse dia. Aqui estou até hoje, fazendo regularmente minhas danças para Xangô.

Sorriso meio triste, ainda com saudade dele. Imagino que seja lá onde estiver, estará divertindo gentes com suas estripulias e sua risada sem igual.

Vocabulário:

Ajó - oração recitada durante o preparo de um ebó.

Axogun - o responsável pelos sacrifícios dos animais.

Canzuá de Quimbe - Terra dos Mortos.

24.2 SALVA PELO GONGO

Inêz Oludé da Silva

Considero que nunca fui uma pessoa de muita sorte, meu destino sempre foi marcado por coisas ruins, acidentes, desgraças e coisas feitas, mas fui salva pelo congo cada vez que a morte se acercou.

Depois do golpe do Chile, muito jovens e inexperientes, eu, com dezenove anos e o Abiasafe, com dezoito anos, ficamos como "perdidos" em Santiago. Todo mundo tinha sumido de Macul, bairro onde morávamos. Um amigo levou-nos à casa de um antigo exilado brasileiro que morava no Chile. Graças às orientações desse solidário exilado, Paulo Medeiros, entramos na Embaixada da Argentina. Posteriormente, viajamos para esse país junto com centenas de outros refugiados oriundos do Chile.

De março de 75 a setembro de 76, ficamos presos em Buenos Aires.

Havíamos chegado na Argentina como refugiados em trânsito após o golpe de estado que derrubou Allende, mas não sabíamos o que fazer para sair de lá. Muito sufoco. Perseguidos pela direita argentina, éramos jogados de refúgio em refúgio pelos órgãos internacionais de assistência. Estávamos, no final das contas, há um ano e meio em peregrinação pelos refúgios argentinos, brincando de gato e rato com a Aliança Anticomunista Argentina, quando nos tornamos prisioneiros. Explico a seguir.

Por causa dessas perseguições, certa segunda-feira de março, de manhã bem cedinho, fomos eu, o Abi e o Zé Antonio reclamar à sede do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). Fomos pedir que nos tirassem daquele país, onde corríamos

risco de vida a todo momento. Como nenhum diretor nos recebeu, decidimos que ali permaneceríamos até que algum funcionário nos atendesse. Havia, na sala de espera da instituição, uma família de uruguaios que também queria ajuda para sair de lá. Por volta do meio-dia, como a fome apertou, saí do edifício para comprar sanduíche.

Quando voltei, embora eu não tivesse percebido, o quarteirão estava completamente cercado pela polícia. Ao subir as escadas do prédio, notei algo estranho na atitude do vigia do ACNUR. Tentei voltar, mas fui impedida por esse tal vigia que me levou à sala de espera. Vi que a polícia argentina tinha sido acionada e estava a postos. O Abiasafe e o Zé Antonio já estavam algemados e a polícia somente esperava pelo meu retorno. Prenderam-me. Vejam que absurdo! Mesmo que o porra-louca do Abiasafe, por desespero, tivesse feito alguma ameaça ao pessoal do ACNUR, porque eles não nos queriam receber, em hipótese alguma, eles jamais poderiam ter cometido o crime de violar sua própria missão, que era a de nos proteger, acima de tudo. Colaboraram com a polícia argentina que, naquele momento, somente exercia uma tarefa: exterminar com os opositores do regime.

Fomos levados à prisão de Villa Devoto. Nossas famílias não sabiam onde estávamos. Havíamos sido presos no próprio local do ACNUR, o órgão das Nações Unidas para os Refugiados, por obra de Hasselman, Diretor, e de um tal Krens que, depois do ocorrido, foram transferidos de lá. Isso provocou um grande escândalo na época. Alguns funcionários do ACNUR pediram demissão, pois não podiam admitir tal procedimento.

Segundo me contaram mais tarde, o glorioso exército argentino havia cercado o bairro inteiro para levar três quase adolescentes presos: eu, Abiasafe e Zé Antônio, expulsos, um ano e meio depois, na época do golpe na Argentina, por decreto militar publicado nos jornais argentinos em letras garrafais. **"Junta militar expulsa estrangeiros implicados em subversão e tentativa de destruição do Estado Argentino"**. Uma graça, se não fosse uma tremenda covardia.

A ordem havia sido dada, não sei por quem, para que nos fizessem desaparecer. Por sorte, não nos "desapareceram". Tentativas não faltaram.

Quando cheguei a Bruxelas, fui informada de alguns supostos fatos por um tal de Edson que teria sido exilado na Argélia. Contou-me que, uma semana após nossa prisão na Argentina, ele teria sequestrado aqueles funcionários do ACNUR. Explicou que pedira um avião para a Argélia, além de nossa liberdade, em troca da libertação dos reféns. Ele teria recebido somente o avião. O fato foi abafado, pelo que ele contou.. Ele veio até Bruxelas

para nos avisar que o Hasselman tinha sido transferido pelas Nações Unidas. Para onde? Adivinhem: Bruxelas!

Vixe! Fiquei uma fera e enviei um recado àquele verme para que desaparecesse "voluntariamente" de Bruxelas, senão ele iria fazer a viagem definitiva de sua vida, por minha conta. Acho que ele foi transferido de lá. Nunca mais soube nada dele, nem procurei saber.

Na realidade, não lograram dar sumiço na gente. Não sei por quê. Tivemos sorte, acho.

Em Villa Devoto, consegui passar uma mensagem às Nações Unidas, denunciando nosso caso, por intermédio de Julian Rei, velho anarquista combatente da guerra de Espanha, dramaturgo, outro benfeitor. Ele vinha visitar seu filho e nora. Faziam-no passar por meu familiar e, com isso, eu tinha visitas. Um dia de Natal, montei uma peça de teatro que ele escreveu. Recitávamos através das grades, foi um momento de grande emoção entre nós, presas políticas.

Ficamos "ocultados" durante oito meses. José Antonio Vieira da Cunha, conseguiu que um companheiro enviasse à sua mãe, um recado onde comunicava que estava preso em Buenos Aires. Ela foi procurá-lo. Chegando naquela capital, certo Carlos Rodrigues, funcionário do ACNUR, informou que havíamos sido mortos na tortura. Ela não acreditou, pois havia recebido a mensagem do filho e exigiu saber onde ele estava. Por fim, localizou-o na sinistra prisão de Villa Devoto, em Buenos Aires. Ela o visitou e, ao tomar conhecimento de tudo, fez com que acabasse a clandestinidade da prisão do Zé Antonio e, conseqüentemente, da nossa, um pouco mais tarde.

Voltando ao Brasil, dona Maria Vieira da Cunha publicou denúncia, em um jornal de Goiânia, de que havia mais dois pernambucanos presos na Argentina: Maria Inês da Silva de Brito e Abiasafe Xavier de Brito. Em outro lugar da cidade, Dona Maria Baú, leu essa notícia e lembrou-se de que, há poucos anos, um rapaz pernambucano, chamado Joaquim Belo, havia trabalhado na Companhia ASTEP Engenharia, onde ela era cozinheira. Que Deus a tenha.

A ASTEP Engenharia tinha filiais em Goiânia e Recife. Ela recortou a notícia do jornal e enviou à ASTEP de Recife, onde trabalhavam vários irmãos meus. Acompanhava o recorte, uma carta pedindo para localizar a família daqueles presos. O diretor da ASTEP Recife circulou com o recorte que acabou caindo nas mãos de outro irmão de Joaquim Belo que trabalhava lá, na época. Qual não foi a surpresa dele ao descobrir onde eu andava!

Joaquim Belo é meu irmão. Parece milagre! Aliás, foi ele que escolheu meu nome, Inêz, que me cai muito bem, mas isso é outra história que contarei em outro momento.

Assim, minha família e companheiros meus mobilizaram-se e ajudaram minha irmã a ir a Buenos Aires. Ela foi ao ACNUR e ouviu a mesma conversa. Ouviu que havíamos sido mortos na tortura. Contaram a ela, com detalhes, todas as torturas que eu havia vivido, demorando-se, sadicamente, em um detalhe: que me haviam até arrancado um seio, na porrada. Uma sacanagem!

Na realidade, eu fiquei tremendo nas bases com a vinda da minha irmã. Era, de fato, muito perigosa a situação na Argentina, onde familiares "desapareciam" todos os dias pelo simples fato de quererem saber onde andavam os "desaparecidos". A nossa liberdade era uma questão de tempo, porque, uma semana depois da nossa prisão, a Bélgica oferecera asilo político a mim e a Abi, em uma lista de chilenos. Na época não queriam conversa com os "terroristas" argentinos.

Saímos, graças à luta dos companheiros uruguaios anarquistas, aos Tupamaros, aos irmãos colorados, a Dom Helder Câmara, a José Ibrahim, a Juarez de Maia, a Antonio Lira, à ação da Anistia Internacional, à minha mãe, aos meus irmãos, a Roberto Freire, a Luiz Paulo Viana. Como o Zé Antonio fora libertado e viajara para a França, denunciou nossa situação ao chegar à Europa. Estávamos, no entanto, à disposição do todo poderoso PEN, Poder Executivo Nacional, que decidiria quando sairíamos e se sairíamos!

Foi super legal receber a presença da minha irmã, mesmo assombrada, de olhos arregalados, querendo provas de que não me haviam arrancado um seio. Trouxe-me fotos da família, que eu escondi cuidadosamente, mas, quando podia, mostrava às companheiras com orgulho. Já era, então, depois do golpe de estado na Argentina. Os milicos tinham tomado conta da prisão de Villa Devoto e éramos, com certeza, refêns deles.

Ameaçavam-nos. "Tudo o que acontecer lá fora, vocês pagam aqui dentro". Referiam-se aos atentados da esquerda. Em seguida, ocorreu uma *requisa* nas celas, isto é, faziam-se revistas em todas as celas à procura de material subversivo. Nessas *requisas*, humilhavam-nos e nos tiravam, roubavam tudo o que possuíamos, por pura maldade. Encontraram as fotos da minha família trazidas pela minha irmã. Armou-se um buruçu indescritível entre os milicos e eu. Um dia contarei esta história pois é muito engraçada, apesar de tudo. Eles levaram a melhor, claro, e as fotos. Fui castigada durante dois meses por "dissimulação de material subversivo" e "ameaças contra o pessoal militar". Como as companheiras protestaram pelo injusto castigo, a prisão inteira foi punida, já não lembro por quanto

tempo. Ficamos sem visitas, logo sem comida, sem cartas, sem comunicação com o exterior e sofrendo torturas psicológicas a cada dia. E pasmem! Com música de Roberto Carlos tocada em todos os recantos da prisão. Um inferno. "Quero que você me aqueça nesse inverno e que tudo o mais vá pro inferno..."

Saí da prisão no dia 21 de setembro. Cheguei a Bruxelas dia 22, um dia de sol, nunca mais esquecerei. Trazia comigo as cartas de prisão, hoje perdidas, um casaco de frio que ganhei de uma companheira argentina, Alicia, que morreu mais tarde com forte crise de asma, sem assistência. Eu tinha também um lindo casaco azul de lã, que eu mesma havia tecido, de tricô, e meu tesouro: os fragmentos de ossinhos de carneiro, colhidos na comida que nos serviam, que eu entalhava nos longos dias da prisão. Era o começo da minha arte.

Na saída, entregaram-me as fotos, para minha surpresa. Ainda as tenho aqui comigo e, de vez em quando, as olho, para não esquecer.

25 - Panamá

25.1 | SALSA PANAMENHA

Dalva Bonet

Desculpem-me aqueles que não gostam de brincar com coisa séria, mas a sátira é assim mesmo: rasga na carne sem preconceitos nem máscaras. Constata o ridículo e reduz o ser humano à sua verdadeira dimensão, ou seja, o nada.

Em tempos de terremoto, falemos de terremoto. Usemos uma lente 135mm para atravessar o túnel do tempo e chegar a Santiago do Chile em setembro/outubro de 1973, não me lembro bem qual dos dois meses.

Estávamos todos apinhados (272 pessoas) em um apartamento de três pequenos quartos e apenas um banheiro, preferindo aquele desconforto máximo (tínhamos que fazer turnos para sentar e dormíamos em pé) à possibilidade de passar por prisão e tortura na "liberdade" daquele imenso campo de concentração em que se converteu o Chile de Pinochet. Ou mesmo de morrer, vítima de uma bala, não perdida, mas achada, das armas de milicos ensandecidos com o poder daquelas formiguinhas que se constituíam no que se chamava POVO. E com maiúsculas, pois resistiram a todo tipo de ataque dos *momitos*, só tombando ao poder das armas.

Bem, feito este introito, voltemos ao nosso querido apartamento. Ele se chamava elegantemente *Embajada de la República de Panamá* e já abrigava 80 pessoas quando lá cheguei. O embaixador estava ausente e, portanto, as solenidades de pedido de refúgio foram dispensadas, pois depois da saída dele às 17h, antes do toque de recolher imposto pela ditadura militar, as chaves ficavam com uma comissão criada para tomar conta da casa. Entramos e pronto. Sabem por quê? A tal comissão era constituída de grandes amigos e parceiros de luta: Zé Maria Rabelo, Theotônio dos Santos, Marco Aurélio Garcia, Patricio Palma e outros. Mais tarde conseguimos incluir o Zé Ibrahim. Que luxo, não é?

Mas não era não. Essas oitenta pessoas transformaram-se em 272. E com um banheiro só. Já imaginaram o que acontecia quando dava vontade de fazer pipi ou usar de mais consistência? A fila era grande, a prioridade era para as mulheres grávidas e as crianças e, quando finalmente, lográvamos alcançar o objetivo o corpo já nos havia traído. Uma vez me engajei em uma conversa tola com o Rui Mauro Marini porque ele se dizia *apurado* e eu também. Olhando assim, parece ridículo. Mas era o nosso dia-a-dia.

Banho? Nem pensar. E nem pensamos mesmo, o frio que fazia em Santiago ajudava. E por falar nele, não tínhamos cobertores. Uma noite, eu batia tanto queixo e não conseguia pregar os olhos, que dois *tupamaros* imprensaram meu corpo contra os deles, em uma espécie de sanduíche, para me passar calor e fazer com que eu dormisse. Calor humano, hem? Nunca senti outro igual. Nem aqui nem na China. Amigos leitores, dormi como um anjinho, muito embora tenha sido acordada meia hora depois por outro habitante do local avisando-me que o meu turno acabara. Ai que ódio! Estava tão gostoso...

Em outra experiência profunda vi e senti o Jorge Barret Viedma (irmão da Soledad, assassinada grávida no Recife por encomenda do monstro Cabo Anselmo, seu companheiro à época e pai de seu filho não nascido) tirar seu casaco, cobrir-me com ele para que eu pudesse dormir. Solidariedade assim? Nunca mais vi. Ó ser humano, quando é que você será novamente capaz de sair do nada e ter gestos como este?

E em falando de gestos, tinha também a turma do lado de fora. A logística. Traziam comida, recados e notícias para nós. Faziam um correio muito eficiente entre as embaixadas. Eram pessoas que gozavam de imunidade por portarem ou um passaporte diplomático ou um passaporte europeu. Jean Marc von der Weid estava lá. O José Serra também.

Ô Serra, você era tão bonito na época...! Deixe de lado a ambição e o envolvimento com essa gente que sustentou a ditadura brasileira, tão feroz quanto a chilena! No fundo, acho que ainda se orgulha dos momentos de solidariedade e fraternidade. Saia deste baú, você pode, constatei isso quando uma vez nos falamos, em uma de suas visitas ao Rio de Janeiro.

Mas, para que tanta digressão? Não ia falar de terremoto? A História é assim, invade nossas mentes e acaba com a bagunça. Ainda mais em ritmo de salsa. Vai e volta, mexe com corpo, arde na batida e se entrega às sensações. Ó ser humano, não use somente a razão. O mundo não é só um campo produtivo. É, sobretudo, florido, agulado e em alto relevo. Desfrute do que já é nosso e compartilhe com o outro. Se do pó saímos e ao pó voltaremos para que toda essa hierarquia?

Depois de algum tempo (não me lembro quanto), fomos transferidos para uma casa que o Theotônio havia comprado e repassara à República de Panamá para ser a sua sede no Chile. Que luxo! Lá era grande, tinha até piscina (vazia, é claro!) para a gente se espalhar. Mas, logo, logo, se encheu e perdi a conta do número de habitantes. Foi lá que o terremoto aconteceu (e, agora, em ritmo de salsa, aquela coladinha gostosa de pernas que se empurram e se atraem. Eta coisa boa!).

Raúl era um psiquiatra chileno. Ângelo Pezzuti também era psiquiatra, mas brasileiro. A desvantagem da casa era que ficava para os lados do *Estadio Nacional*, depósito de tortura. Volta e meia se ouvia barulho. Cruz credo, me dá arrepio só de lembrar!

Um belo dia, como nos contos de Rapunzel, recebemos em nosso palácio (agora, era palácio!) um pobre torturado recém-saído das mãos do ogro, que, compreensivelmente por sua condição, apresentava um quadro de ímpetos ao suicídio. E, também da mesma forma, necessitava de vigilância constante. Isto é muito comum no torturado, pois a tortura corta na carne e expõe o desejo de morte. Mas voltemos à nossa salsa gostosa. Morbidade deixa com eles, os monstros torturadores.

Ângelo era um médico sério. Não se assemelhava a esses charlatões que vemos hoje em dia nos planos de saúde. Entregou o paciente aos cuidados do colega chileno que, diga-se de passagem, recebeu-o com todo carinho.

Vigilância daqui, vigilância dali, o paciente (não me lembro o nome dele) ia, aos poucos, melhorando. Até que um belo dia, estava eu deitada no meu saco de dormir, quando o solo começou a tremer debaixo de mim como uma gelatina que se mexe na vasilha, sem sustentação alguma. A sensação era de que a qualquer momento aquela gelatina iria se partir e eu cairia no centro da Terra como *Alice no País das Maravilhas*. Mas eu não era Lewis Carrol nem nada e tratei de ficar quietinha. Olhei para a janela, então, e consciente da presença dos *pacos* lá fora (força policial dos *Carabineros de Chile*), prontos a atirar em qualquer cabeça que se aventurasse a sair à rua, achei estranho que ela estivesse aberta.

Amigos leitores, assisti, então, a uma das cenas mais hilárias da minha vida. E aqui, desculpem-me os defensores do drama: ele chega a um clímax que se transforma em um anticlímax, tal o seu desprendimento da realidade dos mais comuns dos mortais. Ou, sei lá, a sua proximidade.

O psiquiatra, responsável pelo paciente com ímpetos suicidas, tentava se lançar janela afora com medo do terremoto. E o paciente, consciente de que o terremoto não era mais perigoso do que os *pacos* (experimentara na carne), tentava detê-lo, segurando-o pelas pernas e gritando: "Calma, calma, é só um terremoto!"

Dei boas gargalhadas, nunca mais me esqueci da cena, e embora seja amante de Shakespeare e de suas belíssimas tragédias, não dispensei um gíbi de história em quadrinhos. Não somos nada, jamais seremos alguma coisa se não soubermos dançar. A salsa está aí, e o samba também, já nos mostrava o nicaraguense que possuía doze passaportes, cada um de uma nacionalidade diferente, mas que afirmava ser da Nicarágua. O Panamá, posteriormente, foi um espaço e tempo deliciosos. Vocês sabiam que no mapa do seu hotel principal, o Caribe, não existia Cuba? Fácil maneira de lidar com o indesejável...!

Sabiam que, no Panamá, os micro-ônibus eram aparelhados com equipamentos sonoros magníficos que emanavam os sons da salsa, da rumba e outros ritmos caribenhos? Que bastava gritar *parada* e o motorista obedecia, pois não havia pontos pré-determinados? Que os panamenhos estranhavam o nosso uso das sandálias havaianas (olha aí, já naquela época!) que hoje se tornaram a coqueluche de exportação para a Europa? Que eles

achavam muito curioso o fato de não sermos chilenos apesar de termos sido apresentados a todos como "refugiados do Chile"? Era um ti-ti-ti danado entre os panamenhos que viajavam de Kombi (ainda não existiam as "vans") de Chitré, onde estávamos hospedados, à Cidade do Panamá. Eu habitava os "Altos dos Supermercados Arca de Noé" e acho que, com este nome, não preciso dizer mais nada. O paraíso era ali mesmo.

Muitos anos mais tarde, encontrei Berta Torrijos, irmã de *mi generalísimo* Torrijos, em uma recepção da Internacional Socialista. Falamos daqueles tempos panamenhos, com General Noriega e tudo. Uma salsa inesquecível e indelével, dessas que deixam marcas profundas de sensação, sentimento e cor.

O Panamá, este pequeno país caribenho, chama à vida, ao calor, à alegria e ao riso. Transforma as maiores tragédias em hilariantes tragicomédias. Lá, comprei meu primeiro equipamento fotográfico profissional e saí para fotografar o mundo. É tudo de bom para mim.

26 - Inglaterra

26.1 | VIVA O REINO UNIDO!

Dalva Bonet

Passeava pelas ruas de Panamá City descontraída com, enfim, um canto para cair, pois o ilustríssimo cônsul do reino belga, que por sua vez dava expediente em um escritório de engenharia da cidade com uma bandeira da Bélgica em sua mesa, havia nos concedido a honra de pousar naquele país com a seguinte pergunta:

- Vocês têm mesmo certeza de que querem ir para lá? Há maluco para tudo...

Fazer o quê? Ninguém mais nos queria... Marginalizados, recém fugidos do Chile de Pinochet, portando um salvo-conduto panamenho, um pedaço de papel que insistíamos em transformar em passaporte (chegamos até a comprar uma capa escrita Passaporte para nos iludir ainda mais), eu e meu companheiro estávamos aceitando qualquer coisa.

Mas não... Tão conformada estava em passar o resto dos meus dias na Bélgica (pelo menos aprendia francês), que resolvi fazer uma brincadeira. Voltei-me para meu companheiro e disse:

- Sabe de uma coisa? A princesa Ann está passando pelo Panamá, em lua-de-mel e, em homenagem a ela, deveríamos cumprimentar o cônsul britânico e aproveitar para pedir um visto de entrada em seu país - (nada sério, é claro, mas já havíamos sofrido tanto, que resolvemos nos engajar na brincadeira).

E não é que deu certo? O cônsul nem discutiu, cobrou-nos US\$ 10,00 e mandou carimbar os "passaportes". Ficamos perplexos, mas solicitamos nossas passagens para a terra de Sua Majestade. E lá fomos nós no voo da British Airways, com direito a camarão e lagosta, para Londres, onde aterrissamos com um frio de rachar e um breu digno de filme de vampiros.

Tudo era muito estranho. As pessoas todas enroladas em seus sobretudos elegantes, muitos negros nas ruas exibindo roupas finíssimas (aqui no Brasil, na época, negro, o regime só deixava ser malandro ou favelado...), aquela língua que eu havia aprendido na escola e que agora me traía. Havia até tanques no aeroporto por conta da greve dos mineiros em Gales e na Escócia.

Saímos do aeroporto e fomos direto para a Anistia Internacional, instituição que entrara em contato comigo ainda no Panamá. Eram as únicas pessoas que "conhecíamos" no Reino Unido (exceto pela grande surpresa que nos aguardava...). Chegamos lá, ficaram muito contentes em nos ver, foram procurar lugar para ficarmos e eu, então, cansada de guerra, fui dormir um pouco porque a viagem transatlântica arreventara comigo.

Mas não é que, no meio do meu sono, a inglesinha lá me acorda, dizendo que havia alguém que queria falar comigo ao telefone. Fiquei "pra lá de" cabreira, pois não conhecia ninguém, mas ela me garantiu que a pessoa chamara pelo meu nome. Caramba, pensei, só pode ser da polícia (a paranóia também era muito comum na época...)! Mas fui atender.

E qual não foi a surpresa? Uma companheira das jornadas revolucionárias no Rio de Janeiro e dos porões do DOI-CODI, havia se casado, estava morando no Reino Unido e me convidava para jantar em sua casa e conhecer seu marido.

Fiquei "pra lá de" feliz e marcamos para o dia seguinte, tal era a ansiedade do reencontro.

E lá estávamos nós naquela noite memorável. Tão memorável que jamais irei esquecê-la. A comida perfeita, o vinho saboroso. Mas o tal marido, que por sinal era americano, toda hora olhava por trás da cortina, pela janela, talvez o que se passava no jardim que dava para a rua. E comecei a ficar encrencada com isso. Meu companheiro não percebia porque estava sentado de costas para a tal janela. E contava estórias e mais estórias... (éramos loucos por elas...). Lá pelas tantas, no nosso samba de breque, tal como Moreira da Silva, o Kid Morengueira, imaginaria, não aguentei e perguntei por que ele olhava tanto por trás da cortina e a resposta veio como um míssil tão letal quanto estes com que o Estado de Israel mata a população palestina (aliás já está mais do que na hora de acabar com esta crueldade...):

- É porque está cheio de agentes da CIA lá fora. Estão cercando o apartamento tentando bisbilhotar tudo.

Silêncio total. Depois continuou:

- Fui agente da CIA e desertei. Eles estão atrás de mim - completou.

Meu companheiro engasgou quase engolindo o garfo com que comia. Eu não sabia onde me meter, não era inglesa, mas mantive a fleuma (outro breque, que aliás vem de *brake*, os freios ingleses: naquela época nunca admitia sentir medo, embora me estraçalhasse por dentro).

A solução no caso foi escutá-lo. Fazer o quê? Contou-nos como foi recrutado para a CIA, que estava escrevendo um livro, que vivera primeiramente na Espanha e depois em Paris, mas teve que sair dos dois lugares porque estava com esta simpática agência em seu encaço. Viera para o Reino Unido porque os súditos secretos da rainha (lembrem do 007? iguaizinhos...) haviam prometido protegê-lo, uma vez que não desejavam escândalos em seu território. Assim que os agentes da CIA e do MI-6 (assim se chama o ninho dos simpáticos britânicos...) ficavam se estranhando no jardim e deveríamos tomar cuidado quando deixássemos a casa. Depois soube que eles queriam roubar os manuscritos do

livro, pois passamos a nos encontrar na rua, carregando uma mala que continha os tais manuscritos. E sabem de uma coisa? Comecei a achar tudo muito divertido. Quando eles foram morar em Cambridge porque os filhos dele vieram dos Estados Unidos para morar com o pai, fomos morar no apartamento deles em Londres e dane-se a CIA. Não é à toa que, já no Brasil depois da anistia, quando fui ler meu *habeas data*, vi que o governo brasileiro havia sido informado dos meus passos naquela terra, pois meu primeiro filho nasceu lá.

O tempo passou, o livro foi lançado, foi um sucesso de público e traduzido para não sei quantas línguas (as pessoas adoram livros de espionagem...). Por outro lado, nós nos assentamos bem na Inglaterra e quando fui convidada para aparecer em um filme que contava a estória dele (não a minha...) fiquei simplesmente a-ter-ro-ri-za-da. Não queria magoar o amigo que ele se tornara, mas também não queria arriscar a pele ao lado de um ex-agente da coisa mais odiosa do mundo depois da Gestapo (afinal de contas o pensamento comum na época era uma vez Flamengo, sempre Flamengo...). Só sei que inventei a desculpa de que queria voltar para o Brasil (naquela altura não havia nem sombra de anistia), ele não acreditou muito, argumentou, argumentou e tudo ficou por isso mesmo.

A vida continuou correndo. Ele tinha certa mania de que eu não gostava muito: ficava denunciando todos os agentes da CIA que detectava. Achava que sua missão revolucionária era esta. Eu discordava, pois achava e acho ainda, que lidar com estes indivíduos é tão perigoso que não vale a pena arriscar o bem estar de muitos em troca de trazer à tona elementos contra os quais você não pode lutar, pois pertencem a um sistema operacional sustentado e alimentado por algo muito maior. E foi assim que ele caiu. Veio o governo progressista do Manley na Jamaica e, se éramos revistados na porta do Rainbow em *show* do Bob Marley, imaginem o maluco denunciando os agentes da CIA na Jamaica, que deviam estar misturados aos secretas ingleses. Resultado: expulso do Reino Unido por agir contra a segurança nacional. Pode? Não pode. A partir desse momento, foi perdendo força, calando-se e hoje está de volta aos Estados Unidos e até onde sei, vive em paz com sua família.

Mas por que quando resolvi falar sobre a minha vida no Reino Unido, ocorreu-me justamente esta estória? Porque foi a primeira. Logo na chegada. Muitas outras me chacoalharam por dentro. Elas ocorrem frequentemente em Londres em virtude do seu cosmopolitismo. Gente de todas as partes do mundo. Gente de todas as cores políticas: direita, esquerda, centro e o que mais que possa existir. Maluco para tudo. E Westminster

sabe que é exatamente aí que reside a sua força: permite e controla (bobo é aquele que pensa que isso acontece nas barbas do poder sem controle). Convivi durante dez anos com experiências de todo o tipo, aprendi a respeitar as diferenças e, sobretudo, descobri que uma democracia liberal amarra mais o indivíduo do que uma ditadura, porque nele instala o medo da perda de sua pseudo-segurança. O *Big Brother* que tudo espia (não é à-toa que o programa de televisão faz sucesso no mundo inteiro).

Havia muito poucos brasileiros em Londres. Exilados, só nós. Mas mesmo assim nossa vida foi muito rica, pois interagimos com aquela sociedade tal qual ela é. Sem máscaras nem ilusões. E parafraseando Gilberto Gil: ter ido foi necessário para voltar. Afinal de contas este país chamado Brasil pode nos irritar muitas vezes, mas possui uma gente tão apaixonada que é muito difícil resistir a esta libido coletiva!

Depois conto mais...

26.2 | MUAMMAR AL-QADHAFI

Dalva Bonet

Londres é normalmente cinza. Diz-se que quando o verão cai em um final de semana, é porque Deus resolveu dar uma passada por lá. Terrorismo cheira a cinza e nada melhor que o centro da aviação internacional para abrigar o que há de mais sombrio nas relações internacionais.

Era o final dos anos 70 e início dos 80, com aquele gosto de terceiro mundo e de pressentimento do que estava por vir. A Polônia seria invadida em 1981, antecipando a Perestroika e o desabamento do sonho encantado de comunistas e revolucionários antiimperialistas.

Qadhafi, sim ele, o sheik-espírito (como era chamado, por trocadilho com Shakespeare, que era considerado líbio por deboche), aproveitara a oportunidade para preencher o vazio de lideranças revolucionárias e garantir a sua notoriedade: treinava e financiava movimentos de resistência latino-americanos tais como o MIR chileno.

A revolução islâmica no Irã, em seus anos mais ferrenhamente nacionalistas, pairava sobre Londres deixando a aliança anglo-americana em estado de alerta. A China quieta, de olho no seu futuro.

Eu? Eu, pacata cidadã, vivendo exilada no reino de Sua Majestade, fã de 007, fazia o que podia. Defendia (ou tentava defender) os trabalhadores migrantes e imigrantes das garras do preconceito de classe, raça, gênero, cultura, religião, orientação sexual e quantos outros houvesse. De aí, o meu contato estreito com o mundo muçulmano.

A imigração britânica era implacável. Nunca conheci terrorismo pior do que o praticado todos os dias, todas as horas, por parte daqueles funcionários públicos que se julgavam porteiros do Éden (só que haviam se esquecido de pedir licença a Hermes, titular do posto!). Quando um deles desertou, anos mais tarde, vim a saber da seguinte história:

"...Um dia, estava de serviço em Heathrow quando uma grande família árabe se aproximou do púlpito em que me encontrava. O chefe deles entregou-me os passaportes e, ao conferi-los, verifiquei que faltava um. Tratava-se obviamente de uma família muito rica e, educadamente, perguntei pelo passaporte do homem que vinha vestido em seda, adornado com ouro e portava um anel de diamantes no dedo anular. Ninguém me respondeu. Aumentei o tom de voz. Nada. Gritei então:

- P-A-S-S-A-P-O-R-T-E!

O chefe me olhou como se eu estivesse pedindo algo inusitado e decidiu responder:

-Ele não tem, meu senhor.

-Como é que não tem? Todo mundo tem um passaporte!...

-Ele é escravo.

-Escravo? - Engasguei. Fiquei tão atônito que nem me ocorreu perguntar-lhe se não queria ser um homem livre, pois segundo a lei inglesa se ele adentrasse o território britânico, tornar-se-ia liberto! Mas, também com aquela seda, o ouro e os diamantes...

Tremia dos pés à cabeça sem saber como lidar com aquela situação. Chamei meu supervisor e o imbróglgio foi resolvido de forma bem prática, à la inglesa: se o homem era escravo, não tinha passaporte, ninguém saberia que entrara no Reino Unido. Só que não conseguiria sair. Argumentei que iria tornar-se outro tipo de escravo, um imigrante ilegal, mas ninguém estava interessado no pobre (!) homem, só em resolver o problema do serviço de imigração!"

Peço perdão pela digressão, mas faz parte das firulas do tango latino. Aquele debruçar-se sobre o corpo da mulher, tentando galgá-lo, mas deparando-se com seus mistérios e suas resistências. Planície e planalto, retas e curvas.

Era um dia sombrio em Londres. Desses que anunciam o fim do verão e o início do outono. Cheguei ao meu escritório com muito sono, pois dormira muito pouco na noite anterior. Liguei a cafeteira e fui olhar a correspondência. Lá estava: convite pessoal, nominal e intransferível para participar das festividades comemorativas da independência da Lybia Jamahyria. Pirei.

- Tutátis! Como sabiam de mim? Seria provocação? Não tinha nem consulado lá. Os líbios andavam tão provocadores que o governo inglês jurara fazer picadinho de cada um que ousasse aparecer por "aquela ilha velha que não enganou ninguém". Pouco antes, haviam matado um agente duplo com veneno na ponta do guarda-chuva. O gajo estava no ponto de ônibus, o assassino se aproximou, deu-lhe uma espetada, caminho suficiente para a morte. A BBC fazia propaganda aberta, 24 horas por dia, contra Qadhafi. E quem viajasse à Líbia não conseguia retornar ao Reino Unido. Cruzes! Mas não conseguiria recusar um convite como aquele...

Fiquei o dia inteiro remoendo a questão, mas sempre chegava ao mesmo ponto: como é que poderia deixar de participar das comemorações do aniversário da Lybia Jamahyria, se fora convidada? Ainda mais com toda aquela honra? Não, que se danassem os ingleses, não iria perder.

Fui para casa, comentei com meu companheiro e não conseguimos desvendar o mistério do convite. Não tínhamos a menor ideia de onde poderia ter partido. Dos cubanos? Não. Havia sido convidada a ir para Cuba e recusara exatamente por causa do marido. Mas talvez fosse exatamente por isso. Ele estava uma fera porque não fora convidado também. Ah, mas que se danassem os ingleses, marido também, mas a Líbia... Só prometi ser discreta. E assim fui.

Durante o caminho fui pensando em Qadhafi, nas minhas aulas de árabe, nos mistérios que envolviam os líbios, na minha admiração por Leila Khaled, líder palestina, na própria figura controversa do líbio que desafiava a sociedade ocidental e fazia com que ela tremesse na base.

Fomos recebidos com uma linda festa. Tinha de tudo, menos carne de porco e bebida alcoólica, é claro. Mas a variedade de sucos não deixava a desejar. As comidas eram de

deuses. No entanto, a indagação permanecia: quem enviara o convite? Seria alguma listagem internacional?

Quando cheguei, tentei ser discreta, como prometera. Mas desconhecia os costumes árabes e, já na entrada, a minha presença foi anunciada em alto-falante e diante de câmeras de televisão:

- A senhora de Bonet!

Quase morri, mas ainda tive que enfrentar uma fila de árabes a me cumprimentar. Lá se havia ido a discrição.

Não conhecia ninguém e fiquei rodando que nem peru até que, lá pelas tantas, avistei um grande amigo meu, jornalista do *The Observer*, que cobria o norte da África. Fazia sentido ele estar ali, portanto. Mas e eu? O mistério continuava.

Tony me contou que fora convidado da mesma forma. Não conhecia ninguém, sua mulher também não fora convidada e ficara com ciúmes, não havia nenhuma indicação de quem partira a lembrança do seu nome. Será que fazíamos parte de alguma trama internacional?

Lá pelas tantas, resolvemos relaxar e decidimos nos envolver com as festividades. A alegria era tanta que suplantava os discursos, invariavelmente chatos, como todos os discursos. Os líbios eram encantadores e o que vimos ali foi tanta simplicidade que realmente não se coadunava com a imagem terrorista que o ocidente tentava desenhar. Se havia problemas internos, não sei. Não dava para perceber desta forma. Qadhafi podia até ser "ditador", mas o que estava em jogo ali era uma ordem internacional. Ele tentava se afirmar em contraposição à dominância da sociedade ocidental e ao declínio do império soviético e eu estava feliz de ter tido a oportunidade de participar dos seus primórdios. Fosse como fosse.

Eles acertaram: não resolvi o mistério, mas a figura do "sheik-espirro", ali se contrapondo ao maior império do mundo, mesmo debochando do maior ícone da cultura anglo-saxônica, até hoje habita o meu imaginário de independência. Recentemente ouvi-o falar na ONU e, não sem risos, constatar que seu intérprete chegou a passar mal e abandonar a interpretação, pois o discurso excedeu de longe os 90 minutos máximos protocolares. Vítima desse "realismo socialista", o pobre intérprete foi hospitalizado por exaustão.

Morro de rir quando penso nele, bonito, atraente, todo vestido de dourado, pois ele é tudo o que não é. Fantasticamente imperfeito. E talvez seja por isso que Mahmoud Ahmadinejad desperte uma profunda curiosidade em mim... Chávez também. São a quinta-essência do terceiro mundo! Posso não vir a saber quem enviou o convite, mas de que ele calou fundo não resta menor dúvida.

Ô Lula, não dê uma de bom moço não. O Ocidente quer é exatamente isto. A cara do terceiro mundo é outra: é imperfeita, endividada, irreverente e, sobretudo, altiva, como o nosso povo.

Fazemos um oito como na dança do ventre, abrimos os braços em serpente e seguimos nosso caminho. Que o Ocidente encontre o dele...

27 - França

27.1 | LEMBRANÇAS DE NOVA IORQUE

Sergio Granja

Morava eu em Paris quando, por volta de 1978, viajei com outros exilados para participar de um evento na Costa Rica. Era um seminário sobre a América Latina, patrocinado pela Federação Mundial da Juventude Democrática. Não tenho muita certeza do ano, mas o mês era dezembro, sem dúvida.

Bem, todo mundo sabe que sou um desmemoriado. Então, como posso afirmar assim tão categoricamente que foi num mês de dezembro? É simples. Esses encontros nunca excediam uma semana e, quando o seminário terminou, estávamos às vésperas do Natal. Acreditem ou não, isso é sustentado pela própria história que vou contar.

Como não havia vôo direto Paris-San José, o jeito era fazer uma troca de avião no Panamá. Mas o aeroporto do Panamá tinha um probleminha: era uma espécie de buraco negro no qual sumiam as bagagens durante a transferência de uma aeronave para a outra. Embora o sumiço fosse previsível, não se podia evitá-lo. Parece que a coisa tinha um estatuto de lei da física, ou seja, tratava-se de uma fatalidade irrecurível. E foi assim que desembarquei em San José só com a roupa do corpo e a maleta de mão.

O seminário versava sobre a questão democrática na América Latina, ou qualquer coisa que o valha. E transcorreu burocraticamente, como soía acontecer nesses eventos juvenis internacionais, que reuniam invariavelmente aprendizes de diplomata dos países do "socialismo real" e representantes das juventudes dos partidos socialistas e comunistas ocidentais e dos partidos social-democratas no governo.

A inutilidade dessas reuniões era proverbial. Se por acaso alguém vislumbrar algum proveito nelas, este será um gênio ou uma besta. Mas com certeza era uma oportunidade para se fazer um turismo semi-oficial. Foi desse modo que conheci a Costa Rica e, de quebra, uma costarricense cujo interesse teórico pela questão democrática latino-americana se incendiava ao contato das nossas partes pudentes. A bem da verdade, foi a ela que me dediquei com maior afinco na meia-dúzia de três ou quatro dias de reuniões a que assisti.

Dessa viagem, ficou-me uma viva impressão da brava companheira costarricense, reformista social-democrata que se acasalou à perfeição com o meu indomável espírito revolucionário proletário. Aprendi muito com ela. Sobre o diálogo silencioso dos corpos, por exemplo. E inclusive sobre estalidos de salivas e urros e suspiros que fazem a alma desabafar. Mas também sobre doces palavras castelhanas que não saberia traduzir, mas cujo sentido não me escapava e fazia-me eriçar.

Pois encontrava-me nessas lides que todos podem imaginar, quando me dei conta de que era hora de voltar para passar o Natal em casa com a minha encantadora esposa, que me esperava em Paris. Todavia, aguardava-me uma ingrata surpresa: as passagens estavam esgotadas por conta das festas de fim de ano. O leitor (ou será leitora?) poderá imaginar a aflição de um marido apaixonado diante da trágica perspectiva de passar a noite do Menino Jesus longe de sua amada esposa. Era tal meu desespero que esqueci da costarricense. Eu queria porque queria, passar o Natal com a minha amada em Paris. Então, o vendedor da American Airlines apresentou uma saída: tomar um voo da companhia americana até o aeroporto de Nova Iorque e, lá, fazer a transferência para

um da Air France, para Paris. Comprei os bilhetes e embarquei para o aeroporto John Kennedy.

Eu pensava que o pior já havia passado, mas o pior ainda estava por vir. Antes de prosseguir, uma correção. Eu venho relatando os fatos como se a dificuldade em voltar para a Europa fosse um problema só meu. Na verdade, afetava um grupo mais ou menos numeroso de participantes do evento, entre os quais, vários brasileiros. Não citarei nomes, por duas boas razões. A primeira é a minha falta de memória: simplesmente não lembro. A segunda é que as pessoas estão vivas e não quero provocar melindres. Abro aqui um parêntese para dizer que essa história de poder citar mortos e não poder citar vivos me soa como uma perfeita covardia. Afinal os vivos têm sobre os mortos a vantagem de poder se defender. No caso, porém, não citarei vivos nem mortos. E digamos que é porque me esqueci dos nomes.

Voava rumo a Nova Iorque com a atenção dividida entre o futuro imediato que me esperava em Paris e o passado recente, que eu deixara ficar definitivamente para trás, mas ainda se insinuava fresco na memória. Passara a última noite com a costarriquense e fora uma despedida inesquecível. Ela me pedira que eu deixasse um pouco de mim com ela. Eu a penetrei, vagarosamente, e emiti golfadas de emoção. Depois, parti sem olhar para trás. Trazia opresso no espírito a certeza de que na Costa Rica ficara uma gota do meu ser. Dessa gota, eu jamais teria notícias.

Havia um pequeno detalhe: eu não tinha visto de entrada para os Estados Unidos. Todavia, o vendedor da American Airlines me certificara de que não era necessário, pois eu estaria em trânsito no aeroporto John Kennedy por apenas algumas horas ou, mesmo, menos de uma hora.

Quando desembarquei em Nova Iorque, ainda enlevado com as lembranças do pedaço de mim que ficara para trás, mostrei na aduana o passaporte e a passagem para o voo da Air France que partiria em seguida para Paris. O funcionário americano olhou para mim e exclamou:

- Terrorista!

Desentendido, olhei pros lados buscando saber de quem ele estava falando. Logo me dei conta que era de mim.

Agora, vejam vocês. Havia todo um grupo nas mesmas condições que eu. Por que o funcionário americano foi invocar logo comigo, e apenas comigo? Achei aquilo uma tremenda injustiça. Entre os brasileiros havia até um banido. Pois o banido passou e eu fui preso. Muito estranho os critérios dos nossos vizinhos do norte. Por que eu? Até hoje não tenho uma explicação plausível. Eu fora um militante apagado, com escassas e secundárias atuações nas lides da clandestinidade. Por que eles queriam a mim e não ao banido? Nunca imaginei que eu pudesse ser matéria de interesse para a CIA ou o FBI. De certa forma, isso era até motivo de lisonja para mim. Ou será que eles se enganaram de pessoa?

Fui algemado e conduzido a um canto sob a mira do revólver de um guarda do aeroporto. Logo se formou uma aglomeração de curiosos. Invariavelmente, perguntavam ao guarda quem era eu. O guarda, muito excitado, dizia que eu era um terrorista perigoso. Tentei argumentar que terrorista, talvez; mas perigoso, não, pelo amor de deus! O guarda, um sujeito baixinho, gordinho, meio ridículo, de descendência hispânica, pôs-se possesso e, num espanhol de meter medo, mandou, ameaçador, que eu calasse a boca. Olhei para o cano do revólver que ele apontava para o meu nariz e achei melhor ficar quieto. Mas, sabe como é, numa situação dessas, a tendência é a gente ficar com vontade de mijar (isso quando o sujeito tem dignidade e não se caga todo). Disse ao guarda que precisava ir ao mictório. Ele ficou me olhando como se eu estivesse dizendo algo sem sentido. Expliquei que sofria de incontinência urinária, que já não aguentava mais e que iria urinar nas calças ali mesmo. Diante da minha ênfase, ele me conduziu ao banheiro. Acontece que eu estava com as mãos algemadas nas costas. Fiz ele ver que eu precisa de ajuda para abrir a braguilha e direcionar o jato de urina para o recipiente adequado. Ele fez uma cara de nojo. Hesitou por um momento. Finalmente, decidiu liberar as minhas mãos para que eu fizesse por mim mesmo o que de outro modo as mãos dele teriam de fazer por mim. Dei uma longa e prazerosa mijada, o que aliviou a minha tensão.

O local aonde fui levado em seguida era uma cela ampla, nas instalações do próprio aeroporto, que estava lotada com africanos e asiáticos (talvez mais asiáticos do que africanos). Não havia camas, de modo que me acomodei num banco, certo de que, em meio àquela balbúrdia, no dia seguinte ninguém mais saberia informar quem era eu e o que estava fazendo ali. Nessas situações, costumo ser acometido de uma sonolência irreprimível. Dormi. Fui acordado no dia seguinte por um sujeito que poderia muito bem ser o Agente 007: alto, forte, loiro, de olhos azuis, impecavelmente bem vestido de terno e gravata, de trato cordial, falava um português gramaticalmente correto e sem sotaque. Perguntou se eu aceitava partir num voo para Amsterdã que saía em quinze minutos.

Prontamente disse que sim. Embarcaria para qualquer lugar que não fosse o Brasil. Ele devolveu-me o passaporte e conduziu-me ao avião.

O calendário marcava o dia 24 de dezembro quando desembarquei à tarde no aeroporto de Amsterdã. O funcionário da aduana holandesa tomou um susto ao inspecionar o meu passaporte. Haviam carimbado lá algo assim: Perigoso terrorista expulso dos Estados Unidos. O holandês perguntou o que eu havia feito contra os estadunidenses. Respondi que, simplesmente, não fizera nada. Contei que faria uma transferência de voo no aeroporto John Kennedy e que fora detido sem mais nem menos. O amsterdamês acreditou na sinceridade de minhas palavras. Apenas comentou: "Esses americanos são malucos!"

Ainda deu tempo de tomar o trem e chegar a Paris antes da meia-noite. Minha adorada esposa me aguardava aflita. Passamos a ceia de Natal juntinhos. Já nem me lembrava mais da costarriquense.

E quer saber de uma coisa? Sinceramente, acho que essa história de costarriquense só pode ser obra da minha imaginação.

27.2 | REVENDO AMIGOS NA FRANÇA – FREI TITO

Pedro Alves

Em julho de 1974, fui à França rever os amigos. Como não podia deixar de ser, procurei Tito no seminário de Lyon. Fui visitá-lo em seu "palácio", acompanhado de Mauro, que não aparava a barba para parecer mais velho do que realmente era. Mauro já estava há algum tempo na França e conhecia bem aquele caminho.

Tito me pareceu introvertido. Estaria incomodado com a nossa presença? Achei que lhe estava importunando e que ele não queria trocar palavras ou ideias com ninguém!

Estava alheio, como se nossas presenças o perturbassem. Conversamos amenidades e depois de algum tempo nos despedimos.

Saí de lá como se houvesse cometido um pecado. Afinal, quem era eu para perturbar a paz de um santo homem no seu recanto sagrado?! Era muita pretensão de minha parte!

Somente após a notícia de seu falecimento é que me dei conta da realidade e de como eu errei na minha avaliação: muitas vezes, quem mais precisa de ajuda não grita Socorro!

Os amigos e parentes têm que estar atentos e auxiliá-los. E não só quanto ao pão de cada dia. Pois, não só de pão vive o homem, ele também precisa de solidariedade humana.

28 - Suécia

28.1 | ASILO POLÍTICO NA SUÉCIA

Guilem Rodrigues da Silva

A Suécia é o país da Europa mais generoso no que se refere a asilo político. Eu fui o primeiro refugiado político da América Latina na Suécia e seguramente o primeiro na Escandinávia. Quando eu cheguei, em 1966, não havia nenhum refugiado político nesse país. Em Lund, moravam dois brasileiros que tinham bolsa de estudo e frequentavam a universidade: um gaúcho de origem alemã que cursava geologia e um carioca, Gui de Holanda, que estudava arquitetura.

Por minha interferência, chegaram ao país dois refugiados oriundos do Chile, se não me falha a memória, em 1970. Dois ex-marinheiros, Neguinho e Élio que foi professor de matemática e que ainda hoje mora no quinto inferno da Lapônia, numa cidadezinha cercada de gelo por todos os lados, Lunde. Até hoje, é para mim um mistério como um caboclo de Alagoas pode morar lá. O Antonio Geraldo, o Neguinho, mora em Estocolmo. Depois, por intermédio deles, vieram para cá o Léo e a companheira dele, na época,

Magali, que estava grávida. O resto é história! Com o golpe contra Allende e a atuação do heroico embaixador sueco Harald Edelstam, começaram a chegar brasileiros, chilenos, uruguaios etc.

Quando os primeiros chegaram, eu já morava aqui havia sete anos e dominava o sueco, tendo sido intérprete da maioria frente à polícia, ao serviço social, à imigração, ao serviço de saúde, não só de brasileiros mas de muitíssimos refugiados de fala espanhola e francesa, bem como, posteriormente, de desertores portugueses.

Conheço bem a Europa depois desses 43 longos anos na Suécia e posso dizer com conhecimento de causa: não há nenhum país europeu que trate tão bem os seus refugiados como a Suécia. A Suécia não é nenhum paraíso terrestre e meus muitos anos como vereador em Lund e como juiz eleito pelo Tribunal de Primeira Instância e nos últimos vinte anos no Tribunal de Segunda Instância, deram-me a certeza de que há muito que precisa ser mudado. Se comparada com a França, a Inglaterra, a Itália, a Suíça e com os vizinhos - Finlândia, Noruega e Dinamarca -, para citar os mais notáveis, a Suécia ganha de barbadada.

28.2 | A SUÉCIA ERA SINÔNIMO DE FIM DO MUNDO

Guilem Rodrigues da Silva, “Conde de Cuxá”

A Suécia, para alguns, era sinônimo de fim do mundo, ursos polares pelas ruas, um povo rude, descendente dos temidos Vikings. Para outros, o país do Prêmio Nobel, com um governo socialista que, segundo eu escutei da boca de um importante membro do Konsomol Soviético, era difícil de explicar. Para os brasileiros da minha geração, era o país onde o Brasil havia conseguido seu primeiro título de Campeão do Mundo em futebol, um país povoado por lindas mulheres loiras e renas do Papai Noel. A língua, sim, era difícil. Como pronunciar palavras com “a” com uma bolinha em cima (å) ou “o” com trema (ö).

Eu sabia bastante sobre a Suécia já que o missionário sueco que dirigia a Assembleia de Deus em Rio Grande, minha cidade natal, era oriundo desse país nórdico. O irmão Anders

Johansson era o pastor da igreja e meus pais eram fiéis dessa congregação evangélica. Eram tempos problemáticos quando o Brasil havia, recentemente, declarado guerra à Alemanha de Hitler e eu, menino de seis anos, gostava de escutar o que o missionário sueco contava sobre a guerra na Europa. Raríssimos navios logravam furar o bloqueio da guerra submarina e chegar desde a longínqua Suécia até Rio Grande. Um ou outro, às vezes, conseguia passar com cartas para a família Johansson e, por isso, Anders Johansson sempre tinha tanto para contar para o garotinho, encantado com nomes estranhos de paragens longínquas e cheias de neve...

Nos idos de 1958, eu e muitíssimos outros brasileiros já sabíamos dizer três palavras em sueco: Rasunda, Nia Ulévi e Indas. Anos depois, descobriria o significado dessas palavras e sua grafia correta... Råsunda, Nya Ullevi e Hindås. A Seleção Brasileira havia disputado importante partida no Estádio de Nya Ullevi, em Gotemburgo, contra a seleção da União Soviética, cujos três primeiros minutos de jogo foram considerados como os mais importantes da história do futebol mundial. No Estádio de Råsunda, em Estocolmo, a final gloriosa contra a Suécia nos fez Campeões Mundiais de Futebol. Entretanto, o nome mais conhecido era Hindås, nas cercanias de Gotemburgo, onde a seleção brasileira estava alojada. Desse lugar mágico, vinham todas as notícias sobre quais jogadores Vicente Feola havia escalado para o jogo.

Em Montevideú, conheci Leonel Brizola. Um dos vários ex-sargentos do exército que, frequentemente, eram vistos em sua companhia levou-me à sua casa e apresentou-me ao Caudilho (como passei a chamá-lo, carinhosamente). Lembro-me bem da minha emoção ao encontrar aquele homem corajoso e dedicado à luta contra a ditadura. Brizola perguntou-me na sua maneira muito franca e direta se eu estava disposto a participar da luta armada ao que respondi, sem titubear, que sim, que estava, mas que necessitaria de treinamento. Eu sabia disparar uma arma, havia aprendido na escola da Marinha, mas todo o exercício que havíamos tido, muito curto e precário, não me dava conhecimentos para participar de uma ação para valer. Ele, então, prometeu-me que, a seu tempo, eu seria chamado para treinamento, pois ele jamais mandaria alguém participar de uma luta sem preparo.

No seguinte encontro com o Caudilho, ele me explicou que estava tomando providências a respeito do meu treinamento e que, em breve, eu seria convocado. Perguntei-lhe se havia algum fundo de ajuda para a família. Contei-lhe que morava em um bairro pobre de Montevideú com minha mulher e nossas duas filhas de três e dois anos de idade e que teria que deixar o trabalho que tinha para participar daqueles planos. Ele argumentou,

então, que não sabia que eu tinha filhos tão pequenos e que, sendo assim, ele não permitiria que eu participasse. Disse-me mais, que eu passaria a receber mil e duzentos pesos uruguaios, por mês, de uma caixinha que havia para os casados com filhos. Confesso que fiquei um pouco decepcionado por não poder tomar parte da ação que se planejava, mas estava também muito consciente da minha responsabilidade com a pequena família que dependia muito de mim.

Passei a visitar Leonel Brizola, periodicamente, para vender-lhe livros e, nessas ocasiões, encontrei muitas pessoas importantes, tais como Darcy Ribeiro, Neiva Moreira e outros. A cada reunião crescia a minha admiração e respeito por ele, pois sentia-me orgulhoso pela oportunidade de conviver com uma pessoa que, eu sabia, tornar-se-ia histórico. Com a minha vinda para a Suécia, a nossa amizade não acabou e a prova é que, a caminho do Brasil e da anistia, passou alguns dias em Estocolmo e telefonou-me, pessoalmente, convidando-me para almoçar com ele e com o professor Abdias Nascimento. Leonel Brizola foi para mim o exemplo de um homem sério e honesto. Foi, na minha opinião, uma lástima para o Brasil, não havê-lo tido como presidente. Lamentei sua morte e, de certa maneira, essa orfandade em que deixou milhões de brasileiros que acreditavam nele. Honra à sua memória!

Nessa época, encontrei Darcy Ribeiro. Fechando os olhos, ainda o vejo sentado sobre suas pernas cruzadas à maneira oriental. Dedicava a ele verdadeira veneração, por seus conhecimentos, sua inteligência clara e seus escritos sobre os índios do Brasil. Conheci também: Djalma Maranhão, ex-prefeito de Natal; o general Oest cuja esposa tricoteou um casquinho de lã para a minha filhinha recém-nascida no Hospital das Clínicas em Montevideú; o almirante Aragão; o Dr. César Chiafitelli de cuja amizade ainda privo e muitos outros que povoaram minha vida no exílio.

A situação para os refugiados políticos brasileiros no Uruguai tornava-se, a cada dia, mais difícil e perigosa, depois da decisão do governo uruguaio, forçado pela ditadura militar brasileira, de isolar Brizola, internando-o no Balneário Atlântida. A intenção era impedir ou, pelo menos, dificultar que ele mantivesse seus contatos políticos. Brizola tinha, no entanto, direito de tratar dos dentes em seu dentista em Montevideú. Para isso, viajava à capital a cada duas semanas e aproveitava, então, o ensejo para fazer contatos importantes. Seu tratamento dentário prolongou-se indefinidamente...

Em Montevideú, conheci um casal de missionários suecos da mesma igreja frequentada por meus pais e pelo bondoso pastor Anders Johansson da minha infância em Rio Grande.

Sabedores das minhas dificuldades, Marianne e Erik Ahlman perguntaram-me se eu queria ir para a Suécia. Lá, segundo eles, poderia criar minhas filhinhas em paz, trabalhar e viver sem ameaças. Semanas depois, soubemos, pelas autoridades uruguaias, que os refugiados brasileiros tinham que se apresentar uma vez por semana na Chefatura de Polícia, no *Departamento de Inteligencia y Enlace, en calle Yi y San José* (Na rua *Yi* esquina da rua *San José*) para confirmar sua presença no Uruguai. A ditadura brasileira tinha medo de infiltrações ou de visitas indesejadas no território nacional pelos PATRIOTAS (tenho que escrever com letra maiúscula) refugiados no Uruguai.

Uma vez por semana tínhamos que nos apresentar em *Yi y San José* para assinar uma ata de presença. Aconteceu, então, que adoeci e, durante uma semana, não pude assinar a tal lista. Na semana seguinte, quando me apresentei, fui levado ao comissário Morán Charquero (que, posteriormente, seria fuzilado pelos Tupamaros) e informado de que, se faltasse uma única vez mais à ata de presença, seria extraditado e entregue às "autoridades" brasileiras, para segundo ele, receber minha merecida punição por haver desertado da Marinha de Guerra.

Depois do acontecido, fui aconselhado por vários companheiros a aceitar o oferecimento dos missionários suecos e partir para aquele país. Despedi-me do Caudilho, dos demais companheiros e do Almirante Aragão que, brincando, promoveu-me à Adido Naval na Suécia. Parti para o Velho Continente.

Antes de deixar Montevideú, onde havia vivido dois anos como refugiado político e onde havia nascido minha segunda filha, Zoyra-Lya, passei um dia inteiro viajando de ônibus por suas ruas e avenidas, descendo de vez em quando ao chegar em parques e praças, num esforço para guardar na memória a linda e serena geografia daquela cidade que tão bem me havia recebido e onde, não fora o exílio, havia sido quase feliz.

Não queria deixar Montevideú, sem despedir-me de João Goulart, meu presidente, a quem visitava periodicamente para vender livros da Editora Labor e da Pueblos Unidos. Era admirador daquele homem sereno e generoso e sabia de sua saudade profunda do Brasil. Recebeu-me como sempre, bonachão e simples e ao saber que se concretizava minha viagem para a Suécia recomendou-me algo nunca olvidado por mim: "Guilem! Vais me prometer que farás o possível para que tuas filhinhas não troquem a bela praia do Cassino pela neve da Suécia". Dois anos depois ao voltar do trabalho, em Hässleholm, quase chorei ao ver uma das minhas duas filhas brincando na neve...

A língua sueca aprendi em seis meses, na fábrica onde trabalhava como eletricista. Comecei a estudar no curso noturno da Escola Técnica de Hässleholm, preparando-me para o estudo superior na Universidade de Lund. Em Lund, uni-me ao *Latinamerika Gruppen*, em sua maioria composto de companheiros suecos que se solidarizavam com os povos em luta contra as ditaduras que assolavam nosso continente. Ali, conheci muitos companheiros de valor que, verdadeiramente, mostravam, na prática, o sentido real da solidariedade internacional. Pouco a pouco, comecei a organizar-me e participei ativamente da revolta estudantil de 1968, em Lund, enquanto a ditadura brasileira, nesse mesmo ano, me condenava a três anos e um mês de prisão, no Rio de Janeiro.

Pouco tempo depois, recebi a visita de um companheiro de São Paulo, que estudava na Bulgária e que me encarregou de comprar e enviar para o Chile duas passagens de navio para dois companheiros, Neguinho e Élio, que viriam desde aquele país até Hamburgo. Na data aprazada, esperava-os em Copenhague onde, finalmente, chegaram. Hospedei-os em minha casa, que, futuramente, seria chamada de Embaixada dos Refugiados na Suécia, pelo companheiro Avelino Capitani, em seu livro.

Foi muito divertido ensinar o Neguinho a andar de bicicleta. No Brasil, ele nunca havia tido a oportunidade nem a necessidade de usar uma bicicleta. Entretanto, aqui na Suécia, todos usavam esse tipo de transporte e era necessário que ele aprendesse. Além de significar independência ante os horários de ônibus, significava, também, uma boa economia para o bolso semivazio dos refugiados. Depois de cair uma série de vezes, para o divertimento dos jovens suecos que se admiravam de ver um adulto que não sabia andar em bicicleta, conseguimos ensiná-lo e lá andava o nosso querido Neguinho, orgulhosamente, em seu ginete de ferro, como se estivesse em uma vaquejada nordestina.

Meu herói, Apolônio de Carvalho, o tenente Apolinário como o conhecia do livro de Jorge Amado, *Nos Subterrâneos da Liberdade*, festejou seus sessenta anos de vida em minha casa em Lund. Olhava-o e escutava o que dizia nas reuniões em minha casa, mal podendo evitar minha imaginação de voar, participando com ele da Guerra Civil Espanhola, da luta contra os nazistas como *maquisard* na resistência francesa... Um verdadeiro herói de três mundos! Ah! Quanta saudade tenho desse herói sublime que povoou meus anos jovens e depois, no exílio, iria hospedar-se na minha casa. Essas pessoas não deveriam morrer nunca...

De repente, apareceu em minha casa em Lund, sem que eu esperasse, *Charlie Anjo 45*, na pessoa de meu conterrâneo e colega de Marinha, Avelino Capitani. Esse bravo

marinheiro tinha arriscado, como muitos outros, sua vida na luta contra a ditadura. Avelino mostrou-me seu braço com as cicatrizes de uma refrega contra os agentes da ditadura. Um homem simples e bom, cujo único desejo era lutar pela liberdade e pela democracia em nossa terra. Hospedei-o, como a muitos outros, com alegria de revê-lo e de sentir-me participante da luta travada contra a injustiça social em minha Pátria. Todos nós que o conhecíamos, sabíamos também que se tratava de um homem crescido nos montes do Rio Grande do Sul, onde a liberdade era considerada um bem precioso e digno de que se lutasse por essa causa. Para Avelino Capitani, a luta pela liberdade era uma coisa natural.

Certa vez, a pedido do companheiro Lalo, manifestei aos membros do *Latinamerika Gruppen* a necessidade que tínhamos de passaportes, para salvar companheiros que deveriam deixar o Brasil a fim de salvar-se de uma morte certa nas garras da infame polícia da ditadura. Qual não foi o meu espanto, na próxima reunião do grupo, quando dezesseis jovens vieram à mesa e depositaram seus passaportes. Era emocionante testemunhar esse gesto de solidariedade com os nossos companheiros perseguidos pela repressão.

Meses depois, fui chamado à polícia para ser intérprete de mais um refugiado que pedia asilo e tive que fazer um esforço hercúleo para não cair na gargalhada ao ler seu nome no passaporte sueco: Elisabeto Andersson. O policial interrogador estava verdadeiramente curioso para saber como ele tinha conseguido aquele passaporte, mas o companheiro contou-lhe que era fácil comprar passaportes perdidos ou mesmo roubados no mercado clandestino nas grandes cidades...

Às vezes, abrigava vários companheiros, ao mesmo tempo, em meu pequeno apartamento de estudante universitário em Vildande, Lund, o que, não raramente, ocasionava desavenças com a minha jovem esposa que via companheiros dormindo por toda parte.

Sentia ser meu dever ajudar a todos que buscavam um refúgio neste país e, por haver sido o primeiro refugiado político da América Latina na Escandinávia (algo histórico), sentia verdadeira alegria em orientar os que chegavam.

Em 1971, nasceu meu primeiro filho (Nino) na Suécia e, em 1976, publiquei meu primeiro livro nesse mesmo país generoso, que me deu abrigo e que me proporcionou a alegria de ter sido útil a tantos companheiros.

Quando, no Estádio Nacional, optei pela Suécia como terceira opção de asilo, não tinha a menor ideia do que seria morar naquele país gelado. Minha primeira opção era a Argentina e a segunda, Cuba. Escolhi a Argentina porque tinha um ponto para cobrir em São Paulo no final do ano, segundo meu comandante Zé Ibrahim, e Cuba, por tudo que representava naquele momento. Na Argentina não cabia nem mais uma agulha, de tanto latino-americano que havia se exilado em sua embaixada. Na representação de Cuba, houve tentativa de invasão pelo exército chileno com direito a tiroteio e tudo.

Enfim, fui parar às três horas da manhã em Estocolmo com os companheiros que estavam presos conosco no Estádio Nacional do Chile. Olhávamos pela janela e só víamos neve, tudo branco, tudo estranho. Trataram-nos, desde os primeiros momentos, com muito respeito e nos levaram para Alvesta, pequena cidade no sul do país. Lá recebemos roupas, sapatos e tudo de que precisávamos com sobra.

Estudamos o idioma e, depois de seis meses, fomos encaminhados para as cidades que cada um de nós escolheu para viver. Além do trabalho que nos conseguiam, colocavam-nos em um apartamento mobiliado com todo o conforto.

Lembro-me de que, no dia em que meus pais foram para Cuba a convite do governo cubano, quando voltamos do aeroporto para a sua casa, a Eliete, eufórica, acendia o fogão elétrico e falava:

- Isto é que é vida, este país é fantástico...

Na verdade, ela e todos nós estávamos impressionados com a qualidade de vida do povo sueco que é de tirar o chapéu. A Suécia tem uma tradição centenária de receber exilados não só políticos mas econômicos também.

Bem diferente dos dias de prisão no Estádio Nacional quando, além da repressão, passamos muita fome, sem falar nas vezes em que a comida chegava estragada, fedendo

a carne podre. Eu e o Luiz Carlos Guimarães, ex-companheiro da Eli, ficávamos andando pelo estádio para ver se encontrávamos casca de banana, laranja ou qualquer outra coisa para comer. A fome era brava.

Tenho belas recordações da Suécia. O povo sueco é um povo extremamente solidário. Sou muito grato a eles.

28.4 | A DOR DA PERDA

Francisco Roberval Mendes

A escuridão lá fora era grande. Era sempre assim na Suécia. Inverno, depois das três ou quatro horas da tarde tornava-se escuro como qualquer meia-noite. A janela grande da sala mostrava aquele negror. Minha filha de quase dois anos dormia tranquila em seu berço. Ignorava – e não podia ser de outra forma – toda minha tristeza, angústia e a imensa solidão que ela, e só ela, adormecida dividia comigo.

Chegara com ela nos braços e a fizera adormecer. Em todo esse processo, uma tristeza me acompanhava. Ou melhor, pesava dentro e fora de mim. Mariana morrerá. Vida tão curta, tão poucos dias vividos. "E como seria essa vida? Por que ela não tivera o direito de vivê-la? E essa curta vida nos trouxera tanta apreensão, tanta angústia e, depois, um fardo incomensuravelmente pesado de tristeza".

Patrícia ficara no hospital. Precisava se recuperar do parto prematuro. Ali, naquela escuridão, apenas a luz do aquário acesa, imaginava sua tristeza, seu pranto, sozinha naquele frio e impessoal ambiente de hospital, sem ter, nem mesmo, mão amiga para lhe passar um lenço em suas lágrimas. Doeu-me deixá-la, mas não tinha ninguém para cuidar de nossa filha por toda uma noite. Por isso deixei-a no hospital e fui buscar a menina na casa de Bengt, um amigo sueco que dela estava cuidando.

Eu e Patrícia assistimos aos últimos momentos de Mariana sem sequer tê-la tomado nos braços. Desde que nascera prematura, fora colocada rapidamente em uma incubadora. E, ali, eu a vira definhando, seu corpinho profanado por tubos e agulhas. Doía-me tanto!

Mas demonstrava uma resistência e uma quase indiferença que na verdade não possuía. Era, porém, este meu jeito de mostrar força para apoiar Patrícia.

Há três dias, telefonara para o Brasil e para o Chile participando à família que ela ganhara um novo membro, o parto prematuro. Agora, ali, na sala em penumbra, com a pouca iluminação sobre os peixes em constantes e suaves movimentos, tocava-me telefonar para aquelas longínquas famílias para dar as últimas notícias. O telefone ali, na estante, ao alcance da mão. A hora precisa. A diferença de fusos horários permitia encontrar as famílias em casa – hora de jantar e de novela, no Brasil; *hora del once* no Chile. O telefone ali, como que me espreitando, recebendo meu olhar, minha falta de coragem. De mover a mão sobre ele e, num gesto mais decidido, discar aquela sequência de números que me conectariam com uma voz amiga. A sensação de solidão crescia e crescia. A escuridão na janela, aquelas árvores sem folhas lá fora me diziam que aquele mundo não era meu. Não havia ninguém ali para passar a mão na minha cabeça ou para me preparar um café, para me dar um abraço – o que fosse! – tentando afastar de mim, com qualquer gesto, a dor, a perda, a tristeza. Então, como não me sentir só? Como não me sentir carente? Como não havia a mão estendendo-me um lenço para secar as lágrimas que corriam abundantes? (Creio que a outra vez que chorei tanto assim foi bem depois, com a morte de meu pai.) Como não tinha abraços? Porque eu tinha direito a muitos abraços e, naquela hora, eu os desejava.

Não tinha nada com aquilo em volta. Era o próprio estrangeiro, o exilado. A escuridão, a árvore sem verde, o silêncio, aquele apartamento em que pusemos algumas de nossas marcas tentando fazê-lo nosso – o colorido tecido chileno, o pôster da mãe de santo negra carregada de jóias de prata, o grande papagaio de pano. A única coisa minha ali, além de todos os sentimentos que me invadiam, era minha filha, adormecida no quarto ao lado. Na penumbra via seu corpo sob as cobertas. De repente, seu choro. Foi isto que me fez lembrar que a vida seguia. Levantei-me para atendê-la. Mas com a certeza de que nunca, nunca em minha vida, a solidão pesara tanto. Que eu nunca a sentiria tão forte. Nem jamais a sentiria assim.

Guilem Rodrigues da Silva

para a minha filha Zoyra-Lya, nascida no exílio

Sobre o Brasil quero contar-te, minha pequena
a terra bem amada
cheia de paz, de sol e de beleza
donde uma generosa natureza
desenhou rios vales e montanhas

No Brasil minha pequena
São todos felizes
Ali há justiça, trabalho, pão e escolas
A miséria e o analfabetismo
Já não existem, pertencem ao passado
Nenhum estudante desaparece nas cidades
Não há mais presos políticos e reina a liberdade
As companhias estrangeiras não são mais proprietárias
Dos nossos enormes recursos naturais
Já não há mais golpes de estado nem torturas
E em suas casernas e quartéis, os nossos generais
esqueceram há muito os atos institucionais

Para ti minha filhinha, que nasceste no exílio
e brincaste na neve longe da nossa Pátria
eu escrevo estes versos cheios de esperança
Oxalá quando os leias no entardecer dos meu anos
Não mais sejam quimera nem vã utopia
Mas se eu te minto perdoa
quero apenas que durmas
embalada em meus sonhos

Escrito no duro ano do exílio de 1968

Quanto à Suécia, falem o que quiserem... é um país incrível!
Adoro a Suécia! País de verdadeiros amigos!
Amo a Suécia onde aprendi a comer pudim de sangue...
Aprendi a cuspir na neve a -20° para ver o cuspe congelar;
Aprendi a gostar de sentir o vento gelado na cara
Aprendi a chorar sob uma chuva de verão;
Aprendi a passear no silêncio;
Aprendi a rir com a chegada da primavera;
Aprendi a admirar as cores do outono;
Aprendi a olhar o céu à procura dos patos selvagens que voavam em formação...
Onde percebi que o Bergman tinha razão.
Viva a Suécia!

Foi muita sorte nossa ir para a Suécia!

No Chile, no dia seguinte ao golpe, dia 12 de setembro de 1973, eu, Luiz Carlos, meu ex-companheiro e a Lilliam e o Jaimão fomos presos na casa deles. Todos da casa – éramos sete brasileiros – fomos forçados a subir ao terraço. Fuzilamento simulado. Depois, os homens foram levados para o Estádio de Chile e depois para o Estádio Nacional. Muita violência! Eu e a Lilliam, mais tarde, creio que no dia 29 de setembro, fomos para o Refúgio de Padre Hurtado. Nossos companheiros, quase dois meses depois, também foram para um refúgio sob a bandeira da ONU, da Cruz Vermelha Internacional e do ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

Agradeço ao heroico embaixador sueco, Harald Edelstam, que não mediu esforços, com o risco da própria vida, para resgatar perseguidos e presos políticos de várias nacionalidades, no Chile, no período que se seguiu ao golpe de Estado que derrubou o governo eleito e assassinou o presidente Salvador Allende.

Nós quatro fomos aceitos pela França, Suíça e Suécia. Optamos pela Suécia, pois tivemos notícia de que, lá, teríamos possibilidade de estudar, etc.

Foi o que aconteceu. Fomos "bem-recebidíssimos" pelo governo Olof Palme que nos abriu as portas. Primeiro, fomos encaminhados para um acampamento de refugiados, na pequena cidade de Alvesta. Lá encontramos centenas de companheiros de todas as nacionalidades, oriundos do Chile. Foi uma festa. Dia 19 de novembro de 1973 chegamos. Inverno. Neve. Muita neve. Tudo branquinho.

Lá iniciamos o estudo do idioma sueco enquanto recebíamos tratamento médico e psicológico, além de assistência social. Ah! Sem falar no guarda-roupa. Todos éramos encaminhados a uma loja para escolher roupas, calçados - um enxoval completo todos recebemos. Espantei-me, pois ganhei até guarda-chuva! Lembrei-me daqueles objetos/roupas que recebemos ao chegar na Suécia... A Leta, o Washington e o Juca tentaram levar muita coisa para Cuba. Lembro que foi um problema no aeroporto por causa do excesso de peso... O guarda-chuva e muito do que ganhei foram para Cuba!

Ah! Assim que chegávamos, recebíamos um pacote com sabão em pó, sabonete, pasta e escova de dentes, xampu, pente, absorvente higiênico, sei lá, essas coisas... Os homens recebiam aparelho e creme de barbear...

As aulas de sueco eram ministradas em uma escola perto do acampamento. Na hora do almoço saía aquele enorme grupo direto para o refeitório. No horário das refeições todos ficavam à vontade e era muito divertido. Ah! Ganhávamos mesada ou semanada pelo comparecimento às aulas, uma espécie de ajuda de custo. É claro que nossa alimentação e moradia eram por conta do Governo. ... E ainda tínhamos "assistência" de grupos como o Chile Comitê, Anistia Internacional e similares.

Melhor acolhida seria impossível.

Todos sentíamos-nos "uma pilha só", por tudo que passamos no Chile. Às vezes eu chorava baixinho.

Agora começava o segundo exílio.

*Guilem Rodrigues da Silva, Conde de Cuxá
para Memélia*

A noite de Natal saiu assim
um pouco gelada e muito branca
nesta Suécia de tranças loiras e frias
alguém havia derramado muito açúcar
em flor, pelas ruas, telhados e bosques e
a vontade das crianças e um ou outro adulto
acriançado como eu, era de sair à rua e provar
toda essa guloseima espalhada pelos jardins e campos
Um cachorro mais sensato avisou-me ladrando que estava
muito longe do Rio Grande e que assim tão frio nunca foi nos Pampas
onde cresci. Mentira - disse-lhe eu - a pobreza nos fazia sentir mais frio
do que aqui. Muito mais frio pois havia greve semanas a fio e meu amado pai
já não tinha mais dinheiro para comprar o carvão que nos aqueceria no inverno
olhava-me o cão comovido ante a minha súbita tristeza e para que não chorasse
fiz-lhe sinal para acompanhar-me na brincadeira de jogar bolas de neve nas crianças
do bairro, pedi-lhe antes que não contasse nada para elas da minha saudade e da falta
que sempre me fez poder falar em meu idioma durante todos esses 42 natais que aqui
passei.

Eliete Ferrer

Vivi na Suécia na época do Olof Palme, quando se privilegiavam os valores humanos. As diferenças de classe, naquela época, não eram acintosas. Os menos favorecidos eram os jovens estudantes. Lá, ao completar dezoito anos, filho ou filha tratam de ter sua própria casa, ficam independentes da família: ou trabalham ou estudam. Se estudam, vivem de bolsa do governo (empréstimo) até terminarem os estudos e começarem a trabalhar. Depois de alguns anos, a bolsa começa a ser cobrada em suaves prestações...

Nunca tinha morado num país com tão alto padrão de vida, onde saúde e educação eram, de fato, direito de todos. Agora, por falta de tempo, não tenho condições de descrever como aquela sociedade funcionava. A classe trabalhadora, depois de muita luta por direitos, tinha alcançado patamares nunca imaginados por mim, no mundo capitalista.

Sou professora desde os dezessete anos e gosto muito de dar aulas. Meu primeiro emprego, em Estocolmo, foi limpar o Museu Nacional. Depois, trabalhei como carteira, fui funcionária dos correios, professora, tradutora, intérprete... Fui professora de língua materna. O governo sueco pagava para eu acompanhar, nas creches, os filhos de brasileiros ou portugueses, para brincar com eles em Português. Eles sabiam que, se a criança falasse bem o idioma materno, ficaria mais feliz e seria um cidadão mais integrado. A criança permanecia na creche de oito meses até os seis anos de idade. Nas escolas de primeiro grau, eu ensinava português, desde a alfabetização até a nona série.

Impressionou-me a qualidade do ensino público e dos materiais pedagógicos. Escolas de um único turno: a criança entrava às sete da manhã e saía às quatro da tarde. Refeições? A instituição oferecia café-da-manhã, almoço e lanche. O material permanecia na sala de aula e a criança recebia tudo, desde lápis, cadernos e livros, ou o que fosse necessário. Todas as salas de aula tinham, além do quadro negro, quadro de pilot, quadro com pentagrama (pauta musical), carteiras confortáveis, instrumentos musicais, piano ou órgão, televisão... Década de setenta! Um luxo, se comparadas às escolas de hoje, aqui, mesmo as particulares. Imagino que hoje, lá, cada criança tenha seu computador...

Abre parêntesis. A situação jurídica de brasileiros que, depois do golpe do Chile, tinham ido para a Alemanha Ocidental - República Federal da Alemanha -, na época, era muito precária. Sofriam todo tipo de constrangimento, pressão, coação, perseguição mesmo. Havia sempre a ameaça de expulsão do país. Por exemplo, na ocasião da Copa do Mundo de 1974, eram obrigados a comparecer, até três vezes por dia, à delegacia, em Berlim, nos dias de jogos do Brasil. Por tal humilhação passaram o Reinaldo e a Dora, em cuja casa, no Chile, eu morei, assim que cheguei naquele país em fins de agosto de 1973. Em junho de 1976, eles ainda não tinham recebido o asilo político, quando a Dora suicidou-se, ao atirar-se sob um trem em uma estação do metrô de Berlim.

Depois do suicídio da Dora, Maria Auxiliadora Lara Barcellos, a Lilliam, irmã do Reinaldo, que vivia na Suécia, escreveu carta ao Primeiro Ministro Olof Palme, onde pedia que a seu irmão Reinaldo fosse concedido asilo e que ele fosse retirado de Berlim. A Lilliam recebeu, quase imediatamente, resposta pessoal e positiva do Olof Palme. Ele, além de

dar ao Reinaldo todas as instruções de como devia proceder para sair da Alemanha, enviou-lhe documento de viagem sueco, concretizando ao mesmo tempo, seu asilo político na Suécia. Fecha parêntesis.

O primeiro ministro Olof Palme morava em um bairro comum, no subúrbio. No verão ia de bicicleta ao trabalho. Qualquer pessoa podia vê-lo pedalando quando se dirigia ao parlamento.

Certa vez, fiquei muito surpresa quando o encontrei, no inverno, na rua, no meio de uma praça cheia de neve, perto da Estação Central... Estava com uma espécie de caneca fechada de lata, comum à época, com uma fenda, onde os passantes colocavam moedas. Ele fazia campanha de fundos em favor do Vietnã, contra a invasão estadunidense nesse país. Como admirei aquele homem!

Ele incomodava muita gente...

No dia 28 de fevereiro de 1986, foi assassinado quando saía, de noite, de um cinema.

Minhas homenagens ao guerreiro Olof Palme.

28.9 BOAL EM ESTOCOLMO

Francisco Alencar

O encontro foi no meio de uma rua, na Cidade Velha, no Centro de Estocolmo. Um montão de cadeiras em semicírculo impediam a passagem dos transeuntes em uma das vias principais da *Gamla Stan*. Sentados, conversando distraidamente, um grupo de imigrantes, desfrutava o momento, alegres e sem maiores preocupações com o vai-e-vem de um fim de dia de trabalho normal, no meio da semana.

Interrompiam o trânsito, àquelas horas da tarde, intenso e apressado. Todos estrangeiros, entre jovens e adultos, todos *svartskalle* ou "cabeças negras", como costumam carimbar os suecos aos imigrantes indesejáveis. A reação ao que de inesperado passava foi das mais rápidas. Telefonemas nervosos e chamados urgentes à polícia local, *Stockholm Polisdistrikt*, resultaram na sempre imediata presença de alguns carros emblemáticos

com pessoal de segurança devidamente equipado e preparado para enfrentar situações semelhantes.

Protestos das janelas dos edifícios residenciais, pequenos comércios com pessoal sem entender nada nas portas, passantes atônitos, agressões verbais em sueco que também não eram entendidas pelos que ocupavam as cadeiras que continuavam a rir e conversar descontraidamente.

Aos gritos de "Estrangeiros de merda! Turcos! Comunistas! (*Djävla svartskallar! Turkarna! Kommunist!*)", recebiam de volta as respostas correspondentes: "Racista! Filho da puta!", entre outros palavrões, aqui não mencionados, em espanhol e português, de igual forma não compreendidos pelos jovens descendentes de Erik o Vermelho.

Acalmados os ânimos, com as explicações e entendimentos entre as partes, a Polícia conseguiu persuadir e desobstruir, sem uso da violência, a via pública. Os pedestres voltaram ao percurso normal de suas rotinas e ao nervosismo habitual, os da polícia anotaram suas observações normativas para os indispensáveis "informes posteriores", as cadeiras foram retiradas e os seus ocupantes, em pequenos grupos, conversavam sobre o ocorrido; um homem de cabelos longos, fisionomia alegre e tranquila, que estava entre os presentes, pediu que traduzissem suas palavras dirigidas a todos e para os muitos curiosos que ainda permaneciam no local.

- Agradecemos a todos que participaram desta ocasião em que tivemos a oportunidade de nos encontrar aqui em *Gamla Stan*, a Cidade Velha, no centro de Estocolmo. Este é o nosso Teatro, o Teatro de todos, onde o Povo é o principal ator.

Este que falava era o querido Companheiro Augusto Boal. Palmas e Aplausos. O Teatro do Oprimido ocupara a rua. O último ato estava encerrado.

No dia seguinte houve notícia na imprensa de Estocolmo.

"Teatrólogo brasileiro, Augusto Boal ocupa a Cidade Velha. Com numeroso público e participação de um contingente da polícia local, ele apresenta o seu Teatro".

Companheiro Augusto Boal

Presente!

Teatro do Oprimido

Presente!

Dedico este relato à minha querida mãe, Dona Adelina

"Não permita Deus que eu morra, sem que eu volte para lá"

(Gonçalves Dias na Canção do Exílio)

Não sei se é ridículo o que vou contar.

A Griselda, irmã do Jaimão, chegou na Suécia com a notícia de que a abertura política estava em pauta. "Só se fala nisso no Brasil". O Governo do general Geisel prometia distensão, redemocratização. Fins de 76, inícios de 77. Os exilados poderiam voltar...

Desde que saí de Pindorama, minha cabeça não parava de girar. Aliás, desde antes, com a prisão do Luiz Carlos, meu companheiro de então. Aconteceram muitas mudanças, tudo rápido demais para meus pobres neurônios, muitas e diferentes circunstâncias relevantes, quase todas com risco de morte, em pouquíssimo espaço de tempo.

Sequestro e prisão do Luiz Carlos em abril de 1973. DOI-CODI. Não suporto lembrar desses fatos. Não sei se vou conseguir escrever isto até o fim. Talvez o fato de escrever colabore para o exorcismo dos demônios das recordações malignas. Xô!

Em julho fomos para a Argentina, por terra, mil peripécias. Com a ajuda de um general amigo da família, quando já estava no DOPS, meu companheiro foi solto para responder o processo em liberdade. A transferência para o DOPS significava que, provavelmente, o período do "pau", das torturas sistemáticas, já tinha acabado. Sabíamos que tudo aquilo era precário, que tínhamos que agir a toda pressa.

Enquanto ele esteve preso, fui obrigada a me esconder, temerosa de retornar ao apartamento onde vivíamos, em Botafogo. Em um dos bolsos da camisa dele, a polícia encontrou um recibo da lavanderia onde constava nosso endereço. Nosso apê foi arrombado, invadido e completamente revirado pela polícia logo depois. Eu não estava em casa. Estava trabalhando. Sorte minha. Somente soube do ocorrido, quando cheguei na casa da Margot, para almoçar. Dias depois, apesar do risco, meu grande e solidário

amigo Vadão acompanhou-me até nosso apartamento quando precisei buscar algumas roupas. Não quero falar mais sobre esse terrível momento.

O Luiz Carlos saiu do DOPS e fomos direto para um apartamento "novo" que eu tinha alugado em nome sei-lá-de-quem. Clandestinos. Já no dia seguinte à soltura, o DOI-CODI voltou a procurá-lo no *Correio da Manhã*, jornal em cuja porta ele tinha sido levado encapuzado alguns meses antes.

Meu querido eterno sogro, o Simões, levou-nos de carro até São Paulo. Solidário. Voltou imediatamente ao Rio e foi direto para a farmácia onde trabalhava. Eu estava muito nervosa. De lá pegamos ônibus até não lembro mais. Sei que trocamos várias vezes até chegar a Uruguaiana, que se limita com Paso de Los Libres, Argentina. Na fronteira, de manhã bem cedo, passei primeiro, de táxi, com as malas, e voltei imediatamente. Após a troca da guarda, passamos os dois juntos, creio que no mesmo táxi. Acho que o motorista pensou que éramos contrabandistas...

Buenos Aires! Inverno. Frio muito gelado. Ficamos na bela e acolhedora capital até que nos chegaram notícias do Chile. Por causa do episódio do *tancazo*, estávamos temerosos. "*En Chile no pasa nada*". Fomos informados de que o povo chileno era muito legalista, não haveria golpes.

Fazia muito frio quando deixamos aquela linda e gentil cidade. Nervosos. Sem saber nem imaginar o que nos esperava. Olhos interrogativos, abertos arregalados. Bagagem pesada. Ansiedade. Malas, casacos. Medos. O Luiz Carlos reclamava que o sapato estava apertado e, por sei lá que motivos, deixamos para comprar novo calçado no Chile. Ônibus até Mendoza e, de lá, trem. Viagem que não acabava mais por causa das paradas, por causa das greves de transportes. Baldeação. Muita desconfiança amenizada pela presença da neve na Cordilheira das Incertezas, digo, dos Andes. Lembro-me de que encontramos uma brasileira morena magra no trem. Jovem como nós. Não me recordo do nome que ela disse chamar-se, mas, no momento em que a encontramos, imediatamente, presumimos que ela fosse policial. Sozinha, falante, espevitada, cheia de certezas... Sempre respondia: "Claro! Claro!" Depois descobri que essa era maneira de falar, em Santiago. No Brasil, naquela época, se usava "podes crer". Chegada difícil. Cansaço. Noite escura, comunicação em espanhol precário.

Santiago, fim de agosto de 1973, fomos para casa da Dora e do Reinaldo, meu cunhado, onde já estavam dois companheiros. Acho que chegamos quase duas semanas antes do

golpe. Acordados pela Lenise, e pela voz do Allende em sua despedida no rádio. Como já expliquei em outro texto, saímos, disfarçadamente, dois a dois, para a casa da Lilliam e do Jaimão.

Invadiram o "nosso" apartamento, levaram meu passaporte junto com tudo de valor e fomos presos no dia 12, sete jovens: quatro rapazes e três moças. Após muita violência, gritos, porrada, ameaças "Cadê as armas?" "*Manos arriba*" "Vão todos morrer!" "Cadê as armas?"... fomos levados, empurrados para o terraço do edifício para sermos fuzilados. Depois do fuzilamento simulado, o Luiz Carlos e os outros três foram presos pelos *carabineros*. E eu, Lilliam e Leyla? E nós? E nós? A gente dormia agarradinhas, as três. TERROR.

Até hoje, com 63 anos, 37 anos depois, afirmo que passei no Chile os piores dias da minha vida, como já relatei. Não se podem comparar sofrimentos de pessoas diferentes. Ali, permanecer viva depois do golpe era uma façanha incalculável. Tiros, estrondos, rajadas de metralhadoras dia e noite. Brasileira, recém saída do Brasil, da Argentina, recém chegada no Chile, em outro país-lugar desconhecido, com o companheiro e mais centenas de amigos presos, quase magra, com bunda e alta para o padrão chileno, falando péssimo espanhol... Era impossível passar por chilena. Só terror. Saímos para jogar fora uma bolsa com livros. Sufoco puro. Certa vez, fingimos que éramos francesas e saímos falando francês. Um dia a Nazaré nos levou até a Cruz Vermelha e, lá, tivemos as três um ataque de riso histérico, sentadas em um banco, no corredor do lado de fora. Não conseguíamos parar de rir, quais loucas. Tenho até hoje um "documento" que me deram. Estava sob a "proteção" da Cruz Vermelha. Nem falando palavra expressaria minha angústia, medo, incerteza.

Não tínhamos a menor ideia de onde ou como estavam nossos companheiros, se vivos ou mortos. Tudo levava a crer que se encontravam no Estádio Nacional. Só terror. Calculo que, mais ou menos, no dia 29 de setembro entrei com a Lilliam no Refúgio de Padre Hurtado onde havia cerca de quinhentos estrangeiros latino-americanos. As embaixadas europeias cuidaram muito bem dos seus filhos e de outros latinos. Nossa segurança ali era pura ficção. Até terremoto tivemos como tempero naquela *ensalada* de pessoas todas perseguidas, com ou sem delírio.

Meados de novembro, dia 18 ou 19, aterrissamos em Estocolmo, cercados de neve por todos os lados. Lindíssima paisagem, inesquecível. A primeira palavra que aprendi e falei em sueco foi *tack* que significa, em português, obrigada. Transportados para o campo de

refugiados na cidade de Alvesta, permanecemos lá até fins de janeiro ou inícios de fevereiro de 74, quando nos mudamos "definitivamente" para a capital. A Lilliam e o Jaime escolheram Gotemburgo, onde tínhamos passado o Natal.

Enfim, o fim das perseguições. Imaginávamos que ali poderíamos viver tranquilos. Tínhamos casa confortável, estudos garantidos e ajuda econômica ou bolsa para estudantes. Curso de Sueco intensivo, na Universidade de Estocolmo, especialmente criado para nós, oriundos do Chile. Maravilha de vida material. Todo amparo e facilidades. Tínhamos, como declarei, tudo.

E a cabeça? E a cuca? E as fantasias? E as angústias? E os sonhos? E os pesadelos medos gritos noturnos? E o turbilhão de imagens, sentimentos, recordações, carências, lugares situações dos últimos meses? E as expectativas? Mudanças radicais em curtíssimo tempo. Meu universo, minha vida, casa, amigos, família, trabalhos, estudos, vozes, lugares, cheiros, sabores, pessoas queridas, rotina, tudo ficara em alguma área nebulosa do passado, ponto de encontro de recordações no tempo/espço. Mundinho perdido nas emoções em frangalhos. E a luta contra a ditadura? O Terror de Estado imperava sem tréguas no Brasil. Mudanças de espaço sem tempo para elaborar, refletir, conscientizar, relaxar. Se parasse para pensar, eu poderia ter sido morta. Simples. Até chegar à Escandinávia não tivera tempo de raciocinar.

O *Dicionário Aurélio* define a secreção aquosa, levemente alcalina, de glândula lacrimal, que serve para umidificar a conjuntiva como lágrima. Sei. Minhas ideias, frequentemente, segregavam tal líquido. Mulher pode. Não que eu vivesse choramigando pelos cantos, mas compreendia que isso era prerrogativa feminina.

Tive muita sorte em ir para a Suécia. Acho que se tivesse ido para outro país, sem os apoios institucionais que tivemos, eu teria fatalmente pirado. Será?

No início eu não sentia saudades. Tudo novo: casa, cheiros, idioma, pessoas, vegetação, continente, clima, roupas, objetos, comida, transportes, faculdade... Céu. Descobri que o Gonçalves Dias tem razão: "nosso céu tem mais estrelas", na sua romântica *Canção do Exílio*... Fiquei muito impressionada, pois tudo funcionava e bem. O telefone dava linha, o ônibus chegava na hora, a janela abria e fechava, os correios eram pontuais, o fogão elétrico era lindo... Naquelas circunstâncias, saudade não rimava com novidade.

"Veja ilustre passageiro o belo tipo faceiro que o senhor tem a seu lado. No entanto acredite, quase morreu de bronquite. Salvou-o o Rhum Creosotado". Mas me faltara tempo para elaborar, questionar, avaliar, repensar. Depressão. Salvou-me, não o Rhum Creosotado dos velhos bondes, mas a Doutora Esmeralda, ou Esperança, o que dá no mesmo. Médica espanhola, falante, compreensiva, ela receitava-me uns comprimidos cor de vinho que faziam dormir até, às vezes, mais de doze horas seguidas. Maravilha.

"Não permita Deus que eu morra, sem que eu volte para lá".

1975 e 76. Nessas alturas minha relação com o Luiz Carlos, sempre instável sujeita a chuvas, trovoadas, raios, ventos de todos os quadrantes, quedas de barreiras e avalanches, mantinha-se como uma sanfona desgastada. Vai e volta. Vai e volta. Vai e volta. Volta e vai. Vai.

Como não consegui renovação do meu passaporte em Portugal, voltei para Estocolmo com documento de viagem sueco. O fato de não ter passaporte brasileiro me deixava solta no espaço, sem lenço e sem documento, sentia-me uma intrusa. A possibilidade de perder a nacionalidade/cidadania brasileira, para mim, era "pirante". Fiz de um tudo para conseguir o verdinho. Só pensava naquilo. Xô!

Quando voltamos de Portugal, no fim do verão de 75, saí, fui à luta, mudei-me, com o auxílio da Assistência Social, para o Fyrtalet, residência estudantil basicamente de solteiros. Vida nova! Nova? Solteira. Pela enésima vez, separei-me do Luiz Carlos.

Embora meu quarto fosse cheio de objetos da terrinha, cartazes, um mapa do Brasil enorme, que cobria meia parede, criei uma relação de amor e ódio ao país. As tais uvas verdes, no caso, verde-amarelas... Eu era metida a cartomante. Tinha um baralho especial somente para esse fim. Será que eu ainda iria voltar ao Brasil? Punha cartas todos os dias para saber se um dia voltaria à pártia querida envolvida pelo inimigo. Quando a resposta era não, eu chorava muito. Que merda!

Vivia falando mal do Brasil, nação que expulsava seus melhores filhos, que vivia sob uma terrível e assassina ditadura... Entretanto não aguentava de saudades, embora tivesse mil e uma atividades em Estocolmo. Trabalhava como professora de Português com crianças e adultos, fazia traduções, dançava em um grupo folclórico de portugueses, cantava nas festas dos exilados. Estudei inglês, trabalhei nos correios como carteira... Era, como eu

sou, muito ativa. Li toda a literatura em língua portuguesa das bibliotecas de Estocolmo. Morria de saudades.

As palavras da Griselda não saíam da minha imaginação. A abertura está chegando. Vivia cantarolando o Lupicínio Rodrigues.

"Felicidade foi se embora
E a saudade no meu peito ainda mora
E é por isso que eu gosto lá de fora
Porque sei que a falsidade não vigora
A minha casa fica lá de trás do mundo
Onde eu vou em um segundo quando começo a cantar
O pensamento parece uma coisa à toa
Mas como é que a gente voa quando começa a pensar."

Em 1977, já de posse daquele passaporte conseguido, em Roterdã, depois de mil e uma aventuras, planejei tudo. Voltaria clandestina para a Terra de Santa Cruz. Entraria pela Argentina, e viria por terra para o Rio. Apesar das notícias da "abertura", o medo de ser presa era muito grande. A ditadura era dura. Ninguém no Brasil ou na Suécia saberia da minha volta. Ninguém. Naturalmente, a Lilliam, o Jaimão e o Luiz Carlos estavam a par de tudo. Somente eles, mais ninguém. Eu estava uma pilha. Em Estocolmo, expliquei que iria para a Inglaterra passar uns tempos, para aperfeiçoar meus estudos de inglês. Comprei uma passagem estudantil, barata, voo da Sabena, que partia de Bruxelas para Buenos Aires.

Estava realmente decidida a voltar. Empacotei todos os meus pertences e mandei, por correio, de navio, para o endereço de meus pais, que tinham mudado para Olaria. Lembro-me de que somavam nove as caixas com meus livros, minhas roupas, sei lá, minhas tralhas. Antes de entregar meu apartamento no Fyrtalet, já estava "definitivamente" na casa do meu ex-ex-companheiro. Muito estresse por causa da viagem. Estava feliz, mas muito apreensiva.

Lágrimas na despedida. Quase perco o trem que iria de Estocolmo até Paris naquela manhã do dia 20 de março de 1977. Cheguei atrasada na Estação Central e tive que correr muito para alcançar o vagão... Chorei muito. De Paris, fui para Bruxelas. Naquele aeroporto, tive que esperar não sei quantas horas pela conexão do voo. Muitas horas.

Acho que mais de cinco horas. Fiquei andando para lá e para cá. Sentava. Chorava um pouco. Cochilava. Levantava. Para lá e para cá.

Em Buenos Aires, hospedei-me em um hotel perto da "Estação Rodoviária". Uma espelunca cuja porta do banheiro não fechava direito. Reclamei com o cara da recepção. "*La puerta? Que importa?*". Ele me respondeu fazendo trocadilho. Tudo bem, somente iria ficar ali uns poucos dias. Comprei uma bela coleção de História da Arte na Calle Forida. Adoro Buenos Aires. Passei na Praça do Congresso e pelas suas cercanias à procura do edifício onde tínhamos ficado em 1973, antes de irmos para o Chile. Em vão. Alsina. Calle Alsina. Não encontrei jamais o tal prédio. Ano retrasado estivemos eu e o Léo, meu querido companheiro, naquela cidade. Procurei de novo e não reconheci nada. Escafedeu-se na memória ou na geografia da cidade.

Quando saltei do ônibus em Porto Alegre, na própria rodoviária gaúcha, entrei em um pequeno bar e pedi, ansiosa, com a boca cheia de saliva, os olhos brilhando:

- Um pastel e um guaraná.

O empregado do bar observou-me com curiosidade. Comi com volúpia! Que delícia aquele guaraná! Que maravilha aquele pastel de vento! Estava, finalmente no Brasil. Que alegria! Todo mundo falando português. Ri muito. Camaradagem entre os populares. Fiquei ali um pouco escutando as pessoas conversarem em português do Brasil. Adorei estar ali. No Brasil. BRASIL.

No dia em que Pedro Álvares Cabril descobriu o Brasil, caiu um temporil, puta-que-o-paral.

Para tentar ludibriar algum policial que, porventura, pretendesse seguir meus passos, troquei várias vezes de ônibus até chegar na Rodoviária Novo Rio, no Rio de Janeiro.

Parêntesis: no documento que recebi da ABIN – Agência Brasileira de Informação, consta que estive no Brasil em 1977.

Chovia muito. Chuva molhada. Chuva tropical que eu não via há séculos. Era início da noite. Muita água. Telefonei para a casa dos meus pais, que nem desconfiavam que eu estava ali. Perguntei se estavam sentados. "Que foi minha filha! O que foi que aconteceu?" Expliquei-lhes, com pretensa calma, onde estava. A princípio acreditaram que fosse

gozação, mas depois entenderam. Como desconhecia o lugar onde moravam, eu queria instruções para dar ao motorista do táxi. Desci do veículo em uma pracinha a poucos metros da casa deles, onde meu querido pai estava esperando por mim. O papai era um cara legal, apesar de muito rígido e severo, herança espanhola. Chovia a cântaros. Na esquina, ele ria sozinho sob o guarda-chuva aberto.

Alegria. Alegria. Alegria do reencontro com a família. A mamãe... só risos. Abraços. Beijos. Muita conversa... Risos. Explicações. Assim que cheguei telefonei para a minha queridíssima Margot e para o Simões. Ex-sogros. Ouvi falar que no Direito Civil não existe a figura do ex-sogro ou ex-sogra. Sogro e sogra são para sempre. No meu caso, eram grandes amigos que conquistei, família que adotei e pela qual fui adotada. Só alegria, acolhimento, carinho.

A televisão estava ligada. Noticiário. Na máquina de fazer doidos, vociferava o general Geisel, qual Pinochet. Era dia 1º de abril de 1973. Ele, por meio do AI-5, fechara o Congresso e decretara uma série de reformas constitucionais, o chamado "Pacote de Abril" que estabelecia, entre outras medidas: 1- entre os dois senadores a serem eleitos em cada estado um deveria ser escolhido indiretamente, o que levou a ficarem conhecidos como "senadores biônicos"; 2- os governadores continuariam a ser escolhidos por eleições indiretas; 3- o mandato do sucessor do presidente fora aumentado para seis anos. Quer dizer: a "abertura", a distensão, a democratização foram "pras picas". Levei o maior susto. Chocada. Caralho! No dia da minha chegada. "Pacote de Abril"! Puta que o pariu!

Naturalmente, o discurso do nojento acinzentou aquele momento de carinho, muito afeto, com meus pais, com o país. Choque de realidade. Medo. E agora?

Bom. No dia seguinte encontrei com a Margot e o Simões. Só alegria. Conversas, conversas. Nesse tempo, passei vários dias na casa deles. Dormia lá, saía com eles... Ficava na casa dos meus pais ou na casa da Margot. De qualquer forma, como se falava naquela época, eu vivia grilada, desconfiada. Foi uma merda.

Comi tudo de que tinha saudades: abóbora com carne-seca, tutu de feijão, feijoada de verdade feita pela minha mãe, aipim frito, chuchu com molho de macarronada (sem macarrão), quiabo, jiló, farofa de verdade, bacalhoadada, goiaba branca, mamão amarelo, banana ouro, sei lá... Doce de abóbora com coco, goiabada cascão, canjica, doce de leite condensado, água de coco, brigadeiro, caldo de cana... Que luxo! E as vozes? As vozes dos

brasileiros, aqui no Brasil, soavam mais saborosas. Sempre gostei de ouvir as vozes das pessoas. A espontaneidade. As risadas. Os jeitos de se comportar. Mão no ombro. Cachorros que latem. Simpatia e bom humor. Usufruí. Lavei minha alma.

Estava em Brasília, em rápida visita à minha prima Marly, se não me engano, quando tive grande alegria. Em maio de 1977, ouvi na televisão da casa dela, que o execrável Carlos Lacerda tinha morrido. Comemorei quase em silêncio, para que os vizinhos não ouvissem. A ditadura era dura.

Sentia-me meio isolada, sozinha, não sabia o que fazer, apreensiva, cabreira. Perdida no espaço do Brasil ame-o ou deixe-o. Fantasmas rondavam os ambientes por ar, terra e mar, fazendo a maior zoeira. Tempo nubladíssimo ao som de bandas militares. Ameaça de tempestade tropical carregada de fagulhas.

Certo dia, quase fim de maio, levantei-me e vi que parara um carrão preto, em frente à casa dos meus pais. Do veículo saiu um sujeito alto, forte, sério, de terno, que parou encostado no para-lamas e ficou, disfarçando, olhando em volta. Tremi. O papai estava na sala, sentado, lendo jornal. Ele notou que eu estava em pânico. Chamei-o e perguntei como é que eu poderia escapar pelos fundos. Estava muito nervosa. Como eles moravam em casa, eu poderia sair pelo quintal, lá atrás. Ele custou a entender de que se tratava. Quando eu já me encaminhava, apressadamente, para pular o muro, ele correu, alcançou-me e esclareceu. "O carrão é para o casamento da filha da vizinha do lado. O cara de terno é o motorista. Fica calma. Calma, minha filha!" Caralho!

Aquilo foi a gota d'água nos meus temores. Como é que eu poderia continuar?

Arrumei minha trouxa, marquei viagem e na semana seguinte já estava feliz da vida em Estocolmo. Beleza! Verão! Só alegria. Acho que "aproveitei" a Suécia muito mais depois deste interregno na Terra de Ibirapitanga, ainda sob a égide do Terror de Estado.

Somente voltei, de fato, em 1979, depois da Lei da Anistia. Levei mais ou menos um ano e meio para me adaptar aqui.

"Viva o sol do céu da nossa terra
Vem surgindo atrás da linda serrra."
(Lucília Villa-Lobos, no Hino ao Sol do Brasil)

29.1 FLORES PARA SIMONSEN?

Guido Rocha

Este episódio foi relatado em entrevista de Guido Rocha à Revista Fragmento, publicada em 1979, em Estocolmo.

Nós ficamos sabendo com alguns dias de antecedência que o Simonsen viria fechar um acordo com bancos suíços. Várias organizações, assim como personalidades, assinaram uma carta, aqui na Suíça, protestando contra as violações dos direitos humanos no Brasil. A Presidente da Associação Suíça Pela Anistia Geral dos Prisioneiros Políticos no Brasil, Sra. Perrot, e dois outros membros levaram o documento ao Simonsen no hotel onde ele estava alojado.

O gerente do hotel negou, primeiramente, que o ministro estivesse hospedado ali. Depois, disse que estava, mas não podia receber ninguém. Finalmente, depois de pressões, o Simonsen acabou concordando em receber apenas uma pessoa. A Sra. Perrot foi lá e entregou-lhe a carta. O ministro, por sua vez, negou, naturalmente, que houvesse, no Brasil, violações dos direitos humanos, torturas, etc. A certa altura da entrevista, como estava previsto, a Sra. Perrot entregou ao ministro um buquê de flores. Sorridente, o Simonsen agradeceu, pensando que as flores fossem para ele. Mas, então, a Sra. Perrot esclareceu:

- Por favor, excelência, leve estas flores e as entregue aos familiares e amigos dos assassinados, desaparecidos e aos presos políticos brasileiros.

Esse acontecimento foi muito comentado aqui na Suíça.

No dia 12 de setembro de 1973, após o golpe do Chile, fui preso e levado para o Estádio de Chile com Ricardo Azevedo e, posteriormente, ao Estádio Nacional. Quase dois meses depois fomos transferidos a um refúgio onde permaneci até conseguir sair para a Europa.

Fui TRAZIDO para a Suíça sem poder escolher um país de asilo. A Suíça, em 1973, só aceitou duzentos refugiados políticos do Chile. Muito poucos chilenos. Eram, na sua maioria, estrangeiros que viviam no Chile, isto é, bolivianos, brasileiros, uruguaios, argentinos. O Conselho Federal Suíço fixou a cifra de duzentos refugiados porque Edelstan, embaixador da Suécia no Chile, havia conseguido retirar esse número de pessoas, na maioria ex-tupamaros, para a Suécia. Edelstan, pela sua "militância" humanitária, salvará cerca de mil e duzentas pessoas no Chile e abrirá as portas da Suécia para os refugiados chilenos.

A Suíça não deu nenhuma prova de humanitarismo com relação aos refugiados políticos do Chile, inclusive expulsou pessoas que pediam asilo político nos postos de fronteira. Graças ao movimento *Places Gratuites* (Lugares Gratuitos), do qual participaram dez mil famílias suíças que se comprometiam a sustentar os refugiados até encontrarem trabalho, conseguiram entrar mais de dois mil refugiados oriundos do Chile na "Helvécia Humanitária"(sic).

Aqui nos esparramaram pelo território nas três regiões linguísticas (alemã, francesa e italiana) e dificultaram os contatos entre nós. Proibiram-nos de falar em público, de dar entrevistas e não podíamos viajar para outras cidades sem autorização da polícia federal, etc.

Foi como uma continuidade do Estádio Nacional, sem milicos e torturadores. Não quiseram reconhecer os diplomas e profissões de ninguém e proibiam a mudança para outras regiões linguísticas. Não aceitaram que continuássemos nossos estudos universitários, etc. Tivemos que fazer petições, buscar apoios (os refugiados espanhóis nos ajudaram muito) para obter condições de vida dignas. Tivemos que levar uma luta desenfreada. Dos duzentos, havia quarenta e cinco universitários ainda em fase de formação. Proibiram o exercício de certas profissões como médicos, dentistas... Ao artista

plástico Guido Rocha, lhe disseram para buscar trabalho na construção civil! Hoje, uma escultura dele orna o salão de entrada do edifício das Nações Unidas em Genebra – um Cristo que grita e quer despregar-se da Cruz...

No sexto mês em que aqui estava, me levaram à Polícia Federal, em Berna, para me informar que meu nome era falso – ameaçaram-me retirar o asilo – e que, ademais, durante este período, eu havia feito três viagens para a América Latina. Imaginem que loucura! Passei por um interrogatório digno dos *Carabineros* chilenos. A única resposta que eu poderia dar era que telefonassem para Campo Mourão, no Paraná, onde meu pai fora vereador da esquerda do PTB, pois a prefeitura confirmaria minha identidade pelos meus traços físicos. Ou, então, que me entregassem para o Alto Comissariado das Nações Unidas em Genebra a fim de que eu pudesse ESCOLHER um país de asilo.

Portanto, decidi rumar para Portugal. Em julho de 1974 fui para Paris e esperei um visto para atravessar a Espanha franquista sem direito de pôr os pés no solo espanhol. Dia 23 de dezembro de 1974 cheguei a Lisboa. Os suíços não puderam fazer nada contra mim, já que protocolei um pedido de asilo num outro país junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, em Genebra.

Em Portugal, trabalhei no jornal *Página Um* ligado às Brigadas e a Otelo Saraiva de Carvalho. Criamos o Comitê pela Anistia Ampla e Irrestrita para todos os presos, foragidos e exilados brasileiros. Publicamos um jornal e acolhemos todos os companheiros que iam pra lá, no nosso aparelho na Rua Duarte Lobo, 32, junto com Almir Dutton e Clarice Figueiredo. Surgiram problemas quando tive que renovar meu título de viagem de refugiado, pois Portugal não havia assinado a Convenção de Genebra e não nos dava asilo, apenas nos tolerava por sermos brasileiros. Como eu sempre tive "sorte" na vida, o embaixador da Suíça, em Lisboa, era o Bucher, que havia sido sequestrado no Brasil.

Acabei voltando, depois de quatro anos, para a Suíça.

Em Portugal tínhamos muitas armas, mas poucos combatentes, ao contrário do Chile. A taxa de analfabetismo era de 40%. Até o MDC-MFA, o Movimento de Dinamização Cultural do Movimento das Forças Armadas, fora expulso das cidades e aldeias do norte de Portugal, pois que a Igreja e a reação organizada os acusavam todos de comunistas, de querer roubar seus pertences, seus animais e desnudar suas mulheres para se beneficiar de ajuda médica e ginecológica. Mais de seiscentos mil soldados voltaram das colônias,

Angola, Moçambique, Guiné Bissau, etc. Mais de setecentos mil "colonos retornados" voltaram, sem contar os exilados e desertores que viviam em diversos países da Europa. Nossa militância foi árdua e difícil. Todos os dias, tínhamos alertas de golpes de Estado durante mais de três anos.

Retornei, então, para a Suíça, que se caracterizava como um país colcha de retalhos em fins de 1978. Nos anos 90, mulheres ainda não tinham direito de voto nos cantões germânicos, ditos primitivos. Um diploma universitário do cantão de Vaud não é válido no cantão de Genebra. Estudei Sociologia Política e Desenvolvimento nas Universidades de Lausanne e Genebra sem nunca ter sido beneficiado com bolsa de estudos, mas trabalhando na construção civil, etc.

O tratamento dos imigrantes aqui continua sendo inacreditável apesar das mudanças exigidas pela Itália, França e Espanha. A Suíça sempre "evoluiu" graças à pressão dos países vizinhos e, hoje, da União Europeia. Nós podemos considerar a Suíça como o *donjon* da fortaleza União Europeia. E... do segredo bancário... para governantes e larápios do mundo inteiro. Os imigrantes não europeus (do resto do mundo, salvo USA e Japão) são vítimas constantemente do racismo e da xenofobia. Quando a gente conta esses fatos para as pessoas que vêm de fora, todos acham que estamos exagerando. Ajudar refugiado político ou imigrante aqui dá cadeia! Fui processado pelo fato de ter ajudado uma senhora equatoriana grávida de oito meses, pois estava sem auxílio médico e seu domicílio sofreu um incêndio.

Consegui, assim mesmo, ser eleito vereador três vezes, apesar do meu nome. Lutei pelos direitos dos imigrantes e sem papéis. Entretanto, abriram processos contra mim.

Resisti aqui porque encontrei uma mulher que amo... e porque nunca abandonei nossos princípios de luta pelos direitos fundamentais da pessoa humana, pela democracia popular e pelo socialismo participativo. Senão...

30 - Angola

30.1 | MEUS GOLPES

Chizuo Osava, vulgo Mario Japa

Lia me tirou do melhor do sono: - é o golpe!

Não deviam ser nem sete horas ainda, madrugada para quem sabe apreciar uma cama. "Mas que golpe? Estamos em Luanda", tentei um último direito ao cochilo. "Olha os tanques ali" - insistiu apontando a janela. "Escuta os tiros".

Mas de novo? Recordei Santiago, no já longínquo 11 de setembro de 1973, um - acorda que é o golpe - mais truculento, com aviões e bombas, tanques atirando de verdade. Sempre de madrugada. Desconfie de quem acorda muito cedo, é certamente um golpista. Pinochet, então, acho que nem dormia.

Mas lá, em 1973, a ruptura militar já era esperada, questão de dias num Chile desgovernado, com passeatas e gritaria todos os dias, desabastecimento deliberado, elite e classe média em sua maior parte dispostas a qualquer coisa, inclusive à própria bancarrota, para botar abaixo aquela dita via pacífica ao socialismo. Contavam com o apoio de muitos governos do continente, não apenas o brasileiro e americano. Hávamos visto um ensaio do golpe dois meses antes, o *tancazo* de 29 de junho, em que um cinegrafista sueco filmou o próprio fuzilamento nas ruas de Santiago. Era um tempo de duelos assimétricos, de câmara contra fuzil, estudantes contra militares, canções contra cavalaria.

Agora, 27 de maio de 1977, vemos uma Angola de ano e meio de vida independente sob o governo do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), mas dividida. O interior era em grande parte controlado pelos movimentos rivais, principalmente a UNITA (União pela Independência Total de Angola) que, com apoio da África do Sul, isolava cidades importantes do centro-sul do país, onde só se chegava por avião ou comboios fortemente armados. A FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), apoiada pelo Congo, na época Zaire, fustigava ao norte. E havia a FLEC (Frente de Libertação do Enclave

de Cabinda), guerrilha da província angolana separada do resto do país pela estreita saída do Congo ao Atlântico.

Novamente desperto pela violência, ligo o rádio e o gravador de boa qualidade que estava à minha disposição, como funcionário do MPLA. Ainda não havia informações claras sobre o que estava ocorrendo. Vou à janela. Morávamos no prédio da Cuca, perto do centro de Luanda, separado do Mercado Kinaxixi por uma pracinha.

Do nosso andar, acho que era o quarto, deu para ver os tanques passando. Mas um deles tinha subido na calçada e parou com o canhão embicado numa janela da sobreloja do Kinaxixi. Que estaria pretendendo aquele tanque? Iria disparar para dentro do mercado, vazio àquela hora matutina e conturbada? Alguns minutos de imobilidade, seguidos de avanços e recuos, e deduzi que estava ali, evidentemente, um condutor de tanque improvisado.

A situação era mais cômica porque a uns cinquenta metros, na avenida à esquerda da praça, havia no alto de um imenso bloco de cimento dois tanques em choque frontal, um deles subindo sobre o outro. Homenageava o heroísmo de um "tanquista" do MPLA que, sem munição ou sem condições de disparar, atropelou o blindado da FNLA como último recurso para barrar o avanço da cavalaria inimiga sobre Luanda, a poucos quilômetros da cidade e às vésperas da independência angolana formalizada em 11 de novembro de 1975. Era a "trepada dos tanques", ironizavam os irreverentes, desafiando o patriotismo reinante num país em construção. O tanque que eu via ameaçando a janela do Kinaxixi punha em dúvida a versão oficial expressa no monumento. Pode ter sido apenas uma trombada involuntária que deu certo.

Ver as hesitações daquele tanque me tranquilizou um pouco. Não podia dar certo um golpe com forças armadas ainda em formação. Mas a coisa era séria. O principal alvo dos golpistas era Lucio Lara, secretário geral do MPLA, meu chefe indireto. Eu trabalhava com sua mulher, Ruth Lara. Alguns militantes me identificavam como "o chinês do Lara", o que acrescentava outro risco, porque a China tinha apoiado a UNITA na batalha pela independência. Os chineses não eram bem vistos ali. E quem em Angola iria distinguir um nissei de um chinês?

Volto à *Rádio Nacional* e, depois de notícias desconstruídas, uma reviravolta. Os microfones estão com os golpistas falando em nome dos "verdadeiros revolucionários" que foram levados à ação pela traição ao socialismo por uma parte dos dirigentes do

país. Rebatem a acusação de "fracionismo", dizendo que os principais governantes é que se desviaram dos princípios marxistas e do programa do MPLA, sendo, portanto, os verdadeiros responsáveis pela divisão do partido. Tudo numa linguagem meio "ambaquista" (termo popularizado por um escritor, referindo-se a jargões eruditos, como o juridiquês, decorado e usado por populares, sem compreensão do seu significado).

Após longas explicações sobre a luta interna do MPLA e informações sobre multidões nas ruas protestando, uma voz infantil lê o manifesto dos golpistas. A escolha de um menino como locutor se justificava. Os pioneiros eram um símbolo vivo da luta pela independência. Com suas espingardas artesanais e vestindo fardas militares de camuflagem, desproporcionais porque eram de adultos, cumpriram um papel heróico e simpático na Batalha de Luanda, que garantiu o controle da capital para que o MPLA assumisse o poder.

O manifesto condenava o governo por seus desvios "social-democratas" e conclamava o povo a seguir a autêntica revolução que começava naquele instante. "Abaixo a metafísica, viva a dialética" era a palavra de ordem final. Parece loucura num país nascente com oitenta e cinco por cento de analfabetismo. Mas dialética tinha virado uma panaceia, a solução de todas as questões, o divisor entre erro e acerto. Exemplo: se o motorista de um carro recusava uma carona, alegando que ia na direção contrária, ouvia um argumento definitivo: "o camarada não está a ser dialético". Bastava deixar de ser "metafísico" para entender que valia a pena dar uma volta pela cidade para ajudar uma vítima da absoluta falta de transporte coletivo. Refletia a doutrinação oficial do MPLA que impunha um marxismo tão artificial e violentador, naquela realidade africana, quanto o fora a catequização católica.

O apelo à dialética foi seguido de outro fato insólito na difusão radiofônica. Tapas e gritos ganharam o ar através do microfone aberto. O choro do menino foi logo seguido por uma voz enérgica: "*Presidente, la radio está bajo control de fuerzas leales*". Devem ter sido outras as palavras, mas com este sentido, uma mensagem de missão cumprida ao presidente Agostinho Neto. O sotaque era claramente cubano. Os militares cubanos, que haviam sido decisivos em conter a ofensiva sul-africana ao sul de Luanda nas vésperas da independência, estavam de novo em ação, fiéis no apoio a Neto conforme o acertado com Fidel Castro.

Os soviéticos apoiavam Nito Alves. A Guerra Fria não impediu que, neste caso, Cuba e União Soviética estivessem em campos opostos. Um funcionário da embaixada soviética que era nosso vizinho no Prédio da Cuca tentou resistir à detenção pela polícia política

angolana, numa das madrugadas seguintes, argumentando que tinha "imunidade diplomática". Cedeu ante a ameaça de ter a casa invadida à força e acabou sumariamente expulso.

O golpe fracassou. Jovem combatente destacado na frente Norte e na batalha de Luanda, Nito Alves, que entusiasmou uma corrente do MPLA e os soviéticos com sua retórica ambaquista (falava em "morrer do ponto de vista vermelho"), foi fuzilado, como muitos dos seus partidários ou simplesmente suspeitos de conluio ou conivência com a sublevação. Um deles era o comandante Monstro Imortal, um nome de guerra que pode ter-se justificado na guerrilha anticolonial, mas falhou na luta interna.

Mas houve um codinome que se justificou: Gato. Gato sobreviveu ao massacre de vários militantes do MPLA netistas, no início do golpe. Foi abandonado como morto debaixo de uma pilha de cadáveres.

Foi o quarto e último golpe, neste caso apenas uma tentativa, a mudar radicalmente minha vida, assim como a da Lia, sua mãe Angelina e mais alguns exilados brasileiros que viveram algum tempo em Angola, tentando ajudar a construção do novo país, na ilusão de participar de uma revolução. Golpes de Estado determinaram o destino de muita gente da minha geração, mas poucos viveram essa sequência: Brasil, Chile, Portugal e Angola.

A maioria ainda não era militante em 1964. Era o meu caso, na época alheio às questões políticas, um "alienado" como se dizia, embora calouro universitário. Mas o golpe militar foi decisivo na militância radical, armada em muitos casos, e no conseqüente exílio de todos. Alguns desse grupo em Angola haviam sobrevivido às torturas no Brasil e ao golpe militar chileno que condenou milhares de brasileiros e outros latino-americanos a um segundo exílio.

O terceiro golpe a determinar o rumo das nossas vidas foi benigno. O 25 de abril de 1974 nos tirou do gelo para viver as alegrias da democracia em Portugal. A Lia ficou ouriçada desde que recebemos, na Bélgica, a primeira notícia sobre os Capitães de Abril, através de uma rádio em flamengo (o holandês falado numa parte da Bélgica), durante uma excursão a Bruges, uma jóia medieval do país. Assumi a vanguarda e se mandou para Portugal cinco meses depois, junto com três companheiros da antiga VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), dois deles recém retirados do Brasil, os últimos moicanos. Seu entusiasmo por Portugal democratizado só fazia crescer com a perspectiva de um novo inverno belga, num país de sol oculto quase todo o ano, onde os brasileiros mais

escaldados diziam ser "pior o ano em que o verão cai na quarta-feira". Além disso, havia trabalhado com exilados portugueses na década de 60 e conhecido outros na Argélia, contatos que acentuavam a atração.

Mas golpe militar democrático? Nem que fosse coisa de português, era minha dúvida. Logo superada pelas informações de Lisboa. E lá fomos nós, eu e o Juarezinho, numa Kombi, atravessando França, Espanha, Pirineus e neblinas, em pleno inverno de dezembro.

A alegria, o entusiasmo dos portugueses com a Revolução dos Cravos, num contraste brutal com o pessimismo de antes e de hoje, a discussão permanente nas praças, as novas ideias, a tentativa de acabar com o analfabetismo de vinte por cento da população em que participamos, de instaurar certo poder popular, de animar culturalmente o interior do país, o sentimento de liberdade, a reforma agrária, a nacionalização e a libertação das colônias africanas, tudo era festa, esperança de transformações profundas. Mas não excluía idas e vindas no processo, sublevações militares, operações irregulares, uma luta intensa entre as forças que disputavam o poder sem canais institucionais definidos, isto é, sem leis e com correlações indefinidas de forças.

Um dos levantamentos militares, que envolveu alguns quartéis, me surpreendeu dentro de um presidio ao sul de Setúbal, onde trabalhava na produção de um filme sobre a repressão militar na América do Sul, para uma TV alemã. Se a coisa desanda já estou encarcerado, é o que eu temia. Mas as coisas se ajeitaram, não chegou a haver troca de tiros nem se tratava bem de um golpe de Estado. Era, aparentemente, apenas o uso de tropas como argumento político, demonstrações de força, advertências contra supostos desvios da ambígua linha do Movimento das Forças Armadas. As diferenças ideológicas e políticas entre os líderes militares do 25 de Abril e entre as forças políticas em reconstituição ou em formação conduziam à democracia representativa. É emblemática uma cena do filme *Capitães de Abril*, de Maria Medeiros, em que os tanques golpistas interromperam sua marcha sobre Lisboa, onde iriam derrubar o regime salazarista, porque encontraram um sinal vermelho e esperaram-no esverdear.

A eleição do Presidente Ramalho Eanes, um moderado com tendências conservadoras, em novembro de 1975, refletiu o fim do chamado "processo revolucionário em curso" e o arrefecimento do entusiasmo transformador. Isso nos encaminhou quatro meses depois a Angola, onde tínhamos velhos conhecidos da Argélia entre os heróis da independência, novos dirigentes. Continuar a perseguir sonhos de revolução e ajudar a construir uma nova nação que se pretendia socialista era tentador. Moçambique atraiu muitos mais brasileiros exilados, talvez uns mil.

Um ano depois já havíamos concluído que pouco ou nada podíamos contribuir para o desenvolvimento daquele país. Era um mundo que desconhecíamos, que questionava nossas convicções, um mundo de diversidades e contradições insolúveis, onde o marxismo parecia uma violência cultural, como morrer pela dialética. A guerra civil com componentes tribais, a imposição do português como "língua veicular" sobre dezenas de idiomas nativos que a luta pela independência havia valorizado, o combate à feitiçaria levando ao extermínio de aldeias, a dificuldade ou impossibilidade de formular um tratamento saudável e viável do racismo, a falta de quadros e técnicos, o choque entre Estado Nacional e a realidade social, entre os conceitos ocidentais e as culturas africanas, tudo podia levar a trágicos enganos. Podíamos estar atrapalhando em vez de ajudando. E o Brasil vivia a abertura política, apesar de lenta e gradual, com o movimento pela anistia. Era hora de preparar nossa volta.

A tentativa de golpe chefiada por Nito Alves tornou tudo mais dramático, com o poder arbitrário da polícia política. Três brasileiros foram presos e expulsos, acusados de envolvimento com o "fracionismo". Foram inúteis nossos contatos no alto escalão para libertar um deles, um injustiçado evidente e um exemplo de militância solidária. A casa de outro virou butim de guerra. Estive lá mas não consegui reaver os móveis e eletrodomésticos que ele usava e que não lhe pertenciam. Ele tinha pedido que eu os devolvesse aos proprietários. Isso precipitou nossa saída em setembro de 1977.

Entretanto, Angola representou um intenso aprendizado, uma revisão radical de ideias, o fim das minhas veleidades marxistas, o reconhecimento da complexidade e diversidade em todas as dimensões, a revalorização da democracia e da sociedade civil. Uma caricatura tão brutal, como arriscar vidas e o destino de um país para pôr "abaixo a metafísica", obriga a repensar mil vezes o "quem sabe faz a hora".

Por outro lado, a sucessão de tantos golpes de Estado vividos – houve outros brasileiros que sofreram o da Argentina em 1976 e os que trabalharam no regime nacionalista instaurado pelo golpe de Velasco Alvarado, no Peru em 1968 – alimentou em muitos da minha geração uma tendência à visão conspirativa dos fatos políticos. Ainda se assustam com certas declarações dos militares, algumas iniciativas do "imperialismo" na América Latina, ameaças à soberania brasileira na Amazônia. O mundo não mudou muito, mas algumas coisas mudaram. Uma é o papel político dos militares, hoje mais preocupados em legitimar sua sobrevivência.

Epílogo

SEM SAUDADES*Wilson Barbosa*

O Brasil de cinquenta anos atrás estava enfrentando sérias dificuldades para prosseguir com seu processo de industrialização. As potências centrais, lideradas pelos EUA, estavam em franca recuperação de suas perdas de guerra e começavam uma vez mais a voltar-se para suas colônias e semicolônias, em busca de matérias primas e trabalho quase grátis. O chamado Plano Marshall, elaborado pelo antigo chefe do Estado-Maior do exército norte-americano na segunda grande guerra, excluía de si o fornecimento de recursos para países da órbita socialista e da periferia. A visão da dominação internacional era, portanto, simplesmente restabelecer o nível da divisão internacional do trabalho que fora vigente antes da crise de 1929-1932, sem quaisquer considerações por processos locais de industrialização.

Havia no Brasil um conjunto de forças políticas e sociais altamente favorável a esse quadro de retorno a uma situação semicolonial. No plano social, essas forças compreendiam a burguesia comercial, criada e nutrida nas relações de importação/exportação do latifúndio. A própria classe dos latifundiários era um setor heterogêneo espalhado pela imensidão do país, herdeiro direto das antigas relações escravistas e acostumado ao monopólio da terra e da mão-de-obra, tal como lhe haviam facultado a chamada Primeira República e os efeitos da industrialização parcial resultante da crise de 1929-1932.

Por meio de atividades de serviços de muito baixa produtividade, essas forças eram articuladas por um outro setor social, produto da colonização portuguesa e de um Império exportador: a pequena burguesia urbana e rural. Esse setor social, explicado pelos especialistas sempre como um resto da sociedade anterior, constituía-se dos

empregados da burguesia comercial e do latifúndio, que desempenhavam a função de controladores da mão-de-obra, e dos pequenos proprietários de meios de produção ou de serviços, como caminhoneiros, quitandeiros, profissionais liberais, ou que diabo fosse.

Fora da dominação, estavam todas as camadas de trabalhadores, de elementos desprovidos da propriedade por motivos étnicos ou sociais, fossem eles restos sociais do escravismo, da industrialização europeia ou produtos da incipiente industrialização local. Quanto aos responsáveis por esse surto industrial, compreendiam eles uma burguesia industrial em formação, com interesses reais opostos ao latifúndio e à burguesia comercial, porque a indústria só conseguia se expandir na contramão dos ganhos daqueles dois setores.

No plano político, tais forças se alinhavam basicamente por trás da chamada estrutura constitucional do regime de 1946, com quatro grandes partidos do poder e uma dezena de outras agremiações que expressavam a discrepância. A ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945) fixara a moldura possível para o desenvolvimento burguês da crise, criando ou permitindo criar os referidos partidos da ordem. Após a queda da ditadura, um elemento da extrema direita, travestido agora de democrata pró-norte-americano, criou a democracia de 1946, regime que viveria até 1964. Tratava-se do general Eurico Dutra e em seu governo (1945-1950) seriam assassinados pelos órgãos repressivos noventa e dois comunistas.

Quanto ao Partido Comunista, autoproclamado vanguarda da classe operária, fora tornado incipiente, pela derrota de seu assalto ao poder em 1935 e pela guinada para a direita do PCUS que, em seu XX Congresso (1956), abandonaria o chamado estalinismo, mas também seu antigo discurso favorável à revolução dos trabalhadores.

Os partidos da ordem compreendiam: o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Progressista (PSP) e a União Democrática Nacional (UDN). Havia também um partido de menor eleitorado, mas de grande força política e intelectual, o Partido da Representação Popular (PRP), biombo do antigo fascismo local, o Movimento Integralista de Plínio Salgado. O poder deste líder da extrema direita era tal que chegou a inventar um "braço esquerdo" de seu movimento, aliado à Igreja Católica, o Partido Democrata Cristão (PDC).

O general Dutra governara com o apoio do PSD e da UDN. Esses dois partidos compreendiam uma aliança do latifúndio com o bacharelismo urbano, em suas estruturas. Mediante discursos pomposos e imitados da política exterior, promoviam a miséria dos

pobres e lucravam com o subdesenvolvimento do país. Em 1950, Vargas, servindo-se de uma manobra em que dividiu o PSD, eleger-se-ia presidente pelo PTB, governando até 1954, quando se viu compelido a suicidar-se, diante de um golpe de Estado tramado pela UDN e pelos chefes militares, para removê-lo do poder. A UDN apossou-se do governo com a sua morte, junto com o PSP de Adhemar de Barros, arruinando a parca economia do país, até ser removida pela eleição e posse de Juscelino Kubistchek (1956-1960). Kubistchek, do PSD, elegeu-se em aliança com o PTB (João Goulart), mas não removeu as medidas liberalizantes e anti-industrialização de seus antecessores Café Filho e Carlos Luz (1954-1955).

Desse modo, desde a morte de Vargas (1954), iniciou-se um processo de desnacionalização das incipientes indústrias brasileiras e da acelerada entrada de empresas multinacionais na atividade industrial local. Somente como um exemplo, pode-se citar o ramo automotivo. Havia ali montadoras estrangeiras e uma única indústria nacional, a Fábrica Nacional de Motores (FNM). Até 1964, ela produziu os caminhões FNM e o automóvel JK (Alfa Romeo). Este carro era, sem dúvida, melhor que os seus concorrentes, até o golpe de 1964.

Com o XX Congresso do PCUS e o fim da luta pelo socialismo no Leste europeu, o PCB adotou uma linha mais branda (1958), e buscou aliar-se aos elementos nacionalistas, que defendiam a industrialização local. Ao mesmo tempo, alijada do poder a cada eleição, a UDN revelava-se o partido da pequena burguesia e do latifúndio mais desesperados e golpistas, constituindo o núcleo dos famosos "entreguistas", isto é, elementos (a) contrários à industrialização do país, (b) contrários a qualquer mudança social e (c) defensores da divisão internacional do trabalho então vigente. Quem não acreditar, pode ler o programa da UDN do encontro nacional de 1957, ou ler as colunas de seu economista favorito – pai de todos os teóricos da ditadura – nos jornais e revistas da época: Eugênio Gudin.

O triste papel da UDN na política brasileira foi expressar o ódio profundo dos descendentes dos escravistas contra os trabalhadores, os pobres e os partidários de reformas progressistas. A UDN esteve por trás de todos os golpes de Estado tentados no Brasil, desde a segunda guerra mundial. Queda de Vargas (1945), tentativa de impedir a posse de Vargas (1950), República do Galeão (1954), queda de Vargas (1954), golpe do Jacareacanga (1957), golpe de Aragarças (1958), queda de Jânio (1961), tentativa de impedir a posse de Jango (1961), golpe do parlamentarismo (1961), atentados da Feira de São Cristóvão (1962), golpe de 1º de abril de 1964.

Uma das calúnias correntes daquela interessante época histórica (1954-1964) foi, portanto, a acusação de que o PCB "teleguiava" o programa político do PTB ou que, contrariamente, seria "teleguiado" pela CEPAL ou pela "burguesia nacional". Como comenta Denilson Santos de Souza numa brilhante dissertação de mestrado (*As correntes de Prometeu: o pensamento econômico da esquerda brasileira. 1954-1961*; FFLCH – USP, 2002), ambos se influenciaram reciprocamente sem haver, contudo, em qualquer momento, perdido cada qual seu pensamento autônomo ou a capacidade de produzir tal pensamento.

Os dois principais teóricos comunistas da América Latina no período, Mário Alves (brasileiro) e Ródnei Arismendi (uruguaio), advogavam alianças com as burguesias industrialistas locais, mas também defendiam uma interpretação independente marxista para o caráter da crise, que consideravam "permanente", naquelas circunstâncias. Eram traços da interpretação do PCB:

(a) A teoria da crise permanente – segundo esta leitura, o país vivia em uma crise permanente, devido à incapacidade da burguesia local de obter para o país um desenvolvimento independente. Semelhante burguesia tendia a investir em atividades tradicionais, em mercadorias de baixo valor relativo pelos custos dos fretes, etc. Nessas condições, não havia uma revolução industrial no país baseada em forças endógenas. A revolução industrial que podia ocorrer era um fenômeno importado e, em parte, determinada por necessidades metropolitanas da divisão internacional do trabalho.

(b) Consequentemente, as dinâmicas das taxas de crescimento do produto local e do lucro ficavam restringidas pelas necessidades externas de financiamento. Isso seria um elemento permanente de crise nas sociedades dependentes.

(c) Descontados os juros e os lucros devidos externamente pelo processo local de acumulação capitalista, os montantes resultantes de capital local não eram suficientemente elevados para garantir, fosse (1) o financiamento de empreendimentos inovadores, fosse (2) a dispensa subsequente de novos empréstimos e endividamentos externos. Daí uma burguesia fraca, ligada a processos inflacionários e à esfomeação da população local pelo latifúndio e pela burguesia comercial. Dependia do imperialismo e não podia, portanto, lançá-lo fora da economia do país.

(d) Uma vez que a taxa de lucro só poderia se expandir por conta da redução dos salários dos trabalhadores, sendo estes salários baixos, tornava-se evidente um limite superior para lucros adicionais para os capitalistas locais. Ou seja, o limite da taxa máxima de lucro se via pré-fixado pelo custo do capital importado desde o exterior. Para o PCB, isso consistia na manifestação concreta da Lei da Baixa Tendencial da Taxa de Lucro. Esta lei está no miolo do conceito marxista de crise econômica. Ela expressava o padrão cíclico de flutuação que a economia brasileira tinha naquela época (\pm 10 anos), com as crises de 1943-1945; 1953-1955; 1963-1965; 1973-1975, etc. Para o PCB, só uma mudança no sistema institucional (revolução democrática) poderia instaurar outro modelo, não-dependente.

Assim, o PCB interpretava o baixo interesse da burguesia pela industrialização do país como resultado de: (1) preço elevado que tinha de pagar pelas importações de capital; (2) crescente encurtamento dos ciclos de tecnologia da produção, que consumia para a burguesia local uma (3) fatia crescente – e considerada excessiva – da taxa de lucro, quando em comparação com desempenho puramente de intermediação.

Daí que o PCB preconizasse uma política de Estado favorável à industrialização, com um papel cada vez maior para o investimento público no setor produtivo.

A industrialização ocorrida no Brasil entre 1932 e 1964 foi chamada de “substitutiva de importações”. Isso porque, com o colapso do comércio internacional na crise de 1929-1932, os preços dos gêneros exportados por países pobres como o Brasil caíram a cerca de 20% do valor que tinham antes da crise. Embora o país pudesse vender, praticamente não podia comprar. Só podia aliar-se a outros países em dificuldades para criar localmente algumas indústrias que substituíssem a produção que não podiam importar. Vargas achava que não era justo – por causa da crise do mundo liberal – deixar os brasileiros nus e comendo bananas. Por isso, aliou-se com a Itália de Mussolini e a Alemanha de Hitler. Significativamente, a primeira usina siderúrgica para Volta Redonda, financiada na Alemanha, foi posta a pique no Atlântico (por quem?), quando o navio se dirigia ao Brasil. Somente anos mais tarde conseguiria o Brasil obter equipamento similar dos EUA, em troca da entrada do país na guerra contra o Eixo.

Os chamados liberais brasileiros – filhos e netos daqueles que administravam a escravidão do Império – não queriam que o país se industrializasse. Gudín afirmava – descoberta

infantil – que um par de sapatos produzidos no Brasil era mais caro que o similar importado. Disso sabia qualquer criança de grupo escolar. O problema da industrialização não é um problema de preços ao consumidor. Trata-se da oportunidade única para garantir a sobrevivência estratégica de uma nação. A Alemanha, a Itália e o Japão sobreviveram à sua derrota na segunda guerra mundial. Por quê? Porque haviam escolhido – antes – o caminho da industrialização. Por isso se recuperaram relativamente rápido e se habilitaram a de novo assumir seus papéis como “colonizadores” e não como “vítimas”.

O conjunto das forças sociais dominadas que existiam no Brasil de então, o povo, em geral, e o operariado urbano, em particular, tendiam a seguir o PTB e duas agremiações de esquerda, embora menores eleitoralmente: o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o PCB. O PCB se cindiria em 1962, formando-se o PC do B, que não teria muita expressão até a chamada guerrilha do Araguaia (1971-1974). No entanto, em termos de colher votos, tanto o PCB quanto o PSB eram partidos formadores de opinião. Os pecebistas eram paradoxalmente considerados uma reserva moral da nação, naquele sentido da resposta que Humphrey Bogart deu ao senador McCarthy, na comissão caça-bruxas do Senado norte-americano:

- O senhor é comunista?

- Não. Mas o senhor deve confessar que alguém tem que ter “colhões” para ser comunista, não é verdade?!

O levante de 1935 dera enorme prestígio aos comunistas, diante do povo brasileiro, que então os considerava “cabras machos”, “homens de palavra”, etc. Prestes e o PCB usaram este prestígio (1958-1964) para articular uma frente nacionalista, com um programa que incluía os interesses da burguesia industrial e algumas migalhas para os trabalhadores. Esse programa alcançou em alguns anos grande prestígio social. Embora não houvesse impedido a derrota do general Lott (PSD) nas eleições de 1960, o “programa nacionalista” tornou-se rapidamente hegemônico, capitalizando no país a influência externa do movimento neutralista (Nasser, Nehru, Sukarno...) e o efeito interno do fracasso da tentativa de governo de um direitista sempre bêbado, o famoso Jânio Quadros. Nas eleições de 1962, os nacionalistas se tornaram a força majoritária na política do país, o que criava a possibilidade real de um retorno à política de industrialização, baseada na substituição de importações. A partir de então, as forças golpistas – que já haviam sido derrotadas em 1961 – tensionaram ao máximo as cordas políticas do país, sob a batuta

do embaixador norte-americano Lincoln Gordon e seu adido militar, o coronel Vernon Walthers, da CIA. Ambos planejaram o golpe de Estado nos mínimos detalhes, debaixo dos narizes do governo legal, que, como é típico dos democratas latino-americanos, não teve a coragem de destruir os seus destruidores.

Como já havia caracterizado Lenine, a covardia é o traço principal dos políticos burgueses. Eles sempre desejam ganhar tudo sem arriscar nada. E assim, caminhou-se para o golpe de 1964, que ceifou, para instalar um regime ilegal, mais de uma centena de vidas de brasileiros. Nascido banhado em sangue de estudantes e trabalhadores, esse regime não passaria de mais uma versão – desta vez udenista – militar – do retorno ao autoritarismo escravista de fachada liberal. Nos anos de sua existência (1964-1985), a ditadura continuou massacrando estudantes, pobres, pretos e trabalhadores. A violência governamental exterminou durante a ditadura mais de 150 mil brasileiros por motivos comuns, e cerca de 4 a 6 mil outros por motivos políticos. Como não houve uma vitória das forças democráticas contra a ditadura, tal situação jamais foi apurada. Os juizes, policiais e militares da ditadura, que massacraram os brasileiros durante 21 anos, continuaram em função, aposentando-se com polpudas remunerações. A lei da imprensa, fabricada pela "Constituição de 1988", proíbe – na prática – a denúncia dos crimes cometidos pelas "autoridades" do Estado semifascista.

Recentemente, por exemplo, uma menina de quinze anos foi descoberta numa cela masculina no Pará, onde era submetida a estupro pela "rapaziada" que lá se encontrava. A delegada (!) encarregada de apurar os estupros, declarou que o caso não era tão grave assim, que a menina nem era estuprada todos os dias (!) (*Folha de São Paulo*, 28 de novembro de 2007). O delegado-geral do Estado chamou a menina de "débil mental". É nesse clima, submetido a autoridades que deviam haver sido julgadas em Nuremberg, que o povo brasileiro deve viver. Monitorados pelas criaturas da ditadura, os brasileiros parecem para sempre condenados à ausência de direitos, humanos e civis.

Como em uma eterna fazenda de escravos, os brasileiros podem continuar comentando, quando assistem a alguém ser vitimado pelas "autoridades":

- Alguma coisa ele deve ter feito...

- É triste, não é? Pois é. É triste.

O golpe de 1964 frustrou, assim, uma oportunidade histórica do Brasil para que ele saísse adiante. Com a escória udenista-militar no poder, o país foi arrastado de volta para o passado e mergulhado na mais completa subserviência às potências centrais. Foi transformado, de novo, em uma semicolônia doadora de insumos a preços cadentes, insumos esses que poderiam haver sido utilizados para proporcionar uma vida digna e próspera à maioria dos brasileiros.

Embora os governos eleitos no pós-85 tenham feito esforços para melhorar o país, o peso da carga passada continua a se revelar a cada passo. Particularmente, na educação, na saúde, na habitação e no saneamento básico, o país se encontra na porta da caverna. Quanto a desfrutar de liberdades públicas, então, nem se fale. A política local armou-se com os mais sofisticados meios repressivos. O *spray* de pimenta e a bala revestida de borracha transformaram-se em argumento cotidiano, contra protestos de estudantes, dos sem terra, dos sem teto, etc. Tais meios repressivos são utilizados também contra qualquer protesto ou ajuntamento de outras pessoas: portas de supermercado, de bancos, estádios de futebol, etc. A polícia do país é uma "jagunçada fardada", capaz de fazer inveja aos personagens de Guimarães Rosa. A miséria, o racismo, o desemprego e o tráfico de drogas se manifestam sob a forma de uma guerra civil cada vez mais aberta e desprovida de programa político (a menos que se aceite o programa do PCC). Uma força de jagunços privada, três vezes maior do que a polícia (com cerca de dois milhões de membros) espalha "justiça privada" por todos os municípios do país.

Esta foi a grande obra de arte produzida por mais 21 anos de ditadura. Ela consagra o desrespeito ao próximo, a violação de seus direitos, o racismo mais ou menos descarado, etc. De fato, ela inviabiliza a vida em uma sociedade democrática.

O brasileiro médio confunde democracia com desrespeito e roubo e isso é resultado da educação que lhe deu a ditadura. Certa vez, em 1975, assisti a uma manifestação de grosseria na plataforma ferroviária de uma estação, em Berlim. Comentei a grosseria com um alemão, que me acompanhava. Ele respondeu:

- Não se preocupe. Isso vai passar. Essa geração já está morrendo...

Temo que tão frio raciocínio terá também que ser aplicado na presente situação brasileira. Certamente, isso já vai passar...

É visível, hoje em dia, que as pessoas mais novas – apesar de seu individualismo – são quase sempre mais humanas que seus pais e bem melhores que seus avós. Isso nos traz certa esperança. Pode ser que – mesmo mais individualistas – os futuros brasileiros se tornem menos ferozes e mais decentes. Regras justas, poder público mais neutralizado, menos compadrismo e menos nepotismo poderiam tornar o Brasil um lugar melhor. Para tanto, faz-se necessário o exercício de uma vida o mais democrática possível, onde os frutos do progresso material começassem a ser repartidos com a maioria. Na verdade, o único mecanismo que pode assegurar a melhoria da educação política da população, e que dele se pode hoje dispor, são as "eleições periódicas". A garantia do mecanismo eleitoral cada vez menos corrompido é o caminho para o povo aprender de seus próprios erros e avançar nas soluções democráticas. Por isso, os inimigos da maioria preconizarão sempre formas variantes do golpe de Estado.

Na democracia parcial de 1946, o povo votou para presidente quatro vezes, ocorrendo um progressivo quadro de politização como resultado. Ou seja, a prática eleitoral contribui para que a população se conscientize. Daí a importância para a direita, arqui derrotada, de suas tentativas de golpe de Estado para reinstalar a barbárie política. Na democracia parcial de 1988, o povo já votou para presidente cinco vezes e tem-se em curso novo processo de politização, em que os brasileiros vão descobrindo onde estão seus melhores representantes. Vocês têm visto o desespero com que os neoudenistas atuam, procurando uma possibilidade para o golpe de Estado. Deve-se lutar, sempre de olho, para impedir a volta de uma ditadura. Os abutres estão por aí. Eles – que roubaram tanto – morrem de saudades. Nós, o povo, nem um pouco. Particularmente, aquela parcela do povo que escapou do massacre e que, por isso, pode hoje contar alguns dos episódios que são lembrados aqui.

Suplementos

SIGLAS

- ALN - Ação Libertadora Nacional
AMFNB - Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
AP - Ação Popular
CACO - Centro Acadêmico Cândido de Oliveira
CBA - Comitê Brasileiro pela Anistia
CENIMAR - Centro de Informação da Marinha
COLINA - Comando de Libertação Nacional
CPC da UNE - Centro Popular de Cultura da UNE
DA - Diretório Acadêmico
DCE - Diretório Central de Estudantes
DI-GB - Dissidência da Guanabara
DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
EBAP - Escola Brasileira de Administração Pública
ENBA - Escola Nacional de Belas Artes, da UFRJ
FPL - Frente Popular de Libertação
POR(T) - Partido Operário Revolucionário Trotskista
FNFi - Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil (atual UFRJ)
FUEC - Frente Unida dos Estudantes do Calabouço
IFCS - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Brasil
JUC - Juventude Universitária Católica
GTNM - Grupo Tortura Nunca Mais
MAR - Movimento de Ação Revolucionária
MCP - Movimento de Cultura Popular
ME - Movimento Estudantil

MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário
MODAC - Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania
MOLIPO - Movimento de Libertação Popular
MR8 - Movimento Revolucionário 8 de outubro
OBAN - Operação Bandeirantes
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PNA - Programa Nacional de Alfabetização
POC - Partido Operário Comunista
POLOP - Política Operária
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UEE - União Estadual dos Estudantes
UEG - Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ)
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC - Universidade de Santa Catarina
UME - União Metropolitana de Estudantes
UNB - Universidade Nacional de Brasília
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNIFOR - Universidade de Fortaleza
UPF - Universidade de Passo Fundo
USP - Universidade de São Paulo
VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

COLABORADORES - AUTORES

ADAIR GONÇALVES REIS

Nasceu em 1944, em Governador Valadares-MG. No Rio de Janeiro, em 1968, foi preso quando estudante. Conhecido como o “Sorriso do Calabouço”, militou na FUEC, onde foi secretário de organização da base do Calabouço da Corrente Revolucionária, dissidência do PCB que se transformou no PCBR. De 1970 até 1973, integrou uma Unidade de Combate da VPR. Foi para o Chile e voltou para o Brasil onde ficou clandestino até 1982, quando sua pena prescreveu. É aposentado pelo INSS e mora em Ribeirão das Neves - MG.

AFFONSO HENRIQUES GUIMARÃES CORREA

Carioca, nasceu em 1943. No dia 1º de abril de 1964, foi à sede da UNE para resistir ao golpe. Era, então, estudante de Economia da UFRJ. Participou ativamente do ME em 1968. Atingido pelo Dec. 477, foi expulso da faculdade em 1969. Preso em 1970, foi solto em dezembro de 1971. Economista, hoje é funcionário público. Mora em Niterói.

AIRTON DE ALBUQUERQUE QUEIROZ

Nasceu em 1946, em Caruaru-PE. Na época do Golpe, em 1964, participava do Movimento de Cultura Popular, MCP, criado por Miguel Arraes. Atualmente, é professor adjunto do Departamento de Economia e Representante do Corpo Docente no Conselho Universitário da UFF. Mora em Niterói.

ALFREDO LOPES FERREIRA FILHO

Carioca, nasceu em 1953. Perseguido quando era secundarista no Recife, no final da adolescência, sua mãe o levou para o Rio de Janeiro, para evitar que caísse na clandestinidade. Mais tarde, foi para o Chile e, depois do golpe, exilou-se na Suécia. Especialista em segurança nuclear pela Universidade de Buenos Aires e Mestre em Ciências pela UFPE, é funcionário da CNEN, no Recife. Engenheiro. É professor e Presidente da Sociedade Brasileira de Proteção Radiológica, além de estudante de Direito da UFPE.

ALÍPIO FREIRE

Baiano, de Salvador, nasceu em 1945. Vive em São Paulo desde dezembro de 1961. Militou na Ala Vermelha e esteve preso de agosto de 1969 até outubro de 1974. Pertence ao Conselho Editorial do jornal *Brasil de Fato*. É jornalista, escritor e artista plástico.

ALUÍZIO FERREIRA PALMAR

Nasceu em São Fidélis-RJ, em 1943. Estudante em Niterói, trabalhava no PNA, em 1964. Filiado ao PCB, cursou Ciências Sociais na UFF e militou no ME. Em 1967, organizou a dissidência comunista do Estado do Rio, o MR8 antigo. Na preparação da guerrilha rural, foi para o Paraná. Preso após dois anos, foi para o Chile no grupo dos 70 revolucionários trocados pelo embaixador suíço, em janeiro de 1971. Jornalista, foi Secretário de Comunicação Social e Secretário de Meio Ambiente de Foz do Iguaçu, onde mora.

AMARO HERTZ BITTENCOURT

Carioca de 1946, era secundarista em 1964. Realizou sua revolução pessoal, em 1966, quando cursava o primeiro ano de Odontologia e conheceu o mundo da política estudantil. Em 1968, simpatizante da DI-GB, estava como todos, na militância. É dentista.

ANA MARIA MULLER

Carioca, nasceu em 1946. Estudava Direito na Faculdade Cândido Mendes em 1968. Participou da resistência de esquerda no Brasil, foi conselheira da OAB/RJ e uma das fundadoras do CBA. Advogada de familiares de presos políticos, mortos e desaparecidos, dentre eles: Mário Alves, Honestino Guimarães, Flávio Molina, Rui Frazão e Fernando Augusto da Fonseca.

ANTÔNIO DUARTE DOS SANTOS

Nasceu, em 1940, em Pau dos Ferros-RN. Participou do Movimento dos Marinheiros, na Diretoria da AMFNB de 1962 a 1964. Foi expulso da Marinha e condenado a doze anos de prisão. Militante da resistência armada contra a ditadura, atuou, entre outros movimentos, no MNR. Refugiou-se no Chile, depois em Cuba e, por último, na Suécia onde se graduou em Antropologia pela Universidade de Estocolmo. É suboficial inativo da Marinha. Mora no Rio.

ARNALDO AGENOR BERTONE

Nasceu em Lins-SP, em 12 de janeiro de 1949. Iniciou, no Paraná, suas atividades políticas em oposição ao regime, em 1968, no PCB. Exilado no Chile de 1970 até 1973, retornou ao Brasil na clandestinidade e atuou na ALN. Preso em 1974 no Rio de Janeiro, cumpriu pena em Curitiba até 1975, quando foi absolvido pelo STM. Era Economista e foi Secretário de Recursos Humanos de Curitiba. Fez a grande viagem para os Verdes Campos de Valhalla, ao encontro de outros guerreiros, seus pares, em 3 de novembro de 2008.

ARTHUR JOSÉ POERNER

Carioca, nasceu em 1939. Jornalista e escritor. Bacharel em Direito, com pós-graduação em Comunicação. Ex-presidente da Fundação Museu da Imagem e do Som e do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro. Professor de Jornalismo da UERJ. No exílio, a partir de 1970, foi redator e locutor da *Voz da Alemanha*, de Colônia, e correspondente do *Pasquim* (RJ) e da revista *Istoé* (SP), na Alemanha. Autor de vários livros.

AURÉLIO BAIRD BUARQUE FERREIRA

Carioca, nasceu em 1945. Era aluno de Química, da UFRJ, em 1968, quando foi preso, com outros estudantes, por participar de uma passeata. Ligado ao PCBR, a partir de 1972, morou na Inglaterra, onde fez doutorado. Hoje é professor de Química da UFRRJ.

CECÍLIA COIMBRA

Carioca, nasceu em 1941. Já militava em 1964. Ex-presença política. Psicóloga, Professora adjunta da UFF, Pós-Doutora em Ciência Política pela USP, Ex-Coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. Fundadora e atual presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

CLÁDICE NÓBILE DINIZ

Nasceu em 1951, na cidade de São Paulo. Em 1º de abril de 1964, voltava da escola no calorão do meio-dia paulistano, quando notou ruas silenciosas demais e bares vazios. Percebeu que algo muito ruim estava acontecendo com a população. Em 1968, acompanhou estarecida, pelo rádio, as notícias sobre a invasão da Faculdade de Filosofia e Letras da USP, na rua Maria Antônia, por grupos de extrema direita da Universidade Mackenzie, apoiados pela polícia política. Mora no Rio de Janeiro. É professora universitária.

CLAUDIO ROBERTO MARQUES GURGEL

Nasceu em Vitória-ES, em 1947. Secundarista no Recife em 1964. Atuou no PCB. Em 1968, cursava Economia e era bancário concursado do Banco do Brasil. Preso em Natal-RN na reunião do Comitê Regional do PCBR, é conduzido ao Recife, onde permanece de 1971 a 1973. Mudou-se para o Rio de Janeiro. Economista, professor da UFF, é Chefe de Departamento de Ensino de Administração e Vice-Diretor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Autor de vários livros, mora no Rio.

COLOMBO VIEIRA

Nasceu em Goiânia em 1950, mas diz-se niteroiense, papa-goiaba de coração, desde 1953. Foi membro da Dissidência do PCB e ativista do Calabouço em 1968. Atuou no Grupo Tático Armado (GTA) da ALN/SP. Preso em 1970 com um grupo que tentava sequestrar um avião e libertar prisioneiros para levá-los para Cuba. Cumpriu pena até 1979. É aposentado e mora em Niterói.

DALVA BONET

Nasceu em 1946, em Miracema-RJ. Em 1968 teve ativa participação no ME, quando cursava Direito, na UERJ. Foi da Corrente Revolucionária do PCB e, depois, do PCBR. Foi presa algumas vezes. Viajou para o Chile e, de lá, para o Panamá. Por fim, exilou-se na Inglaterra. Na volta ao Brasil, foi estreita colaboradora de Leonel Brizola e de seus dois governos. Linguísta. Hoje tem uma pequena empresa de Comunicação.

DELSON PLÁCIDO TEIXEIRA

Carioca, nasceu em 1936. Dirigente sindical cassado em 1964 refugiou-se na Embaixada do Uruguai com o Alm. Aragão e Djalma Maranhão, entre outros, até março de 65, quando viajou para esse país. Militante do PCB, em 1966, foi sequestrado, levado para a Argentina, trazido para o Brasil e entregue ao DOPS. Depois de liberado, com a polícia no seu encaço, em 1969, foi de novo para o Uruguai. Em 1970, exilou-se na Suécia onde trabalhou como jornalista. Membro do GTNM/SP, mora em São Vicente-SP.

DERLEI CATARINA DE LUCA

Catarinense, de Içara, nasceu em 1946. Militante de esquerda ligada à AP, em 1968, era estudante da UFSC. Presa e perseguida, exilou-se em Cuba. Fundou e coordena o Comitê Catarinense Pró Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Militante do Grupo Tortura Nunca Mais. Tem vários livros publicados. Mora em Criciúma.

EDSON FERRER DA CUNHA

Carioca, nasceu em 1938. Jornalista, simpatizante de esquerda, em 1968 participou das passeatas contra a ditadura. Preso pelo CENIMAR no início da década de 70. É Jornalista e dentista.

EDUARDO DE SÁ E BENEVIDES

Paraibano, de João Pessoa, nasceu em 1946. Filiado ao PCB desde 1965. Era cineclubista e vestibulando no início de 1968. Estudou Economia na Alemanha Oriental, de 1968 a 1974. Morou também na França. Economista, aposentado do BNDESPar, mora no Rio de Janeiro.

ELIETE FERRER

Carioca, nasceu em 1947. Professora, em 1968, participou do ME quando cursava História, na UERJ. Ligou-se à ALN. Exilou-se no Chile e na Suécia onde atuou em diversas iniciativas de divulgação da cultura brasileira. Ligada ao Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. Fundadora e moderadora do grupo Os Amigos de 68. Luta pela abertura dos arquivos secretos da ditadura.

EMILIO MIRA Y LOPEZ

Carioca, nasceu em 1951. Foi presidente do Grêmio do Colégio de Aplicação da UFRJ, em 1966. Participou do Movimento dos Vestibulandos em 1968. De 1969 a 1971, atuou no Movimento Universitário de Resistência à Ditadura (MURD). Preso pelo DOI-CODI em 1971. É médico clínico acupunturista.

FERNANDO SILVA

Pernambucano, do Recife, nasceu em 1932. Caricaturista, chargista e cartunista. Colaborador do *Pasquim*, do *JB*, *Folha da Manhã*, *Tribuna Operária* e *Inverta*. Muitas pedradas gráficas foram arremessadas nos esbirros da ditadura, enfrentando a censura. Combatente de primeira linha no CBA. Militou pela legalização do PC do B e luta pelo esclarecimento das mortes e desaparecimentos no Araguaia. Mora no Rio de Janeiro.

FRANCISCO ALENCAR

Cearense, nasceu em 1929, em Fortaleza. Antropólogo, militante de esquerda, teve ligações com o PCB. Era da UFC. Perseguido, saiu do Brasil em 1970 para o México. Depois exilou-se no Chile e na Suécia. Aposentado.

FRANCISCO PINHEIRO

Carioca, nasceu em 1941. Em 1964, cursava a EBAP, da Fundação Getúlio Vargas. Trabalhava, em 1968, com Marketing, numa multinacional já extinta. Hoje está aposentado e mora em Curitiba.

FRANCISCO ROBERVAL MENDES

Nasceu em Salvador-BA, em 1942. Participou, no Rio, em 1966, do Movimento dos Vestibulandos. Em 1967, pertencia ao DA da ECO - UFRJ (Escola de Comunicação). Participou do ME como apoio da DI-GB. Em 1968, ligou-se à ALN. Preso em 1970, foi para o Chile no grupo dos 70 revolucionários trocados pelo embaixador suíço, em janeiro de 1971. Depois, exilou-se na Suécia. Professor, escritor, sociólogo e historiador, tem vários livros publicados. Mora no Rio de Janeiro.

GIL VICENTE N. SIMÕES

Carioca, nasceu em 1945. Em 1968, cursava a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (atual UFRJ) e participou ativamente do ME. Economista, é aposentado.

GREGÓRIO BANAR

Carioca, nasceu em 17 de dezembro de 1942. Participou do Movimento dos Marinheiros, foi expulso da Marinha e cassado no Ato Institucional nº1. Ex-vice-presidente do MODAC, era suboficial inativo da Marinha (anistiado político-militar). Viajou para os Verdes Campos de Valhalla, ao encontro de outros guerreiros, seus pares, no dia 28 de março de 2009.

GUIDO ROCHA

Nasceu em 22 de setembro de 1933 em Minas Gerais. Artista plástico, ex-presos político, morou em Genebra, depois de ser preso na Bolívia, torturado no Brasil e, ainda, preso no Estádio Nacional do Chile, junto com outros milhares de prisioneiros, logo depois do golpe que derrubou Allende. Viajou para os Verdes Campos de Valhalla, ao encontro de outros guerreiros, seus pares, em julho de 2007.

GUILLEM RODRIGUES DA SILVA

Gaúcho, do Rio Grande, nasceu em 1938. Militar, da Marinha, preso em 1964, viveu no Uruguai e depois na Suécia. Foi o 1º exilado político da América Latina na Escandinávia, onde chegou em 1966. Foi vereador duas vezes e é Juiz eleito do Tribunal de Segunda Instância de Skane e Blekinge - Suécia. Poeta, autor de vários livros, mora na cidade de Lund. Conhecido no Grupo Os Amigos de 68 como Conde de Cuxá.

INÊZ OLUDÉ DA SILVA

Nasceu em Betânia-PE, em 1953. Ex-presas e ex-exilada política no Chile, na Argentina e, desde 1976, na Bélgica. Artista plástica, escritora e poetisa. Organiza eventos que promovem a cultura brasileira como a Bienal de Artes Plásticas Brasileiras de Bruxelas. Escolheu ficar longe para amar melhor o Brasil. Mora em Bruxelas.

IVAN CAVALCANTI PROENÇA

Carioca, nasceu em 1931. Oficial do Exército, preso e cassado em 1964 por enfrentar a ditadura. Hoje, é Professor, Mestre e Doutor em Literatura e autor de inúmeros livros.

IVAN PINHEIRO

Carioca, nasceu em 1946. Foi do Grêmio do Colégio Pedro II, Zona Norte, antes do golpe de 1964. Militou no MR8, até 1975; foi do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da UERJ (1965/1969); entrou no PCB em 1976, onde milita até hoje, sendo membro da Executiva Nacional desde 1982. Foi Presidente do Sindicato dos Bancários do RJ (1979/1982). No racha com o PPS, em 1992, teve papel importante na manutenção do PCB e hoje é seu secretário geral.

JAÍME WALLWITZ CARDOSO

Gaúcho, de Bagé, nasceu em 1948. Preso em 1969 por haver participado do movimento de resistência à ditadura, foi para o Chile no grupo dos 70 revolucionários trocados pelo embaixador suíço, em janeiro de 1971. Com o golpe do Chile, exilou-se na Suécia onde publicou seus primeiros poemas e participou de diversas iniciativas de divulgação da cultura brasileira. Autor de vários livros, é Presidente da NUCLEP - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. Mora no Rio de Janeiro.

JAIR DE SOUZA

Carioca, designer, nasceu em 1947. Participou do movimento estudantil e ingressou na Escola Nacional de Belas Artes em 1968. Foi ligado à ALN e saiu do país em 1970. Morou e trabalhou em Paris dez anos, onde se formou em comunicação visual pela ENSAD e em cinema pelo Musée de l'Homme. Premiado criador multimídia, tem atuação importante na cena cultural brasileira.

JEAN MARC VON DER WEID

Carioca, nasceu em 1946. Estudante da Nacional de Química, UFRJ, em 1968. Presidente da UNE em 1969. Preso, saiu para o Chile, em 1971, no grupo dos 70 revolucionários trocados pelo embaixador suíço. Depois do golpe, no Chile, notabilizou-se pela solidariedade ao ajudar muitos companheiros. Exilado na França depois dos golpes no Chile e na Argentina. Coordenador do CBA em Paris, de 1975 a 1979. Economista. Fundador da ONG Agroecologia e Agricultura Familiar em 1983, na qual atua até hoje.

JOÃO BATISTA DE ANDRADE

Nasceu em Itaboraí-RJ, no dia 17 março de 1946. Professor de História de várias instituições, conhecido em Niterói, por sua espontaneidade, e querido por alunos e amigos. Militante de esquerda. Famoso por defender causas dos estudantes, por sua atuação política na cidade e, ainda, por colaborar na organização do ME em várias escolas onde lecionou. Vítima de atropelamento quando ia ao cinema de bicicleta, em 10 de dezembro de 2008, fez sua grande viagem aos Verdes Campos de Valhalla, onde encontrou outros guerreiros, seus pares.

JOÃO OTÁVIO GOULART BRIZOLA

Gaúcho, de Porto Alegre, nasceu em 1952. Filho de Leonel Brizola e sobrinho de João Goulart. Arquiteto, foi responsável pela obra de construção da Passarela do Samba e do projeto CIEPs no Rio de Janeiro. Hoje, divide seu tempo entre o Rio de Janeiro e o Uruguai onde tem várias atividades.

JOSÉ DUARTE DOS SANTOS

Nasceu em Pau dos Ferros-RN, em 1941. Atuou no Movimento dos Marinheiros, cassado em 1964, exilou-se no México. Voltou, militou no MNR de 1965 a 1967, foi preso e cumpriu pena. Em 1969, participou da ação que libertou prisioneiros políticos da Lemos de Brito, no Rio. Preso em setembro, saiu para o Chile, em janeiro de 1971, no grupo dos 70 revolucionários trocados pelo embaixador suíço. Com o golpe do Chile, foi para o México e, de lá, exilou-se na Bélgica. Morou em Angola e Moçambique. Suboficial inativo da Marinha. Trabalha na Cia. Energética de Goiás e mora em Goiânia.

JOSÉ FLAMARION PELÚCIO SILVA

Paraibano, de Pombal, nasceu em 1942. Ligado ao PCB, era funcionário do BNB, Banco do Nordeste do Brasil, Agência Fortaleza, quando foi preso no dia 15 de abril de 1964. É artista plástico. Anistiado em 1994, mora hoje em Lisboa, Portugal.

JOSÉ MAURÍCIO GRADEL

Carioca, nasceu em 1948. Participante ativo do ME, em 1968, era estudante de Desenho Industrial e tradutor técnico. Exilado no Chile de 1971 a 1973 e na Argentina de 1973 a 1994. Trabalha como tradutor de livros.

JOSÉ PEREIRA DA SILVA

Carioca, nasceu em 1948. Iniciou-se na política estudantil em 1967/68, no Colégio Estadual Prof. Clóvis Monteiro, onde foi presidente do Grêmio, e na Escola Técnica Federal. Militou na ALN e foi casado com Gastone Lúcia Beltrão, assassinada pelos esbirros da ditadura. Preso político, depois da cadeia, atuou no movimento de associações de moradores e foi diretor da FAMERJ no início dos anos 80. Filiado ao PT. Faz parte da maçonaria desde 1991. Economista.

JUAREZ FERRAZ DE MAIA

Goiiano, de Itaberaí, de 1947. Militante da AP e líder secundarista em 1966. Preso várias vezes, liga-se à VAR-Palmares e vai, em 1969, para o Rio. Em 1971, sai para o Chile e, após o golpe, exila-se na Bélgica. A partir de 1976, morou em Moçambique mais de 20 anos: foi Diretor de Comunicação Social; Consultor da UNESCO; Assessor da Comissão Nac. de Eleições; Assessor do Reitor da Universidade Eduardo Mondlane; Coordenador de Comunicação da Comissão Nac. de Combate à AIDS. Doutor em Ciências da Informação e da Comunicação pela Universidade de Paris 8, é professor da Univ. Federal de Goiás e mora em Goiânia.

JUCA, JOSÉ ALVES NETO

Nasceu em Blumenau-SC, em 1954. Era secundarista, em 68, em São Paulo. Militou na VPR e no MR8. Em 1971, seu pai, Washington A. da Silva, preso desde 69, constava na lista dos 70 que foram para o Chile, trocados pelo embaixador da suíça. Clandestino, em setembro de 71 chegou ao Chile, de onde partiu para a Suécia, depois de ser preso e passar pelo Estádio Nacional durante o golpe de Estado. Mora no Espírito Santo, onde foi deputado estadual por dois mandatos. É produtor rural.

JÚLIO CÉSAR SENRA BARROS

Carioca, nasceu em 1947. Cursava Direito na UEG, atual UERJ, em 1968, dava assistência jurídica na Lemos de Brito, conheceu presos políticos e entrou no MAR. Participou do resgate desses presos, em 1969. Deslocou-se para o RS e militou na Ala Vermelha. Preso em Porto Alegre, em 1970, foi torturado em várias prisões até sair em 1973. Atuou no CBA e no GTNM/RJ. Hoje é Coordenador do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), ligado ao Ministério da Justiça.

LAO-TSEN DE ARAÚJO DIAS

Carioca, nasceu em 1943. Desde 1964 participa de movimentos de esquerda. Após 1967, atuou organizadamente contra a ditadura. Fundador do PT. Bancário.

LAVÍNIA BORGES

Carioca, nasceu em 1948. Secundarista atuante desde 1964, participava do ME, na resistência à ditadura, quando foi detida em 1968, no Movimento dos Vestibulandos. No fim de 1970 foi para o Chile, de onde, após o golpe, foi para o Panamá. Depois, exilou-se na Costa Rica onde permaneceu até a Anistia. É médica clínica e trabalha na Rede Pública de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

LEONCIO DE QUEIROZ

Carioca, nasceu em 1942. Trabalhava, em 1964, no CPC da UNE. No dia do golpe, estava no CACO, com outros estudantes que confiavam no Exército Brasileiro e em que o golpe seria esmagado. Participou do ME e, em 1968, formou-se em Economia pela UFRJ. Pegou em armas contra a ditadura. Participou da ação de resgate dos prisioneiros políticos da penitenciária Lemos de Brito, em 1969. Mais tarde, exilou-se no Uruguai, Chile e na Suécia. Economista e engenheiro físico.

LIA, MARIA DO CARMO BRITO

Mineira, de Belo Horizonte, nasceu em 1942. Militou no PCB, POPOP, COLINA, VPR, VAR-Palmares. Viajou para a Argélia no grupo dos 40 revolucionários trocados pelo embaixador alemão, em 1970. Depois, morou no Chile, Panamá, Angola e Portugal. Viúva de Juarez Guimarães de Brito e de Ângelo Pezzuti da Silva. Casada com Mário Japa, Chizuo Osava. Socióloga e tradutora, funcionária da FAPERJ. Mora no Rio.

LILIAN NEWLANDS

Carioca nascida em São Paulo em 1945, veio para o Rio de Janeiro com seis meses. Jornalista, presa por engano pelo DOI-CODI em 1971. Mora no Rio.

LUCIO SATTAMINI

Carioca, engenheiro químico, nasceu em 1944. Aluno da Escola de Química da UFRJ, de 1963 a 1967, participou do ME. Atuava no DA no setor de cinema. De 1964 a 1967, militou no PCB. Ingressou na Petrobrás, como engenheiro de processamento, em 1968. Atualmente é consultor para a área de engenharia de dessalinização. Mora em Búzios.

LUIZ ALBERTO SANZ

Carioca, nasceu em 1943, filho da jornalista, atriz e educadora Luiza Barreto Leite e do jornalista e bancário José Sanz. Em 1964, era crítico cinematográfico do *Jornal do Commercio* e já atuava no ME. Preso em 1970, foi para o Chile no grupo dos 70 revolucionários trocados pelo embaixador suíço, em janeiro de 1971. Com o golpe do Chile, exilou-se na Suécia. Cineasta e jornalista, hoje, é colaborador das revistas *Letra Livre* e *Educação Pública*.

LUIZ CARLOS GUIMARÃES

Carioca, nasceu em 1945. Era estudante em 1968. Jornalista, foi sequestrado pelo DOI-CODI, em abril de 1973, na porta do *Correio da Manhã*, onde trabalhava. Militante da ALN, exilou-se no Chile e na Suécia.

MARCELO MÁRIO DE MELO

Pernambucano, de Caruaru, nasceu em 1944. Militava na Comissão Juvenil do Comitê Estadual do PCB em 1964 e pertencia ao PCBR quando participou das passeatas em 1968. Preso político de 1971 a 1979. Assessor de Comunicação Social da Fundação Joaquim Nabuco, órgão do Ministério da Educação. Poeta e jornalista. Plebeu, republicano, democrata popular, cidadão de esquerda, socialista, pluralista e seguidor do Detran, sempre à esquerda não ultrapasse pela direita.

MARCO ANTONIO MEYER

Mineiro, de Belo Horizonte, nasceu em 1944. Militou no ME e era bancário. Perseguido, vai para o Rio de Janeiro, em 1968. Membro da POLOP e do COLINA, foi preso em 1969. Saiu para a Argélia no grupo dos 40 revolucionários trocados pelo embaixador alemão, em julho de 1970. Viveu na Argélia, Chile, Argentina e na Suécia. Trabalha atualmente como editor, possui uma livraria e um “sebo” em Belo Horizonte.

MARCO AURÉLIO ALBERTIM

Pernambucano, de Goiana, nasceu em 1950. Secundarista, em 1968, era diretor da UBES. Ligado à AP e, depois, ao PC do B. Em 1971, perseguido, passou anos na clandestinidade. Julgado à revelia, nunca foi preso. Foi correspondente do jornal *Movimento*, semanário de oposição à ditadura. É jornalista, escritor e crítico literário.

MARCOS ARRUDA

Carioca, nasceu em 1941. Iniciou seu caminho do guerreiro na JUC. Em 1970, membro da AP, preso em São Paulo, barbaramente torturado, saiu após nove meses e exilou-se no ventre do império, onde passou quatro anos. Morou sete anos em Genebra. Colaborou com Paulo Freire e com a equipe do IDAC na Guiné Bissau e no Cabo Verde. Foi consultor do Min. da Educação da Nicarágua. Professor visitante em universidades no Brasil, EUA e Suíça. Economista e educador do PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul).

MARIA CLARA L. BINGEMER

Carioca, nasceu em 1949. Teóloga, professora e decana do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-RJ. Em 1968 cursava Comunicação na PUC-Rio. Encenava a peça *Os pequenos burgueses*, quando, durante um ensaio, viu a polícia, na rua, espancando os estudantes. Faz parte do grupo de teólogos da Libertação chamado “Grupo Emaús”.

MARIA LÚCIA DAHL

Carioca, mora no Rio de Janeiro. Foi companheira de Marcos Medeiros, liderança estudantil do PCBR. Atriz e Jornalista.

MARILIA GUIMARÃES

Carioca, nasceu em 1940. Militou na VPR. Em 31 de dezembro de 1969, participou do seqüestro de um avião, cujo curso foi desviado para Cuba. Voltou ao Brasil em 1979, com a anistia. Fundou, em 2005, e preside, desde então, o Capítulo Rio de Janeiro do Comitê de Defesa da Humanidade, criado em 2004, em Caracas.

MARIO JAPA, CHIZUO OSAVA

Mineiro, de Arceburgo, nasceu em 1945. Viveu uma infância rural entre japoneses no norte de São Paulo e urbanizou-se na adolescência, em Santo André. Militou na VPR de 1968 a 1973, no Brasil, em Cuba e no Chile. Depois esteve na Bélgica, em Portugal e Angola. Preso, saiu para o México no grupo dos cinco revolucionários trocados pelo embaixador japonês, em março de 70. Jornalista desde 1978 e, há 30 anos, correspondente da agência Inter Press Service, onde assina Mario Osava.

MARIO MAESTRI

Gaúcho, de Porto Alegre, nasceu em 1948. Cursava engenharia na PUC-RS, em 1968. Participou ativamente do ME e foi preso em 1969. Prestou solidariedade a militantes da VPR até janeiro de 1971, quando saiu para o Chile. Depois do golpe, exilou-se na Bélgica. Doutor em História pela UCL na Bélgica, é professor do curso de Pós-Graduação em História da UPF. É comunista sem partido.

MARIO MARCIO DAMASCO

Nasceu em 1949, em Nova Friburgo-RJ. Em 1964, alheio estudante secundário, viu uma foto no jornal – jamais esquecida – que significou a sua antevisão do que representaria o golpe militar: o banqueiro Magalhães Pinto marchava à frente de um pelotão do Exército pela Av. Rio Branco. Após assistir às violências patrocinadas pela chamada revolução, passou a exercer influência política de resistência entre os mais próximos. Atualmente é funcionário do Banco Central em vias de aposentadoria.

MARIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE

Cearense, de Fortaleza, nasceu em 1948. Membro da diretoria do Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará a partir de 1965, foi seu presidente em 1967/68. Militante da FPL, POR(T) e PCBR. Preso político de 1971 a 1979 (Recife e Fortaleza). Presidente da Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou (Estado do Ceará), Coordenador da Associação 64/68. Atualmente, é Conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

MEMÉLIA MOREIRA

Maranhense, nasceu em Boa Vista-RR, em 1947. Testemunhou reuniões entre Leonel Brizola, Neiva Moreira, Almino Affonso, Amaury Silva, Dagoberto Sales, Clidenor de Freitas e outros que se preparavam para resistir em 1964. Após o golpe, serviu de “correio” para exilados entre Montevideú, Buenos Aires, Porto Alegre e Brasília. Jornalista, atuou no *Jornal do Povo* (fechado em 1964), *Veja*, *Folha de São Paulo* e *Jornal de Brasília*. Mora na Flórida, Estados Unidos. Colabora com a rádio *Haiti Liberté*. É brizolista convicta.

MIGUEL OLÍMPIO CAVALCANTI

Alagoano, de Palmeira dos Índios, nasceu no dia 4 de maio de 1930. Formou-se em Medicina em Alagoas, na UFAL, em 1960. Homem de esquerda, participou da luta contra a ditadura. Ligado ao Partidão, foi Presidente da UEE de Alagoas e militou na UNE. Em 1968, assumiu a presidência do Sindicato dos Médicos (Sinmed). Em 1971, teve seus direitos políticos cassados. Fez a grande viagem aos Verdes Campos de Valhalla, em 16 de junho de 2008, e foi ao encontro de outros guerreiros, seus pares.

MILTON COELHO DA GRAÇA

Carioca, nasceu em 1930. Estudou Direito na UFRJ e Economia na UERJ. Foi representante do DA de Economia da UERJ na UME. Ligado ao PCB, atuou ativamente na UNE e no CACO. Jornalista, dirigiu a revista *Movimento*. Em 1968, trabalhava na revista *Realidade*. Foi editor-chefe de vários jornais.

MODESTO DA SILVEIRA

Mineiro, de Uberaba, nasceu em 1927. Advogado defensor de perseguidos pela ditadura, foi sequestrado por agentes do DOI-CODI em 1970. Foi o deputado federal que encaminhou a votação do projeto que deu origem à Lei da Anistia, em 1979. Atua na defesa de perseguidos que até hoje sofrem sequelas das torturas. Militante dos Direitos Humanos, afirma que homicídios, estupros e roubos cometidos por agentes do governo militar precisam ser tratados como crime comum. Mora no Rio de Janeiro.

NEGUINHO, ANTONIO GERALDO COSTA

Nasceu em Conceição do Paraíba-AL, em 1934. Conhecido também como Tigre. Ex-marinheiro, um dos fundadores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, foi cassado no Ato Institucional nº 1 e expulso da Marinha. Militou na POLOP, no MNR, na VPR e na ALN. Saiu do Brasil em 1969. Foi para o Uruguai, para a Argentina e para o Chile. Chegou à Suécia em 1970, onde ficou exilado até 2009, com nome falso. Em seu regresso, passou a ser conhecido como o Último Clandestino. Hoje, é suboficial inativo da Marinha.

NELSON SERATHIUK

Paranaense, de Mamborê, nasceu em 1953. Seu pai era vereador do PTB em 64. Militante secundarista do PCBR, em 1968, participou do ME e foi preso várias vezes. Em 1971, com 18 anos, chegou ao Chile, onde terminou o colegial. No Chile, foi preso no Estádio Nacional e exilou-se na Suíça. Atualmente, milita no Partido Les Verts em Lausanne, onde foi eleito três vezes consecutivas vereador. Milita pelos direitos humanos e dos imigrantes e refugiados políticos na Suíça, onde mora.

NEWTON LEÃO DUARTE

Nasceu em Niterói-RJ, em 1949. Participou do ME, de 1967 a 1968, como secundarista e estudante de engenharia. Aderiu à luta armada contra a ditadura, em 1968, como militante da ALN. Esteve preso de 1969 a 1971. Engenheiro, trabalha na área de transportes públicos no Rio de Janeiro.

NORMA BENGELL

Carioca, nasceu em 1935. Participou, em 1968, de manifestações contra o governo golpista, especialmente da Passeata dos 100 mil. Presa várias vezes, no Rio de Janeiro, e sequestrada pela polícia da ditadura, em São Paulo. Exilou-se na França e passou a denunciar, no exterior, o Terrorismo de Estado implantado no Brasil. Não renovaram seu passaporte. Atriz.

NÚRIA MIRA RUELIS

Carioca, nasceu em 1947. Participou ativamente do ME. Presidente do DA da ECO - Escola de Comunicação da UFRJ, foi presa várias vezes. Viveu fora do Brasil de 1970 a 1976, inicialmente em Paris, depois Suíça e Inglaterra. Professora, mora em Londrina-PR.

PAULO DE TARSO CARVALHO

Cearense, do Crato, nasceu em 1932. Foi Fiscal Federal, Fiscal do Mun. do Rio de Janeiro e Fiscal de Rendas do Estado do Rio de Janeiro. Aprovado em 1º lugar em mais de 20 concursos públicos para fiscal. Célebre por ter ministrado aulas em praças públicas e no Canecão, reunindo mais de dois mil alunos em uma única aula. Artista plástico e professor há mais de 60 anos, mora no Rio de Janeiro.

PEDRO ALVES FILHO

Paraibano, de Campina Grande, nasceu em 1945. Estudava Engenharia na UFRJ, em 1968, e participou da DI-GB mais tarde conhecida como MRB. Preso em 1970, foi para o Chile no grupo dos 70 revolucionários trocados pelo embaixador suíço, em janeiro de 1971. Com o golpe do Chile, foi preso no Estádio Nacional e, em dezembro de 1973, exilou-se na Suécia, onde fez Mestrado em Ciência da Computação. É sócio de um provedor da Internet, onde trabalha. Mora no Rio de Janeiro.

PEDRO DE ALBUQUERQUE NETO

Cearense, de Fortaleza, nasceu em 1944. Militou nas Ligas Camponesas-PE, no PCB e no PC do B. Presidente da União dos Estudantes Técnicos e Industriais do Ceará, em 1964, quando foi preso pela primeira vez. Vice-presidente do DCE-UFC em 1967/68. Participou do Congresso da UNE, em Ibiúna, e da preparação da Guerrilha do Araguaia (1972). Exilou-se no Chile e no Canadá. Advogado e doutorando em criminologia na Universidade de Ottawa. Professor licenciado da UNIFOR. Mora no Canadá.

PEDRO FRANÇA VIEGAS

Maranhense, de São Luís, nasceu em 1937. Atuou no Movimento dos Marinheiros, na AMFNB, foi cassado e preso várias vezes. Participou do resgate dos prisioneiros políticos da penitenciária Lemos de Brito, em 1969. Viajou para o Chile no grupo dos 70 revolucionários trocados pelo embaixador suíço, em janeiro de 1971. Morou também na Argentina e na Itália. Voltou para o Brasil, clandestino, em 1976. Jornalista, mora em Guarapari-ES.

RENATO MAYER

Carioca, nasceu em 1946. Estudou na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da, então, Universidade do Brasil, hoje UFRJ, entre 1964 e 1967. Trabalhava e estudava, em 1968, ainda, no curso de Administração da mesma Faculdade. Foi tesoureiro do DCE. Nos anos 70, fez pós-graduação em Economia na Inglaterra. Economista aposentado, é tradutor e dedica-se a escrever.

RISOMAR FASANARO

Pernambucana, do Recife. Em 1968, atuou do ME em São Paulo. Formada em Letras pela USP. Participou da luta contra a ditadura e pela anistia aos presos políticos. Tem vários livros publicados. Professora aposentada, mora em Osasco.

ROBERTO MENKES

Carioca, nasceu em 1951. Era secundarista, em 1968. Militou em várias organizações de oposição à ditadura. Saiu para o Chile e, de lá, exilou-se na Suécia, em 1973. É especialista em sânscrito, hindi e história cultural da Índia antiga. Leciona nas universidades de Estocolmo e Uppsala. Mora em Estocolmo.

RONALD LOBATO

Carioca, nasceu em 1942. Militante do PCB desde 1961, era do Comitê Universitário do PCB em 1964. Esteve na UNE, no CACO e na Filô (UFRJ), no dia do golpe. Pertenceu à Corrente e foi dirigente do PCBR. Atuou em todas as manifestações em 1968. Foi perseguido, condenado e absolvido no STM, graças à atuação do advogado Modesto da Silveira. Saiu para o Chile em 1970. Voltou clandestino em outubro de 1973. Foi Secretário de Planejamento do Estado da Bahia. Economista, doutorando em Barcelona, mora em Salvador.

ROQUE APARECIDO DA SILVA

Nasceu em Sertanópolis-PR, em 1947. Ex-operário, um dos líderes da greve de Osasco em 1968. Militante da VPR, foi para o Chile no grupo dos 70 revolucionários trocados pelo embaixador suíço, em janeiro de 1971. Com o golpe do Chile, foi para a Argentina onde foi preso e depois para a Suécia. Hoje é Coordenador de Relações Internacionais do Instituto de Gestão das Águas e Clima da Bahia. Mora em Salvador.

ROSE NOGUEIRA

Paulista, de Jacareí, nasceu em 1946 e começou a militância em 1964. Jornalista. Pertenceu à ALN e foi presa em 4 de novembro de 1969, dia em que Carlos Marighella foi morto pela ditadura. Na ocasião, tinha um filhinho de um mês. Foi presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CONDEPE e do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo.

SERGIO GRANJA

Carioca, nasceu em 1948. Aluno do Colégio Militar/RJ, em 1964, teve o desprazer de ter seu pai, oficial do Exército, pioneiro do Paraquedismo Militar e herói da FEB, encarcerado no Forte Copacabana por se opor ao Golpe. Cursava Economia em 1968. Militante da ALN, de 1969 a 1979. Morou no Chile, México, Bélgica e França. Diplomado pela École des Hautes Études em Ciências Sociais, licenciado em Português e Literatura, pós-graduado em Docência do Ensino Superior, mestrando em Literatura na UERJ. Autor de vários livros.

SÉRGIO VALENÇA

Carioca, nasceu em 1947. Secundarista em 1964, já militava na AP. Em 1968, cursava Arquitetura e Urbanismo, em Brasília, na UNB. Depois da segunda prisão, em junho de 1969, sai clandestino para São Paulo. Em 1970, viaja do Rio à Argélia e trabalha com Oscar Niemeyer durante um ano. Exilou-se na Suécia desde 1971. É Diretor de Patrimônio dos Correios da Suécia e mora em Estocolmo.

SILVIO TENDLER

Carioca, nasceu em 1950. Em 1968 tinha dezoito anos de idade e todos os sonhos do mundo. Participou de passeatas e de manifestações contra a ditadura. Pretendia ser cineasta quando adulto. Realizou seus sonhos. É cineasta premiado.

SOLANGE BASTOS

Jornalista e escritora, é carioca, nascida em 1952. Em 1968, era da diretoria do Grêmio do Colégio de Aplicação da UFRJ, que foi fechado pela ditadura. Militante da Dissidência Secundarista do PCB, entrou para a VAR-Palmares (Seção Operária) em 1969. Foi presa em 1972 e, novamente, em 1973, ao voltar do Chile, após permanecer um mês presa no Estádio Nacional, logo depois do golpe militar. Viveu na Argentina, em Portugal e na França. Mora em Teresópolis.

SUSAN GUGGENHEIM

Carioca, nasceu em 1948. Ingressou na UEG, atual UERJ, em 1968. Participou do ME. Atualmente, trabalha como psicanalista em consultório privado e no Instituto de Psicologia da UERJ.

TÂNIA MARINS ROQUE

Carioca, nasceu em 1947. Atuou no PNA, do educador Paulo Freire, em 1964. Pertenceu, desde 1965, ao 1º DA-Livre da FNFi e participou ativamente dos todos os episódios do ME, em resistência à ditadura militar. Militou junto ao PCB, à Dissidência, à Corrente e ao PC do B. Presa em 1969. Foi da diretoria do GTNM/RJ. É Cirurgiã-dentista.

TEREZA CRISTINA ALBUQUERQUE

Pernambucana, do Recife, nasceu em 1946. Cursava Ciências Sociais, em 1968, na UFPE. Militante do PCBR, depois de duas prisões, em 1969, muda-se para Fortaleza, onde se liga ao PC do B. Em 1973 foi para o Chile e, depois do golpe, exilou-se no Canadá. Continua com a certeza de que é possível um mundo melhor e trabalha em vários projetos sociais. Mora em Ottawa.

THEREZA RABÊLO

Carioca, nasceu em 1933. Casada com o jornalista mineiro José Maria Rabelo, sofreu as consequências dos golpes no Brasil, na Bolívia e no Chile, onde moraram oito anos. Depois do golpe do Chile, exilaram-se na França. Mora em Belo Horizonte, é economista e presidente da Barlavento Grupo Editorial, pequena editora.

UBIRATAN VATUTIN

Gaúcho, de 1945, é aposentado. Foi paraquedista do Exército Brasileiro. Em 1966 uniu-se a Leonel Brizola, no Uruguai e, como militante do MR-26 (Movimento Revolucionário 26 de Março), foi para o Rio de Janeiro em 1968. Preso em 1969, saiu para o Chile, em janeiro de 1971, no grupo dos 70 revolucionários trocados pelo embaixador suíço. Depois do golpe do Chile, exilou-se na Suécia.

UMBERTO TRIGUEIROS LIMA

Nasceu em 1948, em Niterói-RJ. Em 1968, cursava Ciências Sociais na UFF, quando foi cassado. Militou no PCB, na DI do Estado do Rio de Janeiro e no MR8. Preso em 1969, viajou para o Chile no grupo dos 70 revolucionários trocados pelo embaixador suíço, em janeiro de 1971. Com o golpe do Chile, morou em Cuba e na Suécia. Hoje é Diretor do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da FIOCRUZ. Mora no Rio de Janeiro.

URARIANO MOTA

Nasceu no Recife-PE, em 1950. Ligado à AP de 1970 a 1973. Escritor e jornalista, publicou contos na imprensa alternativa na época da ditadura. Autor de *Os Corações Futuristas* e *Soledad no Recife*, ficções que narram a vida na ditadura Médici. Colunista do *Direto da Redação* e colaborador do *Observatório da Imprensa*. Mora em Olinda.

VELSO RIBAS

Carioca, um dos fundadores do Grupo Os Amigos de 68, nasceu no dia 22 de julho de 1950. Em 1968, cursava a ENBA, participava do ME e foi preso em uma manifestação. Ligou-se à ALN. Embarcou clandestino em um navio para Lisboa. Amparado pelo PC Português, conseguiu documentos e seguiu a Paris onde estudou Artes Gráficas e se formou em Cinema no IHDEC. Voltou ao Brasil, após a Anistia, com apoio do bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito. Designer, foi Diretor de Arte na DPZ, na J W Thompson e na Young & Rubicam. Militante do Bem, viajou em 24 de setembro de 2008 para os Verdes Campos de Valhalla onde encontrou outros guerreiros, seus pares.

VICTÓRIA GRABOIS

Carioca, nasceu em 1943. Cursava, em 1964, a FNF quando foi expulsa por combater o golpe. Pertencia ao PC do B e viveu 16 anos, na clandestinidade, com nome falso. É professora, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos NEPP-DH, da UFRJ. Familiar de desaparecidos políticos, é vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

WILSON NASCIMENTO BARBOSA

Carioca, nasceu em 1941. Diretor de Mobilização do PNA, em 1964, demitido com centenas de funcionários por um coronel, interventor do MEC. Professor de História em 1968. Militante do PCB, MNR, VPR, ALN e MAR. Preso pela ditadura uruguaia, em Montevideú, entregue à ditadura brasileira clandestinamente. Viajou para o Chile no grupo dos 70 revolucionários trocados pelo embaixador suíço, em janeiro de 1971. Após o golpe, exilou-se na Suécia. Trabalhou em Moçambique como membro da FRELIMO. Voltou ao Brasil em 1985. Professor universitário, mora em São Paulo.

YARA FALCON

Baiana, de Salvador, nasceu em 1946. Militante da POLOP, trancou matrícula na Geologia da UFBA em 1968 e foi ministrar curso sobre socialismo para os operários em São Paulo, onde participou de todos os eventos de oposição à ditadura. Presa política de 1970 a 1972, atualmente é consultora empresarial (economista) e escritora. Tem vários livros publicados. Mora em Maceió.

ZENAIDE MACHADO DE OLIVEIRA

Carioca, nasceu em 1945. Atuava no PCB em 1964. Militou depois no MR8 e VPR. Cursava História na UFF, em 1968. Foi presa em 1971 e cumpriu diversas condenações. Em 2005 foi anistiada: 16 anos de perseguição política foram reconhecidos pelo Ministério da Justiça. É Cientista Social e Mestre em Economia Social e do Trabalho. Mora em Campinas.

